SAPIENS

La Salle

Semana Acadêmica de

Pesquisa, Inovação e Extensão

UNIVERSIDADE LaSalle

Patrocinadores:

LAGHETTO HOTÉIS

Carpena Advogados

Apoio:

CAPES

FAPERGS

SAPIENS 2024

V. 2

Reitor
Dr. Cledes Antonio Casagrande

Vice-Reitor
Me. Eucledes Fabio Casagrande

Pró-Reitor de Administração
Vitor Augusto Costa Benites

Pró-Reitor Acadêmico
Dr. Márcio Michel

Diretora de Graduação
Dra. Cristiele Magalhães Ribeiro

Diretor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Me. Cássio Cassel

Marketing e Relacionamento
Jean Nunes Dorgan

Comitê organizador
Dr. Diógenes Vicente Hassan Ribeiro
Dra. Fernanda Rabaioli da Silva
Dra. Hildegard Susana Jung
Dra. Ingridi Vargas Bortolaso
Dr. José Alberto Antunes de Miranda
Dra. Juliana da Silva
Dr. Mauricio Pereira Almerão
Dra. Moana Meinhardt
Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan
Dr. Rodrigo Della Méa Plentz
Dr. Thiago Costa Lisboa

Comitê Científico
Fapergs - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Edital FAPERGS 07/2023)
Dr. Antônio Carlos Wolkmer
Dr. Diógenes Vicente Hassan Ribeiro
Dra. Fernanda Rabaioli da Silva
Dr. Gilberto Ferreira da Silva
Dra. Hildegard Susana Jung
Dra. Ingridi Vargas Bortolaso
Dr. José Alberto Antunes de Miranda
Dra. Juliana da Silva
Dra. Lidiane Isabel Filippin
Dr. Marcio Manozzo Boniatti
Dra. Maria de Lourdes Borges
Dra. Moana Meinhardt
Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan
Dr. Paulo Fossatti
Dr. Thiago Costa Lisboa

Instituições envolvidas na Organização e Apoio
Asociación Latinoamericana de Mutagénesis, Carcinogénesis Y Teratogénesis Ambiental (ALAMCTA).

Associação Brasileira de Mutagênese e Genômica Ambiental (MutaGen Brasil);

PPG Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde (PPFBioSaúde, ULBRA);

PPG Direito (PPGD; Universidade La Salle);

PPG Educação (PPGEDU; Universidade La Salle);

PPG Memória Social e Bens Culturais (PMBC, Universidade La Salle);

PPG Saúde e Desenvolvimento Humano (PPGSDH, Universidade La Salle);

Realização
Setor de Eventos
Universidade La Salle

Organização
Moana Meinhardt

Diagramação
Michele P. Dall Agnol de Oliveira
Paula Maria de Araújo Faccin

Contato
Telefone: (51) 3476.8770
E-mail: sapiens@unilasalle.edu.br
Av. Victor Barreto, 2288, Centro
Canoas/RS, Brasil

Moana Meinhardt
Organizadora

Anais

SAPIENS 2024

Impactos dos eventos climáticos extremos na sociedade: desafios e soluções

V. 2

De 07 a 10 de outubro de 2024
Canoas – RS – Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 Universidade La Salle. Semana Acadêmica (3. : 2025 : Canoas, RS).
SAPIENS [recurso eletrônico] : Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e Extensão : Volume 2. [Organização Moana Meinhardt] – Dados eletrônicos – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2025.

Modo de Acesso:
<https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle.net/11690/4414>

ISBN: 978-65-5441-122-6

1. Pesquisa científica. 2. Iniciação científica. 3. Eventos. 4. I. Título.

CDU: 001.891(063)

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

Apresentação

A Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e Extensão – SAPIENS 2024 ocorreu de 07 a 10 de outubro, reunindo estudantes de todos os níveis de ensino, docentes, visitantes, convidados, parceiros e membros da comunidade em geral, em inúmeras atividades que tiveram como tema central os Impactos dos Eventos Climáticos Extremos na Sociedade: desafios e soluções.

A programação da Semana contemplou palestras, workshops, feiras, oficinas, apresentações artísticas e culturais, debates, dentre outras que promovem o diálogo, o compartilhamento de conhecimentos, experiências, ideias, pesquisas e propostas de soluções, estimulando o pensamento crítico e reflexivo diante dos desafios que acometem a sociedade, como os eventos climáticos e suas decorrências.

Dentre as atividades estão os eventos científicos que contaram com a apresentação de trabalhos de pesquisa de estudantes e pesquisadores, quais sejam: Mostra de Iniciação Científica, Mostra de Extensão, Fórum de Pós-graduação Stricto Sensu, Consórcio Doutoral e Encontro de Práticas Pedagógicas na Educação Básica.

O Consórcio Doutoral, vinculado aos Programas de Pós-graduação em Direito, Educação e Memória Social e Bens Culturais, oportunizou aos doutorandos a discussão de seus projetos de tese com professores de programas de pós-graduação, constituindo um espaço privilegiado para apresentação e discussão de projetos de tese com os objetivos de obter insights de pesquisa e ampliar o debate acadêmico. Em 2024, foram apresentados 33 projetos.

No Fórum de Pós-graduação Stricto Sensu foram apresentados trabalhos por pesquisadores, estudantes e egressas/os de cursos de Mestrado e Doutorado, referentes a pesquisas concluídas ou com resultados parciais. A apresentação ocorreu por meio de comunicação oral, mediante banca avaliadora. Em 2024, o Fórum reuniu um total de 117 trabalhos, apresentados nas áreas que integram os quatro programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade La Salle. No campo do Direito, 19. Na área da Educação, 62 Já a área de Memória Social e Bens Culturais foi representada por 32 trabalhos e a área da Saúde totalizou 4 trabalhos.

A Mostra de Iniciação Científica destinou-se à apresentação de trabalhos por estudantes e egressos do ensino médio, da graduação e da pós-graduação lato sensu relativos à pesquisas concluídas ou com resultados parciais. Os trabalhos foram apresentados por meio da exposição de pôsteres e/ou comunicação oral. Em 2024 foram apresentados 130 trabalhos de iniciação científica.

O Encontro de Práticas Pedagógicas na Educação Básica abre espaço para o compartilhamento de boas práticas por docentes atuantes na Educação Básica, bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, bem como por discentes e egressos de cursos de licenciatura. Neste Encontro foram compartilhados 14 trabalhos.

A diversidade temática e metodológica dos trabalhos apresentados nos diferentes eventos científicos reafirma o compromisso da Universidade La Salle com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e comprometido com os desafios da sociedade atual.

Boa leitura!

Moana Meinhardt

Sumário

CONSÓRCIO DOUTORAL - DIREITO

O protocolo das sete medidas de enfrentamento aos homicídios conforme a teoria da dissuasão focada: uma experiência na cidade de Porto Alegre 34
Mario Francisco Pereira Vargas de Souza

Fragmentação do direito, sistemas de inteligência artifical generativa de texto e danos causados aos usuários 37
Rubem Bilhalva Konig

Construindo a pluralidade: a influência dos movimentos feministas na representação política feminina no Brasil..... 39
Valquiria Palmira Cirolini Wendt

Acesso ao direito à educação e permanência escolar de crianças imigrantes em Canoas-RS: uma análise da eficiência da legislação da UNESCO de Porto Alegre 43
Cristiane Feldmann Dutra

A influência da inteligência artificial no direito do trabalho: desafios sociojurídicos e impactos na era da globalização 46
Nelson Sanchez Rosa

Direitos reprodutivos e justiça social: a experiência da descriminalização do aborto na Colômbia e os desafios no Brasil..... 49
Adalene Ferreira Figueiredo da Silva

Novo crime de violência política contra a mulher: o impacto da alteração legislativa sob a perspectiva da violência de gênero e os reflexos na efetivação dos direitos políticos das vítima..... 53
Gabriel Silva Borges

CONSÓRCIO DOUTORAL - EDUCAÇÃO

Pretuguês é brasileiro, é língua de preto (no branco), sem pedir licença..... 57
Claudete dos Santos da Silva e Sônia de Souza

A recontextualização dos conhecimentos na educação de jovens e adultos: outras leituras de mundo para o diálogo e a emancipação..... 59
Érica Cecília Noronha Da Boit

Contribuições do escape book para a aprendizagem de estudantes dos anos finais do ensino fundamental em português como língua materna 61
Cristiane Gomes

Ser leitor(a) de literatura no formando-se professor(a) de anos iniciais de escola pública e sua implicação na prática educativa língua materna 64
Laiza Karine Gonçalves

Escolas de samba mirins: impactos na promoção de educação não-formal, produção de sentidos e constituição de identidades 66
Ricardo Figueiró Cruz

Educação 6.0 - sociedade do propósito 68
Ery Clovis Petry Jardim Junior

Diretrizes para uma educação sexual inclusiva: proteção de estudantes com necessidades especiais a partir da análise legislativa língua materna 73
Júlia Maria Marques Duarte e Paulo Fossatti

Transdocência: entre transições e pedagogias transformadoras: um projeto em construção 76
Sheila Beatriz Ost

CONSÓRCIO DOUTORAL – MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

Memória e religiosidades afro-gaúchas: perspectivas sobre as modalidades de culto emergentes nos terreiros da região metropolitana de Porto Alegre – RS 80
Marcelo Luis Henriques Silveira

O reconhecimento das juventudes com deficiência intelectual no contexto sócio esportivo e o campo da memória social 83
Ana Paula Malanovicz

Permanência do estudante de graduação promovida por meio da cultura e memória institucional 87
Juliana Bombardelli

Aplicando conceitos de cidades inteligentes no contexto de mobilidade urbana no município de Sapucaia do Sul-RS 89
Adriano Rostirolla

Memória organizacional e projeto político pedagógico em uma escola municipal de Esteio/RS 92
Monique Valgas Ferreira

Pontes culturais: transformando desafios da linguagem em oportunidades educacionais para imigrantes 94
Carla Dias da Silveira

O reconhecimento dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas: os saberes do trabalho e atuação nas corporações onde estão trabalhando 97
Priscila Kieling Pontin

Repercussões da imigração não branca na comunidade canoense: um estudo no campo da memória social 99
Fadua Ionara Andrade de Andrade

Sustentabilidade financeira: o exemplo dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas 101
Jorge Marcelo Wohlgemuth

O município de Porto Alegre como um espaço de trânsito migratório no estado do Rio Grande do Sul industrial 104
Daiana de Aquino Hilario

O herbário de Alberto Knob: registrando e divulgando uma história de vida por meio de uma abordagem interdisciplinar entre botânica e bens culturais 106
Éverton Fabiano Tartas

Capitalismo, etnicidade, fé e educação: a formação da classe média no bairro São João (Porto Alegre/RS) a partir das memórias institucionais e organizacionais do Colégio São João Lasalle (1908-2024)..... 108
Marco Antonio Andrade Ribeiro

As identidades formadas nos estudantes/jovens da rede pública municipal de educação de Esteio/RS 112
Marcelo Alexandre de Azevedo

Griôs das ruas: o rap do rio Grande do Sul como intérprete decolonial da sociedade brasileira no século XXI..... 117
Ralph Schibelbein

Memória institucional da política pública dos resíduos sólidos no Rio Grande do Sul entre 2016-2025..... 119
Paula Garcez Correa da Silva

Traços da memória ancestral e cultural em contos da literatura afro-brasileira 123
Denise Bock de Andrade

VII EPPEB - ENCONTRO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sinfonias digitais: o ensino infantil sob novas ferramentas 128
Isadora Machado da Silva

O mundo é brincável: ludicidade e criatividade na educação infantil aos usuários..... 129
Isadora Machado da Silva

As contribuições da inteligência artificial (IA) na educação inclusiva 130
Meriele Mendes da Silva, Adriene Antunes Passoni, Gabriel Schabbach Schneider e Tatiana Fruscalso dos Santos

Educação inclusiva em foco: metodologias e adaptações de materiais didáticos em história e língua portuguesa..... 132
Ricardo Figueiró Cruz e Mariana Silva Freitas Dias Paiva

A contribuição da formação inicial e continuada dos professores de matemática para a transição entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental: a temática números em foco..... 134
Adelino Costa Neto

Combate ao bullying no ambiente escolar..... 136
Eduardo de Oliveira Marchese e Cíntia Melo de Oliveira

Em busca da alfabetização e letramento através do trabalho por estações de aprendizagem 137
Charlene Moreira Pedroso, Ariadne Lopes dos Santos, Gabrielle Rosa e Taini Moreira

Educação empreendedora no ensino médio: as contribuições de projetos de empreendedorismo na educação..... 139
Alice Almeida

Desenvolvendo diplomatas do futuro: o clube de relações internacionais do Colégio La Salle Canoas..... 141
Ricardo Figueiró Cruz e Rafael D'Avila Barros

Práticas de educação da atenção no ensino de sociologia: estudar estratificação social a partir da realidade 143
Rafael D'Avila Barros

Projeto PIBID/CAPES: descobrindo as classes gramaticais em conjunto com o tema da inclusão 145
Erika Serafina Barbosa

A inferência no processo da compreensção textual..... 146
Dandara Amanda de Mello Lovato

Práticas de gamificação no ensino de sociologia: falando de democracia a partir do jogo? reconstruindo nossa cidade? 147
Ana Clara Marquez Rosa

As olimpíadas do conhecimento como ferramenta para o desenvolvimento de novas habilidades na educação básica 149
Leandro dos Santos Dias

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - DIREITO

Propagação de discriminação em decisões por IA´S generativas..... 152
Ricardo Alan Wias e Gabriel Camargo

Aporofobia territorial: a discriminação através da legislação urbanística..... 154
Lucas Manito Käfer

Justiça restaurativa e pluralismo jurídico..... 157
Agna Valim Cardoso e Daniela Guimarães Vilela

O papel dos advogados na defesa dos direitos previdenciários de pessoas trans: desafios éticos e jurídicos..... 159
Luana Maia Tergolina

A informação previdenciária frente ao processo de transformação digital do INSS: uma abordagem através da sociologia reflexiva de Pierre Bordieu..... 161
Antonio Augusto Carneiro Pereira

Direito penal e urbanismo social: estudo sobre impactos e percepção da violência e da criminalidade na cidade de Porto Alegre/RS..... 169
Paula Bizzotto Soster

Quarta revolução industrial em quatro eixos: um olhar crítico sobre o projeto de lei complementar 12/2024..... 171
Gregório Fogaça Carvalho dos Santos

Mulheres na magistratura: uma análise da pluralidade de gênero no tribunal de justiça do estado do Rio Grande do Sul..... 174
Rosangela Alves dos Santos

Os direitos dos animais no contexto jurídico: uma análise sobre a enchente na cidade de Canoas..... 176
Ester dos Santos Gomes Fortes, Agna Valim Cardoso e Cristiane Martins Malon

Análise crítica da legislação antidrogas brasileira: impactos sociais e jurídicos da falta de requisitos objetivos para diferenciar condutas tópicas na lei 11.343/06..... 178
Mauricio Moschen Silveira

Entre a normatividade e a autopoiese: a dinâmica da criminalização no direito penal..... 180
Eduardo Carvalho Scienza

A abordagem teórica do constitucionalismo interamericano: uma observação a partir das decisões autorreferenciais da corte interamericana de direitos humanos..... 182
Lucas Lanner de Camillis

O direito feminino e o aborto: uma breve análise histórica até o projeto de lei 1904/2024..... 185
Fernanda Friedrich

A alienação parental e suas interações: uma perspectiva a partir dos processos que tramitam nas varas de família de Porto Alegre..... 187
Rafael Antochevis Moller

O papel do conselho tutelar na proteção de crianças e adolescentes em situações decorrentes de desastres climáticos: um olhar sobre a democracia e a garantia de direitos 189
Bruna Balesteiro Garcia

Violência psicológica contra a mulher: análise da legislação brasileira e sua aplicação jurídica 191
Fabiéle Do Amaral Viegas

PEC 48/2023: nova ameaça aos direitos possessórios indígenas..... 193
Gilberto Starck

As sentenças estruturantes da corte interamericana de direitos humanos e o direito humano ao meio ambiente saudável: uma análise do caso povo indígena Kichwa versus Equador 195
Francisca Flúvia Mourão da Costa

Critérios discriminatórios em concursos públicos 197
Alice Jantsch Fernandes

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - EDUCAÇÃO

A docência na educação infantil e a formação continuada de professores (as): o que apontam as recentes pesquisas..... 200
Maria de Nazaré da Silva Moura

A centralidade do brincar na educação infantil: um estudos dos marcos legais e teorias..... 204
Ana Carolina Casulo da Silva

Contribuições das práticas lúdicas para a aprendizagem significativa no primeiro ano do ensino fundamental..... 207
Silmara Coelho

Cultura escolar e ludicidade: um outro olhar para as experiências educativas 210
Amanda Ottmann Boff e Elaine Conte

O brincar em situação de abrigamento durante eventos climáticos extremos 213
Juliana Aparecida Bohn, Juliana Vargas Silva e Tailine Raiana Fillmann

Explorando percursos inclusivos: uma reflexão interdisciplinar entre história da educação, pedagogia e a inclusão de estudantes com deficiência..... 215
Iohanna Deckmann

A ação psicopedagógica na inclusão educacional 218
Gerusa Costa Gonçalves Pereira

Diretrizes para a implementação da política educacional dos centros de atendimento para pessoas com TEA a partir da experiência do TEacolhe de Novo Hamburgo RS..... 220
Priscila da Silva

Desafios e possibilidades na implementação da lei 14.254/21 em Sapucaia do Sul/RS..... 229
Jucielma Lima Dias e Roberto Carlos Ramos

Contribuições e desafios para a aprendizagem profissional de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio..... 231
Marília de Moura Silva

"Os anjos de cara suja": representações de infâncias nas margens da cidade 234
Paula Klauck e Carin Klein

Docência e inclusão na perspectiva da decolonialidade: um relato de experiência..... 237
Bianca Rocha Gutteres

Uma reflexão sobre a abordagem das culturas indígenas no currículo escolar não indígena 240
Rosana Patricia Mattos da Silva Cardoso e Caroline Deprá Vivian

Os contributos da autoavaliação institucional, realizada pela comissão própria de avaliação – CPA, para a melhoria da qualidade educacional, em uma IES privada..... 243
Carla Janaína Teixeira

Supervisão escolar e gestão do acompanhamento docente: o papel do gestor escolar na prática de feedback, tendo em vista a formação do professor reflexivo, na perspectiva de uma escola aprendente..... 246
Rosane Martins de Almeida

Sofrimento psíquico e síndrome de *burnout* no espaço escolar 248
Marcos Rogério dos Santos Souza e José Lucas Marques Duarte

Mediação de conflitos como uma possibilidade para a construção da cultura de paz e da não violência no contexto escolar 252
Daiane dos Santos

Gestão escolar com foco em resultados: uma revisão de literatura 255
Eduardo Ferreira

Os desafios da gestão pedagógica na formação continuada no contexto da educação básica..... 258
Ingrid Nára Courtois e Roberto Carlos Ramos

O coordenador pedagógico como agente formador na escola: influências na formação continuada e desenvolvimento dos professores em serviço..... 261
Alexsandro Rodrigo Possatto

Gestão integrada da educação (GIDE): contributos para a melhoria do desempenho das redes públicas de ensino no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)..... 263
João Carlos da Silva Filho

Qualidade da educação exigida para a gestão escolar: que qualidade? 267
Milla dos Santos Pegorim Abreu

Financiamento da educação básica pública no Brasil: perspectiva do novo FUNDEB..... 270
Luis Carlos Tavares Leandro

O papel da gestão no enfrentamento e acolhimento aos afetados pela enchente em Canoas RS 272
Sabrina L. F. Jacob

Educador-pesquisador: um sujeito de sua própria pesquisa buscando soluções emergenciais em tempos de crise..... 274
Jenifer Pereira e Alexsandro Borba

Meta-revisão sobre as tecnologias de aprendizagem online no desenvolvimento das competências do século XXI..... 276
Américo Domingos Matindingue e Jacint Duduka

Inteligência artificial na educação: uma análise comparativa a partir do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES e do guia de IA generativa da UNESCO 283
Bianca da Silva Machado

Desafios e oportunidades das tecnologias na educação: o papel do professor 285
Gabrielle dos Santos e Rosana de Castro Aguete

Os impactos das revoluções educacionais na escola e na sociedade: dos jesuítas à inteligência artificial..... 287
Patrícia Rodrigues de Almeida e Júlia Maria Marques Duarte

Humanidades digitais: possíveis contribuições e desafios para a educação 290
Fernanda Cristina Brenner

Eventos climáticos extremos, pandemia e educação: o papel das tecnologias de comunicação nas escolas públicas 292
Natália Droescher dos Santos Mota

Competências digitais na educação superior: preparando estudantes para o mercado de trabalho contemporâneo 295
Idio Fridolino Altmann

A revolução da educação: o impacto da inteligência artificial e a evolução da educação a distância no século XXI 298
Michele de Mattos Kreme

Processos educativos sobre e para a guerra em mídias sociais digitais e a constituição das pedagogias ciberbélicas 300
Guilherme Vendruscollo Werlang

Tendências em educação matemática presentes nas práticas educativas de professores do ensino médio em uma escola estadual de Anori - AM 303
Lucas de Souza Ozier

Programa ciência na escola para o ensino-aprendizagem emancipatório..... 306
Carmen Maria Farias de Castro e Moana Meinhardt

Caminhos para a educação para o desenvolvimento sustentável: práticas e diretrizes 309
Julia Capalonga Franco

As metodologias ativas enquanto facilitadoras da aprendizagem significativa: um estudo de caso na Rede La Salle 312
Liliane Kolling

Rede PEA-UNESCO no RS: relações entre as temáticas dos projetos desenvolvidos entre os anos de 2016 a 2019 e a educação 2030 - Declaração de Incheon 315
Sueli Schabbach Matos da Silva e Dirléia Fanfa Sarmento

Programa bilíngue *we are La Salle*: desafios e contribuições do programa na educação bilíngue 318
Angélica Hackenhaar Reichert

Capacidade de memória de trabalho e compreensão leitora: uma pesquisa experimental com estudantes do curso de letras inglês de universidades no RS 321
Daniela Silveira Farias

‘Laudato Si’ enquanto novo paradigma educativo: reconfigurando a educação para o cuidado com a casa comum 324
Henrique Daniel de Souza

Effectuation e cultura empreendedora na Universidade La Salle-Canoas 326
Charlene Bitencourt Soster Luz

A educação empreendedora no norte e no sul: um estudo documental sobre os programas: educação empreendedora e Inova RS nos estados do Amazonas e Rio Grande do Sul 329
Luiza de Marilac dos Santos

O papel do gestor educacional na promoção da educação empreendedora: uma revisão bibliográfica 331
Andre Gabriel Beneduzi

Empreendedorismo em tempos de crise: histórias de inovação e resiliência em um abrigo escolar durante uma tragédia climática 335
Jenifer do Couto Pereira e Alexsandro Borba

Esquizoescola: laboratório de pesquisa para corpos e corpas desejantes por outras educações 337
Bruno Flores Prandini

Cultura da paz e o combate à violência no contexto escolar: reflexões a partir do ideário educativo da UNESCO 347
Edgar Abrahão Pereira e Dirleia Fanfa Sarmento

O PIBID enquanto uma política pública de incentivo à formação inicial do futuro professor..... 350
Meriele Mendes da Silva

A formação continuada enquanto espaço colaborativo de partilha: um diálogo com a literatura..... 353
Juliana Chaves Dias

Educação em tempo integral: análise da meta 6 do PNE 2014-2024 354
Ana Paula dos Santos

COVID-19 e obesidade no jornal: pedagogias e políticas do risco em ação na pandemia..... 356
Ariel Meirelles Danzmann

Será que sei se entendi?! 358
Paloma Falcão Amaya

A intersetorialidade entre as políticas públicas de educação e as de assistência social: contributos para a efetividade do direito à educação 359
Luisa Emilia Lucena Camargo

A garantia do direito à alfabetização: contributos de Magda Soares para as práticas pedagógicas no primeiro ano do ensino fundamental..... 361
Suziane F. Maffini

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: contributos para a efetividade do direito à educação 363
Jocelaine dos Santos Luongo

A integração local de refugiados no âmbito da educação básica no contexto da região metropolitana de Porto Alegre 365
Jozilda Berenice Candido Fogaça

A negligência da aprendizagem em um sistema educacional repleto de aprendizes carentes de competência 367
Antonio Batista Pereira

Educação personalizada: gênese conceitual e decorrências para a práxis pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental 369
Tamires Roos dos Santos

Nome social e os processos identitários de estudantes que tenham sua identidade de gênero não reconhecida no espaço escolar 371
Marcos Rogério dos Santos Souza

A trajetória da educação no Brasil segundo os marcos legais: uma breve contextualização 372
Priscilla Rosa Farias

Possibilidades para o ensino de sociologia no novo ensino médio 374
Rafael D'Avila Barros

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO – MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

Memórias do trabalho e do trabalhador: a produção de farinha de trigo no município de Canoas 377
Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves

Memórias da evasão escolar no município de Esteio-RS: um estudo do caso das políticas de busca ativa 379
Fabiane Fraga Monteiro

Criar novas memórias dos povos originários através de um instalação 381
Marilene Lenz Correa

A memória lassalista através da trajetória artístico-religiosa do Irmão João Renato Koch 384
Edilson do Valle Kayser

Memória e legado de Henrique Justo: um estudo sobre sua trajetória, influência e contribuições 386
Jéssica da Rocha Testa

Irmão Norberto Nesello: uma biografia através dos quadrinhos 388
Bianca Kruchinski

Memória e cultura de paz: o papel social da Escola Municipal de Educação Básica Érico Veríssimo na construçao de uma cultura de paz no contexto escolar 390
Elaine Silveira Teixeira Ferreira e Leonel Pires Ohlweiler

Memória social e a contribuição da escola na preservação e valorização cultural num ambiente de periferia no município de Esteio/RS 392
Manoela Dias Gomes

Memória social de um universo cultural geek em Sombrio..... 394
Jessi Pereira da Rosa

Memória, cultura e identidade na história de professores de dança afro-brasileira..... 396
Paola Verdun

Design e memória social: uma leitura da capa de álbum musical a partir das subestruturas do imaginário de Durand..... 398
Rafael Henrique Oliveira de Carvalho

Memórias da rotatividade de pessoal na administração pública 400
Abner Santos Mendonça e Maria de Lourdes Borges

Construção de memórias na bíblia: uma revisão bibliográfica..... 402
Davi Dagostim Minatto

A guerra fria cultural: entre a desnazificação, o anticomunismo e a expansão das redes de colaboração norte-americanas..... 404
Rodrigo Vieira Pinnow

O estado da arte sobre memória e segurança do trabalho..... 410
Susana Sanson de Bem

Revisão de literatura sobre o impacto socioeconômico da indústrias culturais 411
Larissa Filheiro

Videogames como monumentos modernos e a necessidade de sua preservação 412
Paulo Pires de Avila

A cultura sul-coreana pós-invasão japonesa: um estudo sobre memória coletiva e soft power 414
Camila Gonçalves Haupenthal

Contabilidade e memória: patrimônio industrial e a importância dos documentos 416
João Pedro Oliveira Birckegt

Investigando a incidência da cultura sul-coreana por meio dos doramas e do K-pop nas percepções de jovens brasileiros 418
Geovanna Cristine Corrêa Ribeiro

Práticas inclusivas raciais adotadas nos anos iniciais do ensino fundamental 420
Ismael Franco

Impactos dos eventos climáticos extremos: a barreira da acessibilidade linguística para pessoas surdas 421
Lucirene Franz Ferrari Fernandes

Memórias dos desafios de famílias atípicas no sistema educacional 423
Aline de Oliveira Silva Padilha

Bilhetes um patrimônio afetivo da memória e de identidade social: acalento no caos 425
Viviane Silveira Vargas

Memória da gestão de políticas públicas referentes à inclusão a partir de narrativas de professores em escolas municipais de Esteio/RS 426
Gisele Machado

Ballet Erenita: trajetória e memória da escola pioneira de Canoas 428
Luciana Sperb e Patrícia Kayser Vargas Mangan

Memórias dos profissionais da educação: relatos de professores da educação pública no município de Esteio no Estado do Rio Grande do Sul 430
Marisônia Pederiva

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO – SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Perfil de mulheres acolhidas no centro regional de abrigamento para mulheres vítimas de violência - CRAM 433
Ana Paula Bittencourt Ferreira

Construção e validação de uma cartilha informativa sobre zoonoses para as populações de imigrantes residentes no Rio Grande do Sul 434
Vivian Ribeiro Mattos

Plantas medicinais: uma visão no contexto dos imigrantes 436
Bruna Brochier

Avaliação dos mecanismos de toxicidade do flúor e do glifosato em amostras de água para consumo humano..... 438
Wagner Bueno Stadtlander

MOSTRA DE EXTENSÃO

Pequenos gestos que fazem a diferença..... 441
Paula Fabiana Assis da Silva, Zyramad Arbelaez, Marla borsatto, Lucileide Sobral e Juliana Paula Koch

A importância da integração sensório-motora na interação social em crianças com TEA..... 443
Andrya Machado Ruas

Uma nova emoção: como entender os sentimentos e as mudanças na adolescência pós catástrofe climática que assolou o Estado do Rio Grande do Sul..... 445
Jamir Rodrigues dos Reis, Bruno Rodrigues Menezes e Deyse Bibiana Souza da Silva

Start-up em fisioterapia? o planejamento estratégico de uma clínica de fisioterapia especializada no tratamento da dor..... 446
Cleisi Josiane Ferreira de Azambuja e Flávio Leite Bueno

Estudo de viabilidade - IFSUL Campus Sapucaia do Sul..... 448
Victoria Helena Cardoso de Araujo Silva, Angelita Helena da Rosa e Marcia Branco Gomes

Uma cidade em meio as águas (1941 e 2024): Canoas, RS em registros imagéticos, orais e escritos..... 450
Bruno André Nogueira Argenti

Análise e otimização da logística e qualidade alimentar: estudo de caso no Bistrô do Hospital Moinhos de Vento..... 452
Christian Morais Soares, Guilherme Mattos, Henrique Govêa, Vitoria Gabriela Pena Saraiva e Natália da Rosa Martini

Benefícios do teste de avaliação dos interesses profissionais (AIP) para estudantes..... 454
Ciele de Andrade, Anghelis Silveira dos Santos, Lisiane Rodrigues dos Santos... 454
Daiana Misturini, Pedro Anderson de Lima Moreira e Anelise Aparecida Dalsoto Kras Borges

O impacto das alergias alimentares na primeira infância na saúde mental das mães: uma revisão integrativa..... 456
Maria Eduarda Saraiva Moreira

Prática extensionista de avaliação psicológica: um relato de experiência..... 461
Henrique Güths, Luciani Silva e LIliana Castoldi

Ansiedade: o que é? o que fazer? 463
Renan Packeiser

Políticas públicas para mulheres em situação de rua 466
Viviane Cristina Borges Dias e Michelle Dias da Silva

Estudos e narrativas da práxis pedagógica..... 467
Bruna Vivian

MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Auxilios para empresas atingidas pela enchente..... 469
Natália Raupp, Ana Carolina Bastos, Jheniffer Duarte, Luise Feijó, Maria Luisa e Rafaela Domingues

Downsizing: consequências para a imagem corporativa de startups..... 471
Fábio Marion

O feitiço do marketing: a influência das estratégias promocionais cinematográficas da franquia animais fantásticos no Brasil 474
Leonardo Oliveira de Castro

Absenteísmo e turnover: um estudo de caso em uma empresa de transportes de Sapucaia do Sul..... 479
Laura Rosa de Mattos

A importância das mulheres na ciência 482
Melissa Teixeira de Oliveira

Desafios e estratégias na economia solidária: uma revisão narrativa da agricultura familiar nas feiras-livres 483
Larissa Gomes da Silva

Integrando saberes e transformando comunidades acadêmicas: a curricularização da extensão 485
Isadora Ribeiro e Moana Meinhardt

Inovação aberta: um viabilizador para empresas emergentes..... 487
Elias Brasil Bordignon

Gestão para o futuro: integrando os objetivos de desenvolvimento sustentável 8, 9 e 17 às quatro funções administrativas..... 490
Endriws Ravi ér Alves Fardin

Acontece nas melhores famílias: dinâmicas de grupos em empresas familiares e conflitos nas relações entre funcionários com e sem vínculos pré-existentes 495
Caroline Suliani

Big Brother Brasil como reflexo das DIN micas sociais e de consumo na sociedade brasileira: uma análise comparativa das edições de 2005 e 2024..... 499
Luana Rodrigues Silva

Patrimônio cultural edificado da Rede Lasalle, Porto Alegre, RS? Ginásio Nossa Senhora das Dores e Fundação Pão dos Pobres 501
Davi Krupp Graebin

Uso do sistema teste allium cepa como bioindicador de toxicidade do herbicida glifosato com sal de potássio..... 503
Andressa de Almeida Severo, Malu Borges Siqueira, Ingrid Nilson e Fernanda Rabaioli da Silva

Estudo do efeito de toxicidade em allium cepa exposta ao herbicida glifosato com sal de isopropilamina..... 507
Matheus Souza da Rosa, Ana Letícia Hilário Garcia, Malu Borges Siqueira e Ingrid Nilson

O efeito da exposição do clonazepam em daphnia magna: uma abordagem in silico e in vivo 510
Victória Pereira Antunes Garzlaff, Luana Werner Dutra e Juliana da Silva

Revisão bibliográfica comparativa da atuação de retinóides controlados e de comerciais como meio paliativo da acne vulgar graus 2 e 3 em peles adolescentes e adultas 512
Valentina Batista Néves, Isabelle Kurz e Rafaela Granã Ribeiro

Alto índice glicêmico e carga glicêmica aliado ao pós treino de atletas de fisiculturismo 514
Nicolas Emanuel Soares Correia

O impacto do 2,4-D sobre a mortalidade e comportamento de Daphnia Magna: um estudo de toxicidade..... 518
Luana Werner Dutra, Juliana da Silva, Ana Leticia Hilario Garcia, Daiana Dalberto e Victoria Pereira Antunes Garzlaff

Ocorrência de dioctophyma renale em cães resgatados no município de Porto Alegre, RS 520
Ana carolina Vingat, Manuela Correa Barbosa, Eduarda Barros Lesina Coimbra, Desirèe de Moura Tavares e Maitê Neuhaus Wasem

Disseminação da cinomose em abrigos emergenciais no município de Taquari, RS 522
Jocemar Maciel Filho, Lauren Kruse Kratina, Ciana Girardello Rosset, Luiza Gonzaga do Carmo, Leticia Vestena de Souza e Pamela Victoria Demarque

Prática extensionista em avaliação psicológica da personalidade: um relato de experiência..... 524
Thainá Sanhudo de Oliveira, Jéssica Trindade de Castilho, Caísle Galhardo dos Santos, Taís Sagini Rodrigues e Luan Paris Feijó

Combate aos estigmas da psicologia..... 526
Vicente Lemos Trilha, Luis Henrique Pedroso Pinheiro, Fábio Cherubini Fischer e Yasmin Saibro Da Silva

Promoção da saúde mental de crianças e adolescentes no contexto de emergências e desastres 529
Roger Lopes da Veiga, Alessandra de Souza Pacheco e Lais Braga Rohdt

Análise crítica das práticas psicoterapêuticas em contexto de calamidade climática: um estudo baseado nas experiências de estagiários do serviço-escola de psicologia da Universidade La Salle Canoas 531
Lucas Almeida Pies, Renan da Costa Ferreira, Bruna Rodrigues Cardoso, Marcelino Diego Martins Dorneles e Rachel Alamino Binotti

Exposição ocupacional na cultura do tabaco seco: uma avaliação através do teste de micronúcleos em mucosa oral..... 533
Luana Werner Dutra, Juliana da Silva, Ana Leticia Garcia Hilario, Daiana Dalberto e Ana Carolina Alves de Oliveira

A definição de natureza por crianças: uma análise qualitativa sobre seu significado..... 536
Isadora Casal Dalla Lasta, Eduarda Luiza Freitas Oliveira, Enzo Tiecher Ferrite, Thainá Sanhudo de Oliveira, Gabriela Azevedo Marta e Maria Eduarda Zambelli

Autismo e a enchente do RS: lutos sobrepostos 538
Viviane Cristina de Mattos Battistello

Estudantes e profissionais uma análise comparativa de conhecimentos em psicopatologia descritiva..... 540
Anghelis Silveira dos Santos

Mudança na intenção de compra como consequência de memórias traumáticas ocasionadas pelas enchentes no RS..... 542
Fernanda Veadrigo Irber, Rosangela Maria Borges do Prado Listkoski, Camile Rosa de Souza, Grayce de Castro Couri e Maria de Lourdes Borges

Heurísticas e sua influência na visão sobre a educação básica brasileira em alunos da Universidade Lasalle 544
Abmael Nadson Cunha da Costa, Ana Paula Alves Barbosa e Kenny Milany Lima da Luz

Instrumentos de avaliação do luto por animais de estimação 546
Mariana Assumpção Machado

Programa de educação pelo trabalho para saúde: o papel das IES em seu compromisso com o sistema único de saúde, uma revisão de literatura..... 548
Alessandra de Souza Pacheco e Caroline Ferreira Machado

Sobre as recordações levadas pela inundação: os impactos da enchente na memória afetiva 550
Camile Rosa de Souza, Grayce de Castro Couri, Fernanda Veadrigo Irber e Rosangela Maria Borges do Prado Listkoski

Percepção tecnológica acerca da inserção da inteligência artificial no processo de avaliação psicológica..... 552
Maria Eduarda Comassetto

Uma análise humanista sobre o bullying na atualidade. perspectivas e olhares através da concepção do teatro invisível e a tríade rogeriana 556
Alana da Fonseca Jorge e Marcia dos Santos Francisco Lara

Orientação sexual e identidade de gênero na adolescência 557
Mariana Carvalho Almeida

Análise de dados meteorológicos no Rio Grande do Sul utilizando a linguagem de programação Python 559
Patrícia Oliveira Caselani

Cultura data driven: a atuação do profissional de dados para a tomada de decisões 560
Pâmela Luiza dos Santos Quadros

Implementação e disponibilização de um aplicativo para análise química de amostras de erva-mate 561
Geovanna Cristine Corrêa Ribeiro

Criação de soluções tecnológicas: um programa de apoio à APAE 562
Mariana Moretto Blume

Sistema de medição de temperatura controlado por uma ESP32 e monitorado em tempo real por aplicativo 563
Bruna Oliveira dos Santos

Micromorph: integrador para dados heterogêneos 565
Renan Mathias Gomes da Rosa

Explorando a relação entre emoções e aprendizado: uma experiência em educação básica durante uma feira de ciências 567
Tainá Aparecida Haubert, Gabriele Trindade Pereira, Giovanna Oliveira da Silva e Letícia Corrêa Vaz

Mapeamento de técnicas e metodologias de gestão de projetos aplicadas em empresas de tecnologia da informação no Rio Grande do Sul 570
Ana Julia Ribeiro Pereira

Sensor de monitoramento de presença de água para barragens com sistema de alteamento à montante 572
Luiz Fernando Guilhão Galbarino, Andressa Fagundes Medina e Bernardo Costa Franco

Implementação de funcionalidades para o site Hub pró-reciclagem 575
Stephany da Rosa Brazeiro

Contabilidade na avaliação de indicadores financeiros 577
Zyramad Arianna Arbeláez Gedler

A revitimização no depoimento sem dano em crimes de violência sexual sob o prisma do superior tribunal de justiça 579
Pedro Dessbesell Jorge

Direito a identidade não-binária nos documentos 582
Taliyah Fagundes Sciola

Projeto ganha-ganha mais saúde e meio ambiente 585
Felipe antonio Wallauer, Juliana Dadalt e Samuel Oliveira

A fenomenologia e o direito: a juridicidade da mediação pré-processual em conflitos trabalhistas decorrentes de eventos climáticos extremos 587
Antônio Luiz de Moraes

A urgência do enfrentamento ao racismo acadêmico no Brasil: estratégias antirracistas à luz do direito antidiscriminatório experiência 589
João Marcelo de Souza Melo Rodrigues, Alessandra de Souza Pacheco e Anatieli Silveira Aires

Colisão de princípios constitucionais: proteção da imagem dos indivíduos vulneráveis em desastres climáticos no Rio Grande do Sul vs. liberdade de informação 591
Damaris Euzébio Monteiro Ferreira Tolfo e Cristiane Feldmann Dutra

Alteração da resolução 35/2007: a um caminho para a desjudicialização das sucessões no Brasil? 594
Israel Lima Santos

A inaplicabilidade do código de defesa do consumidor nas relações B2B 595
Gabrielle Marrie Viana

A inteligência artificial: o limite entre inovação e humanização e sobretudo como ela impacta juridicamente os advogados mais leigos 597
Evellyn Rodrigues

Acesso à justiça, poder e processo penal: uma autoetnografia do grupo de pesquisa 598
Lucas Allebrandt Peres, João Marcelo de Souza Melo Rodrigues, Pedro Ramos Lima, Eraldo Martins Filho, Evellyn Gehlen Ebertz Rodrigues e Israel Lima Santos

O fenômeno das chacinas no direito penal brasileiro 600
João Marcelo de Souza Melo Rodrigues

Desproporcionalidades das liminares na suspensão de redes sociais no âmbito da ações de investigação judicial eleitoral (AIJE) 602
Israel Lima Santos

Pluralismo jurídico e democracia do comum: alternativa do sul global à cosmovisão eurocêntrica e o colapso climático 604
Humberto Oliveira Correa da Silva

Lei do superendividamento: um estudo empírico sobre a aplicabilidade da lei 14.181/2021 no PROCON Canoas, como ferramenta de resolução de conflitos e reinserção do consumidor no mercado de consumo 606
Leonardo de Azevedo Barbosa

Responsabilidade extracontratual do estado por danos decorrentes de eventos climáticos: prevenção e a efetividade dos sistemas administrativos de evacuação em nosocômios 608
Fernanda Fagundes de Moraes

Ativismo judicial na "descriminalização" da maconha? 610
Elvio Dutra Adolfo Júnior e Julia de Souza dos Santos

Adaptação dos contratos de seguro às novas realidades climáticas extremas: tendências e perspectivas 613
João Pedro Fabris Valdez e Jéssica Trindade de Castilho

A publicidade do "jogo do tigrinho" e a (in)aplicabilidade das proteções estabelecidas pelo código de defesa do consumidor experiência 615
Gabryela Peixoto de Souza

Privatização do sistema socioeducativo brasileiro 617
Maria Antônia Flores Neissinger

Trade dress: os desafios da propriedade intelectual não registrada 619
Bruna Dias Burigo

Aposentadoria para transexuais: desafios no direito previdenciário 622
Júlia Cardoso Mayer e Anna Carolina Da Silva Guilloux

O direito sucessório e a herança digital no Brasil: uma análise a partir de aportes teóricos, legislativos e jurisprudenciais 624
Lucas Allebrandt Peres e Bruna de Souza Rodrigues

Contrato de namoro como instrumento de descaracterização da união estável 626
Lucas Allebrandt Peres

Direitos sucessórios do filho concebido após a morte do genitor 628
Bruna Luisa Huppes Konzen

A (i)legalidade da utilização de dados de geolocalização dos celulares como meio de prova em ações trabalhistas 630
Moises Bandeira D Elly

Inteligência artificial no sistema jurídico: ética, regulação e impactos sociais 633
Leonardo Linck Soares de Souza

Tribunal penal internacional: os reflexos das obrigações do estatuto de roma na ordem jurídica brasileira, sob uma perspectiva de integração, submisso e soberania..... 636
Sidemar Dias Galhardo

A presunção de boa-fé do terceiro adquirente: disparidades nos processos de execução civil e fiscal 638
Francieli da Rosa

As licitudes e ilicitudes dos mandados de busca e apreensão no crime de tráfico de drogas 641
Eduarda Nascimento

Acordo de não persecução penal e sua aplicação aos crimes de perigo abstrato 643
Fernanda Fagundes de Moraes

Catástrofe climática no Rio Grande do Sul e quais os instrumentos para a proteção do patrimônio cultural na cidade de Triunfo/RS..... 645
Milena Lisboa Barreto

Preensão manual máxima durante o processo de perda de peso em atletas de judô em ATK 649
Paulo Ricardo Rodrigues de Rodrigues e Tainá Aparecida Haubert

Comparação do nível de aprendizado entre jogos educacionais digital e físico aplicado em graduandos na área da saúde 652
Tainá Aparecida Haubert, Patrick da Silveira Gonçalves e Liciane Fernandes Medeiros

Prevenção de depressão em idosos institucionalizados: uma revisão de literatura 654
Rafaela Silveira de Jesus

Desvendando a sepse: instrumentos de identificação precoce e a atuação do enfermeiro..... 657
Débora Luizi de Jesus Barcelos

Benefícios do treinamento muscular inspiratório em pacientes com insuficiência cardíaca: uma revisão da literatura..... 665
Jeniffer Xavier da Costa e Lucas Stuker Dal Ago

Reabilitação pulmonar em pacientes adultos com sequelas pós-COVID-19: uma revisão da literatura 668
Julliani Oliveira Ruckert, Julia Ananievas e Fabrício Farias da Fontoura

Planejamento estratégico da startup Rosarambo 671
Maria Eduarda Carvalho da Rosa e Eduarda Rambo Grilo

Impacto da mobilidade acadêmica no desenvolvimento de competências de estudantes de fisioterapia 673
Lucas da Silva Severo e Paulo Fossatti

Agropecuária e o aquecimento global: soluções sustentáveis e econômicas..... 674
Isadora Antunes Orestes

A utilização de filtros de água sustentáveis e de fácil acesso para o uso doméstico..... 676
Nicoli Xavier de Borba, Mariana Andriotti de Souza Machado e Luiza Kroef Santana

Transformando sustentabilidade em inovação: o papel dos produtos recicláveis na fabricação de componentes robóticos 678
Maryah Tayana Silveira da Silva, Manoela Andrade Soares das Neves e Emanuelle de Carvalho leite

Olhar docente e discente: as diversas perspectivas sobre o jogo Gaia 679
Pedro Guastelli Fadini e Jordana Andrielly Ferreira de Moura

A educação em diálogo com a cultura: literatura, música e identidade..... 681
Maria Eduarda Oliveira de Oliveira

A cor da ternura: um mergulho no letramento racial 683
Ana Maria Carvalho Lameira

Entre Sócrates e Lóri: o amor como a eterna busca da aprendizagem..... 684
Lais Garcia Vianna de Albuquerque

Lolita and the collector: a case study on the cruciality of media literacy in abuse-centred stories led by unreliable narrato..... 685
Rodrigo dos Santos Martini

"Resgate de memórias" 688
Thais Prado Rodrigues e Hellen da Silva Cunha

Práticas inclusivas no ensino médio e a formação de professores de matemática..... 690
Lavínia Friedrich Cezar

Como será a aprendizagem no futuro? o impacto das tecnologias nas interações de sala de aula 691
Samira Cristina Pereira Peruzzo

Fundamentos e práticas de memória e aprendizagem na educação..... 693
Mariane Torrel Mattei e Rafaela Ferreira Sarmento

O impacto das crises nas crianças: experiência de acolhimento em um abrigo durante uma enchente 696
Luara Wiethoelter Lemos

Jogos de RPG: estratégia pedagógica na educação básica 697
Nicolas Maciel Furquim Marques

O ensino de ciências nos cursos de pedagogia dos Institutos Federais do Sul do Brasil: análise dos projetos pedagógicos através da perspectiva do ensino de ciências por investigação 699
Sheyla Souza Dare

Intimidação sistemática: suas causas e motivos 704
Kevin Dorneles Carvalho e Ana Maria C. Lameira

Curricularização da extensão: contribuições à formação dos estudantes universitários 707
Agnes Nimue de Oliveira e Moana Meinhardt

Atividades lúdicas em abrigos durante as enchentes: vivências com os programas Primeira Infância Melhor (PIM) e Criança Feliz 710
Danielle Chrystine Fontes dos Santos

Sustentabilidade ambiental e aprendizagem significativa: possibilidades para a educação infantil e o ensino fundamental 712
Natasha Rubin Bodratti Brizola e Erick Machado Traugott

O impacto da infraestrutura escolar no processo de alfabetização de crianças com deficiência 714
Giovana Lopes dos Santos e Victória de Bem Muller

Mudanças climáticas sob a ótica das crianças: uma análise qualitativa em uma escola municipal de Canoas/RS 716
Isadora Casal Dalla Lasta, Eduarda Luiza Freitas Oliveira, Enzo Tiecher Ferrite, Thainá Sanhudo de Oliveira, Gabriela Azevedo Marta e Maria Eduarda Zambelli

Introdução às relações internacionais com Pantera Negra 718
Caroline Mineiro

Os desafios da aplicação do direito internacional humanitário no contexto do conflito Israel-Palestina: análise das violações e implicações legais 720
Luiza Rolim Braun

Entre o global e o local: a construção da identidade na era contemporânea . 722
Isadora Gross Fortes

Nacionalismo: formador de estados ou catalisador de guerras? 724
Pedro Henrique Atiense Alves

O modelo húngaro de família e de nação e a rede conservadora anti-gênero do governo de Viktor Orbán (2010-2024) 726
Giovana Tarquinio Demarco

O estudo do nacionalismo nas relações internacionais: uma análise da coerência metodológica..... 729
Isabela Knauth Casanova

Cargo commander: gamificação para o aprendizado de modais e incoterms em comércio exterior 731
Thiago Henrique Dzjobginski Girotto

O consumo de alimentos, cosméticos e produtos artístico-culturais por brasileiros: "Onda Hallyu" como estratégia sul-coreana de política externa e soft power 733
Yasmin Roos de Oliveira

Multistakeholder diplomacy: definição e análise no contexto internacional .. 734
Lauren Giordani Grohs

Identidade e exclusão: análise das estratégias discursivas de Donald Trump na eleição de 2016 735
Laura Brusso Rossi

Imigração, trabalho sexual e direitos civis: uma análise crítica sob a perspectiva de Catharine Mackinnon sobre imigrantes venezuelanas no Brasil 738
Alana Mendes de Moura

O caso Pinochet: uma análise da jurisdição internacional e suas implicações no Chile convolucionais 740
Bianca Fernandes Dutra

Análise das deformações de ligante asfáltico convencional e modificado em função da temperatura de serviço a partir dos ensaios de PG e MSCR..... 743
Gabriel Luís de Cesaro

Viabilidade econômico-financeira entre pavimentação rígida, semirrígida e flexível 745
Nathaly Soares Freiry, Felipe Diemer Kronbauer e Greycy Fagundes Kazanowski

Análise do efeito do tempo e método de mistura em argamassas de revestimento 747
Greycy Fagundes Kazanowski, Felipe Diemer Kronbauer e Nathaly Soares Freiry

A importância do planejamento e do gerenciamento da terraplanagem na construção civil 749
Felipe Diemer Kronbauer, Nathaly Soares Freiry e Greycy Fagundes Kazanowski

Protegendo a intimidade online: estratégias e conscientização contra pornografia de vingança na perspectiva de cibersegurança 749
Gabriela Martins da Silva

Cronograma do Evento 753

CONSÓRCIO DOUTORAL

DIREITO

O PROTOCOLO DAS SETE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AOS HOMICÍDIOS CONFORME A TEORIA DA DISSUASÃO FOCADA: UMA EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Mario Francisco Pereira Vargas de Souza[1]

Resumo
Este resumo tem por tema central debater o protocolo de enfrentamento aos homicídios do Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Rio Grande do Sul (Brasil), por meio da teoria da dissuasão focada de David Kennedy, que está na base de sua elaboração. De início, é realizado um estudo do fenômeno do homicídio a partir de duas dimensões: conceitual e estatística. Em seguida, apresenta-se o documento – assentado em estudo empírico e teórico e resultante do projeto de pesquisa de doutorado do autor – no qual propõe-se formatar a atuação de enfrentamento dos crimes de homicídio na cidade de Porto Alegre, executado em conjunto pelas três polícias estaduais atuantes: Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Esse protocolo de ação elenca sete medidas sistematizadas – que, embora já sejam conhecidas na atividade policial e na segurança pública, são aqui organizadas desde um modo específico, prevendo-se a concatenação e o escalonamento da aplicação de cada ferramenta prevista. Por meio de sua implementação, tem-se o intuito de agregar maior eficiência ao tratamento do crime organizado frente à prática dos homicídios dolosos consumados na cidade de Porto Alegre.

Palavras-chave: crime organizado; dissuasão focada; homicídios; protocolo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil:** estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6. Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Salo de. **Curso de Criminologia Crítica Brasileira:** Dimensões epistemológicas, metodológicas e políticas. Rio de Janeiro: Revan, 2022.

[1] Universidade La Salle. E-mail: mariofsouza@yahoo.com.br.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais em Porto Alegre entre a "paz" na prisão e a guerra nas ruas**. São Paulo: Huitec, 2021.

COSTA, Renata Almeida da. **A Sociedade Complexa e o Crime Organizado:** a contemporaneidade e o Risco nas Organizações Criminosas. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2004.

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.

DIAS, Jorge Figueiredo et al. **Comentário Conimbricense do Código Penal**. Parte Especial, tomo I, artigos 131º a 201º. Coimbra Editora, 1999, Coimbra.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos:** uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis et. al. Variações de homicídios no Brasil: uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2022.

HUNGRIA, Nélson e FRAGOSO, Cláudio Heleno. **Comentários ao Código Penal**. Volume V, arts. 121 a 136. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

ITAGIBA, Ivair Nogueira. **Do Homicídio**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1945.

KENNEDY, DAVID M. **DIsuasioón y Prevención del Delito Reconsiderando la Expectativa de Pena**. Buenos Aires. 2016.

KOPITTKE, Alberto. **Manual de segurança pública baseada em evidências:** o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência. Conhecer. Passo Fundo RS. 2023.

MORAIS, Paulo Heber de. et. al. **Prática, Processo e Jurisprudência**. v. 21. Homicídio. 3. ed. Curitiba: Juruá, 1978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2013 – 2014**. Segurança Cidadã com rosto humano: Diagnóstico e Propostas para a América Latina. 2013. Acesso em 7 de março 2024. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/latinamerica/Resumen-IDH-portugues_completo_.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024.

RODRIGUES, FDJ; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. Dossiê Conexões Marginais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 11-18, 2023.

SOUZA, Mario Francisco Pereira Vargas de. **Análise da Responsabilização Criminal das Facções Criminosas que atuam na Cidade de Porto Alegre nos Crimes de Homicídios, no Primeiro Semestre de 2023, sob a Perspectiva da Criminologia Crítica. Páginas 69 a 89**. Direito Penal, Processo Penal e Criminologia I organização CONPEDI Buenos Aires. Coordenadores: Gabriel Antinolfi Divan. 2023. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/w7dsqk3y/4kt61c59/11q2qW6c96L93g8N.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

SSP/RS - Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. **Indicadores Criminais**. Disponível em: https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais. Acesso em: 12 jun. 2024.

FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO, SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICAL GENERATIVA DE TEXTO E DANOS CAUSADOS AOS USUÁRIOS

Rubem Bilhalva Konig[1]

Resumo

O avanço das novas tecnologias, especialmente da inteligência artificial (IA), tem transformado profundamente a forma como vivemos, comunicamos e interagimos. Nesse contexto, este projeto de pesquisa se dedica a explorar os conceitos e os possíveis danos associados ao uso dessas tecnologias, com um olhar atento sobre os sistemas de linguagem natural, como o ChatGPT. A pesquisa busca entender não apenas como essas ferramentas evoluem, mas também as implicações jurídicas e sociais que surgem com seu uso, ressaltando a importância de revisitar e atualizar os conceitos jurídicos que regem esse campo. O principal foco desta investigação é examinar a responsabilidade, a natureza e a extensão dos danos que podem ser causados pelas plataformas de IA ao fornecer informações incorretas, e como essa responsabilidade se distribui entre os desenvolvedores e os usuários. Os objetivos da pesquisa incluem analisar a trajetória dos sistemas de IA identificar os possíveis riscos para dados pessoais não protegidos e discutir a responsabilidade civil de todos os envolvidos. Além disso, a pesquisa busca investigar estratégias eficazes para prevenir e mitigar esses danos, como o aprimoramento da segurança e a adoção de boas práticas no desenvolvimento e uso da IA. A justificativa para este estudo é clara: acadêmica e socialmente, ele oferece uma contribuição significativa ao conhecimento científico, abordando uma lacuna existente na responsabilidade civil em relação à IA. A pesquisa também tem um impacto social importante, na medida em que visa proteger os direitos dos consumidores e garantir que as informações fornecidas pelos chatbots sejam confiáveis. Pessoalmente, o estudo busca entender as questões éticas envolvidas e os impactos potenciais da desinformação gerada por essas tecnologias. Para atingir seus objetivos, a pesquisa utilizará uma metodologia que combina revisão bibliográfica e análise jurisprudencial com uma investigação empírica, envolvendo a interação com chatbots para avaliar como essas plataformas respondem e se aprimoram com o tempo. Com uma abordagem interdisciplinar que engloba ética, direito, regulação e IA, o estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de tecnologias mais seguras e responsáveis. Em conclusão, este estudo é relevante e necessário para enfrentar os desafios e responsabilidades associados ao uso da IA. Ele visa não apenas ao avanço acadêmico, mas também ao bem-estar social, oferecendo possíveis soluções e respostas para as questões éticas e legais que emergem no uso de chatbots e outras tecnologias de IA.

[1] Universidade La Salle. E-mail: rubem_konig@hotmail.com.

Palavras-chave: inteligência artificia generativa de texto; responsabilidade civil; danos; usuários.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **A Teoria do Direito Constitucional**. Editora Malheiros. 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

CASSELS, Russel. **A Sociedade em rede:** a era da informação e economia, sociedade e cultura. 6. ed. v.1. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

FLORIDI, Luciano. **The Fourth Revolution:** how the infosphere is reshaping human reality. Oxford University Press. Oxford. 2014.

FLORIDI, Luciano. AI4People: Um Marco Ético para uma Boa Sociedade de IA: Oportunidades, Riscos, Princípios e Recomendações. **Minds and Machines**, v. 28, 2018. https://doi.org/10.1007/s11023-018-9482-5.

PIRES, Thatiane Cristina Fonfão; SILVA, Rafael Peteffi da. A responsabilidade civil pelos atos autônomos da inteligência artificial: notas iniciais sobre a resolução do Parlamento Europeu. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, dez 2017.

RUSSELL, Stuart. NORVIG, Peter**. Artificial Intelligence:** A Modern Approach. Fourth Edition. 2016.

CONSTRUINDO A PLURALIDADE: A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL

Valquiria Palmira Cirolini Wendt[1]

Resumo

A representação política das mulheres no Brasil é uma questão complexa que reflete tanto os avanços quanto os desafios contínuos enfrentados pelos movimentos feministas. Apesar das significativas conquistas na luta pela igualdade de gênero, a participação feminina na política ainda enfrenta obstáculos substanciais. Este estudo visa explorar como os movimentos feministas têm influenciado a transformação da representação das mulheres na política brasileira e identificar as barreiras e oportunidades para alcançar uma maior equidade. O objetivo geral deste estudo é analisar as interseções entre os movimentos feministas e a evolução da representação política das mulheres no Brasil, considerando a eficácia das políticas implementadas e os desafios persistentes. Para isso é examinada a trajetória da participação política das mulheres no Brasil, destacando os avanços e retrocessos ao longo dos anos e, identificando os desafios culturais e estruturais que ainda limitam a plena representação política das mulheres e sugerir medidas para superar essas barreiras. A partir disso, busca-se responder o problema de pesquisa como os movimentos feministas têm influenciado a transformação da representação feminina na política brasileira, e quais são os principais desafios e conquistas associados a essa evolução? O marco teórico deste estudo integra diversas abordagens para compreender a dinâmica da representação política das mulheres. Baseia-se nas teorias dos movimentos sociais, conforme discutido por Alain Touraine, que analisa como as ações coletivas desafiam formas de dominação social. Inclui a perspectiva de gênero de Matos (2020), que enfatiza a importância das cotas de representação como mecanismos compensatórios. Pitanguy (2011) e Gohn (2014) oferecem uma visão crítica das políticas públicas e suas contradições na promoção da igualdade de gênero. Além disso, a teoria descolonial é incorporada para considerar como estruturas coloniais e patriarcais impactam a inclusão política das mulheres. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e revisão bibliográfica. Será realizada uma análise detalhada de textos acadêmicos, relatórios de políticas públicas e publicações relevantes sobre feminismo e política. A pesquisa aplicará uma abordagem interseccional para explorar como fatores como classe social, raça e etnia influenciam a participação política das mulheres. A análise da representação política das mulheres no Brasil revela um cenário de progresso e desafios persistentes. Embora as políticas de cotas e as ações dos movimentos feministas tenham promovido avanços significativos, a representação feminina ainda é limitada e desigual. É crucial para alcançar uma maior equidade política não

[1] Universidade La Salle. E-mail: valquiriaw@hotmail.com.

apenas a continuidade das reformas legislativas, mas também uma mudança cultural que enfrente as normas patriarcais e práticas discriminatórias. Medidas afirmativas e transformativas devem ser adotadas para garantir que as mulheres ocupem posições políticas de destaque e contribuam de maneira significativa para o debate democrático e a formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: gênero; movimentos feministas; mulheres na política, interseccionalidade; pluralidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe. **Mulheres e representação política:** 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 251-289.

AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. **50 Anos de Feminismo:** Argentina, Brasil e Chile: a construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 255-300.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2004. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/ Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011. Acesso em: 17 jun. 2022.

DA COSTA, Renata Almeida. **Sociologia jurídica dos muros:** Possibilidades de compreensão do direito e da sociedade a partir da arte e das representações urbanas. Aula Magna do 2º Semestre 2022 do PPGD/UNESC. [S. l.: s. n.], 8 ago. 2022. 1 vídeo (1h46min29s). Publicado pela UnescTV. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u-CAd4FmaQw. Acesso em: 10 ago. 2022.

D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós:** relatos da violência política de gênero do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, 2007, p. 41-70.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

MATOS, Marlise. Mulheres e violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. *In*: BIROLI, Flávia et al. **Mulheres, poder e ciência política:** debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 109-142.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 17-30, 2014.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder:** histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. *In*: ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 20-57.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. A legitimidade dos sujeitos sociais e a construção plural de direitos. Direito. **UnB-Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 6, n. 2, p. 29-36, 2022.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico, Movimentos Sociais e Processos de Lutas desde América Latina. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos; LIXA, Ivone Fernandes M. (org.). **Constitucionalismo, descolonización y pluralismo jurídico en América Latina**. Aguascalientes: CENEJUS / Florianópolis: UFSC-NEPE, p. 95-102, 2015.

ACESSO AO DIREITO À EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS IMIGRANTES EM CANOAS-RS: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO DA UNESCO DE PORTO ALEGRE

Cristiane Feldmann Dutra[1]

Resumo

Introdução: O acesso à educação é um direito fundamental, essencial para o desenvolvimento social e pessoal de crianças e adolescentes. No contexto de migração, esse direito assume uma dimensão ainda mais crítica, dado o papel da escola na integração social e cultural de crianças imigrantes. No Brasil, a Constituição Federal e leis específicas garantem o acesso à educação para todos, independentemente de nacionalidade. No entanto, a permanência escolar dessas crianças enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos locais. Este estudo analisa a aplicação e eficiência da legislação da UNESCO, que visa garantir o direito à educação de crianças imigrantes, com foco no município de Canoas-RS. Objetivo Geral: Avaliar a eficiência da legislação da UNESCO na promoção do acesso ao direito à educação e permanência escolar de crianças imigrantes em Canoas-RS. Objetivos Específicos: Contextualizar o panorama migratório e o acesso à educação no Brasil, com ênfase em Canoas-RS. Analisar as políticas públicas locais e nacionais que promovem o direito à educação para crianças imigrantes. Investigar os principais desafios enfrentados pelas crianças imigrantes para a permanência escolar, incluindo barreiras linguísticas, culturais e sociais. Avaliar a eficácia das diretrizes da UNESCO na prática, considerando a realidade das escolas públicas em Canoas-RS. Propor recomendações para aprimorar a aplicação da legislação e políticas públicas, visando a inclusão e permanência escolar dessas crianças. Marco Teórico: O estudo se fundamenta na teoria dos direitos humanos, destacando o direito à educação como um direito fundamental reconhecido internacionalmente. A Convenção sobre os Direitos da Criança e as diretrizes da UNESCO são marcos normativos centrais que orientam a análise. A teoria da integração social, conforme discutida por autores como Bourdieu, também serve de base para compreender os processos de inclusão e exclusão no ambiente escolar. Além disso, o estudo dialoga com a teoria crítica da educação, que problematiza as desigualdades no acesso e na qualidade da educação, especialmente para grupos vulneráveis como os imigrantes. Método de Investigação: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise documental e estudo de caso. Primeiramente, será realizada uma revisão bibliográfica e documental das legislações internacionais, nacionais e locais que regem o direito à educação de crianças imigrantes. Em seguida, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores escolares,

[1] Universidade La Salle. E-mail: cristiane.feldmann@hotmail.com.

professores e famílias de imigrantes em Canoas-RS para compreender os desafios práticos da aplicação dessas normas. A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e divergências entre a legislação e sua aplicação no cotidiano escolar. A pesquisa também incluirá visitas a escolas selecionadas para observação direta do ambiente escolar e das práticas de inclusão.

Palavras-chave: direito á educação; crianças imigrantes; permanencia na escola; UNESCO; Canoas-RS.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à Nossa Porta.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a Aversão ao Pobre:** um Desafio Para a Democracia. Volume 1. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CUNHA, José Claudinei Lombardi. **O Direito à Educação**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2011.

GOMES, Carla de Paiva; SOUZA, Marisa. A Efetividade dos Direitos Humanos na Educação de Imigrantes no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 88-102, 2020.

GUASQUE, Adriane. et al. **Direito, democracia e constitucionalismo**. Itajai: UNIVALI, 2017.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Que é Sociologia?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MIRANDA, José Alberto Antunes de. Sociedade e governança global: perspectivas para as ações coletivas no direito e na política em um mundo fragmentado. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 8, n. 15, p. 208-220, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/10670/1.p8j5qo. Acesso em: 26 ago. 2024.

OLIVEIRA, Rosana. Educação para Imigrantes e a Efetividade da Legislação Internacional no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 4, n. 2, p. 135-153, 2018.

PIFFER, Carla. "**Transnacionalidade e Imigração: a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia"**.2014. Programa de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

PIRES, Leonardo A. Medeiros. **Direitos Humanos e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2020.

A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO DO TRABALHO: DESAFIOS SOCIOJURÍDICOS E IMPACTOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Nelson Sanchez Rosa[1]

Resumo

Introdução: A Inteligência Artificial (IA) tem impactado profundamente diversas áreas da sociedade, e o Direito do Trabalho não é uma exceção. O avanço da IA, especialmente através da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e dos Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs), como o GPT-4, levanta questões complexas sobre a sustentabilidade dos postos de trabalho e a adequação das normas jurídicas para proteger os direitos dos trabalhadores em um ambiente cada vez mais automatizado. A automação de tarefas e a criação de novas demandas por habilidades trazem desafios significativos para o mercado de trabalho, exigindo uma reavaliação das relações laborais e da justiça social. Questões éticas como a transparência, privacidade e equidade nas decisões automatizadas tornam-se centrais, demandando políticas públicas e diretrizes que assegurem o uso responsável dessas tecnologias, em consonância com os valores fundamentais do Direito do Trabalho. Este estudo busca analisar criticamente as transformações sociojurídicas provocadas pela IA no Direito do Trabalho, propondo soluções que possam mitigar os impactos negativos e garantir a adaptação do ordenamento jurídico a essa nova realidade, por meio de uma abordagem interdisciplinar que envolve o pensamento jurídico crítico, filosofia social e ciências sociais. Objetivos: O objetivo geral desta pesquisa é investigar como o avanço da IA, em especial da IAG e dos LLMs, pode impactar o Direito do Trabalho, com uma análise crítica que abrange aspectos interdisciplinares do pensamento jurídico, filosofia social e ciências sociais. Objetivos Específicos: (i) Avaliar as adaptações legislativas necessárias para enfrentar os desafios impostos pela IA no Direito do Trabalho. (ii) Analisar os impactos socioeconômicos da IA no mercado de trabalho, incluindo realocação de mão de obra e mudanças nas demandas de competências. (iii) Discutir as questões éticas e morais associadas ao uso da IA no ambiente de trabalho. (iv) Investigar o impacto da IA nas dinâmicas das relações laborais, especialmente na interação entre empregados e empregadores. (v) Propor diretrizes para a governança responsável da IA, assegurando o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Marco Teórico: O marco teórico desta pesquisa baseia-se em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo o pensamento jurídico crítico, filosofia social e ciências sociais. A pesquisa explorará a literatura existente sobre IA e suas implicações no Direito do Trabalho, além de analisar legislações e políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas à regulamentação da IA.

[1] Universidade La Salle. E-mail: nsanchez.advogado@gmail.com

Estudos de caso e jurisprudência serão utilizados para ilustrar como diferentes países têm abordado esses desafios. Método de Investigação: A metodologia adotada será uma combinação de pesquisa exploratória-bibliográfica e empírica qualitativa. A primeira fase consistirá em uma revisão aprofundada da literatura relevante, enquanto a segunda fase envolverá entrevistas semiestruturadas com profissionais, pesquisadores e acadêmicos especializados em IA, Direito, Filosofia e Ética. A análise dos dados será realizada através de métodos qualitativos, buscando identificar padrões e tendências que possam contribuir para o entendimento das transformações no Direito do Trabalho frente ao avanço da IA.

Palavras-chave: inteligência artificial; modelos de linguagem de grande escala; direito do trabalho; pensamento jurídico crítico; globalização.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Marco; ZANATTA, Rafael Augusto Ferreira. Inteligência artificial, direito e pesquisa jurídica. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 141, p. 51–64, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i141p51-64. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/225209. Acesso em: 23 ago. 2024.

CANT, Callum; MULDOON, James; GRAHAM, Mark. **Feeding the Machine:** The Hidden Costs of Powering Artificial Intelligence. [S.l.]: Amazon Digital Services LLC, 2023. Disponível em: https://www.amazon.com/dp/B0D1QR895S. Acesso em: 23 ago. 2024.

DEMIR, C.; ÇAKMAK, S. Artificial Intelligence, Technological Change, and the Future of Capitalism. In: ARI, A. (ed.) **Capitalism at a Crossroads**. Springer Studies in Alternative Economics, pp 197–210, (2023). Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-23257-2_11. Acesso em: 28 abr. 2023.

DENNEAN, Kevin et al. **Let's chat about ChatGPT**. UBS [online], Technology, 22 feb. 2023. Disponível em: https://www.ubs.com/global/en/wealth-management/our-approach/marketnews/article.1585717.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

ELOUNDOU, Tyna et al. **GPTs are GPTs:** An early look at the labor market impact potential of large language models. Cornell University, 17 Mar 2023. Disponível em: https://doi.org/10.48550/arXiv.2303.10130. Acesso em: 26 abr. 2023.

ENOCHS, Robert. **Dystopian Apocalypse:** Navigating Joblessness and Employment in the Age of Artificial Intelligence. [S.l.]: Amazon Digital Services LLC, 2023. E-book. Disponível em: https://www.amazon.com/dp/B0CXNMZYHC. Acesso em: 23 ago. 2024.

KATZ, Daniel Martin et al. **GPT-4 Passes the Bar Exam**. SSRN [online], March 15, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4389233. Acesso em: 25 abr. 2023.

PAUSE GIANT AI EXPERIMENTS: an open letter. Future of Life Institute [online]. March 22, 2023. Disponível em: https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/. Acesso em: 26 abr. 2023.

SIMÕES, Bárbara B. O.; MARTINI, Sandra Regina. Perspectivas da fraternidade na nova lei de migrações brasileira (Lei Nº 13.445/2017). **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**, diciembre 2018, vol. 9, nº 2. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6844608.pdf/. Acesso em: 26 abr. 2023.

STRECK, Lenio Luiz; JUNG, Luã Nogueira. **Crítica hermenêutica do direito e inteligência artificial**. 2021. Disponível em: http://www.guaritadigital.com.br/casaleirialivros/dia/dia.3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

STRECK, Lenio Luiz; JUNG, Luã Nogueira. Crítica hermenêutica do direito e inteligência artificial. In: WEDY, Gabriel; HUPFFER, Haide Maria; WEYEMULLER, André Rafael. **Direito e inteligência artificial:** perspectivas para um futuro ecologicamente sustentável. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024. p. 55-71. Disponível em: http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/direito-e-ia/index.html. Acesso em: 23 ago. 2024.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The future of jobs report 2023**. Geneva, May 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2023.pdf. Acesso em: 04 maio. 2023.

XU, G.; XUE, M.; ZHAO, J. The relationship of artificial intelligence opportunity perception and employee workplace well-being: a moderated mediation model. Int. J. Environ. **Res. Public Health**, v. 20, n. 3, 20 Jan 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph20031974. Acesso em: 25 abr. 2023.

DIREITOS REPRODUTIVOS E JUSTIÇA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA COLÔMBIA E OS DESAFIOS NO BRASIL

Adalene Ferreira Figueiredo da Silva[1]

Resumo

O Brasil só não possui a legislação mais restritiva em relação ao aborto que um grupo de 21 países nos quais a interrupção da gestação é totalmente proibida, sem exceção. El Salvador, Haiti, Egito e Iraque são alguns dos países que compõem esse bloco. No atual ordenamento jurídico brasileiro, o aborto provocado é crime contra a vida previsto nos artigos 124 a 127 do Código Penal, exceto em casos de risco de vida para a gestante e de gravidez resultante de estupro. Em 2012, uma decisão do STF incluiu o direito ao procedimento legal para casos de feto anencéfalo sem expectativa de vida extrauterina. A atual legislação penal contraria os princípios e normas jurídicas estabelecidos na CF/88 no que diz respeito ao aborto. A lei que criminaliza a prática está em desacordo com os preceitos constitucionais, especialmente aqueles relacionados aos direitos fundamentais, como a autonomia da mulher e a saúde reprodutiva. A inconstitucionalidade da lei sobre aborto está na violação de direitos individuais, na falta de proporcionalidade entre a conduta realizada e a gravidade da punição, além da interferência injustificada do Estado na esfera privada de mulheres que não desejam ter filhos. Todavia, a norma restritiva não impede que um milhão de abortos provocados ocorram todos os anos no Brasil, segundo estimativa divulgada pelo Ministério da Saúde, na qualidade de amicus curiae da ADPF 442, que pede a descriminalização do procedimento voluntário até a 12ª semana de gestação. Para além disso, o que se vê é um cenário de ameaças de retrocesso com diversos projetos de lei e emendas constitucionais que buscam restringir ainda mais ou até proibir totalmente o aborto, como o caso do PL 1904/24, que propõe alterações ao Código Penal. A principal mudança sugerida por esse PL é a equiparação do aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, incluindo os casos permitidos por lei, como de gravidez resultante de estupro. Diante das investidas políticas para restringir ainda mais o aborto legal no Brasil, a pesquisa visa explorar as implicações legais e de gênero associadas à criminalização da prática. Considerando a semelhança - não só, mas principalmente - com o processo de descriminalização ocorrido em 2022 na Colômbia, país que possuía três permissivos legais desde 2006 e que apresentou mais de 17 produções legislativas para legalizar o aborto antes da interposição da ação na Corte Constitucional, será realizado um estudo comparativo entre o processo de descriminalização do aborto no Brasil com a experiência colombiana de 2022. Ainda, será feita uma análise sobre as políticas públicas criadas após a descriminalização

[1] UNIVERSIDADE LA SALLE. E-mail: adalenef@hotmail.com.

do aborto até a 24ª semana de gestação na Colômbia para verificar se o sistema de saúde atende a toda a demanda de mulheres que procuram o procedimento legal.
A pesquisa utilizará uma abordagem metodológica mista, combinando análise de dados quantitativos e qualitativos, para identificar as mudanças ocorridas nos períodos anterior e posterior à descriminalização na Colômbia, visando verificar a possível aplicação no Brasil, considerando as diferenças entre os contextos sociais, políticos e culturais de cada país.

Palavras-chave: aborto; descriminalização; Brasil; Colômbia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia:** o controle penal para além da (des) ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra; COELHO, Beatriz de Almeida. O Direito é um Homem, Branco e Europeu: uma análise do ensino jurídico na Universidade Federal de Santa Catarina sob o viés de uma teoria epistemológica feminista decolonial. In BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra (coord.). **Direito e Feminismos:** rompendo grades culturais limitantes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 121-144.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, C. H. (org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-80.
BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Interrupção voluntária da gravidez: ADPF 442**. Relatora Ministra Rosa Weber. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf. Acesso em: 23. jul. 2024.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Paulo, v. 1, jan-jun 2011, p. 13-33.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Trad. Heci Regina Candiani; [Prefácio de Carla Rodrigues]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Teoria feminista e crítica às criminologias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de; SEVERI, Fabiana Cristina. Violências contra mulheres e a crítica jurídica feminista: breve análise da produção acadêmica brasileira. **Revista Direito e Praxis. Rio de Janeiro**, v. 10, n. 2, p. 962-990, 2019.

CARMO, Wendal. **Debate sobre o aborto no Brasil 'talvez ainda não esteja maduro'**, diz Barroso, novo presidente do STF. Carta Capital, 29 set. 2023. Justiça. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/debate-sobre-o-aborto-no-brasil-talvez-ainda-nao-esteja-maduro-diz-barroso-novo-presidente-do-stf/. Acesso em: 23 jul. 2024.

COLOMBIA. 2022. Corte Constitucional. **Sentencia C-055/22**. Disponível em: https://www.corteconstitucional.gov.co/Relatoria/2022/C-055-22.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

DE SÁ NETO, Clarindo Epaminondas; FERREIRA, Tayná. A juridificação reativa dos Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. **Revista Jurídica da UFERSA**, v. 5, n. 10, p. 179-193, 2021.

DINIZ, Debora. **Entrevista:** Professora Debora Diniz. [Entrevista cedida a] Cláudia Türner P. Duarte e Cristina Telles. Publicum, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-12, 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto - Brasil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1601-1606, 2023.

MAIA, Maria Clara de Mendonça. **O debate político sobre a legalização do aborto no Brasil (1980-2020):** neoconservadorismo e políticas antigênero na América Latina. Belo Horizonte, 2022. 242 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais.

MÉNDEZ, Ana María; VÉLEZ, Ana Cristina González; MARTÍNEZ, Catalina; ARDILA, Mariana. **Causa Justa:** O movimento pela eliminação do delito do aborto na Colômbia. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2021. Disponível em: https://soscorpo.org/?p=14261. Acesso em: 26 jul. 2024.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal Feminista**. São Paulo: Atlas, 2020.

ROSS, Loretta. What is Reproductive Justice? *In*: REPRODUCTIVE JUSTICE BRIEFING Book: A Primer on Reproductive Justice and Social Change, 2007. Disponível em: https://www.law.berkeley.edu/php-programs/courses/fileDL.php?fID=4051. Acesso em: 24 jul. 2024.

VAGGIONE, Juan Marco. “A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina”. *In*: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 41-82.

VALENGA, Daniela. **Causa Justa:** o Brasil é nossa nova esperança de descriminalizar o aborto na América Latina. Catarinas, 27 set. 2023. América Latina. Entrevista. Disponível em: https://catarinas.info/causa-justa-o-brasil-e-nossa-nova-esperanca-de-descriminalizar-o-aborto-na-america-latina/. Acesso em: 22 jul. 2024.

ZAPATA CAMPOS, Gloria Inés. **Análisis comparativo de la Política pública Sobre la Interrupción Voluntaria del Embarazo en Colombia, Chile, Argentina y Brasil**. Bogotá, 2022. 27 f. Maestría en Salud Publica. Universidad Santo Tomás.

NOVO CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER: O IMPACTO DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA SOB A PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS VÍTIMA

Gabriel Silva Borges[1]

Resumo

A Lei nº 14.192/21 instituiu o delito de violência política contra a mulher, modificando o Código Eleitoral Brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a violência política de gênero e todos os seus impactos face aos direitos políticos das vítimas, principalmente diante dos últimos cenários eleitorais, marcados pela intolerância política. A delimitação do tema busca analisar esse impacto da nova lei em casos concretos, analisando o perfil de vítimas e de autores. Serão verificados os casos ocorridos na eleição estadual no Rio Grande do Sul do ano de 2022, bem como nas eleições dos municípios gaúchos do ano de 2024. A análise visa verificar se a nova lei possibilitou uma maior efetivação dos direitos políticos das mulheres. A pesquisa versará acerca de candidaturas ao governo do estado, ao parlamento federal, seja na câmara dos deputados ou o senado federal, ao parlamento estadual, às prefeituras e às câmaras de vereadores. Além disso, busca-se constatar se a instituição do novo delito é capaz de responsabilizar criminalmente os agressores. O problema enfrentado na presente pesquisa concentra-se em verificar se a alteração legislativa produziu um impacto positivo na vida das vítimas, auxiliando na busca de seus direitos políticos, ou se é uma lei que não modificou o cenário atual de intolerância política. As hipóteses são no sentido de que I. A alteração legislativa gerou um impacto positivo sob a perspectiva de auxiliar na busca dos direitos políticos das vítimas; II. A alteração da lei não gerou um impacto positivo e em nada auxiliou na busca dos direitos políticos das vítimas; III. Embora a alteração legislativa tenha gerado um impacto positivo, auxiliando na busca dos direitos políticos das vítimas, ela não foi suficiente para responsabilizar criminalmente os agressores. O objetivo geral desta pesquisa é verificar os impactos produzidos pela alteração legislativa que inseriu no ordenamento jurídico o crime de violência política de gênero, face às mulheres no contexto político, sejam as que buscam cargos eletivos ou que já ocupam essas posições. Os objetivos específicos são: a) Realizar, por meio da pesquisa bibliográfica, uma revisão de literatura sobre violência política de gênero; b) Identificar, por meio da análise dos casos concretos registrados em ocorrência policiais, além de entrevistas com vítimas, nas eleições dos anos de 2022 e 2024, bem como nos casos que ocorrerem entre os períodos eleitorais, os efeitos produzidos pela legislação e a consequência nos direitos políticos das vítimas; c) Delinear recortes identitários das vítimas e de autores, como escolaridade, profissão, religião e idade, buscando traçar um perfil de incidência dos atos; d) Observar se o

[1] Universidade La Salle. E-mail: gabrielsilvaborges11@gmail.com.

contexto de intolerância política enfrentada no cenário nacional influencia na prática da infração penal. A metodologia utilizada para a pesquisa será a pesquisa bibliográfica, a análise de decisões judiciais, a utilização de informações constantes em sistemas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e a entrevista com vítimas dos delitos.

Palavras-chave: political rights; political intolerance; gender violence; political violence against women.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Divisão sexual do trabalho doméstico como um problema político**. Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas. Editora da Unicamp. 2020.

ARAUJO, Gabriela Shizue Soares de. **Violência Política de Gênero e Lawfare no Brasil**. LAWFARE, p. 581, 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm. Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas gerais para eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 20 de agosto de 2024.

CONNELL. Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo, Ed. NVersos. 2016.

GOVERNO FEDERAL – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Mulheres na Política** – Violência Política - artigo publicado em 27/08/2020. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica. Acesso em 20 ago. 2024.

JUNIOR, Mauro Bley Pereira. A violência política contra a mulher. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 8, n. 5, 2022.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder:** histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 653-679, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório número 54/2001**. Caso 12.051 – Maria da Penha Maia Fernandes. 2001. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm. Acesso em 20 ago 2024.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. **Revista Líbero**, São Paulo, Ano 20, n. 39, p. 16-35, 2017.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, p. 178-208, 2018.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, p. 169-196, 2014.

ROEHE, Hanna Rossi; CAMPOS, Carmen Hein de. Violência política de gênero: a experiência do Brasil e da Bolívia. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 8, n. 2, 2023.

ROUGEMONT, Laura dos Santos. **À margem da voz:** sobre fronteiras e violência política contra mulheres na Amazônia. 2021.

SILVA, Juliana Lencina da. **Violência política contra mulheres:** caso Joice Hasselmann e o bolsonarismo através da misoginia nas redes. 2021.

CONSÓRCIO DOUTORAL

EDUCAÇÃO

PRETUGUÊS É BRASILEIRO, É LÍNGUA DE PRETO (NO BRANCO), SEM PEDIR LICENÇA

Claudete dos Santos da Silva[1]

Sônia de Souza[2]

Resumo

Pensando na contribuição das culturas afrodiaspóricas, sobretudo no que diz respeito à língua portuguesa, nosso trabalho versa sobre a presença e o pertencimento dessas culturas nas línguas/linguagens de um português brasileiro. Além disso, pretendemos refletir sobre o apagamento e a inferiorização dessas culturas, consequentemente, da própria história do povo afrodiaspórico. A revisão bibliográfica é o instrumento metodológico que nos possibilita a reflexão do ato de ser docente e do movimento de fazer pesquisa em educação, considerando que para viver a docência é imprescindível pensar a forma de construção do conhecimento, com os diferentes tempos e espaços, numa perspectiva de interação entre os seres. Portanto, a revisão bibliográfica deste trabalho se dá a partir de um marco teórico embasado em três intelectuais. A primeira é Lélia Gonzalez, criadora do termo pretuguês, que estabelece essa fusão entre a língua do preto africano com o português de Portugal que resultou em uma das contribuições da criação do português falado no Brasil. A segunda intelectual referenciada é Catherine Walsh, cujo estudo demonstra a colonialidade como a causadora das desigualdades sociais e raciais em todo continente Americano, inclusive, no Brasil. Seguindo essa mesma linha, temos o tambor de Luiz Rufino, nosso terceiro intelectual, que nos conclama a sentipensar, de forma coletiva, a descolonialização como ato educativo, uma vez que a sobrevivência do pretuguês na língua portuguesa do Brasil dá-se pela resistência ao poder colonial que impôs sua cultura, história, língua e denominação a esta terra Brasil. Referências: Pensando na contribuição das culturas afro diaspóricas, sobretudo no que diz respeito à língua portuguesa, nosso trabalho versa sobre a presença e o pertencimento dessas culturas nas línguas/linguagens de um português brasileiro. Além disso, pretendemos refletir sobre o apagamento e a inferiorização dessas culturas, consequentemente, da própria história do povo afro diaspórico. A revisão bibliográfica é o instrumento metodológico que nos possibilita a reflexão do ato de ser docente e do movimento de fazer pesquisa em educação, considerando que para viver a docência é imprescindível pensar a forma de construção do conhecimento, com os diferentes tempos e espaços, numa perspectiva de interação entre os seres. Portanto, a revisão bibliográfica deste trabalho se dá a partir de um marco teórico embasado em três intelectuais. A

[1] Universidade La Salle. E-mail: claudetealfa@gmail.com.

[2] Universidade La Salle. E-mail: soniadesouza24@gmail.com.

primeira é Lélia Gonzalez, criadora do termo pretuguês, que estabelece essa fusão entre a língua do preto africano com o português de Portugal que resultou em uma das contribuições da criação do português falado no Brasil. A segunda intelectual referenciada é Catherine Walsh, cujo estudo demonstra a colonialidade como a causadora das desigualdades sociais e raciais em todo continente Americano, inclusive, no Brasil. Seguindo essa mesma linha, temos o tambor de Luiz Rufino, nosso terceiro intelectual, que nos conclama a sentipensar, de forma coletiva, a descolonialização como ato educativo, uma vez que a sobrevivência do pretuguês na língua portuguesa do Brasil dá-se pela resistência ao poder colonial que impôs sua cultura, história, língua e denominação à esta terra Brasil.

Palavras-chave: descolonialidade; culturas afro diaspóricas; pretuguês.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, no. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda:** Educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Revista Visão Global**, v.15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412/1511. Acesso em: 19 jul. 2023.

A RECONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: OUTRAS LEITURAS DE MUNDO PARA O DIÁLOGO E A EMANCIPAÇÃO

Érica Cecília Noronha Da Boit[1]

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de ensino, constrói uma narrativa de resistência durante a sua história. Por vezes marginalizada e esquecida, as turmas da EJA passam por constantes ameaças de fechamento e enturmação, fragilizando os projetos desenvolvidos e desestabilizando as comunidades escolares. Para fortalecer essa narrativa de resistência, tecemos um projeto inicial de tese para o Doutorado em Educação, com o intuito de recontextualizar os conhecimentos dos homens e mulheres da EJA, por meio dos multiletramentos. Entendemos que a recontextualização dos conhecimentos prévios desses estudantes, vivências, histórias e novos conhecimentos são construídos de forma compartilhada, onde todos ensinam e aprendem, oportunizando uma atuação e correlação pedagógica para outras leituras de mundo. Assim, “ao recontextualizar as ciências através da contação de histórias, estamos propondo experiências de compartilhamento da percepção entre os estudantes, que fazem emergir perturbações e ações cognitivas para a superação” (Boit, Backes, 2022, p. 12). De acordo com Rojo e Moura (2012), multiletramentos constituem da designação multimodais ou multissemióticas e incluem especialmente dois tipos de multiplicidades: cultural da sociedade e a dos textos presentes nessa sociedade. Acolhemos a perspectiva de que o ser humano é inacabado, incompleto (Freire, 2020) e sempre passível de construir aprendizagens com o outro e com o contexto que vive (Boit 2022). Entendemos que as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA podem ampliar o diálogo e potencializar a emancipação (Freire, 2016) dos homens e mulheres, da modalidade. Dialogando com nosso marco referencial, faremos uma Pesquisa-ação (Thiollent e Colette, 2014) em busca de construir conhecimento a partir da leitura da realidade dos estudantes da EJA, possibilitando mudanças em seus contextos. O projeto é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade La Salle e no grupo Convivência e Tecnologia Digital na Contemporaneidade – COTEDIC UNILASALLE/CNPq, por meio do projeto “Convivências e Rede(s): Configuração de ecossistemas para aprendizagem”. Assim, na discussão sobre outras leituras faremos a leitura inicial, na metáfora dos letramentos, pontuando os caminhos que pretendemos percorrer durante essa narrativa coletiva (professora-pesquisadora e estudantes-participantes). A pergunta norteadora para a primeira leitura sobre os atores da

[1] Universidade La Salle. E-mail: erica.200710986@unilasalle.edu.br.

pesquisa, seus contextos e conhecimentos sobre os gêneros textuais é: Quais as leituras de mundo que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos conseguem expressar? O objetivo geral da primeira leitura é identificar os gêneros textuais conhecidos pelos estudantes da EJA e explorados para expressar suas leituras de mundo. Os objetivos específicos para essa leitura e narrativa preliminar são: identificar os gêneros textuais conhecidos pelos estudantes da EJA; explorar as práticas pedagógicas multiletradas; e proporcionar diálogo e tomada de consciência de si e dos contextos que cercam os atores da pesquisa. A partir de uma sequência didática, com práticas pedagógicas multiletradas, intitulada: Histórias para quem tem histórias, os estudantes são convidados a imersão na narrativa de contos de fadas adaptados para a cultura gaúcha, para que possam olhar para suas vivências, recontextualizar conhecimentos prévios e construir novos conhecimentos em busca da emancipação.

Palavras-chave: recontextualização do conhecimento; multiletramentos; práticas pedagógicas dialógicas e emancipatórias; educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

BOIT, Érica Cecília Noronha da; BACKES, Luciana. A Construção do Conhecimento Científico na Contação de Histórias: O protagonismo em crianças do Ensino Fundamental. **Cenas Educacionais,** v. 5, p. 1-28, 2022.

BOIT, Érica Cecília Noronha Da. O Letramento Digital na Educação de Jovens e Adultos: ressignificando as práticas pedagógicas na construção de conceitos geográficos. 2022. 188p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle, Canoas, 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 75. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 7-31.

CONTRIBUIÇÕES DO ESCAPE BOOK PARA A APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA

Cristiane Gomes[1]

Resumo

A educação básica enfrenta desafios profundos que transcendem os muros da escola, refletindo-se em índices preocupantes de aprendizado em português e matemática. Para superar essas dificuldades, é crucial adotar uma abordagem pedagógica inovadora, que alcance os interesses dos jovens estudantes do século XXI. A análise cuidadosa das realidades sociais e culturais, aliada à busca por metodologias que deem conta de atingir o jovem estudante atual de forma plena e prazerosa torna-se essencial para promover uma educação crítica, equânime e solidária. No entanto, isso requer inovação metodológica, gestão escolar eficaz e uma perspectiva interdisciplinar que valorize a formação integral dos estudantes. Diante desse contexto, faz-se urgente que se pense em possibilidades de soluções metodológicas para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem de jovens dos anos finais do ensino fundamental. É nessa perspectiva que se insere o trabalho aqui apresentado, que é parte da pesquisa de doutorado da autora, e tem como objetivo averiguar as contribuições do recurso pedagógico gamificado baseado em obras literárias de forma virtual denominado Escapa Book, artefato virtual elaborado no Mestrado da autora, nos processos de ensino e de aprendizagem de estudantes dos anos finais do ensino fundamental em português como língua materna. Para isso, será criada uma biblioteca de Escape Books, de acesso gratuito, em que poderão ser abordadas diversas obras literárias a partir da perspectiva do escape room como jogo de fuga. Nessa abordagem, há uma segunda narrativa, embasada na obra literária original, em que há uma urgência que precisa ser resolvida dentro de um determinado tempo, através da utilização de enigmas, pistas e desafios, de forma interdisciplinar, como tende a ser o universo literário, mas que abordam também aspectos linguísticos previstos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento norteador da educação no Brasil. Para este estudo será utilizada a metodologia DSR (Design Science Research) à luz da hermenêutica, tendo em vista que será elaborado um artefato como busca da solução para a problemática apresentada, porém, para além disso, a questão analítica e dialógica estará presente durante todo o processo de elaboração, aplicação e análise do desenvolvimento da pesquisa. Estudos que contemplem o uso de tecnologias digitais e virtuais, numa perspectiva interdisciplinar, como o Escape Book contribuem para dinamizar e aperfeiçoar o desenvolvimento cognitivo

[1] Universidade La Salle. E-mail: cristianegomes1308@gmail.com

e acadêmico dos estudantes, além de gerar engajamento e oportunizar o trabalho coletivo e colaborativo. O embasamento teórico contará com as reflexões de Paulo Freire (2004) sobre educação crítica, Bernard Charlot (2020) acerca dos processos educativos contemporâneos, Lilian Bacich e José Moran (2018) com as metodologias ativas, Eliane Schlemmer (2014) com as considerações sobre gamificação, Paula Carolei e Gabriel Bruno (2014) e a utilização de escape room em ambientes educacionais, Peffers et. al (2007) embasando a metodologia da DSR e Hans-Georg Flickinger (2010) com fundamentação sobre a hermenêutica. Para fundamentação literária será utilizado Tzevetan Todorov (2014), além da BNCC (2017) como marco legal que embasa a educação no Brasil.

Palavras-chave: gamificação; escape book; aprendizagem; ensino fundamental

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian e MORAN, José (org.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAROLEI, Paula e TORI, Romero. Gamificação aumentada: Explorando a realidade aumentada em atividades lúdicas de aprendizagem. **TECCOGS:** Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, n. 9, Jan-Jun 2014,

CAROLEI, Paula; YANAZE, Leandro Key Higuchi; BRUNO, Gabriel da Silva; EVANGELISTA, Henrique da Costa. Psycho escape: desenvolvimento de dinâmica de escape room para a exposição da obra Psicose de Hitchcock. *In*: SB GAMES, 17., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: http://www.sbgames.org/sbgames2018/files/papers/EducacaoFull/188393.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou Barbárie?** São Paulo: Cortez, 2020.

FLICKINGER, Hans-Georg. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas: Autores associados, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra: São Paulo, 2004. 152 p.

PEFFERS, Ken, et. al. A Design Science Research Methodology for Information Systems Research, **Journal of Management Information Systems**, v. 24, n. 3, p. 45-77, 2007. DOI: 10.2753/MIS0742-1222240302.

SCHLEMMER, Eliane. Gamificação em espaços de convivência híbridos e multimodais: Design e cognição em discussão. **Revista da FAEEBA:** Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, p. 73-89, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1029. Acesso em 16 abr. 2020.

TODOROV, Tzevetan. **A Literatura em perigo.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.

SER LEITOR(A) DE LITERATURA NO FORMANDO-SE PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DE ESCOLA PÚBLICA E SUA IMPLICAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA LÍNGUA MATERNA

Laiza Karine Gonçalves[1]

Resumo

Este resumo visa apresentar a proposta de tese cujo tema é o ser leitor(a) de literatura no estar sendo professor(a) de Anos Iniciais de escola pública e sua implicação na prática educativa. Com objetivo de investigar como a leitura literária implica o ser professor(a) em sua prática educativa; para a partir dele realizar um questionário no Google Forms com os professores da rede municipal para saber se literatura está presente na vida diária como leitor(a); organizar grupos de professores para participar do "Clube do livro: na prática educativa eu sou as minhas leituras" como forma de socializar as ideias do livro lido e suas relações com a prática em sala de aula no período de 6 meses ou 1 ano; propor a escrita das leituras literárias e suas reflexões críticas em um diário com intuito de perceber o formando-se professor(a) conforme a ampliação do número de livros lidos e as suas práticas; e analisar os dados propostos (questionário e diário) com base no aporte teórico selecionado para tal estudo. Visto que muito se fala e se escreve sobre a importância da formação de professores, sobre as diferentes metodologias para dar uma boa aula e, assim, o(a) aluno(a) aprender; entretanto a reflexão sobre a sua atuação nem sempre acontece. Mas se Paulo Freire diz que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, pois o mundo não é; o mundo está sendo. Logo o(a) professor(a) também está sendo. É nessa reflexão e ação constante que a hermenêutica de Paul Ricoeur se insere, pois ao compreender, interpretar e se apropriar do texto literário, o(a) leitor(a) também se compreende, se interpreta e se reconhece. Sendo nesse processo que o(a) professor(a) mantém a sua sensibilidade mais ativa para atuar no espaço escolar de forma mais equilibrada já que muitas vezes está preso em um modelo pragmático racional de conteúdo e resultado. Como aborda António Nóvoa e Jorge Larrosa, em suas ideias, não há como separar a profissão docente de uma formação sensível.

Palavras-chave: leitor(a); literatura; professor(a); escola pública; prática educativa

[1] Universidade La Salle, Brasil. E-mail: laizaleao@gmail.com.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1992.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p. 04-27, jul./dez. 2011. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444. Acesso em: 30 jun. 2024.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 16-33.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Porto: Rés, 1988.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

ESCOLAS DE SAMBA MIRINS: IMPACTOS NA PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL, PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES

Ricardo Figueiró Cruz[1]

Resumo

As Escolas de Samba Mirins são instituições que desempenham um papel crucial na formação cultural e social das crianças no Brasil, especialmente no contexto do carnaval. Essas escolas não apenas oferecem um espaço para a prática de atividades artísticas, mas também promovem a construção de identidades e a valorização da cultura afro-brasileira, como discorre Gordo (2015). Neste sentido, a presente pesquisa busca investigar como essas instituições funcionam como espaços de educação não-formal, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para a preservação de suas identidades culturais. O objetivo geral da pesquisa é compreender o papel das Escolas de Samba Mirins na formação sociocultural e na construção de identidades das crianças envolvidas. Para isso, os objetivos específicos incluem: analisar as práticas educativas realizadas nas Escolas de Samba Mirins e seu impacto na formação de habilidades sociais e artísticas; investigar como essas instituições promovem valores de cooperação, respeito e solidariedade entre as crianças; e explorar a relação entre a cultura do samba e a identidade afro-brasileira, destacando a importância da resistência cultural e da conscientização crítica. A fundamentação teórica da pesquisa se apoia na discussão sobre educação não-formal, que para Gohn (2011) é entendida como um processo educativo que ocorre fora do sistema formal de ensino, mas que é igualmente relevante para o desenvolvimento das crianças. Autores como Paulo Freire (2000) enfatizam a importância da educação como um processo de conscientização e transformação social. Paula (2019) apresenta que a educação não-formal nas Escolas de Samba Mirins é vista como um espaço onde as crianças não apenas aprendem sobre música e dança, mas também desenvolvem habilidades sociais, valores culturais e um senso de pertencimento. Essa abordagem permite que as crianças se reconheçam em suas identidades culturais, especialmente em um contexto de diversidade étnica e social. A metodologia da pesquisa será qualitativa, com enfoque etnográfico (ACHUTTI, 1997; PEIRANO, 2014; ROCHA, 1995). A etnografia permitirá uma imersão no cotidiano das Escolas de Samba Mirins, possibilitando uma compreensão profunda das práticas educativas e das interações sociais que ocorrem nesses espaços. A pesquisa será realizada em três Escolas de Samba Mirins: Império Serrano Mirim, Mangueira do Amanhã e Vai Vai do Amanhã. A coleta de dados incluirá observações participantes, entrevistas com educadores e

[1] Universidade La Salle. E-mail: ricardo.202112780@unilasalle.edu.br.

crianças, além da análise de documentos e materiais produzidos nas escolas. Essa abordagem permitirá identificar como as práticas educativas contribuem para a formação de identidades e a promoção da cultura, oferecendo uma visão abrangente sobre o papel das Escolas de Samba Mirins na educação não-formal e na formação sociocultural das crianças.

Palavras-chave: educação não-formal; escolas de samba mirins; identidade cultural; etnografia; formação sociocultural.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia:** um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GORDO, Margarida do Espírito Santo Cunha. **O Carnaval é o quintal do amanhã:** saberes e práticas educativas na escola de samba Bole-bole em Belém do Pará. 2015. 215p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** carta pedagógica e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

PAULA, Roberta Cristina de. **Pula alegria, acredita que acontece! Infâncias, Identidades Negras e Educação na Escola de Samba Camisa Verde e Branco - SP**. 2019. 289 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 107-117, jul./set., 1995.

EDUCAÇÃO 6.0 - SOCIEDADE DO PROPÓSITO

Ery Clovis Petry Jardim Junior[1]

Resumo

Ao longo da história da humanidade o ensino (didática) e o aprendizado (matética) moldaram-se aos grandes movimentos da sociedade, conhecidos como sociedade 1.0 - sociedade da caça e da coleta; sociedade 2.0 - agricultura; sociedade 3.0 - sociedade industrial; sociedade 4.0 - sociedade da informação; sociedade 5.0 - sociedade inteligente. Em todos estes movimentos, percebe-se que o modus operandi da educação busca atender as demandas da sociedade de produção e de consumo e não da sociedade como um todo. A pesquisa sugere a implementação da Educação 6.0 pós Sociedade 5.0, destacando suas características, desafios e oportunidades. O Propósito 6.0, também conhecido como Educação 6.0, é um movimento baseado na Educação que se propõe a definir, implementar, avaliar e evoluir os parâmetros que regerão a sociedade do Século XXI. O propósito humano será a base do movimento. Este movimento visa desenvolver instituições, coletivos e indivíduos conscientes, engajados e preparados para os desafios contemporâneos de maneira sustentável, ética, inovadora e inclusiva. O objetivo é compreender como essa abordagem pode transformar a educação ao conjugar sustentabilidade integral, ética, inovação, inclusão, saúde integral e bem-estar, analisando como essas dimensões contribuem para a formação de cidadãos globais conscientes, engajados e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos de maneira sustentável, ética e inovadora. O marco teórico da pesquisa está fundamentado em diversas teorias e práticas educacionais. Inclui a Educação para a Cidadania Global (ECG), que promove a compreensão das interdependências globais e a importância da ação em prol da justiça e sustentabilidade. Também incorpora a Educação em Direitos Humanos (EDH), que enfatiza o respeito pelos direitos humanos como base para uma sociedade justa, e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), que encoraja práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental. A metodologia adotada é mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, será realizada uma revisão de literatura para analisar documentos e estudos sobre Educação 6.0. Em seguida, estudos de caso serão conduzidos em 15 países (5 piores do PISA e 5 melhores do PISA, mais o Brasil e de continentes que não estejam entre os 5 melhores e piores), criando uma série de iniciativas para as práticas de Educação 6.0. Entrevistas e questionários serão aplicados a educadores e ou gestores para coletar dados qualitativos sobre suas experiências e percepções. Por fim, técnicas de análise de dados quantitativos e qualitativos serão utilizadas para interpretar os dados coletados e avaliar os resultados. Esta pesquisa sobre Educação 6.0 pode levar ao desenvolvimento de novos modelos educacionais que

[1] Universidade La Salle. E-mail: ery.jardim@unilasalle.edu.br.

integrem sustentabilidade, ética e inovação, promovendo a formação de cidadãos globais conscientes e preparados para os desafios contemporâneos. Além disso, os resultados poderão oferecer diretrizes para a criação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades atuais da educação. A análise comparativa internacional permitirá identificar práticas eficazes em diferentes contextos, contribuindo para a evolução da educação global e proporcionando uma base sólida para futuras implementações de Educação 6.0.

Palavras-chave: Educação 6.0; cidadania global; inovação educacional; propósito global; sustentabilidade integral.

REFERÊNCIAS

ABAZOV, R. Philippines—education system. *In*: CHRISTENSEN, K.; LEVINSON, D. (ed.). **Encyclopedia of Modern Asia**, v. 3. p. 499-502, 2002.

ANDREWS, D. iPads in the classroom: embedding technology in the primary curriculum. **The Guardian**, 2013. Disponível em: https://www.theguardian.com/education/2013/mar/06/ipads-classroom-embedding-technology-curriculum. Acesso em: 15 ago. 2024.

AU, W. High-Stakes Testing and Curricular Control: A Qualitative Metasynthesis. **Educational Researcher**, v. 36, n. 5, p. 258-267, 2007.

BARRON, L.; KINNEY, P. **We belong:** 50 strategies to create community and revolutionize classroom management. ASCD, 2021.

BONNIE, M. Two key theories in education: Confucius and John Dewey. **Academia**, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/1120169/Two_Key_Theories_in_Education_Confucius_and_John_Dewey. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAUSTON, J.; MACLEOD, K. **From behaving to belonging:** The inclusive art of supporting students who challenge us. Association for Supervision & Curriculum Development, 2020.

CURWIN, R. L.; MENDLER, A. N.; MENDLER, B. D. **Discipline with dignity:** How to build responsibility, relationships, and respect in your classroom. Association for Supervision & Curriculum Development, 2018.

EISNER, E. What does it mean to say a school is doing well? In: FLINDERS, D. J.; THORNTON, S. J. (ed.). **The Curriculum Studies Reader**. 4th ed. New York, NY: Routledge, 2001. p. 297-305.

ELLISON, K. **Being honest about the Pygmalion Effect**. Discover Magazine, 2015.

EREDICS, N. **Inclusion in action:** Practical strategies to modify your curriculum. Brookes Publishing, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogy of the oppressed**. The Continuum International Publishing Group, 1970.

GOODMAN, R.; KAPLAN, S. The mantra of Meritocracy. **Stanford Social Innovation Review**, 2018. Disponível em: https://ssir.org/articles/entry/the_mantra_of_meritocracy. Acesso em: 15 ago. 2024.

GWANFOGBE, M. B. Africa's triple education heritage: A historical comparison. In: NSAMENANG, A. B.; TCHOMBE, T. M. S. (ed.). **Handbook of African educational theories and practices**. 2011, p. 70-85. Disponível em: http://www.thehdrc.org/Handbook%20of%20African%20Educational%20Theories%20and%20Practices.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

HIERCK, T. **Managing unstoppable learning:** Classroom behavior management strategies to support social and emotional learning. 2018.

HUDSON, C. C.; WHISLER, V. R. **Contextual teaching and learning for practitioners**. 2008. Disponível em: http://www.iiisci.org/journal/cv$/sci/pdfs/e668ps.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

KLIEBARD, H. M. Problems of definition in curriculum. **Journal of Curriculum and Supervision**, v. 5, n. 1, p. 1-5, 1989.

KAGAN, S. **What is win-win discipline?** Kagan Online, 2002.

LALOR, A. D. M. **Making curriculum matter:** How to build SEL, equity, and other priorities into daily instruction. Association for Supervision & Curriculum Development, 2021.

LYNCH, M. Philosophies of education: 3 types of student-centered philosophies. **The Edvocate**, 2016. Disponível em: http://www.theedadvocate.org/philosophies-education-3-types-student-centered-philosophies/. Acesso em: 15 ago. 2024.

MARSHALL, M. Discipline without Stress, Punishments, or Rewards. **The Clearing House**, v. 79, n. 1, p. 51-54, 2005.

MISSOURI School-Wide Positive Behavior Support. Classroom procedure & routines CAP [Video]. **Vimeo**, 2017. Disponível em: http://pbismissouri.org/classroom-procedures-and-routines-content-acquisition-video/. Acesso em: 15 ago. 2024.

OECD. How pronounced is income inequality around the world - and how can education help reduce it? **OECD iLibrary**, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1787/5k97krntvqtf-en. Acesso em: 15 ago. 2024.

SCHOR, I. Education is politics: Paulo Freire's critical pedagogy. In: **Paulo Freire:** A critical encounter. 1992. p. 24-36. Disponível em: [eBook Central in LIRN]. Acesso em: 15 ago. 2024.

SCHUNK, D. H. **Learning theories:** An educational perspective. 6th ed. Pearson, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/file.PostFileLoader.html?id=53ad2847cf57d75c068b45c5&assetKey=AS%3A273549456019456%401442230680395. Acesso em: 15 ago. 2024.

STEELE, C. M. **A threat in the air:** How stereotypes shape intellectual identity and performance. American Psychological Association, 1997. Disponível em: http://users.nber.org/~sewp/events/2005.01.14/Bios+Links/Krieger-rec5-Steele_Threat-in-the-Air.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

SU, S-W. The various concepts of curriculum and the factors involved in curricula-making. **Journal of Language Teaching and Research**, v. 3, n. 1, 2012.

TALEBI, K. John Dewey - philosopher and educational reformer. **European Journal of Educational Studies**, 2015. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED564712.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

THE PURPOSE of education. **The Martin Luther King**, Jr. Papers Project, 1947. Disponível em: http://okra.stanford.edu/123_Jan-Feb1947_The%20Purpose%20of%20Education.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

TYLER, R. **Basic Principles of Curriculum and Instruction**. University of Chicago Press, 1949.

UNESCO. **Advocacy toolkit for teachers to provide a quality education**. UNESDOC Digital Library, 2014. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002299/229954e.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNESCO. **Changing teaching practices:** Using curriculum differentiation to respond to students' diversity. UNESDOC Digital Library, 2004. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001365/136583e.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

WILSON, S. M.; PETERSON, P. L. Theories of learning and teaching: What do they mean for educators? **National Education Association**, 2006. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED495823.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

WORLD DEVELOPMENT REPORT 2018: Learning to Realize Education's Promise. Cap. 1: Schooling, learning and the promise of education. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28340. Acesso em: 15 ago. 2024..

DIRETRIZES PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA: PROTEÇÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS A PARTIR DA ANÁLISE LEGISLATIVA LÍNGUA MATERNA

Júlia Maria Marques Duarte [1]

Paulo Fossatti[2]

Resumo

Este estudo aborda legislações brasileiras e internacionais sobre educação especial e inclusiva, com ênfase na educação sexual para estudantes com necessidades especiais. A análise visa identificar possíveis desafios na implementação dessas políticas e propor diretrizes que orientem gestores educacionais na promoção de práticas inclusivas eficazes. A pesquisa objetiva propor diretrizes para políticas educacionais voltadas ao combate do abuso sexual de estudantes com necessidades especiais. Para isso, visa especificamente: analisar as legislações vigentes, refletir sobre suas fragilidades, identificar desafios enfrentados por gestores educacionais e desenvolver estratégias para promoção de uma educação sexual inclusiva. Nesta etapa do estudo iremos analisar o contexto legal brasileiro e acordos internacionais que regulamentam a educação especial e inclusiva, com foco nas normas referentes à educação sexual para este público. O estudo busca identificar lacunas e desafios na implementação dessas políticas, propondo diretrizes que possam subsidiar os gestores educacionais na formulação de políticas públicas mais eficazes, com vistas à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e estudantes nessa modalidade de ensino. A análise parte da Constituição Federal (1988), que assegura o direito à educação pública e gratuita para todos, sem discriminação, e estabelece a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), outro marco importante, garante proteção integral às crianças e adolescentes, incluindo, acesso prioritário à educação de qualidade para pessoas com deficiência. No plano internacional, a Declaração de Salamanca (1994), resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, estabeleceu diretrizes globais para a educação inclusiva, reconhecendo a necessidade de adaptar o currículo escolar às diversas necessidades dos estudantes, incluindo a educação sexual. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) reforça a inclusão de estudantes com necessidades especiais na rede regular de ensino, embora a implementação dessas práticas ainda seja fragmentada. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) introduzem temas transversais, como a orientação

[1] Universidade La Salle.E-mail: julia.202110318@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: paulo.fossatti@unilasalle.edu.br.

sexual, mas a aplicação prática dessas diretrizes é limitada. O Decreto Federal nº 3.956/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1/2002 sublinham a importância de eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência e a necessidade de formação adequada de professores para atender às especificidades desse público, ainda que não mencionem a educação sexual. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Lei Brasileira de Inclusão (2015) reforçam o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e ao pleno exercício de sua sexualidade, evidenciando o dever do Estado na promoção do pleno exercício desses direitos, assegurando a este público, acesso a educação sexual, respeitando sua dignidade e cidadania. Adotamos uma abordagem qualitativa descritiva, combinando revisão bibliográfica em Gil (2008) e análise documental em Celard (2012) para a sistematização da literatura, garantindo compreensão aprofundada e contextualizada do objeto estudado.

Palavras-chave: gestão educacional; educação sexual; inclusão; politicas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001a

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiv**a. Brasília, DF, 2008a.

BRASIL; BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 221, p. 12-12, 2011.

FEDERAL, Senado. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas Brasília DF, 2015.

CELARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al**. A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

ESPECIAIS, Educativas. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades, 1994.

FEDERAL, Senado. **Constituição**. Brasília (DF), 1988.

FEDERAL, Governo et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e tecnológica, 1998.

TRANSDOCÊNCIA: ENTRE TRANSIÇÕES E PEDAGOGIAS TRANSFORMADORAS: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Sheila Beatriz Ost[1]

Resumo

Este texto busca apresentar o Projeto de Tese que tem como título TRANSdocência: entre TRANSições e pedagogias TRANSformadoras, que tem como objetivo analisar como ocorre(ra)m as trajetórias formativas das(os) professoras(es) transexuais do município de Canoas/RS. Apresenta como objetivos específicos: registrar as histórias de vida e trajetórias formativas das(os) professoras(es) transexuais do quadro municipal de Canoas/RS; examinar, a partir da perspectiva dos(as) professores(as) transexuais do quadro municipal de Canoas/RS, se a diversidade que a transexualidade comporta interfere na docência; compreender como as(os) professoras(es) transexuais do quadro municipal de Canoas/RS vivenciam a docência nos espaços escolares e, propor elementos para a formação continuada de professores(as) que possam contemplar a população LGBTQIAP+. Nos últimos anos, tem aumentado o debate e os estudos referente à sexualidade e gênero. Essas pesquisas têm crescido no âmbito da educação e isso demonstra o que vem acontecendo nas escolas e o quanto é importante abordar essas temáticas com os alunos e com os professores, pois atualmente, vivemos em uma sociedade da diversidade, que vem crescendo a cada ano. Tornam-se importantes para esse estudo autores como: LOURO (2013, 2014, 2016a, 2016b), MEYER (2013), RIBEIRO (2016), BUTLER (2000, 2008, 2015, 2020), SALIH (2017), SILVA (2011) QUARESMA DA SILVA (2012, 2016), HARAWAY (1995, 2000), WOODWARD (2000), PRINS, B. MEIJER, I (2002), LE BRETON (2011), entre tantos outros que emprestaram suas vozes ao longo dessa pesquisa. Compreender a trajetória docente de professores e professoras transexuais como pessoal e subjetiva nos leva a pensar nas inúmeras possibilidades de recriamos o espaço escolar, de recriarmos nossa realidade, nossa docência, pois esses processos subjetivos ao longo de nossa atuação docente, são únicos e riquíssimos. Fazer uso do que será aprendido no decorrer dessa pesquisa, é abrir as portas para uma escola inclusiva, não só com o corpo discente, mas principalmente, com o corpo docente. A natureza desta pesquisa será qualitativa e exploratória (Gil, 2002). Para tanto, trago uma abordagem qualitativa de estudo de caso. A partir da construção do contexto da pesquisa serão observadas as variáveis causais do fenômeno (como professores e professoras transexuais, percebem sua atuação docente frente a constituição de suas identidades de gênero). Trazer uma proposta metodológica que se embasa epistemologicamente por meio de uma via feminista vem ao encontro da

[1] Universidade La Salle. E-mail: sheila.ost@gmail.com.

descentralização do poder do conhecimento tecendo novas formas de olhar e possibilitando mais de uma abordagem metodológica que possui um caráter político.

Palavras-chave: transexualidade; docência trans; professor(a) transexual.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. *In*: PASSOS, I. C. F. (org.). PODER, NORMALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA – Incursões foucaultianas na atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 90-108.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. **Revista Sapere Aude**. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 1 sem. 2015.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 20 maio 2021.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. RJ: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica: 2016.

LOURO, Guacira Lopes. “Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012. Acesso em: maio/2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

MEYER, Dagmar. (2013). Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO. G.L. FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, p. 11-29.

PRINS, B. MEIJER, I. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n. I, 2002. p. 155-167.

QUARESMA DA SILVA, Denise. La producción de lo normal y lo anormal: un estudio sobre creencias de género y sexualidad entre docentes de escuelas municipales de Novo Hamburgo/Brasil. Subj. procesos cogn., **Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, v. 16, n. 1, p. 178-199, jun. 2012. Disponible en http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-73102012000100008&lng=es&nrm=iso. accedido en 08 mayo 2023.

QUARESMA DA SILVA, Denise. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. 2016. **Revista Estudos Sociais**, n. 57, p 78-88, jul. set. 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Traduzido por Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

CONSÓRCIO DOUTORAL MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

MEMÓRIA E RELIGIOSIDADES AFRO-GAÚCHAS: PERSPECTIVAS SOBRE AS MODALIDADES DE CULTO EMERGENTES NOS TERREIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – RS

Marcelo Luis Henriques Silveira[1]

Resumo

O projeto de tese de doutorado está inserido na linha de pesquisa Memória Cultura e Identidade, tendo como tema de pesquisa Memória e Religiões Afro-Brasileiras. O objeto empírico de estudo são os Terreiros do Rio Grande do Sul, especialmente os localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Voltando o olhar para os Terreiros da RMPA, estes espaços já operam com uma tríade clássica de cultos de forma mais consolidada, composta pela Umbanda, a Quimbanda e o Batuque. O objetivo desta pesquisa é investigar as modalidades de culto que emergem nestes lugares, que direciona ao seguinte problema de pesquisa: A interpenetração de novas modalidades de culto nos Terreiros da região metropolitana de Porto Alegre - RS, indicariam possíveis transfigurações nas tradições religiosas da tríade clássica?. O estudo se torna relevante, pois abre caminho para promover a conscientização em prol da tolerância religiosa, através de estudos que contemplem questões culturais referentes às religiões afro-brasileiras. Outrossim, pesquisar sobre religiões que não seguem uma padronização doutrinária, de características peculiares, considero oportuno investir neste estudo para atualizar sobre como se relacionam as tradições com as realidades cotidianas. Os dirigentes espirituais, por intermédio de suas redes sociais abriram os segredos para além dos limites dos Terreiros. Sendo perceptível uma polarização na comunidade de terreiro, em uma ponta observa-se um grupo conservador que defende as tradições e noutra os liberais. Portanto, torna-se evidente a ocorrência de processos assinalando assim um movimento de transição de práticas nas tradições existentes nesta tríade clássica, indicando uma possível transfiguração. Possivelmente por conta de uma visão mais liberal de alguns dirigentes de terreiro, necessidades do seu público-alvo ou até mesmo pelas transformações sociais contemporâneas. A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, uma vez que o objeto empírico de estudo abrange os Terreiros e por consequência todo o contexto que ali se desenvolve tanto no âmbito religioso quanto social, Minayo (2016), sugere a importância da pesquisa qualitativa para a produção de estudos voltados a crenças, aspirações e domínio do simbólico. A tese será estruturada em cinco artigos interdependentes e sendo assim serão utilizadas variados métodos e suas formas de coleta de dados, tais como netnografia (Kozinets, 2014), etnografia (Frehse, 2011), história oral (Meihy; Seawright, 2020), estudo de caso (Yin, 2001). Após todo o material levantado durante a pesquisa, estes serão analisados conforme sugere Bardin (2011). Como aporte teórico, serão

[1] Universidade La Salle. Email: marcelo.201120050@unilasalle.edu.br.

utilizados os estudos voltados à memória como Halbwachs (2006) e Candau (2018), dentre outros. No campo relativo às Religiões Afro-brasileiras nos apoiamos em autores como Corrêa (1992), Negrão (1996), Oro (1999), Silveira (2020), Simas (2021), Rufino (2019). De praxe, foi realizada uma revisão de literatura sistemática para verificar quais pesquisas podem colaborar nas discussões que serão apresentadas nos artigos que irão compor a tese. O projeto de tese está finalizado e aguardando a confirmação da data da qualificação e disponibilidade dos integrantes da banca. Esta pesquisa foi submetida ao Consórcio Doutoral para que a banca possa contribuir para o enriquecimento da mesma, possibilitando maior qualidade nos artigos que serão produzidos.

Palavras-chave: memória social; religião afro-gaúcha; batuque; umbanda; quimbanda.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, Norton F**. O batuque no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua.** O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia:** realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MEIHY, João C. S. B.; Seawright, Leandro. **Memórias e narrativas:** história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NEGRÃO, Lísias. **Entre a cruz e a encruzilhada:** formação do Campo Umbandista em São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ORO, Ari P.. **Axé Mercosul:** as religiões afro-brasileiras nos países do Prata. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RUFINO, LUIZ. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2019.

SILVEIRA, Hendrix A.. **Não somos filhos sem pais:** História e Teologia do Batuque no Rio Grande do Sul. São Paulo, SP: Arole Cultural, 2020.

SIMAS, Luiz A. **Umbandas:** uma história do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

O RECONHECIMENTO DAS JUVENTUDES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO SÓCIO ESPORTIVO E O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL

Ana Paula Malanovicz[1]

Resumo

A motivação para esta pesquisa se dá a partir da vivência profissional junto a jovens com deficiência intelectual, aliada à curiosidade pessoal em relação à trajetória dessas juventudes, além do fato de perceber que as narrativas sociais frequentemente ignoram esses indivíduos, sujeitando-os a exclusões significativas. O estudo busca responder à questão de pesquisa: como o reconhecimento das juventudes com deficiência intelectual no contexto socioesportivo se evidencia no campo da memória social? O objetivo é analisar como o reconhecimento da juventude com deficiência intelectual no contexto socioesportivo se evidencia no campo da memória social. Viver é uma condição biológica, e existir é uma condição social que está ligada ao inacabamento humano e à necessidade de sociabilidade e pertencimento à determinada sociedade (Ribeiro, 2021). O estudo apresenta os conceitos de juventudes, pessoa com deficiência e pessoa com deficiência intelectual, procurando explorar como as juventudes com deficiência intelectual são percebidas socialmente, analisando como as diversas trajetórias juvenis influenciam essa percepção. Ribeiro (2021) explica que as pessoas com deficiência, especialmente os jovens, são constantemente desrespeitados em relação aos direitos humanos, sendo excluídos da vida econômica, política e cultural em sociedade. Esta pesquisa se propõe a relacionar esse contexto ao campo da memória social a partir de diferentes autores, especialmente Halbwachs e Candau. Halbwachs (2006) estabelece a memória coletiva e leva à reflexão sobre a memória e identidade de uma sociedade. Candau (2011) explica que memória e identidade são indissociáveis, e interrelaciona o individual e o coletivo quando se compartilha vivências, lembranças, etc. Pode-se relacionar a pessoa com deficiência às formulações de Candau (2012), visto que o ser humano é capaz de aprendizagem social e imitação, sendo importante para a cooperação e reciprocidade. A pretensão é também explorar as memórias sociais relacionadas às práticas esportivas inclusivas e/ou paradesportivas, destacando a pluralidade das juventudes nesse contexto. Para isso, a metodologia adotada é de abordagem qualitativa, exploratória, com análise temática dos dados obtidos. Está sendo realizada uma revisão sistemática sobre o tema, além da sistematização de registros que evidenciam elementos da memória social e da identificação de como essa memória é construída nos processos inclusivos. A análise temática seguirá o modelo de seis etapas proposto pelas autoras Braun e Clarke (2006), com o objetivo de identificar padrões nas narrativas coletadas, contribuindo para a compreensão da memória social dessa

[1] Universidade La Salle. E-mail: ana.202413442@unilasalle.edu.br.

população. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais de Educação Física que atuam diretamente com essas juventudes, além de pesquisa documental com fontes diversificadas, como registros de instituições e de eventos paradesportivos. Está sendo considerada a história oral como metodologia de pesquisa para levantamento de dados. Como resultado final, espera-se que seja evidenciado o reconhecimento da juventude com deficiência intelectual no contexto socioesportivo no campo da memória social.

Palavras-chave: memória social; identidade; pessoa com deficiência intelectual; juventudes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Marcelo Moreira. O esporte adaptado na escola: reflexões a partir da produção acadêmica nacional. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira**, v. 9. n. 20. jan-abr, 2020. p. 30-42. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/42690. Acesso em: 29 dez. 2023.

ATLAS da Juventude. 2021. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/. Acesso em: 02 jan. 2024.

BEZERRA, S. S.; VIEIRA, M. M. F. Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho. **Revista de Administração de empresas**, n. 52, abr. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/PQVxT7D7W7X3zz83gTvgQfp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 29 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº. 13146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAU, Joël. A memória e o princípio de perda. **Diálogos**, v. 16, n. 3, p. 843-872, set-dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36074/18680. Acesso em: 25 jun. 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projetos de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRA, N. R.; OLIVER, F. C. O jovem com deficiência e seus percursos de participação social. In: *Última Década*. n. 52. Dez. 2019. p. 80-106. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v27n52/0718-2236-udecada-27-52-80.pdf Acesso em: 31 dez. 2023.

GUERREIRO, R.; PERATZ, L. Deficiência. *In:* PERONDI, Maurício; et al. **Juventudes entre A e Z**. 1. Ed. Porto Alegre: CirKula, 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, M. F. A deficiência intelectual: história e estigmatização imposta as pessoas ao longo dos tempos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8. n. 01. jan. 2022. Disponível em: https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/3866/1501. Acesso em: 28 dez. 2023.

MAYER, Sandra Mara. et al. Projeto Piracema - natação para pessoas com deficiência: um relato de experiência. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v.17. n.1. p. 343-348, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/20623/pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

RIBEIRO, Elisabete da S. **Juventudes e deficiência**: narrativas autobiográficas de jovens mulheres. 2021. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240065. Acesso em: 02 jan. 2024.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCHWENGBER, Daiana. **Memórias da (in)visibilidade***:* catadores do Brasil e biffines da França. 2019. 235 p. Tese (Doutorado em Memória Social e Bens Culturais). Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas, 2019. Disponível em: https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1403. Acesso em: 26 mar. 2024.

SILVA, E. R. M.; COSTA, M. P. R. Revisão sistemática sobre avaliação para identificação inicial de alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 31. n. 62. p. 551-568. jul/set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X31890. Acesso em: 24 dez. 2023.

SILVA, G. F. Halwachs, Maurice. A memória coletiva. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/59252/38241. Acess em: 20 jan. 2024.

SILVA, Margaret da C.; MIETO, Gabriela S. M.; OLIVEIRA, Valéria M. Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 469-486, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/w5k4XcStbBCWJHLL8DLdFBD/?lang=pt. Acesso em: 24 dez. 2023.

SOUZA, Luciana K. Pesquisa com análise qualitativa dos dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro. v. 71, n. 2, p. 51-67. mai/ago. 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245380. Acesso em: 25 jun. 2024.

TOGNOLI, S. E.K. A. Maurice Halbwachs: a memória coletiva. **Revista Scrita Alumni**, n. 2, 2009, p. 124-134. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286087054_Maurice_Halbwachs_A_Memoria_Coletiva. Acesso em: 05 fev. 2024.

PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO PROMOVIDA POR MEIO DA CULTURA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Juliana Bombardelli[1]

Resumo
Este estudo investiga como os fatores culturais, especificamente a memória e a cultura institucional, podem contribuir para a permanência estudantil em cursos de graduação presenciais em uma universidade comunitária no Rio Grande do Sul. A partir de uma revisão das teorias sobre retenção de estudantes desde a década de 1970, o estudo identifica que, além dos fatores acadêmicos e sociais, a memória institucional pode desempenhar um papel importante na criação de um sentimento de pertencimento e identidade entre os estudantes. Utilizando o estudo de caso como metodologia principal, o objetivo é desenvolver estratégias que utilizem esses fatores culturais para melhorar o engajamento e a continuidade dos estudantes no ensino superior. A pesquisa visa, assim, preencher uma lacuna na literatura ao explorar como a memória e a identidade cultural institucional podem ser mobilizadas como ferramentas para reduzir a evasão e promover a persistência acadêmica.

Palavras-chave: permanência; evasão; estudante; cultura; memória.

REFERÊNCIAS

ARIZA. Ana Célia. Planejamento e ações de marketing. *In*: COLOMBO, Sônia Simões et al. **Gestão educacional**: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004. 262 p.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. *In*: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.). **Cultural memory studies:** an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Mapa ensino superior no Brasil 2023**. SEMESP (2023).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

[1] Universidade La Salle. E-mail: juliana.202312736@unilasalle.edu.br.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugare**s. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10. 1993.

TEDESCO, J. C. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. **Revista História**: Debates e Tendências, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 343-353, 2013. DOI: 10.5335/hdtv.13n.2.3724. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3724. Acesso em: 13 jul. 2024.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of educational research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1170024?refreqid=excelsior%3Ae920b32667f3a1346b70511ec78b4240&seq=3#page_scan_tab_contents. Acesso em 30 dez. 2017

TINTO, Vincent. Taking Retention Seriously: Rethinking the First Year of College. **NACADA Journal**, v. 19, n. 2, p. 5–10, 1999. Disponível em: http://www.nacadajournal.org/doi/pdf/10.12930/0271-9517-19.2.5?code=naaa-site. Acesso em: 30 dez. 2017.

TINTO, Vincent. **Learning better together:** the impact of learning communities on student success. Em Higher Education Monograph Series (pp. 1-8). Higher Education Program, School of Education, Syracuse University. 2003. Disponível em: https://wsac.wa.gov/sites/default/files/2014.ptw.%2855%29.pdf. Acesso em: 30 dez. 2017.

TINTO, Vincent. Research and practice of student retention: what next? J. **College Student Retention**, v. 8, n. 1, p. 1–19. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.2190/4YNU-4TMB-22DJ-AN4W. Acesso em: 30 dez. 2017.

TINTO, Vincent. Through the eyes of students. **Journal of College Student Retention:Research, Theory & Practice**, v. 9, n. 3, p. 254–269, 2015. Disponível em:https://doi.org/10.1177/1521025115621917. Acesso em: 30 dez. 2017.

APLICANDO CONCEITOS DE CIDADES INTELIGENTES NO CONTEXTO DE MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL-RS

Adriano Rostirolla[1]

Resumo

Introdução: as cidades no Brasil tiveram seu início e se desenvolveram com pouco ou nenhum planejamento, tornando o processo a posteriori mais longo, difícil e dispendioso (Reis, 2015, p. 226). A mobilidade urbana é um dos entraves para o desenvolvimento das cidades e a busca por melhor qualidade de vida de seus habitantes. Um eficiente sistema de mobilidade urbana otimiza os transportes públicos e gera um desenho urbano que encoraja a caminhada e o ciclismo, promovendo o senso de comunidade (Leite; Awald, 2012, p.136) – elemento que vai suscitar a memória coletiva, que para Halbwachs (1990) é um conjunto de lembranças construídas socialmente amparadas na memória de cada indivíduo. O acesso de forma rápida e eficiente das pessoas ao que a cidade oferece significa mais possibilidades de interação social, de usos e ocupações da vida urbana. Propõe-se realizar um diagnóstico geral da mobilidade urbana de Canoas, tendo como locus de pesquisa a região do Centro da cidade e adjacências. A partir do diagnóstico, objetiva-se trazer proposições para aprimorar a mobilidade urbana local sem prejuízos para a preservação dos patrimônios cultural e natural, possibilitando para a sociedade local conservar vivas a sua identidade, a sua história e a sua cultura. Objetivos: a proposta de tese terá como objetivo geral: - elaborar proposições para o aperfeiçoamento da mobilidade urbana local conjugado com a preservação do patrimônio natural e cultural da cidade. Objetivos específicos: - propor ações de mobilidade urbana no centro e adjacências nas quais o trajeto a pé seja valorizado; - mapear áreas do centro e adjacências que possam ser melhor sinalizadas; - diagnosticar o registro do patrimônio cultural e natural da cidade de Canoas. Marco teórico: a referências teóricas iniciais para o trabalho de pesquisa são as que constam no item 5 “Referências”. Autores como Milton Santos, Assmann, Candau, Halbwachs, dentre outros sobre memória, cultura, patrimônio cultural e patrimônio histórico, portais, sites, livros, artigos, dissertações e teses integrarão as referências bibliográficas para a pesquisa. Método de investigação: a base para isso são os conceitos, as práticas e o que vem sendo feito em cidades inteligentes, em mobilidade urbana e em preservação de patrimônio cultural e natural no Brasil e no mundo; as disciplinas cursadas no PPG em MSBC; documentos do poder público municipal; entrevistas com pessoas do poder municipal e com moradores locais e a análise de conteúdo da pesquisa de campo e dos materiais pesquisados como referências.

[1] Universidade La Salle. E-mail: adriano.202321416@unilasalle.edu.br.

Palavras-chave: cidades inteligentes; mobilidade urbana; patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ALLGAYER, Eni. **Sapucaia do Sul:** 300 anos de história. Sapucaia do Sul. Secretaria Municipal de Planejamento.1984. 545 p.

ALLGAYER, Eni. **História de Sapucaia do Sul.** Porto Alegre: Mercosul, 1992.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL**.** Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021.

CARREIRA, Grace Laine Pincerato. Patrimônio Cultural e desenvolvimento urbano: uma abordagem introdutória. *In:* PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira (org.). **Cidades inteligentes, humanas e sustentáveis:** II Encontro Internacional de Direito Administrativo Contemporâneo e os Desafios da Sustentabilidade. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020. p. 317-325.

CARVALHO, Grazielle. **Cenários futuros para cidades inteligentes.** 1. ed. São Paulo: Trilhas Treinamento e Consultoria, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEITE, Carlos; Awald, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira (org.). **Cidades inteligentes, humanas e sustentáveis:** II Encontro Internacional de Direito Administrativo Contemporâneo e os Desafios da Sustentabilidade. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020. 351 p.

REIS, Manoel de Andrade Silva. Mobilidade urbana: um desafio para gestores públicos. *In:* **FGV – Projetos:** cidades inteligentes e mobilidade urbana. Cadernos FGV Projetos, ano 10, n. 24, 2015. p. 216-231. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11878. Acesso em: 06 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Parque Zoológico.** Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/zoologico. Acesso em: 28 out. 2024.

SAPUCAIA DO SUL. **Lei nº 2896, de 11 de outubro de 2006.** Institui o Plano Diretor, as diretrizes, adequando-o ao Estatuto das Cidades e dá outras providências.
Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sapucaia-do-sul-rs. Acesso em: 16 out. 2024. Sapucaia do Sul, 2006.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS

Monique Valgas Ferreira[1]

Resumo
Esta proposta de pesquisa visa debater acerca do papel do Projeto político pedagógico dentro do contexto escolar junto a narrativas de professores de uma escola municipal do município de Esteio/RS. A EMEB Camilo Alves foi fundada em 18 de maio de 1961, e atualmente atende em média 520 alunos, das turmas de Pré-escola aos nonos anos, conta com uma equipe docente de 35 professores. Para isso há a problemática acerca de o que consiste compreender a função do Plano Político Pedagógico (PPP) e o papel desempenhado pelos docentes. A proposta tem como instrumento um questionário, através da plataforma Google Forms, contendo 5 questões objetivas e uma dissertativa com os professores da EMEB Camilo Alves, localizada na cidade de Esteio/RS, quanto à participação dos docentes na construção do documento em 2023. O artigo versa problematizar o que o documento oficial relata e o que faz parte da memória organizacional. Assim, como base teórica em Melgar-Sasieta, Beppler e Pacheco (2011, p. 1) a memória organizacional pode estar dispersada entre documentos, pessoas, sistemas, entre outros. A prática pedagógica, que não é repassada como conhecimento, faz com que ocorram repetidos erros que poderiam ser evitados, os saberes dos educandos devem ser valorizados nesses registros. A especificidade da comunidade escolar que dá vida à escola deve estar registrada. Paulo Freire indaga em sua obra Pedagogia da autonomia (2004) que é necessário desenvolver a criticidade, logo os documentos escolares devem incluir as percepções dos alunos e professores.

Palavras-chave: memória organizacional; projeto político pedagógico; professores; educação.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS DE REVISÃO. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 3-19, jan./abr. 2018.

CARDOSO DOS SANTOS, J.; LÍGIA POMIM VALENTIM, M. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência**

[1] Universidade La Salle. E-mail: moniquevalgas@gmail.com.

da Informação, *[S. l.]*, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/36235. Acesso em: 12 jul. 2024.

NEVES, P. M. Costa; CERDEIRA, J. P. Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 3–19, 2018. DOI: 10.21714/2236-417X2018v8n1. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/38134. Acesso em: 12 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REVISTA PESQUISA QUALITATIVA. São Paulo (SP), v.8, n.17, p. 155-183, ago. 2020.

VEIGA, Lúcia Maria Gonçalves de; RESENDE, Ilma Passos Alencastro (org.). **Escola:** espaço o projeto político-pedagógico. 8. ed. Campinas: Papirus, 2005.

PONTES CULTURAIS: TRANSFORMANDO DESAFIOS DA LINGUAGEM EM OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA IMIGRANTES

Carla Dias da Silveira[1]

Resumo

Introdução: O número de migrantes no Brasil tem aumentado ao longo dos últimos anos, contribuindo para a ampliação da diversidade cultural no país. Embora o Brasil se autodenomine multiculturalista, persistem manifestações de preconceito e discriminação racial e étnica, conforme observado por Moreira e Candau (2008). Essas atitudes discriminatórias afetam negativamente os imigrantes, particularmente no contexto escolar, e representam um obstáculo para a plena integração desses estudantes. Este estudo é um recorte de uma tese em andamento, subsidiada por bolsa do CNPq. A escolha do município de Canoas/RS para aplicação da pesquisa é justificada pela significativa presença de imigrantes na região, bem como pela atuação laboral da pesquisadora ser no sistema público de ensino, onde há lacunas evidentes a serem pesquisadas relacionadas ao acolhimento e à inserção desses indivíduos na educação. A investigação parte desse contexto e abrange as complexidades e controvérsias acerca dos imigrantes e das dimensões culturais na educação. A partir dessas discussões, pretende-se investigar a importância de desenvolver práticas educativas que minimizem preconceitos e discriminações enfrentados por sujeitos e grupos culturais que, ao longo do tempo, têm sido hostilizados e silenciados devido às suas identidades culturais distintas daquelas consideradas dominantes e aceitáveis no ambiente escolar. OBJETIVOS: O objetivo geral é analisar a proposta de práticas pedagógicas, construídas para e com os imigrantes, quanto a efetividade da aprendizagem, da inclusão e da acolhida para os alunos imigrantes dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Canoas/RS. MARCO TEÓRICO: Dialogamos com Moreira e Candau (2008), que discutem as questões do multiculturalismo; Frago (1993), que aborda a cultura escolar; Candau (2011), cujas reflexões versam sobre memória e identidade; Moll e colaboradores (2005) dialogam sobre os fundos de conhecimento na educação; Halbwachs (1990), que explora a memória coletiva; e Pollak (1989), que investiga os conceitos de memória, esquecimento e silêncio. Além disso, Freire (2005) é referência central para as discussões sobre educação, enquanto Bourdieu (1998) oferece uma análise das relações entre memória e educação e Laraia (2002) contribui com considerações sobre cultura. Esses diálogos teóricos proporcionam uma base sólida para uma análise crítica das experiências dos imigrantes na educação, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e pedagógicas que influenciam a inclusão e a identidade desses indivíduos no ambiente escolar. METODOLOGIA: Esta pesquisa se distingue por sua natureza

[1] Universidade La Salle. E-mail: carla202213376@unilasalle.edu.br.

qualitativa e exploratória, adotando uma abordagem de análise de conteúdo para revisar fontes históricas e estudos literários sobre os imigrantes na educação brasileira. Investigaremos as produções científicas analisando artigos, teses e dissertações publicados no período de 2018 a 2024, visando compreender, por meio de estudo de caso e das pesquisas teóricas e empíricas, a experiência dos imigrantes na educação Canoense, levando em conta sua dimensão cultural.

Palavras-chave: imigrantes; educação; memória social; identidade; multiculturalismo.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Entenda os principais desafios das pessoas refugiadas no Brasil.** Brasília, DF, 2021.

BARROS, D. L. P. de. Intolerância, preconceito e exclusão. *In*: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, p. 61-78, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Tradução de Maria Alice Nogueira e Afrânio. Catani(organizadores). 9. ed.- Petrópolis -RJ: vozes, 2007. - Ciências sociais da educação

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Abrigo do município gaúcho de Canoas recebe venezuelanos.** Brasília, DF, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - CF de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de out. 2023.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

CANDAU, Vera M. (org). **Reinventar a escola**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FABIANO, M. L. A.; BÓGUS, L. M. M. Os desafios da inclusão, acolhimento e ensino da língua para estudantes imigrantes no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. e6201, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n11-008.

Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6201. Acesso em: 12 nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.213

GONZÁLEZ, N.; MOLL, L. C.; AMANTI, C. **Funds of knowledge**: Theorizing Practices in Households, Communities, and Classrooms. 1. ed. Londres, England: Routledge, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; DE OLIVEIRA, A. T. R.. **Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).** Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF, 2024.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ed., 2002

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

O RECONHECIMENTO DOS IMIGRANTES ATENDIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS: OS SABERES DO TRABALHO E ATUAÇÃO NAS CORPORAÇÕES ONDE ESTÃO TRABALHANDO

Priscila Kieling Pontin[1]

Resumo
Este texto teve por finalidade apresentar o pré-projeto de tese da autora junto ao programa de pós-graduação Sricto Sensu em Memória Social e Bens Culturais (Doutorado acadêmico – 2023/2). Apresentamos a contextualização e justificativa para o estudo proposto, que tem por objetivo estudar os saberes do trabalho pelo trabalhador, junto aos imigrantes do programa Lasalle Inclui, pretendendo, assim, entender sua atuação nas organizações que os recebem. Portanto, temos por objetivo analisar, a partir das memórias do grupo de imigrantes estudados, os talentos que possuem, a fim de gerar reconhecimento e demonstração da sua potencial contribuição para o mercado local. Por fim, trago a proposta de metodologia de pesquisa e coleta de dados por meio de entrevistas, além da relação/aproximação com a linha de pesquisa “memória, cultura e gestão”.

Palavras-chave: memória social; identidade; saberes do trabalho e do trabalhador; cultura organizacional.

REFERÊNCIAS

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 37, p. 121-127, 2008.

BORGES, Maria de Lourdes; TELLES, Tamára Cecilia Karawejczyk (org.). **Memória e gestão cultural:** aspectos conceituais, competências e casos práticos. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2017.

[1] Universidade Lasalle. E-mail: priscila.201820504@unilasalle.edu.br.

BERND, Zilá; Kayser, Patrícia (org.). **Dicionário de expressões da Memória social e dos Bens culturais e da Cibercultura.** 2. ed., rev. e aument. Canoas: editora UnilaSalle, 2017.

BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (org.). **Memória social:** revisitando autores e conceitos. Canoas - RS: Ed. Unilasalle, 2018.

CARVALHO, Cíntia; HAUBRICH, Gislene Feiten. **Da Identidade à Reputação:** Um Estudo sobre a Marca Coca-Cola. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS. 2 a 6 de setembro de 2010.

GEIGER, Amir et al. **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. **Revista Morpheus:** estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial; v. 9, n. 15. p. 19-40.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** 2 ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos:** O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa. 5. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar; in MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio (org.). **Patrimônio industrial na atualidade.** São Paulo: Cultura Acadêmica, v.4., 2021, 254 p.
POLLAK, Michael. **Revista Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, vol. 2, n.3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em: 18 set. 2023.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração.** 2. ed. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

REPERCUSSÕES DA IMIGRAÇÃO NÃO BRANCA NA COMUNIDADE CANOENSE: UM ESTUDO NO CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL

Fadua Ionara Andrade de Andrade[1]

Resumo:
A imigração no Brasil foi moldada por diferentes fluxos, começando com os colonizadores portugueses e pessoas pretas escravizadas, no século XVI, mesmo que seu marco seja comumente situado por volta de 1850, quando a vinda de imigrantes brancos foi incentivada a fim de substituir a mão-de-obra escravizada e promover o "branqueamento" da população (Skidmore, 2012). Esses propósitos, hoje reconhecidamente discriminatórios, influenciaram as políticas imigratórias do Brasil até o final do século XX (Koifman, 2015). Em contraste, a Lei de Migração atual baseia-se em princípios humanitários e repudia formalmente atos como o racismo e xenofobia (Brasil, 2017). Contundo, a prática social brasileira ainda reflete a discriminação, especialmente contra imigrantes não brancos (Machado, 2020). Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar como a comunidade de Canoas (RS) acolhe imigrantes não brancos, examinando se há tratamento diferenciado com base em nacionalidade, cor da pele e classe social. O problema central é entender as repercussões da imigração não branca do século XXI na comunidade canoense, considerando as políticas públicas e a memória social. Os objetivos específicos são os de evidenciar se existe um comportamento xenófobo dos nacionais em relação aos imigrantes; contribuir para o aprofundamento teórico no contexto da imigração; e, promover subsídios que possam contribuir para políticas públicas que dizem respeito a imigrantes. Um dos conceitos abordados será o de memória e identidade, visto que a memória diz respeito a perspectivas particulares, seja do indivíduo ou de um grupo, a acontecimentos; já identidade se trata de uma construção social, em uma relação dialógica com o outro, sendo conceitos indissociáveis (Candau, 2023). Será abordado, também, o conceito de interseccionalidade que discorre sobre como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, interagem e afetam determinadas comunidades (Pereira, 2024). Inicialmente identificada nas experiências de mulheres negras e pobres, mostrando como elas enfrentam discriminação específica que não pode ser compreendida se analisada apenas sob uma perspectiva, a interseccionalidade permite uma análise profunda das desigualdades, revelando como estruturas sociais e identitárias se entrelaçam para influenciar a vida dos indivíduos. Esse conceito é fundamental para entender as variabilidades nas experiências de opressão, mostrando que as injustiças sociais são interconectadas. Para alcançar os objetivos, a pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, explorando fenômenos sociais e buscando entender as

[1] Universidade La Salle. E-mail: faduaionara@gmail.com.

percepções dos indivíduos. Entende-se que a pesquisa qualitativa é a mais indicada em pesquisa social porque permite uma compreensão profunda e contextualizada das experiências, significados e interações sociais (Yin, 2016). A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas em profundidade e observação não participante. As entrevistas permitirão explorar as experiências de profissionais que atendem imigrantes e dos próprios imigrantes residentes em Canoas. Já a observação não participante permitirá compreender as dinâmicas sociais durante eventos e ações direcionadas às comunidades de imigrantes. Pretende-se complementar a pesquisa com uma etapa quantitativa, a fim de proporcionar escala dos principais achados advindos da etapa qualitativa (Malhotra, 2006). A análise dos dados será feita através da análise temática, técnica que identifica temas, que, além de padrões, refletem relevância e sentido ao fenômeno pesquisado (Souza, 2019).

Palavras-chave: imigração; interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2023.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal:** o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó. **Etnografias do refúgio no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada/Naresh Malhotra. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, p. 445–454, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/#. Acesso em 26 jul. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa:** conhecendo a Análise Temática.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: O EXEMPLO DOS IMIGRANTES ATENDIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

Jorge Marcelo Wohlgemuth[1]

RESUMO

Esse projeto busca refletir sobre as memórias de trabalhadores imigrantes residentes na cidade de Canoas, considerando a forma como eles organizam e controlam seu orçamento familiar. A partir disto o estudo busca respostas para o seguinte problema de pesquisa: de que forma os imigrantes, atendidos pela Prefeitura Municipal de Canoas, organizam a sua sustentabilidade financeira? Complementarmente, o projeto tem como objetivo geral descobrir como os imigrantes, atendidos pela Prefeitura Municipal de Canoas, organizam a sua sustentabilidade financeira; e como objetivos específicos: a) inscrever a sustentabilidade financeira aos saberes do trabalho e do trabalhador, articulando o campo da memória social à área de patrimônio industrial; b) produzir a forma de sustentabilidade financeira produzida pelos imigrantes, atendidos pela Prefeitura Municipal de Canoas, tendo como base as discussões de saberes do trabalho e do trabalhador; e c) relacionar a forma de sustentabilidade financeira produzida pelos imigrantes, atendidos pela Prefeitura Municipal de Canoas, com os saberes do trabalho e do trabalhador. Quando se pensa na pessoa imigrante é necessário a constituição de sua identidade no presente a partir do seu espaço de experiências, com vistas ao seu horizonte de expectativas. O horizonte de expectativa refere-se às projeções, esperanças e medos sobre o futuro, enquanto o espaço de experiência diz respeito ao conjunto de eventos e experiências passadas que moldam a percepção presente. A memória é continuamente moldada pela tensão entre essas duas dimensões temporais. A forma como as sociedades projetam seu futuro (horizonte de expectativa) é profundamente influenciada por suas experiências passadas (espaço de experiência) (KOSELLECK, 2014). A presente pesquisa é de natureza aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática direcionada à resolução de problemas específicos no contexto estudado. Em relação aos objetivos, esta investigação é de natureza exploratória e descritiva. Para a produção da tese serão utilizados os recursos metodológicos de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas. A etapa das entrevistas prevê a elaboração de roteiro de questões, mas com possibilidade de formulação de novos questionamentos ao longo das conversas de acordo com as necessidades. As entrevistas serão aplicadas em um grupo de imigrantes atendidos por projeto social no município de Canoas denominado Centro Socioeducacional Assunta Marchetti. A principal expectativa ao concluir o presente estudo é a construção de uma teoria original, que deverá integrar conhecimentos interdisciplinares, que contemple os saberes do

1 Universidade La Salle. E-mail: jorge.202222692@unilasalle.edu.br.

trabalho e do trabalhador dos imigrantes. Espera-se, também, identificar e descrever o espaço de experiências dos trabalhadores imigrantes, compreendendo suas trajetórias de vida, históricos profissionais, e os contextos culturais e sociais de onde provêm. A tese deverá fornecer diretrizes claras e fundamentadas para a criação de políticas públicas que favoreçam a inclusão dos imigrantes na sociedade.

Palavras-chave: memória social; memória do trabalho; finanças; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

CAMPOS, L. L.; RODRIGUES, L. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura. **Albuquerque:** revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 33-49, jan./jun. 2011.

CANDAU, J. **Antropologia da memória**. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2005.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Ed. Contexto, São Paulo, 2012.

DOMENECH, E. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200010.

FONTES, P. (org). **Lugares de memória dos trabalhadores**. Ed. Alameda, São Paulo, 2024.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org). **O que é memória social**. Ed. Contra Capa, RJ, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Ed. Vértice, São Paulo, 1990.

IMIGRAÇÃO. *In:* DICIO, Dicionário Houaiss Corporativo. Disponível em https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-6/html/index.php. Acesso em: 07 fev. 2024.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2014.

MARQUES, A.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. M. **História através de textos**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 13.

MARTINE, G. Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 fev. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Glossário sobre migração**. 2009. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf. Acesso em: 16/02/2024.

PMC, Prefeitura Municipal de Canoas. Disponível em https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/canoas-vai-receber-425-refugiados-venezuelanos-em-setembro/. Acessado em 15.set.2023.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos.** CPDOC/FGV, vol. 2, n.3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acessado em 15.set.2023.

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE COMO UM ESPAÇO DE TRÂNSITO MIGRATÓRIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL INDUSTRIAL

Daiana de Aquino Hilario[1]

Resumo:
Esta tese em andamento tem suporte do CNPq, por meio do projeto Unilasalle Inclui, que tem como tema o apoio aos imigrantes. A pesquisa está sendo realizada no campo de estudos em memória social, no contexto da linha de pesquisa de memória e linguagens culturais. A escolha do município de Porto Alegre/RS para aplicação da pesquisa é justificada pela significativa presença de imigrantes na região e por ser o espaço laboral da doutoranda. A situação dos imigrantes que fizeram a escolha de tentar uma nova vida na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, já não era simples na última década. Após a pandemia de COVID-19, o cenário ficou ainda mais complexo, em virtude do isolamento social e do aumento das demissões. Muitas pessoas perderam o emprego e ficaram com poucas alternativas. A solução que muitos imigrantes encontraram foi contar com o auxílio de entidades, organizações, doações etc. Também tiveram a opção de demandar aos órgãos públicos a garantia de direitos sociais básicos, através de recursos eventuais como passagem intermunicipal, auxílio moradia, cestas básicas, auxílio emergencial e bolsa família. Há particularidades referentes a língua, inclusão escolar e no mercado de trabalho, demandas de saúde e da política de assistência social. Tendo em vista que se o imigrante não conseguir ser incluído na produção de trabalho e renda, demandará as politicas públicas os direitos básicos, de sobrevivência, para além do direito universal como a saúde. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos: Quais ações e políticas públicas, e em que medida, tem apoiado a inserção de imigrantes adultos no mercado de trabalho de Porto Alegre? Imigrantes que têm direito às políticas públicas relativas a direitos básicos sabem como acessá-las e conseguem qualidade de vida que viabilize sua permanência na cidade? Partindo da experiência em campo da doutoranda, parte-se da tese de que: as dificuldades para uma real inclusão tornou Porto Alegre um espaço de trânsito migratório. Nesse sentido, levantamentos preliminares neste estudo indicam algumas necessidades prementes: de garantia a acesso a língua, a trabalho e renda; de programas de auxílio aluguel para quem não tem autonomia financeira, para iniciar a vida na cidade; de casas de passagem na modalidade acolhimento provisório, bem como um olhar para a população indígena que migra. Há também necessidade de programas de inclusão para o trabalho nas organizações e na sociedade, tendo em vista, a falta de oportunidades de emprego, em virtude da xenofobia e o racismo. E finalmente, há a necessidade de inclusão em programas de transferência de renda, enquanto a situação de instabilidade financeira perdurar. Isso implica diversos

[1] Universidade Lasalle. E-mail: dai_hilario@yahoo.com.br.

caminhos possíveis para esta pesquisa que começa a ser delineada. Inicialmente, define-se como objetivo geral mapear as necessidades de imigrantes que buscam fixar moradia no município de Porto Alegre tendo em vista a crescente chegada de imigrantes e refugiados. Espera-se como resultados, além do ponto de vista acadêmico, propor de forma coletiva alternativas para cidade, tendo em vista que os imigrantes se tornam munícipes e demandantes de políticas sociais.

Palavras-chave: Trânsito migratório; Porto Alegre; Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à sociologia cultural. RJ: Rocco, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5 n. 10, 1992, p. 200-212

PONTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

O HERBÁRIO DE ALBERTO KNOB: REGISTRANDO E DIVULGANDO UMA HISTÓRIA DE VIDA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR ENTRE BOTÂNICA E BENS CULTURAIS

Éverton Fabiano Tartas[1]

Resumo:
O herbário fundado pelo Irmão Alberto Knob, com 3.100 exemplares de plantas de várias regiões do estado, é um importante patrimônio botânico e cultural hospedado na Universidade La Salle. Este projeto de tese investiga como o legado botânico do Irmão Knob se conecta com a memória social e as linguagens culturais, oferecendo uma visão abrangente da preservação e valorização do conhecimento e das práticas culturais. Assim, ao investigar o legado do Irmão Alberto Knob através do herbário que ele fundou, com foco na preservação da memória social e dos bens culturais, tem-se como questão central: 'Qual é o legado do Irmão Alberto Knob através do herbário que ele fundou, e como as pesquisas e coletas botânicas realizadas por ele impactaram a preservação do patrimônio natural das diversas regiões do estado?' A pesquisa de tese que irá investigar o problema proposto será conduzida dentro do campo de estudos em memória social (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Tedesco, 2013), e também trará conceitos de outras áreas como a Botânica. Partindo deste problema e deste contexto teórico, o objetivo geral é analisar como o trabalho do Irmão Knob ajudou a formar e preservar um patrimônio botânico e cultural valioso, destacando como isso se reflete no contexto atual da instituição e das regiões onde as plantas foram coletadas. Para atender ao objetivo proposto, o qual explora a interseção entre conceitos e autores da botânica, da memória social e de estudos culturais, são delineadas as seguintes etapas, que se retroalimentam: Revisão Bibliográfica e Documental; Análise do Acervo do Herbário; Entrevistas e Coleta de Dados Qualitativos; Análise do Herbário enquanto bem cultural; Desenvolvimento de Divulgação Científica e de Materiais didáticos. Com a realização desta pesquisa qualitativa, além de avançar o conhecimento acadêmico, também tem grande potencial de impacto significativo na educação e na cultura, disponibilizando recursos educativos e fortalecendo a conexão entre ciência e cultura na preservação do patrimônio no contexto regional.

Palavras-chave: memória social; linguagens culturais; herbário La Salle.

[1] Universidade La Salle. E-mail: everton.tartas0247@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

Arabidian, Lizandra Veleda. R**evisitando o Instituto Geobiológico La Salle através do acervo bibliográfico:** preservação documental e ressignificação da memória científica. 2020. 180 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11690/1445. Acesso em: 2 ago. 2024.

Candau, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

Halbwachs, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

Pollak, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Tedesco, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. **História:** debates e tendências, v. 13, n. 2, p. 343-353, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456388009.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

CAPITALISMO, ETNICIDADE, FÉ E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BAIRRO SÃO JOÃO (PORTO ALEGRE/RS) A PARTIR DAS MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS DO COLÉGIO SÃO JOÃO LASALLE (1908-2024)

Marco Antonio Andrade Ribeiro[1]

Resumo:
A educação em Porto Alegre é, historicamente, um problema social complexo e de difícil solução, especialmente no que diz respeito às ofertas de ensino para diferentes grupos sociais. O crescimento e a metropolização da cidade, nas primeiras décadas do século XX, bem como o desenvolvimento industrial, produziram um acréscimo populacional urbano desordenado e a formação de novas classes trabalhadoras: operários, técnicos, especialistas em diversas áreas e níveis. Esses grupos são a base para uma classe média urbana porto-alegrense que, assim como outros grupos sociais, necessitam de aparelhos públicos (estatais ou privados) capazes de atender suas demandas. Neste contexto, a educação e a formação profissional estão entre as demandas essenciais e desafiadoras da gestão pública na transição da pequena cidade que se transforma em metrópole. A presença católica protagonizada pelos arcebispos de Porto Alegre, especialmente Dom Cláudio Ponce de Leon e Dom João Becker, representou (e representa) um esforço estratégico e político dos seus líderes para a vinda de educadores estrangeiros das ordens confessionais católicas para atuar na cidade. Essas relações mobilizaram diferentes atores políticos e exigiu negociações entre margens, ajustes, tensões e adaptações de todos os seus participantes. Entre as ordens presentes estão os Lassalistas, que se estabeleceram em Porto Alegre em 1908 no bairro Navegantes, formando o Colégio La Salle São João Navegantes. A escola, em diferentes formatos, mudou-se para outras ruas do bairro, reflexo das transformações locais, até estabelecer-se no bairro São João, onde permanece até os dias atuais atendendo às demandas de ensino na capital. Nesses quase 100 anos de atividades do Colégio São João, o formato do ensino, as diversas configurações da classe média e a relação entre religião, gestão e negócios também passaram por transformações. Essas transformações constituem o esforço desta pesquisa. Nesse sentido, este trabalho visa reconstruir a partir dessas memórias institucionais e organizacionais - levando em consideração que o Colégio São João La Salle (local) está subordinado à ordem Lassalista - (Global), que por sua vez são compostas pela igreja católica em seus diferentes níveis (local, regional e global) e pela sociedade gaúcha em seus diferentes contextos históricos e sociais.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ribeiromarco@yahoo.com.br.

Palavras-chave: memória social e institucional; educação; classe social e etnicidade.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

BILGE, Sirma. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. 5. ed. São Paulo/SP. Companhia das Letras, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder**. Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDAU, Joel; FERREIRA, Maria Letícia. M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 11 out. 2015.

CANDAU, Joel. **Antropologia de La Memória**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
PAIS, J.M. **Vida cotidiana:** enigmas e revelações.

COMPAGNONI, I. C. **História dos irmãos lassalistas no Brasil**. Canoas, RS: La Salle, 1980. (Coleção religiosos no Brasil; 5).

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DIEHL, Astor Antonio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS. Edipucrs, 1990.

DREHER, Martin Norberto. **Breve História do Ensino Privado Gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREHER, Martin Norberto (org). **Populações Riograndenses e Modelos de Igreja**. São Leopoldo: Est.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **Etnografia de Rua:** Estudo de Antropologia Urbana. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2003.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **Etnografia do trabalho, narrativas do tempo**. Porto Alegre: Marcavisual, 2015a.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito:** A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era. Vargas. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GRAEBIN, Cleusa M. G.; ALMEIDA, Doris B. Memórias de escola, patrimônio da educação: O Museu e Arquivo Histórico La Salle - MAHLS (2002-2014). **História da Educação**, v. 19, 2015, p. 331-336. Disponível em https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/57987. Acesso em 4 fev. 2019.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Memória da educação e da escola lassalista: um acervo de fontes orais em construção (2002-2016). **Cadernos de História da Educação**. Disponível em . http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38543/20311. Acesso em 13 dez. 2018.

GRAEBIN, Cleusa M. G.; PENNA, R. Experiência humana e narrativa: A questão da preservação da memória por intermédio dos acervos orais. **Cadernos do CEOM (Unochapecó)**, v. 22, p. 13-39, 2006. Disponível em http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2257/1339. Acesso em 4 fev. 2019.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em Representações**. Sociais. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice.**Os quadros sociais da memória**. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Octávio. **Teorias de Estratificação Social**. São Paulo: Cia Nacional, 1972.

LAPLANTINE, FRANÇOIS. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LA SALLE, João Batista de, Santo. **Obras completas de São João Batista de La Salle**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2012

LOMNITZ, Larissa. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro:** trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MOSCOVICI, S. **A Invenção da Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MILLS, W. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar,. 1969.

MILLS, W. **A nova classe média**: white collar. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar,. 1979.

POLLAK, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, n.2, v.3.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 15 fev. 2016.

POUTIGNAT, Philippe Poutignat e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**, SP: Ed. UNESP,1997.

TEDESCO, João Carlos. Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TELLES, Vera e Cabanes, Robert. **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo. Humanitas, 2006.

ZENTENO, Raul Benitez. **As Classes Sociais na América Latina:** problemas de conceituação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

AS IDENTIDADES FORMADAS NOS ESTUDANTES/JOVENS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTEIO/RS

Marcelo Alexandre de Azevedo[1]

Resumo:
Parte-se da ideia que é no presente que se constrói o futuro. O presente continuum do passado pode-se entender como memória social (Halbwachs, 2006). Neste sentido, é agora que se forma a cidadania nos jovens indivíduos de uma sociedade. Na educação não é diferente. Quer-se a partir do corpus documental formado pelos documentos legais: Plano Municipal de Educação do município de Esteio/RS, o Referencial Curricular Comum de Esteio/RS, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Relatório do Banco Mundial de título: “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos”, construir categorias de análise que permitam visibilizar pistas, intuir, indicar que/quais identidades estão sendo produzidas nos jovens esteienses, através das políticas educacionais do município de Esteio/RS. Para isso recorre-se a Bardin (1977) e Roque Moraes (1999) como aos referenciais teóricos-metodológicos. Assume-se previamente que se pode por meio de análise dos documentos elencados, perceber a influência do Banco Mundial, na construção da(s) cidadania(s) do(s) futuro(s). A pesquisa analisa os avanços nos índices educacionais da rede municipal de ensino de Esteio, estado do Rio Grande do Sul no Brasil, em dois ciclos, um de 2009 a 2016, e outro de 2017 até o presente, com foco nas reflexões geradas na qualidade das políticas educacionais da cidade. Os avanços observados nos índices educacionais da rede educacional da cidade, a partir do segundo ciclo, têm impacto significativo na realidade das comunidades escolares, apontando para uma mudança considerável nos índices verificados, trazendo reflexões concretas para a vida dos alunos, e a garantia e ampliação de direitos.

Palavras-chave: educação cidadã; memória social; identidade; políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

[1] Universidade La Salle. E-mail: aazevedo.marcelo@gmail.com.

ATLAS SÓCIOECONÔMICO Rio Grande do Sul. Região Metropolitana de Porto Alegre 2000. 2020. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/map-2000-rmpa-rs. Acesso em: 25 mar. 2024.

BANCO MUNDIAL. O potencial da integração oportunidades numa economia global em transformação. **Relatório Econômico da América Latina e o Caribe**. 2023. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/993851468014439962/pdf/656590replacem0hieving0world0class0.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Base Nacional Curricular Comum:** Educação é a Base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conhecendo o Plano de Dados Abertos para o Biênio 2020-2022**. 2020. Portal de Dados Abertos do MEC. Disponível em: https://dadosabertos.mec.gov.br/conheca-plano-dados-abertos-mec. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Seção "PNE em Movimento"**. Site do Ministério da Educação. 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 20 set. 2023.

BRUNS, B.; EVANS, D.; LUQUE, J. (org.). **Achieving World-Class Education in Brazil The Next Agenda. Banco Mundial**. 2010. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/993851468014439962/pdf/656590replacem0hieving0world0class0.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2024. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 20 mar. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Armed, 2009.

GUIA MAPA. **Mapa da Cidade de Esteio**. Guiamapa.com. Disponível em: https://guiamapa.com/rs/esteio. Acesso em: 26 mar. 2024.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Paris, França: Presses universitaires de France, 1990.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HUME, D. **Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral**. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística (IBGE). História e Fotos. 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/esteio.html. Acessado em: 26 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama**. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/esteio/panorama. Acessado em: 26 mar. 2024

INSTITUTO NACIONAL de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Competências gerais da BNCC**. Disponível em: http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79. Acesso em: 2 fev. 2024.

KRIPPENDORFF, K. **Metodologia de análisis de contenido:** teoria e práctica. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

LEIS MUNICIPAIS, Rio Grande do Sul, Esteio. **Lei nº 6158 de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências**. 2015. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-esteio-rs. Acesso em: 20 set. 2023.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**. Trad. Eduardo Abranches Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

NERES, J. C. **Entre o território vivo e letras mortas:** um estudo sobre as políticas educacionais para a formação de trabalhadores em Conceição do Jacuípe, de 2006-2016. 2022. 120f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

MORAES, R. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

NAÇÕES UNIDAS - CEPAL. **Resumo Executivo. Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2023.** O financiamento de uma transição sustentável: investimento para crescer e enfrentar a mudança climática. 2023. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f4ddbfa2-1538-4cb8-8a36-ca271e25bb20/content. Acesso em: 29 mar. 2024.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PODER 360º**. Investimentos das Nações em Educação**. Disponível em: https://www.poder360.com.br/tag/relatorio-economico-da-america-latina-e-caribe/. Acesso em: 14 out. 2023.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana:** metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, v. 2, n.3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO. **Referencial Curricular Comum de Esteio/RS**, 2019.

REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO, RCG. **Documento Orientador**. 2018. Disponível em https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index. Acesso em: 25 mar. 2024.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, K. J. R.; HERBERTZ, H. Di. (org.). **Referencial Curricular de Rede Municipal de Esteio**: Documento Orientador, 2019. Disponível em: https://www.portal.educaesteio.com.br/biblioteca-digital. Acesso em: 25 mar. 2024.

SOUSA, C. S. dos S. **A realidade das condições educacionais dos jovens e adultos do campo no território do Vale do Jiquiriçá -Bahia**. 2017. 192f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

TELE CURSO. **Matrizes Curriculares**. Todos os direitos reservados à Fundação Roberto Marinho Marinho. 2023. Disponível em: https://telecurso.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/solucao/matrizes-curriculares. Acesso em: 21 maio. 2024.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Conferência de Jomtien, Tailândia, 1998. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990. Acesso em 20 out. 2023.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e Planejamento Educacional**. 3. ed. rev. Mod. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, C. R.; MACHADO, S. W. S,; BRAZ, R, M, M, O desenvolvimento da literatura infantil no Brasil. **Revista Literatura em Debate**, v. 18, n. 31, p. 3-20, jan./jun. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.03-20. Acesso em: 21 maio. 2024.

WORD BANK GROUP. **Um Ajuste Justo:** Análise da eficiência e equidade no gasto público do Brasil, 2017. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report. Acesso em: 21 maio. 2024.

WORD BANK GROUP. **Documentos e Relatórios**. 2022. Disponível em: https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports. Acesso em: 21 mai. 2024.

GRIÔS DAS RUAS: O RAP DO RIO GRANDE DO SUL COMO INTÉRPRETE DECOLONIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Ralph Schibelbein[1]

Resumo:
Essa pesquisa visa estudar o rap do Rio Grande do Sul como um instrumento para interpretar a sociedade brasileira no século XXI. O problema da pesquisa é de que forma o rap do Rio Grande do Sul interpreta a sociedade brasileira no século XXI? O recorte temporal/geográfico se faz entre os anos de 2020 - 2025 com foco na capital gaúcha, analisando especialmente os rappers Negra Jaque e Rafa Rafuagi. O objetivo geral deste trabalho é analisar as relações entre o rap no Rio Grande do Sul e a perspectiva decolonial na interpretação do Brasil no século XXI. Como objetivos específicos temos: pensar a decolonialidade como uma perspetiva de interpretação da sociedade brasileira; Compreender o rap do Rio Grande do Sul como um instrumento de preservação da memória de grupos marginalizados; Refletir sobre o papel dos rappers Negra Jaque e Rafa Rafuagi na preservação dessas memórias e interpretação do rap gaúcho sobre a identidade brasileira. O rap gaúcho interpreta a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva decolonial, agindo como um griô, ao preservar as memórias de grupos marginalizados na sociedade brasileira contemporânea. E tal tese é analisada a partir de dois expoentes da cultura Hip-Hop no Rio Grande do Sul: Negra Jaque e Rafa Rafuagi, que possuem produções musicais, audiovisuais e literárias/acadêmicas, além de estarem a frente da cultura do rap com as Casas do Rap (Porto Alegre e Esteio), a criação do Museu do Hip-Hop e a submissão do pedido que o Hip-Hop seja reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro. Em um país como o nosso, no qual a música tem um papel de destaque na representação social, utilizar o rap como fonte para discutir o tema da identidade é uma possibilidade de alargarmos o debate, trazendo uma outra linguagem para pensarmos a questão decolonial como modo de retratarmos a sociedade brasileira.
Esta pesquisa interdisciplinar classifica-se como qualitativa. Ela parte de investigação bibliográfica e documental, principalmente a partir da análise das letras das músicas; além de procedimentos etnográficos, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Pensando que a escolha das autoras(es) já é uma posição política-acadêmica, a proposição é trabalhar com perspectivas outras, no sentido de realizarmos um giro decolonial. (Ballestrini, 2013). Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, Boaventura de Sousa Santos e Walter Mignolo, são alguns nomes do movimento. Pretendemos dialogar com Frantz Fanon, bell Hooks e Grada Kilomba. E trazer para a conversa representantes do Brasil, como Lilia Schwarcz, Antonio Bispo do Santos e Lélia Gonzalez. A ideia é romper com o que Chimamanda

[1] Universidade La Salle. E-mail: rschibelbein@gmail.com.

Ngozi Adichie chama de o perigo de uma história única (2019). Entende-se, aliás, a história como um campo de batalha. Uma arena onde se enfrentam diferentes discursos rumo à pretensa verdade. De acordo com Schwarcz, “de uma forma ou de outra, a narrativa histórica produz sempre batalhas do monopólio da verdade” (Schwarcz, 2019, p. 21). E é a partir de uma visão além da que se consolidou como uma história eurocêntrica, que nos situamos.

Palavras-chave: rap; identidade brasileira; decolonialidade; memória.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2016-2025

Paula Garcez Correa da Silva[1]

Resumo:
O projeto de pesquisa que se defende se insere na linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão do Doutorado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Nomeadamente, aborda aspectos da memória institucional dentro do contexto da gestão dos resíduos sólidos enquanto geradores de trabalho e renda e sua relação com as políticas públicas colocadas em prática pelos municípios. As contribuições dos agentes que atuam diretamente no acompanhamento das associações, escrevendo e desenvolvendo projetos, assessorando e dando formação resultam, como menciona Sá (2007), em salvaguarda de uma abordagem estrutural das representações sociais. De forma diversa, os registros produzidos pelas autoridades em situações conflituosas respeitam uma lógica formada por um perfil previsível firmado sobre critérios de meritocracia (Abramovay, Lotta, 2023), que refletem a base do pensamento jurídico, calcado no direito de propriedade (Halbwachs, 1950), tornando necessária a análise dos discursos autorizados e dos dados silenciados, considerando a constante transformação que os informam. A memória institucional da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), no que diz respeito à integração das catadoras e catadores organizados exige a observação dos ambientes em que são travadas as disputas de poder que transitam entre a gestão pública e a participação popular. Segundo Andrade (2002, p. 52), não é possível ignorar que os ambientes em que as organizações evoluem, influenciam decisivamente no seu trajeto, e, além disso, determinam as estruturas e as estratégias que serão seguidas. Estes ambientes conformam o “lócus” onde dialogam e se enfrentam diversos atores como os gestores públicos, os coletivos de catadoras e catadores, os movimentos sociais, as entidades apoiadoras, aí incluídas as universidades e as incubadoras sociais, as organizações da sociedade civil formalizadas nacionais e internacionais executoras de projetos que os incluem, ativas ou não nos debates estabelecidos. Estudar como essas relações ocorrem nos limites do Estado do Rio Grande do Sul torna-se importante, pois a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e a sua natureza é eminentemente conflitual e em constante transformação (Peralta, 2007). A compreensão sobre as interações dos atores envolvidos nas negociações entre os coletivos de catadores, as entidades apoiadoras, os ministérios públicos do trabalho e estadual, as prefeituras, aí organizadas de formas diferentes entre si, bem assim como as questões relacionadas às construções identitárias de cada um deles, assim como o objetivo

[1] Universidade La Salle. E-mail: paula@correadasilva.adv.br.

de suas interações são o foco deste projeto. O estudo será realizado a partir da eleição de casos em que os agentes institucionais escolhidos tenham atuado, sem a necessidade de que tenham sido encerrados, podendo estar em andamento, portanto, durante a realização do trabalho, pelo que deverá ser observado limite temporal 2016/2025. Pretende-se também demonstrar a complexidade da função profissional independente e aplicada ao objeto de pesquisa, seu potencial reflexivo e sua capacidade de contribuição para a compreensão do cenário em que as catadoras e catadores organizados se inserem, esclarecendo quem os tem protegido ou contribuído na obtenção de resultados identificáveis a partir de suas intervenções e eventuais compromissos aferíveis.

Palavras-chave: catadoras e catadores de materiais recicláveis; política nacional de resíduos sólidos; atores institucionais; espaços de poder.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Pedro; LOTTA, Gabriela. **A democracia equilibrada:** políticos e burocratas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **É fragrante fojado dôtor vossa excelência:** audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Editora Jandaia, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Ó pa í, prezada:** Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Pólen, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Iclea. **Memória Institucional:** a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade, São Paulo: Editora W/MF Martins Fontes, 2017.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: SIglo XXI de Espana Editores, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOTTA, Gabriela et al. A resiliência das políticas públicas no governo Bolsonaro: uma análise a partir da atuação dos burocratas. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; LIMA, Luciana Leite (org.). **As políticas públicas do governo Bolsonaro:** desmonte, resiliência e refundação. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, nº. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em: https://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta%5B1%5D.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODA VIVA: Grada Kilomba. **Roda Viva**, 13 maio 2024. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5kMyZkietDYHeIRaSkHqRN?si=C9ZxvJtTRKOQh_pxz-G5YA. Acesso em: 20 maio 2024.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o Campo de Estudo da Memória Social:** Uma Perspectiva Psicossocial. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/elgZh3Nm9yR4s7TrFGXD3Rvrp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. **Revista História:** Debates e Tendências, v. 13. n. 2, p. 343-353, 2013.

TEDESCO, João Carlos; Schwingel, Kassiane. Entre símbolos e relatos: a memória dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira, de Dionísio Cerqueira-SC. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 28, n. 42, p. 53-66, 2015.

TRAÇOS DA MEMÓRIA ANCESTRAL E CULTURAL EM CONTOS DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Denise Bock de Andrade[1]

Resumo:
Esta pesquisa propõe um entrelaçamento entre estudos de memória e literatura afro-brasileira, tendo como recorte os contos Olhos d'água (2014), de Conceição Evaristo; Das águas (2017), de Cristiane Sobral; e Arlinda (2017), de Fátima Trinchão. Com o objetivo de evidenciar como os suportes de lembranças das personagens contribuem para a construção de memória em espaços afrocentrados. As memórias das personagens estão ancoradas e ligadas a lugares, objetos e itinerários. Dessa forma, o conceito de afrocentricidade, de Molefi (2009), viabiliza uma análise sobre a autonomia dos sujeitos. A afrocentricidade é, portanto, um pensamento ou prática que percebe os africanos como agentes de sua própria memória e imagem cultural. Ancoradas em suportes de lembranças, as personagens conectam sabedorias ancestrais por meio de ensinamentos transmitidos de geração a geração. A metodologia da pesquisa é qualitativa e bibliográfica e, conforme Lei 10.639/03, interessa-se por mapear rastros da memória cultural e ancestral e sua ligação aos processos de formação da identidade afro-brasileira, reconhecendo-a como parte da construção cultural. No panorama dos estudos literários, contextualiza-se a Literatura afro-brasileira de acordo com Eduardo de Assis Duarte (2014), que considera a literatura afro-brasileira uma expressão da visão de mundo construída por meio de um discurso que relaciona-se com a trajetória dos africanos escravizados. No que se refere aos estudos de memória, o aporte teórico apresenta as considerações de Maurice Halbwachs (2006); Michel Pollak (1992); Pierre Nora (1993); Joël Candau (2021) e, da memória cultural, Aleida Assmann (2011). Já as questões ligadas à ancestralidade são abordadas por Eduardo David de Oliveira (2003).

Palavras-chave: literatura afro-brasileira; memória ancestral; memória cultural.

REFERÊNCIAS

AMARO, Vagner (org.). **Olhos de azeviche:** dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira - contos e crônicas. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

[1] Universidade La Salle. E-mail: denise.202112022@unilasalle.edu.br.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L (org.). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de jan. 2003.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

DUARTE, E. A.; FONSECA, M. N. S. (Org.) Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4, História, teoria, polêmica.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Africanidades na educação. **Educação em debate**, ano 25, v 2, n. 46, p. 11-15, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15179/3/2003_art_edoliveira.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

SOBRAL, Cristiane. Das águas. In. AMARO, Vagner (org). **Olhos de Azeviche:** dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira. RJ: Malê, 2017.

TRINCHÃO, Fátima. Arlinda. In. AMARO, Vagner (org). **Olhos de Azeviche:** dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira. RJ: Malê, 2017.

VII EPPEB - ENCONTRO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SINFONIAS DIGITAIS: O ENSINO INFANTIL SOB NOVAS FERRAMENTAS

Isadora Machado da Silva[1]

Resumo
A inserção da musicalidade na educação infantil tem sido amplamente reconhecida como benéfica para o desenvolvimento das crianças, especialmente na primeira infância. O ensino de música no ambiente escolar promove habilidades essenciais, como a coordenação sensório-motora, a percepção do mundo e as capacidades cognitivas, além de melhorar os relacionamentos interpessoais e estimular a sensibilidade e a criatividade das crianças. Tais práticas também ensinam conceitos importantes, como disciplina, coletividade, equidade e paciência. Em junho de 2023, atividades musicais foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Infantil Jardim de Praça, no bairro São Geraldo, em Porto Alegre. O objetivo foi proporcionar às crianças diferentes formas de contato com a musicalidade. Conforme Gardner (1995), nos primeiros anos de vida, as crianças desenvolvem competências iniciais em sistemas simbólicos, como a música, sem necessidade de instrução prévia. O estudo focou no piano, apresentado virtualmente por meio de uma tela interativa. A tecnologia “touch screen” permitiu que os alunos interagissem com o piano, utilizando-se de cartões contendo o nome das notas em letra garrafal, o que permitiu a assimilação com as teclas na tela, que também continham o nome das notas. Além dos benefícios esperados, observou-se que a atividade promoveu a inclusão de alunos com necessidades especiais, criando um ambiente educativo acessível e inclusivo.

Palavras-chave: musicalidade; educação infantil; inteligências múltiplas; tecnologias educacionais.

REFERÊNCIAS

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

[1] Universidade La Salle. E-mail: isadora.202212622@unilasalle.edu.br.

O MUNDO É BRINCÁVEL: LUDICIDADE E CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS USUÁRIOS

Isadora Machado da Silva[1]

Resumo
No contexto atual, regido pelo capitalismo, somos cada vez mais influenciados pelo consumismo exacerbado e pelo imediatismo, moldando profundamente a infância. Essas influências impactam a forma como as crianças vivenciam o brincar e o aprendizado. A cultura que valoriza o "ter" em detrimento do "ser" leva as crianças a preferirem brinquedos prontos, adquiridos em lojas, em vez de criarem suas próprias brincadeiras com objetos não convencionais ou encontrados na natureza. Isso limita a imaginação e a criatividade, impedindo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a resolução de problemas e a inovação. Segundo Piaget (1970), "O principal objetivo da educação é criar pessoas que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram". Essa visão é crucial para o futuro da humanidade, que começa nas crianças. Com base nessa linha pedagógica, foi realizada uma atividade na EMEI Maria Dinorah, em Guaíba, utilizando tampinhas de garrafa e um site pedagógico de roletas. Foram dispostas cinco fileiras, cada uma representada por uma cor, e os alunos avançavam ao acertar a cor sorteada, até completar um coração com as tampinhas. Inicialmente, houve resistência à brincadeira "sem brinquedos", mas logo as crianças se engajaram e começaram a inovar, comprovando que atividades com objetos não convencionais estimulam a criatividade e o senso de inovação.

Palavras-chave: ludicidade, criatividade, inovação, educação infantil.

REFERÊNCIAS

PIAGET, Jean; INHEIDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. 12. ed. Rio de Janeiro. Difel, 2003.

[1] Universidade La Salle. E-mail: isadora.202212622@unilasalle.edu.br.

AS CONTRIBUIÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Meriele Mendes da Silva[1]
Adriene Antunes Passoni[2]
Gabriel Schabbach Schneider[3]
Tatiana Fruscalso dos Santos[4]

Resumo
O estudo "As Contribuições da Inteligência Artificial (IA) na Educação Inclusiva" explora como a IA pode transformar o cenário da educação especial, oferecendo novas ferramentas para promover a inclusão. A educação inclusiva visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um ensino de qualidade. A IA surge como uma solução promissora ao personalizar o aprendizado, ajustando materiais e métodos às características únicas de cada estudante. O objetivo geral do artigo é analisar o impacto da IA na educação inclusiva, com foco no público-alvo da educação especial. Especificamente, busca-se entender como a IA pode adaptar o conteúdo pedagógico, melhorar a acessibilidade e apoiar os educadores na criação de ambientes mais inclusivos. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e a análise de práticas pedagógicas já aplicadas na Rede La Salle. Foram realizadas formações com educadores para explorar as potencialidades da IA na personalização do ensino e na avaliação adaptativa, permitindo intervenções mais eficazes e centradas nas necessidades dos estudantes. Os resultados indicam que a IA pode personalizar o ensino de maneira significativa, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Conclui-se que, embora a IA ofereça grandes benefícios, sua implementação deve ser cuidadosa e ética, com foco no bem-estar dos estudantes. O artigo também sugere que mais pesquisas são necessárias para avaliar o impacto a longo prazo da IA na educação inclusiva, especialmente em diferentes contextos educacionais.

Palavras-chave: educação inclusiva; inteligência artificial; personalização do ensino; acessibilidade; educação especial; avaliação adaptativa; inclusão digital; formação de educadores; ferramentas tecnológicas; ética na IA..

[1] Universidade La Salle. E-mail: meriele.silva@lasalle.org.br.
[2] Universidade La Salle.
[3] Universidade La Salle.
[4] Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CASTELVECCHI, D. Can we open the black box of AI?. **Nature**, v. 538, n. 7623, p. 20-23, 2016. DOI: https://doi.org/10.1038/538020a. Acesso em: 30 maio. 2024.

FULLAN, M. **Change forces:** probing the depths of educational reform. Falmer Press, 1993.

LAMATTINA, Alexandre de Araújo. **Educação 4.0 transformando o ensino na era digital o impacto das metodologias ativas e inteligência artificial na prática docente**. Formiga, MG : Editora Union, 2023. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/735230/2/Educa%C3%A7%C3%A3o%204.0%20transformando%20o%20ensino%20na%20era%20digital.pdf. Acesso em: 30 maio. 2024.

MANI, Eliane M. de Jesus. O trabalho da sala de recursos e sua interlocução com o professor de sala regular. *In*: ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: Instrumentais para identificação e atendimento do estudante dentro e fora da sala de aula comum. Curitiba, CRV, 2021.

PICÃO, F. F.. Inteligência artificial e educação: como a IA está mudando a maneira como aprendemos e ensinamos. **Revista Amor Mundi**, v. 4, n. 5, p. 200, 2023. DOI: https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i5.254. Acesso em: 30 maio. 2024.

PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE. **Proposta Educativa Lassalista**. Porto Alegre, 2014.

VICARI, Rosa Maria. **Tendências em inteligência artificial na educação no período de 2017 a 2030**. Brasília: SENAI, 2018. Disponível em: https://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/d1dbf03635c1ad8ad3607190f17c9a19.pdf. Acesso em: 30 maio. 2024.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO: METODOLOGIAS E ADAPTAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ricardo Figueiró Cruz[1]

Mariana Silva Freitas Dias Paiva[2]

Resumo

A adaptação de materiais didáticos para a educação inclusiva é essencial para garantir a acessibilidade e equidade no ensino, permitindo que todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, tenham acesso ao conteúdo de forma compreensível e envolvente. Esta proposição tem como objetivo principal apresentar estratégias de adaptação nos componentes curriculares de História e Língua Portuguesa, abordando desde a análise das necessidades dos alunos até o desenvolvimento de materiais específicos e a avaliação de sua eficácia em promover um aprendizado inclusivo. No componente de História, as adaptações focam na utilização de recursos sensoriais, como materiais táteis e visuais, para facilitar a compreensão de eventos históricos e desenvolver habilidades motoras e cognitivas. Já em Língua Portuguesa, as estratégias incluem a flexibilização de atividades, a adaptação de textos e a criação de exercícios que integrem a participação da família e o uso de diferentes formatos de conteúdo, como poesia e teatro. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando observação participante e análise de conteúdo, com ênfase na colaboração com o Serviço de Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado (AEE), monitores e famílias. Os resultados preliminares mostram que essas adaptações melhoram significativamente o engajamento, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades dos alunos, destacando a importância de continuar explorando novas abordagens e tecnologias assistivas para reforçar a inclusão no ambiente escolar.

Palavras-chave: inclusão educacional; adaptação curricular; acessibilidade didática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Clélia Guedes. O lúdico como ferramenta pedagógica na educação inclusiva dos alunos 1° e 2° ano do ensino fundamental. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 5, p. 177-195, 2023. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/82. Acesso em: 12 de ago. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ricardo.202112780@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: mariana.paiva@prof.soulasalle.com.br.

CARGNIN, Ana Beatriz; GONÇALVES, Beatriz; STÜPP, Érica Fernandes. Os materiais didáticos na educação inclusiva: a importância dos materiais didáticos para a aprendizagem. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n 1, p. 61-68, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/BID_EaD/article/view/1369. Acesso em: 12 de ago. 2024.

MANZINI, Eduardo José; SANTOS, Maria Carmem Fidalgo. **Portal de ajudas técnicas para educação:** equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002.

A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA PARA A TRANSIÇÃO ENTRE OS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A TEMÁTICA NÚMEROS EM FOCO

Adelino Costa Neto

Resumo
A formação continuada de professores de matemática desempenha um papel fundamental na promoção do direito à educação de qualidade e, por conseguinte, na garantia dos demais direitos essenciais à dignidade humana. Esta comunicação visa apresentar o projeto de dissertação em andamento no mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Teorias, e Práticas Educativas e tem como objetivo geral investigar a contribuição da formação inicial e continuada para práticas pedagógicas de professores de matemática no desenvolvimento da unidade temática números no 4º, 5º e 6º anos do Ensino Fundamental, de modo a facilitar na transição dos anos iniciais para os anos finais. No cerne desse estudo, busca-se explorar as melhores práticas e abordagens utilizadas na formação de professores, identificando os desafios e oportunidades enfrentados nesse processo. Metodologicamente trata-se de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, aprofundando a compreensão do assunto em análise através de análise documental e questionário anônimo com professores. Como resultados preliminares da análise documental, observa-se que é necessário um currículo pensado, adaptável e que atenda às demandas atuais. Na próxima fase da pesquisa, ao investigar as concepções e práticas dos professores de matemática espera-se contribuir para a melhoria constante da formação desses profissionais, de modo a garantir que cada discente tenha acesso a uma educação matemática de alta qualidade, estabelecendo assim as bases para seu sucesso acadêmico e pessoal.

Palavras-chave: formação de professores; práticas pedagógicas; estudo de caso.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática:** da teoria à prática. Campinas: Papirus, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação do professorado:** para uma visão crítica. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. L. M. **Formação de professores:** concepções e contextos. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Eduardo de Oliveira Marchese[1]

Cíntia Melo de Oliveira[2]

Resumo

A proposta para combate ao bullying foi motivada pela identificação de uma necessidade mais urgente e relevante, evidenciada por observações que apontaram para a prevalência desse problema na escola, demandando uma intervenção mais direta e impactante. Relatar a experiência de uma prática extensionista desenvolvida por meio da disciplina de Projeto Integrador, a qual ocorreu em uma escola de Educação Básica, sobre a temática do bullying. A metodologia do texto segue as orientações do Relato de Experiência (Fortunato, 2018), a saber: (1) antecedentes; (2) local; (3) motivo; (4) agente(s); (5) envolvidos; (6) epistemologia para ação; (7) planejamento; (8) execução; e (9) análise por uma lente teórica. Ao abordar o problema de forma abrangente e direta, essas ações não apenas reduzem a incidência de bullying, mas também promovem uma cultura de respeito e empatia entre alunos e educadores. A implementação bem-sucedida dessas medidas é crucial para alcançar um ambiente escolar mais saudável e acolhedor para todos. Meios de intervenção: Formação dos professores por meio de dinâmica e debate; Integração do assunto aos alunos por meio de um jogo pedagógico desenvolvido; Entrega de um material pedagógico de apoio para a escola. Os resultados foram positivos e evidenciaram a importância do diálogo (Freire, 1996) como forma de abordar assuntos delicados e, muitas vezes, de difícil abordagem.
Referências:
..

Palavras-chave: bullying; escolar; infância.

REFERÊNCIAS

Fortunato, I. **Método(s) de pesquisa em educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à pratica educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996

[1] Universidade La Salle. E-mail: eduardo.202313539@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: cintia.201830986@unilasalle.edu.br.

EM BUSCA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ATRAVÉS DO TRABALHO POR ESTAÇÕES DE APRENDIZAGEM

Charlene Moreira Pedroso[1]
Ariadne Lopes dos Santos[2]
Gabrielle Rosa[3]
Taini Moreira[4]

Resumo
O artigo, apresentado por professoras da Rede La Salle para o Prêmio Sapiens, explora a implementação de Estações de Aprendizagem como uma abordagem inovadora para o desenvolvimento da alfabetização em turmas de primeiro ano. Iniciado em março de 2022, o estudo busca transformar a prática pedagógica tradicional, substituindo a estrutura convencional da sala de aula por uma configuração mais dinâmica e interativa. O trabalho aborda como a metodologia das Estações de Aprendizagem pode superar desafios comuns no ensino, como falta de recursos e desinteresse dos alunos. Esta abordagem divide a sala em várias estações, cada uma focada em atividades específicas que permitem aos alunos trabalhar em grupos menores e rotacionar entre diferentes tarefas. As estações incluem atividades para desenvolvimento motor, artes, raciocínio lógico, e habilidades de leitura e escrita, utilizando recursos variados para engajar e motivar os alunos. A metodologia visa criar um ambiente de aprendizado inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos alunos, promovendo maior participação e efetividade no processo de alfabetização. Além de incentivar a autonomia e a colaboração, as Estações de Aprendizagem permitem que os professores desempenhem um papel de facilitadores, guiando os alunos em suas descobertas e desenvolvimento de habilidades. Os resultados indicam que a abordagem não apenas melhora o envolvimento dos alunos, mas também desenvolve suas competências e habilidades de forma mais eficaz. A prática demonstrou ser uma estratégia pedagógica eficaz para promover uma educação mais equitativa e personalizada, preparando os alunos para enfrentar desafios futuros com maior confiança e habilidades críticas.

Palavras-chave: alfabetização; estações de aprendizagem; ensino eficaz; sala de aula dinâmica; inclusão pedagógica; desafios educacionais.

[1] Escola Fundamental La Salle Sapucaia. E-mail: charlene.pedroso@lasalle.org.br.
[2] Escola Fundamental La Salle Sapucaia. E-mail: ariadnelopesdossantos@gmail.com.
[3] Escola Fundamental La Salle Sapucaia. E-mail: gabrielle.rosa@lasalle.org.br.
[4] Escola Fundamental La Salle Sapucaia. E-mail: taini.moreira@lasalle.org.br.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

MARQUES, Mario Osório. **A escola no computador:** linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003. (Coleção Fronteiras da Educação)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MORAN, José Manuel. Metodologias Ativas e modelos híbridos na educação. *In*: YAEGASHI, Solange et al. (org.). **Novas Tecnologias Digitais:** reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO MÉDIO: AS CONTRIBUIÇÕES DE PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO

Alice Almeida[1]

Resumo
O presente artigo, intitulado "O Desenvolvimento de Competências Empreendedoras em Alunos da Educação Básica," tem como objetivo principal analisar as contribuições de projetos de Educação Empreendedora voltados para o desenvolvimento de competências empreendedoras em estudantes da Educação Básica. Além de mapear teses e dissertações que abordam essa temática, o estudo visa identificar as competências desenvolvidas, com ênfase em habilidades cruciais para o século XXI, como criatividade, inovação e pensamento crítico. A pesquisa também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 4, que busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A conexão com os ODS reflete a importância de preparar os estudantes para os desafios do futuro, discutindo uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas que também capacita educandos a inovar e empreender, na vida pessoal e profissional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e sociedades. Dessa forma, o artigo busca avaliar como essas iniciativas contribuem para a formação de indivíduos preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

Palavras-chave: educação empreendedora; desafios do século XXI; educação básica.

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a se descobrir. *In*: DELORS, Jacques (org.). **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

DOLABELA. Fernando. Pedagogia Empreendedora. [Entrevista cedida a] Thiago Alves. **Revista de Negócios**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 127-130, 2004. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/293. Acesso em: 04 ago. 2024.

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: alicerodalmeida@gmail.com.

DOLABELA. Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

EMPREENDEDORISMO. In: DICIONÁRIO online de português. [S. l.], c2009-2024. Disponível em: https://www.dicio.com.br/empreendedorismo/. Acesso em: 25 jul. 2024.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice:** universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DESENVOLVENDO DIPLOMATAS DO FUTURO: O CLUBE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO COLÉGIO LA SALLE CANOAS

Ricardo Figueiró Cruz[1]
Rafael D'Avila Barros[2]

Resumo
O Clube de Relações Internacionais do Colégio La Salle Canoas, criado em 2021, visa preparar os estudantes para o Novo Ensino Médio, que foi implementado em 2022. O objetivo geral do clube é promover a compreensão de questões globais e desenvolver habilidades diplomáticas por meio de simulações internas no modelo dos comitês da ONU. Os objetivos específicos incluem a participação em simulações externas, como o UFRGSMundi, abordando temas de relevância global, desafios contemporâneos e tratados internacionais. A metodologia do clube envolve a representação de países em discussões sobre temas específicos, onde os alunos devem pesquisar sobre a estrutura interna dos países, suas legislações, culturas e políticas. Essa abordagem permite que os participantes desenvolvam habilidades de argumentação e retórica, essenciais para a diplomacia. Os resultados preliminares indicam um aumento no interesse dos alunos por questões globais, além do desenvolvimento de uma cultura de cooperação e diálogo. Os alunos têm a oportunidade de simular para outras turmas, ampliando o conhecimento e despertando o interesse por temas internacionais. As perspectivas futuras incluem a expansão das simulações e a participação em eventos internacionais, fortalecendo a formação dos estudantes em Relações Internacionais e sua capacidade de enfrentar desafios sociais globais..

Palavras-chave: relações internacionais; simulações; diplomacia.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Patricia Fonseca Ferreira; PAGLIARI, Graciela de Conti. Uma reflexão sobre a prática das simulações no ensino das Relações Internacionais: um estudo sobre a Simulação para o Ensino Médio. 10? *In*: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, BELO HORIZONTE, 1., set. 2016. **Anais** [...] 2016. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/reflexao-sobre-pratica-das-simulacoes-ensino-das-relacoes.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ricardo.202112780@unilasalle.edu.br.
[2] Colégio La Salle Canoas. E-mail: rafaeldavila.barros@prof.soulasalle.com.br.

CHEREM, Helena Miranda; COSTA, Victoria Campos; ALMEIDA, Weslley da Silva Pereira de. **Simulação de organizações internacionais para alunos do ensino médio (SIEM)**. Trabalho de conclusão de curso (Gradução em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3915/SEURS_1405-1410.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 ago. 2024.

UFRGS. UFRGSMUNDI. https://www.ufrgs.br/ufrgsmundi/. Acesso em: 26 ago. 2024.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DA ATENÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: ESTUDAR ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA REALIDADE

Rafael D'Avila Barros[1]

Resumo
O presente trabalho apresenta um conjunto de práticas pedagógicas desenvolvidas nas turmas de 3ª série do Novo Ensino Médio no Colégio La Salle Canoas, a partir de uma aproximação com a teoria da "educação da atenção" de Tim Ingold (2010; 2020). O objetivo das práticas era: Compreender o conceito de classe social em diferentes teorias sociológicas. Portanto, foi selecionado o conteúdo conceitual "As concepções de classe elaboradas por Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu" (Rede La Salle, 2022). As práticas pedagógicas foram inspiradas na teoria da "educação da atenção" de Tim Ingold (2010; 2020), com as seguintes etapas: (a) apresentar aos estudantes uma situação que exemplifica as teorias sociológicas; (b) mobilizar os estudantes para uma interpretação dos exemplos a partir de seus conhecimentos prévios; (c) desenvolver uma protopia de análise sociológica constituída pelas percepções dos estudantes sobre os exemplos em consonância com as teorias sociológicas selecionadas. As práticas pedagógicas foram realizadas em 3 períodos de aula com 50 minutos cada, contemplando uma concepção sociológica sobre classe social por aula: (1º) a brincadeira infantil da gangorra e Karl Marx; (2º) a mudança de empresa da apresentadora de televisão Eliana Michaelichen e as dimensões de estratificação social para Max Weber; (3º) a mitologia do Homem-Aranha e os campos sociais de Pierre Bourdieu. Ao término de cada aula, os estudantes sinalizaram o apreço pelas atividades realizadas, afirmaram ter compreendido as teorias sociológicas em questão. Também houve a realização de uma avaliação somativa que evidenciou resultados positivos sobre a compreensão deste conteúdo conceitual.

Palavras-chave: ensino de sociologia; sociologia escolar; educação da atenção; prática pedagógica; ensino médio.

REFERÊNCIAS

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rdavilabarros@gmail.com.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/6777. Acesso em: 11 ago. 2024.

INGOLD, Timothy. **Antropologia e/como educação**. Petrópolis: Vozes, 2020.

REDE LA SALLE. **Matriz Curricular para as Competências**: Ensino Médio. 2022.

PROJETO PIBID/CAPES: DESCOBRINDO AS CLASSES GRAMATICAIS EM CONJUNTO COM O TEMA DA INCLUSÃO

Erika Serafina Barbosa[1]

Resumo

Vivemos em uma sociedade plural onde é crucial entender a importância da inclusão escolar e dela participar conscientemente. Práticas pedagógicas em que os discentes estão no papel de protagonistas promovem a reflexão sobre o conteúdo e ajudam a desenvolver a tolerância e o respeito às diferenças. Considerando isso questões, este estudo desenvolveu uma prática com a gramática da língua portuguesa para aperfeiçoar a escrita de alunos do Ensino Médio ao estudarem classes gramaticais junto ao tema da inclusão social. O projeto foi implantado por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) em parceria com a Universidade La Salle, em turmas de segundos anos na Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Puente, em Canoas-RS. Os alunos assumiram o papel de professores e distribuíram classes de palavras entre os grupos, responsáveis por ensinar o conteúdo aos colegas. Para promover um planejamento de aula inclusivo (RAMOS, 2023), cada grupo elaborou atividades sobre classes gramaticais que pudessem ser aplicadas junto a alunos com alguma deficiência (auditiva, visual, física, intelectual ou autismo). Observou-se grande envolvimento dos alunos na atividade, ao terem que dominar o tema e desenvolver soluções para uma aula inclusiva. Cultivou-se a empatia e promoveu-se um ambiente de aprendizado mais equitativo e, embora ainda haja necessidade de adaptação nas instituições escolares, foi crucial inserir os alunos nessa caminhada para valorizar as diferenças, promover a inclusão e combater preconceitos e estereótipos, criando um ambiente educacional mais justo, em que todos têm a oportunidade de contribuir com suas habilidades únicas.

Palavras-chave: classes gramaticais; inclusão; professor, ensino médio.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática:** Estratégias eficazes para a educação inclusiva. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, junho 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: erykkasbarbosa@gmail.com.

A INFERÊNCIA NO PROCESSO DA COMPREENSÇÃO TEXTUAL

Dandara Amanda de Mello Lovato[1]

Resumo
Interpretar textos não é uma tarefa fácil, pois exige do leitor conhecimento linguístico, mas, sobretudo, conhecimento de mundo (extralinguístico). Nenhum texto traz todas as informações de que o leitor precisa para compreendê-lo. A prática de leitura da forma como é proposta na BNCC (BRASIL, 2018) vai além de decodificar, tendo um sentido mais amplo e, por isso, a inferência se torna fundamental para auxiliar o aluno a deduzir o que o texto deixa de explicitar. Inferir ocorre durante a leitura e pode ser um processo automático (conectivo) ou não automático (elaborativo), por meio do processo cognitivo, que facilitam o entendimento de situações que não se encontram no texto (LEFFA, 1996). As reflexões de inferências propostas por Coscarelli (2002), é possível entender o que são as inferências e quais tipos há, é por que são feitas. Esta pesquisa é resultado de um projeto, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) e em parceria com a Universidade La Salle, intitulado 'A inferência no processo da compreensão textual como estratégia de ensino significativo nas aulas de português em turma de 2º. ano do Ensino Médio do Curso Técnico em Logística' e aplicado na escola Bernardo Vieira de Mello, em Esteio-RS em 2024. Nas atividades interpretaram-se textos e foram identificados casos de informações implícitas. Os resultados com a atividade foi a capacidade inferencial por parte dos estudantes, a capacidade cognitiva dos alunos lhes permitiu refletir não só sobre o óbvio mas pensar sobre o contexto.

Palavras-chave: inferência; conhecimento linguístico; leitura; compreensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COSCARELLI, C. V. Reflexões sobre as inferências. **Anais do VI CBLA - Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Faculdade de Letras da UFMG**, CD Rom, 2002

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura:** uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996. (Coleção Ensaios CPG Letras/UFRGS).

[1] Universidade La Salle. E-mail: dandaramello15@gmail.com.

PRÁTICAS DE GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: FALANDO DE DEMOCRACIA A PARTIR DO JOGO? RECONSTRUINDO NOSSA CIDADE?

Ana Clara Marquez Rosa[1]

Resumo
O presente trabalho apresenta uma prática pedagógica desenvolvida em uma turma de 1ª série do Ensino Médio no Colégio Estadual Marechal Rondon em Canoas, a partir do uso da metodologia ativa de gamificação no espaço escolar. O objetivo da prática era adentrar o tema Democracia a partir da vivência dos alunos durante as enchentes de Maio de 2024 com o jogo de tabuleiro “Reconstruindo Nossa Cidade” e foi pensada como uma forma de introduzir o processo democrático de participação de maneira que os incentivassem a participar ativamente e em grupo, tentando assim que se estabelecesse um ambiente motivador e potente de aprendizado centralizado nos estudantes (CHOU,2014). O tabuleiro e as cartas que o acompanham foram construídas da seguinte maneira: Cartas Objetivo, que norteiam quais os objetivos que cada equipe de alunos precisava alcançar; as Cartas Temáticas que trazem desafios vindos da “prefeitura” e do “governo estadual” durante as partidas; e as Cartas Temas que tratam de temas como transporte, meio ambiente, abrigos emergenciais, etc. O jogo funciona de modo que a cada rodada e carta retirada os alunos se deparassem com situações onde precisassem tomar decisões em equipe sobre a cidade e também recebessem auxílio das cartas ou desafios a serem solucionados. Ao término da aula foi contextualizado o tema e a atividade, e os alunos sinalizaram seu contentamento com a atividade e afirmaram compreender o conteúdo trabalhado. Após também houve uma atividade somativa que demonstrou resultados positivos sobre a compreensão do conteúdo trabalhado em aula.

Palavras-chave: gamificação; prática pedagógica; ensino médio; ensino de sociologia.

REFERÊNCIAS

NAVARRO, Gabrielle. **Gamificação:** a transformação do conceito do termo jogo no contexto da pós-modernidade. 2013. Disponível em: http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/578-1589-1-PB.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: anaa.marqueez@gmail.com.

CHOU, Y. Gamification. **Yukaichou**. Disponível na URL: http://www.yukaichou.com/. Acesso em 05 jul. 2024.

ALVES, Marcia Maria; TEIXEIRA, Oscar. Gamificação e Objetos de Aprendizagem: elementos da gamificação no design de objetos de aprendizagem. *In*: GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO. Pimenta Cultural, São Paulo, 2014.

REDE LA SALLE. **Matriz Curricular para as Competências**: Ensino Médio. 2022.

AS OLIMPÍADAS DO CONHECIMENTO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS HABILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leandro dos Santos Dias[1]

Resumo
Este trabalho busca relatar uma experiência na disciplina de Projeto Integrador II, como acadêmico do curso de Matemática Licenciatura, da Universidade La Salle. As atividades foram desenvolvidas entre os meses de agosto/2022 e novembro/2022, no Centro de Ensino Médio Pastor Dohms, na unidade Higienópolis (Porto Alegre/RS), com alunos da segunda série do ensino médio. A proposta teve como objetivo geral oportunizar o desenvolvimento de diferentes habilidades nos estudantes, tais como raciocínio lógico-matemático e a gestão de tempo. Já no que concerne aos objetivos específicos, procurou-se envolver toda a comunidade escolar com o processo de divulgação e aplicação de uma olimpíada de conhecimento, contemplando todas as suas etapas: divulgação do edital, período de inscrições, aplicação da prova, divulgação dos resultados e cerimônia de premiação. A metodologia utilizada durante todo o período do projeto foi pautada na resolução de problemas, uma metodologia que possibilita uma aprendizagem significativa, permitindo ao estudante o prazer em explorar novas ideias e a compreensão sobre a importância e a utilidade da disciplina e dos conceitos matemáticos (Camargo, 2014; D'Ambrósio, 2012; Boaler, 2019). Ao final do processo, foi possível perceber a enorme satisfação e o engajamento dos estudantes envolvidos na olimpíada, que se manifestaram totalmente abertos e receptivos a esse tipo de atividade, destacando o aspecto desafiador proposto pela atividade. Como ação futura, eu pretendo organizar e aplicar olimpíadas de conhecimento nas instituições às quais eu faça parte, sempre que possível, contribuindo para estimular o estudo das ciências, despertando a curiosidade e o interesse dos estudantes.

Palavras-chave: matemática; olimpíadas; ensino médio; raciocínio lógico; resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

BOALER, Jo. **O que a matemática tem a ver com isso?** Como professores e pais podem transformar a aprendizagem matemática e inspirar sucesso. Porto Alegre: Penso, 2019.

[1] Universidade La Salle. E-mail: l.s.d.quimica@gmail.com.

CAMARGO, Fausto. **A sala de aula inovadora:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre / RS: Ed. Penso, 2018. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática:** da teoria à prática. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MENDES, Hyderland de Oliveira et al. **Lógica 2:** 7° ano. 2. ed., rev. e atual. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2016.

MENDES, Hyderland de Oliveira et al. **Lógica 2:** 8° ano. 3. ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017.

UNIVERSIDADE LA SALLE. Edital da Olimpíada de Matemática Universidade La Salle. Disponível em: https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/f2c12de9ac2ee7a1188f0db4d09d07a5.pdf . Acesso em: 17 ago. 2022.

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

DIREITO

PROPAGAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO EM DECISÕES POR IA´S GENERATIVAS

Ricardo Alan Wias[1]

Gabriel Camargo[2]

Resumo

A crescente automação no setor jurídico, impulsionada por inteligências artificiais (IAs) generativas, levanta questões sobre a justiça e equidade das decisões judiciais. No direito civil brasileiro, é crucial que todas as decisões sejam justas e fundamentadas, garantindo igualdade e a oportunidade de defesa para todas as partes envolvidas. No entanto, a implementação de decisões automatizadas por IA suscita preocupações sobre possíveis vieses discriminatórios, o que poderia comprometer a imparcialidade do processo e aprofundar desigualdades sociais. O objetivo do estudo é analisar como as decisões geradas por IA podem violar garantias constitucionais e se essas decisões podem ser enviesadas por discriminação, afetando negativamente a justiça. A preocupação central é que algoritmos possam perpetuar injustiças existentes, discriminando com base em características como raça, gênero e status socioeconômico. A Constituição Federal brasileira exige que todas as decisões judiciais sejam devidamente fundamentadas, uma medida destinada a garantir transparência e justiça, embora erros e motivações parciais ainda persistam na prática. A metodologia do estudo é analítica, focada em avaliar a viabilidade e o impacto das IAs no processo judicial, sem desmerecer o papel do juiz. Conclui-se que, embora as IAs possam melhorar a eficiência do sistema jurídico, é vital garantir a supervisão humana para evitar decisões enviesadas e preservar a justiça. A integração segura e transparente das IAs no sistema jurídico deve equilibrar automação com controle humano para promover uma justiça equitativa.

Palavras-chave: inteligência artificial; decisões judiciais; discriminação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jailson de Souza. O dever de justificar decisões baseadas em inteligência artificial para evitar o preconceito e a discriminação. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 12, n. 118, p. 51-77, mar. 2023.

[1] Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: ricardowias99@gmail.com.

[2] Universidade La Salle. E-mail: gabriel.camargoadv@gmail.com.

DE LUCCA, Rodrigo Ramina. **"O dever de motivação das decisões judiciais."** Salvador: Juspodivm, 2015.

RUIZ, Ivan Aparecido. Princípio do acesso justiça. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coord.). **Tomo:** Processo Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (coord. de tomo). 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/201/edicao-2/principio-do-acesso-justica.

APOROFOBIA TERRITORIAL: A DISCRIMINAÇÃO ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

Lucas Manito Käfer[1]

Resumo
O presente trabalho, a partir de uma visão da cidade dividida pelas classes sociais, analisa como a legislação urbanística utiliza de parâmetros legais para proibir que determinados grupos possam adquirir espaços para habitação. A discriminação, através do conceito da aporofobia, busca responder a hipótese de que o Poder Público cria barreiras legais para a população mais pobre, não garantindo o direito de escolher o lugar que habita. Como forma de comprovação, utilizando o método dedutivo, a partir de doutrinas de direito urbanístico, direito antidiscriminatório e aporofobia, o plano diretor da cidade de Canoas/RS foi objeto de análise, especificamente com relação a divisão de zoneamento e os requisitos mínimos para parcelamento do solo urbano em cada uma das zonas. O problema da pesquisa foi assim delimitado: a cidade, como ambiente plural, é palco de discriminação em relação as pessoas de classes sociais diferentes? A hipótese é que determinadas limitações urbanísticas, previstas nas legislações municipais, impedem que pessoas pobres venham a residir em determinados espaços urbanos. Baseado na hipótese, inúmeras manifestações doutrinárias tratam da tendência discriminatória do direito urbanístico. Ainda, o estudo da legislação nacional e estadual confirma a hipótese de que os municípios podem criar regras urbanísticas específicas para determinados espaços da cidade, o que, confirma a criação de muros imaginários em espaços privilegiados, impossibilitando que a população considerada pobre adquirira imóveis "legais" naqueles locais. A análise da legislação do Município de Canoas, comprovou que a criação de limitações urbanísticas tornou uma das zonas da cidade mais seletiva que as demais.

Palavras-chave: urbanismo; aporofobia; segregação; muros; testada.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** A busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

[1] Universidade La Salle. E-mail: lkafer@gmail.com.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei no10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 julho 2001, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 01 jun. 2024.

CALDERIA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CANOAS. **Lei no 1.783, de 30 de novembro de 1977**. Dispõe sobre o Código Tributário Municipal e dá normas de direito tributário aplicáveis ao Município. Canoas, 1977. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/canoas/lei-ordinaria/1977/179/1783/lei-ordinaria-n-1783-1977-dispoe-sobre-o-codigo-tributario-municipal-e-da-normas-de-direito-tributario-aplicaveis-ao-municipio?q=1783%2F1977. Acesso em: 01 jun. 2024.

CANOAS. **Lei no 5.961, de 11 de dezembro de 201**. Institui o Plano Diretor Urbano Ambiental de Canoas, dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município e dá outras providências. Disponível em: https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Lei_5961_15_PL_2215_pdua1.pdf. Acesso em 01 jun. 2024.

CARVALHO, Cláudio. **Fundamentos do direito à cidade**. João Pessoa: Editora Porta, 2023.

CARVALHO, Cláudio; RIBEIRO, Guilherme; RODRIGUES, Raoni. **Em busca da cidade:** a luta pela moradia adequada como força motriz da reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

GONZATTO, Marcelo. Valorização de bairro de Canoas faz moradores colocarem casas à venda por mais de R$ 1 milhão. **Gaúcha ZH**. 2017. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/09/valorizacao-de-bairro-de-canoas-faz-moradores-colocarem-casas-a-venda-por-mais-de-r-1-milhao-9891210.html. Acesso em: 04 jun. 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento: Caso do Direito: Justificando, 2017.

PEDROTTI, Wagner Barbosa. **Os condomínios fechados e o direito à cidade**. 1. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2022.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1380.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E PLURALISMO JURÍDICO

Agna Valim Cardoso[1]

Daniela Guimarães Vilela[2]

Resumo

O artigo explora a busca pela efetividade do pluralismo jurídico no contexto do Estado democrático brasileiro, destacando a necessidade de repensar o Direito como uma construção coletiva. O positivismo jurídico é analisado, com a proposta de redimensionar seu papel na vida social, afastando-se da visão que o limita a um conjunto de normas rígidas. Em meio à crise de legitimidade do sistema estatal, a Justiça Restaurativa emerge como uma alternativa que envolve a sociedade de forma mais ativa e humanizada na resolução de conflitos, propondo uma redução das intervenções penais tradicionais. O estudo, baseado em uma metodologia de exploração bibliográfica, examina o pluralismo jurídico e a Justiça Restaurativa como um novo paradigma, que busca conciliar as demandas contemporâneas por justiça com a preservação das liberdades individuais. Ao propor a substituição da pena de reclusão por sanções menos severas, a Justiça Restaurativa é vista como uma abordagem reformadora do sistema penal, com potencial para minimizar os danos associados à intervenção estatal excessiva. A conclusão aponta para a necessidade de uma renovação do pensamento jurídico, adaptado às exigências da sociedade pós-moderna em formação, sugerindo que a justiça seja produzida de maneira mais inclusiva e eficiente.

Palavras-chave: pluralismo jurídico; pós-modernidade; renovação de mentalidade; justiça restaurativa; efetividade da justiça.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Carlos Vieira. **Os Direitos Fundamentais:** Na Constituição Portuguesa. Almedina, 1998.

AGUIAR, Mônica; FRAGA, Ivana de Oliveira. **O arquétipo da alteridade como paradigma necessário ao afastamento da alienação parental.** Direito de família CONPEDI/UFPB; Coordenadores: Carolina Valença Ferraz, José Sebastião de Oliveira, Luciana Costa Poli. Florianópolis: CONPEDI, p. 241-247, 2014.

[1] Universidade La Salle. E-mail: agnacardoso.adv@gmail.com.
[2] Universidade La Salle. E-mail: danielavilela.adv@gmail.com.

ARRUDA, Ney Alves. **Sociedade da informação e políticas regionalizadas:** exemplares programas de um pluralismo jurídico europeu para a América Latina. Disponível em: < https://catalogo.biblioteca.ibict.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=30265>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal.** 3. ed. São Paulo, Ed. RT, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

KANT, Imannuel. **A religião dentro dos limites da simples razão.** Os Pensadores. vol. XXV. São Paulo: Abril, 1974.

PASSOS, J.J. CALMON. **Direito, poder, justiça e processo.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução à Sociologia da Administração da Justiça.** Direito e Justiça: a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1988.

TIVERON, Raquel. **Justiça Restaurativa e Emergência da Cidadania na Dicção do Direito A Construção de um Novo Paradigma de Justiça Criminal.** Thesaurus Jurídica, 2014.

SANTANA, Selma de Pereira. **Justiça Restaurativa:** A reparação como consequência jurídico-penal autônoma do delito. Lumen Juris Editora. Tiveron. Rio de Janeiro, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico:** Fundamentos de urna nova cultura no Direito. 3. ed., ver. e atual. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.

WEBER, Max. **Sociología de la dominación** (trad. José Medina Echavaría e outros). Economía y sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1996a.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. JUSTIÇA RESTAURATIVA. Palas Athena. 2018

O PAPEL DOS ADVOGADOS NA DEFESA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DE PESSOAS TRANS: DESAFIOS ÉTICOS E JURÍDICOS

Luana Maia Tergolina[1]

Resumo
Este artigo explora o papel fundamental dos advogados na defesa dos direitos previdenciários de pessoas trans, com foco nos desafios éticos e jurídicos que permeiam essa prática. O sistema previdenciário brasileiro, tradicionalmente estruturado em normas que não contemplam a diversidade de identidades de gênero, impõe barreiras significativas para a concessão de benefícios a essa população. Nesse contexto, os advogados desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e na garantia de acesso justo a esses direitos. O artigo aborda a complexidade dos desafios enfrentados pelos profissionais do direito, incluindo a necessidade de um conhecimento especializado sobre questões de gênero, a interpretação de normas previdenciárias em consonância com os princípios de igualdade e dignidade humana, e a superação de preconceitos institucionais e sociais. Além disso, discute os dilemas éticos que surgem na representação de pessoas trans, como o respeito à identidade de gênero e a necessidade de confidencialidade e sensibilidade no trato dessas questões. Por meio de uma análise crítica e da apresentação de casos práticos, o artigo busca não apenas evidenciar as dificuldades enfrentadas, mas também propor estratégias e práticas advocatícias que possam contribuir para a construção de um sistema previdenciário mais inclusivo e equitativo. Conclui-se que, para efetivar a proteção dos direitos previdenciários de pessoas trans, é essencial que os advogados estejam capacitados e comprometidos com a defesa de uma advocacia ética, que promova a justiça social e a inclusão.

Palavras-chave: direitos previdenciários; pessoas trans; advocacia; desafios éticos; inclusão.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COVA, Roberta. **A Aposentadoria após a Mudança de Prenome e Gênero do Transexual**. Disponível em:

[1] Universidade La Salle. E-mail: luana.tergolina@terra.com.br.

https://robertacova.jusbrasil.com.br/artigos/352864095/a-aposentadoria-apos-a-mudanca-de-prenome-e-genero-do-transexual. Acesso em: 30 jan. 2024.

DIAS, Diego Modi. **Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200475. Acesso em: 30 jan. 2024.

QUADRINI, Mariana Cristina José; VENAZZI, Karen F. **O Direito Previdenciário dos Transexuais:** Percepção dos Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade. Curitiba: Revista Mal-estar no Direito, 2016.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; RABELO, Cesar Leandro de Almeida; POLI, Leonardo Macedo. **Os Direitos Humanos e de personalidade do transexual:** prenome, gênero e a autodeterminação. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12914. Acesso em: 30 jan. 2024.

A INFORMAÇÃO PREVIDENCIÁRIA FRENTE AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO INSS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BORDIEU

Antonio Augusto Carneiro Pereira[1]

Resumo

A pesquisa tratar-se-á de fazer uma análise sobre as dificuldades de acesso dos segurados da previdência social frente a criação da plataforma digital “meu INSS”, trabalhando o conceito de informação previdenciária através da perspectiva da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. Temos por objetivo aprofundar o estudo frente ao acesso dos segurados a plataforma digital “meu INSS” que passou a ser o principal canal de comunicação entre o segurado e INSS na busca de informações e benefícios previdenciários, desenvolvendo a análise sobre o termo informação previdenciária através de uma perspectiva sociológica capaz de transformar a informação em conhecimento produzindo efeitos ao campo previdenciário. A perspectiva de uma dogmática tradicional do Direito por vezes delimita a uma visão sobre determinado fato, razão que a pesquisa empírica nos permite observar a compreensão prática de determinado fenômeno, dessa forma, a pesquisa de campo através de entrevistas com segurados e servidores nos ajudarão a compreender as estruturas relacionadas existentes dentro do campo. A pesquisa encontra-se em fase inicial teórica, onde estamos trabalhando com os conceitos utilizado pelo marco referencial Pierre Bourdieu fazendo uma identificação do campo passando pelos principais conceitos apresentados pelo referencial na aplicação do termo informação previdenciária, além do estudo dos agentes que compõem o campo, e os interesses servidos, para posteriormente através da pesquisa de campo conseguirmos aprofundarmos na análise com objetivo de respondermos o problema de pesquisa.

Palavras-chave: Informação previdenciária; exclusão digital; Meu-INSS; teoria reflexiva; informação pública; campo previdenciário; capital informacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência:** Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

[1] Universidade La Salle. E-mail: antonioaugustopereira.adv@gmail.com.

ARAUJO, Eliany Alvarenga de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 5, out/2001. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46139. Acesso em: 25 abr. 2024.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência Da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21–27. 2003.

ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1–30, jan./abr. 2014.

BALERA, Wagner. **Curso de Direito Previdenciário:** homenagem à Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira. 5. ed. São Paulo: LTr, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. A natureza jurídica e o conteúdo mínimo da Dignidade Humana. *In*: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA no Direito Constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BATISTA, Carmem Lúcia. Mediação e apropriação. Questões do direito de acesso à informação. *In*: MOURA, Maria Aparecida. **A construção social do acesso à informação no Brasil:** contextos, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.137-151. 2014.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília (UNB),1986.

BOGDAN, R. J.; **Grounds for cognition:** How goal-guided behavir shapes the mind. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum. 1994.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, p. 57-96, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/GQ38r6yqDBy7cBN4QtbsjSN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 7 jun. 2024

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; Tradução: Fernando Tomaz – Rio de Janeiro, RJ: Editora Difel, Edição, 1989.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. "Os três estados do capital cultural". In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, p. 71-80. 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 320 p. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** Cursos no College de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis-RS, Editora Vozes, 2018.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: Microsoft Word - Buckland.doc (ufpe.br). Acesso em: 11 jun. 2024.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

BRASIL. **Decreto Lei n.4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Crea, em cada uma das emprezas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos ernpregados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682-1923.htm. Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. **Lei n.3.807, de 26 de agosto de 1960**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm. Acesso em: 11 maio. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, p. 148-207, 2007.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede:** filtros, vitrines, notícias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS. Manuel. **A Era da Informação:** Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste, 2002.

COSTA, José Ricardo Caetano. A Visibilidade Do “Estado Malfeitor” Brasileiro: analisando as políticas públicas de previdência e assistência social no cenário neo-reacionário-liberal. In: COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU Jr., Marco Aurélio; SORES, Hector Cury. (org.). **O estado de mal-estar social brasileiro**. Belo Horizonte: IEPREV, 2020, v. 1, p. 342-371.

CUNHA, Alexandre dos Santos, SILVA, Paulo Eduardo Alves da. (Org.). **Pesquisa empírica em direito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pesquisa_empirica_direito.pdf. Acesso em 20 abr. 2024.

DE MASI, Domenico. A sociedade pós-industrial. *In*. A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 11-98.

DE MENEZES NETO, Elias Jacob. A sociedade em rede e o Estado democrático na modernidade líquida. **Revista de Informação Legislativa**, v. 57, n. 228, p. 149-164, 2020.

DEMO, Pedro. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Revista Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/885/920. Acesso em 06 abr. 2024.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 23-48, jan./fev 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2024.

DOS SANTOS, Maria Paula Gomes. **O Estado e os problemas contemporâneos**. CAPES, 2009.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós Capitalista**. Traduzido por Nivaldo Montigelli Junior. São Paulo: Pioneira, 1993.

FIGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil:** estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

GARCIA-PARPET, Marie France; AFONSO, Camila Bevilaqua. Desconstrução do "trabalho", gestão individual do ciclo de vida e previsibilidade sobre o futuro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém. **Anais** [...]. Belém: SBS, 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022. Acesso em 20 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil:** usos e desusos na informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999. Disponível: Acesso em: 22 jun. 2024

JARDIM, José Maria. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, v.59, n.1, p.81-92, 2008. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/141. Disponível: Acesso em 24 de abr. 2024.

KOSELLECK, Reinhart, "**Modernidade" in: Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos, Contraponto, Rio de Janeiro, 2006

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1991. 406p. Disponível em https://mpassosbr.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/03/a-reconstruc3a7c3a3o-dos-direitos-humanos-celso-lafer.pdf. Acesso em 22 de jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Figueiredo Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996

LIMA, J. M. M. V. **As novas tecnologias no ensino**. Disponível em: http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apjp/2006/2tri06/lima. Acesso em: 25 abr. 2023.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NETO, Ubirajara Coelho. **Previdência social:** noções preliminares, formação e evolução mundial e princípios (gerais e específicos). Temas De Direito Previdenciário E De Direito Do Trabalho, 2012.

OHLWEILER, Leonel Pires. Perspectivas sociojurídicas do poder de polícia sanitário e emergência de saúde pública: vulnerabilidades e o enfoque dos direitos humanos. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 230, p. 195 218, abr./jun. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril_v58_n230_p195. Acesso em 15 de jun. 2024

OHLWEILER, Leonel Pires. Transparência Administrativa e o Direito de Acesso às Informações Públicas no Constitucionalismo Periférico do Brasil: Bancos Públicos e Benefícios Privados no Julgamento do Caso BNDES. **Conpedi Law Review**, v. 2, n. 2, p. 490-510, 2023.

PACHECO FILHO, Calino Ferreira. Seguridade Social e Previdência: situação atual. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 71-84, 2012. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2665. Acesso em: 29 maio 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília, ENAP: 1995. 28f. (Texto para Discussão, 4). Disponível em: Acesso em: 21 jul. 2024.

PAULA, Alexandre Sturion de. **A Globalização e o Direito:** Lições Filosoficas de André-Jean Anaud, 2003, Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1275/A-Globalizacao-e-o-Direito-Licoes-Filosoficas-de-Andre-Jean-Arnaud. Acesso em: 25 abr. 2024.

PETERS, J. D. Information: Notes toward a critical history. **Journal of Communication Inquiry**, v. 12, p. 10-24, 1988. Disponível em: Informações: Notas para uma História Crítica - John Durham Peters, 1988.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**: lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. 2012.

RUDNICKI, Dani; CARLOS, Paula Pinhal de; MULLER, Felipe. O uso da entrevista na pesquisa jurídica brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 8, n. 2, p. 82-104, 2021. DOI: https://doi.org/10.21910/rbsd.v8i2.525. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/525. Acesso em: 15 dez. 2022

SANTOS, André Filipe Pereira Reid. **Direito e profissões jurídicas no Brasil após 1988:** expansão, competição, identidades e desigualdades. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SCHÄFER, Jairo. **Classificação dos direitos fundamentais:** do sistema geracional ao sistema unitário: uma proposta de compreensão. Livr. do Advogado, 2005.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. O sistema de seguridade social e o princípio da solidariedade: reflexões sobre o financiamento dos benefícios. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 25, p. 12, 2008. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/16049838.pdf. Acesso em 20 jun. 2024.

SECLAENDER, A.C.L. O direito de ser informado e os limites fáticos à sua plena eficácia -. (1988). **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 83, 318-347.Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67128. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**: colônia. Império, República. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Ademir Alves da. A reforma da previdência social brasileira: entre direito social e o mercado. **São Paulo, Perspec**, São Paulo, v.18, n.3, p. 16-32, set. 2004.

SILVA, Fabio de Sá; Vetores, Desafios e Apostas Possíveis na Pesquisa Empírica em Direito no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, v. 3, n. 1, jan 2016, p. 24-53

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **SER Social**, [S. l.], n. 6, p. 133–168, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i6.12853. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853. Acesso em: 23 jun. 2024.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000

TODESCATO, Dorival Bruno Leal. **Análise dos sistemas-mundo:** uma crítica a Adam Smith e sua teoria do desenvolvimento econômico. Pós-Graduação (Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

UNESCO. Organizacion de las Naciones Unidas para la Educacion, La Ciencia y la Cultura. **Informe Mundial de la UNESCO**. Hacia lãs sociedades del conocimiento. UNESCO, 2005.

WACQUANT, Loic. **O mistério do ministério:** Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de janeiro: Revan, 2005

WACQUANT, Loic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505- 518, set/dez. 2012.

DIREITO PENAL E URBANISMO SOCIAL: ESTUDO SOBRE IMPACTOS E PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Paula Bizzotto Soster[1]

Resumo
O estudo trata da relação entre homicídios e o espaço urbano em Porto Alegre/RS, realizando uma análise do crescimento populacional da cidade e seu reflexo na criminalidade. Com referencial teórico partindo da sociologia dos muros e da cultura do medo, por meio de métodos qualitativos e dados estatísticos, o estudo busca responder se o contexto espacial atinge os indicadores de violência com base no indicador de homicídios dolosos. Uma vez que a segurança/violência tornou-se um item de consumo, a sua exploração pelo setor público e privado amplia-se cada vez mais. Com o objetivo de pretensamente aumentar a confiança na cidade, são realizados investimentos em políticas públicas de urbanismo. Pergunta-se: existe um impacto positivo do urbanismo no contexto de violência urbana? A territorialização do medo, muitas vezes refletidas em políticas públicas distorcidas, pode acabar por aumentar o distanciamento entre os diversos grupos sociais por meio da estigmatização de determinados espaços urbanos. O estudo procura demonstrar que a territorialização da violência e a sensação de medo nas cidades pode ser minimizada por meio de políticas públicas integradas, inclusivas e planejadas.

Palavras-chave: homicídios; territorialização; urbanização; violência urbana.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2009.

BIDERMAN, Ciro et al. Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 35, p. 573-605, 2019.

COSTA, Renata Almeida da. A fragmentação do Direito e do espaço urbano a partir da cultura do medo do crime: (re)pensando limites e observando ações na cidade de Canoas/RS. *In*: MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. SCHWARTZ, Germano

[1] Universidade La Salle. E-mail: paulasoster@gmail.com.

André Doederlein (org). **“O Direito da Sociedade”**. Anuário, vol 2. Canoas: Unilasalle, 2015, p. 261-272.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, 2005.

PASTANA, Débora Regina. Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro. **Revista Medições Londrina**, v. 10, n. 2, p. 183-198. Jul./Dez. 2005.

QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL EM QUATRO EIXOS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 12/2024

Gregório Fogaça Carvalho dos Santos[1]

Resumo
O presente estudo visa relacionar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024 com os direitos sociais insculpidos no art. 7º da Constituição Federal, a fim de compreender em que medida, caso seja aprovada, a proposta de regulamentação da relação de trabalho garantirá a fruição dos direitos dos trabalhadores que prestam serviços de transporte às empresas-plataforma. Os temas centrais são a uberização das relações de trabalho e os efeitos da regulamentação da relação entre trabalhador e empresa-plataforma. O objetivo do estudo é responder ao seguinte questionamento: em que medida a regulamentação proposta implementa os direitos constitucionais trabalhistas do art. 7º da Constituição Federal? Para obter tal resposta é adotado o método hipotético-dedutivo, por meio de uma investigação jurídico-interpretativa, utilizando técnica bibliográfica, documental e de análise de conteúdo. A hipótese preliminarmente ventilada é a de que a proposta de regulamentação não garante a efetivação dos direitos constitucionais dos trabalhadores. Ao final, observou-se que o PLP em verdade precariza ainda mais a situação dos trabalhadores que dependem da atividade por ele regulamentada para seu sustento.

Palavras-chave: direito do trabalho; empresa-aplicativo; indústria 4.0; regulamentação; uberização.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costheck; Uberização ou plataformização no contexto da pandemia do Covid-19. **Youtube**, 17 jun. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pp8ZNhxnS7E. Acesso em: 10 ago. 2020.

ABILIO, Ludmila Costheck. **Uberização do trabalho:** A subsunção real da viração. 2017. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/. Acesso em: 01 jun. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: gregorio.fogaca.cs@gmail.com.

ALMEIDA, Paula Freitas de. Revolução digital: a demanda social pela regulação do trabalho. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 347-356.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho Digital, “indústria 4.0” e uberização do trabalho. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 347-356.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BULIAN, Luka. **The Gig is Up:** Who does Gig Economy actually Benefit? In: Interdisciplinary Description of Complex Systems March 2021 DOI: 10.7906/indecs.19.1.9. Disponível em http://indecs.eu/index.php?s=x&y=2021&p=106-119. Acesso em: 04 jun. 2023.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O trabalho em plataformas e o vínculo de emprego: desfazendo mitos e mostrando a nudez do rei. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 65-100.

CAVALIERI, Sérgio Filho. Direito, Justiça e Sociedade. **Revista da EMERJ**, v. 5, n. 18, p. 58, 2002.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Controle e contrato hiper-realidade: a relação de emprego na era da economia orientada a dados. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 101-116.

D’AMORIM, Mariana Correia. C. **O contrato de trabalho intermitente**. p. 68. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26304. Acesso em 22 jun. 2023.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho:** obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores 18. ed. São Paulo, LTr, 2019.

DOCKÈS, Emmanuel. Os empregados das plataformas. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 171-189.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Neuromarketing e sedução dos trabalhadores: o caso Uber. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. **Futuro do trabalho:** os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020. p. 139-155.

LIMA, F. R.; GOMES, R. Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0: uma análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 19, p. e0200023, 2020. DOI: 10.20396/rbi.v19i0.8658766. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8658766. Acesso em: 10 maio. 2023.

MACHADO, Ricardo. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, Edição 503 – 24 abr. 2017. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-relacao-entre-precarizacao-do-trabalho-e-tecnologia. Acesso em 04 jun. 2023

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. A robótica e as discussões sobre a personalidade eletrônica. *In*: ERHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (coord.). **Direito Civil e Tecnologia**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 525-549.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Formas de contratação do trabalhador na prestação de serviços sob plataformas digitais. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; PINHEIRO, Silvia Silva Martins; DE PAULA SOUZA, Marcia; GUIMARÃES, Karoline Claudino. **Uberização:** a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Serviço Social em Debate, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923. Acesso em 04 jun. 2023.

MULHERES NA MAGISTRATURA: UMA ANÁLISE DA PLURALIDADE DE GÊNERO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rosangela Alves dos Santos[1]

Resumo
Apesar de as mulheres estarem cada vez mais conquistando espaços que por muito tempo foram considerados masculinos, elas continuam encontrando dificuldades para ascenderem, isto é, ocuparem cargos de liderança ou destaque. Tal situação não é diferente para as profissões que requerem maior qualificação. É o caso, por exemplo, das juízas gaúchas. O objetivo principal da pesquisa é verificar se há igualdade de condições de trabalho, de possibilidade de ingresso e de ascensão de carreira para as mulheres magistradas em relação aos homens no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta etapa, serão adotadas as técnicas de pesquisa bibliográfica por meio da leitura de livros e artigos científicos, análise documental (estatísticas do CNJ, notícias, regulamentos internos no TJRS), bem como, a utilização de registros audiovisuais. Além disso, serão realizadas entrevistas (tipo, instrumentos acessórios e roteiro a definir). Também serão feitas buscas no banco de dados do Portal Capes, Google Scholar e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), da SciELO (Scientific Electronic Library Online), para identificar produções nacionais e internacionais. Dito isso, espera-se compreender se há desigualdade de gênero na referida carreira e quais são as barreiras impostas às magistradas gaúchas e que dificultam a conquista de cargos de poder dentro do Judiciário.

Palavras-chave: mulheres; magistratura; desigualdades; gênero; profissões jurídicas.

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. AJURIS. **60 anos:** o fazer-se da magistratura gaúcha: história da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (1944-2005). Porto Alegre: AJURIS, 2006, p. 35.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Participação Feminina na Magistratura**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: rosantos000@outlook.com.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher e o Poder Judiciário**. 1994. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-poder-judiciario/a_mulher_e_o_poder_judiciar.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

SCHULTZ, Ulrike; SHAW, Gisela. **Gender e judging**. Oxford, Inglaterra: Hart, 2013, XXXIII, p. 19.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Novos Desembargadores serão empossados nesta terça-feira**. https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/novos-desembargadores-serao-empossados-nesta-terca-feira/. Acesso em: 18 abr. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Desembargadores**. https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/2o-grau/desembargadores/. Acesso em: 26 ju. 2024.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Manual para apresentação de projetos de pesquisa da Universidade La Salle**. 4. ed., 2023.

OS DIREITOS DOS ANIMAIS NO CONTEXTO JURÍDICO: UMA ANÁLISE SOBRE A ENCHENTE NA CIDADE DE CANOAS

Ester dos Santos Gomes Fortes[1]
Agna Valim Cardoso[2]
Cristiane Martins Malon[3]

Resumo
O presente trabalho realiza uma análise da relação entre humanos e animais, abordando as transformações na aproximação entre as espécies, o crescente amparo legal aos seres sencientes e o sofrimento a que são submetidos, tanto em situações normais quanto em catástrofes. Desde os primórdios da civilização, a relação entre humanos e animais foi moldada por fatores culturais, religiosos e econômicos, e hoje conta com marcos como a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978. O reconhecimento da senciência animal, com a evidência de suas capacidades para sentir e experienciar estados subjetivos e emoções complexas, tem impulsionado debates éticos sobre seus direitos. O estudo também abordou as catástrofes naturais ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul (RS) em maio de 2024 e o impacto das enchentes na vida dos animais em residências afetadas, especialmente em Canoas. A metodologia utilizada incluiu a abordagem dedutiva e pesquisa bibliográfica. Observou-se que há avanços no reconhecimento jurídico dos animais em vários países, refletindo uma mudança na perspectiva legal. No Brasil, diversas legislações visam protegê-los; no entanto, a calamidade enfrentada pelo RS demonstrou desafios significativos na melhoria das condições desses seres, conforme os dados disponíveis no site do Governo do Estado.

Palavras-chave: direito; animais; enchente; análise.

REFERÊNCIAS

SINGER, Peter. **Ética prática**. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

[1] Universidade La Salle. E-mail: esantoslili@gmail.com.
[2] Universidade La Salle. E-mail: agnacardoso.adv@gmail.com.
[3] Universidade La Salle. E-mail: cronntim@gmail.com.

SINGER, Peter. **Escritos sobre uma vida ética**. Trad. de Pedro Galvão et al. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Trad. de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. 1789.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Direito dos animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SINGER, Peter. **Animal liberation**. Random House, 1975.

ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO ANTIDROGAS BRASILEIRA: IMPACTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA FALTA DE REQUISITOS OBJETIVOS PARA DIFERENCIAR CONDUTAS TÓPICAS NA LEI 11.343/06

Mauricio Moschen Silveira[1]

Resumo
Este artigo analisa criticamente a Lei de Drogas brasileira (Lei 11.343/06), examinando seus impactos sociais e jurídicos, com foco na persistente lacuna na diferenciação entre usuário e traficante. Frente a tal problema adotou-se a metodologia explorativa para analisar a hipótese que a ausência de critérios objetivos para distinguir tais condutas, longe de ser um descuido legislativo, é uma escolha deliberada que perpetua a marginalização de grupos historicamente vulneráveis. O estudo traça um panorama histórico da política antidrogas no Brasil, desde a influência do modelo norte-americano na década de 1970 até a promulgação da nova lei em 2006, revelando a persistência de um discurso conservador e punitivo. A análise do processo legislativo da Lei 11.343/06 demonstra a intenção deliberada de manter a subjetividade na aplicação da lei, perpetuando a insegurança jurídica e a seletividade penal. O artigo conclui que a Lei de Drogas, apesar de seus avanços, se mostra defasada em relação aos modelos europeus, que priorizam a saúde pública e critérios objetivos para a diferenciação entre usuário e traficante. A resposta legislativa à decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 635.659/SP, que buscava estabelecer critérios objetivos para o porte de drogas, evidencia a resistência em tratar a questão como uma política de saúde pública.

Palavras-chave: lei de drogas; política pública; seletividade penal; traficante; usuário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006.

[1] Universidade La Salle. E-mail: mauriciomoschen@hotmail.com.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas:** o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade:** as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2015

CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Processo Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1957.

CARVALHO, Romulo Luis Veloso de; MAYRINK, Renata Pereira. Dosimetria da pena no crime de tráfico de drogas: a natureza da substância enquanto vetor ilegal de criminalização da pobreza. In: XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI CHILE - SANTIAGO. Disponível em: EXMO (conpedi.org.br)

CLARKE, R. C. **Marijuana botany:** An advanced study: The propagation and breeding of distinctive cannabis. 2. ed. Ronin Publishing, 1981.

ORWELL, George. **Revolução dos Bichos**. Londres: Secker & Warburg, 1945.

ENTRE A NORMATIVIDADE E A AUTOPOIESE: A DINÂMICA DA CRIMINALIZAÇÃO NO DIREITO PENAL

Eduardo Carvalho Scienza[1]

Resumo
Este trabalho propõe uma análise dos processos de criminalização sob a perspectiva da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, com um enfoque particular no conceito de autopoiese aplicado ao direito penal. O objetivo central da pesquisa é examinar como o sistema jurídico penal, compreendido como um sistema autopoiético, se autorreferência e autovalida na criação, manutenção e adaptação de normas, respondendo às complexidades e demandas de criminalização na sociedade contemporânea. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, que permitirá uma exploração aprofundada das obras de Luhmann, visando identificar como seus conceitos-chave, como a normatividade e a autorreferencialidade, podem ser aplicados à análise dos mecanismos de criminalização. Este estudo se debruça sobre a interação entre o direito penal e outros subsistemas sociais, investigando como a abertura cognitiva do sistema jurídico possibilita a incorporação de influências externas, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia e a coesão interna. A pesquisa pretende também discutir os desafios que o direito penal enfrenta ao lidar com a complexidade social e a crescente interconectividade global, fatores que influenciam diretamente o processo de criminalização e a eficácia normativa. A contribuição esperada deste trabalho é oferecer uma nova compreensão sobre os processos de criminalização, revelando como a teoria de Luhmann pode iluminar as dinâmicas internas do sistema jurídico penal e suas interações com o ambiente social mais amplo. Assim, o estudo visa enriquecer o debate acadêmico sobre a criminalização, fornecendo insights teóricos que possam ser aplicados tanto na análise quanto na prática do direito penal contemporâneo.

Palavras-chave: autopoiese; criminalização; teoria dos sistemas; direito penal; autorreferencialidade.

REFERÊNCIAS

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar:** duas formas de pensar. Objetiva, 2021.

KAHNEMAN, Daniel. **Ruído:** uma falha no julgamento humano. Daniel Kahneman, Olivier Sibony e Cass R. Sunstein. Objetiva, 2021.

[1] Universidade La Salle. E-mail: eduardoscienza@outlook.com.

LUHMANN, Niklas, 1927-1998. **O direito da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARMION, Jean-François. **A psicologia da estupidez**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

TALEB, Nassim Nicholas. **A Lógica do Cisne Negro:** o impacto do altamente improvável. 21. ed. BestBusiness, 2020.

A ABORDAGEM TEÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO INTERAMERICANO: UMA OBSERVAÇÃO A PARTIR DAS DECISÕES AUTORREFERENCIAIS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Lucas Lanner de Camillis[1]

Resumo
O trabalho é a introdução teórica da tese do "constitucionalismo interamericano", que está sendo desenvolvida em sede do doutorado. Tem como objetivo principal explicar a abordagem teórica inicial do constitucionalismo interamericano: um constitucionalismo relativo à simetrização da proteção constitucional dos direitos humanos nas ordens jurídicas internas dos Estados na região latino-americana, a partir das emissões de comunicações das decisões autorreferenciais da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). A problematização principal do trabalho é: como é a abordagem teórica do constitucionalismo interamericano? Assim, a metodologia empregada será totalmente teórica, fundamentada em uma pesquisa exploratória-bibliográfica entrelaçando a teoria dos sistemas sociais e o transconstitucionalismo. Como objetivos específicos, o estudo observará os pressupostos do transconstitucionalismo que é desenvolvido como um constitucionalismo de (solução de) problemas jurídico-constitucionais; a aplicação da teoria da comunicação de Luhmann, para compreender os processos comunicativos recursivos da teoria dos sistemas sociais; a observação da Corte Interamericana como uma organização autopoiética e suas decisões como autorreferenciais. Em resumo, o constitucionalismo interamericano utiliza do método transconstitucional para haver uma maior possibilidade da compreensão e aceitação das comunicações constitucionais-interamericanas que são emitidas pela Corte IDH. Assim, essas comunicações serão processadas e filtradas no âmbito das ordens jurídicas e no formato que são conhecidos internamente, a partir de suas próprias Constituições e normatividades. Isso resultaria em um constitucionalismo relativo à simetrização da proteção constitucional dos direitos humanos nas ordens jurídicas internas dos Estados na região latino-americana.

Palavras-chave: constitucionalismo interamericano; Corte Interamericana de direitos humanos; transconstitucionalismo; teoria da comunicação.

[1] Universidade La Salle. E-mail: lucas_lanner@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Galvão V. de. O que é isto: a sociedade sem o homem? Uma introdução para a compreensão da comunicação na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Revista brasileira de Sociologia do Direito**, v. 9, n. 2, maio/ago. 2022. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/597/3137. Acesso em: 30 mar. 2024.

CAMILLIS, Lucas Lanner De. **Transconstitucionalismo no direito à saúde:** uma observação a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Londrina, PR: Thoth, 2023.

ELMAUER, Douglas. Transconstitucionalismo: do acoplamento estrutural à racionalidade transversal. **Revista da faculdade de direito da USP**, São Paulo, v. 108, p. 855-864, jan./dez. 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/68006. Acesso em: 30 mar. 2024.

LUHMANN, Niklas. **Theories of distinction:** redescribing the descriptions of modernity. Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Theory of Society vol.1**. Translated by Rhodes Barret. Stanford, California: Stanford University Press, 2012.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais:** esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUHMAN, Niklas**. O direito da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes selo martins, 2016b.

NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

NEVES, Marcelo. (Não) solucionando problemas constitucionais: transconstitucionalismo além de colisões. **Lua nova**, São Paulo, v. 93, p. 201-232, dez. 2014.

NEVES, Marcelo. Do Transconstitucionalismo à Transdemocracia. In: BUENO, Roberto (org.). **Democracia:** da crise à ruptura, jogos de armar: reflexões para a ação. São Paulo: Editora Max Limonad, 2017. p. 1097-1119. E-book. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336746781_Do_Transconstitucionalismo_a_Transdemocracia. Acesso em: 30 mar. 2024.

ROGOWSKI, Ralf. Constitutional Courts as Autopoietic Organisations. In: **Die Politik des Verfassungsrechts Interdisziplinäre und vergleichende Perspektiven auf die Rolle und Funktion von Verfassungsgerichten**. Publisher: Nomos. 2013.

SANTOS, Aléssia Pâmela Bertulêza. O transconstitucionalismo como alternativa aos conflitos entre ordens jurídicas: novos aspectos. **Direito e Democracia**, Canoas, v. 14, n. 2, p. 123-138, jul/dez. 2013.

SCHWARTZ, Germano. **As Constituições Estão Mortas?** Comunicações Constitucionalizantes e Momentos Constituintes dos Novos Movimentos Sociais do Século XXI. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontextualidade**. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.

TONET, Fernando**. Entre Cila e Caríbdis:** o árduo caminho do constitucionalismo sistêmico. São Leopoldo, RS: editora UNISINOS, 2019.

O DIREITO FEMININO E O ABORTO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA ATÉ O PROJETO DE LEI 1904/2024

Fernanda Friedrich[1]

Resumo
Tem-se como objetivo central trazer uma análise histórica dos direitos das mulheres no contexto da sociedade brasileira, apontando importantes (mas ainda insuficientes!) conquistas obtidas ao longo do último século, iniciando pelo ano de 1827 com a Lei Geral, que possibilitou as mulheres ingressarem nos estudos, podendo estudar além do ensino primário. Ainda, posteriormente, analisando os demais direitos básicos advindos da luta feminista. O objetivo principal é o de focar e entender as mudanças realizadas na legislação brasileira, abordando a formação do Código Penal Brasileiro, e em especial analisando a inclusão do crime de aborto e suas atualizações no decorrer do tempo, até chegar no Projeto de Lei nº 1904/2024, que se caracteriza como a mais recente tentativa de atualização e mudança do Código Penal em relação ao crime de aborto. No estudo protagonizado busca-se analisar de forma especial o perfil do autor do PL nº 1904/2024, analisando sua formação e qual o viés norteador das mudanças propostas.

Palavras-chave: mulher; direito da mulher; aborto; PL 1904/2024..

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Teoria Crítica Feminista à(s) Criminologia(s):** estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil. 2013.

EDUCA MAIS BRASIL. **Mulheres no Ensino Superior**. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/mulheres-no-ensino-superior-sao-maioria-entenda. Acesso em: 30 mar. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: fernanda.friedrich0396@unilasalle.edu.br.

GOÉS, Emanuelle Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde:** uma perspectiva interseccional. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade Federal da Bahia. Bahia. p. 16. 2018

IBGE EDUCA. **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 463-488, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 95-96, 2000.

NOSSA CAUSA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Disponível e acessado em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw1qO0BhDwARIsANfnkv-MCguUMjFDMSI1kJ01vsRaHRFcdNlm2rXLxdHwnwkIxbOA7yOxaOQaAiCiEALw_wcB. Acesso em: 30 mar. 2024.

A ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS INTERAÇÕES: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS PROCESSOS QUE TRAMITAM NAS VARAS DE FAMÍLIA DE PORTO ALEGRE

Rafael Antochevis Moller[1]

Resumo
Frequentemente, observa-se a existência de alegações de alienação parental decorrentes das tensões geradas entre os genitores e parentes das crianças e adolescentes envolvidos em conflitos familiares judicializados. No presente trabalho, busca-se compreender o fenômeno da alienação parental no Poder Judiciário Gaúcho, a partir das sentenças proferidas, laudos sociais de peritos judiciais e participação em audiências. Acredita-se que dessa forma é possível verificar características comuns e divergências fáticas, incluindo as justificativas para as decisões e as evidências consideradas mais persuasivas. O local escolhido para a análise da alienação parental no judiciário gaúcho foi o Fórum Central de Porto Alegre, que, por possuir competência territorial mais abrangente que os demais fóruns da cidade, apresenta maior diversidade nos perfis familiares. Contudo, é preciso considerar que a presente pesquisa ainda está em desenvolvimento, motivo pelo qual não é possível determinar qual será a vara de família do fórum central que servirá de base para a pesquisa, visto que os processos que envolvem esse tema tramitam em segredo de justiça. Por isso, é necessária a autorização do magistrado responsável pela condução do cartório para a realização de análises processuais com fins científicos. Assim, por meio desta pesquisa, que abordará o tema de forma qualitativa com apoio na bibliografia especializada, espera-se verificar como a alienação parental é tratada pelo Poder Judiciário Gaúcho, visando identificar padrões, implicações sociais e, se possível, a eficácia das medidas aplicadas para evitar a alienação.

Palavras-chave: alienação parental; poder judiciário gaúcho; direito de família; audiência; crianças e adolescentes; conflitos.

REFERÊNCIAS

APÓSTOLO, Ivana Maria Carvalho. Medeia: Uma tragédia com feições de Alienação Parental. OLIVEIRA NETO, Álvaro de; QUEIROZ, Maria Emília Miranda de; CALÇADA, Andreia (org.). **Alienação parental e família contemporânea:** um estudo psicossocial. Recive: FBV/DEvry, 2015. Vol 2

[1] Universidade La Salle. E-mail: rafaelantochevis@hotmail.com.

https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/alienacao_parental/alienacao_parental_e_familia_contemporanea_vol2.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 de agosto de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARLSON, John; YEOMANS, Neville. Whither Goeth the Law: Humanity or Barbarity. *In*: SMITH, Margareth; CROSSLEY, David. **The way out:** Radical alternatives in Australia. Melbourne: Lansdowne Press, 1975. Disponível em: http://www.laceweb.org.au/whi.htm. Acesso em: 26 ago. 2024

KONRAD, SANDRA LIGIAN NERLING. R**estabelecimento do poder familiar perdido em decorrência de alienação parental**. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP

MADALENO, Rolf. MADALENO, Carolina Carpes. **Alienação Parental**: Importância da Detecção Aspectos Legais e Processuais. Editora Forense: Rio de Janeiro.2020.

OLIVEIRA, PATRICIA HENRIQUES. **A síndrome de alienação parental e suas interações territoriais:** Uma Leitura em Perspectiva dos Processos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares Biblioteca Depositária: Biblioteca Dr.Geraldo Vianna Cruz, 2022.

SANDRI, JUSSARA SCHMITT. Os direitos da personalidade em face da alienação parental e o acesso à justiça. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Cesumar, Maringá Biblioteca Depositária: Biblioteca do Cesumar, 2012.

O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DECORRENTES DE DESASTRES CLIMÁTICOS: UM OLHAR SOBRE A DEMOCRACIA E A GARANTIA DE DIREITOS

Bruna Balesteiro Garcia[1]

Resumo
O aumento de eventos climáticos extremos nos últimos anos tem impactado a vida de milhares de pessoas, afetando significativamente grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes. Em resposta a esses desafios, o Conselho Tutelar, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atua como órgão autônomo responsável por zelar pelos direitos de crianças e adolescentes em risco. A escolha dos conselheiros por meio de voto direto da população reflete um exercício democrático importante, permitindo a participação ativa da comunidade na proteção social dos jovens. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação do Conselho Tutelar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em desastres climáticos, assegurando que seus direitos fundamentais sejam respeitados, mesmo em meio a crises. Especificamente, busca-se: (1) examinar os desafios enfrentados pelos conselheiros em situações de calamidade pública; (2) avaliar como a escolha democrática dos conselheiros contribui para a garantia desses direitos; e (3) explorar a articulação do Conselho com outros órgãos de proteção para uma resposta eficaz. Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada será qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, incluindo análise de legislações, livros e relatórios de organizações relevantes. Os resultados preliminares indicam que, apesar do papel crucial do Conselho Tutelar, persistem desafios como a falta de recursos e capacitação. Conclui-se, parcialmente, que é essencial fortalecer as práticas democráticas, aprimorar a formação dos conselheiros e melhorar a colaboração com outros órgãos para garantir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes em desastres climáticos.

Palavras-chave: criança; adolescente; direitos; conselho tutelar; eventos climáticos.

[1] Universidade La Salle. E-mail: balesteirobruna@gmail.com.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Poder Legislativo, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

FÁVERO, Eunice T.; PINI, Francisca Rodrigues O.; SILVA, Maria Liduína de Oliveira E. **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2020.

RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças:** A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2011. p.15-29.

ASSIS, Simone Gonçalves de et al. (org.). **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUA APLICAÇÃO JURÍDICA

Fabiéle Do Amaral Viegas[1]

Resumo
O trabalho em questão, em um primeiro momento, busca analisar o conceito e a construção histórica de violência de gênero, através de pesquisa bibliográfica. Após, irá analisar o conceito de violência psicológica e seus impactos na saúde mental das mulheres, através de revisão de literatura. Exposto tais conceitos e cumpridos tais objetivos, partiremos para a exposição da violência psicológica na legislação brasileira, analisando, primeiramente, a Lei Maria da Penha, a qual foi a primeira lei que tratou sobre violência psicológica. Posteriormente, será analisada a lei 14.188/2021, a qual trouxe a tipificação da violência psicológica, inserindo o artigo 147-B ao Código Penal Brasileiro. Por fim, este trabalho se propõe a analisar a aplicação do artigo 147-B do Código Penal, através de busca e análise de jurisprudência, se limitando à busca nos primeiros dois anos da implementação da lei e ao Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho encontra-se em desenvolvimento, portanto, sem resultados significativos até então. A previsão para sua conclusão é para o primeiro semestre de 2025.

Palavras-chave: violência doméstica; violência psicológica; Lei Maria da Penha; Lei 14.188/2021.

REFERÊNCIAS

COELHO, Margarete; SANTOS, Soraya. **Projeto de Lei n° 741/2021**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1970835&filename=PL+741/2 021. Acesso em 26 de julho de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica**. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/03/cartilha-sinal-vermelho. Acesso em 26 de julho de 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: agnacardoso.adv@gmail.com.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Aspectos polêmicos sobre a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista Jurídica**, ano 55, n.º 351, Porto Alegre: Nota Dez/Fonte do Direito, p. 107/129, jan. 2007.

PEC 48/2023: NOVA AMEAÇA AOS DIREITOS POSSESSÓRIOS INDÍGENAS

Gilberto Starck[1]

Resumo
A presente pesquisa discute os impactos da PEC 48/2023 aos direitos territoriais indígenas. A PEC 48/2023 busca alterar o art. 231 da Constituição Federal, ao incluir a tese do marco temporal como requisito para o reconhecimento e demarcação de terras indígenas. A presente pesquisa discute a viabilidade de aprovação da PEC 48/2023 após a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e de julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre direitos possessórios indígenas em sentido contrário. O trabalho é importante na medida em que a discussão é latente e permeia diferentes poderes. Mesmo após a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, há tentativas de imposição de uma tese que ignora direitos indígenas a partir de uma lógica capitalista hegemônica que não leva em conta os marcos protetivos constitucionais e os compromissos assumidos pelo Brasil no campo internacional de direitos humanos. Na pesquisa será utilizado o caso da comunidade indígena Xokleng do Vale do Itajaí para demonstração do quão desigual é a exigência contida na tese do marco temporal. A pesquisa é qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, da análise de jurisprudência interna e internacional sobre direitos possessórios indígenas. Ao longo dos anos de discussão da tese do marco temporal, inúmeros processos foram suspensos e até mesmo anulados, aumentando a vulnerabilidade das comunidades indígenas. Portanto, a adoção do marco temporal representa mais um entrave à efetivação dos direitos possessórios das comunidades indígenas.

Palavras-chave: marco temporal; povos indígenas; controle de constitucionalidade; controle de convencionalidade; direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Direitos territoriais indígenas e prevenção de atrocidades no Brasil: o papel do Supremo Tribunal Federal discutido em Amicus Curiae. In: ENGELMANN, Wilson; ROCHA, Leonel Severo; STRECK, Lenio Luiz. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica: anuário do programa de Pós-graduação em Direito da UNISINOS:** mestrado e doutorado. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

[1] Universidade La Salle. E-mail: starckadvogado@gmail.com.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição 3.388-4**. Relator: Min. Ayres Britto, julgado em 19/03/2009. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630133. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Presidência Da República. **Lei nº 14. 701, de 20 de outubro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2023**. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160148. Acesso em: 09 ago. 2024.

CADEMARTORI, Sérgio; KUHN, Lucas Bortolini. A tese marco temporal e o direito fundamental ao território indígena: uma visão a partir do constitucionalismo garantista. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/32587/17320. Acesso em: 31 maio. 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay**. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_146_esp2.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai**. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_por.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

GOMES, Paloma; MODESTO, Rafael; NASCIMENTO, Nicolas. **As atrocidades que viabilizaram a apropriação das terras indígenas no Brasil**. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/as-atrocidades-que-viabilizaram-a-apropriacao-das-terras-indigenas-no-brasil/. Acesso em: 24 maio. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Parecer Marco Temporal**. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jose-afonso-da-silva-parecer-maio-2016-1.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

WITTMANN, Luisa Tombini**. O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

AS SENTENÇAS ESTRUTURANTES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL: UMA ANÁLISE DO CASO POVO INDÍGENA KICHWA VERSUS EQUADOR

Francisca Flúvia Mourão da Costa[1]

Resumo
O presente estudo apresenta uma vindoura pesquisa bibliográfica, utilizando-se dos métodos dedutivo, para fins de abordagem, e monográfico, a título procedimental, sobre as sentenças estruturantes da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o direito humano ao meio ambiente, analisando-se o Caso Povo Indígena kichwa versus Equador. No decorrer do trabalho, busca-se o esclarecimento de pontos importantes que permeiam o tema, como o seguinte problema: qual a contribuição das sentenças estruturantes da Corte Interamericana no âmbito do meio ambiente saudável, especificadamente, a partir do Caso Povo Indígena kichwa versus Equador? O estudo da temática se justifica pela necessidade de utilização de instrumentos de indução à proteção ao meio ambiente saudável, além da não repetição de violações a esses direitos, tendo como objetivo analisar de que forma a Corte contribui para a efetivação do direito ao meio ambiente a partir do caso equatoriano. O Estado do Equador integra o Sistema Interamericano e aceitou a competência contenciosa da Corte, sendo esta quem pronuncia as sentenças conhecidas como estruturantes. As sentenças citadas transcendem o efeito às partes envolvidas, além de apresentar deficiências estruturais do país violador e corroborar para indução de políticas públicas. Nesse ínterim, destaca-se a ampliação da jurisprudência da Corte e a atual interpretação do meio ambiente como um direito humano. Quanto aos resultados esperados, tem-se como hipótese o fato de que a contribuição das sentenças estruturantes da Corte, impôs ao Estado equatoriano medidas positivas para asseguração do meio ambiente saudável e garantidor de subsistência ao povo indígena Kichwa.

Palavras-chave: direitos humanos; sentenças estruturantes; Caso Povo Indígena kichwa versus Equador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 89, de 3 de dezembro de 1998**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1998/decretolegislativo-89-3-dezembro-1998-369634-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 10 Jun. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: fluviamourao@yahoo.com.br.

BRASIL. **Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4463.htm. Acesso em: 11 Jun. 2024.

CAMPOS, Bárbara P. Cardoso; AGUIAR. Ana L. Becker de. Órgãos, Normas e Mecanismos de Monitoramento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: ALBUQUERQUE, Aline; PERES, Luciana (org.). **Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COSTA, Francisca Flúvia Mourão da Costa**. Direitos Humanos sob a Óptica do Controle de Convencionalidade:** o (Des)Cumprimento das Sentenças Interamericanas pelo Estado Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Santa Catarina, 2023.

OEA. Corte IDH. **Caso Povo Indígena Kichwa versus Equador**. Disponível em: Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Fondo y reparaciones. Sentencia de 27 de junio de 2012. Serie C No. 245 (corteidh.or.cr). Acesso em: 20 Jul. 2024.

OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 10 Jun. 2024.

CRITÉRIOS DISCRIMINATÓRIOS EM CONCURSOS PÚBLICOS

Alice Jantsch Fernandes[1]

Resumo
Os concursos públicos, embora baseados em princípios de isonomia e impessoalidade, podem conter critérios discriminatórios, como restrições relacionadas à idade, sexo e atributos físicos, especialmente em concursos para carreiras policiais e militares. O Supremo Tribunal Federal considera esses requisitos legítimos, desde que justificados pela natureza do cargo. Contudo, a aplicabilidade do princípio da igualdade, previsto na Constituição, gera debates sobre a pertinência de certas restrições, como altura mínima e índice de massa corporal, que podem reforçar estereótipos de masculinidade e de força intimidadora. Utilizando como metodologia as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, bem como análise jurisprudencial, o artigo analisa a constitucionalidade desses requisitos, destacando que a avaliação médica e física são os meios mais adequados e fidedignos para avaliar a capacidade dos candidatos. O princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos, previsto na Constituição Federal, reforça que exigências discriminatórias só são válidas quando relacionadas diretamente ao desempenho das funções. Além disso, a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade é essencial para garantir que as distinções sejam justificadas e proporcionais, evitando a eliminação precoce e injusta dos indivíduos. A mudança nas atribuições da polícia, que vão além do combate ao crime, exige uma visão mais ampla sobre a função policial, amparada na Constituição e nos documentos de direitos humanos, mediante a configuração de uma polícia cidadã, capaz de prestar serviços com respeito à dignidade da pessoa humana. Requisitos físicos, quando desvinculados da realidade atual da polícia, podem perpetuar estereótipos negativos e distanciar-se da polícia que a sociedade deseja e merece.

Palavras-chave: polícia; concurso público; discriminação; isonomia.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento:** uma análise internacional comparativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

[1] Universidade La Salle. E-mail: alicejfernandes@gmail.com.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

MOREIRA, José Adilson. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

OLIVEIRA, Fernando Arns. **Concurso público para admissão nas polícias militares dos estados brasileiros:** estudo sobre o requisito da estatura mínima diante do princípio da isonomia, razoabilidade e impessoalidade. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, p. 95, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

EDUCAÇÃO

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES (AS): O QUE APONTAM AS RECENTES PESQUISAS

Maria de Nazaré da Silva Moura[1]

Resumo
Este estudo de abordagem qualitativa, intitulado “Docência na educação infantil e a formação continuada de professores: o que apontam as recentes pesquisas”, teve como objetivo identificar o que apontam as recentes pesquisas acerca dos processos de formação continuada de professores(as) para a Educação Infantil. Trata-se de uma revisão sistemática de conteúdo, desenvolvida por meio da busca de dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD e também no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendidas no período de 2019 a 2022, da busca nas duas plataformas, resultaram 20 pesquisas, sendo 14 na BDTD e 6 no banco da CAPES. Após a análise dos estudos foram selecionadas 08 dissertações que tratavam especificamente do tema. Identificou-se com a análise aprofundada das pesquisas que as formações continuadas de professores(as) para a Educação Infantil são consideradas frágeis, ora secundarizadas, sendo evidenciadas a falta da abordagem de temas como gênero e sexualidade. Algumas pesquisas, demonstraram que as formações apresentam caráter academicista constituídas por conteúdos técnicos e teóricos e as matrizes do conhecimento não são expressas de maneira clara o que dificulta a compreensão das finalidades da formação de professores. Observou-se, ainda, que cada Estado ou Município faz seus encontros formativos abordando os assuntos que julgam necessários para a formação continuada dos profissionais da educação desta etapa de ensino, sem que estes professores sejam consultados sobre quais seriam suas necessidades de aprendizagem.

Palavras-chave: reflexão; formação continuada de professores; educação infantil.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Adriana Cabral Pereira de. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):** uma proposta de formação continuada para profess ores de crianças de 4 e 5 anos. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Pro cessos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

[1] Universidade La Salle – Manaus. E-mail: maria.202312422@unilasalle.edu.br.

BRASIL. Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).** Brasília-DF, 2010. Disponível em: http://portal.Mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília-DF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcneivol1.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília-DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação**. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dez em bro de 2017**. Institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=currículo/http://basenacionalcomum .me c.gov.br/abase/. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licencia tu ra, de graduação plena. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://portal.Mec .gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada. Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file. Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.Brasília-DF,2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 07 ago. 2023

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília-DF, 2020.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file. Acesso em: 06 ago. 2023

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução. CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Esco lar Básica. Brasília-DF,2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.Ph?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&ca tegoryslug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Cri ança e do Adolescente. Brasília-DF, 1990. Disponível em: https://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

CARVALHO, Lívia de Oliveira Teixeira Dias. **Finalidades da formação de professores para Educação Infantil.** 2021. Dissertação (Programa de Pós-Gra duação STRIC TO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2021.

CARNEIRO, Giovanna de Matos Moraes. **Formação continuada de professores de Educação Infantil:** ações da rede Municipal de Educação de Dou rados/MS (2017-2020). 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fa culdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

COUSSEAU, Jessica Kethin. **O lugar da Educação Infantil:** a formação de professores para a infância na Argentina e Brasil. 2020 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituição de Ensino: Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2020.

DANTAS, Marilene Aparecida Barbosa. **Formação de professores para a Educação Infantil: um estudo a partir dos projetos pedagógicos do curso de Pedagogia das Universidades Federais do Sul e Sudeste do Brasil.** 2019. 87 f. Dissertação (Mes trado em Educação) Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar:** da ação exercida à ação repensada. Porto Alegre: AGE, 1995.

MOTA, Déborah Helany Pilar Castro Costa. **Produção de conhecimento sobre for mação continuada de professores da Educação Infantil:** estudo com base nos PPGs da Região Nordeste do Brasil. (2010-2019). Disserta ção (Mestrado em Edu cação) Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos, São Leopoldo, 2021.

NAKATA, Natasha Yukari Schiavinato. **O processo (semi) formativo docente na Edu cação Infantil:** análise crítica das produções científicas do endipe no período de 2014 a 2016. 2019 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da Educação Infantil de Sapucaia do Sul /RS.** 2022. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2022.

A CENTRALIDADE DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDOS DOS MARCOS LEGAIS E TEORIAS

Ana Carolina Casulo da Silva[1]

Resumo
O presente estudo, de abordagem qualitativa, analisa o lugar e o papel atribuídos ao brincar na Educação Infantil, conforme os dispositivos legais que orientam a prática pedagógica nessa etapa da Educação Básica. Caracterizado como um estudo bibliográfico, a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, tomou-se como aporte teórico os estudos de Vygotsky (1989), Piaget (1978), Alves (1995) e Kishimoto (2014) que destacam que o brincar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Após análise, verificou-se que todos os dispositivos legais mencionados ressaltam o brincar como uma atividade essencial para o desenvolvimento integral das crianças, abarcando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais. A LDB reforça a importância do brincar na educação infantil, considerando-o essencial para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. As DCNEI apontam a interação e a brincadeira como eixos centrais das práticas pedagógicas, indispensáveis para a construção da identidade e socialização das crianças. A BNCC destaca o brincar como fundamental para promover a autonomia e o protagonismo infantil, ao permitir que as crianças participem ativamente do planejamento e da execução das atividades. Diante do exposto, o presente estudo ratifica a relevância do brincar nesta etapa da educação e a necessidade de fortalecer a presença do brincar nas práticas educativas, conforme orientam os marcos legais e teóricos.

Palavras-chave: brincar; educação infantil; legislação; desenvolvimento integral; prática pedagógica; políticas educacionais; teorias do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Histórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ana.202111479@unilasalle.edu.br.

BASE CURRICULAR NACIONAL. **Etapa da Educação Infantil**. MEC, Item 3.2, Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil/os-objetivos-de-aprendizagem-e-desenvolvimento-para-a-educacao-infantil. Acesso em: 10 mar. 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. cap. 1 e 2, p. 48-52.

BRASIL. **Lei no 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691462/artigo-31-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1987.

FORTUNA, Tânia Ramos et al. Brinquedos e Brincadeiras em Movimento. In: SALÃO DE EXTENSÃO, 13., 2012, Porto Alegre, RS). **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: FRGS/PROREXT, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.ufrgs.br/handle/10183/156035. Acesso em: 10 mar. 2024.

FORTUNA, Tânia Ramos. **Brincar é aprender:** Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

KISHIMOTO, Tikuzo Morchidda. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. **Espac. blanco, Ser. Indagaciones**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1515-94852014000100007&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 10 mar. 2024.

LVES, Rubem. **Histórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança:** imitação jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIMENTEL, Alessandra. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, n. 26, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100007. Acesso em: 10 mar. 2014.

SANTOS, Marco Aurélio G. N; CORREA, Elisabeth Ângela M. Revisão Integrativa da Literatura: o brincar livre na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 9, set. 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2298/924. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOBRINHO, Marcos. Resenha: a teoria do desenvolvimentocognitivo de Piaget. In: MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1999. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/resenha-teoria-desenvolvimento-cognitivo-piaget.htm#:~:text=A%20teoria%20de%20Piaget%20n%C3%A3o,esquema%20de%20assimila%C3%A7%C3%A3o%20sofre%20acomoda%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 mar. 2024.

THOMAS, D. R. A General Inductive Approach for Analyzing Qualitative Evaluation Data. **American Journal of Evaluation**, v. 27, n. 2, p. 237-246, 2006. Disponível em: http://aje.sagepub.com/content/27/2/237.abstract. Acesso em: 10 mar. 2024.

VIGOTSKY, L. S; COLE, M. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7 ed. In: COLE, Michael; JOHNSTEINER, Vera; SCRIBNER, Sylvia e SOUBERMAN, Ellen. (org.). Trad. José Cipolla Neto, Luiz Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS LÚDICAS PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Silmara Coelho[1]

Resumo
Este é um recorte da pesquisa intitulada "Contribuições das práticas educativas lúdicas para a aprendizagem significativa no 1º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Canoas-RS". Esta pesquisa-ação-formação caracteriza-se por uma ação conjunta de reflexão sobre a prática pedagógica com os professores alfabetizadores do 1º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Canoas, através de uma proposta de Formação Continuada entre Unilasalle e Escola de Formação de Professores Darcy Ribeiro. O problema de investigação consiste em: Quais as contribuições das práticas educativas lúdicas para a aprendizagem significativa no primeiro ano do Ensino Fundamental no município de Canoas-RS? O objetivo geral do projeto de pesquisa é: Analisar as contribuições das práticas lúdicas para a aprendizagem significativa no Primeiro ano do Ensino Fundamental. Participam do estudo a professora pesquisadora e professoras alfabetizadoras do 1º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Canoas que atuam com estudantes na faixa etária entre 6 e 7 anos. O referencial teórico está estruturado nos princípios de Piaget (1971), Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2004, 2020), Luckesi (2014, 2023), Ausubel (1968, 2000) e Freire (1996). O instrumento de coleta de dados será através de rodas de conversa. Os dados serão analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Almeja-se que os resultados do estudo contribuam para qualificar a prática docente e, assim, favorecer a aprendizagem significativa das crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental da Rede..

Palavras-chave: formação docente; ludicidade; alfabetização.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRÉ, Marli E. D. A.; MARTINS, Francine P.. Reflexões sobre a formação de professores: um diálogo com Marli André. **Devir Educação**, Lavras, v. 4, n. 1, p. 188–198, 2020. Disponível em: https://abre.ai/lgid. Acesso em: 16 nov. 2023.

[1] Unilasalle. E-mail: silmara.vianna@canoasedu.rs.gov.br.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos**: uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa/PT: Plátano Edições Técnicas. Paralelo Editora, LDA, 2000.

AUSUBEL, David Paul. **Educational psychology:** a cognitive view**.** Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston Inc.,1968.

AUSUBEL, David Paul; *et al*. **Psicología educativa:** un punto de vista cognoscitivo. 2. ed. México: Editorial Trillas, 1983.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GATTI, Bernardete A.; BARRETTO, Elba S.S.; ANDRÉ, Marli E.D.A.; ALMEIDA, Patrícia C. A.. **Professores do Brasil:** novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜLLICH, Roque Ismael da Costa. **O livro didático, o professor e o ensino de ciências**: um processo de investigação-formação-ação. 2012. 263 f. Tese (Doutorado) - PPG Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: https://abre.ai/lgip. Acesso em: 20 nov. 2023.

LUCKESI, Cipriano. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9168. Acesso em: 16 nov. 2023.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. Lisboa: Beira Douro, 1971.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PINHEIRO, Anderson Jorge Marcolino. **atividade lúdica e hábitos digitais**: um estudo com acadêmicos em processo de formação no curso de pedagogia ead. 2020. 98 f. Dissertação (Doutorado) - PPG Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas tecnologias, Unopar, Londrina, 2020. Disponível em: https://abre.ai/lguD. Acesso em: 20 nov. 2023.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, 2004, p.96-100. Disponível em: https://abre.ai/lguM. Acesso em: julho/2015.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** Toda a criança pode aprender a ler. São Paulo: Contexto, 2020.

CULTURA ESCOLAR E LUDICIDADE: UM OUTRO OLHAR PARA AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

Amanda Ottmann Boff[1]

Elaine Conte[2]

Resumo

Esta dissertação investiga a intersecção entre cultura escolar e ludicidade, oferecendo uma perspectiva inovadora sobre as experiências educativas. Situada na linha de pesquisa "Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação", a pesquisa realiza uma revisão de literatura, explorando como as práticas lúdicas podem transformar o ambiente escolar e enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem. O estudo aborda diversas dimensões da ludicidade, analisando seu papel na motivação dos estudantes, na promoção de um aprendizado envolvente e na construção de um clima escolar mais prazeroso e de ócio estudioso. Ademais, visa-se examinar como a incorporação de atividades lúdicas pode fomentar a criatividade, a colaboração e a autonomia dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento do diálogo interdisciplinar no cotidiano escolar, além da promoção da linguagem lúdica para atuar de forma contextualizada, sensível e inclusiva, respeitando as diversidades culturais presentes nas escolas. Os resultados esperados apontam para a necessidade de uma reavaliação das práticas pedagógicas, incentivando educadores e gestores a adotarem abordagens mais lúdicas e interativas. Dessa forma, partimos do seguinte problema de investigação: Quais são os efeitos da dimensão lúdica na construção de conhecimentos de Língua Portuguesa no ensino médio aos estudantes e nas práticas educativas? A mobilização lúdica serve de fio condutor na compreensão da trajetória escolar no enfrentamento de problemas coletivos. O corpus investigativo está composto de artigos, dissertações e teses, de 2014 a 2024, do banco de dados da CAPES, SciELO, Google Acadêmico entre outras fontes.

Palavras-chave: ludicidade; cultura escolar; experiências educacionais; práticas pedagógicas; tecnologias; inclusão.

[1] Universidade La Salle. Email: amanda.202312733@unilasalle.edu.br

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas/RS

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tiago. Yuval Noah Harari, Inteligência Artificial, **Educação e Futuro**. *In:* AAA INOVAÇÃO. Disponível em: https://blog.aaainovacao.com.br/yuval-noah-harari-inteligencia-artificial-educacao-e- futuro/. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30 de janeiro de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 31 jan. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10679-rceb002-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).** Disponível em: http://pnld.mec.gov.br/. Acesso em: 29 jul. 2024.

CANCLINI, Néstor García. Diversidade e direitos na interculturalidade global. **Revista Observatório Itaú Cultural,** v. 8, p. 143-152, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31883035/alzamora_alencar_observatorio_itau_cultural.pdf#page=143. Acesso em: 29 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

LARROSA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./ abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf. Acesso em:14 out. 2020.

LIMA, C. F. **Brincadeiras indígenas para conhecer e curtir com as crianças**. Disponível em: https://lunetas.com.br/brincadeiras-indigenas-para-conhecer-e-curtir-com-as-crianc as/. Acesso em: 24 jul. 2024.

ROSA, Hartmut. Aceleração social, estabilização dinâmica e dessincronização da sociedade. In: Encontro Internacional Pensar o Futuro: As Histórias que Tecemos e as Histórias que Queremos, 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, 2017.

SIDI, P. M.; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, p. 1942-1954, 2017.

O BRINCAR EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO DURANTE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Juliana Aparecida Bohn[1]
Juliana Vargas Silva[2]
Tailine Raiana Fillmann[3]

Resumo
As mudanças climáticas têm intensificado a ocorrência de eventos extremos, resultando em desastres naturais que impactam severamente diferentes parcelas da população. Neste contexto, este artigo se propõe a discutir os efeitos da enchente ocorrida em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, e suas consequências para uma parcela da população que necessita do olhar dos adultos: as crianças. O transbordamento dos rios tirou à força milhares de pessoas de suas casas que, sem ter para onde ir, se refugiaram em abrigos. Diante da gravidade da situação, e na tentativa de minimizar os transtornos, surgiram voluntários que atuaram em diferentes frentes. Conhecer o perfil desses voluntários e caracterizar o brincar nos abrigos são objetivos deste estudo. Para compreender o trabalho desenvolvido com as crianças nos abrigos, recorremos à coleta de dados, utilizando um questionário respondido pelos voluntários e também realizada uma revisão bibliográfica para discussão dos resultados. Os resultados apontam que a grande maioria dos voluntários se identifica como do gênero feminino, tendo como profissão a docência. Os participantes indicam que os espaços de brincar foram organizados em grande parte pelos próprios voluntários e que o brincar ocorria de formas variadas, muitas vezes sem intervenção direta dos adultos. A pesquisa aponta a necessidade da criação de um plano de emergência relacionado ao bem-estar das crianças em situação de abrigamento, já que grande parte dos participantes indicou que os direitos das crianças estavam sendo parcialmente respeitados.

Palavras-chave: abrigo; brincar; crianças; enchente.

[1] Universidade Feevale. E-mail: julianabohn@gmail.com
[2] Universidade Feevale. E-mail: juvargasrs@gmail.com
[3] Universidade Feevale. E-mail: tailineraiana@gmail.com

REFERÊNCIAS

BARON, Sandra C. Brincar: espaço de potência entre o viver, o dizer e o aprender. In: **Crianças essas conhecidas tão desconhecidas**. GARCIA, Regina Leite. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
FORTUNA, Tânia R. **A formação lúdica docente e a universidade:** contribuições da ludobiografia e da hermenêutica filosófica. 2011. 425 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. **Revista O papel do brincar na cultura contemporânea,** v. 17, n. 1-2, p. 1-9, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Editora Cengage Learning Brasil, 2008.

MACEDO, Lino. de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os Jogos e o Lúdico na Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

RESNICK, Mitchel. **Jardim de infância para a vida toda:** por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos. Tradução: Mariana Casetto Cruz, Lívia Rulli Sobral. Porto Alegre: Penso, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Do Acto ao Pensamento.** Lisboa: Morais, 1979.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. W.**O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

EXPLORANDO PERCURSOS INCLUSIVOS: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Iohanna Deckmann[1]

Resumo
Este artigo aborda a complexa temática da educação inclusiva no contexto educacional (especialmente o brasileiro), destacando-a como um desafio contínuo por meio de uma análise retrospectiva, onde se percebe o longo e desafiador caminho percorrido para a construção de uma prática educacional sólida nos dias atuais. Assim, exploramos o percurso histórico, identificando momentos cruciais de transformação e reflexão que contribuíram para a configuração atual da educação inclusiva – embora estejamos imersos em um cenário educacional onde ainda estamos aprendendo a lidar com as nuances da inclusão. Ao reconhecer que o caminho percorrido é apenas o início, exploramos as possibilidades que emergem dentro do cenário inclusivo educacional, propondo uma reflexão sobre as conquistas e desafios enfrentados no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: educação inclusiva; desafios educacionais; pedagogia; práticas pedagógicas; reflexão retrospectiva; cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola:** necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. de O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade. Acesso em: 25 nov. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: iohanna.deckmann@gmail.com.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. Ano 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 maio. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 21 maio. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 21 maio. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm#:~:text=%C3%89%20criada%20a%20Carteira%20de,sa%C3%BAde%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20assist%C3%AAncia%20social. Acesso em: 21 maio. 2023.

BRASIL. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14254.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

CASAGRANDE, C. A.; FLORES, C. G. C. Educação e prática pedagógica em tempos de crise: revisitando alguns conceitos do campo educacional. In: CASAGRANDE, C. A.; BIELUCZYK, J. A.; FLORES, C. G. C. (org.). **A educação lassalista no contexto da pandemia:** práticas, impactos e transformações. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2022, p. 13-24.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. **Revista Educação Pública**. 2017. DOI: 10.18264/REP. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso. Acesso em: 25 nov. 2023.

GAUTHIER, C.; TARDIF, M. (org.). **A pedagogia:** Teoria e práticas da antiguidade a nossos dias. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, ACP. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira [Internet]. 2002; 17:04–6. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001. Acesso em: 25 nov. 2023.

MENEGAT, J.; SARMENTO, D. F.; RANGEL, M. O direito à educação de qualidade e suas decorrências para a gestão escolar**. Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 105–136, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22.nesp1.2018.10786. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10786. Acesso em: 25 nov. 2023.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos De Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99–134. 2007. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/375. Acesso em: 25 nov. 2023.

A AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Gerusa Costa Gonçalves Pereira[1]

Resumo
A inclusão educacional é um assunto que permeia nossa sociedade e nos desafia a pensar, a refletir, a agir de forma inovadora, correta, justa, para o direito da pessoa ser e existir no mundo. O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo que tem o objetivo de analisar e avaliar a ação psicopedagógica na inclusão educacional. A pesquisa busca observar adolescentes e adultos, com necessidade específica, que estudam numa escola pública na cidade de Canoas (RS). O foco investigativo é como se dá o acompanhamento, o acolhimento e desenvolvimento dos educandos. De acordo com Carvalho (2004), é necessário que o sistema educacional reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades dos alunos. A temática investigativa é conhecer o indivíduo, como se relaciona com o mundo, como aprende, como se comunica, se organiza. O fazer psicopedagógico auxilia, em conjunto com outros setores da escola, no acolhimento e organização do estudante. A ação de mediação oportuniza a inclusão do educando, observando suas habilidades, potencialidades e possíveis lacunas de aprendizado existentes. O acompanhamento multisetorial é oferecido para flexibilizações nas atividades acadêmicas, adaptação curricular, quando necessário, garantindo a igualdade de oportunidades, condições de acesso, inclusão, permanência e êxito do processo de aprendizagem. O propósito deste estudo tem como foco a melhoria dos processos inclusivos, bem como uma contribuição para a sociedade em geral, tendo em vista sua aplicabilidade em diversos espaços, seja no âmbito da educação, assim como no corporativo.

Palavras-chave: inclusão; inclusão educacional; ação psicopedagógica.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP; 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão:** Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jenifer.202010800@unilasalle.edu.br.

SILVA, Karla Fernanda Wunder; ROZEK, Marlene. **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** mitos e verdades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DOS CENTROS DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS COM TEA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TEACOLHE DE NOVO HAMBURGO RS

Priscila da Silva[1]

Resumo
O presente projeto de pesquisa insere-se na Linha de Gestão Educacional e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação da Universidade La Salle. A temática da inclusão insere-se nos campos de estudo do Grupo de Pesquisa Gestão Educacional nos Diferentes Contextos, da Universidade La Salle. O objetivo geral do estudo consiste em analisar as aproximações e distanciamentos entre o Programa TEAcolhe, do governo do estado do Rio Grande do Sul, a partir das atividades desenvolvidas na unidade de Novo Hamburgo, RS, e a Resolução 50 (CNE, 2023). O problema de pesquisa a ser abordado é: Quais são as aproximações e distanciamentos entre o Programa TEAcolhe, do governo do estado do Rio Grande do Sul, a partir das atividades desenvolvidas na unidade de Novo Hamburgo, RS, e a Resolução 50 (CNE, 2023). Os objetivos específicos foram assim delineados: 1) Historicizar as políticas públicas brasileiras relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA); 2) Descrever as orientações propostas pela Resolução Lei Estadual 15.322 (Brasil, 2019); 3) Investigar as políticas de gestão do Programa TEAcolhe do governo do estado do Rio Grande do Sul; 4) Propor, à luz da Resolução Lei Estadual 15.322 (Brasil, 2019), diretrizes para a implementação da política educacional dos Centros de atendimento para pessoas com TEA, tendo como referência a Res.50/CNE, 2023. A metodologia consiste em um estudo de caso, de abordagem qualitativa. A análise ancora-se em Bardin (2016), seguindo as orientações da Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: políticas públicas inclusivas; transtorno espectro autista; programa TEAcolhe; Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

AGRA, Michelli; DA COSTA, Valdelúcia Alves. Políticas de educação inclusiva e práxis pedagógica na escola pública: experiências no Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 8, n. 2, p. 21-39, 2021. Disponível em: https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3484. Acesso em 20 mai. 23

[1] Universidade La Salle. E-mail: priscila.sev@gmail.com.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2014.

ANACHE, Alexandra Ayach; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Qualidade e equidade na educação: uma visão desde as políticas e a gestão educacional. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 938-945, 2020. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 13 abr. 24

BACKES, Luciana. Espaço de Convivência Digital Virtual (ECODI): O acoplamento estrutural no processo de interação. **ETD:** Educação Temática Digital, v. 15, n. 2, p. 337-355, 2013. Disponível: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4687171. Acesso em: 10 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed., rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. DE P.; SIMAS, H. S.. Inclusion of students with disabilities in Brazilian tertiary Education. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 120, p. e0234164, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4VBWb38ND7hkKNPct3qpSRy/?format=pdf. Acesso em: 12 abril, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/574605#:~:text=Norma%20revogada%20expressamente.informa%C3%A7%C3%B5es%20em%20%22Normas%20posteriores%22.&text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20ATENDIMENTO%20EDUCACIONAL,13%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202007. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL**. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. D**iretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC: SEESP, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BONDAN, D. E.; WERLE, F. O. C.; SAORÍN, J. M.. Educação inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. 115, p. 438–457, abr. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/G7VxRcKDxVrqLwyhqzd7kQN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Formação de professores:** da educação especial à inclusiva – alguns apontamentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 7-24.

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasilia, DF: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, 2018.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 29, 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos. Acesso em: 10 jun. 2023.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 50/2023**. Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2023-pdf/254501-pcp050-23/file. Acesso em: 29 mar. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed,2007.

CROCHICK, José Leon; COSTA, Valdelúcia Alves da; FARIA, Débora Felício. Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. **Educação:** Teoria e Prática, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/index. Acesso em: 30 maio. 23

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; GIARDINA, Michael D. Disciplining qualitative research. **International journal of qualitative studies in education**, v. 19, n. 6, p. 769-782, 2006.

FRAZÃO, C. A. T. O direito ao acesso à educação da pessoa com transtorno do espectro autista (tea) após a Lei Berenice Piana nº 12.764/12: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual. Jus.com.br – Artigos, 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-acesso-aeducacao-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista-tea-apos-a-lei-berenicepiana-n-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-derelacao-contartual. Acesso em: 11 nov 2023.

GADIA, Carlos; ROTTA, Newra Tellechea. Aspectos clínicos do transtorno do espectro autista. *In*: ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; DOS SANTOS RIESGO, Rudimar. **Transtornos da aprendizagem:** abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Artmed Editora, 2016. p. 368-377.

GIARETA, Paulo Fioravante; DE SOUZA REIS, Iracema; DE LIMA SILVA, Felipe. A Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no contexto da Política Neoliberal. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 4, n. 8, p. 521-548, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/19095. Acesso em: 3 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Ediitora Atlas SA, 2008.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; PETTEN, Adriana M. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Revista brasileira de educação especial**, v. 27, n. 1, p. e0059, 2021. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 10 abr. 24

HASHIZUME, C. M.; ALVES, M. D. F.. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. **DELTA:** Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 38, n. 1, p. 202257203, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/8j7NS7XTVMDTyHstDmRTxJs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abril, 2024.

HOYLER, Telma; CAMPOS, Pedro. A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, p. e006, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YtWnq4xQjqykCmvXXjHcPZy/. Acesso em: 5 jun. 2023.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIETE, Ana Lucila Ribeiro Dantas Fagundes. Educação especial: políticas de inclusão. **Anais da Semana da Pedagogia**, n. 8, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/semap/article/view/42477. Acesso em: 20 jul. 2023.

LIMA NICÁCIO, Rair; DE LIMA NICÁCIO, Rovílio. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: principais elementos constitutivos. **Das Amazônias**, v. 5, n. 01, p. 95-106, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/5936/3645. Acesso em: 10 abr. 24

MACHADO, Ana Carolina Cabral de Paula; OLIVEIRA, Suelen Rosa de; MAGALHÃES, Lívia de Castro; MIRANDA, Débora Marques de; BOUZADA, Maria Cândida Ferrarez. Processamento sensorial no período da infância em crianças nascidas pré-termo: revisão sistemática. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, n. 1, p. 92-101, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822017000100092&script=sci_arttext. Acesso em 30 maio 2023.

MACHADO, Maria Letícia Cautela de Almeida; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. A contemporaneidade da produção de conhecimento em educação especial e inclusiva no Brasil. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, p. 2-17, 2023. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em 12 abr. 24

MARANHÃO, Samantha et al. Educação e trabalho interprofissional na atenção ao transtorno do espectro do autismo: uma necessidade para a integralidade do cuidado no sus. **Revista Contexto & Saúde**, v. 19, n. 37, p. 59-68, 2019.

MARCHI, William Ricardo de Almeida et al. **Políticas públicas, dos direitos às práticas sociais:** o autismo na perspectiva dos profissionais. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V. D.; MARTINS, C.. Serviços Para Estudantes Com Deficiência Nas Universidades: Dificuldades e Desafios. **Educação em Revista**, v. 37, p. e27022, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/RgVpF6Sy5Gbhd5DM5WRb3QN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

NICÁCIO, Rovílio de Lima Nicácio; NICÁCIO, Rair De Lima Nicácio. Políticas públicas de educação inclusiva: um olhar para o núcleo de apoio pedagógico à inclusão em Cruzeiro do Sul. **Das Amazônias**, Rio Branco –Acre, v.5, n.1, (jan-jun) 2022, p. 107-120.

NONATO, Osvaldo Campos Dos Santos; DE OLIVEIRA COSTA, Ademárcia Lopes. As políticas públicas de educação inclusiva: uma análise de 1996 a 2016. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 8, n. 2, p. 85-100, 2021. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 12 abr. 24

PEREIRA, Mara Dantas. Desenvolvimento emocional na educação de alunos disléxicos: desafios para políticas públicas no Brasil. **Revista Thema**, v. 22, n. 2, p. 451-462, 2023. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 11 abr. 24

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Decreto nº 56.505, de 19 de maio de 2022**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação e a execução da Lei nº 15.322, de 25 de setembro de 2019, que institui a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202211/29173421-decreto-56505.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.322, de 25 de setembro de 2019**. Institui a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 26 set. 2019. Seção 1, p. 2.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **TEAcolhe:** Programa de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/conheca-o-programa-teacolhe#:~:text=O%20Programa%20TEAcolhe%20tem%20o,pessoas%20com%20autismo%2C%20visando%20ao. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROCHA, Naiara Chierici; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. Política, atores e implementação: análise do atendimento educacional especializado. Estudos em Avaliação Educacional, v. 31, n. 76, p. 195-218, 2020. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 13 abr. 24

ROSA, Kalissa Rodrigues; SILVA, Gustavo Medeiros; CESTARI, Thiago Nunes. Educação inclusiva: um levantamento histórico acerca das políticas públicas para a educação inclusiva no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, 9., 2023, Lajeado/RS**. Anais** [...]. Lajeado/RS: UNIVATES, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2023/TRABALHO_COM_IDENT_EV190_MD1_ID3732_TB2982_09102023232301.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

ROSA, Sanny Silva; FERREIRA, Alissandra Marques. A política de educação especial inclusiva: avanços, retrocessos e resistências sob a ótica das professoras itinerantes de Santo André, SP, Brasil. **Educação**, v. 46, n. 1, p. e43404-e43404, 2023. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/43404. Acesso em: 12 abr. 24

SANTOS, Marcia Pereira dos; ROSA, Elias Pedro. Disrupção da educação: um olhar sobre a exclusão digital de estudantes de baixa renda na pandemia. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/5/disrupcao-da-educacao-um-olhar-sobre-a-exclusao-digital-de-estudantes-de-baixa-renda-na-pandemia. Acesso em: 30 maio 2023.

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. DA .. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 6, p. 1312–1332, nov. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/mdmYgrSCkvPRnskGYQftPRw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

SCHABBACH, Letícia Maria; ROSA, Júlia Gabriele Lima da. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil**. Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 1312-1332, 2022. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 12 abr. 24

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; ANACHE, A. A. A percepção docente sobre conceitos, políticas e práticas inclusivas: um estudo de caso no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 1018–1037, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13514. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13514. Acesso em: 17 abr. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SKRTIC, T. M. Inclusive education and the cultural representation of disability and disabled people: Reshaping educational thought. *In*: FLORIAN, L. (ed.). **The SAGE handbook of special education**. Sage Publications, 2021. p. 213-226.

SILVA, Vanderlúcia Felix Amorim. A importância da interação social da pessoa com deficiência física no ambiente educacional: um olhar para a aprendizagem. **Apae Ciência**, v. 19, n. 1, p. 63-73, 2023. Disponível em: https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/391. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Micheline; MULICK, James A.. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. prof**., Brasília, v. 29, n. 1, p. 116-131, mar. 2009 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Pediatras falam sobre sinais, diagnóstico e tratamento do TEA em novo episódio do Famílias em Pauta**. 8 de abril de 2024. Disponível em: https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/pediatras-falam-sobre-sinais-diagnostico-e-tratamento-do-tea-em-novo-episodio-do-familias-em-pauta/. Acesso em: 09 abr. 2024.

SOUZA, Paulo Rogério. **O Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial inclusiva:** histórico, políticas e desafios. Editora Licuri, p. 48-60, 2023.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VERNICK, Maria da Glória Pereira et al. Implantação da educação inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: a percepção de docentes e pedagogos. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 2, p. 2068-2086, 2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1683. Acesso em: 12 abr. 24

VOLPATO, Andrea Claudia; CHEMIN, Marcia Regina Chizini. Políticas públicas de educação básica inclusiva sob a ótica da declaração universal sobre bioética e direitos humanos. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 17, n. 1, p. 161-172, 2022. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html. Acesso em: 11 abr. 24

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. Bookman editora, 2010.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 14.254/21 EM SAPUCAIA DO SUL/RS

Jucielma Lima Dias[1]

Roberto Carlos Ramos[2]

Resumo

A Educação Inclusiva no Brasil busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação equitativa. Esse movimento ganhou impulso com a promulgação de legislações e políticas públicas que asseguram os direitos dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e, mais recentemente, daqueles com transtornos de aprendizagem, como dislexia e TDAH. Neste contexto, o presente estudo objetiva analisar os desafios e as possibilidades da implementação da Lei nº 14.254/21 na rede pública municipal de Sapucaia do Sul/RS, visando garantir o acompanhamento integral dos estudantes com TDAH e transtornos de aprendizagem. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa documental de natureza teórico-descritiva. Conclui-se que a implementação da Lei nº 14.254/21 é crucial para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, proporcionando acompanhamento integral a estudantes com dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem. Sua eficácia depende da formação continuada dos professores, da adaptação das estruturas educacionais e do comprometimento das instituições. A colaboração entre escola, família e profissionais de saúde é essencial para garantir esses direitos, promovendo um ambiente educacional inclusivo que valorize as singularidades dos estudantes e contribua para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: educação inclusiva; lei nº 14.254/21; transtorno de aprendizagem; dislexia; transtorno do déficit de atenção com hiperatividade.

REFERÊNCIAS

APA, American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. trad. NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jucielma.202312653@unilasalle.edu.br
[2] Universidade La Salle. E-mail: roberto.ramos@unilasalle.edu.br

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf. Acesso em: 05 de mai. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 de jan. de 2024.

BRASIL, **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FERREIRA, Milena Zilli. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade:** desafios e possibilidades da gestão escolar para o desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Positivo, Curitiba, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifran.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4315/1/TCC_%20Milena%20Zilli%20Ferreira.pdf. Acesso em: 15. de nov. de 2024.

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO DO TRABALHO NA FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO

Marília de Moura Silva[1]

Resumo
O direito à educação de qualidade é uma garantia de outros direitos essenciais. Este estudo tem como objeto o projeto "Capacitar para Incluir" realizado na cidade de Porto Alegre/RS, administrado pela Sociedade Porvir Científico e apoiado pela Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, trata-se de um programa de aprendizagem para jovens com deficiência intelectual. O estudo está fundamentado em autores como Freire (2020), que enfatiza a necessidade de estimular a curiosidade do jovem sem suprimi-la, promovendo autonomia para agir como agente transformador. Ainda, Sarmento e Menegat (2021), reiteram que a educação é um direito básico ao longo da vida. O programa de aprendizagem é uma ferramenta de transformação, especialmente para jovens com deficiência intelectual, fortalecendo sua autonomia, pertencimento e aprendizado visto que busca o desenvolvimento das competências. Por tanto, esta pesquisa tem por objetivo explorar estratégias para aprimorar a formação de educadores e gestores educacionais, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e a elaboração de projetos de aprendizagem para jovens com deficiência. Espera-se que isso incentive a inclusão destes jovens no mundo do trabalho, fortalecendo sua participação social ativa como cidadãos plenos de direitos e deveres. A proposta metodológica da pesquisa documental é adequada para responder o objetivo da pesquisa. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental utiliza materiais que não recebem ainda um tratamento analítico. Como possível resultados, vislumbramos a possibilidade de promover a realização de ajustes em programas de aprendizagem. Ainda, busca o desenvolvimento de projetos por meio de construção coletiva junto aos nossos pesquisados.

Palavras-chave: aprendizagem; educação personalizada; inclusão; jovens; mundo de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. 2005. Disponível em:

[1] Universidade La Salle. E-mail: marilia.201932315@unilasalle.edu.br.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Conselho Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Assistência Social. 5.ed., Brasília: MDS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KHAN, Sajid; RAMSEY, Phil; KHAN Majid. Embracing educational transformation: exploring personalised, collaborative and contextualised education through dilemma theory. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acessado em: 10 de junho. 2024.

TAYLOR & FRANCIS ONLINE, p. 1-14, 2023. DOI: 10.1080/14703297.2023.2283614. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14703297.2023.2283614. Acesso em: 09 jan. 2024.

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Texto relevante para efeitos do EEE) (2018/C 189/01). Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01). Acesso em: 10 de junho. 2024.

RUBIA-AVI, Bartolomé. The Research of Educational Innovation: Perspective and Strategies. **Education Sciences**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 26, 2023.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. O direito à educação e as necessidades básicas de aprendizagem: a perspectiva da UNESCO. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade. **Revista Eletrônica de Educação**, v.15, 1-21, e4916054, 2021. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4916/1186. Acesso em: 23 ago. 2023.

TETRAKTYS, Cc By-Sa 3.0. **Fundação Pão dos Pobres Map**. School. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. 2000. 1 fotografia. Disponível em: https://mapcarta.com/W287533436. Acesso em: 18 dez. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

"OS ANJOS DE CARA SUJA": REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIAS NAS MARGENS DA CIDADE

Paula Klauck[1]

Carin Klein[2]

Resumo

Compreende-se que a infância não é um período vivenciado da mesma forma por todos, nesse sentido, vale perguntar quais representações são construídas sobre as crianças pobres que vivem nas ruas da cidade? O presente trabalho busca investigar as representações de infâncias pobres produzidas e veiculadas nas fotorreportagens do jornal NH, a fim de olhar para um modo particular de representar as crianças, às margens da cidade de Novo Hamburgo (RS), nos anos de 1960 a 1970. Considera-se o jornal um artefato que atua nas formas de representar as infâncias e atribuir sentidos a elas. Ao filiar-me aos Estudos Culturais em educação faço uso dos seguintes conceitos para a realização das análises: representação (HALL, 2016) e infâncias (BUJES, 2000; MOMO, 2015; SEVERO, GUIZZO, 2019) com o objetivo de identificar as recorrências e as rupturas nessas narrativas visuais. Para esse trabalho, foram selecionadas sete fotorreportagens, tomando as fotografias, legendas e títulos como objetos de análise, levando em conta as relações ali estabelecidas. As fotorreportagens viabilizam cenas do cotidiano de infâncias representadas às margens da sociabilidade dos espaços centrais da cidade, mapeando possíveis tensões de uma cidade em transformação, em um processo de modernização que não atingia da mesma forma todas as crianças, nas décadas estudadas. Atribuem ainda significados a uma infância considerada improdutiva para a cidade industrial, que necessita de constante controle e ocupação.

Palavras-chave: estudos culturais; jornal; infâncias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. **Perspectiva**: Florianópolis, 2011.

[1] Universidade Luterana do Brasil. E-mail: paklauck@hotmail.com.

[2] Universidade La Salle. E-mail: carink@terra.com.br.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. 2001. 259 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber. Revistas: para além do bem e do mal. In: ABREU, Bento Fagundes de; ALMEIDA, Tânia Silva de; ROCHA, Cristianne Famer (org). **Mídia Impressa para além do bem e do mal**: estudos sobre revistas. Paco editorial, Jundiaí: 2012.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam, da criança na rua à criança cyber**. Editora Vozes: Petrópolis, 2005.

GIROUX, Henry A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula**. Vozes, Rio de Janeiro: 2013, p.129-154.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Ed.PUC-RIO: Apicuri, Rio de Janeiro: 2016.

HENRIQUES, Eda Maria. Imagens e contra-imagens na escola. In: ALVES, Nilda, SGARBI, Paulo. (Orgs). **Espaços e imagens na Escola**. DP&A, Rio de Janeiro: 2001, p.19-26.

KLAUCK, Paula. **Interfaces entre fotografias, infâncias e educação**: representações de infâncias escolarizadas e pobres em Novo Hamburgo (1950-1960). 2023, 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil: 2023.

MOMO, Mariangela. Professora, pesquisadora, fotógrafa e consumidora enxergando crianças pós-modernas que vão à escola. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1: 2015.

NUNES, Margarete Fagundes. **Trilogia antropológica do Vale dos Sinos**. CirKula, 1. ed, Porto Alegre: 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Autêntica, Belo Horizonte: 2003.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005, 287 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2005.

ROCHA, Cristianne Famer. O espaço escolar em revista. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). **Estudos Culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo,

biologia, literatura, cinema…Ed Universidade UFRGS, Porto Alegre: 2000, p.117-142.

SCHMIDT, Saraí. **A educação nas lentes do jornal**. 1999, 46 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1999.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1997**: Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre: 1999.

SOBRAL, Antonio Luis Tubino. **Sintaxes Pedagógicas no Fotojornalismo da Veja sobre o Agronegócio**. 2013. 93 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, 2013.

SPOLIER, Paulo Daniel. Novo Hamburgo: uma tentativa de histórico (1927-1990). In: SMED, Novo Hamburgo. **Memória na escola**: subsídios para os professores. S.d.

TRINDADE, Iole Maria F. Uma análise cultural de discursos sobre alfabetização e alfabetismo/letramento e suas representações. **Educação**: Santa Maria, 2007.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Construções sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 28, 2007.

Jornais consultados

Jornal NH, 23/04/1960. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH,11/11/1961. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 20/07/1962. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 27/09/1972. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 20/06/1973. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 01/08/1978. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 02/01/1979. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
Jornal NH, 12/07/1991. Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

DOCÊNCIA E INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bianca Rocha Gutteres[1]

RESUMO
Trata-se de relato de experiência, sustentado nos Estudos Decoloniais e Culturais em educação, tendo como objetivo refletir sobre uma experiência de inclusão de estudante deficiente em escola pública e compartilhar aprendizados. As narrativas descrevem registros da memória afetiva docente acerca de experiências significativas com um aluno deficiente visual de sete anos de idade e que foram aproximadas à literatura que aborda a temática. A metodologia empregada foi de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Como resultados identifiquei que as experiências compartilhadas por todos os sujeitos envolvidos nos episódios descritos são centrais para a sequência da vida de cada um e de todos, no interior da instituição escola. A experiência descrita favorece a desconstrução de estereótipos produzidos acerca das representações do corpo deficiente. Destaco que a inclusão de estudantes deficientes ainda é um grande desafio, evidenciando a necessidade de mais estudos e pesquisas acerca dessa temática.

Palavras-chave: inclusão; deficiência; relato de experiência; decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, C. Q. S.; ASSIS, R. M.; CAMPOS, R. H. F. Belos, sadios e normais: as representações sociais dos corpos infantis na revista Pais & Filhos (1968-1977). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 571-587, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 5, de 2015, ao PLS nº 6, de 2003**. Lei Brasileira de Inclusão. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

CALDAS, R. M. *et al.* Reflexões sobre a importância dos estudos decoloniais: uma leitura na perspectiva inclusiva da educação especial no estado do maranhão. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 5, p. 3453-3474, 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: bianca.200050034@unilasalle.edu.br

CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CANDAU, V. M. F. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo. Globalización y diferencia.** Primeira publicação 2005. Instituto Colombiano de Antropología e Historia de la Universidad del Cauca: Bogotá, 2012. 278 p.

FREITAS, F. J. P. **A Educação Física no Ensino Médio noturno:** composições da docência no terceiro tempo. 2021. Dissertação (mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança. UFRGS, Porto Alegre, 2021.

HALL, S. **Sin garantías**. 2. ed. Quito: Editora Nacional, 2013.

KAL, N. A. **A pessoa com deficiência e o direito do trabalho**: a inserção da pessoa com deficiência na sociedade e o acesso ao trabalho. 2021.Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2021.

LE BRETON, D. **Anthropologie du corps et modernité.** Paris: PUF. 1990.
LE BRETON, D. **La chair à vif.** Usages médicaux et mondains du cor humain**.** Paris: Métailié, 1993.

LE BRETON, David. A síndrome de Frankenstein. *In*: SANT'ANNA, D. B. (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p.49-67.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 16. ed. 2014.

MACHADO, J. A.; SILVA, G. F. Da Radicalidade da vivência de uma experiência de formação de professores decolonizante: o projeto Saberes em Diálogo. *In*: Silva, Gilberto Ferreira da (org.). **Da descolonização à decolonialidade:** fazeres e pensares em educação. Curitiba: CRV, 2022. p. 139-151.

MACHADO, R. B. Educação Física escolar e políticas de inclusão: entre a gestão de riscos e o ensino. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 430-447, maio/ago. 2017.

MEDEIROS, C. S.; SILVA, I. S.; FERREIRA, J. V. G. Nós por nós mesmos – um relato de experiência decolonial em educação no complexo da maré. **Periferia**, v. 13, n. 1, p. 346-362, 2021.

NEGRINE, A. Instrumentos da coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In*: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. **A pesquisa qualitativa na Educação Física**: alternativas metodológicas. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, p. 61-93, 2010.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes:** a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 224p

VALIM, P. *et al*. Apagão docente: O que está acontecendo com as licenciaturas no Brasil? **Academia Paulista de Educação.** Documento on-line. Disponível em: https://www.apedu.org.br/site/artigo-apagao-docente-o-que-esta-acontecendo-com-as-licenciaturas-no-brasil/. Acessado em: 20 maio 2024.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Artículo de ampliación de la ponencia presentada en el Seminario Interculturalidad y Educación Intercultural, organizado por el Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, Bolivia, marzo 2019.

UMA REFLEXÃO SOBRE A ABORDAGEM DAS CULTURAS INDÍGENAS NO CURRÍCULO ESCOLAR NÃO INDÍGENA

Rosana Patricia Mattos da Silva Cardoso[1]

Caroline Deprá Vivian[2]

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a produção pautada pela preocupação em construir um currículo escolar indígena que permita ressignificar conhecimentos e práticas consideradas oficiais que valorizem as contribuições das diferentes culturas indígenas. De igual modo se coloca como interesse o diálogo com estas expressões culturais no ambiente de escolas não-indígenas. O estudo é de caráter qualitativo e interpretativo, recorre à pesquisa bibliográfica e documental, tratando os dados desde as ferramentas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Parte das críticas aos sistemas centralizados e eurocêntricos que orientam as práticas docentes e pedagógicas na abordagem das culturas indígenas no currículo, encontrando em autores como: Kaiapó (2023), Krenak (2023), Munduruku (2019), Quijano (2014) e Rufino (2021), alguns aportes para sustentar as análises. Como resultados observa-se a importância em possuir uma legislação inclusiva e que contemple a possibilidade de diálogo com aspectos próprios das culturas indígenas desde o ponto de vista da perspectiva intercultural e descolonial. Acentua-se o fato de que a construção de currículos representativos da realidade, onde se realizam as práticas educativas, ainda permanecem como desafios aos educadores e gestores nas diferentes esferas no espaço público. Currículo Intercultural, Educação Básica, Cultura Indígenas. Formação de Professores.

Palavras chave: currículo intercultural; educação básica; cultura indígenas; formação de professores.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007

BANIWA, Gersem. **“Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real:** Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio

[1] Universidade La Salle. E-mail: rosana.202310417@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: caroline.vivian@canoasedu.rs.gov.br.

Negro". Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.,2011.

BANIWA, Gersem. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil:** o que a escola tem a ver com isso?in:Culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. (Educação em rede; v.7). Disponível em: https://encurtador.com.br/lJMQ3. Acesso em: 03 maio. 2023.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**.Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CANON-BUITRAGO, Edwin Alexander. **Temáticas indígenas na educação física colombiana**: uma análise do discurso do programa de licenciatura da Universidade Pedagógica Nacional. 2017. 286 f. Tese (Doutorado) - PPG Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://abre.ai/jz58. Acesso em: 01 maio. 2024.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, octubre/2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 01 mar. 2023.

KAIAPÓ,Edson. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?in:** Culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. (Educação em rede; v.7). Disponível em: https://encurtador.com.br/lJMQ3. Acesso em: 03 maio. 2023.

KRENAK,Ailton. **Uma colônia nos trópicos, in:** Culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. (Educação em rede; v.7). Disponível em: https://encurtador.com.br/lJMQ3. Acesso em: 03 maio. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de Índio**. 3. Ed. São Paulo: Callis, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012. 230 p.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. Conversa sobre a origiem e a cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo. **A ancestralidade na encruzilhada**. Dinâmica de uma tradição inventada. Rio de janeiro: Apeˊ Ku, 2021.

QUIJANO, Anibal. En: **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RUFINO, Luiz. Vince-demanda: a educação e decolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SACRISTÀN, J. Gimeno. **Novos mapas culturais:** novas perspectivas educacionais. In: Luiz Eron da Silva (org) – Porto Alegre: Sulina, 1996. 296 p.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Beber de outras fontes: metodologias descoloniais para continuar conhecendo. **Contrapontos**, v. 23, n. 01, 2023. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/19847. Acesso em 07 mar. 2024.

OS CONTRIBUTOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, REALIZADA PELA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL, EM UMA IES PRIVADA

Carla Janaína Teixeira[1]

Resumo
A Lei nº 10.861 de 14/04/2004, estabeleceu em seu artigo 11 parâmetros básicos para a orientação e execução das atividades de avaliação, inclusive com a instituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA no âmbito das Instituições de Educação Superior (IES). A legislação estabelece que as IES devem constituir uma CPA, cuja atribuição entre outras é conduzir os processos internos de avaliação. Diante do exposto a pesquisa documental (Cellard,2014), objetiva compreender as contribuições da autoavaliação institucional, realizada pela Comissão própria de avaliação-CPA, para a melhoria da qualidade educacional, em uma IES privada. Os objetivos específicos são: contextualizar a CPA, com base nos dispositivos legais; e identificar através do relatório da referida IES, apontamentos da CPA que foram considerados para a melhoria da qualidade educacional. O corpus investigativo está composto pelos dispositivos legais que regulamentam a CPA, e pelo relatório realizado no ano de 2023. O referencial teórico está fundamentado em autores tais como: Leite (2008), Dias Sobrinho (2005), que tratam sobre o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) e processos autoavaliativo, Libâneo (2001), Lück (2009), Chiavenato (2000), sobre a gestão escolar. Demo (2001) que fala sobre a qualidade. Os resultados preliminares da análise documental apontam que a avaliação proposta pelo SINAES, a (CPA) através da autoavaliação institucional, pode ser uma ferramenta de autoconhecimento da IES para a busca de melhorias. O relatório de autoavaliação visa proporcionar uma visão clara e crítica sobre o desempenho da instituição, destacando não apenas as conquistas, mas também as áreas que demandam atenção e aprimoramento.

Palavras-chave: comissão própria de avaliação; auto avaliação institucional; qualidade; ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**. Disponível em:

[1] Universidade La Salle. Email: carla.201211598@unilasalle.edu.br.

https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional:** Orientações Gerais. DF: Brasília, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 20 out.2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 20 out.2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação superior: setor público e iniciativa privada. *In*: MORHY, L. (org.). **Universidade em questão**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003, p. 473-486.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo I.; ALMEIDA JR., Vicente de Paula (org.). **Avaliação participativa**: perspectivas e debates. Brasília: INEP, 2005. p. 15 - 38. (Educação Superior em Debate, v. 1).

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai Franco. Gestão e modelos da educação superior. *In*: MOROSINI, Marilia Costa (org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Brasília-DF: Inep/MEC, 2006. v. 2. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/enciclopedia_de_pedagogia_universitaria_glossario_vol_2.pdf. Acesso em: 20 out.2023.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da auto- - avaliação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas;

Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 2008, p. 833-840. http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v13n03/v13n03a13.pdf .Acesso em: 20 out. 2023.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

SUPERVISÃO ESCOLAR E GESTÃO DO ACOMPANHAMENTO DOCENTE: O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA PRÁTICA DE FEEDBACK, TENDO EM VISTA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO, NA PERSPECTIVA DE UMA ESCOLA APRENDENTE

Rosane Martins de Almeida[1]

Resumo
Este artigo objetiva apresentar considerações sobre o papel da supervisão escolar na gestão do acompanhamento docente, partindo da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, articulando com os pressupostos teóricos sobre a o papel da supervisão escolar na formação do profissional reflexivo no contexto da escola aprendente, de Alarcão (2000), Tardif (2002). O artigo discorre sobre uma experiência de feedback com o uso de metodologias ativas no acompanhamento de professores, considerando que adultos aprendem melhor quando são ativos nesse processo. Tal pressuposto deu origem a criação de um material lúdico, baseado no formato de um jogo convencional, que foi usado pela supervisão como um recurso metodológico ativo e interativo ao realizar o feedback na devolutiva de observações das aulas. Nas considerações, articulamos os pressupostos teóricos e legais que trouxemos, os quais fundamentaram a criação da experiência de feedback relatada, pensado a ação do supervisor escolar como gestor e promotor da aprendizagem docente, na perspectiva de uma formação reflexiva, respeitados os diferentes saberes que constituem os profissionais da educação e favorecendo aos mesmos a possibilidade de construir novas aprendizagens a partir da análise da prática de sala de aula e, em especial, promovendo e criando estratégias e metodologias ativas de intervenção, práticas dialógicas e inovadoras de gestão pedagógica. Consideramos que a ação do supervisor escolar na gestão da formação continuada dos profissionais da educação, deve ser um processo criativo, promotor de aprendizagem reflexiva, o que implicará na efetividade do direito à educação.

Palavras-chave: acompanhamento docente; profissional reflexivo; supervisão escolar.

[1] Universidade La Salle. E-mail: rosane.202410942@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (org). **Escola reflexiva e supervisão**: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem. Porto Editora, 2000.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº14/2020**, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

GRUTZMANN, T. P. Saberes docentes: um estudo a partir de Tardif e Borges. **Revista Temas em Educação**, *[S. l.]*, v. 28, n. 3, p. 02-23, set./dez, 2019

TARDIF, Maurice. elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. 2000, n.13, pp.05-24.

SOFRIMENTO PSÍQUICO E SÍNDROME DE *BURNOUT* NO ESPAÇO ESCOLAR

Marcos Rogério dos Santos Souza[1]

José Lucas Marques Duarte[2]

Resumo

A educação é uma área que possui diversos profissionais, permeada por muitos discursos, nos quais, é comum existir falas sobre desvalorização profissional, precariedades estruturais, baixos rendimentos financeiros e outros fatores que podem trazer prejuízos pessoais e profissionais. Partindo dessas premissas, este estudo busca explorar esses discursos que se repetem em diversos contextos e compreender sobre o que tem causado sofrimento aos trabalhadores em educação da rede pública municipal de Sapucaia do Sul/RS. Diante disso, questiona-se: quais são as condições e dinâmicas de trabalho dos profissionais que atuam como orientadores educacionais em Sapucaia do Sul/RS? E quais são as consequências dessas condições e dinâmicas à saúde desses trabalhadores? A partir disso, busca-se triangular as informações entre a legislação, estudos científicos sobre a Síndrome de Burnout e uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sapucaia do Sul (SINTESA), que teve como foco averiguar a saúde mental dos trabalhadores. Justifica-se este estudo, devido ao elevado índice de afastamento e a busca por tratamento de saúde mental, que podem ser causados pelas múltiplas violências a que estão sujeitos os trabalhadores em educação. Metodologicamente esta pesquisa constitui-se como um estudo de caráter descritivo e exploratório do tipo revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados apontam que os profissionais da educação da rede pública municipal de Sapucaia do Sul estão cada vez mais adoecidos, sendo expressivo o número dos que estão em tratamento psicológico, psiquiátrico e fazendo uso de medicação psicoativa.

Palavras-chave: educação; profissionais da educação; sofrimento psíquico; Bournout

REFERÊNCIAS

AGYAPONG, Belinda et al. Stress, burnout, anxietyanddepressionamongteachers: a scoping review. **InternationalJournal of Environmental ResearchandPublic Health**, v. 19, n. 17, p. 10706, 2022.

[1] Universidade La Salle. E-mail: marcossouzas@yahoo.com.br.

[2] Universidade La Salle. E-mail: joselucasmd@gmail.com.

BERTONCELLO, Bruno; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Relações entre Suporte Organizacional e Saúde Mental do Trabalhador. **R. Laborativa**, v. 4, n. 2, out. 2015, p. 85-102. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa.

BOMFIM, Adriana Pereira. **Profissão docente**: laços de pertencimento e identidade. 2015. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968**. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5564.htm.Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde atualiza lista de doenças relacionadas ao trabalho após 24 anos**. Ministério da Saúde, 29 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-da-saude-atualiza-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-apos-24-anos.Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. X, p. X, 27 nov. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.999-de-27-de-novembro-de-2023-526629116.Acesso em: 15 set. 2024.

BUGONE, Ana Claudia; DALABETHA, Andiara; BAGNARA, Ivan Carlos. O orientador educacional e seus desafios no contexto escolar. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 11, n. 23, p. 1-15, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CODO, Wanderley. **Educação**: carinho e trabalho Burnout, a síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

CODO, Wanderley. **Providências na organização do trabalho para prevenção da LER**. In: CODO, Wanderley; ALMEIDA, Maria Celeste C. G. de (Orgs.). LER: diagnóstico, tratamento e prevenção: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 240-241.

CORBELLINI, Silvana. **Orientação educacional**: uma união da teoria e prática. In: CORBELLINI, Silvana (org.). Orientação educacional: registros de um percurso de formação. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2021. p. 81-88.

DUARTE, José Lucas Marques et al. **Saúde mental e educação**: olhar de cuidado às/aos profissionais em educação. In: Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no Século XXI. Florianópolis: Instituto Scientia, 2023. p. 392-406. DOI: 10.55232/1087002.29.

DUARTE, José Lucas Marques; CHARQUEIRO, Leslie Tuane Penteado. **Inserção do Serviço Social e Psicologia na Educação**: articulações para a práxis. In: VI SIPINF Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: desafios à preservação/reconstrução da Democracia, da Saúde e da Vida, 2024. Anais Editora da PUCRS.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

KOLLEROVÁ, Lenka et al. Teacherexhaustion: The effectsofdisruptivestudentbehaviors, victimizationbyworkplace bullying, and social supportfromcolleagues. **Social PsychologyofEducation**, v. 26, n. 4, p. 885-902, 2023.

POOLI, João Paulo; FERREIRA, Valéria Milena Rohrich Ferreira. Pedagogos construindo suas identidades: entre adscrição e escolhas. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, nº 1, p. 19-37, jun. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

SILVA, Otávio Pinto e. Síndrome de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros: Otávio Pinto e Silva explica como empresas e trabalhadores enfrentam essa situação e quais são os direitos desses profissionais. **Jornal da USP**, 30 out. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=698413. Acesso em: 25 ago. 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SAPUCAIA DO SUL/RS-SINTESA. **Sobre a Saúde Mental dos Trabalhadores em Educação de Sapucaia do Sul**. Sapucaia do Sul, 15 de julho de 2024. Facebook: com/sintesa.sindicato. Disponível em:

https://www.facebook.com/sintesa.sindicato/posts/pfbid0h4CkB7bvy6bA69KbU1RgdF7hZJXaBhuPTQ6NrSo1t7thb3TNATLWeM4sMyCnghTxl.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS**. 2022. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2022.

SOUZA, Maira Cazeto Lopes de; CARBALLO, Fábio Peron; LUCCA, Sérgio Roberto de. Fatores psicossociais e síndrome de burnout em professores da educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e235165, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-235165.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO UMA POSSIBILIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ E DA NÃO VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Daiane dos Santos[1]

Resumo
A violência está presente na sociedade desde os primórdios da humanidade. Trata-se de um problema social que necessita de investigação, especialmente quando crianças e adolescentes estão envolvidos. A violência é vista como um fenômeno preocupante, e está presente mundialmente nas mais diversas sociedades. Dessa forma, a pesquisa, tipo Estudo de Caso, tem como objetivo investigar como são abordados os conflitos e as situações de violência no contexto escolar, tendo como referência as narrativas dos docentes. A unidade de estudo é uma escola da rede municipal, tendo como sujeitos do estudo seis docentes que nela atuam. Os dados, coletados por meio do questionário e da entrevista semiestruturada, foram analisados com base na Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin. Há uma interlocução com dispositivos legais do campo da Educação e do Direito, bem como se faz alusão a dispositivos difundidos pela ONU e a UNESCO. Os achados indicam: a) os tipos de violências que ocorrem dentro da escola, segundo os docentes entrevistados, são a violência física, a violência verbal, a violência psicológica, o bullying e o racismo; b) A abordagem ou mediação docente diante das situações de conflitos e violências ocorrem por meio do diálogo, da reflexão sobre o fato, da tentativa de um entendimento entre os envolvidos; c) existem na escola projetos preventivos de mediações de conflitos e violências na escola, pautados na Justiça Restaurativa e nos Círculos de Paz bem como o projeto Gestão do Cuidado..

Palavras-chave: mediação de conflitos; cultura de paz e não violência; justiça restaurativa; círculos de paz.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas. Brasília:** UNESCO. Rede Pitágoras, Coordenadoria DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretária do Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. CNPq, Instituto Ayrton Senna, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por. Acesso em: 21 dez. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: daianesantoscanoas@gmail.com.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2006.

BRAZ, Elaine C. N. **Justiça restaurativa e violência na escola:** análise de uma experiência a partir da perspectiva histórico-cultural.2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente. Acesso em: 12 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 225 de 31 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289. Acesso em: 12 fev. 2024.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA (1969). *In*: BRASIL. SENADO FEDERAL. **Direitos Humanos**. Atos 201 Internacionais e normas correlatas. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GROSSI, Patrícia Krieger; GERSHENSON, Beatriz; DOS SANTOS, Andréia Mendes. Justiça Restaurativa nas Escolas de Porto Alegre: desafios e perspectivas. In: BRACHER, Leoberto; SILVA, Susiâni. (org.). **Justiça para o século 21:**

instituindo práticas restaurativas: semeando justiça e pacificando violências. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7897/2/Justica_Restaurativa_nas_escolas_de_Porto_Alegre_desafios_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/. Acesso em: 16 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração sobre uma cultura de paz.** ONU, 1999.Disponível em: https://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf Acesso em: 2 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 2002/12 da ONU -** Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/static/2022/06/Resolucao-No-2002-de-2012-ONU.pdf Acesso em: 16 abr. 2023.

PATOU-MATHIS, Maryléne. Origens da violência. **UNESCO Courier**, [Sl], v. 2020, n. 1, jan. 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372625_por. Acesso em: 9 dez. 2023.

ROSA, Maria Aparecida L. P. **O sintoma violência na escola sob a perspectiva do professor:** estudo de caso.2019. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** Justiça restaurativa para o nosso tempo. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athenas, 2015.

GESTÃO ESCOLAR COM FOCO EM RESULTADOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eduardo Ferreira[1]

Resumo
A Constituição do Brasil de 1988 estabelece o direito à educação como um dos pilares fundamentais para a dignidade humana, juntamente com outros direitos essenciais. A partir dos anos 1990, diversos países, incluindo o Brasil, implementaram sistemas de avaliação externa e indicadores de qualidade para monitorar e aferir a qualidade educacional. O desempenho das redes públicas de ensino nesses indicadores tem impacto direto no direcionamento de recursos para os sistemas de ensino, exigindo que as equipes de gestão escolar desenvolvam estratégias para garantir um desempenho satisfatório. Diante disso, este estudo se concentra em uma pesquisa teórica em andamento, de caráter bibliográfico (Gil, 2002), com o objetivo de descrever os fundamentos que sustentam a gestão escolar focada em resultados, conforme abordado por autores cujos artigos estão disponíveis na ferramenta de busca Google Scholar. Utilizamos os termos "gestão escolar" e "gestão com foco em resultados" para localizar os artigos relevantes. A leitura dos resumos permitiu a seleção dos seguintes autores: Souza (2006, 2012); Paro (2010); Soares et al. (2011); Ferreira e Mariotini (2015); Oliveira, Duarte e Clementino (2017); Segatto e Abrucio (2017); Oliveira e Vasques-Menezes (2018). Os dados preliminares indicam que o conceito de gestão escolar é uma construção histórica, e que existem diversas dimensões e fatores a serem considerados na gestão escolar. Ademais, cabe à gestão escolar priorizar os resultados de aprendizagem dos estudantes, em consonância com as expectativas dos sistemas de avaliação e indicadores de qualidade.

Palavras chaves: direito à educação; gestão escolar; resultados educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: eduardo.bio@terra.com.br.

FERREIRA, Simone Marques; MARIOTINI, Sergio Donizeti. O papel do diretor de escola: contrapontos da administração e da gestão escolar. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v. 2, n. 1, p. 73-84, 2015. Disponível em: https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200316.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/parecer_cneceb_no_72010_aprovado_em_7_de_abril_de_2010.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William B.; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set/dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79303. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303. Acesso em 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.48 n.169, p.876-900 jul./set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjkqnBGPyD. Acesso em: 12 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 mai. 2023.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Rev. Serv. Público Brasília**, v. 68, n. 1, p. 85-106 jan/mar, 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2951/1/RSP%20V.68%20N.1_artigo%20de%2085-106.pdf. Acesso em 19 ago. 2024.

SOARES, Tuffi Machado *et al*. A gestão escolar e o IDEB da escola. **Revista Pesquisa e Debate em Educação,** Ano I, nº I, p. 37-58, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+gest%C3%A3o+escolar+e+o+IDEB+da+escola.+Pesquisa+e+Debate+em+Educa%C3%A7%C3%A3o&btnG. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/vBHXjvFnW6gk6DWpJZzTzNJ/. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOUZA, Angelo Ricardo de. Os caminhos da produção científica sobre Gestão Escolar no Brasil. **RBPAE,** São Paulo, v. 22, n. 1, p. 13-39, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+caminhos+da+produ%C3%A7%C3%A3o+cient%C3%ADfica+sobre+Gest%C3%A3o+Escolar+no+Brasil+&btnG. Acesso em 15 ago. 2024.

SOUZA, Angelo Ricardo de. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rY9xqhfrzkYyVdCXnyHD9TK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2023.

OS DESAFIOS DA GESTÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ingrid Nára Courtois[1]

Roberto Carlos Ramos[2]

Resumo

A gestão pedagógica é composta por áreas interligadas, essenciais para criar um ambiente educacional que promova a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos estudantes. O coordenador pedagógico desempenha um papel importante na construção de um ambiente colaborativo na comunidade escolar, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e o aperfeiçoamento contínuo dos docentes. A presente pesquisa, tem como objetivo investigar os desafios dos coordenadores pedagógicos na gestão escolar e propor estratégias que visem a aprimorar a formação continuada dos professores e a qualidade da educação. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, a partir de autores selecionados que abordam sobre a temática. Os principais achados são: a importância do projetar, implementar e avaliar ações pedagógicas, que promovam o aprimoramento da ação docente, possibilitando a melhoria nas práxis pedagógicas; a efetivação e a avaliação das intervenções propostas, contribuindo significativamente com a gestão escolar e com o processo de formação continuada dos professores, a fim de enfrentar os desafios educacionais de forma mais eficaz.

Palavras-chave: gestão escolar; gestão pedagógica; coordenador pedagógico; formação continuada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2001.

BOLZAN, D. P. V.; MILLANI, S. M. de F. Docência e Formação: reflexões sobre a gestão pedagógica na escola. **Políticas Educativas – PolEd**, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/27012. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ingrid.201931512@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E_mail: roberto.ramos@unilasalle.edu.br.

BRASIL. **Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBN. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. **Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 15 nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNG, H. S. **Formação e Prática Docente:** Implicações sobre o Ensino e a Aprendizagem. Canoas, RS: Editora Unilasalle, 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LÜCK, H. A dimensão participativa da gestão escolar. **Gestão em Rede**, n. 9, Brasília, 1998, p. 13-17.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MEDEIROS, I. L. P. de; LUCE, M. B. (org.). **Gestão escolar democrática:** concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-25.
NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. C**adernos de Pesquisa,** v. 47, n. 166-1133, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2024.

NÓVOA, A. Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa. **Educar em Revista,** v. 38, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1984-0411.88222. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/gNwmBJ8p9vgw5z9Zmrxm6Tq. Acesso em: 17 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. B. de. Formação Continuada Docente e Diretrizes da BNCC: uma necessidade da educação básica. **Inovações e Descobertas em Pautas**

Acadêmicas: Periódico Multidisciplinar da Facility Express Soluções Acadêmicas, v. 3, n. 12, p. 79-90, 2023. Disponível em: https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/download/354/333/1275. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOUZA, Â. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 123-140, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvcfkvkH/?format=pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO AGENTE FORMADOR NA ESCOLA: INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES EM SERVIÇO

Alexsandro Rodrigo Possatto[1]

Resumo
A formação continuada dos professores é essencial para a melhoria da qualidade da educação básica, pois impacta diretamente o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Os professores, como agentes fundamentais no desenvolvimento integral dos estudantes, precisam de formação e desenvolvimento profissional contínuos para otimizar esse processo. Nesse contexto, o coordenador pedagógico desempenha um papel crucial como agente formador e promotor do desenvolvimento profissional dos professores, atuando como elo entre as necessidades docentes e as estratégias de capacitação oferecidas pelas escolas e redes de ensino. Embora a LDB não defina claramente as atribuições do coordenador pedagógico, sua prática requer autonomia para organizar e orientar o trabalho pedagógico, além de articular uma gestão participativa e democrática. Ao compreender as necessidades específicas dos professores e fornecer suporte adequado, o coordenador pedagógico pode fomentar práticas pedagógicas eficazes e inovadoras, respondendo às demandas contemporâneas da educação. Este estudo visa entender a formação continuada do coordenador pedagógico, investigando a existência e a estrutura de programas específicos para sua capacitação. Como a formação inicial muitas vezes não abrange todas as habilidades necessárias para a liderança educacional, há uma necessidade crescente de programas que ofereçam conhecimento em gestão pedagógica, liderança e inovação. Compreender esses processos formativos é vital para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e para a melhoria da qualidade do ensino, beneficiando todos os profissionais da educação.

Palavras-chave: coordenador pedagógico; formação continuada; gestão pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

[1] Universidade La Salle. E-mail: possattoar@gmail.com.

CLEMENTI, N. A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador. *In*: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. de (org.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 53 - 66.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 120 p.

LIB NEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2018.

NÓVOA, António. **Professores:** Imagens do Futuro Presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 232 p.

PIMENTA, Selma. G.; ANASTASIOU, Léa. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO (GIDE): CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

João Carlos da Silva Filho[1]

Resumo
A qualidade da educação ofertada pelas redes públicas de ensino, no contexto brasileiro, é avaliada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o indicador criado para que aferir tal qualidade. O desempenho das redes públicas de ensino em tal indicador, incidem sobre o financiamento da educação. Desta forma, a gestão escolar tem um papel primordial nesse processo, considerando que os integrantes dessa equipe possuem a responsabilidade de gerir as dimensões administrativas e pedagógicas no contexto em cada instituição de ensino. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, tem como problema de investigação: Quais são os contributos da implantação da Gestão Integrada da Educação (GIDE) para a melhoria do desempenho das redes públicas de ensino no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, segundo os pressupostos dos autores das dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-graduação, disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior? O corpus investigativo está composto por 4 dissertações e 2 teses. Para a análise dos dados será utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Almeja-se que os resultados do estudo contribuam para o avanço das discussões acerca do papel da gestão escolar no que se refere à qualidade educacional bem como ofereçam indicativos dos limites e possibilidades da implantação do modelo de Gestão Integrada, adotado em Manaus, no Amazonas.

Palavras-chave: gestão integrada da educação; GIDE; qualidade da educação; IDEB.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOECHAT, Beatriz de Oliveira. **A gestão integrada da escola (GIDE) como o caminho para as mudanças de gestão e do desempenho das unidades**

[1] Universidade La Salle. E-mail: joaocarlos.filho@lasalle.org.br.

escolares na rede estadual de educação do Rio de Janeiro: o caso do Colégio Estadual Deputado Carlos Pinto Filho. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria n° 267, de 21 de junho de 2023**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, suplemento n. 119, 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-267-de-21-de-junho-de-2023-491971666. Acesso em: 10 ago. 2024.

CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro. **"Escolas de Qualidade" da rede pública municipal de Belém segundo o IDEB:** Que qualidade é esta? 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CHAVES, David Santos Pereira. A reforma gerencial na SEEDUC/RJ: pressuposto metafórico e confusão entre o "público" e o "gratuito". **Revista Eletrônica Saberes Múltiplos**, v. 7, n. 14, agosto 2022.

COSTA, Marisa de Santana da. **Monitoramento do sistema de gestão da rede estadual do Rio de Janeiro pelo comitê gestão integrada da escola**: a dinâmica de trabalho e seus desafios. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

DE LIMA PEREIRA, Luciana; DE OLIVEIRA, Selma Suely Baçal. A pseudoqualidade da gestão integrada da escola (GIDE) na SEMED/Manaus. **Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 6, n. 01, p. 01-14, 2021.

DE MENEZES, Ellen Oliveira; SIMÕES, Janaína Machado. A administração de uma organização escolar a partir da Gestão Integrada da Escola (GIDE). **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCC?)**, v. 17, n. 4, p. 65-80, 2019.

DE OLIVEIRA, Natália Regueira; DE MACEDO, Jussara Marques. **A "nova gestão pública" e seu impacto no trabalho docente no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FERNANDES, Marcos Vinicius Reis; DE ALVARENGA, Marcia Soares. O gerencialismo na educação pública estadual do RJ e seus efeitos na juvenilização da EJA. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 12, n. 1, p. 1-e34236, 2022.

FERNANDES, Marcos Vinicius Reis; DE ALVARENGA, Marcia Soares. Política educacional para o IDEB no RJ/BR (2010-2014): da exclusão à migração para EJA. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021.

GALVÃO, Daiane de Freitas. A Gestão da Educação Fluminense e as implicações do modelo gerencialista. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 49–66, 2018.

GAMA, S. M. N.; NAJJAR, J. A gestão da educação fluminense e as implicações do modelo gerencialista. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 49–66, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6377/637766279005/html/. Acesso em: 10 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, A. S.; MURICI, S. S. **Gestão Integrada da Educação:** Metodologia para a melhoria contínua na escola. Editora Vozes, 2009.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Brasília: INEP, 2006.

MATOS, Maria Daise da Cunha. **Percepções de gestores e professores da Semed Manaus/AM a respeito da Gestão Integrada da Escola (GIDE):** uma análise crítica. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP), 2023.

MOTA, Diego; MOTA, Maria Océlia. Os graus de ambiguidade e conflito de uma política educacional na perspectiva dos agentes de linha de frente: o caso do Saerj. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2020.

PEREIRA, Lucia Helena Esteves et al. Institucionalização do Modelo da Gestão Integrada da Escola na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. **Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019. Epub 11 nov. 2020.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1994.

PEREIRA, Luciana de Lima. **Escola não é empresa:** a pseudoqualidade da GIDE nas escolas de Manaus. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

RAMOS, Dayana Passos et al. Metodologia de ensino e avaliação: método educacional PDCA. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 4, p. e4008-e4008, 2024.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Fabrício Fonseca da. **O novo modelo de gestão escolar na rede estadual do Rio de Janeiro:** agentes e agências. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Gabriel Guimarães Melgaço da. A gestão educacional e os impactos da ideologia gerencialista para a educação pública. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 18, 17 maio 2022.

SANTOS, Luciano Vasconcelos dos. **O IDEB além da nossa conta:** as relações político-pedagógicas entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a macroeconomia. 2019. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

SANTOS, Marcos Oliveira. **Monitoramento e gestão das avaliações externas e do IDEB no âmbito municipal**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, Bahia, 2020.

VIEIRA, L. M. F.; DOS SANTOS, K. A. A nova gestão pública na educação básica no Brasil: parceria público-privada, esfera local e trabalho docente. **Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 3, 2020.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EXIGIDA PARA A GESTÃO ESCOLAR: QUE QUALIDADE?

Milla dos Santos Pegorim Abreu[1]

Resumo
A proposta do trabalho é apresentar reflexões oriundas de pesquisa documental, cuja temática investigativa são as concepções acerca da Qualidade na Educação. Para tanto, o corpus investigativo está composto nos dispositivos: a) Cross-national studies of quality of education, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); b) as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao longo da vida, orientadas pela Comissão Europeia; c) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); d) o Objeto de Desenvolvimento Sustentável 4 - Educação de Qualidade, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas sob análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e) Education at a Glance 2023, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Panorama da Educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De cunho qualitativo, com revisão documental a pesquisa adotará como metodologia a Técnica de Análise de Conteúdo, com categorização em eixos temáticos, conforme proposto por Badin. Neste sentido, como objetivo geral pretende-se através da pesquisa identificar nas diferentes fontes, de referência internacional e nacional, o conceito de Qualidade da Educação exigido para a gestão escolar. Como objetivo específico pretende-se responder à pergunta: O que é Educação de Qualidade, exigida para a gestão escolar, segundo análise documental? Como resultados serão apresentados os diferentes aspectos delimitadores da Qualidade da Educação e um possível conceito de educação de qualidade, visando assim a mitigar os impactos dos Eventos Climáticos especialmente para uma população atingida por enchentes.

Palavras-chave: qualidade da educação; gestão escolar; educação básica; eventos climáticos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível

[1] Universidade La Salle. E-mail: pegorimilla@gmail.com.

em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acessado em: 24 ago. 2024.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Agenda 2030:** objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil - ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4 Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Caderno ODS Objetivo 4.** Brasília, DF: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Education at a Glance 2023:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: notas_estatisticas_education_at_a_glance_2023.pdf (inep.gov.br) . Acesso em: 24 de agosto de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. Barueri, SP: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

OECD. **Education at a Glance 2023:** OECD Indicators. OECD Publishing, Paris, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1787/e13bef63-en . Acesso em: 24 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming Our World:** The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015. Disponível em: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n15/291/89/pdf/n1529189.pdf Acessado em: 12 out. 2024

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e Suas Competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PÁDUA, Elisabete M. M. **Metodologia de pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

ROSS, Kenneth N., GENEVOIS, Ilona Jürgens. **Cross-national studies of the quality of education:** planning their design and managing their impact. Paris: International Institute for Educational Planning. UNESCO, 2006, p. 39-50. Disponível

em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147093. Acesso em: 24 ago. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Key Competences for Lifelong Learning.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019. Disponível em: Key competences for lifelong learning - Publications Office of the EU (europa.eu) Acesso em: 24 ago. 2024.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: PERSPECTIVA DO NOVO FUNDEB

Luis Carlos Tavares Leandro[1]

Resumo

A Constituição Federal (CF) Brasileira determina, que uma parte dos impostos arrecadados, sejam destinados à educação pública. Desses, 20% compõem a receita do Novo Fundeb. A pesquisa documental, em andamento, com Abordagem Qualitativa, será analisada com base nos pressupostos de Cellard (2008) e propõe como problema de investigação: O Novo Fundeb tem contribuído para reduzir a disparidade no repasse de recursos e investimentos em educação básica pública entre os Estado e Municípios Brasileiros? Assim, traçamos como objetivo geral: Analisar a importância do financiamento da educação básica pública no Brasil e a evolução de programas governamentais, na perspectiva do Novo Fundeb. Os objetivos específicos são: a) Identificar a origem dos recursos que compõem os fundos financiadores da educação básica pública no Brasil. b) Analisar a importância de o financiamento público contar com recursos financeiros suficientes para garantir a qualidade da educação. c) Descrever as ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública brasileira contidas no Novo Fundeb. Constituem o corpus investigativo, a Emenda Constitucional N° 108/2020, a Lei nº 14.113/2020, os Art. 212 e 212-A da CF/88; a Cartilha do Novo Fundeb 2021/MEC/FNDE e o Manual do Novo Fundeb 2021/MEC/FNDE. Pretende-se constatar a evolução do financiamento da educação básica pública no Brasil, com o Novo Fundeb, para reduzir a disparidade no repasse de recursos e investimentos. Preliminarmente, pode-se constatar que o Novo Fundeb, apresenta avanços comparado aos programas anteriores, aumentando o percentual de recursos ou tornando-se um fundo permanente, que precisa ser aperfeiçoado para garantir educação pública com qualidade.

Palavras-chave: educação pública; financiamento; gestão; dispositivos legais; desenvolvimento educacional; Novo FUNDEB.

[1] Universidade La Salle. E-mail: luis.202410825@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. CF. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação** – MEC. Brasília, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br . Acesso em 27 mar. 2024.

BRASIL. **Fundo Nacional de desenvolvimento da educação** – FNDE. Brasília, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br . Acesso em 26 mar. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE. Brasília, 2024. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em 03 jun. 2024.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – FUNDEF. Brasília, 2024. Disponível em: http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm. Acesso em 4 jun. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 108/2020**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm#art4. Acesso em 19 set. 2024.

BRASIL. **Manual de orientação do Novo Fundeb/2021**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf. Acesso em 18 abr. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008

RESENDE, Wellinton. **Descomplicando o novo FUNDEB:** Gestão, controle e transparência de recursos. Editora Estampa. 2022.

SANTOS, Morgana Brazil. **Financiamento da educação básica no Brasil:** uma análise das propostas para a complementação da União na definição do novo FUNDEB. 2021.

O PAPEL DA GESTÃO NO ENFRENTAMENTO E ACOLHIMENTO AOS AFETADOS PELA ENCHENTE EM CANOAS RS

Sabrina L. F. Jacob[1]

Resumo
O presente artigo tem por objetivo comentar a atuação da gestão da Universidade La Salle em meio a tragédia em que o rio Grande do Sul foi duramente afetado por enchentes em 2024. Diante desse cenário, uma onda de solidariedade no Estado se instalou. Inclusive, a Universidade La Salle, em Canoas, alojou e providenciou refeições para os afetados. Esse exemplo prático reforçou o compromisso e afetividade dos gestores com a comunidade escolar. A abordagem metodológica bibliográfica se baseou na análise de uma dissertação disponível na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertaçoes da BDTD. A pesquisa bibliográfica está embasada em autores como Luck, Libâneo, Pioli, autores esses que contemplam a temática gestão escolar. O estudo está inserido na linha de pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle. A análise de dados se dá pela a Técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados esperados é ponderar que em momentos críticos e de flagelo, a gestão cumpra seu papel social de maneira prática em meio ao caos instalado, atuando de maneira acolhedora com tomadas de decisões que reforçam e prezam pelo alívio e assistência dos envolvidos, incitando e instigando a comunidade escolar a trabalhar temáticas que considerem contribuições efetivas para minimizar os iminentes efeitos climáticos.

Palavras-chave: enchentes; gestão escolar; tragédias; enfrentamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia:

[1] Universidade La Salle. E-mail: sabrina.202420690@unilasalle.edu.br.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora MF Livros, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf Acesso em: 31 jul. 2024.

PIOLLI, E. **Identidade e Trabalho do Diretor de Escola:** reconhecimento e sofrimento. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 2010.

POCKER, Erika Pastorelli. **O diretor de escola e o enfrentamento de conflitos:** necessidades formativas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté, 2017. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5640. Acesso em: 30 jul. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024.** Gerencia de Planejamento. Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNICEF**. Enchentes no Rio Grande do Sul.** Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://sc.movimentoods.org.br/2024/05/13/enchentes-no-rio-grande-do-sul-um-chamado-a-acao-coletiva/ Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Resposta Solidária La Salle:** Assistência aos Atingidos pela Enchente em Canoas / RS. 2024. Disponível em: https://sites.google.com/unilasalle.edu.br/resposta-solidaria-unilasalle/in%C3%ADcio. Acesso em: 31 jul. 2024

EDUCADOR-PESQUISADOR: UM SUJEITO DE SUA PRÓPRIA PESQUISA BUSCANDO SOLUÇÕES EMERGENCIAIS EM TEMPOS DE CRISE

Jenifer Pereira[1]

Alexsandro Borba[2]

Resumo

Este artigo investiga o papel do educador-pesquisador, profissional que atua na prática pedagógica e na pesquisa acadêmica, ao ser desafiado a repensar suas práticas em resposta a situações emergenciais que afetam diretamente o ambiente educacional sem, contudo, ter muito tempo para elaborá-las, em função do caráter de urgência destas demandas. O estudo destaca a relevância de crises, como a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas, que explicitam a necessidade urgente de repensar e adaptar as abordagens pedagógicas e em como receber este estudante durante e após situações de calamidade. A pesquisa metodológica aplicada é apresentada como uma ferramenta para enfrentar esses desafios, permitindo a criação de soluções contextualmente relevantes. O artigo também discute as dificuldades que educadores enfrentam, como a falta de investimento em formação continuada e o apoio institucional insuficiente, fatores que podem limitar a capacidade de inovar em momentos de crise. No entanto, os resultados sugerem que, com o suporte adequado, é possível superar essas barreiras. A colaboração entre educadores, facilitada por ambientes digitais, emerge como uma estratégia vital para o desenvolvimento contínuo e a troca de conhecimentos. Conclui-se que, embora não existam fórmulas prontas na educação, a pesquisa aplicada e a troca de experiências podem capacitar os educadores a enfrentar as crises de forma eficaz, promovendo uma educação mais adaptável e transformadora.

Palavras-chave: educação; pesquisa; crise; estratégias docentes.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. o lugar da pesquisa no mestrado profissional em Educação. **Educar em revista**, Curitiba, Brasil n.63, p.103-117, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/vTQmsJXG5Q8jf8PqPK8gR9R/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 jul. 2024

[1] Universidade La Salle. E-mail: jenifer.202010800@unilasalle.edu.br.

[2] Universidade La Salle. E-mail: alexsandro.202310390@unilasalle.edu.br.

CANI, Josiane; SANDRINI, Elizabete; SOARES, Gilvan; SCALZER, Kamila. Educação e COVID-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” Pelas TDIC. **Revista Ifes Ciência**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 23–39, 2020. DOI: 10.36524/ric.v6i1.713. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713. Acesso em: 7 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUTZMANN, T. P. Saberes docentes: um estudo a partir de tardif e borges: teaching knowledge: a study from Tardif and Borges. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n3.46972. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/46972. Acesso em: 2 jul. 2024.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. - Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

PEREIRA, Antonio. Pesquisa Prática e Pesquisa Aplicada em Educação: Reflexões epistemo-metodológicas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, p. 001-021, 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIEIRA, Márcia de Freitas; DA SILVA, Carlos Manuel Seco. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista brasileira de informática na educação**, v. 28, p. 1013-1031, 2020. Disponível em: http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/rbie/article/view/v28p1013 Acesso em: 31 out. 2024

META-REVISÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE APRENDIZAGEM ONLINE NO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DO SÉCULO XXI

Américo Domingos Matindingue[1]

Jacint Duduka[2]

Resumo

Este estudo realiza uma meta-revisão sistemática da literatura para sintetizar o conhecimento atual sobre as tecnologias de aprendizagem online no desenvolvimento de competências do século XXI. Foram analisados 116 estudos publicados após 2003, focalizando tecnologias como vídeo-aulas, audioconferências, fóruns de discussão, chats online, sistemas de gestão de aprendizagem (LMS), apresentações multimídia, redes sociais e inteligência artificial (IA). A metodologia segue as diretrizes PRISMA, utilizando 21 indicadores-padrão de qualidade da educação a distância, incluindo inovação e criatividade, flexibilidade de acesso ao conteúdo, adequação a modelos pedagógicos, inclusão, acessibilidade, desenvolvimento de habilidades socio-emocionais. Foram selecionadas oito tecnologias educativas para análise detalhada. Os resultados indicam que cada tecnologia é uma forma de linguagem com pontos fortes específicos, com a IA e as redes sociais a destacarem-se na personalização da aprendizagem e no engajamento contínuo de estudantes, enquanto as vídeo-aulas estão vinculadas à flexibilidade de acesso aos conteúdos. Entre os desafios encontrados, destacam-se a diversidade metodológica dos estudos analisados e a complexidade na implementação consistente dos 21 indicadores de qualidade da EaD. Os resultados podem ter limitações em termos de generalização devido ao recorte temporal e aos diferentes contextos educacionais considerados. A pesquisa sugere áreas futuras para explorar a interação entre a linguagem das tecnologias, os contextos culturais variados e as metamorfoses de aprendizagem online contemporâneas. Conclui-se que as tecnologias de aprendizagem online são influenciados tanto por suas características intrínsecas, quanto pela forma como são reconfiguradas nos processos pedagógicos.

Palavras-chave: competências do seculo XXI; tecnologias educativas; indicadores-padrão de qualidade; aprendizagem online.

[1] Universidade Católica de Moçambique (UCM), Moçambique. E-mail: amatindingue@ucm.ac.mz.

[2] RWS Group, Reino Unido. E-mail: djacint@yahoo.com.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Riordan *et al.* Human-Centred Learning Analytics and AI in Education: A Systematic Literature Review. **Computers and Education: Artificial Intelligence, Elsevier**, v. 6, 100215, p. 1-23, Jun, 2024. Disponível em link. Acesso em 30 Jul. 2024. https://doi.org/10.1016/j.caeai.2024.100215.

ALHARBI, Lubna A. A Systematic Literature Review on AI Algorithms and Techniques Adopted by e-Learning Platforms for Psychological and Emotional States. **International Journal of Advanced Computer Science and Applications (IJACSA)**, v. 14, n. 2, p. 453-464, 2023. Disponível em link. Acesso em 24 Jul. 2024. http://dx.doi.org/10.14569/IJACSA.2023.0140254.

AYENI, Oyebola Olusola *et al.* AI in education: A review of personalized learning and educational technology. **GSC Advanced Research and Reviews**, v. 18., n. 2, p. 261–271, Received on 03 Jan, 2024; Revised on 11 Feb. 2024; Accepted on 13 Fev. 2024. Disponível em link. Acesso em 19 Mai. 2024. DOI url: https://doi.org/10.30574/gscarr.2024.18.2.0062

BALEGHI-ZADEH, Sousan; AYUB, Ahmad Fauzi Mohd. A review of literature: The role of external variables in learning management system utilization. **Internacional Journal of Innovation, Creativity and Change**, v. 9, n 12, p. 189-203, 2019. Disponível em link. Acesso em 25 Abr. 2024. https://www.ijicc.net/images/vol9iss12/91218_Zadeh_2019_E_R.pdf.

BANDURA, Albert. **Social learning theory**. Englewood Cliffs. NJ: Prentice-Hall, 1977.

BATES, Tony *et al.* Can artificial intelligence transform higher education? **International Journal of Educational Technology in Higher Education**, v. 17, n. 42, Jun, 2020. Disponível em link. Acesso em 21 Abr. 2024. https://doi.org/10.1186/s41239-020-00218-x.

BOWER, Matt. Technology-mediated learning theory. **British Journal of Educational Technology**, v. 50, n. 3, p. 1035–1048, 2020. Disponível em link. Acesso em 21 Abr. 2024 https://doi.org/10.1111/bjet.12771.

CHUGH, Ritesh; RUHI, Umar. Social Media in Higher Education: A Literature Review of Facebook. **Education and Information Technologies**, v. 23, n. 2, p. 605–616, 2018. Disponível em link. Acesso em 21 Abr. 2024. https://doi.org/10.1007/s10639-017-9621-2.

CONTE, Elaine; MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? **SciELO**, **Educação e Realidade**, v. 40, p. 1191-1207,

2015. Disponível em link. Acesso em 21 Jun. 2024 https://doi.org/10.1590/2175-623646599.

DAHLSTROM, Eden; BROOKS, D. Christopher; BICHSEL, J. Jaqueline. **The Current Ecosystem of Learning Management Systems in Higher Education: Student, Faculty, and IT Perspectives.** Educause, Set. 2014. https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3751.6005.
DAN, Liu; MOHAMED, Hasnah; YUE, Zhang. A review on the effect of integrating AI-based technology into flipped learning. **Innovative Teaching and Learning Journal**, v. 7, n. 2, p. 41–50, dez, 2023, Disponível em link. Acesso em 21 Abr. 2024. https://doi.org/10.11113/itlj.v7.133.

DAVIS, Fred D. Perceived Usefulness, Perceived Ease of Use and User Acceptance of Information Technology. **Management Information Systems Research Center**, Universidade de Minnesota, Quarterly, v. 13, n. 3, set. 1989, p. 319-340. Disponível em link. Acesso em 21 abr, 2024. https://doi.org/10.2307/249008.

DOGAN, Murat Ertan; DOGAN, Tulay Goru; BOZKURT, Aras. The use of artificial intelligence (AI) in online learning and distance education processes: A systematic review of empirical studies. **Applied Sciences. mdpi.com**, v. 13, n 5, fev. 2023. Disponível em link. Acesso em 21 abr, 2024. https://doi.org/10.3390/app13053056.

EHLERS, Ulf-D. Quality in e-Learning from a Learner's Perspective: Distances et médiations des savoirs, Distance and Mediation of Knowledge. **Open Edition Journals**, v. 23, 2018. Disponível em link. Acesso em 21 Abr. 2024. URL: http://journals.openedition.org/dms/2707; DOI: https://doi.org/10.4000/dms.2707.

GREEN, Nicole *et al*. Social media-enabled learning and the curriculum in Australian higher education: A literature review. Armidale, Austrália, **University of New England**, série 3, p 51, 2013. Disponível em link. Acesso em 21 Abr, 2024. https://rune.une.edu.au/web/handle/1959.11/13869.

GUO, P. J.; KIM, J.; RUBIN, R. How video production affects student engagement. In*:* **Proceedings of the First ACM Conference on Learning @ Scale Conference,** Mar. 2014.

HAMEED, Samer Qahtan; HASAN, Hind Salman. Learning management system developments and challenges: A literature review. **Mesopotamian Journal of Computer Science Leading the Way in Computer Science Research**, [S. l.], v. 2021, p. 33–41, Jan. 2021. https://doi.org/10.58496/MJCSC/2021/005.

HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADEL, Charles. Artificial Intelligence in Education Promises and Implications for Teaching and Learning. *(1st ed.).* **Center for Curriculum Redesign:** MA, USA**,** 2019. Disponível em link. Acesso em 10 Mar.

2024. https://circls.org/primers/artificial-intelligence-in-education-promises-and-implications-for-teaching-and-learning.

JAYA, Hariswan Putera *et al*. A Survey on high school students' preferences toward the use of social media as online learning tools. **English Franca: Academic Journal of English Language and Education**. v. 6, n. 2, Nov. 2022. Disponível em link. Acesso em 10 Mar. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.29240/ef.v6i2.5438.
KIRSCHNER, Paul. A.; BRUYCKERE, Pedro D. The myths of the digital native and the multitasker. **Teaching and Teacher Education: An International Journal of Research and Studies,** Jun. 2017, v. 67, p. 135-142, oct. 2017. Disponível em link. Acesso em 10 mar. 2024. https://doi.org/10.1016/j.tate.2017.06.001.

LAAR, Ester van *et al*. The relation between 21st-century skills and digital skills: A systematic literature review. **Computers in Human Behavior**, v. 72, P. 577-588, jul. 2017. Disponível em link. Acesso em 10 mar. 2024. https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.03.010.

LAM, Jedidiah Zehuan; YUNUS, Melor Md. Student-Produced Video for Learning: A Systematic Review. **Journal of Language Teaching and Research (JLTR),** v. 14, n. 2, mar. 2023. Disponível em link. Acesso em 10 mar. 2024. https://doi.org/10.17507/jltr.1402.14.

LAU, Wilfred W.F. Effects of social media usage and social media multitasking on the academic performance of university students. **Computers in Human Behavior**, v. 68, p. 286-291, mar. 2017. Disponível em link. Acesso em 10 mar. 2024. https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.11.043.

LE, Nguyen-Thinh. A review of AI-supported tutoring approaches for learning programming. *In*: Nguyen, N., van Do, T., le Thi, H. (ed.). **Advanced Computational Methods for Knowledge Engineering:** Studies in Computational Intelligence, v. 479, Springer, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-319-00293-4_20.

LEE, Sang Joon; KWON, Kyungbin. A systematic review of AI education in K-12 classrooms from 2018 to 2023: Topics, strategies, and learning outcomes. **Computers and Education: Artificial Intelligence**. v. 6, 100211, Elsevier, jun. 2024. https://doi.org/10.1016/j.caeai.2024.100211.

LO, Chung Kwan; HEW, Khe Foon. A review of integrating AI-based chatbots into flipped learning: New possibilities and challenges. **Frontiers in Education**. v. 8, 2023. https://doi.org/10.3389/feduc.2023.1175715.

MAKOKHA, Joseph Maloba. Artificial Intelligence Paradigms and the Future of Learning: What a Partial Review of Half a Century of AI Conceptualization Suggests.

In*:* **2021 ASEE Virtual Annual Conference Content Access,** 2021. p. 21. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.18260/1-2--36700

MATINDINGUE, Américo Domingos. **O Contributo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino-Aprendizagem:** práticas e desafios pedagógicos. Mauritius: Novas Edições Académicas, 2019.

MEANS, Barbara *et al.* The effectiveness of online and blended learning: A meta-analysis of the empirical literature. **Teachers College Record:** The Voice of Scholarship in Education, v. 115, n 3, p. 1–47. Mar, 2013. https://doi.org/10.1177/016146811311500307.

MOHER, David *et al*. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. **BMJ, 339, b2535**, Fev. 2009. https://doi.org/10.1136/bmj.b2535.

MUTALIB, Masarrah Abdul; HALIM, Noor Dayana Abd; YAHAYA, Noraffandy. A Review on Use of Social Media in Teaching and Learning. **Universiti Teknologi Malaysia Institutional Repository**. Jan. 2015. https://core.ac.uk/download/pdf/83531472.pdf.

NURWAHID, Mohammad; ASHAR, Sofia. A Literature Review: The Use of Artificial Intelligence (AI) in Mathematics Learning. **Proceeding International Conference on Religion, Science and Education, [S. l.]**, v, 3, p. 337–344, 2024. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://sunankalijaga.org/prosiding/index.php/icrse/article/view/1254.

OKTAVIA, Tanty *et al.* The influence of social media to support learning process in higher education institution: A survey perspective. **International Conference on ICT For Smart Society (ICISS)**, p. 1–5. 2017. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1109/ICTSS.2017.8288866.

PALINCSAR, A. Sullivan. Social constructivist perspectives on teaching and learning. **Annual Review of Psychology**, v. 49, p. 345-375, Fev. 1998. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.49.1.345.

PARK, Yeonjeong; DOO, Min Young. Role of AI in Blended Learning: A Systematic Literature Review. **Review of Research in Open and Distributed Learning. irrodl.org.** v. 25, n. 1, p. 164–196. 2024. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.19173/irrodl.v25i1.7566

PEREZ, Eva *et al.* A systematic review of social media as a teaching and learning tool in higher education: A theoretical grounding perspective. **Education and**

Information Technologies, v. 28, p. 11921–11950, mar. 2023. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1007/s10639-023-11647-2.

SAFAPOUR, Elnaz; KERMANSHACHI, Sharareh; TANEJA, Piyush. A review of nontraditional teaching methods: Flipped classroom, gamification, case study, self-learning, and social media. **Education Sciences. mdpi.com**, v. 9, n.4, nov. 2019. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.3390/educsci9040273.

SELWYN, N. **Is Technology Good for Education?** 1st ed. Polity. 2016.

SHORT, J; WILLIAMS, E.; CHRISTIE, B. **The Social Psychology of Telecommunications**. Wiley. 1976.

SIEMENS, G. Connectivism: A Learning Theory for the Digital Age. **International Journal of Instructional Technology and Distance Learning**, v. 2, 2004.

SWELLER, J. **Cognitive Load During Problem Solving: Effects on Learning. Cognitive Science,** v.12, n. 2, p. 257–285, Apr. 1988. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024 https://doi.org/10.1207/s15516709cog1202_4.

TANJGA, Mitja. E-learning and the Use of AI: A Review of Current Practices and Future Directions. **Qeios. qeios.com**. 2023. https://www.qeios.com/read/AP0208.

TARANTINO, Kristen; MCDONOUGH, Jessica; HUA, Ma. Effects of student engagement with social media on student learning: A review of literature. **The Journal of Technology in Student Affairs**. 2013. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://www.studentaffairs.com/Customer-Content/www/CMS/files/Journal/Effects-Of-Student-Engagement-With-Social-Media.pdf

TRILLING, B.; FADEL, C. **21st century skills: Learning for life in our times**, p. xxxi, 206. Jossey-Bass/Wiley, 2009.

VELUVALI, Parimala.; SURISETTI, Jayesh. Learning management system for greater learner engagement in higher education-A review. **Higher Education for the Future, Sage Journals,** v. 9, n. 1, p. 107-121, 2022. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1177/23476311211049855

VINAY, S. B. Application of Artificial Intelligence (AI) In School Teaching and Learning Process-Review and Analysis. **International Journal of Information Technology and Management Information Systems (IJITMIS)**. v. 14, n. 1, p. 1-5, Jan-Jun. 2023, Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.17605/OSF.IO/AERNV.

WANG, Tianjiao *et al*. Video Lecture Design in Online Learning: A Systematic Review. **Aisel.aisnet.org**. 2022. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://aisel.aisnet.org/whiceb2022/85/

YIM, I. H. Y.; SU, J. Artificial intelligence (AI) learning tools in K-12 education: A scoping review. **Journal of Computers in Education. Springer**, Jan. 2024. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1007/s40692-023-00304-9

ZAWACKI-RICHTER, O. *et al*. Systematic review of research on artificial intelligence applications in higher education – where are the educators? **International Journal of Educational Technology in Higher Education**, v. 16, n. 1, p. 39, Out. 2019. Disponível em link. Acesso em 3 Sep. 2024. https://doi.org/10.1186/s41239-019-0171-0

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DO CATÁLOGO DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES E DO GUIA DE IA GENERATIVA DA UNESCO

Bianca da Silva Machado[1]

Resumo
A Inteligência Artificial (AI) permeia diferentes contextos do cotidiano e, embora no âmbito da informática não seja um tema recente, sua aplicação na educação merece atenção. Este estudo busca examinar como a Inteligência Artificial (IA) é abordada em dissertações e teses sobre educação, disponíveis no catálogo de teses e dissertações da CAPES, no período de 2020 a agosto de 2024. O objetivo principal é comparar as perspectivas acadêmicas desses trabalhos com as diretrizes estabelecidas no "Guia para IA Generativa na Educação e na Pesquisa", produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este Guia orienta políticas educacionais em nível global e serve como um marco teórico para o desenvolvimento da IA na educação. A relevância deste estudo é ampliada visto a importância da inteligência artificial para educação e seu alinhamento com o "Guia para IA Generativa na Educação e na Pesquisa". Diante do exposto, adotamos uma abordagem de pesquisa documental orientada por Cellard, (2014), para analisar tanto corpus das dissertações e teses quanto o Guia da UNESCO. A técnica de análise de dados será conduzida por meio da análise de conteúdo e centrará em identificar convergências e divergências entre os estudos acadêmicos e as recomendações do Guia, destacando as implicações desses achados para a formulação de políticas e práticas educacionais envolvendo IA. Espera-se que este estudo contribua para o avanço das reflexões acadêmico-científicas acerca da Inteligência Artificial no campo da Educação.

Palavras-chave: inteligência artificial na educação; Guia da UNESCO; tecnologias na educação; inovação.

REFERÊNCIAS

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

[1] Universidade La Salle. E-mail: bianca.machado1032@unilasalle.edu.br.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 79-108.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DO PROFESSOR

Gabrielle dos Santos[1]

Rosana de Castro Aguete[2]

Resumo

Este artigo explora o papel do professor no contexto do uso de tecnologias digitais na educação, destacando os desafios e oportunidades que essas ferramentas apresentam. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica qualitativa e narrativa, visando identificar os benefícios e obstáculos na implementação de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas. Além de discutir a importância da formação docente para a integração eficaz dessas tecnologias, o estudo enfatiza a necessidade de infraestrutura adequada e suporte técnico nas escolas. Os resultados apontam para a urgência de formação continuada dos professores e de uma abordagem que coloque a tecnologia como um meio para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, e não como um fim em si mesma.

Palavras-chave: professor; tecnologia digital; ensino e aprendizagem; formação docente.

REFERÊNCIAS

AURELIANO, F. E. B. S.; QUEIROZ, D. E. D. As tecnologias digitais como recursos pedagógicos no ensino remoto: implicações na formação continuada e nas práticas docentes. **Educação Em Revista**, v. 39, e39080, 2023. https://doi.org/10.1590/0102-469839080.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRITO, G. da S.; PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e novas tecnologias:** um repensar. São Paulo: Pearson, 2012.

CORDEIRO, Alexander M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, Nov./Dec. 2007.

[1] Universidade La Salle. E-mail: gabrielle.202313711@unilasalle.edu.br.

[2] Universidade La Salle.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo .php?pid=S0100-69912007000600012&script=sci_arttext. Acesso em: 09 jun. 2020.

KALIMULLINA, O. Educação no Contexto da Digitalização e da Cultura: Evolução do Papel do professor, visão geral pré-pandemia. **Jornal de Estudos Étnicos e Culturais**, v. 8, n. 1, p. 226-238, 2021. http://dx.doi.org/10.29333/ejecs/347.

MORAES, U. C. (org.). **Tecnologia educacional e aprendizagem:** o uso dos recursos digitais. São Paulo: Livro Pronto, 2008

NUNES, C. E. de. **As tecnologias de informação e comunicação e a aprendizagem de educadores no devir da complexidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010

PÚBLIO JÚNIOR, Claudemir. O docente e o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1092-1105, jul./set., 2018.

UNESCO. **Marco da educação 2030:** Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

OS IMPACTOS DAS REVOLUÇÕES EDUCACIONAIS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE: DOS JESUÍTAS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Patrícia Rodrigues de Almeida[1]

Júlia Maria Marques Duarte[2]

Resumo

O artigo busca aprofundar o tema - Os impactos das revoluções educacionais na escola e sociedade: dos jesuítas à inteligência artificial - com o objetivo de lançar luz sobre os desafios da educação do século XXI que encontram-se imersos na educação 5.0. A educação 5.0 é recente, encontra-se em seu auge por volta do ano de 2020, sendo uma evolução das abordagens educacionais 1.0; 2.0; 3.0 e 4.0. Tais revoluções educacionais estão atreladas a acontecimentos históricos e tiveram impactos mundiais relevantes e, que permeiam nossos contextos educacionais até os dias atuais gerando impactos sociais devido à aceleração tecnológica. Um exemplo recente foi o advento da pandemia da Covid-19 que acelerou a introdução das tecnologias nos ambientes escolares, modificando a forma como ensinamos e aprendemos, fomentando novos paradigmas para o cenário educacional. O texto aprofunda os conceitos das revoluções educacionais dos jesuítas à inteligência artificial por meio das perspectivas de Fava (2024), Führ (2019). Aguilar (2020) e Noguês (2021). Entrelaça os conceitos com a prática pedagógica e reflete acerca dos novos paradigmas para o futuro da educação. A metodologia prevê uma abordagem qualitativa, conduz a uma pesquisa bibliográfica, que buscou seus dados em artigos e livros atinentes à temática, seguida de análise de conteúdo. Os resultados sinalizam sobre a importância de conhecer as diferentes revoluções educacionais para e suas contribuições para que possamos refletir sobre nossas práxis educativa e, com isso, evoluirmos para uma educação mais condizente com as necessidades geracionais do século XXI.

Palavras-chave: revoluções educacionais; educação; escola; tecnologias educacionais.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Renata. **Educação 5.0 e metodologias ativas:** guia prático para o professor. São Paulo: Edicon, 2020.

[1] Universidade La Salle. E-mail: patricia.rdealmeida@gmail.com.
[2] Universidade La Salle. E-mail: julia.202110318@unilasalle.edu.br.

AMANTINO, Márcia. **A Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro:** o caso do Engenho Velho, século XVIII. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CANAVARRO, José Manuel Portocarrero. Indústria 4.0, educação, competências, emprego e trabalho. **Capital psicológico, estratégia e gestão na diversidade das organizações**, p. 215, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1982.

FAVA, Rui. **Educação 3.0:** aplicando o PDCA nas instituições de ensino. São Paulo: Saraiva, p. 256, 2014.

FAVA, Rui. **Paradigmas da educação**: conectando revoluções e gerações através da aprendizagem. Saraiva Educação SA, 2024.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Caminhos Cruzados**: Educação e Políticas Públicas. Campinas: Autores Associados, 1995.

FÜHR, Regina Candida. **Educação 4.0 nos impactos da quarta revolução industrial**. Editora Appris, 2019.

FÜHR, Regina Candida; HAUBENTHAL, Wagner Roberto. Educação 4.0 e seus impactos no século XXI. **Educação no Século XXI-Volume**, v. 36, p. 61, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCK, Heloisa. **Gestão escolar e qualidade do ensino**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PÁTARO, Ricardo Fernandes. As revoluções educacionais na história da educação e a democratização da escola básica no Brasil: implicações para os objetivos da escola na contemporaneidade. **Revista de História da UEG**, v. 7, n. 2, p. 197-222, 2018.

PATARO, Ricardo Fernandes. História da educação, revoluções educacionais e objetivos da escola na contemporaneidade. **Cadernos de História**, v. 21, n. 33, 2020, p. 27-53.
PEREZ, Carlota. Grandes ondas de desenvolvimento e formas alternativas de globalização. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 28, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **A terceira revolução industrial:** como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo. São Paulo: M. Books, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Edipro, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tecnoburocracia e Desenvolvimento:** O caso da educação tecnológica no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, 2017, p. 185-186. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0185.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS**, 2022. 209 f., 30cm. Disponível em: https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/3515/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20IMPRESS%C3%83O.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

UNESCO. **Educação para o século XXI**: perspectivas. Brasília: UNESCO, 2015.

HUMANIDADES DIGITAIS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Fernanda Cristina Brenner[1]

Resumo
os em uma sociedade conectada, que com o passar dos tempos integrou o mundo digital ao cotidiano e consequentemente, atividades e ambientes educativos foram impulsionados através da amplitude de possibilidades oferecidas pela utilização dos recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC (BNCC, 2018). Dessa forma, existe a necessidade do desenvolvimento de um olhar voltado para o desenvolvimento crítico dos estudantes, estimulando a compreensão e produção de discursos que interagem com as TDIC e o uso crítico destas. Assim, as Humanidades Digitais, também podem fazer parte, e favorecer, o contexto educacional, pois possuem em sua prática a contribuição para o desenvolvimento de competências sociais e tecnológicas (Dias-Trindade e Mill, 2019). Dessa forma, o presente estudo apresenta um recorte teórico de uma pesquisa que está em curso, sobre Humanidades Digitais e suas possíveis contribuições para a área da educação. Através de uma abordagem qualitativa, com revisão de literatura, preceituada por GIL (2022), evidenciou-se a possibilidade de ampliação de estudos acerca da temática, bem como a incorporação de discussões sobre o conceito, que ainda segue em construção. Dessa forma, este estudo buscou contribuir para que discussões temáticas sobre as Humanidades Digitais e suas contribuições para a área da educação sejam ampliadas, dada a importância do tema e estudos incipientes acerca da temática.

Palavras-chave: humanidades digitais; educação; tecnologias digitais da informação e comunicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades. Acesso em: 01 ago. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: fernanda.201932623@unilasalle.edu.br.

DIAS-TRINDADE, Sara; MILL, Daniel. Educação em tempos de humanidades digitais: algumas aproximações. In: DIAS-TRINDADE, Sara; MILL, Daniel (org.). **Educação e Humanidades Digitais Aprendizagens, Tecnologias e Cibercultura.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023:** Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris, UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por. Acesso em: 03 jun 2024.

RIBEIRO, A. I.; Trindade, S. D. – O ensino da História e tecnologia: conexões, possibilidades e desafios no espaço das Humanidades Digitais. In Porto, C.; Moreira, J. A. (coord.). **Educação no ciberespaço:** Novas configurações, convergências e conexões. Aracaju: Editora Universitária Tiradentes, 2017. p. 145-159

ROCHA, L. M. B. M.; COSTA, C. J. de S. A. Compreensão das humanidades digitais nos domínios da educação para a formação docente. **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 766–796, 2021. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2107. Acesso em: 01 ago. 2024.

ROLLO, Maria Fernanda. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O Programa Memória Para Todos. **Estudos Históricos. Rio de Janeiro:** FGV, v. 33, n. 69, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/eh/a/5gB3jG5kdsL3MS5pVBrfHzn/?lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. **Humanidades Digitais:** Um breve panorama. 2011. Disponível em https://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/.

THOMAS, S. K. **O programa Árvore de Livros e as humanidades digitais: o momento pandêmico Covid-19 (2020-2022) na biblioteca escolar.** 2023. 117 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11690/3875. Acesso em: 18 mar. 2024.

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS, PANDEMIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Natália Droescher dos Santos Mota[1]

Resumo
O contexto educacional do Rio Grande do Sul (RS) enfrentou dois períodos significativos de calamidade pública: a pandemia COVID 19 (2020-2022) e os eventos climáticos extremos (2024), resultando no cancelamento das atividades presenciais nas escolas. A educação pública, em especial, enfrentou desafios significativos nessas crises: acesso às tecnologias e à conexão à internet; falta de recursos econômicos e de infraestrutura; compreensão sobre a aprendizagem e a tecnologia. O objetivo do artigo é investigar os desafios e oportunidades da educação pública do RS para configurar espaços de aprendizagem por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em cenários de calamidade pública. Especificamente, busca-se: 1) analisar o impacto da pandemia e dos eventos climáticos na continuidade educacional; 2) explorar o papel das TICs na mitigação desses efeitos; 3) propor estratégias para a integração das TICs no contexto educacional público. Foi realizada pesquisa documental e qualitativa, com análise crítica de documentos oficiais, artigos científicos e relatórios institucionais. O corpus investigativo é composto por documentos oficiais da UNESCO e artigos relevantes a partir de 2020. A análise focou-se nos pressupostos da UNESCO sobre os pilares da educação, explorando a potencialidade das TICs para superar desafios educacionais em contextos extremos. Conclui-se que, apesar do aumento nos índices de acesso à internet nas escolas públicas, a utilização das TICs ainda enfrenta barreiras no âmbito estrutural das escolas e na formação dos professores, exigindo políticas públicas inclusivas e formação contínua de professores para assegurar a continuidade do aprendizado em crises futuras.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); educação pública; eventos climáticos extremos; crise sanitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

[1] Universidade La Salle. E-mail: nataliadsmota@gmail.com.

BLINKSTEIN, Paulo. Educação mão na massa. São Paulo, USP – Universidade de São Paulo. **Entrevista para o site porvir durante a Conferência FabLearn Brasil**. 2016. Disponível em: http://porvir.org/especiais/maonamassa/?gclid=Cj0KCQjwnNvaBRCmARIsAOfZq-3osMD1faI72ktI-caMXwySkVQsMnq3EBpDwHCJOg5Fa187ZpY-kk8aApqIEALw_wcB. Acesso em: 28 mar. 2024.

CNN Brasil. **Enchentes no RS deixam mais de 381 mil estudantes sem aulas**. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchentes-no-rs-deixam-mais-de-381-mil-estudantes-sem-aulas/. Acesso em: 23 maio. 2024.

COLL, C. **O Construtivismo na sala de aula**. Ática, São Paulo, 2011.

DELORS, J. *et al*. **Educação:** um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2010.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; LEITE, Luciana Maria Allan. **Tecnologias digitais, redes e educação:** novas possibilidades de aprendizagem e inclusão social. São Paulo: Senac, 2019.

BRUZZI, Demerval Guilarducci. Uso da tecnologia na educação, da história à realidade atual. **Polyphonía**, v. 27, n. 1, p. 476-483, jan./jun. 2016.

CUSTÓDIO, João. A influência das TICs na educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 45-58, abr./jun. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida (org.). **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Brasília: Inep/MEC, 2007. (Textos para discussão, n. 24).

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial. 2007.

FACIN, Elson Cesar. Reflexões sobre os modelos epistemológicos e pedagógicos de um grupo de educadores. **Criar Educação**, Criciúma, v. 6, n. 1, p. 45-61, jan./jun. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MORAN, J. **Transformações na Educação impulsionadas pela crise**. 2020a. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 67-82, jul./set. 2020. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2020/05/Transforma%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

MORAN, J. M. Como acelerar as mudanças na Educação**. Educação Transformadora**. 2020b. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/?p=1678. Acesso em: 06 jul. 2024.

MOURA. Éliton Meireles. **Formação docente e educação maker:** o desafio do desenvolvimento das competências. 2019. 354 f. Tese - (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAPERT, S. **Logo:** Computadores e Educação. Brasiliense: São Paulo, 1988.

SALES, Maryvalda Souza (org.). **Tecnologias digitais, redes e educação perspectivas contemporâneas**. Bahia: Editora EDUFBA, 2020. SANTAELLA, Lucia. A educação e o estado da arte das tecnologias digitais. Páginas 149-163.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. Educação e tecnologia no contexto da pandemia de covid-19: interfaces entre os pressupostos da Unesco e o parecer CNE/CP Nº 05/2020. **Democratizar**, v. XIII, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346546033_Educacao_e_tecnologia_no_contexto_da_pandemia_de_covid-19_interfaces_entre_os_pressupostos_da_Unesco_e_o_parecer_CNECP_N_052020. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOUSA, Maria Clara; PEREIRA, Jorge Luís. Desafios e oportunidades no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no Brasil. **Revista de Educação Contemporânea**, Brasília, v. 17, n. 4, p. 112-129, out./dez. 2023.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/news/comissao–futuros–da–educacao–da–unesco–apela–ao–planejamento–ant ecipado–o–aumento–das. Acesso em: 01 maio. 2023.

UNESCO. **Guia sobre práticas educacionais abertas durante a pandemia de Covid-19**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375116_por. Acesso em: 30 jul. 2024.

VALENTE, José Armando. FREIRE, Fernanda Maria Pereira. ARANTES, Flavia Linhalis. **Tecnologia e educação:** passado, presente e o que está por vir. Campinas, SP: NIED/UNICAMP, 2018.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PREPARANDO ESTUDANTES PARA O MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Idio Fridolino Altmann[1]

Resumo

A rápida evolução tecnológica, faz com que novas competências sejam exigidas pelo mundo do trabalho. Nesse sentido, Zakharova et al. (2021), afirmam que, as mudanças proporcionadas pelas tecnologias digitais impulsionam o desenvolvimento de competências digitais. Para isso, Pinto e Buscariol (2022), fundamentam que as competências da literacia digital sejam desenvolvidas no ambiente de aprendizagem, integradas às práticas pedagógicas docentes. Pois, envolve o desenvolvimento de competências digitais, que segundo Llomaki et al. (2014) é a capacidade de utilizar tecnologias de forma eficaz como recurso de aprendizagem, compreendendo seu impacto na sociedade e agindo de maneira responsável no mundo digital. Assim, o objetivo do estudo é analisar as competências digitais necessárias para o desenvolvimento de estudantes proficientes em competências digitais no ensino superior. A metodologia aplicada é de natureza qualitativa, revisão sistemática de literatura de acordo com Gil (2019). Para isso, buscamos no banco de dados Scopus, artigos por meio dos descritores “digital competences” AND “education”, filtrando o período 2019 a 2024, de acesso aberto, entre outros filtros, encontrando 288 artigos. Após a leitura de títulos e resumos, selecionamos 12 artigos para compor o referencial teórico. Os principais resultados determinam que para capacitar o estudante do ensino superior para o trabalho devem ser desenvolvidas principalmente as competências digitais: alfabetização digital, comunicação digital, colaboração online, segurança digital, e pensamento crítico e solução de problemas. Conclui-se que é necessário integrar as competências digitais aos currículos do ensino superior, com vistas a desenvolver o estudante para os desafios no mundo do trabalho do século XXI.

Palavras-chave: competências digitais; educação superior; literacia digital; mundo do trabalho; tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

BORONENKO, T. A.; KAISINA, A. V.; FEDOTOVA, V. S. Características das Competências Profissionais do Professor de Informática no Ambiente de Aprendizagem Digital: Competência Digital. **Perspectivas da Ciência e Educação**,

[1] Universidade La Salle. E-mail: idio.altmann0075@unilasalle.edu.br.

v. 3, n. 57, p. 680-698, 2022. Disponível em: https://pnojournal.wordpress.com/2022-2/22-03/. Acesso em: 14 ago. 2024.

CABERO-ALMENARA, Julio; BARROSO-OSUNA, Julio; GUTIÉRREZ-CASTILLO, Juan Jesús; PALACIOS-RODRÍGUEZ, Antonio. Validation of the Digital Competence Questionnaire for Pre-service Teachers through structural equations modeling. **Bordón**, v. 72, n. 2, p. 45-63, 2020. DOI: 10.13042/Bordon.2020.73436. Disponível em: https://doi.org/10.13042/Bordon.2020.73436. Acesso em: 14 ago. 2024.

CARROLL, Fiona *et al. The* Journey to Making 'Digital Technology' Education a Community Learning Venture. **Education Sciences**, v. 13, n. 428, p. 1-17, 2023. DOI: 10.3390/educsci13050428. Disponível em: https://doi.org/10.3390/educsci13050428. Acesso em: 14 ago. 2024.

CASTRO, Aldemar Araujo. (2001). Revisão sistemática e meta-análise. In S. Goldenberg, Guimarães C. A., A. A. Castro (ed.), **Elaboração e apresentação de comunicação científica**, São Paulo: Metodologia.org, 2001. Disponível em http://www.metodologia.org. Acesso em: 14 ago. 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Recomendação do conselho, de 22 de maio de 2018, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. **Jornal Oficial da União Europeia**, [*S. l.*], 1-13, 2018. Disponível em: https://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01). Acesso em: 17 jul. 2024.

DOMINGO-COSCOLLA, María; BOSCO, Alejandra; CARRASCO SEGOVIA, Sara; SÁNCHEZ VALERO, Joan-Anton. Fomentando la competencia digital docente en la universidad: percepción de estudiantes y docentes. **Revista de Investigación Educativa**, v. 38, n. 1, p. 167-182, 2020. DOI: 10.6018/rie.340551. Disponível em: http://dx.doi.org/10.6018/rie.340551. Acesso em: 14 ago. 2024.

GROSSECK, Gabriela; BRAN, Ramona Alice; ȚÎRU, Laurentiu Gabriel. Digital assessment: a survey of romanian higher education teachers' practices and needs. **Education Sciences**, v. 14, n. 32, 2024. DOI: 10.3390/educsci14010032. Disponível em: https://doi.org/10.3390/educsci14010032. Acesso em: 14 ago. 2024.

IHNATOVA, Olena; ZHOVNYCH, Olesia; DROBAKHA, Larysa. The effectiveness of blended learning in English teacher training. **The Journal of Teaching English for Specific and Academic Purposes**, v. 10, n. 3, p. 377-388, 2022. DOI: 10.22190/JTESAP2203377I. Disponível em: https://doi.org/10.22190/JTESAP2203377I. Acesso em: 14 ago. 2024.

LLOMAKI, Liisa *et al*. Digital competence – an emergent boundary concept for policy and educational research. **Education and Information Technologies**, [*s. l.*], v. 21,

n. 3, p. 1-25, 2014. DOI: 10.1007/s10639-014-9346-4. Disponível em: https://researchportal.helsinki.fi/en/publications/digital-competence-an-emergent-boundary-concept-for-policy-and-ed. Acesso em: 14 ago. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Pedagógica e Universitária, 2018.

MARTZOUKOU, Konstantina *et al*. A study of university law students' self-perceived digital competences. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 54, n. 4, p. 751-769, 2022. DOI: 10.1177/09610006211048004. Disponível em: https://doi.org/10.1177/09610006211048004. Acesso em: 14 ago. 2024.

MONTEIRO, Angélica Reis; LEITE, Carlinda. Digital literacies in higher education: skills, uses, opportunities and obstacles to digital transformation. **RED. Revista de Educación a Distancia**, v. 21, n. 65, p. 1-20, 2021. DOI: 10.6018/red.438721. Disponível em: https://doi.org/10.6018/red.438721. Acesso em: 14 ago. 2024.

MOYNIHAN, Denis *et al*. All the world's a stage: examining the actors that influence the development of primary pre-service teacher digital competence in the Republic of Ireland. **Education Sciences**, v. 13, n. 1045, p. 1-14, 2023. DOI: 10.3390/educsci13101045. Disponível em: https://doi.org/10.3390/educsci13101045. Acesso em: 14 ago. 2024.

PINTO, Joane Vilela; BOSCARIOLI, Clodis. Literacia digital: possibilidades em contextos formativos de professores. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [*s. l.*], v. 18, n. 39, p. 1–23, 2022. DOI: 10.21713/rbpg.v18i39.1988. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1988. Acesso em: 14 ago. 2024.

STARE, Janez; KLUN, Maja; DEČMAN, Mitja. A case study on the development of digital competences of teachers at the University of Ljubljana. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 16, n. 1, p. 138-166, 2023. DOI: 10.2478/nispa-2023-0006. Disponível em: 10.2478/nispa-2023-0006. Acesso em: 14 ago. 2024.

ZAKHAROVA, Svetlana G. et al. Assessment of the professional competencies formation in students in the course of implementing online digital learning technologies. **EDO Sciences**, [*s. l.*], v. 103, p. 1-7, 2021. DOI: 10.1051/shsconf/202110302006. Disponível em: https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/abs/2021/14/shsconf_shpr2021_02006/shsconf_shpr2021_02006.html. Acesso em: 14 ago. 2024.

A REVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SÉCULO XXI

Michele de Mattos Kreme[1]

Resumo
A inovação educacional é necessária para a evolução contínua do sistema de ensino, especialmente no século XXI, onde as mudanças tecnológicas desempenham um papel central. Este estudo investiga o impacto da Inteligência Artificial (IA) na Educação a Distância (EaD) como ferramenta assistente na educação contemporânea. Assim, o objetivo é compreender como a IA pode personalizar o ensino, automatizar processos e melhorar a qualidade da aprendizagem, enquanto a EaD amplia o acesso à educação além das fronteiras tradicionais. Para isso, foi utilizada a revisão narrativa foi escolhida como procedimento metodológico, permitindo que as experiências dos pesquisadores fossem exploradas de maneira contextualizada. Por meio, das narrativas desses autores, buscou-se entender como esses indivíduos percebem e vivenciam a introdução da IA na EaD em seus contextos educacionais. Essa abordagem permitiu captar as nuances das concepções, os desafios enfrentados e as oportunidades percebidas por aqueles que estão diretamente envolvidos no processo de transformação educacional. Portanto, este estudo não apenas investiga o impacto da IA na EaD, mas também revela como essas inovações são experienciadas e interpretadas pelos que estão na linha de frente da educação, contribuindo para um entendimento mais integral e humanizado do fenômeno educacional contemporâneo. Igualmente, observa-se que a IA, quando integrada de forma estratégica e ética, tem o potencial de revolucionar a educação, preparando melhor os estudantes. Perspectivas futuras incluem o aprofundamento das pesquisas sobre a implementação prática dessas tecnologias e seus impactos a longo prazo no sistema educacional.

Palavras-chave: inovação educacional; inteligência artificial; educação a distância; aprendizagem personalizada, tecnologias educacionais.

REFERÊNCIAS

BARTOLOMÉ, Rubia-Avi. **A Pesquisa da Inovação Educacional**: Perspectivas e Estratégias. 2022.

[1] Universidade La Salle. E-mail: michele.kreme@unilasalle.edu.br.

VEIGA, I. **Inovação Educacional:** Perspectivas e Desafios. 2003.

BUZATO, M. E. K. **Tecnologia e Inovação na Educação**. 2010.

MARCELO, C. **Inovação Pedagógica e Tecnológica**. 2013.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G.; PARENTE, P. M. M. **Inovação Pedagógica na Universidade**. 2018.

BACKES, C. C.; CHITOLINA, J.; BARCHINSKI, L. **Cultura Digital e Educação**. 2018.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial:** Uma Abordagem Moderna. 2009.

PROCESSOS EDUCATIVOS SOBRE E PARA A GUERRA EM MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS E A CONSTITUIÇÃO DAS PEDAGOGIAS CIBERBÉLICAS

Guilherme Vendruscollo Werlang[1]

Resumo

1. Introdução: A pesquisa aborda a influência das mídias sociais digitais, especificamente o Instagram, na formação de percepções e discursos sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia. O trabalho também explora como essas plataformas moldam o que autor chama de Pedagogias Ciberbélicas, isto é, processos educativos que emergem em contextos de conflitos bélicos mediados por tecnologias digitais. 2. Objetivo: O objetivo principal é analisar como as imagens publicadas pelo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em seu perfil oficial no Instagram influenciam percepções e discursos sobre a guerra na Ucrânia. Especificamente, a pesquisa pretende: (1) contextualizar o conflito russo-ucraniano; (2) discutir as relações de poder e regimes de verdade nas mídias sociais; (3) investigar o papel do Instagram na constituição de Pedagogias Ciberbélicas; e (4) analisar o conteúdo visual publicado por Zelensky, identificando os discursos e significados que ele promove. 3. Metodologia: O estudo segue uma abordagem qualitativa, utilizando a análise discursiva como método central. A pesquisa se baseia em ferramentas metodológicas foucaultianas sobre poder e regimes de verdade, além de integrar conceitos de Estudos Culturais e Pedagogias Culturais. As imagens do Instagram de Zelensky são analisadas para entender como elas produzem significados e moldam as percepções públicas. 4. Resultados e Conclusões: As considerações preliminares sugerem que as imagens publicadas por Zelensky têm um impacto significativo na construção de narrativas sobre a guerra, criando uma "verdade" que mobiliza apoio internacional e molda percepções públicas. As observações apontam para a necessidade de estudos futuros que aprofundem a análise das Pedagogias Ciberbélicas em outros contextos de conflito.

Palavras-chave: educação; redes sociais; Instagram; guerra; estudos culturais; pedagogias ciberbélicas.

REFERÊNCIAS

ABDO, C. Europa, mídia e a guerra na Ucrânia: “nossos refugiados são melhores que os outros”. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 230-248, 2022. DOI: 10.11606/extraprensa 2022.200144. Disponível em:

[1] Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: guilhermewe@mx2.unisc.br.

https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/200144. Acesso em 14 fev. 2024.

ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista**, v. 33, p. e157950, 2016.

AREL, D. Language, Status, and State Loyalty in Ukraine. **Harvard Ukrainian Studies**, v. 35, n. 1-4, 2017-18, p. 233-263. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/44983543. Acesso em 21 mar. 2024.

BROOKS, H**. Putin invaded Ukraine**. But Russian immigrants are paying the price. **NBC News**, 2 de maio de 2022. Disponível em: https://www.nbcnews.com/think/amp/rcna26971. Acesso em 17 nov. 2024.

CAMOZZATO, V. C.; CARVALHO, R. S.; ANDRADE, Paula Deporte de (org.). Pedagogias culturais: a arte de produzir modos de ser e viver na contemporaneidade. Curitiba: **Appris**, 2016.

ESCOSTEGUY, A. C. Os estudos culturais. **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 151-170, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALL, S. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, D., KUAN-HSING, C., (ed.). **Stuart Hall critical dialogues in cultural studies**. London; New York: Routledge, 1996.

INSTAGRAM. **Perfil de Volodymyr Zelensky**. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/zelenskyy_official/. Acesso em: 30 ago. 2024.

NAZARUK, T. Subscribe and Follow. Telegram and Responsive Archiving the War in Ukraine. **Sociológica**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 217–226, 2022. DOI: 10.6092/issn.1971-8853/15339. Disponível em: https://sociologica.unibo.it/article/view/15339. Acesso em: 6 fev. 2024.

PUTIN, V. **On the Historical Unity of Russians and Ukrainians**. Kremlin: 12 jul. 2021. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220125053520/https://en.kremlin.ru/events/president/news/66181. Acesso em 29 ago. 2024.

SILVA, M. L.; ARAÚJO, W. F. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos (online)**, v. 24, p. 1-20, 2020.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 107 p.

TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA PRESENTES NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ANORI - AM

Lucas de Souza Ozier[1]

Resumo
O presente projeto de pesquisa, em nível de mestrado, inserido na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle, investiga como as tendências em Educação Matemática, estudadas na formação inicial e continuada, são abordadas nas práticas educativas de professores do Ensino Médio na Escola Estadual Presidente Costa e Silva, em Anori - AM. O objetivo geral é problematizar essas tendências presentes nas práticas docentes, enquanto os objetivos específicos incluem analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e os Planos de Estudos de Matemática para identificar os pressupostos e estratégias metodológicas sugeridas. A metodologia empregada será qualitativa, configurada como um estudo de caso, com coleta de dados através de análise documental e questionários. Espera-se que essa pesquisa proporcione uma compreensão aprofundada das práticas educativas dos professores de matemática, destacando as tendências pedagógicas incorporadas, e explore as percepções docentes sobre as abordagens metodológicas e os conteúdos ministrados. Para tanto, usaremos autores como D'Ambrosio (2011); De Souza Chiari (2018); Lorenzato (2012), entre outros. Os resultados almejam oferecer subsídios para futuras reflexões e revisões das práticas pedagógicas, contribuindo para a melhoria do ensino de matemática no Ensino Médio, no contexto da escola investigada. Além disso, espera-se que os achados desta pesquisa possam ser generalizados ou adaptados para outras escolas com contextos semelhantes, promovendo uma evolução educacional mais ampla e eficaz na área de Educação Matemática no município.

Palavras-chave: abordagem pedagógica; planejamento curricular; formação de professores; práticas educativas; educação matemática.

REFERÊNCIAS

BOALER, J. **What's Math Got to Do with It?** How Teachers and Parents Can Transform Mathematics Learning and Inspire Success. New York: Viking, 2008.

[1] Universidade La Salle. E-mail: lucas.202312413@unilasalle.edu.br.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoria crítica da educação:** uma introdução. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Teoria crítica da educação:** a educação como prática reflexiva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1986.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DANTE, L. R. **Didática da Matemática:** fundamentos e métodos. São Paulo: Ática, 2008.

DANTE, L. R. **Didática da Matemática:** fundamentos e métodos. São Paulo: Ática, 2008.

FRANCO, Maria Amélia. **Pedagogia da práxis:** teorização da prática pedagógica como ação transformadora. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GAZZETTA, Adriano. **Educação matemática e multiculturalismo**. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa:** Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. 22-23 p. v. 6.

GIROUX, Henry. **Pedagogia crítica, poder, cultura e educação:** uma análise política do papel do educador crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

KEMMIS, Stephen. **Ação comunicativa e prática educativa:** uma introdução crítica à educação de adultos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MORAN, J. M. **Inovações na educação e os impactos das novas tecnologias**. São Paulo: Papirus, 2015.

MOREIRA, Darlinda. A etnomatemática como pedagogia da diferença. **Bolema:** Boletim de Educação Matemática, v. 22, n. 33, p. 143-157, 2009.

PEREZ, Maria Alicia. Formação de professores: teoria e prática na articulação do conhecimento pedagógico. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 251-274.

PONTE, J. P.; BROCARDO, J. S.; OLIVEIRA, H. **Prática profissional dos professores de matemática e desenvolvimento profissional**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2003.
SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. D.; GERALDINI, A. F. S. (2017). Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista diálogo educacional**, v. 17, n. 52, p. 455-478, 2017.

PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM EMANCIPATÓRIO

Carmen Maria Farias de Castro[1]

Moana Meinhardt[2]

Resumo

O Programa Ciência na Escola (PCE) lançado no Edital Nº. 0013/2004, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo geral apoiar a participação de professores e estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, da 1ª à 3ª série do ensino médio e suas modalidades, em projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em escolas públicas estaduais sediadas no Amazonas e municipais de Manaus e Tefé. O presente trabalho intitulado Programa Ciência na Escola para o ensino- aprendizagem emancipatório, tem como objetivo geral analisar o que as pesquisas dos últimos anos falaram sobre esse Programa para, dessa forma, refletir sobre suas contribuições para um processo de ensino-aprendizagem emancipatório. Para isso, em setembro de 2024, utilizando o descritor “Programa Ciência na Escola”, foi realizada a revisão sistemática de conteúdo junto ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BTDC) e à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) para identificar as pesquisas realizadas no período de 2013 a 2024 cujos estudos abordam o PCE. Foram encontradas 16, sendo 05 repetidas nos dois Bancos. Tomou-se como aporte teórico para realização das análises os estudos de Paulo Freire. Após a análise, foram identificados 03 estudos com foco no tema, os quais apontaram como principais contribuições do PCE: o ensino vinculado à pesquisa, a iniciação e educação científicas, e a formação contínua dos professores, colaborando para um processo no ensino-aprendizagem emancipatório.

Palavra-chave: Programa Ciência na Escola; ensino-aprendizagem emancipatório; iniciação científica; formação continuada.

REFERÊNCIA

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no

[1] Universidade La Salle. E-mail: carmen.202312496@unilasalle.ed.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: moana.meinhardt@unilasalle.edu.br.

âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Disponível em :https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf . Acesso em 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação É a base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/ciencia-na-escola. Acesso em 03 out. 2024.

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. **Programa de ciência na escola**. Disponível em: http://www.fapeam.am.gov.br/edital-do-programa-ciencia-na-escola-e-lancado-para-municipios-do-am. Acesso em 05 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**.17. ed. Rio de Janeiro: PAZ e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIA, Dominique. “La culture scolaire comme objet historique”. In: NÓVOA, Antonio.; DEPAEPE, Marc; JOHANNINGMEIER, Erwin V. (ed.). The colonial experience in education: historical issues and perspectives. Gent: Pedagogica Historica. International **Journal of the History of Education (Supplementary)**, v. 1, p. 353-382, 1995 Series.

KENSKI**,** Vani Moreira. Memória e ensino. **Cadernos de pesquisa,** São Paulo, n. 90, ago. 1994, p. 45-51. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6208244.pdf. Acesso em 05 set. 2024.

MOGARRO, Maria João. Memórias de Professores: Discursos orais sobre a formação e a profissão. **História da Educação,** ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, abr. 2005, p. 7-31. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29197/pdf_1. Acesso em 13 set. 2024.

NÓVOA, António. “História da Educação: novos sentidos, velhos problemas”. In: MAGALHÃES, J. (org.). **Fazer e ensinar história da educação em Portugal**. Actas do 2.º Encontro de História da Educação. Braga: Universidade do Minho, 1998b. pp. 35-54.

PRIMAVERA, Andressa Pereira**. Iniciação Científica no Ensino Médio:** Contribuições do Programa Ciência na Escola'. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Henrique Cardoso. **Educação Científica em Foco:** Concepções de Professores da Rede Estadual da Bahia que atuam no Programa Ciência na Escola. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SOUZA, Dariany Andrade de. **Ensino com pesquisa e a formação de professores/as no contexto amazônico:** evidências e contradições no Programa Ciência na Escola no ensino médio do campo'. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

SOUZA, Flávio dos Santos. **Uma análise documental sobre as concepções de natureza da ciência do programa ciência na escola (SEC/BA)**'. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2021.

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS E DIRETRIZES

Julia Capalonga Franco[1]

RESUMO

A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) no Ensino Superior tem se mostrado um campo essencial para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo assim a integralidade dos princípios de sustentabilidade em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a superior (GADOTTI, 2008; GRIEBELER, 2019; BARBIERI, 2020). Destarte o presente estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: “como as práticas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) estão sendo efetivamente integradas e implementadas nas universidades comunitárias gaúchas?”. Dessa forma o objetivo geral consiste em analisar a presença e efetivação de práticas relacionadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no contexto das universidades comunitárias gaúchas. Os objetivos específicos são: a) Investigar as iniciativas e práticas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável já implementadas nas universidades comunitárias gaúchas analisadas; b) Problematizar os principais limites e possibilidades na implementação de práticas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas universidades comunitárias gaúchas; c) Propor diretrizes transversais como oportunidade para a implementação e fortalecimento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na condução das práticas acadêmicas nas universidades comunitárias gaúchas. A metodologia, de abordagem qualitativa, do tipo estudo documental. Resultados preliminares apontam para uma fragilidade no tema EDS nos documentos até então analisados, o que reforça a necessidade de desenvolvimento no terceiro objetivo específico deste estudo.

Palavras-chave: educação para o desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; objetivos do desenvolvimento sustentável; educação superior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Debora; MACHADO, Lisiane; SILVA, LV da. **Métodos e procedimentos de pesquisa:** do projeto ao relatório final. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

[1] Universidade La Salle. E-mail: julia.franco0112@unilasalle.edu.br.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável:** das origens à Agenda 2030. Editora Vozes, 2020.

BASTOS, Alexandre Marucci. **Dossiê DEDS (2005 a 2014):** a década da educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica. 2016.

BRASIL, O. D. M. Objetivos de desenvolvimento do milênio. **Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2014.

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LINARD, Zoraia Úrsula Silva de Alencar; SOUSA, Ana Carolina Braga de. Educação para o desenvolvimento sustentável e educação ambiental. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, p. 25-31, 2011

COLOMBO, Fabíola. **Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da agenda 2030 e a interação com as instituições comunitárias de ensino superior (ICES).** 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008
GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GRIEBELER, Juliane Sapper. **Indicadores Para Avaliação Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods) Em Instituições De Ensino Superior** (IES)'. 2019. Fundação Universidade De Passo Fundo, Passo Fundo Biblioteca Depositária: UPF

KAUARK,Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MENEGAT, Jardelino; FRANCO, Julia Capalonga. A educação para o desenvolvimento sustentável no ensino superior: um diálogo com a literatura. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, p. e024011-e024011, 2024.

RODRIGUES, Acacio Ponciano. **A Agenda 2030:** Transparência e Opacidade dos/nos Discursos para a Globalização. 2019. Pouso Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unidade Fátima da Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS

SANT'ANNA, VALERIA TAVARES DESANT. **Sustentabilidade**: Civic Tech, formação da cidadania global e instituições eficazes– Agenda 2030 da ONU'. 2023. Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC-RJ

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Unesco, 2017.

AS METODOLOGIAS ATIVAS ENQUANTO FACILITADORAS DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UM ESTUDO DE CASO NA REDE LA SALLE

Liliane Kolling[2]

Resumo
Em 2020 o mundo viveu grandes mudanças, com grandes desafios. A Organização Mundial da Saúde (OMS) identificou um vírus de alta transmissão e os governantes orientaram a população a manter distanciamento social. Com isso, muitas escolas precisaram fechar as portas e não conseguiram atender com excelência os estudantes. O problema de pesquisa que dá origem ao projeto é: Como está a aprendizagem dos estudantes dos terceiros e nonos anos do Ensino Fundamental das escolas assistenciais da Rede La Salle e como superar as possíveis dificuldades? Dessa forma, emerge como objetivo geral: analisar a situação da aprendizagem dos estudantes dos terceiros e nonos anos do Ensino Fundamental das escolas assistenciais da Rede La Salle no contexto pós-pandemia, a partir da avaliação realizada pela Rede em 2022, com vistas à proposição de estratégias de superação das dificuldades. A pesquisa é de cunho qualitativo, caracterizando-se como um estudo de casos múltiplos. A coleta de dados ocorrerá a partir de análise documental e rodas de conversa com professores das escolas assistenciais da Rede La Salle, que tenham participado de um curso promovido sobre metodologias ativas. A tese que se propõe é que “A situação da aprendizagem dos estudantes do Fundamental I e II das escolas assistenciais da Rede La Salle no contexto pós-pandemia pode melhorar e as metodologias ativas são estratégias indicadas para a superação das dificuldades.

Palavras-chave: metodologias ativas; aprendizagem; estratégias; educação.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Elisa F.S. (org.). **Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas**. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020.

ARAÚJO; Clarissa Martins de; ARAÚJO, Everson Melquíades; SILVA, Rejane Dias da. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 57-73, jan.-abr.2013.

[2] Universidade La Salle. E-mail: liliane.kolling@lasalle.org.br.

AUSUBEL, D. P. **Algunos aspectos psicológicos de la estrutuctura del conocimiento**. Buenos Aires: El Ateneo, 1973.

AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D. y HANESIAN, H. **Psicología educativa:** un punto de vista cognoscitivo. México, Editorial Trillas. Traducción al español, de Mario Sandoval P., de la segunda edición de Educational psychology: a cognitive view, 1983.

BACICH, L. Formação continuada de professores para o uso de metodologias ativas. In: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2018, v. 1. p. 130-152.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./ jun. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n°9394/96, de 20 de dezembro de 1996: Ministério da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Ministério da Educação. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

CAMARGO; F. DAROS; T. **A sala de aula inovadora:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIL, Antonio C. **Estudo de Caso.** Fundamentação científica. Subsídios para coleta e análise de dados. Como redigir o relatório. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUI, Roque Tadeu. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 3, n. 1, p. 135-159, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572003000100007.

JUNG, Hildegard Susana. **Formação e prática docente:** implicações sobre o ensino e a aprendizagem. Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2023.

KOLLING, Liliane. **A avaliação institucional nos dispositivos legais orientadores da Educação Básica e seus contributos para a gestão escolar.** Canoas, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MENEGAT, Jardelino; SARMENTO, Dirléia Fanfa. Comunidades educadoras: perspectivas para a defesa do direito à educação. **Braz. J. of Develop**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 14082-14098 sep. 2019.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens.** Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORAN, J. BACICH, L. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática/ Organizadores, Lilian Bacich, José Moran. Porto Alegre: Penso, 2018.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao**. Porto Alegre: Penso, 2016.

REDE PEA-UNESCO NO RS: RELAÇÕES ENTRE AS TEMÁTICAS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS ENTRE OS ANOS DE 2016 A 2019 E A EDUCAÇÃO 2030 - DECLARAÇÃO DE INCHEON

Sueli Schabbach Matos da Silva[1]
Dirléia Fanfa Sarmento[2]

Resumo
No Rio Grande do Sul, a Rede PEA-UNESCO remonta ao ano de 2010. Atualmente, a referida Rede conta com 69 escolas associadas. A Pesquisa Documental tem como objetivo refletir sobre as relações entre as temáticas dos projetos desenvolvidos entre pelas escolas situadas no RS, certificadas a Rede PEA-UNESCO e o proposto pelo documento Educação 2030- Declaração de Incheon. Apresenta-se um recorte relativo a análise do documento Educação 2030, a qual foi realizada como base nas orientações de Celllard, evidenciando-se as temáticas dos projetos das escolas em consonância com o proposto em tal Declaração. Os resultados do estudo indicam que a) os principais conceitos abordados na referida Declaração, destacam-se: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS); Educação em Direitos Humanos (EDH); Educação para a Cidadania Global (ECG); Educação Inclusiva e a Educação ao Longo da Vida; e d) a análise dos projetos viabilizou identificar um conjunto de 19 temáticas, categorizadas com base na Técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin, a saber: Ambientes de aprendizagem saudáveis, Direito à Educação e sua inter-relação com outros direitos humanos, Diversidade cultural, linguística e étnica, Educação Inclusiva, Educação de qualidade, Educação em Direitos Humanos, Educação ao Longo da Vida, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para a Cidadania Global, Educação para Todos, Financiamento da Educação, Fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação, Igualdade de gênero, Inclusão e equidade, Justiça Social, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Paz e tolerância, Políticas Educacionais e Resultados de Aprendizagem.

Palavras-chave: Rede PEA-UNESCO; Declaração de Incheon; educação Básica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

[1] Docente Membro do Comitê Nacional da Escolas da UNESCO do Brasil, Mentora do Programa Educar para Inovar/RS. E-mail: sumatos61@gmail.com
[2] Universidade La Salle. E-mail: dirleia.sarmento@unilasalle.edu.br.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 295-316.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto.2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Armed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

PEA-UNESCO. Revista do Programa de Escolas Associadas da UNESCO no Brasil. 60 anos de história do PEA. Ano 5, n.6, p. 20-21, 2013. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2022. Disponível em: https://57a91355-b3b5-4b1c-8663-20791c7740ec.filesusr.com/ugd/c03ac4_c1d2b4f419a54b4bb0b9fb831283204a.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio P.F. **Projeto de pesquisa:** o que é? Como fazer? 8.ed. São Paulo: Olho D'Água, 2013.

RAMOS, Roberto C. **Por uma educação de qualidade nas comunidades educativas de serviço educativo aos e com os pobres:** das origens do instituto dos irmãos das escolas cristãs às comunidades educativas da província La Salle Brasil-Chile na contemporaneidade. 284 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade La Salle, Canoas, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D., GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. I, p. 1-15, 2009.Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, Sueli S. Matos da; RAMOS, Roberto C. O Programa Escolas Associadas da UNESCO (PEA): contributos para a efetividade do direito à educação. **Anais do Congresso Internacional Movimentos Docentes**. v. vi – 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, UNESCO, 2016. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 27 ago. 2022.

UNESCO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco#:~:text%C3%89%20a%20ag%C3%AAncia%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,Cultura%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 nov. 2023.

PROGRAMA BILÍNGUE *WE ARE LA SALLE*: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Angélica Hackenhaar Reichert[1]

Resumo
Implantado na Rede La Salle em 2020, o programa bilíngue We Are La Salle visa proporcionar aos alunos do Ensino Fundamental uma experiência educativa enriquecida por um ambiente bilíngue e com tecnologias avançadas. A pesquisa vinculada a este trabalho investiga o impacto e os desafios do programa We Are La Salle, focando em sua contribuição para a aprendizagem, inclusão digital e aprimoramento do ambiente escolar. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com uma perspectiva hermenêutica, caracterizando-se como um Estudo de Caso (YIN, 2001). O lócus da pesquisa é o Colégio La Salle Medianeira, que implementou o programa bilíngue We Are La Salle no ano de 2021. Os participantes incluem alunos do Ensino Fundamental que estão envolvidos no programa. Para a coleta de dados, serão realizadas entrevistas com os participantes e uma análise documental para mapear o projeto implantado (GIL, 1999). A interpretação dos dados coletados segue uma abordagem hermenêutica, buscando compreender os significados subjacentes às experiências e percepções dos participantes. O referencial teórico adotado baseia-se nos pressupostos de Harmers e Blanc (2000), os quais sugerem que participantes de programas bilíngues experimentam avanços notáveis em suas habilidades linguísticas. A análise preliminar indica que com a implantação do programa bilíngue houveram melhorias nas habilidades linguísticas dos estudantes, especialmente na fluência oral. Os alunos também demonstram maior consciência cultural, abertura à diversidade e adaptabilidade digital. Esses avanços mostram que o programa alcança seus objetivos educacionais, preparando os estudantes para os desafios de um mundo globalizado com competências linguísticas, culturais e tecnológicas.

Palavras-chave: We Are La Salle; educação bilíngue; tecnologias educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

[1] Universidade La Salle. E-mail: angelica.202310428@unilasalle.edu.br.

BROWN, H. Douglas, **Teaching by principles: and interactive approach to language pedagogy**. 2nd ed. San Francisco: State University, 2001.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática:** percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

HARMERS, Josiane F.; BLANC, Michel. **Bilinguality and Bilingualism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
GARCÍA, O. **Bilingual Education in the 21st Century**: A Global Perspective. John Wiley & Sons, 2011.

HARMERS, Josiane F.; BLANC, Michel. **Bilinguality and Bilingualism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e educação.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 7. reimp. São Paulo: Editora 34, 2005

MARSH, David. **English as a medium instruction in the new global linguistic order**: global characteristics, local consequences. 2006. Disponível em: http://share.dschola.it/dd4pinerolo/clil/Shared%20Documents/Theory_strategies/Marsh-D-METSMaC-2006.pdf. Acesso em:20 out. 2024.

MIRA, Marília; ROMANOWSKI, Joana Paulim. **Tecnicismo, Neotecnicismo e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar**. EDUCERE/PUCPR. Paraná, 2009.

MORAN, José M; MASETTO, Marilda; BEHRENS, Marcus. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 7. ed. São Paulo, SP: Papirus, 2003

OLIVEIRA, L. E. M. de. **A historiografia brasileira da literatura inglesa:** uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951). 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

Ramos, M. R. V. 2012. O uso de tecnologias em sala de aula. **LENPES – PIBID de ciências sociais**. 2 ed. n. 2, v. 1, p. 16.

SILVA, Adriana Santos da. **A tecnologia como nova prática pedagógica.** Monografia apresentada ao curso de pós-graduação em Supervisão escolar. Vila Velha, 2011. THOALDO, D.L.P.B. (2010) O uso da tecnologia em sala de aula. Trabalho de Monografia apresentado na pós-graduação em Gestão Pedagógica da Universidade Tuiuti do Paraná 1: 1- 35.

SIQUEIRA, D. S. P. (2011a). Inglês como língua franca: o desafio de ensinar um idioma desterritorializado. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana C. Simões; EL KADRI, Michele Salles. (org.) **Inglês como língua franca:** ensino-aprendizagem e formação de professores Campinas, SP: Pontes Editores, p. 87-115.

WEI, Li. **Dimensions of Bilingualism.** In: Li Wei, The Bilingualism Reader.

CAPACIDADE DE MEMÓRIA DE TRABALHO E COMPREENSÃO LEITORA: UMA PESQUISA EXPERIMENTAL COM ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS INGLÊS DE UNIVERSIDADES NO RS

Daniela Silveira Farias[1]

Resumo
O processamento da leitura é complexo, é um processo ativo no qual os leitores confirmam ou rejeitam hipóteses que eles formularam em relação ao texto. Um dos fatores que têm relação com a compreensão leitora é a capacidade de Memória de Trabalho (MT), sistema que tem uma função essencial em tarefas cognitivas - no caso deste estudo, a leitura em língua inglesa como L2. Podemos definir MT como um sistema que serve para a manutenção e manipulação de informações por um período temporário, e que isso nos auxilia na realização de diferentes tarefas (BADDELEY, 2011). Para Baddeley e Hitch (1974), a MT "tem um papel funcional como sistema que sustenta atividades cognitivas complexas, um sistema que suporta nossa capacidade de trabalho mental e pensamento coerente". A capacidade de memória de trabalho varia entre os indivíduos, o que pode resultar em um impacto na realização de atividades cognitivas complexas, como a leitura. O objetivo geral do presente estudo é investigar se diferenças individuais na capacidade de MT e instrução explícita impactam na compreensão leitora de estudantes do curso de Letras Inglês de uma universidade privada em Porto Alegre. Os objetivos específicos são (1) verificar através de um teste de memória de trabalho se diferenças individuais na capacidade de memória de trabalho impactam na compreensão leitora dos alunos, e (2) investigar se os alunos terão melhora na compreensão leitora após 10 encontros com intervenções focadas em estratégias de leitura para encontrar informações detalhadas no texto, através de pré e pós teste.

Palavras-chave: leitura; memória de trabalho; ensino superior; língua inglesa; compreensão leitora.

REFERÊNCIAS

BADDELEY, A. D; ANDERSON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. **Memória.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

BAUMAN, Z. **Ensaios sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

[1] Pontifícia Universidade Católica do RS – PUCRS. E-mail: danielasfarias@gmail.com

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching.** 5. ed. White Plains: Pearson Education, 2006.

ELLIS, Rod. **Form-focused instruction and second language learning**. Blackwell Publishing, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

HALL, J. K. **Teaching and researching:** Language and culture. 2. ed. London and New York: Routledge, 2013.

HYMES, D. H. On Communicative Competence. In: BRUMFIT, C. J. & JOHNSON, K. **The Communicative Approach to Language Teaching.** Oxford: Oxford University Press, 1979. Disponível em: http://www.homes.uni-bielefeld.de/sgramley/Hymes-2.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor:** aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

MCKEOWN, Margaret; BECK, Isabel; BLAKE Ronette. Rethinking Reading Comprehension Instruction: A Comparison of Instruction for Strategies and Content Approaches. **Reading Research Quarterly**, n. 44, p. 218-253, 2009.

MELLO, A; GRZECHOTA, J. de F. B.; ZIMMER, M. Memória e aprendizagem de L2. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan/jun. 2015, p. 83-95. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6397. Acesso em: 14 out. 2024.

NUTTALL, C. **Teaching Reading Skills in a Foreign Language.** Oxford, UK: Macmillan Education, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SCARAMUCCI, M. V. R. Avaliação da leitura em inglês como língua estrangeira e validade de construto / EFL reading assessment and construct validity. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v.7, n.1, jan/abr 2009, p.30-48. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4853. Acesso em: 05 out. 2024.

SOARES, M. B. **O que é letramento e alfabetização.** Disponível em: https://pibidletrasunifra.webnode.com.br/news/o%20que%20e%20letramento%20e%20alfabetização%20%20-%20magda%20becker%20soares%20/. Acesso em: 11 out. 2024.

VAN LIER, L. The ecology of language learning: Practice to theory, theory to practice. **Procedia- Social and Behavioral Sciences**, v. 3, 2010, p. 2-6. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810013790. Acesso em 28 set. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

‘LAUDATO SI’ ENQUANTO NOVO PARADIGMA EDUCATIVO: RECONFIGURANDO A EDUCAÇÃO PARA O CUIDADO COM A CASA COMUM

Henrique Daniel de Souza[1]

Resumo
O presente estudo analisa a abordagem proposta pelo Papa Francisco na encíclica Laudato si', que desafia a educação contemporânea a integrar profundamente a relação entre o ser humano e a natureza. A encíclica sublinha a urgência de uma mudança radical na forma como educamos, propondo uma educação que transcende o conhecimento técnico para incorporar valores éticos, ecológicos e sociais. Essa abordagem destaca a indissociabilidade entre a justiça social e a sustentabilidade ambiental, argumentando que é impossível pensar em uma educação para o futuro sem considerar essa integração. O objetivo da pesquisa é explorar como a Laudato si' propõe um novo paradigma educacional que busca formar indivíduos conscientes e responsáveis, capazes de enfrentar os desafios ambientais e sociais globais de maneira eficaz. A metodologia baseia-se em uma análise crítica da encíclica e na avaliação de documentos e políticas educacionais contemporâneas, com o objetivo de identificar como os princípios da Laudato si' podem ser incorporados em práticas pedagógicas concretas voltadas para a sustentabilidade e a justiça social, formando uma nova geração comprometida com o cuidado com a “Casa Comum”. Os resultados da pesquisa reforçam que a Laudato si' não é apenas um chamado à ação, mas um guia essencial para a construção de um sistema educacional que prepara os indivíduos para viver em harmonia com o planeta, promovendo o bem-estar humano e a preservação ambiental de forma integrada e indissociável.

Palavras-chave: Papa Francisco; Educação Ambiental; ‘Laudato si'; políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2015.

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

[1] Universidade La Salle - Canoas/RS. E-mail: henrique.202010553@unilasalle.edu.br.

GADOTTI, Moacir. **Educação e sustentabilidade:** uma introdução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NEVES, Maria Lúcia; PERASSI, Richard; FIALHO, Francisco. Sustentabilidade e educação ambiental na concepção da Encíclica *Laudato Si'*. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ENEA), 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2016. p. 552-563. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222386/ANAIS-ENSUS-COMPLETO%202016-552-563.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 nov. 2024.

PAPA FRANCISCO. ***Laudato si'*:** sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

SELBACH, L. C.; GOMES, T. F. Ecologia integral como referência educativo-pastoral a partir da *Laudato Si'*. In: HAMMES, E. J.; VIAN, L. M.; FERNANDES, R. M. (org.). **III Semana Acadêmica do PPG em Teologia da PUCRS:** Teologia Fundamental, Teologia bíblica, Cristologia, Antropologia teológica, Eclesiologia. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, p. 119-132.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do sul. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

EFFECTUATION E CULTURA EMPREENDEDORA NA UNIVERSIDADE LA SALLE-CANOAS

Charlene Bitencourt Soster Luz[1]

Resumo
Introdução: As instituições de ensino superior têm papel de social ao formar profissionais com competências técnicas e socioemocionais. Nesse contexto, a educação empreendedora ajuda a mobilizar tais competências e pode fazer uso da effectuation para isso. Objetivo geral: compreender como a Effectuation contribui na cultura empreendedora na Universidade La Salle-Canoas. Objetivos específicos: a) Entender a realidade da cultura empreendedora na gestão na Universidade La Salle; b) Investigar quais práticas docentes e de gestão estão envolvidas na cultura empreendedora na Universidade La Salle. Metodologia: qualitativa, com estudo de caso da Universidade La Salle-Canoas. As unidades de análise serão: coordenadores, professores e estudantes dos cursos de graduação, e a coleta de dados ocorreu por meio de grupos focais. Para o tratamento e análise dos dados será utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Resultados parciais: a) a educação empreendedora apresenta-se como um instrumento de empoderamento e desenvolvimento humano; b) educação empreendedora se faz presente na Universidade La Salle, conforme os relatos dos coordenadores, docentes e estudantes que exemplificam tais práticas. Conclusões: A educação empreendedora universitária tem potencial de desenvolver-se com impacto social, considerando o cenário dinâmico, mudanças tecnológicas, econômicas e sociais. Para trabalhos futuros pode-se abordar a effectuation em outras universidades, fazer estudos comparativos e verificar a presença da effectuation em curso de extensão e pós-graduação.

Palavras-chave: cultura empreendedora; effectuation; ensino superior; Universidade La Salle-Canoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristian Machado de. **Japão:** 4ª Revolução Industrial na área da saúde e sua Sociedade 5.0. 2021. Disponível em: https://www.revistaferramental.com.br/artigo/japao-4-revolucao-industrial-na-area-da-saude-e-sua-sociedade-5-0/ Acesso em: 23 ago. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: charlenebs@gmail.com.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522. Acesso em: 23 ago. 2024.
BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Universidades Empreendedoras**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/universidades-empreendedoras Acesso em: 23 ago. 2024.

CER, Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora. **O que é cultura empreendedora e como estimulá-la na escola**. 2020. Disponível em: https://cer.sebrae.com.br/blog/o-que-e-cultura-empreendedora-e-como-estimula-la-na-escola/ Acesso em: 23 ago. 2024.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

EFECTUATION. **Visão geral da Effectuation**. 2018. Disponível em: https://www.effectuation.org/?page_id=207 Acesso em: 23 ago. 2024.

EUROPEAN, Union. Comission European. **Effects and impact of entrepreneurship programmes in higher education**. Brussels, March 2012. Disponível em: https://ec.europa.eu/docsroom/documents/375/attachments/1/translations/en/renditions/native Acesso em: 23 ago. 2024.

LACKÉUS, Martin. **Entrepreneurship Education: what, why, when, how**. 2015. Disponível em: https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf Acesso em: 23 ago. 2024.

LOPES, Rose Mary Almeida; LIMA, Edmilson de Oliveira; NASSIF, Vânia Maria Jorge. Panorama sobre a Educação para o Empreendedorismo. *In*: ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.: Panorama, tendências e melhores práticas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

RIBEIRO, Paulo Eduardo; BERNARDES, Marco Aurelio. O papel da universidade no desenvolvimento do comportamento empreendedor em regiões carentes. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, p. 978-993, 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/229078023.pdf Acesso em: 23 ago. 2024.

SARASVATHY, Saras. **Effectuation: elements of entrepreneurial expertise**. 2. ed. Northampton, MA, EUA: Edwar Elgar Publishing, 2022.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf Acesso em: 23 ago. 2024.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2014, v. 18, n. 6, pp. 874-891. ISSN 1982-7849. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141244. Acesso em: 23 ago. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.

A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO NORTE E NO SUL: UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE OS PROGRAMAS: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E INOVA RS NOS ESTADOS DO AMAZONAS E RIO GRANDE DO SUL

Luiza de Marilac dos Santos[1]

Resumo

No cenário contemporâneo, marcado por rápidas transformações econômicas, tecnológicas e sociais, a capacidade de inovar, criar e adaptar-se tornou-se um diferencial essencial para o sucesso profissional e pessoal. Nesse contexto, a educação empreendedora emerge como um elemento fundamental na formação de indivíduos preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mundo moderno. Pensando nesse novo momento, essa pesquisa surge com o objetivo geral de analisar os desafios, perspectivas e contributos de dois programas de educação empreendedora, um no Amazonas: o Educação Empreendedora e outro no Rio Grande do Sul, o Hora de Empreender, tendo em vista a implementação de ações relacionadas à inovação e ao empreendedorismo. Além disso, traremos como objetivos específicos: contextualizar os programas de educação empreendedora: “Hora de Empreender” no estado do Rio Grande do Sul e o ”Educação Empreendedora” no estado do Amazonas; descrever os programas e os pressupostos centrais abordados em cada um dos Programas Selecionados e apontar as limitações e potencialidades dos programas Educação Empreendedora e Hora de Empreender. A metodologia tem uma abordagem qualitativa, com objetivo de caráter exploratório e análise documental. Os dados coletados serão interpretados a partir da Análise de Conteúdo baseada em Bardin. Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, os resultados já demonstram um avanço no engajamento dos alunos em atividades práticas e experimentais que ilustram conceitos científicos e matemáticos, além de um estímulo na construção e progresso do ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul e do Amazonas, bem como na comunidade escolar e acadêmica.

Palavras-chave: educação empreendedora; empreendedorismo políticas públicas; inovação.

[1] Universidade La Salle. E-mail: luizams18@gmail.com.

REFERÊNCIAS

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 3, p. 60-81, 2016.

PERONI, A. P.; CAVALARI JUNIOR, O. Educação empreendedora: formação de cidadãos na Educação Profissional e Tecnológica. **Principia (João Pessoa)**, v. 1, n. 47, p. 70-81, 2019.

O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Andre Gabriel Beneduzi[1]

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o papel do Gestor Educacional na promoção da Educação Empreendedora. O estudo fundamenta-se em bases conceituais que exploram a Educação Empreendedora como uma tecnologia, voltada para a criação de ambientes que incentivem a cooperação e a resolução de problemas desde a infância até a vida adulta. Metodologicamente, o artigo buscou uma revisão bibliográfica que explorou trabalhos relacionados à gestão educacional e à educação empreendedora. Na CAPES foram localizados 359 documentos, destes 20 com as palavras chaves: Gestores Educacionais e Empreendedorismo. No Scopus com a palavra chave: Entrepreneurship Manager, foram identificados 48 documentos em Inglês. A análise centrou-se em como diferentes estilos de gestão, especialmente a gestão democrática e participativa, podem influenciar positivamente a implementação da Educação Empreendedora nas escolas. A pesquisa revelou que gestores educacionais que adotam uma liderança participativa, envolvendo a comunidade escolar na tomada de decisões, criam um ambiente mais favorável à inovação, em contraste com gestões centralizadoras, que podem dificultar essa prática. Os principais achados indicam que as características pessoais e profissionais dos gestores, tais como a comunicação eficaz, a motivação, a sociabilidade e a capacidade de liderança, são fundamentais para implementação bem-sucedida da Educação Empreendedora. Além disso, competências socioemocionais: empatia, reflexão, regulação emocional e tolerância, desempenham papel relevante no processo educacional. O artigo conclui que a inovação no ambiente escolar deve ser promovida tanto pela gestão educacional quanto pelos próprios educadores, sendo a Educação Empreendedora um veículo eficaz para estabelecer relações colaborativas e superar os desafios inerentes à gestão tradicional.

Palavras-chave: educação empreendedora; tecnologia; gestão educacional; liderança participativa.

[1] Universidade La Salle. E-mail: agbeneduzi@gmail.com.

REFERÊNCIAS

CARBONELL, J. La Aventura de Innovar. In: EL CAMBIO EN LA ESCUELA. Madrid, Spain: Morata, 2001.

COLLIE, R; Perry, N. Cultivar professores prósperos através da competência socioemocional e seu desenvolvimento. **O pesquisador educacional australiano**, v. 46, p. 699–714, 2019. https://link.springer.com/article/10.1007/s13384-019-00342-2. Acesso em: 30 mar. 2024.

COMISSÃO Europeia. **Um guia para promover a educação para o empreendedorismo.** Cinco ações-chave para uma economia digital, verde e resiliente Europa. Conselho Europeu de Inovação e Agência de Execução para as PME (EISMEA). B-1049, Bruxelas, 2021a. Disponível: http://www.eehub.eu/component/attachments/?task=downloadandid=1560:EA0921266ENN. Acesso em: 05 jul. 2024).

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro:Lexikon, 2007.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor:** a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Sextante, 2008.

GADOTTI; ROMÃO, José (org.). **Autonomia da escola:** princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2017.

GARAVAN, Thomas; Barra O'Cinneide. Programas de Educação e Treinamento para o Empreendedorismo: Uma revisão e avaliação – Parte 2. **Revista de Formação Industrial Europeia**, v.18, p. 13–21, 1994. Disponível: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/03090599410073505/full/html. Acesso em: 05 jul. 2024.

GAUTAM, Manish e Sunil Singh. 2015. Educação para o Empreendedorismo: Conceito, Características e Implicações para Professores Educação. **Uma Revista Internacional de Educação**. EspIJA, v. 5, p. 21–35, 2015. Disponível: https://ir.ucc.edu.gh/xmlui/bitstream/handle/123456789/4308. Acesso em: 05 jul. 2024.

GUERRA, M., Rodríguez, J.; Artiles, J. (2019). Aprendizagem colaborativa: experiência inovadora para estudantes acadêmico. **Revista de Estudos e Experiências em Educação**, v. 18, n. 36, p. 269–281, 2019. Disponnível em: https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21703/rexe.20191836guerra5. Acesso em: Acesso em: 05 jul. 2024.

HERNÁNDEZ, E. (2020). Habilidades intrapessoais e sua relação com o burnout em professores da educação básica, México. **Revista de Estudos e Experiências em Educação**,v. 19, n. 39, p. 45–78, 2020. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-51622020000100163&script=sci_arttext. Acesso em: Acesso em: 05 jul. 2024.

JOHANNISSON, B. Limites e perspectivas da educação para o empreendedorismo no contexto acadêmico. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional**, v. 28, n. 5–6, p. 403–423, 2016.

LIZÁRRAGA, A. (2022). Eduque as emoções para promover a aprendizagem. **RevistaT.Estratégico**, v. 4, n. 1, p. 45–78, 2022. Disponível em: https://formacionesstrategica.com/index.php/foes/article/view/58. Acesso em: 05 jul. 2024.

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora:** conceitos, modelos e práticas. Elsevier, 2010.

LONGVA, KK; Foss, L. (2018). Medindo o impacto através do desenho experimental na educação para o empreendedorismo: uma revisão da literatura e uma agenda de pesquisa. **Indústria e Ensino Superior**, v. 32, n. 6, p. 358–374, 2018.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, H. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEGARRA L., Muñoz, M.; SEGARRA, J. Empatia e educação: Implicações do desempenho da empatia. de professores em formação. **Revista Eletrônica Interuniversitária de Formação de Professores**, v. 19, n. 3, p. 173– 183, 2018.

TAYLOR, R., THOMAS, A.; HOFMEYER, A. Ensinando empatia e resiliência à graduação em enfermagem estudantes: Um apelo à ação no contexto da Covid-19. **Enfermeira Educ Hoje**, v. 94, 104524, 2020.

VALENTE, S., MONTEIRO, A.; AFONSO, A. (2018). A relação entre a inteligência emocional dos professores e gerenciamento de disciplina em sala de aula. **Psicologia nas Escolas**, v. 56, n. 5, p. 741–750, 2018.

WINK, M., LARUSSO, M; SMITH, R. Empatia do professor e alunos com comportamentos problemáticos: examinando percepções, respostas, relacionamentos e esgotamento dos professores. **Psicologia nas Escolas**, v. 58, n. 8, p. 1575–1596, 2021.

YANG, C. Autoeficácia no ensino on-line, competências de aprendizagem socioemocional (SEL) e Fadiga de compaixão entre educadores durante a pandemia de COVID-19. **Revisão de psicologia escolar, cinquenta**, n. 4, p. 505–518, 2020.

EMPREENDEDORISMO EM TEMPOS DE CRISE: HISTÓRIAS DE INOVAÇÃO E RESILIÊNCIA EM UM ABRIGO ESCOLAR DURANTE UMA TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Jenifer do Couto Pereira[1]

Alexsandro Borba[2]

Resumo

O artigo explora as dinâmicas de inovação e resiliência surgidas durante a crise climática que afetou Canoas-RS em 2024, com foco na Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmão Pedro, que se transformou em abrigo temporário após as devastadoras enchentes. A pesquisa adota o relato de experiência como metodologia principal, destacando como a equipe escolar, em parceria com voluntários, respondeu de forma empreendedora às necessidades dos desalojados. Iniciativas inovadoras, como a criação de um aplicativo para gestão de abrigados e a organização de atividades terapêuticas, permitiram que a escola oferecesse não apenas abrigo, mas também um ambiente de solidariedade e cuidado integral. O estudo busca compreender como essas práticas de empreendedorismo social mitigaram os impactos da tragédia e promoveram uma transformação positiva na comunidade. A experiência da Escola Irmão Pedro demonstra como a criatividade e a liderança eficaz podem transformar uma crise em uma oportunidade de fortalecimento comunitário e superação coletiva, oferecendo aprendizados valiosos para a gestão de futuras crises.

Palavras-chave: empreendedorismo; inovação; resiliência; contexto escolar; crise climática.

REFERÊNCIAS

COSTA, Fernando Guilherme da; FLAUZINO, Regina Fernandes, NAVARRO; Marli Brito Moreira de Albuquerque; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Abrigos temporários em desastres: a experiência de São José do Rio Preto, Brasil**. Saúde debate**, Rio de janeiro, v. 41, n. Especial, p. 327-337, jun 2017.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jenifer.202010800@unilasalle.edu.br.

[2] Universidade La Salle. E-mail: alexsandro.202310390@unilasalle.edu.br.

DERANI, Cristiane; VIEIRA, Ligia Ribeiro. Os Direitos Humanos e a Emergência das Catástrofes Ambientais: Uma Relação Necessária. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.11, n.22, p.143-174, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSA, Gabriela Paes; ARRUDA, Glória Lucia Rodriguez Correia de. **Tipologias Habitacionais Temporárias para Situações Emergenciais de Enchentes**, v. 9, n. 23, 2021.

SILVEIRA, Pollyanna Santos da; MARTINS, Leonardo Fernandes; GEBARA, Carla Ferreira de Paula. Pesquisas descritivas, exploratórias ou explicativas. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; MENEGAT, Jardelino. **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Dialética, 2021. cap. 6, p. 107-123. ISBN 978-65-252-2421-3.

SOARES, Ademilson de Sousa; THOMÉ, Luan Manoel; MARTINS, Lucas Ramos; COSTA, Maria Do Perpétuo Socorro De Lima. Desastres no Brasil e no Mundo: Efeitos sobre as crianças e suas infâncias. **Rev. Ufmg**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 80-105, Set./Dez. 2020.

ZERO HORA (RS). **O que aconteceu no RS?**: Entenda a tragédia que causou mortes e destruiu cidades. Zero Hora, [s. l.], 10 maio 2024. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/05/o-que-aconteceu-no-rs-entenda-a-tragedia-que-causou-mortes-e-destruiu-cidades-clw15u8ou00sa011h2n6mij52.html. Acesso em: 25 jul. 2024.

ESQUIZOESCOLA: LABORATÓRIO DE PESQUISA PARA CORPOS E CORPAS DESEJANTES POR OUTRAS EDUCAÇÕES

Bruno Flores Prandini[1]

Resumo
A partir das existências, vivências e experimentações com corpos e corpas dissidentes, a Esquizoescola é uma pesquisa que performa, em contextos educacionais, as possibilidades de uma pedagogia performativa, fluída e esquizo que permite o trânsito entre as linguagens artísticas tal qual um corpo não binarizado flui sua sexualidade e gênero, bem como a criação de um espaço educativo que fomente a diversidade e acolha a diferença como potência na escola. Para sua criação, foi necessário: Pesquisar a formação da hegemonia, da binariedade, da cisheteronormatividade e da ciscolonialidade sobre os corpos e corpas nos espaços escolares e entender seu processo estrutural e estruturante; entender como e onde acontece a formação da violência escolar que se coloca contra a dignidade e diversidade humana; e Inventar uma metodologia cartográfica e esquizoanalítica que privilegie a produção da diferença. O caminho escolhido foi a inauguração de um laboratório de pesquisa. Um espaço experimental, rizomático e investigativo que propôs uma alquimia entre a Performance, a Esquizoescrita e a Esquizoanálise, junto a um coletivo de pessoas dissidentes interessadas na criação de uma outra escola, que compôs e compartilhou métodos de criação de subjetividades na educação privilegiando a produção da diferença e a diversidade de corpos e corpas. Autores como Ana Hoffmann, Antonin Artaud, Gilles Deleuze, Guacira Lopes Louro, Sandra Corazza, Viviane Vergueiro, entre outros manifestos que se somam a causa, ajudam a tecer esta cartografia para educação.

Palavras-chave: educação; esquizoanálise; esquizoescrita; performance; LGBTQIAPN+; sexualidade e gênero.

REFERÊNCIAS

AJUDA NHINCQ+. **O sistema artigo/pronome/final de palavra**. 2019. Disponível em: https://ajudanhincq.wordpress.com/2019/03/15/o-sistema-artigo-pronome-final-de-palavra/. Acesso em 20 set. 2021.

ALCARAZ, María Florencia. Lenguaje inclusivo. Manual de instrucciones para hablar con E. **Revista Anfíbia**. Disponível em:

[1] Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: prandini.b@gmail.com.

http://www.revistaanfibia.com/ensayo/manual-de-instrucciones-para-hablar-con-e. Acesso em: 07 set. 2021.

ALTERNATIVE. **Neolinguagem**. 2021. Disponível em: https://bloguealternative.wordpress.com/neolinguagem/. Acesso em: 20 set. 2021.

ARTAUD, Antonin. Para acabar com o julgamento de Deus. **Escola Nomade**. Disponível em: https://www.escolanomade.org/2016/02/19/artaud-para-acabar-com-o-julgamento-de-deus/. Acesso em: 30 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:2011**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. 2014. Disponível em: http://www.abnt.org.br. Acesso em: 01 set. 2021.

ASTERISMOS. **Tudo ou pelo menos muita coisa sobre linguagem pessoal**. 2019a. Disponível em: https://amplifi.casa/~/Asterismos/tudo-ou-pelo-menos-muita-coisa-sobre-linguagem-pessoal. Acesso em: 20 set. 2021.

ASTERISMOS. **Dicas para escrever sem linguagem específica**. 2019b. Disponível em: https://amplifi.casa/~/Asterismos/dicas-para-escrever-sem-linguagem-espec%C3%ADfica. Acesso em: 20 set. 2021.

BIALER, Marina. Corpo-escrita na esquizofrenia. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 29-38, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000100003 &lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRAGA, Denise da Silva. **Heteronormatividade e sexualidades LGBT:** repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COELHO, Teixeira. **Antonin Artaud**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COLI, Jorge. **O que é Arte?** 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CONSELHO EUROPEU. Conselho da União Europeia. **Conclusões do Conselho sobre a igualdade das pessoas LGBTI**. 2016. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/06/16/epsco-conclusions-gender-equality/. Acesso em 20 set. 2021.

CONSELHO EUROPEU. Conselho da União Europeia. **Conclusões do Conselho sobre Igualdade de Gênero**. 2016. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/06/16/epsco-conclusions-lgbti-equality/. Acesso em: 20 set. 2021.

CORAZZA, Sandra Mara. **O que se transcria em Educação?** Porto Alegre: 2013.

CORAZZA, Sandra Mara; COSTA, Cristiano Bedin da. Didática da tradução: o professor-artista e as transcriações do currículo. *In*: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; ALBINO, ngela Cristina Xavier; DANTAS, Veridiana Vania. **Políticas de currículo e formação:** desafios contemporâneos. João Pessoa: Editora UFPB, p.60-69, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DIVERSITY BBOX. U**m guia para promover a linguagem inclusiva em português**. Disponível em: https://diversitybbox.com/pt/um-guia-para-promover-a-linguagem-inclusiva-em-portugues. Acesso em: 07 set. 2021.

DIVERSITY BBOX. **Manifesto ILE para uma comunicação radicalmente inclusiva**. 2014. Disponível em: https://diversitybbox.com/pt/manifesto-ile-para-uma-comunicacao-radicalmente-inclusiva/. Acesso em: 07 set. 2021.

DIVERSITY BBOX. **Guia de linguagem inclusiva:** todxs nós. 2020. Disponível em: https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

DOS SANTOS, A. L. P. Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 160–178, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.41827. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41827. Acesso em: 21 set. 2021.

EXORSEXISMO. **Porque separar linguagem entre "masculina", "feminina" e "neutra" não é legal**. 2019. Disponível em: https://amplifi.casa/~/Asterismos/tudo-ou-pelo-menos-muita-coisa-sobre-linguagem-pessoal. Acesso em 20 set. 2021.

FABIÃO, Eleonora. Programa Performativo: o corpo-em-experiência. **Revista LUME**, n. 4, dez, 2013. UNICAMP. Disponível em:

https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/276. Acesso em 12 dez. 2022.

FÉRAL, Josette. **Além dos limites:** teoria e prática do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERNANDES, Ciane. Quando o Todo é mais que a Soma das Partes: somática como campo epistemológico contemporâneo. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 9-38, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/presenca. Acesso em: 15 out. 2022.

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?:** comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

FÓRUM ORIENTANDO. **Como respeitar a linguagem pessoal alheia**. 2016. Disponível em: https://forum.orientando.org/thread-4.html. Acesso em 20 set. 2021.

GOLDBERG, RoseLee. **A arte da performance:** Do futurismo ao presente. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

HASEMAN, Brad. Manifesto pela Pesquisa Performativa. *In*: **Resumos do 5º Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP**. São Paulo: PPGAC-ECA/USP, v.3, n.1, p.41-53, 2015.

HENTGES, Carina et al. **Manual para publicação de trabalhos acadêmicos e científicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Uergs, 2019.

HOFFMANN, Ana Cleia Christovam**. Esquizo-escrita do figurino como disparo para o (não) processo criativo (ou para uma criação autoral)**. UFPEL, 2019. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/modosdelerescrever/files/2018/09/AnaHoffmann.pdf. Acesso em 17 dez. 2020.

HOFFMANN, Ana Cleia Christovam; ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Esquizo-escrita do figurino: procedimentos para pensar processos de criação. **Rev. IARA – Revista de Moda**, Cultura e Arte, São Paulo, v.8, n.2, p. 121-130, jan. 2016. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp-content/uploads/2016/03/94_Iara_artigo_original.pdf. Acesso em 17 dez. 2020.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva: 2014.

ICLE, Gilberto; BONATTO, Mônica Torres. Por uma pedagogia performativa: A escola como entrelugar para professores-performers e estudantes-performers. **Cad. Cedes**, Campinas, v.37, n.101, p.7 -28, jan.-abr., 2017.

ICLE, Gilberto. **Pedagogia da Arte:** entre-lugares da escola. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ICLE, Gilberto. Da Performance na Educação: perspectivas para a pesquisa e a prática. *In*: PEREIRA, M.A. (org.). **Performance e Educação:** (des)territorializações pedagógicas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 9?22.

KLIMICK, Carlos; e BETTOCCHI, Eliane. Role-Playing Game (RPG): o que é isso que me faz desejar criar e aprender? *In*: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; e RAUEN, Taiza Mara. **Contação de histórias:** tradição, poéticas e interfaces. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 361-37.

LEÃO, Rodrigo de Souza. **O esquizoide:** Coração na boca. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LINGUAGEM inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença! **Politize!**, 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda. Acesso em: 07 set. 2021.

LISBOA, Fabio. Porque contar histórias para bebês, crianças e adultos: um novo paradigma para a humanidade. *In*: MEDEIROS, Fábio, Henrique Nunes; RAUEN, Taiza Mara. **Contação de histórias:** tradição, poéticas e interfaces. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 303-314.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.

LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. p.541-553.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da Educação sob a perspectiva do gênero. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.6, 1992. p.53-67.

LOURO, Guacira Lopes**. Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUPONTE, Luciana Gruppelli. Docência Artista: Arte, Estética de si e Subjetividades Femininas. UFRGS: Porto Alegre, 2005.

MEDIUM. **Em defesa de uma multiplicidade de pronomes**. 2018a. Disponível em: https://medium.com/@ttextos/em-defesa-de-uma-multiplicidade-de-pronomes-ff226184e99a. Acesso em 20 set. 2021.

MEDIUM. **Como criar um pronome?** 2018b. Disponível em: https://medium.com/@ttextos/como-criar-um-pronome-c59ce58cf41. Acesso em: 20 set. 2021.

MELLO, G.; GUIMARÃES AMARAL DE SÁ, A. R.; DE OLIVEIRA BRUSTOLINI, I.; LOPES COSTA, L. F. .; MORAIS MOREIRA, M. V. A insegurança do cistema como impasse para a criminalização da homotransfobia no Rio de Janeiro. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 163–175, 2022. DOI: 10.9771/peri.v1i17.45278. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45278. Acesso em: 20 out. 2022.

MELLO, Maria F. de. **Sobre o olhar transdisciplinar**. CETRANS: São Paulo, 2001. Disponível em: http://cetrans.com.br/assets/textos/sobre-o-olhar-transd.pdf. Acesso em 25 ago. 2021.

NEAD UNICENTRO. [ART] O Corpo sem Órgãos de Artaud, Deleuze e Guatarri. **Youtube**, 03 de mai. de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-H8I0sbXww0. Acesso em: 30 de set. 2021.

ORIENTANDO. **Guia Pró-neolinguagem de linguagem neutra universal**. Disponível em: https://orientando.org/guia-de-linguagem-neutra-universal/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **O que é neolinguagem?** Disponível em: https://orientando.org/o-que-e-neolinguagem/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Conjuntos de Linguagem Pessoal**. Disponível em: https://orientando.org/o-que-e-neolinguagem/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Qual é a sua linguagem?**. Disponível em: http://orientando.org/wpcontent/uploads/2017/05/qual-é-asua-linguagem.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Testador de conjuntos**. Disponível em: https://orientando.org/conjuntos/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Lista de sistemas opressivos**. Disponível em: https://orientando.org/listas/lista-de-sistemas-opressivos/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **O que é gênero?** Disponível em: https://orientando.org/o-que-e-genero/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Lista de modalidades de gênero**. Disponível em: https://orientando.org/listas/lista-de-modalidades-de-genero/. Acesso em: 20 set. 2021.

ORIENTANDO. **Qualidades de gênero**. 2017. Disponível em: https://orientando.org/2017/09/qualidades-de-genero/. Acesso em: 20 set. 2021.

PARLAMENTO EUROPEU. **Linguagem neutra do ponto de vista do gênero**. 2018. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf. Acesso em 20 set. 2021.

PAVIS, Patrice. **A encenação contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINEAU, Elyse Lamm. Nos Cruzamentos entre a Performance e a Pedagogia: uma revisão prospectiva. **Revista Educação & Realidade FACED/UFRGS**, v. 35 n. 2, p. 89-113, maio/ago 2010.

PRANDINI, Bruno Flores. **O medo como impulso para a criação de uma cena-jogo**. Montenegro: Uergs, 2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUINTERO, Paula José. Yo, tú, elle, nosotres, vosotres, elles. **El lenguaje inclusivo:** ¿tiene algo que ofrecer? 2019. Disponível em: https://www.psyciencia.com/lenguaje-inclusivo-investigaciones. Acesso em: 07 set. 2021.

RAGO, Margareth. **Escritas de si, Parrésia e Feminismos**. UNICAMP. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/570/o/Margareth_Rago_-_escrita_de_si__parr%C3%A9sia_e_feminismos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

RAMOS, Luiz Fernando. Pesquisa performativa: Uma tendência a ser bem discutida. **Resumos do 5º Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP**., São Paulo, v. 3, n. 1, p. 73-79, 2015.

RAZÃO INADEQUADA. **Esquizoanálise**. Capitalismo e Esquizofrenia. Disponível em: https://razaoinadequada.com/filosofos/deleuze/esquizoanalise/. Acesso em: 30 out. 2021.

RAZÃO INADEQUADA. **Deleuze e Guatarri** - Máquinas Desejantes. 2013a. Disponível em: https://razaoinadequada.com/2013/05/10/deleuze-maquinas-desejantes/. Acesso em: 30 out. 2021.

RAZÃO INADEQUADA. **Deleuze e Guatarri** - Corpo sem Órgãos. 2013b. Disponível em: https://razaoinadequada.com/2013/04/14/deleuze-corpo-sem-orgaos/. Acesso em 30 out. 2021.

RAZÃO INADEQUADA. **O Anti-Édipo**. 2013c. Disponível em: https://razaoinadequada.com/2013/05/19/o-anti-edipo/. Acesso em: 30 out. 2021.

RAZÃO INADEQUADA. **Esquizoanálise** - Tarefa destrutiva. 2015a. Disponível em: https://razaoinadequada.com/2015/12/02/esquizoanalise-tarefa-destrutiva/. Acesso em: 30 out. 2021.

RAZÃO INADEQUADA. **A tarefa mecânica da esquizoanálise:** quais as suas máquinas desejantes. 2015b. Disponível em: https://razaoinadequada.com/2015/12/09/a-tarefa-mecanica-da-esquizoanalise/. Acesso em: 30 out. 2021.

REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de Educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar., 2017.

RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault:** a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios. Brasília: Capes/Cnpq, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem:** o que bem se diz bem se entende. 2014. Disponível em: http://www.ssexbbox.com/wp-content/uploads/2019/02/manual_para_uso_nao_sexista_da_linguagem.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

RODRIGUES, Sônia. **ROLEPLAYING GAME e a pedagogia da imaginação no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SARTURI, André. **Quando os dados (não) rolam:** jogo, teatralidade e performatividade entre o ROLEPLAYING GAME e o Process Drama. Florianópolis: UDESC, 2012.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes:** a escola em tempos de dispersão; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SINGLELINK. **Linguagem Neutra**. Disponível em: https://singlel.ink/u/linguagemneutra. Acesso em: 20 set. 2021.

SINGLELINK. **Neolinguagem**. Disponível em: https://singlel.ink/u/linguagemneutra. Acesso em: 20 set. 2021.

SINGLELINK. **Conjuntos de linguagem**. Disponível em: https://singlel.ink/u/linguagemneutra. Acesso em: 20 set. 2021.

STARRYPRIDE. **O que são xenogêneros?** Disponível em: https://starrypride.neocities.org/textos/xenogeneros.html. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Secretariado-Geral do Conselho. **Comunicação Inclusiva no SGC**. 2018. Disponível em: http://www.ssexbbox.com/wp-content/uploads/2019/02/pt_brochure-inclusive-communication-in-the-gsc.pdf. Acesso em 07 set. 2021.

VEIGA, Edison. **Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças**. 2020. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329. Acesso em: 17 set. 2021.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., (org.). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014. Acesso em: 20 out. 2022.

VON HUNTY, Rita. Tempero Drag. Linguagem Neutra @Elle Brasil. **Youtube**, 07 de jul. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WAzsxxMMlIM. Acesso em: 15 set. 2021.

WIKI IDENTIDADES. **Guia para linguagem oral não-binária ou neutra**. 2014. Disponível em: https://identidades.wikia.org/pt-br/wiki/Linguagem_n%C3%A3o-bin%C3%A1ria_ou_neutra. Acesso em 20 set. 2021.

WISNIEWSKI, Rudião Rafael. Gênero e Diversidade: Educação e (in)visibilidade LGBTQ nos espaços urbanos. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 15, n. 1, p. 76-93, jan./abr. 2020.

ZORDAN, Paola. Criação na perspectiva da diferença. **Revista Laboratório de Artes Visuais - UFSM**, ano 3, n. 05, setembro de 2010. Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/2135#:~:text=O%20texto%20apresenta%20conceitos%20de,no%20pensamento%20de%20Gilles%20Deleuze. Acesso em: 01 mar. 2021.

ZORDAN, Paola. Disparos e excessos de arquivos. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Rio de janeiro: Anpap, 2011a. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/cpa/paola_zordan.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

ZORDAN, Paola. Fragmentações, dilacerações, diluições. **Artifícios:** Revista do Difere – Grupo de Pesquisa Diferença e Educação, v. 1, n. 1. Junho de 2011b. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpa/paola_basso_zordan.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

CULTURA DA PAZ E O COMBATE À VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DO IDEÁRIO EDUCATIVO DA UNESCO

Edgar Abrahão Pereira[1]

Dirleia Fanfa Sarmento[2]

Resumo

A construção da cultura de paz e não violência, por meio da educação, encontra-se na gênese da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na carta de constituição dessa Organização há o propósito de “contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo”. Diante disso, a pesquisa documental (Cellard, 2014) em andamento tem por objetivo analisar como está sendo abordada a Cultura da Paz e o combate à violência no contexto escolar no ideário educativo difundido pela UNESCO, indicando as decorrências dessas abordagens para a ação educativa no contexto da Educação Básica. Resultados preliminares da incursão analítica no corpus investigativo, sinalizam que a cultura de paz: a) não se reduz a ausência de guerras; b) precisa estar alicerçada na solidariedade intelectual e moral da humanidade, não sendo suficientes acordos políticos e econômicos; c) induz consciências e as influencia em direção a um mundo mais tolerante; d) pressupõe à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos; e) requer o respeito aos direitos individuais e coletivos; f) prima por um desenvolvimento econômico sustentável e uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: ducação; cultura da paz; violência; UNESCO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 nov. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: edgar.201820472@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: dirleia.sarmento@unilasalle.edu.br.

BRASIL. **Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio. 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis n.ºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 17 jul. 2024

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 295-316.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. –UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273. Acesso em: 12 fev. 2023.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA –UNESCO. **Cooperacion para promover una cultura de paz**. Consejo Ejecutivo. Punto 5.4.2 del orden del día Provisional. 140 reunión, Paris, 1992. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000093829_spa?posInSet=15&queryId=99f1f31b-62fa-4cd5-b79b-4ac9f407e137. Acesso em 15 maio. 2023.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA –UNESCO. **Consejo Ejecutivo**. Punto 15 del orden del día provisional. Informe de la directora general sobre la labor de la UNESCO en torno a la cultura de paz. 184 reunión. Paris, 2010.
Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187118_spa?posInSet=16&queryId=99f1f31b-62fa-4cd5-b79b-4ac9f407e137. Acesso em: 12 jun.2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em:

https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf. Acesso em: 15 maio. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. –UNESCO. **Cultura de paz:** da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189919. Acesso em: 12 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. –UNESCO. **Informe sobre las actividades del programa de cultura de paz**. Conferencia General 28” reunión, París, 1995. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101305_spa?posInSet=8&queryId=99f1f31b-62fa-4cd5-b79b-4ac9f407e137. Acesso em: 12 jun.2023.

O PIBID ENQUANTO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO INICIAL DO FUTURO PROFESSOR

Meriele Mendes da Silva[1]

Resumo
O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem desempenhado um papel crucial na valorização da carreira docente e na melhoria da qualidade da educação básica. Este programa proporciona aos futuros professores um contato com o ambiente escolar, o que é essencial para a formação de profissionais mais preparados para atender às demandas complexas das salas de aula. Desde sua criação, a centralidade é fomento à iniciação à docência, concedendo bolsas para docentes que atuam em Cursos de Licenciatura, na educação básica e aos licenciandos que integram o projeto institucional. (Fundação Carlos Chagas, 2014). Assim, neste estudo, fazemos um recorte de uma pesquisa bibliográfica em andamento, focalizando o objetivo de analisar, por meio de uma revisão de artigos científicos que problematizam a temática do PIBID, identificados na ferramenta de busca Google Scholar, descrevendo as principais contribuições do programa para a melhoria da qualidade da formação inicial de professores. O corpus investigativo está composto por 8 artigos publicados que apresentam reflexões sobre o PIBID enquanto uma política pública. A análise dos dados foi realizada por meio da Técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). Os resultados indicam que o PIBID: a) contribui para a iniciação a docência, proporcionando a articulação entre teoria e prática; b) contribui para a construção de uma prática pedagógica mais reflexiva e crítica, capaz de responder às necessidades contemporâneas da educação; e c) é uma política pública estratégica para o fortalecimento da formação inicial docente no Brasil.

Palavras-chave: PIBID; políticas públicas; políticas educacionais; formação inicial; qualidade da educação; educação básica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTOCHAK, ntony Vinícius; SANTOS, Everton Rodrigo; SANFELICE, Gustavo Roese. PIBID na trajetória de política pública de iniciação à docência. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 15, e79205, 2021. DOI: https://doi.org/10.5380/jpe.v15i0.79205.

[1] Universidade La Salle. E-mail: meriele.silva@lasalle.org.br.

Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692021000100133&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 maio. 2024.

BARTOCHAKL, ntony Vinícius; SANFELICEL, Gustavo Roese.Impactos da política pública do Pibid nas trajetórias formativas de ex-bolsistas: uma revisão de literatura. **Rev. bras. Estud. pedagog**., Brasília, v. 104, e5597, 2023. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5597. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/LrjTGXSZLd4SCTn7VFVJ5BH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 maio. 2024.

CAMPELO, Talita da S.; DA CRUZ, Gisele. B. O edital CAPES Nº 07/2018 e a reconfiguração do pibid: sentidos de doce?ncia em disputa. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 33, p. 69-90, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i33.5277. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5277. Acesso em: 12 ago. 2024.

CORRÊA, Carla. P. Q. 10 anos do Programa de Iniciação à Docência PIBID: a trajetória de uma política educacional brasileira. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 18, p. 215-236, 2018. Disponível em: https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/3460. Acesso em: 12 agos. 2024.

CORNELO, Camila Santos; SCHNECKENBERG, Marisa. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID: trajetória e desdobramentos. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 14, e71637, 2020 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692020000100134&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2024.

DOMINSCHEK, Desire Luciane; ALVES, Tabatha Castro. O PIBID como estratégia pedagógica na formação inicial docente. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 624–644, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i3.7771. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650626. Acesso em: 12 maio. 2024.

FARIAS, Isabel M. S. de; ROCHA, Cláudio, C. T. PIBID: uma política de formação docente inovadora?. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 41–50, 2013. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/212. Acesso em: 12 ago. 2024.

FERNANDES, Maria J.; MENDONÇA, Sueli Guadelupe de Lima. PIBID: Uma contribuição à política de formação docente. **EntreVer**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 220-236, jan./jun. 2013. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d23bae48-e937-4297-8b0b-500e9c1f0ca1/content. Acesso em: 12 ago. 2024.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. Bernardete A. Gatti; Marli E. D. A. André; Nelson A. S. Gimenes; Laurizete Ferragut, pesquisadores. São Paulo: FCC/SEP, 2014. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/issue/view/298/6. Acesso em: 12 maio. 2024.

A FORMAÇÃO CONTINUADA ENQUANTO ESPAÇO COLABORATIVO DE PARTILHA: UM DIÁLOGO COM A LITERATURA

Juliana Chaves Dias[1]

Resumo
A presente pesquisa tem por objetivo mapear as principais teses e dissertações dos últimos dez anos no que se refere à formação docente continuada enquanto espaço colaborativo de partilha no ensino fundamental. A partir do mapeamento, realizou-se a verificação dos formatos de socialização das práticas pedagógicas dos professores e a identificação dos espaços de sua construção coletiva. Sob a abordagem qualitativa, a pesquisa atende as orientações de Gil (2002), por meio de estudo bibliográfico, e segue os pressupostos de Bardin (1997) para análise de conteúdo. O estudo conta como fonte de consulta com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio de pesquisa a partir das palavras-chave relacionadas à temática investigativa. A partir da ampla devolutiva acadêmica sobre o tema formação continuada docente, os trabalhos foram selecionados tendo na colaboração o componente comum, bem como movimentos de dialogicidade e de construção coletiva, a partir da realidade de seus profissionais. Os resultados da análise indicam a participação efetiva dos professores nos espaços de diálogo oportunizados pelas formações, e destacam a sua adesão quando da criação de momentos de partilha de experiências pedagógicas locais. Nestes formatos, as formações continuadas são oportunidades de reflexão coletiva, do encontro da diversidade e da socialização de práticas educativas.

Palavras-chave: Formação continuada; ensino fundamental; formação continuada docente em ciclos; práticas colaborativas ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70 Lda. Lisboa, 1997.

[1] Universidade La Salle. E-mail: julianachavesdias@gmail.com.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ANÁLISE DA META 6 DO PNE 2014-2024

Ana Paula dos Santos[1]

Resumo
Educação em Tempo Integral: análise da meta 6 do PNE 2014-2024. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996, art. 34), estabelece que a jornada escolar no Ensino Fundamental deve incluir, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. A meta 6, prevista no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), prevê a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. Nesse sentido, a Pesquisa Documental (Cellard, 2014) em andamento tem como temática a Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental. Fazemos um recorte na análise dos resultados atinentes a meta 6 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). O objetivo é analisar a evolução da meta 6 no decorrer dos cinco ciclos de monitoramento, tendo como referência a consulta aos Relatórios de Monitoramento das Metas do PNE (Inep, 2016, 2018, 2020, 2022, 2024). Os Relatórios de Monitoramento do PNE são publicados pelo Inep ao final de cada ciclo de dois anos, com informações relativas à avaliação da execução das metas e das estratégias previstas no plano (Brasil, 2014). Considerando-se a evolução das séries históricas, é improvável o alcance da meta 6 até o fim da vigência do PNE.

Palavras-chave: educação integral; ensino fundamental; Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências, 2014.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ana.201931263@unilasalle.edu.br.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 295-316.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE:** Biênio 2014-2016. Inep. Disponível em: https://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_terceiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 25 agos.2023.

COVID-19 E OBESIDADE NO JORNAL: PEDAGOGIAS E POLÍTICAS DO RISCO EM AÇÃO NA PANDEMIA

Ariel Meirelles Danzmann[1]

Resumo
No contexto da pandemia da Covid-19, a mídia foi crucial para que a população fosse informada e educada em saúde, em meio à infodemia. Os jornais, em especial, contribuíram de maneira decisiva para o entendimento da nova doença, bem como para a conscientização acerca das medidas para a sua prevenção (SACRAMENTO; BORGES, 2020). A partir dos Estudos Culturais em Educação, entende-se que o jornal funciona como uma pedagogia cultural (STEINBERG, 1997), produzindo lições e ensinando significados acerca do corpo, da saúde e da doença. Neste trabalho, busca-se investigar as lições apresentadas pelo caderno jornalístico Viver com Saúde, produzido pelo Grupo Sinos, em torno da relação entre a Covid-19 e a obesidade durante o primeiro ano da pandemia. Foram consultadas 44 edições do referido caderno e, para fins de análise, foram selecionadas duas reportagens e duas colunas. Os resultados mostram que o jornalismo em saúde produziu uma articulação bastante direta e profunda entre a Covid-19 e a gordura corporal. Apontam, ainda, para uma representação do corpo gordo como “em risco” (de contrair o coronavírus e morrer) e potencialmente “doente”, por meio de uma “gramática do risco”, recorrendo a termos como “alerta” e “atenção”. Nas reportagens, evidencia-se a utilização de vozes de diversos especialistas que corroboram com a ideia do corpo gordo ser um corpo “fragilizado”, propenso a diversas doenças e evidenciando a “necessidade” e urgência na perda de peso e mudança de comportamentos para “proteger a vida”, distanciando-se dos riscos envolvendo a Covid-19..

Palavras-chave: Covid-19; estudos culturais; obesidade; saúde.

REFERÊNCIAS

SACRAMENTO, Igor; BORGES, Wilson Couto. **Representações Midiáticas da Saúde**. Editora FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2020.

STEINBERG, Shirley R. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. *In*: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos (org.).

[1] Universidade Luterana do Brasil. E-mail: arielmd@rede.ulbra.br.

Identidade Social e a Construção do Conhecimento. Porto Alegre: SMED, 1997. p. 98-145.

SERÁ QUE SEI SE ENTENDI?!

Paloma Falcão Amaya[1]

Resumo
Diversas pesquisas na educação e áreas afins apresentam modelos pedagógicos e didáticos para a construção do fazer docente e como orientar o professor no trabalho escolar, mas poucos estudos tratam sobre a construção da relação do aluno com seu processo de aprendizagem. De forma inicial, essa pesquisa buscará discutir e relacionar se o aluno entende seu estudo e se realmente sabe como conduzi-lo, criando sua autonomia e sua auto-organização. As perguntas que se colocam para refletir nesta pesquisa são: Como avaliar se as dicas de estudos são eficazes? Como perceber se aluno aprende a ser aluno? Como o aluno se percebe dentro e fora do contexto da sala de aula? Como o aluno sabe se estudou? Um antigo provérbio diz “se você der um peixe a um homem o alimentará por um dia, mas se o ensinar a pescar o alimentará por muitos dias”, mas na prática será que o aluno sabe o que é o peixe? Neste estudo buscaremos entender como os alunos estudam, ou se sabem estudar e quais os modelos de estudos conhecem, são questões fundamentais que podem contribuir na sua trajetória educacional. Sendo assim, o diferencial desta proposta de pesquisa se dá pela busca da perspectiva do aluno sobre o próprio processo de construção de seu conhecimento. A realização desta pesquisa será pautada em querer entender como se constrói o desenvolvimento do aprender a aprender.

Palavras-chave: educação; práticas de estudos; ambientes de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. RJ: Paz e Terra. 2002.

GARDNER, Howard. **Multiple Intelligences:** New Horizons in Theory and Practice. Ed.: Basic Books, 2006.

OAKLEY, Barbara; SEJNOWSKI, Terrence; MCCONVILLE, Alistair. **Aprendendo a aprender para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2019.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jenifer.202010800@unilasalle.edu.br.

A INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E AS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUTOS PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Luisa Emilia Lucena Camargo[1]

Resumo
A efetividade do direito à educação, positivado na Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), requer um conjunto de políticas públicas e ações que viabilizem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes em seus percursos formativos. Tratando-se de estudantes em situação de risco e vulnerabilidade, é fundamental a garantia de programas que contribuam para minimizar as disparidades sociais. Neste estudo fazemos um recorte numa pesquisa teórica em andamento, do tipo bibliográfica (Gil, 2002), direcionando o olhar para o seguinte objetivo: Descrever os contributos da intersetorialidade entre as políticas públicas de educação e as de assistência social para a efetividade do direito à educação. Para a localização dE artigos, utilizamos os termos intersetorialidade e direito à educação. A leitura dos resumos dos artigos encontrados viabilizou a seleção dos artigos produzidos por Rezende, Baptista e Amâncio Filho (2015); Mocelin (2019) eWinter, Menegotto e Zuchetti (2019). Resultados preliminares indicam que as produções sobre a intersetorialidade das políticas públicas, tendo em vista a efetividade do direito à educação, são incipientes, apesar da relevância dessa abordagem na gestão da educação pública. Dessa forma, a necessidade os autores, tanto de estudos realizados nos âmbitos dos programas de pós-graduação stricto sensu quanto demais pesquisadores que possuem como foco essa temática investigativa, socializem suas reflexões e achados. Dessa forma, será possível avançar nas discussões e práticas sobre os meios de promover, cada vez mais, a intersetorialidade.

Palavras-chave: educação; assistencia social; politicas publicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 abr. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: luisa.200515356@unilasalle.edu.br.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, v. 22, nº. 45, 2019, set./, p. 239-260.Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5522/552264344011/552264344011.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

REZENDE, Mônica de; BAPTISTA, Tatiana W de F.; AMÂNCIO FILHO, Antenor. O legado da construção do sistema de proteção social brasileiro para a intersetorialidade. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 301-322, maio/ago. 2015.Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/xqXJkwWyHMDfrdKCv97FGty/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2024.

WINTER, Ana C.; MENEGOTTO, Lisiane M. de O.; ZUCHETTI, Dinora T. Vulnerabilidade social e educação: uma reflexão na perspectiva da importância da intersetorialidade. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 11, n. 25, p. 165 – 183, set./.dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.18316/rcd.v11i25.5526. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/5526. Acesso em: 12 ago. 2024.

A GARANTIA DO DIREITO À ALFABETIZAÇÃO: CONTRIBUTOS DE MAGDA SOARES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Suziane F. Maffini[1]

Resumo
O Decreto n 11.556 (Brasil, 2023), institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, preconiza a garantia do direito à alfabetização das crianças, considerada um elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas. O Decreto apresenta como objetivos do Compromisso a implementação de políticas, programas e ações que contribuam para a alfabetização das crianças até o final do segundo ano e a promoção de medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das até o final dos anos iniciais. Assim, neste estudo fazemos um recorte de uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) em andamento, fazendo um recorte no seguinte objetivo: descrever a os pressupostos sobre a alfabetização e o letramento difundidos por Magda Soares, apresentando as decorrências desta concepção para as práticas pedagógicas no primeiro ano do Ensino Fundamental. Selecionamos as produções da referida autora que tem como foco a alfabetização e o letramento (Soares, 1985, 1998, 2014). A partir dos pressupostos da autora, é possível inferir a importância nos processos de alfabetização e letramento práticas que partem da realidade da turma e do nível psicogenético de cada criança; da leitura e escrita de textos, todos os dias em grupo e individual de textos significativo, oportunizado aos alunos leitura de memória; jogos com palavras do universo vocabular da turma; construção de textos, respeitando as diferentes “maneiras” de cada um escrever e a reflexão contínua acerca da função social da leitura e da escrita.

Palavras-chave: alfabetização e letramento; direito à alfabetização; prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: suzi.santamaria@hotmail.com.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p.19-24, 1985. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1358. Acesso em: 15 ago. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento:** em tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, 2004, p. 5-17. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 dez. 2023.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUTOS PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Jocelaine dos Santos Luongo[1]

Resumo
O direito à educação está positivado na Constituição da República Federativa do Brasil e é reafirmado nos demais dispositivos que orientam a ação educativa nas instituições de ensino. Contudo, a efetividade de tal direito ainda precisa ser garantida, principalmente quando se trata do público-alvo da Educação Especial, sendo que estes historicamente são os mais afetados por esta falta de efetividade. Diante do exposto, a Pesquisa Documental tem como objetivo compreender os contributos dos pressupostos difundidos pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para a efetividade do direito à educação do público-alvo da Educação Especial. O corpus investigativo, composto pela referida Política, é analisado com base nas orientações de André Cellard. Destacam-se como pressupostos centrais e principais contribuições da referida Política para a efetividade do direito à educação do público-alvo da Educação Especial: a) o ideário da Educação Inclusiva; b) a proposição da transversalidade da Educação Especial em todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional; e, c) a ênfase na oferta obrigatória, pelos sistemas de ensino, do atendimento educacional especializado ao público-alvo da Educação Especial e a formação de professores para atuarem em tal atendimento. Almejamos que os resultados do estudo possam contribuir para o avanço das reflexões acadêmico-científicas acerca do campo de estudos das Políticas Educacionais e do direito à educação do público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: educação especial; direito à educação; política educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 abr. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jocelainesluongo08@gmail.com.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília:** Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 12 maio. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 295-316.

A INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Jozilda Berenice Candido Fogaça[1]

Resumo
Os fluxos migratórios e deslocamentos humanos têm estado em evidência na contemporaneidade por conta dos conflitos sociais. Passamos a conviver com a expressão “refugiados”, compreendendo que são pessoas que atravessam fronteiras e que precisam de ajuda internacional. A complexidade da definição e da representação que o refugiado tem na sociedade implica compreender que tal conceituação é definidora da forma como a pessoa refugiada será inserida no contexto social do país que a acolhe. É comum que as leis conferem uma leitura abstrata da pessoa e suas circunstâncias, antecipando possíveis condições também abstratas, que levam a pessoa solicitante a um estado de não estar pertencente a nenhuma categoria. Esse estudo tem como objetivo, analisar as políticas públicas de atenção a refugiados no Brasil, para crianças com idade de 6 a 10 anos. Neste momento, a investigação delineia-se como uma pesquisa tipo documental, evidenciando o trabalho bibliográfico acerca de conceitos e legislação que servirão de embasamento teórico para o trabalho comparativo e analítico sobre os dados que serão levantados em entrevistas e outras atividades de campo. Os dados serão analisados via técnica de análise de dados. Os principais resultados obtidos indicam a baixa produção teórica acerca da integração local de crianças em idade escolar na condição de imigrantes. Espera-se que esse estudo possa contribuir para abordar de forma científica as questões sociais que estão presentes na imigração no nosso entorno.

Palavras-chave: refugiado; educação; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas/SP: Papirus, 2012.

[1] Universidade La Salle. E-mail: anbatistape@gmail.com.

BARRETO, Luiz Paulo Teles. **Refúgio no Brasil:** a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010
Brasil: Lei Brasileira de Refúgio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

FERNANDES, Maya; BRULON, Vanessa. A Integração Local dos Congoleses Refugiados e Solicitantes de Refúgio no Rio de Janeiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 57–68, 2019. DOI: 10.21118/apgs.v11i1.5442. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5442. Acesso em: 18 jun. 2024.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

UNHCR – ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/. Acesso em: 18 jun. 2024.

A NEGLIGÊNCIA DA APRENDIZAGEM EM UM SISTEMA EDUCACIONAL REPLETO DE APRENDIZES CARENTES DE COMPETÊNCIA

Antonio Batista Pereira[1]

Resumo
Este trabalho foi motivado pelas críticas feitas à qualidade da educação brasileira, tendo como objetivo principal chamar a atenção para uma maior valorização da aprendizagem. A pesquisa possui delineamento qualitativo e exploratório, do tipo teórico e bibliográfico. O objetivo geral consiste em entender como o ensino e a aprendizagem são tratados por pesquisadores e professores em suas produções bibliográficas. Para a coleta de dados, foram selecionados trabalhos publicados no banco de dados do Google, no período de 01 de janeiro de 2018 até 13 de dezembro de 2023, através da utilização das palavras chaves: ensino, metodologia de ensino, técnica de ensino, aprendizagem, metodologia de aprendizagem e técnicas de aprendizagem. Além disso, houve a análise da programação de congressos educacionais, nas quais foram investigas as áreas temáticas de cinco congressos em educação realizados no período de 2022-2023, escolhidos ao acaso, nos quais aferiu-se a presença das palavras ensino e aprendizagem nos títulos de resumos e trabalhos completos publicados. Como resultados principais destaca-se que as publicações em ensino representam 63,9 % e em aprendizagem 36,1 %. Na programação dos congressos brasileiros em educação analisados, apenas um possuía a área temática aprendizagem, porém como ensino-aprendizagem. Destes, cinco publicaram anais de resumos e/ou trabalhos completos. Na aferição dos títulos das publicações, constata-se que o ensino apareceu em 79,7 % dos trabalhos e a aprendizagem em 20,3%.

Palavras-chave: Congressos; anais; produção científica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D.N.F. *et al*. Em direção a educação ubíqua: aprender sempre em qualquer lugar, com qualquer dispositivo. **Revista Novas Tecnologia na Educação**, v. 6, n. 1, p. 1- 11, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

[1] Universidade La Salle. E-mail: anbatistape@gmail.com.

BRAVO, M.H. 2022. Igualdade, equidade e políticas educacionais. *In*: BELISÁRIO, A *et al*. **Análise de dados educacionais:** Aplicando evidências na gestão pública. Cap. IV: 36 -41, 2022.

DURKHEIM, É. 2014. **Educação e sociologia**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERREIRA, A.B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2004.

GIL, A.T. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas S.A., 2008.

JARDIM, W. R. S. **Dificuldade de Aprendizagem no ensino fundamental**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MEURER, C.F.; SCHEID, N.M.J. Educação ligada à vida: Conhecimento e aprendizagem à luz de uma visão analítica da intersubjetividade. In: FOSSATTI, P.; HENGEMÜLE, E.; CASAGRANDE, C. A. **Ensinar a bem viver**. Canoas, RS. UnilaSalle Ed., 2011. p. 125 – 138.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa**. Brasília, Ed UnB, 1999.

OECD 2022. Education at a Glance 2022, OECD indicators. https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/.

PEREIRA, A.B.; KAPPEL PEREIRA, B. Buscando a identificação de causas sobre a qualidade discutível da educação brasileira. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, e28812139704, 2023.

PIAGET, J. **A Evolução Intelectual da Adolescência à Vida Adulta**. Tradução de Fernando Becker e Tania B.I. Marques. Porto Alegre: Faculdade de Educação, 1993.

PIAGET, J. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas:** Problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EDUCAÇÃO PERSONALIZADA: GÊNESE CONCEITUAL E DECORRÊNCIAS PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tamires Roos dos Santos[1]

Resumo
Esta pesquisa explora as implicações da Educação Personalizada, conforme a concepção de Víctor García Hoz (1970), para a práxis pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Educação Personalizada visa atender às potencialidades particulares dos estudantes, promovendo responsabilidade e autonomia na aprendizagem. Isso é relevante no contexto atual, onde mudanças sociais e tecnológicas exigem uma atualização na práxis pedagógica para atender melhor às competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes. Além disso, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a Educação Personalizada, uma vez que as publicações sobre o tema são limitadas. O objetivo principal da pesquisa consiste em compreender a origem do conceito de Educação Personalizada e suas implicações práticas para a pedagogia nos anos iniciais, com foco na aplicação dos princípios de García Hoz (1970). Do ponto de vista do delineamento metodológico, a pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa, do tipo teórico-bibliográfica (GIL 2008), com a utilização de uma abordagem analítica hermenêutica (GADAMER 2006), que permite a reflexão crítica sobre a literatura existente e a busca por significados e sentidos que contribuam para o entendimento da temática e sua efetividade no campo da educação. Os dados preliminares apontam que a Educação Personalizada pode ser utilizada tanto através da alteração curricular quanto pela adaptação das práticas pedagógicas já existentes, promovendo um ambiente que desenvolva as competências individuais dos alunos e melhore a eficácia do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: educação personalizada; práxis pedagógica; anos iniciais do ensino fundamental; ensino; aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinalsite.pdf. Acesso em: 14 abril 2024

[1] Universidade La Salle. E-mail: roostamires.roos@gmail.com.

GADAMER, H.G**. Verdade e método I:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 7. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOZ, V.G. **Educação Personalizada**. Valladolid: Miñón, 1970.

HOZ, V.G. **Tratado de Educacíon Personalizada**. El concepto de la persona. Ediciones Rialp, S.A. 1989.

HOZ, V.G. **Tratado de Educacíon Personalizada**. La educacíon personalizada en la familia. Ediciones Rialp, S.A. 1990

HOZ, V.G. **Tratado de Educacíon Personalizada**. La práctica de la educacion personalizada. Ediciones Rialp, S.A. 1996.

MINAYO, M.C. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Nayara. de Lima.; LEITE, Bruna. Silva. Análise dos critérios para uma educação personalizada em artigos da área de ensino publicados entre 2010-2020. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020197, 2021.Disponível em: Dialnet. Acesso em: abril de 2024.

NOME SOCIAL E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE ESTUDANTES QUE TENHAM SUA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO RECONHECIDA NO ESPAÇO ESCOLAR

Marcos Rogério dos Santos Souza[1]

Resumo
Em um Estado Democrático de Direito, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são os pilares fundamentais que garantem a justiça, a liberdade e o respeito aos direitos de todos. Diante disso, é preciso que crianças, adolescentes e demais pessoas possam ocupar os espaços educacionais, sendo assegurado o direito ao uso do nome social, o direito de tratamento oral, garantia do uso de banheiros, vestiários, indumentárias que estejam em conformidade com a sua identificação de gênero (Souza, 2022). Por meio desta escrita objetiva-se, de forma geral, refletir sobre os documentos produzidos pelos Conselhos Municipais de Educação que compõem a GRANPAL e de forma específica examinar as normatizações estabelecidas para o uso do nome social. À vista disso, torna-se necessário pensar sobre as diversas formas de violência em que estão sujeitas as pessoas, quando fogem as padronizações, normatizações e as regulações estabelecidas pela cultura cisheteronormativa, que dita qual seja à identidade de gênero aceitável nos espaços sociais. A estratégia metodológica escolhida centra-se em um estudo de cunho qualitativo descritivo, elaborado através de pesquisa documental e de revisão bibliográfica, epistemologicamente alicerçada nas teorias pós-estruturalistas de gênero e seus campos de pertencimento. Aponta-se como resultado do estudo que existem inconsistências conceituais nos documentos analisados, os quais fragilizam seu propósito legal, não sendo efetivo na execução e garantia dos direitos da população que vive na marginalização. Embora a temática sobre o nome social tenha sido pautada por alguns Conselhos Municipais de Educação, ainda não garantem o direito a todos.

Palavras-chave: educação; direitos humanos; gênero; nome social; sexualidade.

REFERÊNCIAS

SOUZA, M. R. S. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS**. 2022. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11690/3515. Acesso em: 24 ago. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: marcossouzas@yahoo.com.br.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL SEGUNDO OS MARCOS LEGAIS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Priscilla Rosa Farias[1]

Resumo
A trajetória da Educação no Brasil, nas últimas décadas, é marcada pela evolução do setor em diversos aspectos, como a ampliação do acesso em todos os níveis de ensino e a definição de políticas educacionais, dentre elas, as voltadas à formação dos professores. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da formação de professores no Brasil, a partir dos marcos legais que orientam este processo. O estudo de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, abrange a análise das Diretrizes curriculares para formação de professores, desde 1961 até o atual momento, com a emissão da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que determina diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da Educação Básica. Após a análise dos dados, percebeu-se uma evolução nas políticas voltadas à formação inicial de professores para a Educação Básica, através dos marcos legais, com a implementação de diretrizes específicas de formação docente, desde a LDB em 1996, posteriormente o estabelecimento de Diretrizes Curriculares específicas em 2001, 2002, 2006, 2015 e 2024, além de metas e estratégias específicas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2025, concretizadas em diversas ações e programas, evidenciando movimentos em prol do desenvolvimento docente que tem sido foco de estudo e discussão no âmbito educacional, entre os pesquisadores da área, apontando tanto para avanços quanto alguns retrocessos que ressaltam, de um lado, uma formação de professores tecnicista e de outro uma formação crítico reflexiva.

Palavras-chave: formação de professores; ensino superior; educação básica; pedagogia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1961.

[1] Universidade La Salle. E-mail: priscilla.rosa@lasalle.org.br.

BRASIL. **Lei n. 5.962, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago. 1971.

BRASIL. **Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 abr. 2013.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 5/2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIBÂNEO, J.C; PIMENTA, S.G. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/1999.

MEINHARDT, Moana. **Na Contramão da lógica disciplinar:** revisitando o Ensino de Graduação desde a vivência da Pesquisa-ação a perspectiva da Interdisciplinaridade. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil:** história e teoria. São Paulo: Autores Associados, 2008.

POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Rafael D'Avila Barros[1]

Resumo
O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado em Sociologia sobre as possibilidades de existência do ensino de Sociologia no Novo Ensino Médio. O objetivo da pesquisa é analisar os possíveis espaços de efetivação da Sociologia Escolar nos Itinerários Formativos da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A presença obrigatória da Sociologia é definida por Meucci (2015; 2020) como uma "presença intermitente", alinhada aos momentos em que o Estado nacional responsabiliza-se por organizar os processos de desenvolvimento societário do País. Paralelamente, Oliveira (2023) identifica que a reintrodução curricular da Sociologia em 2008 evidencia uma ruptura com a trajetória de sua obrigatoriedade ao longo do século XX. Com a implementação do Novo Ensino Médio, torna-se relevante investigar as possibilidades de efetivação de práticas pedagógicas de Sociologia Escolar na parte opcional do currículo. Para tanto, a pesquisa está sendo desenvolvida por uma abordagem qualitativa com a análise dos Objetos de conhecimento dos componentes curriculares dos Itinerários Formativos alinhados à Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ofertados pelo programa Ensino Médio Gaúcho e, por entrevistas semi-estruturadas com professores formados em Ciências Sociais que atuam com estes componentes curriculares em escolas estaduais das cidades de Canoas, Nova Santa Rita, Esteio, Sapucaia do Sul e Triunfo. Até o presente momento foram identificados 23 componentes curriculares com a potência de desenvolver práticas pedagógicas de Sociologia Escolar. Porém, ainda é necessário investigar se essas possibilidades são efetivadas no cotidiano das instituições de ensino.

Palavras-chave: ensino de sociologia; sociologia escolar; presença intermitente; novo ensino médio; práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 251-260, 9 nov. 2015. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. http://dx.doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02. Acesso em: 25 set. 2023.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rdavilabarros@gmail.com.

MEUCCI, Simone. História da Disciplina na Educação Básica no Brasil, o ensino da Sociologia. *In*: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Café Com Sociologia, 2020. p. 163-167.

OLIVEIRA, Amurabi. **O campo do ensino de Sociologia no Brasil:** gênese, agentes e disputas. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

MEMÓRIA SOCIAL

E

BENS CULTURAIS

MEMÓRIAS DO TRABALHO E DO TRABALHADOR: A PRODUÇÃO DE FARINHA DE TRIGO NO MUNICÍPIO DE CANOAS

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves[1]

Resumo
A presente pesquisa visa compreender a relação da indústria moageira de trigo no desenvolvimento sociocultural econômico do Rio Grande do Sul a partir da memória de trabalhadores da empresa Moinho Estrela. Faz parte do estudo em nível de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Com esta temática, pretende-se aproximar os campos da memória social e do patrimônio industrial, por meio das memórias do Moinho Estrela, construir os saberes do trabalho, cercando-se dos conceitos do patrimônio industrial imaterial e visibilizar a memória industrial da organização como forma de promover a conservação do patrimônio industrial imaterial do setor moageiro. Contudo, também se dialoga com o campo da memória empresarial com o intuito de contextualizar a instituição em uma área de estudos sobre a memória do trabalho. Neste sentido, a partir da análise de documentos, imagens e narrativas, a pesquisa prevê como metodologia os campos qualitativo, descritivo e exploratório, bem como realizar o levantamento bibliográfico e a condução de entrevistas semiestruturadas, para então fazer uso da análise de conteúdo. Utiliza-se de fontes primárias (livros da empresa, manuais de produção fabril, fotografias e entrevistas) e de fontes secundárias (recortes de jornais e revistas no campo da indústria de moagem) para, então, construir a memória industrial do Moinho Estrela, relacionando-a ao contexto social e econômico do setor moageiro no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: memória social; moinho estrela; patrimônio industrial imaterial; saberes do trabalho; setor moageiro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Edição Revista e Actualizada). Brasil: Edições 70, 2021.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

1 Universidade La Salle. E-mail: claudiani.vargas@gmail.com.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas - **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1987.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2021.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Revista Museologia & Patrimônio**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23. Acesso em: 22 jan. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas Teóricos de Restauro. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2004.
MOINHO ESTRELA. **Sobre**. Disponível em: https://www.facebook.com/MoinhoEstrela/?locale=pt_BR. Acesso em: 26 jan. 2024.

MUDROVCIC, Maria Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecilia et al. (org.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 101-116.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2 n.3, p.3-15, 1989.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. **O Patrimônio Industrial Brasileiro:** Memória e Cultura Interdisciplinar. II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/7631347/O_Patrim%C3%B4nio_Industrial_Brasileiro_Mem%C3%B3ria_e_Cultura_Interdisciplinar. Acesso em: 10 maio 2024.

MEMÓRIAS DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ESTEIO-RS: UM ESTUDO DO CASO DAS POLÍTICAS DE BUSCA ATIVA

Fabiane Fraga Monteiro[1]

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em Memória Social e Bens Culturais da universidade La Salle, envolvendo o tema evasão escolar e memória, especificamente o Programa Busca Ativa, do município de Esteio/RS. As políticas públicas do programa visam garantir o direito à educação básica, conforme a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, resgatando crianças e adolescentes para a escola. A pesquisa, em fase inicial, analisa como as ações municipais do Busca Ativa Escolar estão alinhadas aos marcos legais, investigando a articulação da rede local em relação ao abandono e evasão escolar. Busca compreender a conexão entre memória, cultura e as trajetórias de vida de estudantes e famílias atendidas pelo programa. A pesquisa tem como objetivo principal analisar o avanço das políticas públicas do Programa Busca Ativa Escolar na rede municipal de Esteio/RS, explorando sua relação com a identidade e a memória dos indivíduos e famílias envolvidos no processo. O tema se justifica pela necessidade de assegurar o direito universal à educação pública para todas as crianças e adolescentes. A investigação das memórias relacionadas à infrequência e evasão escolar permite promover ações que incentivem a permanência e o interesse dos alunos, contribuindo para um aprendizado satisfatório e para a redução dos índices de evasão escolar. A pesquisa é qualitativa, envolvendo métodos bibliográficos, documentais e de campo. Propõe-se um estudo aprofundado das políticas públicas para superar a evasão escolar. O estudo incluirá o mapeamento de dados sobre estudantes evadidos, retornos e permanências na escola, além de questionários anônimos para adolescentes e famílias, explorando a relação entre memórias, cultura e evasão. Na fase inicial, o enfoque será exploratório, com revisão bibliográfica sobre o tema para fundamentar a análise e contextualizar as políticas públicas em questão. A pesquisa pretende discutir as narrativas de memória a partir dos índices analisados, considerando a memória documental das políticas públicas sobre evasão escolar em Esteio/RS e as identidades e memórias produzidas nesse contexto, buscando alinhar essas análises com autores que abordam a memória social coletiva e cultural em relação à memória individual, aprofundando o diálogo entre políticas públicas, memória e cultura. O resultado esperado deste estudo apresenta um grande desafio, pois busca investigar como as ações municipais do Programa Busca Ativa Escolar em Esteio/RS estão alinhadas às políticas públicas e documentos oficiais. O foco é compreender a articulação da rede do programa, identificando as políticas de resgate, redes de apoio e projetos destinados aos

[1] Universidade La Salle. E-mail: fabiane.202421710@unilasalle.edu.br.

estudantes em situação de infrequência ou evasão escolar. É importante ressaltar que, ao longo do desenvolvimento, o projeto poderá sofrer ajustes devido a necessidades ou orientações, uma vez que está em fase inicial e ainda em construção.

Palavras-chave: políticas públicas; busca ativa escolar; educação; evasão; memória.

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Secretário de Planejamento, Governança e Gestão**. 7. ed. Setembro de 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa. Acesso em: 20 nov. 2024.

AZEVEDO; PACHECO, A multisetorialidade no Busca Ativa Escolar em Esteio/RS e possíveis diálogos com a teoria de Pierre Bourdieu. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOCIOLOGY OF LAW - 2023 DIREITO, SAÚDE E INOVAÇÃO, 7., 2023. **Anais** [...]. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

FORNARI, L. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 27 jan. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social Teoria, Método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia, 1987.

QUEIROZ, L. D. Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social. **25ª Reunião anual da Anped**, Caxambu, v. 1, n.1, pp. 01-10, set/out, 2002.

CRIAR NOVAS MEMÓRIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS ATRAVÉS DE UM INSTALAÇÃO

Marilene Lenz Correa[1]

Resumo
Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado profissional em Memória Social e Bens Culturais desenvolvida em uma escola de educação fundamental da rede municipal de Esteio – RS. Aborda a construção de uma Instalação, como produto final do mestrado, com o objetivo de criar novas memórias nos alunos e em todos que participarem da visitação da Instalação sobre os povos originários do nosso país. Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural (2024) Instalação é uma produção artística que lança a obra no espaço, com o auxílio de materiais muito variados, na tentativa de construir um certo ambiente ou cena, cujo movimento é dado pela relação entre objetos, construções, o ponto de vista e o corpo do observador. A Instalação será elaborada pelos alunos durante as aulas e permite que trabalhemos com os mais diversos tipos de materiais transformando a instalação num aprendizado interdisciplinar. Professora e alunos irão juntos montar a Instalação. Espera-se que as pessoas que forem visitar a Instalação possa aprender a ver os povos originários de outra maneira e passar estes conhecimentos a outras pessoas criando assim uma rede de novas memórias sobre os povos originários fazendo com que os mesmos possam ter a visibilidade e respeito que merecem.

Palavras-chave: instalação; memória; povos originários; educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **Mitos e lendas do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo. **A temática indígena na escola:** subsídios para professores. São Paulo, Contexto, 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: marilene.200711425@unilasalle.edu.br.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. www.indigenas.ibge.gov.br/downloads.html. Acesso em: 18 nov. 2024.

INSTALAÇÃO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3648/instalacao. Acesso em: 05 set. 2024. Verbete da Enciclopédia.
JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos:** história indígena do Brasil contada por um índio. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MIRIM. Disponível em: www.mirim.org/pt-br/lingua. Acesso em 18 nov. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. Três reflexões sobre os povos indígenas e a Lei 11.645/08. **Moitará Revista Eletrônica da Fundação Araporã**, Edição Especial V, n?1/nov-dez. p. 20-24, 2014.

MUNDURUKU, Daniel, **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012

NAQUET-VIDAL, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico:** da pré-história aos nossos dias. Lisboa: Círculo de leitores, 1987p.18; Atlas histórico escolar, Rio de Janeiro: FAE, 1991. P.50

NETO, João Simões Lopes. **Lendas do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

OITICICA, Hélio. **Experimentar o Experimental**. Revistasdecultura.com. Lisboa Portugal 2019.

OLIVEIRA, Emerson Dionisio Gomes de. Reapresentação e documentação de instalações de arte em três museus brasileiros. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Nova Série, v. 26, p. 1-30, 2018.

SILVA, Giovani José da. **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. 1 ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

SOCIO AMBIENTAL. Disponível em: www.socioambiental.org/. Acesso em 18 nov. 2024.

TUXÁ, FELIPE **Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil.** In: BANIWA, Braulina et al. **Genocídio indígena e políticas integracionistas:** demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

A MEMÓRIA LASSALISTA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA ARTÍSTICO-RELIGIOSA DO IRMÃO JOÃO RENATO KOCH

Edilson do Valle Kayser [1]

Resumo
Este resumo trata-se de um recorte da pesquisa desenvolvida para a realização da Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Baseia-se em estudar a Memória Lassalista através da trajetória artístico-religiosa do Irmão João Renato Koch, cujas manifestações artísticas refletem-se nas mais variadas searas, principalmente voltadas à arquitetura, pintura, escultura e música. Suas múltiplas vocações, especialmente aquelas de cunho artístico e religioso, demonstram a complexidade de seu savoir-faire, o que torna imprescindível o esforço para que uma vida, dedicada aos valores religiosos e artísticos, seja sistematicamente protegida, organizada e catalogada, no intuito de propiciar, às gerações vindouras, a oportunidade de conhecer o legado do irmão lassalista. Desta forma, segue o questionamento: Seria possível, através de uma pesquisa de cunho (auto)biográfico registrar a memória de vida do Ir. Renato? Pressupõe-se, como metodologia, a "coleta de materiais" e a "entrevista de pesquisa biográfica", seguidas da "análise dos materiais", em outros termos, dos modelos de leitura e de interpretação dos documentos coletados, bem como em relação às fontes de pesquisa, realizar a consulta a arquivos públicos ou particulares que guardam documentos e jornais e que permitem compreender o período em que viveu o Ir. Renato. Pretende-se desta forma, compreender e registar a trajetória de vida do Ir. Renato Koch, o que vai além de simples ato indexador e catalográfico, pois significa compreender a essência atemporal do homem e sua obra, cujos pilares artísticos e religiosos, nunca se afastaram dos preceitos lassalistas.

Palavras-chave: memória lassalista; biografia; Irmão João Renato Koch; arte; religião.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

[1] Universidade La Salle. E-mail: edilson.kayser0916@unilasalle.edu.br.

ARENDT, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense UNiversitária, 2018.

ASSMANN, A. **Espaços de recordação**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2019.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Biographie et education. Figures de l'individu-projet. Paris, Anthropos, 2003 apud DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5JPSdp5W75LB3cZW9C3Bk9c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jun. 2024.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Histoire de vie et recherche biographique en éducation. Paris: Anthropos, 2005 apud DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5JPSdp5W75LB3cZW9C3Bk9c/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 23 jun. 2024.

FIGUEIREDO, J. P. A. B. de; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Edições Vértice, 1990.

RAMALHO, Emmanuel. Raízes fenomenológicas da sociologia da religião de Peter Berger. **Áskesis**, v.7, n.1, janeiro/junho – 2018, p. 132-141.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994. (tomos 1, 2 e 3)

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. **História:** debates e tendências, v. 13, n. 2, p. 343-353, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456388009.pdf.

MEMÓRIA E LEGADO DE HENRIQUE JUSTO: UM ESTUDO SOBRE SUA TRAJETÓRIA, INFLUÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES

Jéssica da Rocha Testa[1]

Resumo

A trajetória de José Arvedo Flach, conhecido como Irmão Henrique Justo, reflete um legado notável na educação e psicologia no Brasil. Nascido em 25 de julho de 1922, em Poço das Antas, RS, ele iniciou sua formação no Instituto São José, hoje Colégio La Salle em Canoas, ingressando no internato em 1934 e formando-se na Escola Normal La Salle. Em 1939, tornou-se Irmão lassalista, adotando o nome Henrique Justo, marcando o início de uma carreira de impacto significativo no cenário educacional e acadêmico. Graduado em Pedagogia pela PUC-RS em 1944, Henrique Justo destacou-se como professor de psicologia, além de cofundador do primeiro curso de pós-graduação em Psicologia no Brasil. Com formação avançada em psicologia e pedagogia em instituições renomadas na Espanha, França, Itália e Estados Unidos, doutoraram-se em ambas as áreas, consolidando uma reputação internacional. Um marco em sua carreira foi a introdução da Abordagem Centrada na Pessoa, desenvolvida por Carl Rogers, que transformou a prática psicológica no Brasil. Durante 41 anos na PUCRS, Henrique Justo ocupou posições de liderança, como professor e diretor do Instituto de Psicologia. Pioneiro na regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, ele fundou o Centro de Estudos da Pessoa em Porto Alegre. Seu compromisso com a formação de psicólogos centrados na pessoa e sua vasta produção acadêmica, que inclui mais de 30 livros, são testemunhos de sua influência duradoura. A pesquisa em desenvolvimento visa construir um estudo biográfico que evidencie sua contribuição para a educação centrada na pessoa e para a gestão acadêmica. Outro objetivo central é a preservação de seu acervo documental, custodiado pela Universidade La Salle, mediante estratégias museológicas inovadoras. Além disso, busca-se criar subsídios para combater a evasão escolar, considerando a relação entre memória, identidade e cultura das comunidades atendidas. O estudo almeja reduzir os índices de evasão e promover maior engajamento escolar, fortalecendo o direito à educação pública de qualidade. A articulação entre memória social e políticas educacionais é o foco, com a expectativa de que os resultados inspirem novas ações e aprofundem a compreensão sobre o impacto de Henrique Justo na psicologia e educação. A pesquisa, ainda em fase inicial, poderá ser ajustada conforme avanços e orientações, buscando contribuir para a valorização de sua obra e a melhoria da educação no Brasil.

Palavras-chave: Irmão Henrique Justo; biografia; memória lasallista; acervos.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jessica.testa0123@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Gustavo Gil. Biografia: proposta de compreensão fenomenológica. **Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 45-56, 2012.

ANDRADE, Fabiana Souza. Biografia: um gênero em questão. **Ave Palavra** (UNEMAT), v. 2, p. 1-11, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

CARVALHO, Izabel Cristina Moura (2003). "Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica". **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 19, p. 283-302, 2003.
GOMES, William Barbosa. Irmão Henrique Justo: Humanista e Pioneiro da Psicologia no Brasil. **Memorandum:** Memória e História em Psicologia, v. 40, 2023.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. 1991.

NOGUEIRA, Isabella; FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. A biografia em uma nova história política. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 262-283, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História social**, n. 24, p. 51-73, 2013.

IRMÃO NORBERTO NESELLO: UMA BIOGRAFIA ATRAVÉS DOS QUADRINHOS

Bianca Kruchinski[1]

Resumo
A pesquisa visa explorar a contribuição do Irmão Norberto Nesello para a identidade cultural da comunidade canoense. Esta investigação assumida como pesquisa biográfica, destaca a importância da memória coletiva e examina como a história de vida de Irmão Norberto, quando apresentada por meio de quadrinhos, pode transcender os limites da narrativa local e alcançar um público mais amplo. Objetivo Geral: Explorar a biografia do Ir. Norberto Nesello, utilizando a sua representação em quadrinhos, e sua contribuição para a identidade cultural da comunidade canoense. Objetivos Específicos: 1. Realizar uma análise documental de fontes históricas, arquivos e publicações relevantes para identificar as narrativas e símbolos presentes na memória coletiva da comunidade canoense. 2. Conduzir entrevistas com membros da comunidade que conheciam o irmão e com autores de quadrinhos e especialistas em história e cultura para captar diversas perspectivas sobre a preservação da memória coletiva através das narrativas gráficas. 3. Avaliar como a adaptação da biografia de Ir. Norberto para o formato de quadrinhos pode ampliar a compreensão e o alcance da sua história, promovendo uma percepção mais inclusiva da identidade cultural local. A metodologia adotada é qualitativa e multifacetada, combinando análise documental, entrevistas em profundidade e análise de conteúdo dos quadrinhos. Esta abordagem busca evidenciar como as formas de expressão cultural, como os quadrinhos, contribuem para a valorização do patrimônio histórico e cultural da comunidade, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva da história e da identidade coletiva.

Palavras-chave: Irmão Norberto Nesello; memória coletiva; narrativas gráficas; preservação cultural; história em quadrinho.

REFERÊNCIAS

NERY Irmão. **Irmão Norberto Luiz Nesello:** religioso irmão Lassalista. Porto Alegre: Província Lassalista de Porto Alegre, 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

BRAGA, Amaro; MODENESI, Thiago Vasconcellos (org.). **Quadrinhos e educação:** relatos de experiências e análises de publicações. Recife: Tarcísio Pereira, 2015.

[1] Universidade La Salle. E-mail bianca.202421695@unilasalle.edu.br.

COMPAGNONI, Ivo Carlos. **História dos irmãos lassalistas no Brasil**. Canoas, RS: La Salle, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

MEMÓRIA E CULTURA DE PAZ: O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ÉRICO VERÍSSIMO NA CONSTRUÇAO DE UMA CULTURA DE PAZ NO CONTEXTO ESCOLAR

Elaine Silveira Teixeira Ferreira[1]

Leonel Pires Ohlweiler[2]

RESUMO

A construção de uma cultura de paz tornou-se uma prioridade urgente, especialmente nas escolas, onde os valores humanitário e de cidadania são fundamentais. Segundo a Organização das Nações Unidas, a cultura de paz consiste em um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida que promovem a não violência por meio da educação, diálogo e cooperação. Este artigo é o pré-projeto de pesquisa do curso de mestrado Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle de Canoas, intitulado "Memória Institucional e o Papel da Escola Municipal de Educação Érico Veríssimo na Promoção da Paz no Contexto Escolar". O principal objetivo deste estudo é investigar a inter-relação entre memória e cultura de paz, enfatizando como essas dimensões se manifestam e influenciam o ambiente escolar. Autores como Maurice Halbwachs, José Candau, Pierre Bourdieu e Marshall B. Rosenberg têm contribuído, significativamente, para a compreensão desses conceitos. As escolas desempenham um papel essencial na formação de indivíduos capazes de promover e manter a paz em um mundo marcado pela violência e pelos conflitos. A pesquisa analisa o papel da EMEB Érico Veríssimo na promoção da cultura de paz, bem como a influência da memória coletiva, institucional e das práticas educacionais nesse processo. A metodologia utilizada inclui uma revisão bibliográfica sobre memória coletiva, memória institucional e cultura de paz, aliada com uma abordagem metodológica qualitativa que envolve estudos de caso, entrevistas e análise documental. Este estudo está em andamento e é parte de um projeto de pesquisa que pode sofrer alterações ao longo de sua execução.

Palavras-chave: memória institucional; cultura de paz; papel social; contexto escolar.

[1] Universidade La Salle. E-mail: elaine.202410925@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: Leonel.ohlweiler@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

BORBA, M. C.; SALES, T. da S.; SILVA, G. da. O papel social da escola na construção da cultura de paz. **Revista do Permo**, v. 4, n. e48677, 2022. DOI: 10.47149/permo.v.48677

BOURDIEU, P. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Editora da USP, 2007.

BOUDIEU, P. Tradução Fernando Tomaz. **O Poder Simbólico**. Lisboa-Portugal. Edições 70, chancela Edições Almedina, S.A 70. LEAP CENTER- Espaço Amoreira. Edições 70, 201. Maio de 2021.
CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2 ed. 2015.

DUSI, M. L. H. M. **A construção da cultura de paz no contexto da instituição escolar**. 2006. 195 f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/6324. Acesso em: 29.09.2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas. 1999. **Declaração e Programa de ação sobre uma Cultura de Paz**. Acesso em 17.set, 2024. Disponível em: https://www.siteantigolondrinapazeando.org.br/index.php/unesco/420.

RABBANI, M.J. Educação para a paz: desenvolvimento histórico, objetivos e metodologia. In.: MILANI, F.i M.; JESUS, R. de C.D.P (org.). **Cultura de paz:** estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003, 356 p.63-94.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5. ed. São Paulo: Ágota, 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2000. **Manifesto 2000 por uma cultura de paz e não-violência**. Brasília, Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm. Acesso em: 18.nov, 2024.

MEMÓRIA SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO CULTURAL NUM AMBIENTE DE PERIFERIA NO MUNICÍPIO DE ESTEIO/RS

Manoela Dias Gomes[1]

Resumo
Esse estudo está inserido na linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade e no Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI/CNPq) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle/Canoas - RS. Tem como objetivo analisar a memória social e a contribuição da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Trindade na preservação e na valorização cultural num ambiente de periferia no município de Esteio/RS. A pesquisa possui abordagem qualitativa lançando mão das contribuições da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para o tratamento dos dados. A pesquisa aborda, portanto, a reconstrução da memória da Vila Pedreira, a partir dos levantamentos dos documentos disponíveis junto ao Museu Histórico no município de Esteio/RS; o mapeamento das produções existentes relacionados aos descritores Vila Pedreira e a EMEB Trindade; a análise das documentações pedagógicas da EMEB Trindade e a identificação dos pontos culturais existentes na cidade de Esteio. Como proposta de produto final, a pesquisa tem como objetivo a confecção de livros digitais e impressos dos encontros desenvolvidos no Programa Pesquisador Cultural Mirim, os quais serão realizados com as crianças do 3º ano do ensino fundamental da EMEB Trindade. A base teórica para este estudo é constituída por Maria Cecília de Souza Minayo (1994) para a definição de Pesquisa Social; Michael Pollack (1992) no que se refere à Memória e Identidade Social; Homi Bhabha (1998) no que diz respeito à noção de Entre-Lugar e Roque de Barros Laraia (2001) sobre a concepção de Cultura. Quanto à organização e ao funcionamento da Escola Municipal de Educação Básica Trindade, serão analisados os seguintes instrumentos pedagógicos da instituição: Projeto Político Pedagógico (2023), Regimento Escolar (2023) e Boletim do Movimento Escolar (2024).

Palavras-chave: memória social; Vila Pedreira; populações de periferia; cultura da margem.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

1 Universidade La Salle. E-mail: manoela.202320462@unilasalle.edu.br.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUSEU MUNICIPAL MIGUEL LUZ. Museu Virtual. **Instagram**. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/museuesteio/tagged/. Acesso em: 08 abr. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

MEMÓRIA SOCIAL DE UM UNIVERSO CULTURAL GEEK EM SOMBRIO

Jessi Pereira da Rosa[1]

Resumo
O objetivo deste trabalho é analisar a memória social do grupo que frequenta o "Universo Cultural Geek", um espaço de comercialização de produtos da cultura pop japonesa, localizado no Shopping Outlet Japonês em Sombrio/SC. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, contendo cinco saídas a campo, entre outubro e novembro de 2022, totalizando 14 horas de observação, incluindo a realização de seis entrevistas não estruturadas. Os dados obtidos foram registrados em diário de campo e analisados conforme metodologia etnográfica, dando enfoque na reflexão e discussão sobre comportamento, identidade, cultura e memória, que, por sua vez, estão intrínsecos ao meio social enquanto vivências contemporâneas. A cultura "geek" refere-se a um grupo de pessoas que possuem um estilo de vida no qual têm enorme interesse em tecnologia, jogos eletrônicos e na cultura pop japonesa, bem como possuem o costume de utilizar roupas e acessórios de personagens de animes e de mangás (desenhos animados e revistas em quadrinhos oriundos da cultura japonesa). Esta curta verificação de observações e escritas indicaram a importância da construção da narrativa das experiências individuais e coletivas, por se tratar de um processo sociocultural que perpassa no entorno de uma organização, influenciando a formação da memória e identidade grupal na sociedade contemporânea. A identidade aqui observada é diferente no sentido de apresentar uma estética própria, capaz de unir características de diversos outros grupos culturais e, ainda assim, ser única, agindo como uma rede que interconecta a diversidade do ser jovem, contribuindo para a construção da memória social do grupo.

Palavras-chave: Etnografia; memória social; cultura organizacional; geek; cultura pop japonesa.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, R. **A casa e a Rua:** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GODOY, E.; SANTOS, V. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 15-41, 2014. doi: https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300002

[1] Universidade La Salle. E-mail: jessi.202214996@unilasalle.edu.br.

SILVA JUNIOR, Roberto Donato da. Experiência etnográfica, deslocamento perspectivo e interdisciplinaridade. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 1, p. 52-69, abr. 2020. http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº01artigo65.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, R. **Cultura "Geek" e Construção de Redes de Sociabilidade e Saberes**: Um Estudo Sobre Protagonismos Juvenis em Horizonte-CE. 2019. 146p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUZA, M. R. Psicologia Social e Etnografia: Histórico e Possibilidades de Contato. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 2, p. 389–405, abr. 2015.

MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NA HISTÓRIA DE PROFESSORES DE DANÇA AFRO-BRASILEIRA

Paola Verdun[1]

Resumo
Este estudo é uma análise de narrativas de professores de dança afro-brasileira, explorando como a conexão com suas origens e a valorização da identidade negra atravessa sua história. A partir de narrativas autobiográficas, este trabalho objetiva compreender como esses educadores incorporam e transmitem os valores, saberes e práticas culturais afro-brasileiras, preservando e fortalecendo um legado que continua a ressoar através das gerações. O referencial teórico escolhido para este trabalho baseia-se em três obras fundamentais que exploram a cultura negra e a identidade afro-brasileira: o estudo de Leda Maria Martins sobre oralitura; a dissertação de Maria da Conceição Evaristo Brito; e a obra de Kabengele Munanga sobre negritude. Assim, uma técnica de coleta de dados, por meio de entrevistas narrativas abertas, foi utilizada para a investigação. Após as entrevistas com os colaboradores, as mesmas foram transcritas e analisadas a partir dos autores escolhidos. Os resultados apontam e confirmam a perspectiva dos autores sobre a importância da dança e outras expressões culturais na formação e afirmação da identidade dos jovens negros, promovendo o reconhecimento e a valorização da ancestralidade afro-brasileira. Mostram, também, a profundidade e a riqueza da cultura afro-brasileira na formação identitária, a importância da comunidade e da educação, e a resistência cultural através da arte. A vivência da dança, seja ela sistematizada ou popular, proporciona uma conexão profunda com as raízes culturais e reforça a identidade coletiva de uma comunidade.

Palavras-chave: dança afro-brasileira; ancestralidade; identidade.

REFERÊNCIAS

AMARO, Mano. **Comunicação oral realizada em 22 de março de 2023**. Entrevistadora: Paola Verdun.

BARBOZA, Mônica. **Comunicação oral realizada em 15 de janeiro de 2024**. Entrevistadora: Paola Verdun.

[1] Universidade La Salle. E-mail: paola.202210698@unilasalle.edu.br.

BRITO, Maria da Conceição Evaristo de. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. 141 fls. Disponível em: https://encurtador.com.br/qsxV0. Acesso em: 29 dez. 2023.

CUNHA, Thiago. **Comunicação oral realizada em 28 de julho de 2023**. Entrevistadora: Paola Verdun.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. In: TASCHETTO, Tânia Regina (org.). **Língua e Literatura: limites e fronteiras**. n. 23, 2003, p. 63–81. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/647. Acesso em: 10 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**. Usos e Sentidos. 3. ed., ampl. e rev.. Coleção Cultura Negra e Identidades. Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, Perla da Silva dos. **Comunicação oral realizada em 22 de fevereiro de 2024**. Entrevistadora: Paola Verdun.

DESIGN E MEMÓRIA SOCIAL: UMA LEITURA DA CAPA DE ÁLBUM MUSICAL A PARTIR DAS SUBESTRUTURAS DO IMAGINÁRIO DE DURAND

Rafael Henrique Oliveira de Carvalho[1]

Resumo
Esse trabalho é um recorte da pesquisa de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, em que se propõe utilizar a técnica de análise da imagem que tem uma das suas "vertentes" originada da área do Design, para construir a Memória Social a partir dos elementos constituintes da composição gráfica, impressa na capa de disco de vinil das décadas de 1980 e 1990. Este estudo objetiva utilizar as subestruturas do Imaginário de Durand, portadoras de um vasto Universo simbológico, que servirão de elo entre o Design e a Memória Social. A capa escolhida para ser analisada será a capa do álbum musical Let´s Dance do cantor David Bowie (1983). A metodologia é qualitativa, documental e explicativa. O que se pode perceber como resultado é a possibilidade de construir Memória Social, através da análise da imagem com técnicas do Design, utilizando os símbolos integrantes das subestruturas do Imaginário de Durand, investigando maneiras de demonstrar de que modo ocorre tal processo.

Palavras-chave: capa de disco, design, memória social, subestruturas do imaginário, simbologia.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. A Secularização da Memória – memória, fama, história. **Espaços da recordação** - Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 36-67

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

BAUDRILLARD, J. **O Sistema dos Objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012, p. 6-30.

BOSI, Eclea. Objetos biográficos e objetos de status. **O tempo vivo da memória:** Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 25-8.

[1] Universidade La Salle. E-mail: rafael.carvalho1274@unilasalle.edu.br.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. **Dicionário dos Símbolos**. 38. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2023.

DAVID BOWIE. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=David_Bowie&oldid=68573867. Acesso em: 23 mai. 2024.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HESKETT, John. **Design**. São Paulo: Ática, 2008.
Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. **Metodologia do Trabalho Cientifico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Editora Braziliense, 2009.

MEMÓRIAS DA ROTATIVIDADE DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Abner Santos Mendonça[1]
Maria de Lourdes Borges[2]

Resumo
A rotatividade de pessoal tem se apresentado como um desafio adicional a ser enfrentado pelas organizações públicas, pois gera diversas consequências que exigem a atenção e a atuação do gestor público. Assim, o estudo da memória organizacional desse fenômeno é fundamental para possibilitar sua compreensão, identificando suas causas e os setores da administração pública onde se apresenta mais prevalente, a fim de desenvolver políticas públicas que possam mitigar suas consequências negativas. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a memória organizacional da rotatividade de pessoal no setor público, por meio de uma revisão narrativa. A escolha da revisão narrativa como metodologia deve-se ao fato de ser uma abordagem adequada para descrever e discutir, com base na análise da literatura existente, como acadêmicos e pesquisadores têm abordado e desenvolvido determinado tema. A pesquisa, ainda em andamento, apresenta resultados preliminares que indicam: a) que ainda são poucos os estudos que abordam a rotatividade de pessoal no setor público em comparação ao número de pesquisas que investigam o mesmo fenômeno no setor privado; b) que a rotatividade de pessoal afeta diretamente as instituições federais de ensino superior, uma vez que a maioria dos estudos identificados se refere a esse tipo de organização pública; c) que muitos servidores deixam as instituições antes de completarem o estágio probatório; e d) que as principais razões para a saída dos servidores incluem questões financeiras e de oportunidades de desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: memória organizacional; rotatividade de pessoal; administração pública.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Elainy Danielle Guedes. **Rotatividade de pessoal no serviço público:** um estudo das universidades federais do nordeste brasileiro. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

[1] Universidade La Salle. E-mail: abner.202420687@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br.

RODRIGUES, Germana Barros. **Rotatividade de pessoal na Universidade Federal de Pernambuco**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão narrativa. **Rev. Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2021.

SOUZA, E.; HURTADO, A.; CARVALHO, C.; ARRUDA, A.; SOUZA, R. Rotatividade de pessoal em cargos intermediários na administração pública. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 31 out. 2020.

CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NA BÍBLIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Davi Dagostim Minatto[1]

Resumo
O presente trabalho coloca-se no âmbito da teologia bíblica e sua relação com o campo de estudo em memória social, buscando compreender melhor o processo de construção da memória na Sagrada Escritura, com destaque para o conceito de memória coletiva (Halbwachs) e de memória cultural (Jan e Aleida Assmann). O objetivo deste artigo é explicitar em que sentido a memória construída pela Sagrada Escritura, desde a história do antigo Israel, passando pelo cristianismo primitivo e chegando até os nossos dias, é uma memória cultural. Este propósito pode ser desmembrado em dois objetivos específicos: compreender o papel da memória na Bíblia; e estabelecer um paralelo entre a memória bíblica e os conceitos de memória coletiva e memória cultural. A metodologia para alcançar este propósito é a realização de uma revisão bibliográfica, incluindo estudos recentes sobre a memória na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento. Como resultado, destacamos que tanto a memória coletiva quanto a memória cultural estão presentes na Bíblia, porém em momentos diferentes. A memória coletiva, que dura até três gerações, esteve presente na primeira fase do processo de construção dos livros bíblicos, sendo transmitida de forma oral no início, até sua forma escrita final. A partir deste momento, entra em ação a memória cultural, escrita, institucionalizada, oficial, organizada nos livros bíblicos por seus autores. Isso significa que os livros bíblicos não contêm uma historiografia no sentido moderno, pois a memória cultural conserva apenas aquilo que é importante para a identidade cultural de determinado grupo.

Palavras-chave: Bíblia; memória social; memória cultural; história de Israel.

REFERÊNCIAS

ADRIANO FILHO, José. A formação do Cânon bíblico: considerações a partir da semiótica da cultura. **Estudos de Religião**, v. 29, n. 1, p. 87-101, Jan/Jun. 2015.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

[1] Universidade La Salle. E-mail: davi.202310550@unilasalle.edu.br.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. *In*: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.). **Cultural memory studies:** an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008, p. 109-118.

ASSMANN, Jan. **Religion and cultural memory:** ten studies. Redwood City (CA): Stanford University Press, 2005.

FERREIRA, Cláudia Andréa Prata. "O Pacto da Memória: Interpretação e Identidade na Fonte Bíblica". **Mirabilia:** electronic journal of antiquity and middle ages, n. 3, p. 60-74, 2003. Disponível em: https://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283642. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

GANDARA, Samuel de Barros. Esdras-Neemias e a gestão da memória. **Epígrafe**, n. 10, v. 2, p. 191-220, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173637. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

GREEN, Arthur. "All about Being Human: The Commandment to Remember". *In*: GREEN, Arthur. **Judaism for the World: Reflections on God, Life, and Love**. New Haven (CT): Yale University Press, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

NASCIMENTO, Lucas Merlo. "Manutenção e preservação da memória no Deuteronômio: Estudo de dois textos". **Revista Vértices**, n. 15, p. 59-73, 2013.

RAMOS, José Augusto. Memória e sabedoria em perspectiva bíblica. Mnemosyne Kai Sophia, p. 13-16, 2012. **Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra**. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-721-022-8_2. Acesso em: 12 dez. 2023.

WILSON, Ian Douglas. "History and the Hebrew Bible: culture, narrative, and memory". **Brill Research Perspectives in Biblical Interpretation**, v. 3, n. 2, p. 1-69, 2018.

A GUERRA FRIA CULTURAL: ENTRE A DESNAZIFICAÇÃO, O ANTICOMUNISMO E A EXPANSÃO DAS REDES DE COLABORAÇÃO NORTE-AMERICANAS

Rodrigo Vieira Pinnow[1]

Resumo
A presente comunicação investiga a Guerra Fria sob a ótica da cultura e da memória, explorando a influência dos centros binacionais e seus impactos na construção da brasilidade no período pós-guerra. Nesse sentido, apresenta-se o mapeamento das redes de colaboração norte-americanas no Brasil, problematizando a relação entre o processo de difusão cultural e as estratégias da política externa dos Estados Unidos. O trabalho destaca a transição entre o processo de desnazificação e o anticomunismo, investigando como essa mudança ideológica se refletiu nas práticas dos centros binacionais, considerando a relação entre as elites regionais e a memória institucional dos acervos pesquisados. A comunicação também aborda a expansão e a transformação das redes de colaboração norte-americanas por meio dos centros binacionais e escolas internacionais. Entende-se que tais instituições, ao oferecerem intercâmbios culturais, bolsas de estudo e convênios acadêmicos, buscavam atrair a elite intelectual brasileira e promover o American way of life. Destaca-se, em particular, o uso das humanidades digitais, uma vez que elas oferecem ferramentas e metodologias avançadas que permitem a análise de grandes volumes de dados, como memórias institucionais, cartografias, documentos oficiais da diplomacia e do governo brasileiro, facilitando o mapeamento e a visualização das redes de colaboração norte-americanas no Brasil. Por fim, infere-se que os centros binacionais serviram tanto como espaços de intercâmbio cultural quanto de contenção ideológica, contribuindo para a difusão e consolidação da influência norte-americana no Brasil durante a Guerra Fria.

Palavras-chave: guerra fria cultural; desnazificação; anticomunismo; American Way of Life; humanidades digitais.

REFERÊNCIAS

ABA Recife. Disponível em: https://www.abaweb.org. Acesso em: 15 maio 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: rodrigo.202121047@unilasalle.edu.br.

ACBEU Juiz de Fora. Disponível em: http://acbeujf.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ACBEU Ribeirão Preto. Disponível em: http://acbeuribeirao.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ACBEU Salvador. Disponível em: https://www.acbeusalvador.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ALUMNI. São Paulo. Disponível em: https://www.alumni.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASA THOMAS JEFFERSON. Brasília. Disponível em: https://www.ctj.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CASA THOMAS JEFFERSON Uberlândia. Disponível em: https://www.ctj.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CASA THOMAS JEFFERSON Goiânia. Disponível em: https://www.ctj.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Barretos. Disponível em: http://ccbeubarretos.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Belém. Disponível em: http://ccbeubelem.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEUC Campinas. Disponível em: http://ccbeucampinas.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Franca. Disponível em: http://ccbeufranca.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Goiânia. Disponível em: http://ccbeugyn.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Guarapuava. Disponível em: http://ccbeuguarapuava.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Lins. Disponível em: http://ccbeulins.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Marília. Disponível em: http://ccbeumarilia.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU São Bernardo do Campo. Disponível em: http://ccbeusbc.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CICBEU São Carlos. Disponível em: http://cicbeusaocarlos.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Sorocaba. Disponível em: http://ccbeusorocaba.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CCBEU Tupã. Disponível em: http://ccbeutupa.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

CHAGAS, Emílio; PINNOW, Rodrigo Vieira. INSTITUTO CULTURAL BRASIL NORTE-AMERICANO. **Cultural 70 anos**. Livro digital comemorativo aos 70 anos do Instituto Cultural Brasil Norte - Americano. CD-ROM.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. *In*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 28 out. 2011. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579. Acesso em: 7 jun. 2024.

HEDSTOM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259.

ICBEU - **Publicação em homenagem ao aniversário de 85 anos do Ibeu** - Distribuição gratuita**. Rio de Janeiro, 2022.

ICBNA. **Documentos de fundação:** Livro de atas de 1938 a 1940. P. 1. Porto Alegre, 1938.

IBEU Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ibeu.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

IBEUV Vitória. Disponível em: http://ibeuvitoria.org.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU Londrina. Disponível em: http://icbeulondrina.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU Manaus. Disponível em: http://icbeumanaus.com.br. Acesso em: 15 maio 202

ICBEU Patrocínio. Disponível em: http://icbeupatrocinio.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU São Luis. Disponível em: http://icbeusaoluis.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU São Jose dos Campos. Disponível em: http://icbeusjc.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU Ubá. Disponível em: http://icbeuba.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU Uberaba. Disponível em: http://icbeuuberaba.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBEU Viçosa. Disponível em: http://icbeuvicosa.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBNA Porto Alegre. Disponível em: http://www.icbna.com.br. Acesso em: 15 maio 2024.

ICBNA. **Documentos de fundação:** Homenagem à Cyro Guimarães Fernandes, 1971.

JOÃO, B. DO N. Internacionalização da educação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, jul. 2008.

PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX:** o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano – ICBNA/RS. 2014.

PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências culturais da Política Externa Estadunidense sobre a América Latina no século XX:** o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano – ICBNA/RS. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa, Tomo I**. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Pau. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12. Acesso em: 28 fev. 2023.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** A CIA na Guerra Fria da Cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2008.

VALIM, Alexandre Busko. **O Triunfo da Persuasão:** Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Alameda, 2017.

WEINSTEIN, Bárbara. Repensando a História das Relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural? **Textura**, n. 9, Canoas, RS, abr.-out. 2003. p. 9.

NYE, J. S.. **Soft Power:** The Means to Success in World Politics. New York: PublicAffairs, 2004.

ORIANNE, Jean-François; EUSTACHE, Francis. Collective memory: between individual systems of consciousness and social systems. **Frontiers in Psychology**, v. 14, 2023. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2023.1238272/full. Acesso em: 7 jun. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHOLTE, J. A.. **Globalization:** A Critical Introduction. New York: Palgrave Macmillan, 2000.

THIESEN, Juarez da Silva. Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na educação básica?. **Educação em Revista**, v. 34, p. e194166, 2018.
UNITED STATES. Department of State. Bureau of Educational and Cultural Affairs. [S.l.: s.n.], 2024a. Disponível em: <https://eca.state.gov/about-bureau>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNITED STATES. Department of State. **Assistant Secretaries of State for Educational and Cultural Affairs**. [S.l.: s.n.], 2024b. Disponível em: https://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/assistant-secretaries-educational-cultural-affairs. Acesso em: 10 maio 2024.

UNITED STATES. Department of State. **History of the Bureau of Educational and Cultural Affairs**. [S.l.: s.n.], 2024c. Disponível em: https://exchanges.state.gov/about/history. Acesso em: 10 maio 2024..

O ESTADO DA ARTE SOBRE MEMÓRIA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Susana Sanson de Bem[1]

Resumo
Esta comunicação é um recorte de uma pesquisa doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle, que estuda o campo da memória social articulado ao tema da saúde e segurança do trabalho, junto a linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural. Neste momento tem-se como objetivo realizar o estado da arte sobre o tema utilizando bancos de dados disponibilizados de forma on line. Sabe-se, previamente, que a construção dos saberes do trabalho na indústria calçadista implica na utilização de conhecimentos adquiridos de formas diversas. Desta forma este trabalho é um estudo aplicado, de cunho qualitativo, que busca na pesquisa documental, elaborar de forma exploratória de diversos métodos e técnicas de coleta de dados. A pesquisa foi iniciada em março de 2022 e foi de suma importância para a construção da tese de doutoramento, pois auxiliou na delimitação do tema, fundamentação teórica e, ainda, para justificar limites e contribuições da pesquisa que será desenvolvida. Os dados foram extraídos do Catálogo Online de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O Banco de Teses e Dissertações, é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso as informações sobre Teses e Dissertações defendidas junto aos PPGs do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca desse tipo de produção intelectual. Com base no estado da arte verificou-se o que existe sobre o tema estudado, as abordagens existentes, bem como as teorias que estão sendo construídas.

Palavras-chave: estado da arte; memória social; segurança do trabalho.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, N. S. A.. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acessado em: 04 jan. 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T.. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ**., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisasdenominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: susana.202110414@unilasalle.edu.br.

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA INDÚSTRIAS CULTURAIS

Larissa Filheiro[1]

Resumo
Esta comunicação é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade La Salle, que estuda investigar as indústrias culturais, mais especificamente a sua influência na economia urbana no que diz respeito a geração de trabalho, emprego e renda, as receitas e gastos públicos, variação do valor dos imóveis que estão na zona de confluência cultural, assim como a produção e o assentamento na memória social local. Para este momento tem-se como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o tema utilizando bancos de dados disponibilizados de forma on line. Desta forma esta pesquisa é aplicada, pois como informa Prodanov (2013, p. 51) este tipo de pesquisa visa "gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos." de cunho qualitativo, documental, exploratório. Tem-se como expectativa que os dados produzidos possam demonstrar as diversas possibilidades de pesquisa, de fonte de dados e de recursos metodológicos que poder-se-á utilizar na pesquisa de mestrado, além de fornecer um melhor entendimento dos aspectos a serem focados e posteriormente desenvolvidos. Visto que ao longo da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, adquiri a visão de que as indústrias culturais desempenham um papel vital no tecido urbano, enriquecendo a vida cultural e social das cidades. No entanto, o impacto dessas indústrias na economia local muitas vezes é subestimado ou mal compreendido. As indústrias culturais fomentam a identidade local e pretendo demonstrar isso ao decorrer do trabalho.

Palavras-chave: memória social; indústrias culturais; impacto socioeconômico.

REFERÊNCIAS

Prodanov, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

[1] Universidade La Salle. E-mail: larissa.filheiro@gmail.com.

VIDEOGAMES COMO MONUMENTOS MODERNOS E A NECESSIDADE DE SUA PRESERVAÇÃO

Paulo Pires de Avila[1]

Resumo
Este estudo investiga a relevância dos videogames enquanto monumentos modernos, enfatizando sua importância na preservação da memória coletiva e na formação da identidade dos jogadores. O objetivo central da pesquisa é analisar como os videogames podem ser compreendidos e classificados como monumentos culturais, refletindo sobre suas contribuições para a memória social e a construção de identidades dentro da sociedade contemporânea. A fundamentação teórica é baseada nos conceitos de documento e monumento de Le Goff (1996) e na significação dos documentos por Meneses (1998), que são utilizados para discutir os videogames como vetores culturais e monumentos modernos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando fontes secundárias e análise de casos, como o jogo Red Dead Redemption 2, para explorar o potencial valor histórico das narrativas de videogames e os impactos que estes têm na memória coletiva dos jogadores. Além da análise teórica, o estudo aborda a problemática da preservação dos videogames, ressaltando os desafios impostos pelas empresas que controlam os consoles e inibem o acesso aos jogos após certo tempo de lançamento. A pesquisa conclui que é essencial desenvolver estratégias de preservação que assegurem a acessibilidade e conservação dos videogames, reconhecendo-os não apenas como formas de entretenimento, mas como componentes vitais do patrimônio cultural. Este estudo busca abrir caminhos para futuras pesquisas que examinem mais profundamente a influência dos videogames na memória coletiva, propondo, inclusive, a necessidade de políticas preservacionistas que garantam que essas obras continuem acessíveis às futuras gerações.

Palavras-chave: videogames; monumento; preservação; memória; identidade; cultura.

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

[1] Universidade La Salle. E-mail: paulo.201910700@unilasalle.edu.br.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 89-103, 1998.

A CULTURA SUL-COREANA PÓS-INVASÃO JAPONESA: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA COLETIVA E SOFT POWER

Camila Gonçalves Haupenthal[1]

Resumo
A península coreana passou por diversos eventos traumáticos que moldaram sua história geográfica, cultural, política e social. A última invasão, ocorrida em 1910 pelo Japão, durou 35 anos, período em que o império japonês impôs agressivamente sua cultura dentro do país coreano. Esta invasão resultou na herança de uma memória traumática (Pollak, 1992) marcada pela censura cultural onde elementos tradicionais coreanos foram proibidos e substituídos pela estrutura japonesa. Esta pesquisa em fase inicial no campo da memória social (Candau, 2012), tem o seguinte problema de pesquisa: em que medida os artefatos artístico-culturais que foram considerados estratégicos para a difusão internacional via onda Hallyu de fato se alinham com as culturas sul-coreanas? Entende-se a Hallyu Wave ou "onda coreana" como o impacto global da cultura sul-coreana especialmente através de produções artísticas como a música (k-pop), produções audiovisuais como k-dramas e cinema. (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA COREIA, 2020). Deste modo, define-se como objetivo geral analisar como os eventos da invasão japonesa influenciaram o país sul-coreano na criação de uma memória coletiva traumática, identificando iniciativas governamentais que contribuíram para promoção de uma identidade cultural e para a sua projeção internacional através do soft power. A pesquisa busca contribuir para o estudo sobre como uma sociedade disputa as memórias coletivas e como diferentes interesses sociais, econômicos e políticos podem influenciar nas políticas públicas, influindo na (re)construção de uma identidade nacional e no posicionamento internacional.

Palavras-chave: memória social; linguagens culturais; identidade; onda hallyu; soft power.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; CORTEZ, Krystal. Cultura pop e política na nova ordem global: lições do Extremo-Oriente. *In*: SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo; FERRAZ, Rogerio (org.). **Cultura pop**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015. p. 247-267. Disponível em https://www.academia.edu/61059682/Cultura_pop. Acesso em: 30 mar. 2024.

[1] Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: camilag.haupenthal@gmail.com.

ALMEIDA, Naiane Batista de. **O fenômeno hallyu e as práticas interacionais dos fãs brasileiros no contexto do processo do soft power da Córeia do Sul**. Dissertação Mestrado em Comunicação (UFPB), 2019. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16949. Acesso em: 30 mar. 2024.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

CONTABILIDADE E MEMÓRIA: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS

João Pedro Oliveira Birckegt[1]

Resumo
As Ciências Contábeis são encarregadas de medir, registrar e analisar a situação patrimonial e financeira de uma entidade (organização/instituição) ou indivíduo, alguns relatos dizem que é tão antiga quanto a própria humanidade. Com o avanço e difusão da contabilidade, passou a ser obrigatório entregar uma série de documentos contábeis, os quais denominamos demonstrações contábeis. Porém, o não armazenamento desses documentos, para além do tempo legal, é um problema, visto que esses documentos têm, por sua natureza, informações valiosas que ajudam a construir e reconstruir a memória coletiva de uma entidade, de um tempo, de um local. A presente comunicação pesquisa é um recorte de uma pesquisa de mestrado, que busca aproximar o campo da contabilidade com o campo da memória, neste recorte são tratados o tema do patrimônio industrial e a importância dos documentos contábeis para criação, concepção, formação, composição, elaboração, estruturação da memória, para tal discussão, foi observado o contexto da enchente no rio grande do sul, não só a questão de construção e geração da memória coletiva importam, mas também questões relacionadas ao armazenamento desses documentos. no que se refere aos procedimentos, a pesquisa é documental, e a coleta de fontes é feita a partir da técnica de fichamento. o conceito de memória coletiva utilizado no estudo é definido por Halbwachs (2006), para ajudar a entender o patrimônio industrial foi utilizado Meneguello (2011) e Rosa (2011) , para tratar da discussão da importância dos documentos Le Goff(1990) e Cook(1998).

Palavras-chave: documentos; memória coletiva; patrimônio industrial.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. Barueri: Grupo GEN; 2015.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Nova Estrutura do Balanço**. 2021. Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/nova-estrutura-do-balanco/. Acesso em: 21 jun. 2024.

[1] Universidade La Salle. E-mail: jpobirckegt2@gmail.com.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.129-149, 1998. Tema: arquivos pessoais.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 (R1)** - Apresentação das demonstrações contábeis, 2011. Disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2023.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MATTA, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva; SEGATA, Jean (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora Fiocruz, 2021.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPG H, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

INVESTIGANDO A INCIDÊNCIA DA CULTURA SUL-COREANA POR MEIO DOS DORAMAS E DO K-POP NAS PERCEPÇÕES DE JOVENS BRASILEIROS

Geovanna Cristine Corrêa Ribeiro[1]

Resumo
Este trabalho está sendo desenvolvido com enfoque na indústria cultural sul-coreana a qual tem se expandido largamente nos últimos anos, conquistando pessoas no mundo inteiro com os tão difundidos doramas e indústria musical do k-pop. Com cenários tão atrativos, os pratos típicos e a propagação dos valores culturais são apenas alguns dos meios utilizados para atrair cada vez mais pessoas na intenção de viajar a turismo para o país, ou mesmo com o propósito de adquirir um visto de moradia permanente. Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o modo que a Coreia do Sul é apresentada às pessoas na indústria do entretenimento e a maneira como os elementos culturais retratados atuam como uma ferramenta de atração do público estrangeiro. E desta maneira, verifica-se a maneira como os elementos culturais retratados nas telenovelas e músicas aproximam-se e se distanciam das realidades brasileiras. Como metodologia, destaca-se a utilização de uma abordagem qualitativa direcionada para o estudo de livros e enciclopédias em acervos e bibliotecas, principalmente da Unilasalle, assim como em trabalhos e artigos disponibilizados de forma online. Ressalta-se o atual estágio do trabalho, o qual está em fase inicial de conceitualização e de pesquisa acerca dos métodos mais apropriados para coleta e exploração de dados.

Palavras-chave: Coreia do Sul; doramas; K-pop; atravessamento cultural; Brasil.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Marina Presser Alves; FARIAS, Amália Costa. A transgressão da cultura popular Sul-Coreana: A Hallyu e sua influência no consumo de produtos Sul-Coreanos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 7, n. 5, p. 586-600, 2021.

DE SOUZA, Elisangela Aparecida Santos et al. **Onda Hallyu e o consumo de produtos coreanos no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí.

[1] Universidade La Salle. E-mail: geovanna.202010137@unilasalle.edu.br.

PEREIRA, Luciene Torres de Mello. **Transformação estrutural, educação e fertilidade:** o caso do Brasil e da Coreia do Sul. 2013. 43 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia, Rio de Janeiro.

MORAIS, Rebeca Rodrigues. **Questões de gênero na Coreia do Sul:** a disparidade na indústria do kpop. 2023. Artigo Científico (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília.

PRÁTICAS INCLUSIVAS RACIAIS ADOTADAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ismael Franco[1]

Resumo
A importância de garantir e assegurar políticas públicas e afirmativas antirracistas é mais do que necessário. A exemplo disso, a própria Lei 10.639/03 vem na perspectiva de assegurar de forma integral o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. O objetivo geral da pesquisa, em estado inicial, apresentada nesta comunicação é analisar como está ocorrendo a obrigatoriedade da lei na rede básica de ensino, e quanto ao fomento ao combate do racismo estrutural desde a base educacional e as formas explícitas de discriminação racial. A pesquisa pretende se apoiar em uma abordagem qualitativa e como procedimento técnico o estudo de caso. Pretende-se realizar observação em uma escola particular localizada na região metropolitana de Porto Alegre nas aulas de Língua Portuguesa, História, Artes e Educação Musical nos níveis do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Quando falamos e tratamos de racismo, ele sempre será estrutural (ALMEIDA, 2019). Como resultado espera-se: resgatar a contribuição do povo afro brasileiro nas áreas econômicas e políticas e sociais em nosso país.

Palavras-chave: práticas inclusivas raciais; Lei 10.639/03; história e cultura afro brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

[1] Universidade La Salle. E-mail: ismael.franco@lasalle.org.br.

IMPACTOS DOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS: A BARREIRA DA ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA PARA PESSOAS SURDAS

Lucirene Franz Ferrari Fernandes[1]

Resumo
Eventos climáticos extremos têm repercussões significativas na vida das pessoas surdas devido à falta de acessibilidade linguística. Durante crises como tempestades, inundações ou incêndios, a comunicação eficaz é crucial para garantir a segurança e o bem-estar de todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência auditiva. No entanto, muitas vezes há falta de recursos e preparação para atender às necessidades específicas dessa parte da população. A acessibilidade linguística para pessoas surdas envolve o uso de intérpretes de língua de sinais, legendas em vídeos informativos e alertas visuais, como luzes piscantes. A ausência desses recursos pode resultar em uma exclusão significativa durante emergências, deixando as pessoas surdas sem acesso a informações críticas sobre evacuações, abrigos seguros ou outros avisos importantes. Para enfrentar esse desafio, diversas soluções estão sendo exploradas, incluindo o treinamento de equipes de resposta a emergências em comunicação inclusiva, o desenvolvimento de aplicativos móveis acessíveis e a implementação de tecnologias que convertem alertas sonoros e notificações visuais. Além disso, é essencial aumentar a conscientização sobre a importância da acessibilidade linguística e garantir que políticas e regulamentos incluam diretrizes claras para proteger os direitos das pessoas surdas em situações de crise. Sendo assim, melhorar a acessibilidade linguística durante eventos climáticos extremos não apenas promove a inclusão e a igualdade, mas também salva vidas, garantindo que todos tenham acesso igualitário a informações vitais em momentos de necessidade.

Palavras-chave: eventos climáticos extremos; acessibilidade linguística; pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

[1] Universidade La Salle. E-mail: lucirene.fernandes@unilasalle.edu.br.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar:** uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

SOUZA, R. M de. **Que palavra que te falta? Linguística e educação:** considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEMÓRIAS DOS DESAFIOS DE FAMÍLIAS ATÍPICAS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Aline de Oliveira Silva Padilha[1]

Resumo
Nos últimos anos percebe-se, na escola pública, o crescente número de matrículas no ensino básico de crianças atípicas, uma vez que estes estudantes estão cada vez mais ingressando no sistema educacional. A perspectiva de novas estratégias para o atendimento desse público faz-se ainda mais necessária nas instituições públicas e privadas. Diante do contexto da inclusão, o acolhimento das crianças e das famílias são essenciais. A história de vida dos cuidadores, responsáveis por meninos e meninas constituem memórias afetivas de mães, pais e famílias atípicas. Na região metropolitana de Porto Alegre, assim como no país, se aplicam políticas inclusivas nas diversas áreas, como educação, saúde, esporte, entretenimento dentre outros que possibilitam a presença ativa das pessoas na sociedade. Nesse sentido, torna-se pertinente compreender quais processos e parâmetros podemos utilizar para melhorar o desenvolvimento global dos indivíduos atípicos e suas famílias. Este estudo, que se encontra em andamento, propõe estudar o conceito de família atípica, quais as principais características dessas famílias e as memórias dos principais desafios das interações sociais. A metodologia utilizada é uma pesquisa qualitativa, sendo que dados derivados de entrevistas e análise documental irão compor essa investigação. Conforme as questões levantadas, se espera contribuir para o acolhimento e desenvolvimento das famílias atípicas no sistema de educação.

Palavras-chave: atípico; família; educação.

REFERÊNCIAS

CALLONERE, A.; FERREIRA ROLIM, S.; HÜBNER, M. M. Relações familiares e escolares em práticas inclusivas. **Comportamento em foco**, São Paulo, v. 1, p. 87-102, 2011.

DICIONÁRIO DIDÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ensino fundamental 1 / Editor responsável: Rogério de Araújo Ramos. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2011.

[1] Universidade La Salle. E-mail: aline.202421685@unilasalle.edu.br.

FONSECA da, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Ed. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares em Memória Social. edição especial, v. 9, n. 15, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, volume 31. 2010, Brasil. 81

JESUS SOARES, de Simaria. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, v. 3.1, p. 1-13, 2019.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social Memory Studies: From “Collective Memory” to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p.105-140, 1998.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

SARAIVA JOVEM: dicionário da língua portuguesa ilustrado/organização da editora. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA MEDEIROS da, Geisa, DA ROCHA FILHO, João Bernardes. O método de pesquisa responde aos questionamentos contidos na pesquisa estruturada no método? **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, 2019.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

BILHETES UM PATRIMÔNIO AFETIVO DA MEMÓRIA E DE IDENTIDADE SOCIAL: ACALENTO NO CAOS

Viviane Silveira Vargas[1]

Resumo
Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi assolado por uma grande enchente e uma força humanitária surgiu na qual escolas e centros esportivos tornaram-se a opção de muitas pessoas. Neste cenário, a escola Estadual Mané Garrincha e o Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE) foram espaços de abrigo em Porto Alegre. A escola era o ponto de donativos e o CETE foi encarregado de abrigar as famílias, mas para que tudo funcionasse foram necessários muitos voluntários. Neste trabalho, encontramos bilhetes anexados às doações, que vinham em forma de palavras de acalento, de incentivo. Os bilhetes muitas vezes amassados, borrados pela água tornaram-se patrimônio afetivo da memória e da identidade social. A fim de fortalecer esta construção de memória afetiva e de identidade social da enchente por meio de bilhetes encontrados junto às doações que objetivou-se identificá-los como patrimônio cultural, descrevê-los como marco da identidade social e potencializá-los como elo de solidariedade e melhora de autoestima de abrigados. A metodologia do estudo centrou-se em uma abordagem qualitativa, a partir da análise descritiva desses bilhetes. Desta forma, foi possível relacioná-los ao momento histórico e compreender que bilhetes fazem parte da memória e da identidade social. As fundamentações teóricas utilizadas formam Halbwachs (2006), Candau (2015) e Assmann (2011) para a caracterização dos bilhetes considerados como patrimônio cultural da memória e identidade social.

Palavras-chave: bilhetes; patrimônio cultural; identidade social.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memória**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva. Visión, 2006.

CANDAU, Joel; FERREIRA, Maria Letícia. M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 11 out. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

[1] Universidade La Salle. E-mail: professoraviviane1971@gmail.com.

MEMÓRIA DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À INCLUSÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DE PROFESSORES EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE ESTEIO/RS

Gisele Machado[2]

Resumo
Esta pesquisa pretende, a partir da análise das políticas públicas nacionais de educação inclusiva, verificar de que forma a rede municipal de Esteio está alinhada com seus princípios. Sabe-se que as leis existem para garantir o acesso dos alunos de inclusão nas escolas regulares, pois o princípio básico da inclusão escolar é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. A pesquisa irá dialogar com as ideias de Pollak (1992), que ressalta que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada. Neste mesmo contexto, para Halbwachs (2006), a memória é sempre construída em grupo, mas é também, um trabalho do sujeito, pois o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo habitado e inserido por grupos de referência. Assim como Nora (1993) apresenta uma perspectiva sobre a memória que concilia os conceitos de memória coletiva e memória social. A pesquisa visa estudar e explorar as memórias e narrativas de professores/as da Educação Básica, em escolas da rede municipal de Esteio/RS, focando em suas experiências e práticas educacionais relacionadas às políticas públicas inclusivas. Serão utilizadas entrevistas estruturadas, pesquisa documental e análise interpretativa argumentativa.

Palavras-chave: políticas públicas; memória social; inclusão.

REFERÊNCIAS

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, p. 139-152, 2004.

[2] Universidade La Salle. E-mail: gisele.2024.20662@unilasalle.edu.br.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Mortheus**, v. 9, n. 15, 2016.

GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, v. 1, jul/dez.1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215. 1992.

BALLET ERENITA: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA PIONEIRA DE CANOAS

Luciana Sperb[1]

Patrícia Kayser Vargas Mangan[2]

Resumo

Este estudo, que se encontra em fase inicial, trata da trajetória e das memórias da Escola de Ballet Erenita, primeira escola de formação em ballet clássico na cidade de Canoas. A escola iniciou as atividades em 1958 e, desde esta data, recebeu muitas meninas e meninos em busca de aprender a arte do Ballet Clássico, socialização, criação de vínculos, além dos benefícios físicos que a atividade traz. A questão que norteia esse estudo, é: como o surgimento da primeira escola de formação em Ballet Clássico contribuiu para a trajetória da dança em Canoas? O objetivo geral é registrar as memórias das bailarinas formadas na escola, com foco nas vivências artístico-culturais por elas experienciadas ao longo do tempo em que estiveram em contato com a escola. A metodologia escolhida é a qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas que serão realizadas com alunas egressas da escola. O resultado esperado inicialmente é a coleta de dados que propicie as discussões que busquem responder à questão central, articulando os teóricos e as falas das alunas sobre as contribuições da instituição no cenário atual da dança de Canoas.

Palavras-chave: memória social; dança; ballet clássico; trajetórias profissionais.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

PERES, Sonia Maria Zanezi. Maurice Halbwachs e a memória coletiva e individual. **Revista Missioneira**, v. 23, n. 2, p. 71-78, 2021.

[1] Universidade La Salle. E-mail: luciana.202421683@unilasalle.edu.br.
[2] Universidade La Salle

RANGEL, Nilda Barbosa Cavalcanti. **Dança, Educação, Educação Física:** propostas de ensino da dança e o universo da Educação Física. Jundiaí, SP: Fontoura, 2002.

SOARES, Andresa *et al*. **Improvisação & Dança:** Conteúdos para a Dança na Educação Física. Santa Catarina: UFSC, 1998.

MEMÓRIAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: RELATOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESTEIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Marisônia Pederiva[1]

Resumo
Esta pesquisa tem a intenção de explorar as memórias dos profissionais da educação no que se refere ao sofrimento psíquico no trabalho, especificamente professores da rede pública do município de Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. O estudo busca entender como o mal-estar docente, influenciado por desafios pedagógicos cada vez mais complexos e desvalorização docente, impacta a prática e a identidade profissional desses educadores que o ambiente escolar, embora culturalmente formativo e altamente complexo, pode ser uma fonte de trauma para os profissionais da educação. O objetivo é identificar memórias traumáticas de professores em sua prática profissional e seus efeitos, além de propor melhorias no ambiente de trabalho que resgatem a dignidade e o valor do professor. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo onde se recorre a pesquisa documental por meio da produção de entrevistas semiestruturadas com quinze professores selecionados conforme seu tempo de docência, as quais foram analisadas por meio da análise de conteúdo. Destaca-se que a pesquisa qualitativa foca em atitudes, crenças e valores dos sujeitos, sem priorizar a quantificação dos dados, e valoriza a subjetividade e a complexidade humana. A pesquisa, que está em andamento, apresenta resultados preliminares indicando algumas causas e efeitos do mal-estar docente, o significado dessas experiências dentro de um contexto mais amplo de desumanização crescente na sociedade. A pesquisa pretende gerar reflexões teóricas e práticas que contribuam para uma educação mais humanizada e eficaz.

Palavras-chave: memória social; identidade; mal-estar docente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rosana Márcia Rolando; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **O Mal estar na Educação:** Magistério e Sofrimento Psíquico. Curitiba: Ed. Juruá, 2008.

ARANDA, M. Silvana. **Olhares sobre o mal-estar docente**. Curitiba-PR: Ed. Bagai, 2023.

[1] Universidade La Salle. E-mail: marisonia.202420697@unilasalle.edu.br.

BAUER,Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com imagem e som:** um manual prático. 2. ed. Petrópolis, RJ: 2002.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. Morpheus- **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 08, n. 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

SAÚDE

E

DESENVOLVIMENTO HUMANO

PERFIL DE MULHERES ACOLHIDAS NO CENTRO REGIONAL DE ABRIGAMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - CRAM

Ana Paula Bittencourt Ferreira[1]

Resumo

A violência contra a mulher configura-se como uma transgressão aos direitos humanos, um desafio de alcance global que compromete os princípios fundamentais da cidadania. Nessa perspectiva, a Fundação La Salle, em parceria com nove municípios, opera o Centro Regional de Abrigamento para Mulheres Vítimas de Violência (CRAM). A gestão municipal realiza a compra de vagas e efetiva o encaminhamento de mulheres vítimas e, ou, situação de risco proveniente de violência condicionada de gênero para o espaço. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental que tem como intuito apresentar os dados do perfil de acolhidas durante os quatro anos de existência do referido programa. Esse levantamento, por meio dos prontuários, possibilita a identificação da principal violação de direito sofrida, seu perfil socioeconômico e o agente violador. Foram atendidas 514 pessoas, sendo 225 mulheres (idade média 32,9 anos) e 289 crianças e adolescentes, com tempo médio de abrigamento de 24 dias. As mulheres se declararam brancas (64%), pardas (20,4%) e negras (15,6%). Identifica-se as seguintes situações de violência: psicológica (87,6%), física (77,8%), moral (55,6%), patrimonial (51,1%) e sexual (33,3%). Em 23,6% dos casos as mulheres referiram como sendo a primeira situação de violência percebida o que indica uma naturalização do fenômeno. Os resultados mostraram aspectos positivos da passagem das mulheres pelo acolhimento protetivo, como o apoio oferecido pelos profissionais técnicos, além de aspectos que dificultam uma saída do local, principalmente em relação à geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: violência de gênero; abrigo institucional; mulheres.

REFERÊNCIAS

Fundação La Salle, dados próprios, 2024.

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: anapaulabtferreira@gmail.com.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA CARTILHA INFORMATIVA SOBRE ZOONOSES PARA AS POPULAÇÕES DE IMIGRANTES RESIDENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Vivian Ribeiro Mattos[1]

Resumo
Zoonoses são doenças infecciosas transmitidas entre animais e humanos por protozoários, vírus, bactérias, fungos e helmintos. No Brasil, doenças como raiva, leishmaniose e teníase são predominantes, e sua prevalência é exacerbada por fatores como saneamento inadequado, higiene precária, mudanças climáticas e contato com animais. Enchentes, como as recentes no Rio Grande do Sul, aumentam o risco de zoonoses e facilitam a disseminação de doenças virais como dengue e zika. A vulnerabilidade dos imigrantes, agravada pela exploração laboral, pobreza, xenofobia e barreiras linguísticas, comprometem seu acesso a informações sobre saúde e medidas preventivas. Para enfrentar essa situação, será desenvolvida uma cartilha informativa sobre zoonoses voltada para imigrantes. O objetivo é fornecer uma ferramenta útil para a comunicação de risco, prevenção e manejo dessas doenças. Os objetivos específicos incluem: identificar as principais zoonoses emergentes no Rio Grande do Sul após enchentes; criar uma cartilha com linguagem acessível e imagens ilustrativas; submeter a cartilha a uma avaliação por juízes; revisar o material com base no feedback recebido; e divulgá-la em eventos e mídias sociais. O estudo metodológico envolverá a validação da cartilha usando o Índice de Validade de Conteúdo (IVC). Juízes especialistas, selecionados através da plataforma Lattes, e imigrantes, convidados em oficinas na Universidade La Salle, avaliarão a cartilha para assegurar sua relevância e clareza. O produto final deverá ser uma cartilha bilíngue (espanhol e francês) que abordará zoonoses emergentes pós-enchente, disponível em formatos físico e digital, que será distribuída e divulgada através da pastoral da Universidade La Salle e mídias sociais.

Palavras-chave: enchentes; estudo metodológico; Índice de Validade de Conteúdo; comunicação de risco.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria da Saúde: **Zoonoses**. 2024. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Zoonoses. Acesso em: 03 jan. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: vivian.mattos0873@unilasalle.edu.br.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **Principais doenças transmitidas do animal para o homem**. CRMV-PA, 2024. Disponível em: https://crmvpa.org.br/principais-doencas-transmitidas-do-animal-para-o-homem/. Acesso em: 09 jun. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Chuvas aumentam riscos de zoonoses**. CRMV-SP, 2024. Disponível em: https://crmvsp.gov.br/chuvas-aumentam-riscos-de-zoonoses/. Acesso em: 09 jun. 2024.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, VINCULA À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. **Perfil dos Migrantes no RS Segundo os dados do Sismigra, da RAIS e do Cadastro Único** – República Federativa do Brasil. DEE/SPGG, 2022. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/21172840-nt-dee-70-o-perfil-dos-migrantes-no-rs-segundo-o-sismigra-a-rais-e-o-cadu-nico.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Estratégias para atenção integral à saúde de migrantes internacionais no Brasil**. 1. ed. - Brasília, DF: OIM, 2022. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/Estrategias-para-atencao-integral-a-saude-de-migrantes-internacionais-no-brasil_0.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES**. Indicadores de Governança da Migração Segundo Perfil 2022** – República Federativa do Brasil. Genebra: OIM, 2022. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/MGI-2nd-Brazil-2022-PT_0.pdf. Acesso em: 08 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Migração e migrantes:** Recursos e desenvolvimentos regionais. Em: Relatório Mundial sobre Migração 2022 (M. McAuliffe e A. Triandafyllidou, eds.). Genebra: OIM, 2021. Disponível em: https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022-chapter-3-portuguese. Acesso em: 11 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil** – República Federativa do Brasil. Genebra: OIM, 2022. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil. Acesso em: 08 nov. 2023..

PLANTAS MEDICINAIS: UMA VISÃO NO CONTEXTO DOS IMIGRANTES

Bruna Brochier[1]

Resumo
Plantas medicinais são usadas globalmente há séculos. No Brasil, há uma diversidade de 45 mil espécies conhecidas. Segundo a OMS, 80% da população em países em desenvolvimento usam métodos tradicionais de saúde, sendo 85% baseados em plantas medicinais. O Observatório das Migrações Internacionais relata aumento de 24,4% de imigrantes no Brasil na última década, trazendo consigo conhecimentos sobre plantas medicinais. Nomes vernaculares regionais, nomes científicos e populares, dificultam sua identificação. Objetivo: Este projeto visa identificar as principais plantas medicinais usadas por imigrantes em seus países de origem e analisar se as barreiras linguísticas impactam seu acesso a essas plantas. Os objetivos específicos incluem compreender onde os imigrantes procuram medicamentos e suas percepções sobre o acesso aos serviços de saúde no Brasil. Metodologia: Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa, com CAAE de número - 78669324.1.0000.5307. O estudo será caracterizado por um método observacional transversal qualitativo, do tipo exploratório e descritivo, com coleta de dados baseada em entrevista semiestruturada com 20 imigrantes da cidade de Canoas, Rio Grande do Sul. Será utilizado para análise dos dados o método de análise de conteúdo, conforme Bardin em "L'Analyse de Contenu". Este método, que detalha princípios e conceitos fundamentais, inclui técnicas de codificação e categorização de dados para identificar padrões e tendências. Resultados Esperados: Espera-se que esta pesquisa facilite o acesso dos imigrantes às plantas medicinais, reduzindo a barreira linguística, e que o material elaborado promova maior conhecimento sobre o uso correto das plantas e onde procurar atendimento de saúde.

Palavras-chave: imigrantes; plantas medicinais; barreiras linguísticas; saúde.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020:** Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

1 Universidade La Salle. E-mail: brochierbruna98@gmail.com.

CHEROBIN, F et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis** (Rio de Janeiro, Brazil), v.32, n. 3, 2022.

MEDEIROS, P.M. DE et al. The use of medicinal plants by migrant people: Adaptation, maintenance, and replacement. **Evidence-based complementary and alternative medicine:** eCAM, v. 2012, 2012.

SANTOS, M. G.; CARVALHO, A. C. B. Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde. **Em: Saberes tradicionais e locais:** reflexões etnobiológicas. [s.l.] EDUERJ, p. 72–99, 2018.

VEIGA JUNIOR, V. F.; PINTO, A. C. O gênero copaifera L. **Química nova**, v. 25, n. 2, p. 273–286, 2002.

AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE TOXICIDADE DO FLÚOR E DO GLIFOSATO EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Wagner Bueno Stadtlander[1]

Resumo
O estudo focou na avaliação da toxicidade da água potável em Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, que utilizam poços artesianos como principal fonte de abastecimento. Essas cidades enfrentam problemas de contaminação por flúor e glifosato. O flúor, em concentrações acima de 1,5 mg/L, pode causar fluorose dentária e óssea, além de outros problemas de saúde, enquanto o glifosato, um herbicida de amplo espectro, é utilizado intensivamente na produção de tabaco local. O objetivo do trabalho foi avaliar a toxicidade da água e desenvolver um filtro para reduzir os níveis de flúor e glifosato. Foram coletadas 20 amostras de água de poços e realizadas análises físico-químicas. Testes agudos e subcrônicos foram realizados utilizando o organismo Daphnia magna para avaliar a toxicidade. Os resultados preliminares mostraram que, mesmo durante o período de alta aplicação de pesticidas, o glifosato não foi detectado nas amostras, levando ao ajuste dos objetivos do estudo. A análise das amostras revelou concentrações variáveis de flúor, com três poços apresentando níveis mais elevados. Nos testes com Daphnia magna, os pontos de concentração efetiva de 50% (CE50) foram encontrados nas amostras 1 e 17. A relação entre dados físico-químicos e a letalidade nos microcrustáceos está em análise. A continuidade do estudo visa à construção de um filtro e compreender melhor a toxicidade da água na região. Ainda serão efetuados testes com as algas unicelulares Desmodesmus subspicatus.

Palavras-chave: toxicidade; flúor; daphnia; desmodesmus.

REFERÊNCIAS

AYOOB, S; et al. Fluoride in Drinking Water: A Review on the Status and Stress Effects. **Critical Reviews in Environmental Science and Technology**, v. 36, n. 6, p. 433–487, Dec, 2006. https://doi.org/10.1080/10643380600678112. Acesso em: 27 mar. 2024.

GARCIA, Ana Letícia Hilario; et al. Fluorosilicic acid induces DNA damage and oxidative stress in bone marrow mesenchymal stem cells. **Mutation**

1 Universidade La Salle. E-mail: wagnerbueno.sta@gmail.com.

Research/Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis, v. 861-862, p. 503297, 1 jan. 2021.

LOBO, Eduardo; et al. **Qualidade das águas subterrâneas, em relação á concentração de íons fluoretos,na região vale do rio Pardo e rio Taquari, RS, Brasil**. Águas Subterrâneas, 11 set. 2000.

SCHUSTER, L. **Avaliação da adsorção do azul de metileno por engaço de uva na forma in natura e na forma de carvão ativado**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2021.

SCHWANTES, Daniel; et al. Modified grape stem as a renewable adsorbent for cadmium removal. **Water Science and Technology**, v. 78, n. 11, p. 2308–2320, 14 dez. 2018.

MOSTRA
DE
EXTENSÃO

PEQUENOS GESTOS QUE FAZEM A DIFERENÇA

Paula Fabiana Assis da Silva[1]
Zyramad Arbelaez[2]
Marla Borsatto[3]
Lucileide Sobral[4]
Juliana Paula Koch[5]

Resumo
O Projeto APAE Canoas teve início na disciplina de Projeto Integrador III do curso de Administração de Empresas e Ciências Contábeis no primeiro semestre de 2024. A escolha da Entidade sinaliza a importância da inclusão de pessoas com deficiência intelectual e Multipla. As doações para Entidades assistenciais desempenham um papel crucial, pois garantem recursos financeiros que são transformados em melhorias diretas na Instuição. Esses recursos são usados para a manutenção de programas educacionais, terapias especializadas e aquisição de materiais que ajudam a proporcionar um atendimento de qualidade e personalizado para cada indivíduo atendido. Assim, a APAE Canoas tem implementado Iniciativas inovadoras, como o projeto de coleta de tampinhas em ambientes públicos. Para aumentar a visibilidade e o engajamento, o grupo entendeu a necessidade de ampliar o alcance do projeto para ajudar na criação renda para a instituição. Assim, foram realizadas parcerias e inserções de pontos de coleta em quatro Instituições: Colégio La Salle Canoas, Colégio Maria Auxiliadora, Universidade La Salle e Magazine Luiza. Cada tampinha arrecadada representa um passo a mais para o fortalecimento da APAE Canoas. O grupo ainda se organizou para ajudar na coleta sistêmica mensal das doações e entrega à instituição, entendendo que esse projeto tem potencial de replicação em outras cidades que prestam serviços social, em uma interação que rompe o contexto da sala de aula.

Palavras-chave: inclusão social; solidariedade; inovação.

1 Universidade La Salle. E-mail: paula.201410453@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: zyramad.202111727@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: amarla.201810393@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: zyramad.202111727@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo corporativo:** como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **Administração para empreendedores:** fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson PrenJce Hall, 2011.

YOUTUBE. Disponível em: hEps://www.youtube.com/watch?v=sj0Csl-zWW. Acesso em: 27 ago. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO SENSÓRIO-MOTORA NA INTERAÇÃO SOCIAL EM CRIANÇAS COM TEA

Andrya Machado Ruas[1]

Resumo
Introdução: Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem enfrentar, diariamente, desafios em relação à interação social, percepções sensitivas e habilidades motoras, afetando seu desenvolvimento e adaptação ao meio. Essas questões podem se manifestar através de dificuldades de comunicação, hipersensibilidade/hiposensibilidade e pouca coordenação motora. Este estudo explora o papel das atividades motoras e sensitivas para a criança, na forma de brincadeiras, para aprimorar a interação com o ambiente e outras pessoas. Objetivo: Revisar a literatura sobre a importância de atividades sensório-motoras em crianças com TEA e analisar a eficácia no desenvolvimento comportamental. O estudo visa identificar quais tipos de brincadeiras são mais eficazes e como podem ser incorporadas em terapias e práticas educacionais para otimizar resultados. Metodologia: Revisão de artigos científicos e estudos de caso que investigam intervenções baseadas no brincar para crianças com TEA, focando nos resultados no desenvolvimento cognitivo e social da criança. Foram incluídos estudos que utilizaram abordagens variadas, como jogos estruturados, brincadeiras livres e atividades específicas. Resultados e Conclusões: Os estudos revisados indicam que as atividades em forma de brincadeiras demonstraram ser eficazes em promover a adaptação sensório-motora e desenvolver habilidades sociais em crianças com TEA. Conclui-se que a incorporação sistemática do brincar é vital para o progresso cognitivo e comportamental dessas crianças.

Palavras-chave: autismo, interação social; integração sensorial; integração motora; desenvolvimento infantil; brincar.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, I. B. DO .; BITENCOURT, C. R.; FLEIG, R.. Estratégias para o transtorno do espectro autista: interação social e intervenções terapêuticas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 2, p. 179–187, mar. 2021.. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/DQNzt7JYrHxTkrV7kqkFXyS/. Acesso em: 08 ago. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: andrya.202212129@unilasalle.edu.br.

VOOS, Mariana Callil *et al*. **As principais alterações sensório-motoras e a abordagem fisioterapêutica no Transtorno do Espectro Autista**. Editora Científica. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.org/articles/200801118.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

UMA NOVA EMOÇÃO: COMO ENTENDER OS SENTIMENTOS E AS MUDANÇAS NA ADOLESCÊNCIA PÓS CATÁSTROFE CLIMÁTICA QUE ASSOLOU O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Jamir Rodrigues dos Reis[1]
Bruno Rodrigues Menezes[2]
Deyse Bibiana Souza da Silva[3]

Resumo
Este presente trabalho è parte avaliativa nas disciplinas de Projeto de vida e ciências biológicas, está sendo desenvolvido com os alunos do 8º ano do ensino fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Gama, localizada no Bairro Belém Velho na cidade de Porto Alegre\RS. Tem com objetivo central identificar as principais emoções dos alunos e alunas após o evento climático do mês de maio de 2024 que assolou o nosso Estado elencando principalmente a ansiedade que alguns alunos manifestaram, após a catástrofe climática. Metodologicamente está sendo desenvolvido a leitura e interpretação de texto, bem como os sentimentos dos estudantes, para isso foi eleito o livro “ansiedade como enfrentar o mal do século para filhos e alunos” do autor Augusto Cury. Como material de ensino estamos desenvolvimento um painel coletivo com as emoções e roda de conversas na disciplina de Projeto de vida. Na área de ciências biológicas, o entendimento as mudanças da adolescência, hormonais, sentimentos e emoções com o sistema endócrino entendendo como funcionam os sentimentos através de uma perspectiva científica, de como enfrentar a ansiedade e demais comoções. o trabalho encontra-se em fase de desenvolvimentos, mas já é possível a coleta de alguns resultados positivos.

Palavras-chave: adolescência; ansiedade; mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

CURY, Augusto. **Ansiedade:** como enfrentar o mal do século para filhos e alunos- São Paulo: saraiva soluções, 2018.

1 Universidade La Salle. E-mail: jamirrodriguesdosreis@gmail.com.
2 Unilasselvi. E-mail: brunomenezes.tec@gmail.com.
3 Unilasselvi. E-mail: deyse-bsdsilva@educar.rs.gov.br.

START-UP EM FISIOTERAPIA? O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DA DOR

Cleisi Josiane Ferreira de Azambuja[1]

Flávio Leite Bueno[2]

Resumo

Introdução: A Clínica Alvo Fisioterapia tem como missão a “eficácia no tratamento da dor através de métodos não farmacológicos, visando o bem-estar biopsicossocial”. Valores como COMPROMETIMENTO, DETERMINAÇÃO e EMPATIA caracterizam-na. Será localizada em Canoas-RS, sobretudo na zona distrital nordeste, onde há um perfil demográfico conveniente para a implantação de uma clínica de fisioterapia, possuindo amplo acesso via transporte público e/ou particular. Ademais, a cidade se beneficia de um cenário econômico favorável, com uma economia pautada na indústria e comércio – PIB per capta [2021] R$62.892,77. Atenderá, principalmente, profissionais da saúde, que sofrem de dores musculoesqueléticas. Objetivo: Descrever o planejamento estratégico de uma startup de Fisioterapia nomeada Clínica Alvo Fisioterapia. Fomentar o atendimento especializado a profissionais da saúde. Metodologia: Análise do cenário econômico e demográfico de Canoas, usando dados de mercado, para fundamentar as estratégias de gestão e inovação. Desenvolvimento de um plano de negócios, utilizando ferramentas, tais como (CANVA, SWOT, GUT, 4P MARKETING, 5W2H, ETC); Determinação das principais demandas de saúde da população trabalhadora, bem como, revisão de estudos de caso. Resultados e Conclusões: A clínica demonstrou viabilidade econômica e potencial de crescimento, oferecendo serviços como fisioterapia aquática e pilates, focados nas necessidades dos trabalhadores locais. As projeções financeiras indicam uma rentabilidade sustentável, e a localização estratégica facilita o acesso dos pacientes. A prevalência de dores musculoesqueléticas entre profissionais da saúde reforça a demanda pelos serviços oferecidos. Conclui-se que a gestão inovadora da Clínica Alvo Fisioterapia poderá servir como modelo para empreendedores na área da saúde, exemplificando o conceito de inovação.

Palavras-chave: fisioterapia; gestão; empreendedorismo; inovação.

REFERÊNCIAS

DATA MPE BRASIL: SEBRAE. **Canoas/RS**, 2022. Disponível em: https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/canoas. Acesso em: 24 maio 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: cleisi.202111475@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: flavio202020183@unilasalle.edu.br.

MALTA, D. C. *et al*. (2022). Dor crônica na coluna entre adultos brasileiros: dados da pesquisa nacional de saúde 2019. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, v. 25, e220032. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-549720220032.2 Acesso em 22 maio 2024.

MEIRA-MASCARENHAS, Cláudio H; ORNELLAS-PRADO, Fábio; HENRIQUE-FERNANDES, Marcos. Dor musculoesquelética e qualidade de vida em agentes comunitários de saúde. **Rev. saúde pública**, Bogotá, v. 4, p. 668-680, ago. 2012. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642012000400011&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 24 maio 2024.

SCHULTZ, C. C. *et al*. Factors related to musculoskeletal pain of nurses in the hospital setting: cross-sectional study. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, p. e20210108, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/6xbx4T5FgHW4nXJ78hHrG9p/?lang=pt#. Acesso em: 24 maio 2024.

SILVA, Fábio Ribeiro da. S**intomas osteomusculares em profissionais da atenção primária à saúde**. 2022. Dissertação (Mestrado em em Enfermagem) - Faculdade de Medicina São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2022. Disponível em: https://bdtd.famerp.br/bitstream/tede/794/2/F%C3%A1bioRibeiroSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

ESTUDO DE VIABILIDADE - IFSUL CAMPUS SAPUCAIA DO SUL

Victoria Helena Cardoso de Araujo Silva[1]
Angelita Helena da Rosa[2]
Marcia Branco Gomes [3]

Resumo
O Estudo de Viabilidade é essencial para determinar a possibilidade de execução de um projeto, com isso, este estudo específico avalia a construção de um novo prédio no campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) em Sapucaia do Sul. O projeto pretende criar um espaço para atividades culturais, exposições de arte e apresentações acadêmicas, objetivando integrar a instituição com a comunidade externa e proporcionar um ambiente de interação cultural. A proposta arquitetônica oferece um espaço funcional, fluído e dinâmico, preparado para eventos culturais e educativos. No âmbito urbanístico, o estudo seguiu o plano diretor do município, assegurando que o novo edifício esteja em conformidade com normas locais. A análise incluiu aspectos como acessibilidade, índices construtivos e adequação à infraestrutura urbana. A localização no terreno facilita o acesso tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade local, promovendo maior interação com o público. Além disso, foi realizado um estudo de viabilidade financeira com base no Custo Unitário Básico de Construção (CUB-RS), que permitiu estimar os custos da construção do prédio, garantindo a viabilidade financeira e preservação a longo prazo. A análise financeira incluiu projeções de custos de materiais, mão de obra e manutenção, assegurando o uso eficiente dos recursos disponíveis. Com a conclusão desses estudos, o projeto se mostra viável tanto do ponto de vista urbanístico quanto financeiro, prometendo benefícios significativos para a comunidade acadêmica e integração com o público externo, incentivando a cultura e a educação na região.

Palavras-chave: estudo de viabilidade; IFSul; projeto integrador.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M.M.; RABECHINI JÚNIOR, R. **Fundamentos em gestão de projetos:** construindo competências para gerenciar projetos. São Paulo: Atlas, 2015.

1 Universidade La Salle. E-mail: victoria.202010381@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: angelita.202010226@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: marcia.202111823@unilasalle.edu.br.

LIMA, G. **Gestão de projetos**. São Paulo: LTC, 2009.

MEREDITH, J.R.; MANTEL, S.J. **Administração de projetos:** uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2003.

OLIVEIRA, D.P.R. **Administração de projetos:** melhores práticas para otimizar resultados. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, C.F.R. **Gerenciamento de projetos:** conceitos e representações. São Paulo: LTC, 2014.

UMA CIDADE EM MEIO AS ÁGUAS (1941 E 2024): CANOAS, RS EM REGISTROS IMAGÉTICOS, ORAIS E ESCRITOS

Bruno André Nogueira Argenti[1]

Resumo
Canoas tem passado por diversos episódios de enchentes, destacando-se os de 1941 e 2024, em função de sua magnitude. Sobre o primeiro, o Museu Histórico La Salle guarda registros orais e imagéticos em seus arquivos, os quais evidenciam fragilidades sociopolíticas, conflitos em relação à problemas ambientais e urbanos, entre outros. A questão que norteia o trabalho é a seguinte: A partir dos registros já existentes sobre o que ocorreu em 1941 e os produzidos pela imprensa em 2024, quais as semelhanças e diferenças, no sentido de construção de um imaginário sobre a cidade em meio aos desastres ditos naturais e de discursos da administração pública? Trata-se de pesquisa qualitativa, a partir de fotografias, notícias de jornais e fontes orais. Seus objetivos são os de estudar como as enchentes têm sido documentadas em Canoas e analisar diferentes construções discursivas e imagéticas sobre estas. Trata-se de pesquisa em fase inicial, inserida no projeto de Pesquisa Canoas no Tempo: Materialidades, Sensibilidades, Imaginários.

Palavras-chave: enchentes em Canoas, RS; memória; fontes fotográficas; fontes orais; discursos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jussara Moreira. O enquadramento: um olhar sobre a cidade, a fotografia e sua história. 2015.

FREITAS, Francisco; GRAEFF, Lucas. As paisagens da memória do bairro Harmonia, em Canoas/RS um estudo a partir de registros fotográficos e relatos orais. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URFGS, 2011, Porto Algre. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2011.

GRAEBIN, Cleusa. **Canoas em fragmentos de memórias**: imagens e narrativas. Editora La Salle, 2019.

MAUAD, Ana. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. **Revista Tempo**, 1996

1 Universidade La Salle. E-mail: thaina.oliveira3110@gmail.com.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e cidade. **Revista Artcultura**, 2008.

VIEGAS, Danielle. A Cidade Revelada em Dois Tempos: Apontamentos Sobre a Urbanização de Canoas/RS a Partir De Registros Fotográficos (1952/1978). **Revista de História e Estudos Culturais**, 2013.

ANÁLISE E OTIMIZAÇÃO DA LOGÍSTICA E QUALIDADE ALIMENTAR: ESTUDO DE CASO NO BISTRÔ DO HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

Christian Morais Soares[1]
Guilherme Mattos[2]
Henrique Govêa[3]
Vitoria Gabriela Pena Saraiva[4]
Natália da Rosa Martini[5]

Resumo
O trabalho desenvolvido no Projeto Integrador II da Universidade La Salle Canoas, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Chang De Almeida, focou na análise e otimização do Bistrô do Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, com ênfase na área de Nutrição. O projeto, realizado pelos alunos Christian Morais Soares, Guilherme Mattos, Henrique Govêa, Vitoria Gabriela Pena Saraiva e Natália da Rosa Martini, visou melhorar a produção e logística de alimentos do bistrô. A primeira fase do projeto envolveu a análise detalhada das operações do bistrô, revelando uma logística eficiente e bem estruturada. A segunda fase focou no diagnóstico dos processos relacionados ao manuseio e serviço em geral, especialmente quando tratava-se da manipulação e preparo dos alimentos, visando a segurança das refeições. (RDC n. 216/2004 ANVISA). A equipe implementou uma avaliação detalhada do fornecedor de frutas, legumes e vegetais, realizando uma visita e um questionário para assegurar que ele atendesse aos padrões de qualidade e segurança alimentar. O objetivo era melhorar a gestão da relação com o fornecedor e garantir a conformidade dos alimentos recebidos com as regulamentações. O projeto ofereceu uma valiosa experiência prática, apesar dos desafios enfrentados, como as condições meteorológicas adversas que afetaram o Rio Grande do Sul. Tendo como propostas futuras, realizar mais visitas e aplicação de checklist a outros fornecedores do Bistrô, assim garantindo a segurança dos alimentos que chegam no local.

Palavras-chave: personalidade; avaliação psicológica; estudo de caso.

1 Universidade La Salle. E-mail: chrismmss02nutri@gmail.com.
2 Universidade La Salle.
3 Universidade La Salle.
4 Universidade La Salle.
5 Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

COLARES, L. G. T.; FREITAS, C. M. DE. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 12, p. 3011–3020, dez. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html. Acesso em: 30 mar. 2024.

BENEFÍCIOS DO TESTE DE AVALIAÇÃO DOS INTERESSES PROFISSIONAIS (AIP) PARA ESTUDANTES

Ciele de Andrade[1]
Anghelis Silveira dos Santos[2]
Lisiane Rodrigues dos Santos[3]
Daiana Misturini[4]
Pedro Anderson de Lima Moreira[5]
Anelise Aparecida Dalsoto Kras Borges[6]

Resumo
Introdução: A Avaliação dos Interesses Profissionais (AIP), avalia os interesses profissionais do avaliando a partir dos dados obtidos objetivamente. Possui dez subcategorias, que podem ser utilizadas para auxiliar o indivíduo no processo de descoberta do interesse profissional. Objetivo: Descrever os benefícios da aplicação do AIP para os estudantes de terceiro ano do ensino médio de escolas da rede privada de uma cidade da RMPOA. Método: Relato de experiência de um grupo de acadêmicas que realizaram a aplicação do AIP, por intermédio de um serviço-escola, de uma universidade do RS, em uma escola particular. Os instrumentos utilizados na avaliação foram fornecidos pela própria universidade. Resultados: A aplicação do AIP resultou em relatos verbais dos estudantes, que afirmaram se sentir mais seguros para ingressar em uma faculdade. A equipe pedagógica frisou a ansiedade vivida no último ano do ensino médio e como um único processo de orientação profissional alivia os alunos da tensão que é escolher um curso, entrar em uma faculdade e viver o que decorre disto. Discussão: A aplicação do AIP pode fornecer a integração da orientação vocacional no currículo escolar, fomentando o desenvolvimento de carreiras, uma vez que auxilia os alunos a desenvolverem maior autoconhecimento fomentando uma tomada de decisão ponderada. Conclusão: A aplicação do AIP tendo como estrutura a avaliação de diversos interesses profissionais, propícia ao avaliado a identificação da carreira melhor alinhada com seus interesses e possíveis habilidades, tendo como resultado a contribuição para a satisfação com a escolha e construção de carreira.

Palavras-chave: Orientação profissional; teste vocacional; psicologia; adolescência.

1 Universidade La Salle. E-mail: ciele.de.andrade@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: anghelissilveira@gmail.com.
3 Universidade La Salle. E-mail: rodriguess.lisiane@gmail.com.
4 Universidade La Salle. E-mail: daianamisturini@gmail.com.
5 Universidade La Salle. E-mail: anderson.moreira@unilasalle.edu.br.
6 Universidade La Salle. E-mail: anelise.kras@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, M. C.; MELO-SILVA, L.; COLETA, M. F. D. Pressupostos teóricos de Super: Datados ou aplicáveis à psicologia vocacional contemporânea? **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 2, p. 223-234, 2012.

SAVICKAS, M. L. The theory and practice of career construction. Career Development Quarterly, v. 50, n. 1, p. 98-107, 2001.

O IMPACTO DAS ALERGIAS ALIMENTARES NA PRIMEIRA INFÂNCIA NA SAÚDE MENTAL DAS MÃES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Eduarda Saraiva Moreira[1]

Resumo
O tema abordado neste trabalho de conclusão de curso é a saúde mental de mães de crianças na primeira infância com alergia alimentar. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura para compreender o impacto psicológico dessas alergias na vida das mães. A revisão integrou estudos que abordam diversos aspectos relacionados ao tema. Os artigos foram buscados em bases de dados como a Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), publicados entre 2014 e 2024. Os descritores utilizados foram "alergia alimentar", "mães", "saúde mental", "impacto psicológico" e "mães de crianças alérgicas". Um total de 62 artigos foram recuperados. Os artigos selecionados foram aqueles que estavam dentro dos critérios de inclusão. Deste modo, restaram 19 artigos. A análise dos estudos selecionados revelou que as alergias alimentares das crianças estão frequentemente associadas a um aumento significativo nos níveis de ansiedade e estresse materno, além de outras consequências psicológicas adversas. Esses desafios incluem preocupações constantes com a saúde da criança, medo de reações alérgicas severas, e o impacto social de lidar com as restrições alimentares. As implicações desses achados ressaltam a necessidade de mais estudos na área, mas principalmente de apoio psicológico e intervenções direcionadas para melhorar a qualidade de vida dessas mães.

Palavras-chave: alergia alimentar; primeira infância; saúde mental; impacto psicológico; mães.

REFERÊNCIAS

ABDURRAHMAN, Z. B. et al. Experiencing a first food allergic reaction: a survey of parent and caregiver perspectives. **Allergy Asthma Clin Immunol**, v. 9, n. 1, p. 18, 2013.

AIKA, Satoko; ITO, Misae; YAMAMOTO, Yachiyo. Food allergy response capabilities of mothers and related factors. **Nurs Health Sci**, v. 19, n. 3, p. 340-350, set. 2017.

1 Universidade La Salle. E-mail: maria.202021112@unilasalle.edu.br.

doi: 10.1111/nhs.12351. Disponível em: https://doi.org/10.1111/nhs.12351. Acesso em: 03 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOLOGIA (ASBAI). **Apesar do aumento da prevalência das alergias alimentares, o excesso de diagnósticos é ainda mais expressivo**. Disponível em: https://asbai.org.br/apesar-do-aumento-da-prevalencia-das-alergias-alimentares-o-excesso-de-diagnosticos-e-ainda-mais-expressivo-2/. Acesso em: 30 mar. 2024.

BEGEN, F. M. *et al*. Parents' and caregivers' experiences and behaviours when eating out with children with a food hypersensitivity. **BMC Public Health**, v. 18, n. 1, p. 38, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-017-4594-z. Acesso em: 02 jul. 2024.

BOWLBY, J. **Attachment and Loss:** Vol. 1. Attachmen. New York: Basic Books, 1969. Disponível em: https://mindsplain.com/wp-content/uploads/2020/08/ATTACHMENT_AND_LOSS_VOLUME_I_ATTACHMENT.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. Concepts development in nursing: fundations, techniques and applications. WB Saunders Company. **Philadelphia** (USA), p. 231-250, 2000.

CAMPBELL, A. (1976). Subjective measures of well-being. **American Psychologist**, v. 31, n. 2, p. 117–124. Disponível em: https://doi.org/10.1037/0003-066X.31.2.117. Acesso em: 30 mar. 2024.

CHOW, Candice; PINCUS, Donna B; COMER, Jonathan S. Pediatric Food Allergies and Psychosocial Functioning: Examining the Potential Moderating Roles of Maternal Distress and Overprotection. **J Pediatr Psychol**, v. 40, n. 10, p. 1065-1074, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsv058. Acesso em: 02 jul. 2024.

CORTES, A.; CASTILLO, A.; SCIARAFFIA, A. Food allergy: Children's symptom levels are associated with mothers' psycho-socio-economic variables. **Journal of Psychosomatic Research**, v. 104, p. 48-54, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2017.11.009. Acesso em: 02 jul. 2024.

CUMMINGS, A. et al. The psychosocial impact of food allergy and food hypersensitivity in children, adolescents and their families: a review. **Allergy**, v. 65, p. 933-945, 2010.

DAHLQUIST, Lynnda M. *et al*. Parenting and independent problem-solving in preschool children with food allergy. **J Pediatr. Psychol**, v. 40, n. 1, p. 96-108, 2015.

doi: 10.1093/jpepsy/jsu087. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsu087. Acesso em: 01 jul. 2024.

DUNNGALVIN, A. *et al*. Quality of life associated with maternal anxiety disorder in Russian children and adolescents with food allergy. **Pediatric Allergy and Immunology**, v. 31, n. 1, p. 78-84, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/pai.13130. Acesso em: 02 jul. 2024.

FILIZ, S. *et al*. Sleep disturbances and affecting factors in young children with food allergy and their mothers. **Allergol Immunopathol** (Madr), v. 48, n. 2, p. 158-164, 2020. doi: 10.1016/j.aller.2019.06.014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.aller.2019.06.014. Acesso em: 03 jul. 2024.

FOONG, R. X. et al. Parental perception of their child's quality of life in children with non-immunoglobulin-E-mediated gastrointestinal allergies. **Pediatr Allergy Immunol**, v. 28, n. 3, p. 251-256, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1111/pai.12689. Acesso em: 02 jul. 2024.

HOEHN, Jessica L; DAHLQUIST, Lynnda M; HAHN, Amy L; BOLLINGER, Mary Elizabeth. Parents of Children With Food Allergy: Gender Differences in Perceived Impact and Perceived Food Allergy Severity. **J Pediatr Psychol**, v. 42, n. 2, p. 186-197, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsw059. Acesso em: 02 jul. 2024.

KAJORNRATTANA, T.; SANGSUPAWANICH, P.; YUENYONGVIWAT, A. Quality of life among caregivers and growth in children with parent-reported food allergy. **Asian Pac J Allergy Immunol**, v. 36, n. 1, p. 22-26, mar. 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28802031/. Acesso em: 02 jul. 2024.

KILIÇ, Nülüfer; KAYA, Suheda; TASÇI, Gülay; ÖZSOY, Filiz; KILIÇ, Mehmet. Quality of life in children with food allergies, psychiatric symptoms, and caregiving burden of their mothers. **Allergologia et Immunopathologia** (Madr), v. 51, n. 5, p. 48-56, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.15586/aei.v51i5.860. Acesso em: 03 jul. 2024.

LAU, G. Y. *et al*. Anxiety and stress in mothers of food-allergic children. **Pediatr Allergy Immunol**, v. 25, n. 3, p. 236-242, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1111/pai.12233. Acesso em: 28 de junho.

LONGO, Giorgio. IgE - mediated food allergy in children. **The Lancet**, 2013. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(13)60309-8/fulltext. Acesso em: 20 dez. 2023.

LOVIBOND, S. H.; LOVIBOND, P. F. **Manual for the Depression Anxiety Stress Scales**. 2nd ed. Sydney: Psychology Foundation, 1995.

MOIMAZ, Suzely Adas Saliba et al. Percepção dos pais sobre crianças alérgicas ou intolerantes a alimentos em relação à doença. Português J. Hum. Crescimento Dev. [online], v. 29, n. 3, pp. 354-364, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.7322/jhgd.v29.9533. Acesso em: 02 de julho.

OLIVEIRA, A. R. V. *et al.* Alergia alimentar: prevalência através de estudos epidemiológicos. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, v. 16, n. 1, p. 7–15, 2018. Disponível em: https://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/25. Acesso em: 15 fev. 2024.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Estratégia global para alimentação do lactente e da criança de primeira infância**. 2001. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar. Acesso em: 27 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS (2020). Improving early childhood development: WHO guideline. World Health Organization (WHO). Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240002098. Acesso em: 08 de jun. 2024.

POLLONI, L.; FERRUZZA, E.; RONCONI, L.; *et al*. Maternal anxiety and previous anaphylaxis are associated with alexithymia in young patients with food allergy. **Pediatr Allergy Immunol**., 2021. v. 33, p. e13680. Disponível em: https://doi.org/10.1111/pai.13680. Acesso em: 01 jul. 2024.

REIS, Pamela dos *et al*. Repercussões da alergia ao leite de vaca na perspectiva das mães. **Rev. René**, [S. [1], v. 21, pág. e42929, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.15253/2175-6783.20202142929. Acesso em: 02 jul. 2024.

RIBEIRO, Alessandra; PIRES, Tayane; NASCIMENTO, Lívia. Alergia alimentar: prevalência através de estudos epidemiológicos. Revista nova esperança, 2018. Disponível em: http://revistanovaesperanca.com.br/index.php/revistane/article/view/25. Acesso em: 02 dez. 2023.

SAMPSON, Hugh. Food allergy: Update on food allergy. Jacionline, 2004. Disponível em: https://www.jacionline.org/article/S0091-6749(04)01145-5/fulltext. Acesso em: 24 fev. 2024.

SANCALI, O.; ASLAN, A. A. Effects of elimination diets and clinical findings on mothers' anxiety in infants with food allergy with non-life-threatening reactions. **Eur**

Ann Allergy Clin Immunol, v. 54, n. 3, p. 108-116, 2022. doi: 10.23822/EurAnnACI.1764-1489.237. Disponível em: https://doi.org/10.23822/EurAnnACI.1764-1489.237. Acesso em: 03 jul. 2024.

SANTOS JÚNIOR, E. B. dos et al. Amamentação e alergia à proteína do leite da vaca: desafios de mães após o diagnóstico de seus filhos. **Revista de Conhecimento Científico**, n. 16, p. 9-140, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-140. Acesso em: 05 fev. 2024.

SHAKER, M. S.; SCHWARTZ, J.; FERGUSON, M. An update on the impact of food allergy on anxiety and quality of life. **Current Opinion in Pediatrics**, v. 29, n. 4, p. 497-502, 2017.

WALKER, Sheila Ohlsson *et al.* Cardiovascular Risk Factors in Parents of Food-Allergic Children. **Medicine** (Baltimore), v. 95, n. 15, p. e3156, abr. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1097/MD.0000000000003156. Acesso em: 03 jul. 2024.

YILMAZ, O.; KACAR, A. S.; GOGEBAKAN, E.; *et al*. The relationship between dietary elimination and maternal psychopathology in breastfeeding mothers of infants with food allergy. **Pediatr Allergy Immunol**, v. 33, e13670, 2021.

ZHANG, J. *et al*. Effect of symptom levels of children's food allergy on maternal depression: a cross-sectional and cohort study. **Actas Espanolas de Psiquiatria**, v. 52, n. 3, p. 248–255, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.62641/aep.v52i3.1642. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRÁTICA EXTENSIONISTA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Henrique Güths[1]
Luciani Silva[2]
LIliana Castoldi[3]

Resumo
O processo de avaliação psicológica investiga características psicológicas e, dentre essas, o construto de inteligência. Este estudo busca apresentar a análise de caso no contexto de prática extensionista no âmbito do curso de Psicologia de uma Universidade privada. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com um sujeito adulto, do sexo masculino, onde foram aplicados os instrumentos de entrevista e a Escala Wechsler Abreviada de Inteligência (WASI). As considerações éticas foram devidamente avaliadas e discutidas. Os resultados foram analisados conforme análise de conteúdo qualitativo e manual de normatização do instrumento. Em relação ao QI Verbal da WASI (conhecimento adquirido, raciocínio verbal e atenção à informação verbal), obteve escore de 125 (desempenho Superior), o QI de Execução (raciocínio fluido, processamento espacial, atenção a detalhes e integração visuomotora), demonstrou escore de 117 (desempenho Médio Superior) e apresentou um QI Total-4 de 124 (desempenho Superior), sendo todos esses resultados com intervalo de confiança de 95%. Em relação aos subtestes Vocabulário, (habilidades cristalizadas da inteligência), Cubos (expressão de habilidades visuoespaciais e visuoconstrutivas, considerando o tempo de realização da tarefa), Semelhanc?as (formac?a?o de conceitos verbais, racioci?nio verbal abstrato e habilidade intelectual geral) e Racioci?nio Matricial (racioci?nio fluido e habilidade intelectual geral), ele obteve escores T de 64, 57, 65 e 64 respectivamente. O resultado do teste indica que a inteligência do analisado e? considerada superior. O presente trabalho consolidou de forma prática o aprendizado da entrevista e da Escala Wechsler de Inteligência, instrumentos importantes para a formação do psicólogo.

Palavras-chave: Escala Wechsler abreviada de inteligência; avaliação psicológica; inteligência.

1 Universidade La Salle. E-mail: henrique.202212545@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: luciani.silva0402@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: liliana.castoldi0889@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

CASA DO PSICÓLOGO. **Correção de testes**. Disponível em: https://cprogerwin0927.websiteseguro.com/casadopsicologo2/testepsi_new/login.asp . Acesso em: 30 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n° 006/2019**. Brasília, DF: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

HUTZ, Claudio Simon. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ANSIEDADE: O QUE É? O QUE FAZER?

Renan Packeiser[4]

Resumo
Este resumo visa descrever as observações e as intervenções realizadas no Estágio do Núcleo Comum II, do curso de graduação de Psicologia da Unilasalle. O estágio foi realizado acompanhando uma psicóloga, observando seu trabalho e rotina em sua própria clínica e no seu trabalho como voluntária no Projeto Pescar na empresa Midea Carrier. No Projeto Pescar, eram propostas aulas e atividades sobre psicoeducação sobre questões de emoções e convívio social com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O estágio foi paralisado abruptamente no início de maio por conta da enchente que atingiu a cidade de Canoas, onde todo o processo de estágio era realizado. A observação continuou através do trabalho voluntário realizado com pessoas afetadas pela tragédia. Com base nas observações com adolescentes no Projeto Pescar e com público geral no trabalho voluntário, foi percebido que a ansiedade era uma necessidade regularmente observada em ambos contextos, ainda mais forte e aparente durante as atividades de voluntariado. Com isso, foi elaborado um projeto de intervenção através de uma cartilha informativa com objetivo geral de abordar a ansiedade, e objetivos específicos sobre temas como psicoeducação sobre ansiedade, terapia de música como técnica de relaxamento, pensamentos disfuncionais e técnicas cognitivas de manejo da ansiedade. Com a liberação da cartilha ao público em geral, o feedback recebido foi positivo sobre questões como uma maior compreensão sobre a ansiedade e seus sintomas. Entretanto, pesquisas e projetos com atividades presenciais sobre o tema podem ser mais eficazes.

Palavras-chave: ansiedade; projeto pescar; enchentes; terapia de música; terapia cognitiva-comportamental; cartilha informativa.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso et al. O tratamento de sintomas de ansiedade baseado na música e terapia cognitivo-comportamental. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 4, n.1, 08 de jan. de 2020. Disponível em: https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/195. Acesso em: 01 maio 2024.

4 Universidade La Salle. E-mail: renan.packeiser@hotmail.com.

ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso; SILVA, Jeann Bruno Ferreira da. Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de depressão e ansiedade. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n.1, 12 de mar. de 2019. Disponível em: https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/113. Acesso em: 01 maio 2024.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental:** Teoria e Prática. Artmed Editora, vol. 2, 28 de mar. de 2013.

CAMPOS, Louise Ferreira; NAKASU, Maria Vilela. Efeitos da Utilização da Música no Ambiente Hospitalar: revisão sistemática. **Revista Sonora**, v. 6, n. 11, p. 10-19, 22 out. 2022. Disponível em: https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/sonora/article/view/686. Acesso em: 01 de maio de 2024.

DUARTE, Maria Teresa Martins; FREITAS, Talita Maria Machado de. Musicoterapia como instrumento terapêutico no tratamento da ansiedade em adultos. **Facit business and technology jornal,** v. 2, p. 475-492, nov. de 2023. Disponível em: https://jnt1.websiteseguro.com/index.php/JNT/article/view/2662. Acesso em: 01 maio 2024.

FARÃO, Luisa Helena; MAGALHÃES, Patrícia Martins; CORDEIRO, Rosiane Alves. Fatores causadores da ansiedade na adolescência. **Revista de Trabalhos Acadêmicos** – Universo Belo Horizonte, vol. 1, n. 5, 2021. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view&path%5B%5D=8586. Acesso em: 01 maio 2024.

FERNANDES, Érica Ires; MORAIS, Résia Silva de. Terapia Cognitivo-Comportamental para tratamento do transtorno de ansiedade social: uma revisão sistemática. **Psicologia e Saúde em Debate**: Psicologia e Saúde em Debate. Outubro, 2016:2(Edição Especial):41-53. Disponível em: http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/45. Acesso em: 16 jun. 2024.

FLÔR , Sander Paulo Cordeiro et al. Impactos do transtorno de ansiedade em adolescentes: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e437111537344, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37344. Acesso em: 30 abr. 2024.

LUZ, Rosália Teixeira et al. Estilo de vida e a interface com demandas de saúde de adolescentes. **Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte, 2018, vol. 22, 10 de jul. de 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622018000100224&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2024.

MOURA, Inara Moreno et al. A terapia cognitivo-comportamental no tratamento do transtorno de ansiedade generalizada. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**. Ariquemes: FAEMA, v. 9, n. 1, p. 423-441, jan./jun., 2018. Disponível em: https://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/557. Acesso em: 01 maio 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Viviane Cristina Borges Dias[1]
Michelle Dias da Silva[2]

Resumo
Proposta de Política Pública para Mulheres em Situação de Rua e Violência
A presente proposta de políticas públicas refere-se a mulheres em situação de rua que são vítimas de violência. Nos últimos anos, o Brasil atestou um aumento alarmante da população em situação de rua, um aumento de 140% entre 2012 e 2020. Esse fenômeno não apenas reflete crises econômicas e sociais profundas, mas também revela uma grave vulnerabilidade humana, onde indivíduos enfrentam privações econômicas, culturais e sociais essenciais. Mulheres nesta situação, embora numericamente menos representadas, sofrem de maneira exacerbada devido às desigualdades de gênero, expondo-as a violências físicas e sexuais. Além de enfrentar as persistentes formas de violência, por vezes perpetradas por parceiros íntimos, sofrem também com a violência policial e ligada ao tráfico de drogas (RICHWIN E ZANELLO, 2023). A falta de moradia e recursos básicos as coloca em extrema vulnerabilidade, tornando-as alvos fáceis para abusos adicionais. O objetivo é elaborar uma política pública focando na criação de um abrigo protetivo na cidade de Canoas/RS, visando prestar acolhimento exclusivo para mulheres em situação de rua, oferecendo uma série de benefícios que atendam especificamente às necessidades dessas mulheres, proporcionando um ambiente seguro que pode ser fundamental para sua recuperação e reintegração na sociedade. Uma casa onde possam passar a noite, tomar banho e receber alimentação de forma tranquila. A casa contará com atividades e oficinas, com objetivo de desenvolvimento pessoal e habilidades como pintura, costura e artesanato.

Palavras-chave: mulheres em situação de rua; violência; reintegração social.

REFERÊNCIAS

RICHWIN, Iara Flor; ZANELLO, Valeska. “Desde casa, desde berço, desde sempre”: violência e mulheres em situação de rua. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n177926. Acesso em: 2 jul. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: viviane.dicars@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: michelle.202010505@unulasalle.edu.br.

ESTUDOS E NARRATIVAS DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

Bruna Vivian[1]

Resumo
Durante a pandemia e as enchentes de 2024, professoras enfrentaram o desafio de ser presença solidária em tempos de isolamento. Este estudo objetiva resgatar memórias desse contexto, evidenciando a tensão entre presença pedagógica e crises ecológicas. Através de uma investigação etnográfica na E.M.E.I. Gente Miúda situada em Montenegro RS, capturei relatos de professoras que lidaram com ansiedade e medo; observei a precarização do trabalho pedagógico, a flexibilização de direitos e a intensificação da digitalização da educação, consequentemente. As consequências se manifestam em problemas de aprendizagem, empobrecimento familiar e esgotamento profissional. Ao narrar suas experiências, as professoras revelam os silenciamentos e traumas vividos, proporcionando uma reflexão sobre a importância do reconhecimento social e do engajamento na práxis educativa. Ao decorrer da pesquisa, realizei um formulário interativo para que as professoras entrevistadas respondessem perguntas relacionadas à educação atual, comportamento estudantil e opiniões de ponto de vista pedagógico a respeito das enchentes ocorridas em julho de 2024, e como impactou na sala de aula. Este processo de narrar-se emerge como um ato de resistência, reavivando a memória profissional e a compreensão histórica da educação.

Palavras-chave: pesquisa; planejamento; práxis pedagógica; causas naturais; escola municipal.

REFERÊNCIAS

CONTE, Elaine *et al*. A observação do cotidianoescolarna práxisformativa (The observation of the daily school in the formative praxis**). Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 1-17, e2787032, jan./dez.2020. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2787/914. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: bruna.202411996@unilasalle.edu.br.

MOSTRA
DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

AUXILIOS PARA EMPRESAS ATINGIDAS PELA ENCHENTE

Natália Raupp[1]
Ana Carolina Bastos[2]
Jheniffer Duarte[3]
Luise Feijó[4]
Maria Luisa[5]
Rafaela Domingues[6]

Resumo
O presente trabalho é uma iniciativa colaborativa dos alunos da Unilasalle da disciplina de Projeto Integrador III (2024/1), buscando centralizar informações de auxílio às PJ pós-desastre climático do Rio Grande do Sul. Utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica combinada com análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica envolveu a coleta de dados através de sites, jornais, relatos e demais portais de notícias, enquanto a análise de dados secundários se concentrou em revisar relatórios e estatísticas disponíveis sobre o impacto das enchentes. As recentes enchentes impactaram 80% da atividade econômica do Rio Grande do Sul, segundo a Fiergs, e 86% dos negócios, conforme a Fecomércio-RS. Esta cartilha tem o objetivo de fornecer informações essenciais para que os empreendimentos afetados consigam receber os auxílios, e assim auxiliar na recuperação dessas empresas, ajudando na retomada das atividades e na reconstrução dos espaços danificados. Conclui-se que a centralização e a disseminação eficiente das informações são cruciais para a recuperação econômica, e que a colaboração entre os diferentes setores pode acelerar a assistência e apoiar significativamente a resiliência das empresas afetadas.

Palavras-chave: auxílio; enchente; empresas.

REFERÊNCIAS

SENAC. Disponível em: https://www.ead.senac.br/gratuito/. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: nataliaraupp.04@gmail.com.
2 Universidade La Salle.
3 Universidade La Salle.
4 Universidade La Salle.
5 Universidade La Salle.
6 Universidade La Salle.

UNIVERSIDADE LA SALLE. Disponível em: https://cursos.unilasalle.edu.br/visitor_class_catalog/category/898987. Acesso em: 30 mar. 2024.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Disponível em: https://www.ev.org.br/areas-de-interesse. Acesso em: 30 mar. 2024.

BENTO. Disponível em: https://bento.me/microempreendedor. Acesso em: 30 mar. 2024.

DOWNSIZING: CONSEQUÊNCIAS PARA A IMAGEM CORPORATIVA DE STARTUPS

Fábio Marion[1]

Resumo
Este trabalho foca nas consequências para a imagem corporativa de startups que utilizam a estratégia de downsizing, a qual envolve a redução planejada de empregados e de níveis hierárquicos na organização. Redes sociais como LinkedIn e X desempenham um papel crucial nesse contexto, sendo usadas diariamente por empregados e empregadores para compartilhar informações sobre a empresa e influenciar a percepção pública. O objetivo principal deste artigo é estudar o impacto das demissões em massa na reputação de marcas de startups no mercado brasileiro. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, destacando a análise de postagens de funcionários afetados pelo downsizing e o engajamento gerado com essas postagens. O estudo investiga os impactos na percepção pública da marca da empresa empregadora e as estratégias de comunicação utilizadas para preservar a imagem corporativa e minimizar os impactos negativos. Os resultados revelam que a forma como a empresa expõe a situação e justifica as demissões pode reduzir os impactos adversos de comentários em redes sociais e na mídia. A importância da reputação da marca é fundamental para o consumidor na decisão de compra, sendo essencial que a empresa mantenha um histórico positivo. A maneira como o nome da empresa é citado, especialmente nas redes sociais, é vital para estabelecer uma conexão com o público. O estudo conclui que, embora o downsizing possa ser uma estratégia necessária em momentos de crise ou reestruturação, a forma como é comunicado e gerido é crucial para evitar a construção de uma imagem negativa.

Palavras-chave: downsizing; imagem de marca; marca; reputação de marca; startup.

REFERÊNCIAS

ABILEL, Fernanda. **Desligamentos em massa nas startups:** será que agora estoura a bolha salarial? Disponível em: https://shre.ink/Tgsm. Acesso em: 25 nov. 2023.

ABDEL-KHALIK, A.R.; AJINKYA, B.B. Empirical research in accounting – a methodological viewpoint. **Sarasota, AAA-American Accounting Association/Accounting Education Series**, n. 4, 1979.

1 Universidade La Salle. E-mail: fabiotmarion@gmail.com.

ARRUDA, Cristiane Duarte de; SILVA, Juliane Silveira Freire da (org.). **Gestão de marcas e branding**. Canoas, RS: Universidade La Salle, 2021. 146 p. (Gestão e negócios).

BLANK, Steve. **The Four Steps to the Epiphany**. 2006. Disponível em: https://shre.ink/TQrm. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASCIO, W. F. Downsizing: What do we know? What have we learned? **Academy of Management Executive**, v. 7, n. 1, p. 95-104, 1993.

CHEN, Y. The Drivers of Green Brand Equity: Green Brand Image, Green Satisfaction, and Green Trust. **Journal of Business Ethics**, v. 93, n. 2, p. 307-319, 2010.

CAMERON, K. Investigating organizational downsizing: Fundamental issues. **Human Resource Management**, v. 33, n. 2, p. 183-188, 1994a.

CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design:** Choosing Among Five Approaches, 2013.

FERREIRA, Tayná. **Como demissões em massa afetam a marca empregadora das empresas**. Disponível em: https://shre.ink/Us3O. Acesso em: 10 out. 2023.

FREEMAN, S. J., CAMERON, K. S. Organizational downsizing: a convergence and reorientation framework. **Organization Science**. v. 4, n. 1, p 10-29. 1993.

GIGNAC, Ann & APPELBAUM, Steven H. The impact of estresse on customer service representatives: a comparative study. **Journal of Workplace Learning**, v. 9, n. 1, p 20-33, 1997.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

HILLER, Marcos. **Branding:** a arte de construir marcas. São Paulo: Trevisan Editora, 2012.

KOTLER, P. **Marketing para as organizações que não visam lucro**. São Paulo: Atlas, 1978.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LOPES, André. **EXCLUSIVO:** Loft registra crescimento de 30% na receita e fecha 2023 com lucro. Disponível em: https://exame.com/tecnologia/loft-crescimento-de-30-na-receita-traz-balanco-com-o-aguardado-break-even/. Acesso em: 09. dez. 2023.

MANSUR, Rafaela. **123 Milhas:** conheça a história e os donos da empresa que suspendeu pacotes e emissão de passagens. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/08/24/123-milhas-conheca-a-historia-e-os-donos-da-empresa-que-suspendeu-pacotes-e-emissao-de-passagens.ghtml. Acesso em: 09. dez. 2023.

RIES, Eric. **A Startup Enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.

SIMÃO, Maria Margarida. **A imagem corporativa nas organizações:** uma proposição conceitual revisionista. 2000. 287 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. São Paulo, 2000. Mimeografado.

TABORDA, Ana. **O que é uma start up?** 2006. Disponível em: https://shre.ink/TQUu. Acesso em: 21 nov. 2023.

TAVARES, M. **A força da marca**. São Paulo: Harbra, 1998.

WHEELER, A. **Design de identidade da marca:** guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

O FEITIÇO DO MARKETING: A INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS PROMOCIONAIS CINEMATOGRÁFICAS DA FRANQUIA ANIMAIS FANTÁSTICOS NO BRASIL

Leonardo Oliveira de Castro[1]

Resumo
O estudo em questão objetiva investigar como os elementos de marketing presentes na franquia “Animais Fantásticos” são utilizados para criar imersão e engajamento do público, visando promover experiências memoráveis para seus consumidores. Para tal, realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, também se utilizando de dados secundários. A análise estratégica da franquia "Animais Fantásticos" revelou o uso variado e adaptativo de estratégias de marketing ao longo dos filmes. Enquanto houve a utilização consistente de recursos como trailers e entrevistas para criar antecipação e conexão emocional com os fãs, houve variações perceptíveis na abordagem de influenciadores digitais e produtos derivados. O sucesso inicial com influenciadores no primeiro filme não foi mantido nos subsequentes, sugerindo uma oportunidade de melhor escolha de influenciadores com valores e posicionamentos alinhados para maximizar o engajamento dos fãs. Além disso, parcerias estratégicas, como a coleção de moda da C&A, demonstraram eficácia em ampliar o alcance da franquia em diferentes públicos, aumentando o engajamento dos fãs da franquia. Através de redes sociais, sites especializados e blogs, os fãs permanecem ativamente engajados, compartilhando conteúdos e participando de experiências interativas que transcendem os limites dos filmes. A cultura da convergência amplia esse universo mágico para além das telas, proporcionando aos fãs a oportunidade única de explorar e criar suas próprias histórias e seu personagem dentro deste universo. Também, a trilha sonora, com a fusão de trilhas nostálgicas e novos elementos, desempenha um papel importantíssimo no envolvimento emocional da comunidade de fãs, acentuando a atmosfera mágica criando experiências únicas.

Palavras-chave: Franquia Animais Fantásticos; conexão emocional; engajamento; experiências interativas.

1 Universidade La Salle. E-mail: leonardo.202010008@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ABBADE, J. Os Crimes de Grindelwald segue na liderança da bilheteria brasileira. **Jovem Nerd**, 2018. Disponível em: https://www.jovemnerd.com.br/noticias/filmes/os-crimes-de-grindelwald-lidera-bilheteria-brasil. Acesso em: 20 jun. 2024.

ADOLPHO, C. **Os 8 Ps do marketing digital:** o seu guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

AMORTENTIA. **Harry Potter Wiki**, 2018. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/Amortentia. Acesso em 27 jun. 2024.

ANIMAIS Fantásticos e Onde Habitam. Diretor: David Yates. Los Angeles: Warner Bros., 2016. 1 DVD.

ANIMAIS Fantásticos os Crimes de Grindelwald. Diretor: David Yates. Los Angeles: Warner Bros., 2018. 1 DVD.

ANIMAIS Fantásticos os Segredos de Dumbledore. Diretor: David Yates. Los Angeles: Warner Bros., 2022. 1 DVD.

BARBOSA, S. **Animais Fantásticos 3:** Confira produtos relacionados ao universo. IGN Brasil, 2022. Disponível em: https://br.ign.com/descontos/97702/news/animais-fantasticos-3-confira-produtos-relacionados-ao-universo. Acesso em: 30 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECO Diagonal. **Harry Potter Wiki**, 2023. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/Beco_Diagonal. Acesso em 28 jun. 2024.

BRITO, G; PEREIRA, Y. **Marketing Cinematográfico:** estratégias de marketing implementadas na divulgação de filmes em redes sociais digitais. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

CASTRO, D. Marketing 6.0 e a era das experiências imersivas com as marcas. **Economia SC**, 2024. Disponível em: https://economiasc.com/2024/02/15/marketing-6-0-e-a-era-das-experiencias-imersivas-com-as-marcas. Acesso em: 05 jun. 2024.

EBENAU, V. Posteres dos personagens de Animais Fantásticos e Onde Habitam. **Animagos**, 2016. Disponível em: https://animagos.com.br/2016/10/10/posteres-dos-personagens-de-animais-fantasticos-e-onde-habitam. Acesso em: 25 jun. 2024.

FERREIRA, M. Maleta gigante invade a Av. Paulista para promover Animais Fantásticos e Onde Habitam. **Gkpb**, 2016. Disponível em: https://gkpb.com.br/16293/maleta-animais-fantasticos-paulista. Acesso em: 05 jul. 2024.

FORSEY, C. Como dar um toque especial ao Instagram Stories com figurinhas. **Hubspot**, 2022. Disponível em: https://br.hubspot.com/blog/marketing/figurinhas-instagram. Acesso em: 19 jul. 2024.

FREITAS, F; ALMEIDA, V. Modelo Teórico do Engajamento no Contexto das Comunidades de Marca. **Brazilian Business Review**, v.14, n.1, Vitória-ES, p. 91 - 103, 2017.

GAGLIONI, C. Animais Fantásticos | Novo vídeo de bastidores é focado em Grindelwald e Credence. **Jovem Nerd**, 2018. Disponível em: https://jovemnerd.com.br/noticias/filmes/animais-fantasticos-novo-video-de-bastidores-e-focado-em-grindelwald-e-credence. Acesso em: 25 jun. 2024.

GALEÃO. **Harry Potter Wiki**, 2022. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/Galeão. Acesso em: 17 mai. 2024.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

JENKINS. H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: ALEPH, 2009.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0:** As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0:** Do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. **Marketing 5.0:** Tecnologia para a humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H; SETIAWAN, I. **Marketing 6.0:** The Future is Immersive. New Jersey: John Wiley & Sons, 2024.

KOTLER, P; KELLER, K. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

LIRA, E. O que Animais Fantásticos têm a ver com Harry Potter? Entenda a ligação entre as franquias. **Legião de heróis**, 2022. Disponível em: www.legiaodosherois.com.br/2021/animais-fantásticos-entenda-ligacao-harry-potter.html. Acesso em: 29 abr. 2024.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARRA, G; DAMACENA, C. Engajamento do consumidor: Revisão teórica do conceito e seus antecedentes. **Rege**, v. 20, n. 2, São Paulo, p. 233 - 249, 2012.

MELO, A. Animais Fantásticos e Onde Habitam: campanha com influenciadores irrita brasileiros. **Showmetech**, 2016. Disponível em: www.showmetech.com.br/animais-fantasticos-onde-habitam-irrita-brasileiros. Acesso em: 26 abr. 2024.

MERGULHE na Magia: Os Bastidores de Animais Fantásticos e Onde Habitam. **Harry Potter Wiki**, 2016. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/Mergulhe_na_Magia:_Os_Bastidores_de_Animais_Fantásticos_e_Onde_Habitam. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVARAS varinhas. **Harry Potter Wiki**, 2020. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/Olivaras_Varinhas. Acesso em 27 jun. 2024.

O profeta diário. **Harry Potter Wiki**, 2022. Disponível em: https://harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/O_Profeta_Diário. Acesso em: 16 mai. 2024.

PIOVESANA, L. O que é merchandising e como ter sucesso com a estratégia? **Nuvemshop**, 2024. Disponível em: https://www.nuvemshop.com.br/blog/merchandising. Acesso em: 10 jul. 2024.

PRISCO, L. Hugo Gloss vira embaixador de novo filme de Harry Potter e é criticado. **Metrópoles**, 2016. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/pipocando/hugo-gloss-vira-embaixador-de-novo-filme-de-harry-potter-e-e-criticado. Acesso em: 05 mai. 2024.

QUINTANA, H. **Marketing de cinema: a promoção de filmes na era digital**. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000361904. Acesso em: 05 mai. 2024.

RIBEIRO, B. **Teaser:** como criar materiais de impacto para promover seus vídeos. Netshow.me, 2021. Disponível em: https://netshow.me/blog/teaser. Acesso em: 15 jul. 2024.

SATO, J. Animais Fantásticos e Onde Habitam | Pottermore divulga a música tema do filme; ouça. **Jovem Nerd**, 2016. Disponível em:

https://jovemnerd.com.br/noticias/filmes/animais-fantasticos-e-onde-habitam-pottermore-divulga-musica-tema-do-filme-ouca. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, N. **Marketing Viral:** quando os internautas são a melhor propaganda. Tese (Pós graduação em comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 84. 2008. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/2284/1/2008_NelitoFalcaodaSilva.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

URDAN, F; URDAN, A. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas, 2006..

ABSENTEÍSMO E TURNOVER: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTES DE SAPUCAIA DO SUL

Laura Rosa de Mattos[1]

Resumo
O presente artigo investiga as causas do absenteísmo e do turnover em uma empresa de transportes localizada em Sapucaia do Sul, denominada Avilan Transportes e Logística. O objetivo geral é analisar as causas do absenteísmo e do turnover em uma empresa de transportes, com foco específico nas relações desses fenômenos com o ambiente organizacional, e propor soluções eficazes para reduzir esses índices e melhorar a eficiência operacional da empresa. A revisão de literatura abrange conceitos sobre cultura organizacional, gestão de pessoas, idades, diferentes tipos de gerações inseridas no mercado de trabalho, fatores organizacionais e demográficos, e suas influências nestes dois indicadores. A metodologia é de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, seguindo com um procedimento técnico, como estudo de caso realizado por meio de análise documental de dados secundários, fornecidos pela empresa, como relatórios internos e registros de empregados. A análise dos dados revela percepções negativas sobre o clima organizacional, problemas relacionados às demandas e obrigações dos colaboradores e diferenças geracionais, são fatores considerados significativos que contribuem para altos índices de absenteísmo e turnover. Conclui-se, que melhorias na qualidade de vida no trabalho e na gestão de pessoas, juntamente com adaptações de estratégia para minimizar os altos índices registrados, são essenciais para reduzir esses problemas e promover um ambiente organizacional mais saudável e produtivo, a fim de trazer resultados positivos para a empresa e o aumento de fidelização de seus colaboradores.

Palavras-chave: gestão; absenteísmo; turnover; gestão organizacional.

REFERÊNCIAS

BAHRY, Carla Patrícia; TOLFO, Suzana da Rosa. Mobilização de competências nas atividades profissionais dos egressos de um programa de formação e aperfeiçoamento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, p. 125–44, 2007. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6883. Acesso em: 29 maio. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: aurarosademattos@gmail.com.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Elenir; VALENTE, Fernanda Duarte; DA SILVA,Mariana Gonçalves. **A relação entre absenteísmo e turnover em uma empresa do ramo farmacêutico da cidade de Anápolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional) – Faculdade Católica de Anápolis, Anápolis, 2013. Disponível em: https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/01/ELENIR-FREIRE-FERNANDA-DUARTE-VALENTE-E-MARIANA-GON%C3%87ALVES-DA-SILVA-TCC-20.11.2013.-%C3%9Altima-Atualiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 29 maio. 2024.

LADEIRA, Lílian Bonsanto C. N.; COSTA, Débora Vargas Ferreira; COSTA, Marcos Paulo do Couto. Gerações x e y e o impacto no ambiente de trabalho. **Revista Estação Científica**. [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2360. Acesso em: 29 maio. 2024.

MAGILI, Aline Cardoso. **Comportamento organizacional:** como administrar as diferentes gerações no ambiente de trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Desenvolvimento Humano e Organizacional) Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2014. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2390/1/Aline%20Cardoso%20Mangili.pdf. Acesso em: 29 maio. 2024.

RAO, A. Venkat; VEENA, N.; ASHA LATHA, P. A Case Study on Absenteeism of Workers in Coca-Cola Beverages Pvt. Ltd. **International Journal of Trend in Scientific Research and Development (IJTSRD)**, [s. l.], v. 2, n. 5, p. 2456-6470, 2018. Disponível em: www.ijtsrd.com. Acesso em: 12 jul. 2024.

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago; HIRAI, Victor Hideaki Goto; TESTON, Elen Ferraz. Redução de perícias médicas baseada na gestão de absenteísmo, rotatividade e qualidade de vida no trabalho. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. [s. l.], v. 9, n. 3, p. 393–403, 2019. DOI: 10.26512/gs.v9i3.20291. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/20291. Acesso em: 29 mai. 2024.

ROLOFF, Daniela Inês Thier et al. Absenteísmo e fatores associados: estudo com trabalhadores de uma indústria calçadista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s. l.], v. 42, p. 1–12, 2021. DOI: 10.1590/1983-1447.2021.20200341. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/118121/64364. Acesso em: 29 mai. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel, Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, n. I, p. 1–15, 2009. Disponível em:https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 29 mai. 2024.

SEVERO, Eliana Andréa et al. O significado do trabalho para as gerações x e y no sul do Brasil. **Perspectivas Contemporâneas**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 04–18, 2017. Disponível em: https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/2199. Acesso em: 29 mai. 2024.

SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes da. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. **Psicologia**, [s. l.], p. 1-10, 2010. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf. Acesso em: 29 mai. 2024.

ZAGO, Célia Cristina; RETOUR, Didier. Cultura organizacional: nível coletivo constitutivo da gestão por competências. **Gest. Prod**., São Carlos, v. 20, n. 1, p. 180–191, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gp/a/DP8F6jzrvTqbgvFcdbqXpRw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 mai. 2024.

ZAVAREZE, Taís Evangelho. Cultura organizacional: uma revisão de literatura. **Psicologia**, [s. l.], p. 1-7, 2008. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/textos/A0441.pdf. Acesso em: 29 mai. 2024..

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA

Melissa Teixeira de Oliveira[1]

Resumo
O papel das mulheres na ciência ainda é invisível, pois a sociedade ainda as vê como "donas do lar", prejudicando a evolução das mulheres em profissões de grande importância, conforme a física Márcia Barbosa relata para o Observatório do Terceiro Setor (2019, n. p.) “por ser mulher, parece que você vive de forma transparente. Eles te interrompem, não ouvem suas ideias […]” As mulheres pensam em estudar e renovar a ciência e a sociedade, a psicóloga Anna Luísa contribui afirmando “espero que no futuro existam mais mulheres nas pesquisas nestas áreas". (Observatório do Terceiro Setor, 2019, n. p.). Essa pesquisa tem o objetivo de demonstrar como as mulheres são essenciais para os avanços científicos e como ainda são invisibilizadas. A metodologia utilizada foi baseada na análise de cards. Assim, foram selecionadas mulheres que contribuíram com inovações (como energia solar, comunicação sem fio, a descoberta dos cromossomos x e y e outros). As inovações foram organizadas em cartões com fotos, perguntado se a inovação foi realizada por uma mulher ou um homem. Durante a dinâmica dos cartões, foram questionados 08 participantes, sendo 03 do gênero feminino e 05 do gênero masculino. Os resultados apontaram que independente do gênero do respondente, os participantes tinham dificuldade em atribuir a inovação às mulheres. Ao revelar que as inovações foram protagonizadas por mulheres, os participantes demonstravam surpresa ao saberem que tantas mulheres foram inovadoras e desenvolveram produtos que usamos até hoje. Revelando a importância das mulheres estudarem e terem essas profissões que renovam a ciência.

Palavras-chave: avanços científicos; ciência; inovações; mulheres na ciência.

REFERÊNCIAS

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Mulheres na ciência: os desafios e conquistas de ontem e hoje. **Observatório do Terceiro Setor**, 13 ago. 2019. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/carrossel/mulheres-na-ciencia-os-desafios-e-conquistas-de-ontem-e-hoje/. Acesso em: 26 ago. 2024.

1 Escola Estadual de Ensino Médio João XXIII. E-mail: melissa030407@gmail.com.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS-LIVRES

Larissa Gomes da Silva[1]

Resumo
sta pesquisa, analisa a agricultura familiar em feiras-livres, como modelo de economia solidária, sustentável e caracterizado pela cooperação e autogestão Com o objetivo de compreender a literatura sobre as dificuldades dos expositores das feiras-livres no Brasil, o artigo está alicerçado em uma análise narrativa da literatura. Segundo Bastos e Biar (2005), a narrativa ao contar uma história implica na criação de valores e identidade. Ademais, o planejamento inclui objetivos como promover a visibilidade dos feirantes, incentivar os créditos rurais, o consumo solidário e saudável de alimentos livres de agrotóxicos. Na revisão de literatura realizada no Portal de Periódicos da CAPES, selecionou-se cerca de onze artigos com os descritores "economia solidária" AND "agricultura familiar", no período de 1998 a 2023. Após essa busca, construiu-se um quadro com autores, revista, ano, título, conceitos e principais achados. Os principais achados da análise demonstram que as feiras-livres são espaços de troca de saberes e essenciais para a consolidação econômica e social dos agricultores familiares, uma vez que possibilita o faturamento e o consumo saudável. Contudo, enfrentam problemas como de transporte para feirantes, divulgação, falta de estímulo ao consumo benigno, baixa capacitação, e adversidades quanto às políticas de crédito. Nessa perspectiva. Pereira, Brito e Pereira (2017) evidenciam uma feira livre em Minas Gerais, marcada por desafios, como um espaço de troca de saberes e formação da identidade social de comerciantes e consumidores. Futuramente, pretende-se desenvolver uma análise de campo composta por entrevistas aos feirantes da cidade de Canoas-RS.

Palavras-chave: agricultura familiar; feiras-livres; economia solidária; agricultores.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta**, São Paulo , v. 31, n. spe, p. 97-126, ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 ago. 2024.

1 Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Poente. E-mail: gomes.lari308@gmail.com.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayriane Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. DOI: 10.32813/rchv10n22017artigo6. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383. Acesso em: 23 ago. 2024..

INTEGRANDO SABERES E TRANSFORMANDO COMUNIDADES ACADÊMICAS: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Isadora Ribeiro[1]

Moana Meinhardt[2]

Resumo

Este estudo é um recorte do projeto de pesquisa “Curricularização da extensão: a ampliação do diálogo entre universidade e sociedade e seus impactos na formação dos estudantes”. Este projeto se concentra na discussão da curricularização da extensão, que visa efetivar a integração entre o ensino e a extensão, de maneira sistemática, nos currículos dos cursos de graduação. O presente estudo investiga as contribuições da prática extensionista proporcionada no Projeto Integrador II dos cursos de Administração e Ciências Contábeis para o desenvolvimento de competências financeiras nos estudantes e seus benefícios à comunidade atendida. O estudo qualitativo foi realizado em uma universidade comunitária na região metropolitana de Porto Alegre, caracterizado como um estudo de caso, envolvendo 50 alunos do Projeto Integrador II, realizado durante os primeiros semestres de 2023 e 2024, os quais responderam a um questionário sobre suas experiências. Os resultados mostram que o Projeto Integrador II favoreceu o desenvolvimento de competências financeiras, fortalecendo conhecimentos específicos como o lançamento da declaração do Imposto de Renda e sua respectiva documentação, habilidades de organização, planejamento e comunicação e atitudes de escuta ativa da comunidade, responsabilidade e ética no tratamento de informações pessoais e financeiras. A análise dos dados mostrou, ainda, que a vivência da extensão e a educação financeira enriqueceram a formação acadêmica, preparando os estudantes para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo, que estes puderam beneficiar a comunidade atendida, ao promover o acesso às informações financeiras e orientações acerca da declaração do Imposto de Renda.

Palavras-chave: extensão; projetos integradores; ensino superior.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

1 Universidade La Salle. E-mail: isinha.ribeiro2004@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: mona.meinhardt@unilasalle.edu.br.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES no 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 10 out. 2021.

DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação:** horizontes reconstrutivos. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GONÇALVES, F. J. D. P. Educação financeira: papel e importância no campo escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, disponível em https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/campo-escolar. Acesso em: 9 ago. 2024.

INOVAÇÃO ABERTA: UM VIABILIZADOR PARA EMPRESAS EMERGENTES

Elias Brasil Bordignon [1]

Resumo
A inovação aberta é apresentada como uma alternativa a barreiras como grandes investimentos e comprometimentos de longo prazo que sua contraparte, a inovação fechada, exige. Todavia, há fatores que devem ser considerados no processo de tomada de decisão, pois a inovação aberta possui suas limitações. Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração na Universidade La Salle busca entender a inovação aberta baseado em como ela é empregada em uma empresa do setor aeroespacial, a Aeroeletrônica (AEL Sistemas). O presente trabalho possui o objetivo geral de entender as implicações do uso da inovação aberta para a AEL Sistemas. Os objetivos específicos são: a) pesquisar na literatura as aplicações da inovação aberta nas organizações; b) descrever as potencialidades e obstáculos na gestão da inovação aberta; c) comparar as estratégias de inovação aberta e Inovação Fechada. O método deste estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva para investigar a aplicação da inovação aberta na AEL Sistemas, com foco nos programas AM-X, MECB e CBERS. A metodologia de pesquisa inclui tanto a pesquisa documental quanto a bibliográfica. Os resultados da pesquisa apontam que, embora o uso da inovação aberta tenha benefícios, há diversas desvantagens consideráveis. Contudo, é possível que elas possam ser complementadas por meio da inovação fechada. Com isso, o estudo aponta que a abordagem ideal é o uso tanto da inovação aberta quanto da inovação fechada.

Palavras-chave: inovação aberta; investimentos; tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

KRUM, D. The AM-X Programme: A Case Study in International Defence Collaboration. Journal of Aerospace Technology, 1990, p. 50.

SILVA, R. Impacto do Programa AM-X na Indústria Aeroespacial Brasileira. **Revista Brasileira de Tecnologia Aeroespacial**, 1995, p. 85.

SILVA, R. CBERS: A Cooperação Sino-Brasileira na Observação da Terra. **Revista Brasileira de Geomática**, 2006, p. 60.

1 Universidade La Salle. E-mail: eliasbrb@outlook.com.

JOHNSON, M. **AM-X:** The Evolution of a Joint Defence Programme. London: Defence Press, 2002, p. 132.

CAMPOS, A. M. Transferência de Tecnologia e Parcerias Industriais no Programa AM-X. **Revista de Estudos de Defesa**, 2008, p. 118.

PEREIRA, J. A Missão Espacial Completa Brasileira: Trajetória e Resultados. **Revista Brasileira de Ciências Espaciais**, 2001, p. 38.

FERREIRA, M. Desafios e Inovações na Missão Espacial Completa Brasileira. **Journal of Space Science and Technology**, 2003, p. 110.

SANTOS, C. **Missão Espacial Completa Brasileira:** Aspectos Técnicos e Científicos. São Paulo: Editora Espacial, 2005, p. 85.

MENDES, A. Cooperação Internacional na Missão Espacial Completa Brasileira. **Revista de Estudos Espaciais**, 2010, p. 153.

OLIVEIRA, M. Avanços e Desafios do Programa CBERS. **Journal of Environmental Monitoring**, 2008, p. 230.

LIMA, J. Impacto do Programa CBERS na Indústria Espacial Brasileira. **Revista de Ciência e Tecnologia Espacial**, 2012, p. 50.

CARVALHO, A. A Contribuição do Programa CBERS para a Ciência e Tecnologia Espacial. **Revista Internacional de Estudos Espaciais**, 2015, p. 110.

CHESBROUGH, H. **Open Innovation:** The New Imperative for Creating and Profiting from Technology. Boston: Harvard Business School Press, 2003, p. 43-76.

CHESBROUGH, H. **Open Business Models:** How to Thrive in the New Innovation Landscape. Boston: Harvard Business School Press, 2006, p. 27-53.

WEST, J.; GALLAGHER, S. **Challenges of Open Innovation:** The Paradox of Firm Investment in Open-Source Software. R&D Management, 2006, p. 325-330.

WEST, J.; BOGERS, M. Leveraging External Sources of Innovation: A Review of Research on Open Innovation. **Journal of Product Innovation Management**, 2014, p. 812.

HUIZINGH, E. K. R. E. **Open Innovation:** State of the Art and Future Perspectives. Technovation, 2011, p. 6.

DITTRICH, K.; DUYSTERS, G. Networking as a Means to Strategy Change: The Case of Open Innovation in Mobile Telephony. **Journal of Product Innovation Management**, 2007, p. 514.

LAURSEN, K.; SALTER, A. Open for Innovation: The Role of Openness in Explaining Innovation Performance Among UK Manufacturing Firms. **Strategic Management Journal**, 2006.

GESTÃO PARA O FUTURO: INTEGRANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 8, 9 E 17 ÀS QUATRO FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Endriws Raviér Alves Fardin[1]

Resumo

Problemas ambientais, sociais e econômicos têm impactado diretamente a sociedade. Para solucionar esse problemas, países reúnem-se em encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), para garantir o desenvolvimento sustentável. Dentre os passos adotados pela ONU, estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que para sua prática efetiva, requerem colaboração entre sociedade, instituições públicas e privadas, incluindo pequenas empresas. Portanto, o presente estudo tem a seguinte questão de pesquisa: Quais estratégias podem ser adotadas por uma pequena empresa para integrar eficazmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação) em seus processos de planejamento, organização, direção e controle (PODC), promovendo a sustentabilidade e o crescimento econômico? Logo, o objetivo geral é: identificar estratégias que permitam às pequenas empresas integrarem os ODS 8, 9 e 17 ao PODC, promovendo a sustentabilidade e o crescimento econômico. Sendo os objetivos específicos: i) Analisar a aplicação das funções administrativas nas pequenas empresas; ii) Investigar a integração dos ODS 8, 9 e 17 nas práticas de pequenas empresas; iii) Propor estratégias para a implementação eficaz dos ODS 8, 9 e 17 nas funções administrativas. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, coletando dados pelo método dedutivo. Dados e conteúdos foram analisados durante sua coleta. Revelou-se uma lacuna de pesquisa que integre as funções administrativas à aplicação dos ODS. Indica-se, para estudos posteriores, que sejam sugeridas mais ações práticas para aplicação dos ODS nas pequenas empresas.

Palavras-chave: ODS; funções administrativas; desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

1 Universidade La Salle. E-mail: endriwsalfa@gmail.com.

B3. **Índice Brasil ESG**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-em-parceria-s-p-dowjones/indice-brasil-esg.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis Vozes, 2020.

BARRETO, João Marcelo. **Introdução à Administração**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, Superintendência de Educação a Distância, 2017.

CAMPELLO, Cynthia; VERBICARO, Dennis; MARANHÃO, Ney. Necessidades Artificiais de Consumo e Agravamento da Vulnerabilidade Obreira: Análise à Luz do Capitalismo Predatório e da Indústria Cultural. **Revista de Direito do Trabalho** - 06/2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/revista-de-direito-do-trabalho-06/2020/1188256654. Acesso em: 5 maio 2024.

COELHO, Thales Cavalcanti. **Direitos humanos e empresas:** responsabilidade civil de companhias, controladores e administradores pela prática de socialwashing. Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/774/643. Acesso em: 17 jul. 2024.

COUTINHO, Leandro Matos. **O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22029/1/13-BNDES-Revista56-PactoGlobalONU.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

FREITAS, Vladimir Passos. **O novo papel das empresas na proteção do meio ambiente**. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM/article/view/51052/33507. Acesso em: 14 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. **O que é a Agenda 2030** | What is the 2030 Agenda. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/. Acesso em: 27 nov. 2021.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. **Objetivos globais de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/objetivos-globais-de-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 15 dez. 2021.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa:** guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Franco, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jun. 2024.

LOVATO, Marcos Luiz. GREENWASHING NO BRASIL: quando a sustentabilidade ambiental se resume a um rótulo. **Direito**, Rio Grande do Sul, v. 8, p.162-171, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8257. Acesso em: 03 set. 2021.

MARQUES, Marcelo Filipe Carvalho. **Agenda 2030 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU** – Desafios ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação Empresarial. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/12318/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 06 set. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/. Acesso em: 28 nov. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **População mundial chegará a 8 bilhões em novembro de 2022.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/189756-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-chegar%C3%A1-8-bilh%C3%B5es-em-novembro-de-2022. Acesso em 21 jul. 2024.

NASCIMENTO, João Paulo Silva do; GOMES, Douglas Willyam Rodrigues Gomes; OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. **O controle interno nas microempresas e empresas de pequeno porte**. Disponível em:

https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210504787.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. Disponível em: https://abm.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-sobre-os-Objetivos-do-Milenio-2015.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

PEREIRA, Maria Tereza Flores. **Repensando a Função Dirigir:** uma Análise a partir de Livros Introdutórios de Administração. 2010. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7851245. Acesso em: 23 jun. 2024.

ROMA, Júlio Cesar. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011. Acesso em: 02 set. 2021.

Sachs, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDER, Isabella. **Gaúcha Zero Hora (GZH)**. Tragédia no Rio Grande do Sul foi intensificada por mudanças climáticas, confirma estudo. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2024/05/tragedia-no-rio-grande-do-sul-foi-intensificada-por-mudancas-climaticas-confirma-estudo-clw10tnux00pl0152sbqcgnxa.html. Acesso em: 18 jul. 2024.

SANTOS, Paulo Roberto do; GOMES, Emerson Ferreira. **O fenômeno do negacionismo científico em relação ao Aquecimento Global e o filme "Não olhe para cima":** Reflexões e aplicação em sala de aula. Disponível em: https://zenodo.org/records/10437234. Acesso em 20 jul. 2024.

SEVERO, Eliana Andrea; GUIMARÃES, Julio Cesar Ferro de; SOARES, Tiago Bedin; AHIRE, Kaila de. **Impact of the Covid-19 pandemic on consumer behavior during social isolation and sustainable consumption:** a perspective in Brazil and Portugal. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i3.7287. Acesso em 20 jul. 2024.

SOBRAL, Filipe. **Administração:** teoria e prática no contexto brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Hélio Janny. **Análise das abordagens sobre as funções do administrador**. 1981. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/9dmVkRzcm9LZTHGNTSysB7c/?lang=pt. Acesso em: 02 set. 2021.

UNITED NATIONS. **About Us**. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us. Acesso em: 28 nov. 2021.

UNITED NATIONS. **History of the United Nations**. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un. Acesso em: 25 jun. 2024.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report** - Special Edition 2023. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf. Acesso em: 13jul. 2024.

VERBO APOSTILA. **Administração Pública - TRT/15**. Processo administrativo. P 2-14. Disponível em: https://www.verbojuridico.com.br/intensivos/ead/upload/Cursos/adm_p_blica___trt_15.pdf. Acesso em: 02 set. 2021

ACONTECE NAS MELHORES FAMÍLIAS: DINÂMICAS DE GRUPOS EM EMPRESAS FAMILIARES E CONFLITOS NAS RELAÇÕES ENTRE FUNCIONÁRIOS COM E SEM VÍNCULOS PRÉ-EXISTENTES

Caroline Suliani[1]

Resumo
Empresas familiares, que representam cerca de 90% das instituições no Brasil, fundamentam-se nos pilares da família, propriedade e negócio, onde coexistem grupos com e sem vínculos familiares. Esta pesquisa teve como objetivo investigar como essas relações influenciam as perspectivas dos funcionários em uma empresa familiar de pequeno porte em Porto Alegre. Para tanto, foi realizado um estudo de caso qualitativo, com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com quinze funcionários e três gestores. Os dados foram transcritos, tabulados e analisados utilizando a Análise de Conteúdo, o que permitiu a organização das categorias analíticas, comunicação, conflitos familiares, diversidade social, empreendedorismo, reconhecimento e gestão do tempo. Os resultados revelaram que os conflitos familiares afetam diretamente a dinâmica organizacional, com uma tendência dos gestores de priorizarem interesses pessoais e relacionamentos familiares em detrimento do negócio e dos funcionários sem vínculo. Essa priorização cria um ambiente que pode desmotivar aqueles sem relações pré-existentes pela falta de oportunidades ou de tratamento igualitário, minando a coesão e a satisfação geral no ambiente de trabalho, além de gerar um contexto que restringe os sujeitos com vínculo familiar, que acabam não se sentindo livres para explorar outras escolhas profissionais fora da organização. Em suma, os pilares que sustentam as empresas familiares, embora essenciais, podem gerar desequilíbrios que favorecem a família em detrimento do negócio. Em novos estudos, recomenda-se aprofundar a análise das dinâmicas de poder e das decisões estratégicas que envolvem os eixos família, propriedade e negócio nas organizações familiares.

Palavras-chave: empresas familiares; organizações familiares; conflitos organizacionais e dinâmicas de grupos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A.D.G.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V.A. Histórias de vida e trabalho cultural: a construção do sujeito e a pertinência da memória. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 139–151, 2010.

1 Universidade La Salle. E-mail: carolsuliani1707@gmail.com.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAPAVERDE, C. B.; OLIVEIRA, L. P. SCHEFFER, A. B. B. Subjetividade e enfrentamento da morte: construindo gestão de pessoas na cotidianidade. Read. Revista Eletrônica De Administração (porto Alegre), 23(spe), 188–209. dez. 2017.

CERUTTI, P. S. *et al*. Relationship Between Leadership Style and Conflicts in Family Businesses. BBR. **Brazilian Business Review**, v. 20, n. 5, p. 518–539, set. 2023.

COELHO, L.P; MESQUITA, D.P.C. Língua, cultura e identidade: Conceitos intrínsecos e interdependentes. **EntreLetras**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2014

COSTA, G. C.; ARAÚJO, L. M. G. ; FERREIRA, M. A. A. Cultura Organizacional: Conceitos e Tipologias. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 6, n. 16, p. 20–27, 2021.

DATAMPE, **Observatório**. Porto Alegre: Emprego, ocupações, empresas, dados demográficos e educação. Disponível em: https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/porto-alegre?selector50id=companyOption&selector831id=porte&selector361id=year&selector366id=status2&selector368id=divisaoG47&selector388id=sebraeCompanies4. Acesso em: 25 maio. 2024.

DORNELES, E.L.M: SALVAGNI, J.: NODARI, C.H. A liderança como diferencial nas organizações: um estudo sobre a percepção dos gestores. **HOLOS**, [S. l.], v. 8, p. 172–190, 2017.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FREIRE, M.. 3. **O que é um grupo**?. 1992.

FUENTES, L. J. L.; GONZÁLEZ, R. M. R.; HIRSH, J. Sustentabilidad en la sucesión de las empresas familiares a través del modelo de los tres círculos y un modelo de sucesión. **Desarrollo Gerencial**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 16–32, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo**. 2022. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 abr. 2024.

LOPES, F. T.; CARRIERI, A.; SARAIVA, L. A. S.. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 65, p. 225–238, abr. 2013.

MINAYO, M.S.C.: DERLANDES, S.F.: GOMES, R. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2015.

MENEZES, D. O.: DE CONTO, P.: PRESTES, V.A.: Cultura organizacional em uma empresa familiar: um olhar a partir da diversidade geracional. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 2, abr. 2024.

MUSSI, R. F. F.:; MUSSI, L.M.P.T.: ASSUNÇÃO, E.T.C.: NUNES, C.P Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 414–430, 2020.

O que é uma empresa familiar e quais os cuidados com o negócio?. **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-uma-empresa-familiar-e-quais-os-cuidados-com-o-negocio/1637473305#:~:text=Uma%20empresa%20familiar%2C%20%C3%A9%20um,societ%C3%A1rio%20e%20v%C3%ADnculo%20com%20empregados. Acesso em: 15 abr. 2024.

PENADÉS, . R; SANTOS, A. S.:.**La direcion y sucesión en la empresa familiar**. Universidad de Cantabria. Mar. 2023.

PARRA, P. A . M.: BOTERO, S.: MONSALVE, J. N. M. Empresas de familia: conceptos y modelos para su análisis. **Pensam. gest**., Barranquilla , n. 41, p. 116-149, jul 2016 .

PEREZ, R. F. Q.: GUTIERREZ, J. N. A.. Empresas familiares: Conceptos, teorías y estructuras. **Rev. esc.adm.neg**, Bogotá , n. 81, p. 149-158, dez. 2016.

RIESS, M. L. R. **Trabalho em Grupo:** Instrumento mediador de socialização e aprendizagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

RIVERA, S. I. G. Modelo de gestión para las empresas familiares con perspectivas de crecimiento y sostenibilidad. **Perspectivas**, Cochabamba, n. 31, p. 87-132, abr. 2013

RUFATTO, J.: PAULI, J.: FERRÃO, A. R. Influência do estilo de liderança na motivação e conflitos interpessoais em empresas familiares. **Revista de Administração FACES**, v. 16, n. 1 - jan/mar. 2017.

SEBRAE. **Na empresa familiar, a família nunca perde seu lugar**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/na-empresa-familiar-a-familia-nunca-perde-seu-lugar,84f9ec1910c87810VgnVCM1000001b00320aRCRD. Acesso em: 27 abr. 2024.

SEBRAE. **Guia completo sobre a gestão de empresas familiares**. Fev. 2021. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/Guia%20sobre%20gesta?o%20de%20empresas%20familiares.pdf. Acesso em: 15 Abr. 2024.

SILVA, A. J.: MUNIZ, R. M. Poder e sucessão: ascensão, declínio e falência de uma gestão familiar em uma empresa capixaba. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n 26, p. 57–65. abr, 2003.

SILVA, F. M.; RUAS, R. M. Competências coletivas: considerações acerca de sua formação e desenvolvimento. **REAd.** Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre) [online], v. 22, n. 1, 2016.

SILVA, S.P.M.S. A influência do vínculo familiar na gestão empresarial: as relações familiares interferem na gestão?. **Revista Valore**, [S.l.], v. 4, p. 553-571, jan. 2019.

BIG BROTHER BRASIL COMO REFLEXO DAS DIN MICAS SOCIAIS E DE CONSUMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS EDIÇÕES DE 2005 E 2024

Luana Rodrigues Silva[1]

Resumo
Esta pesquisa buscou compreender como um programa de televisão como o Big Brother Brasil, fenômeno cultural e social, permite o entendimento das dinâmicas sociais e culturais nos períodos históricos em que é produzido. O objetivo geral foi analisar as edições de 2005 e 2024, com foco na comparação das transformações nas dinâmicas sociais ao longo de quase 20 anos. Especificamente, investigou-se como essas mudanças refletem o comportamento social e a subjetivação dos indivíduos em um contexto capitalista. Para isso, foram selecionados e assistidos episódios das duas temporadas, cujas informações foram sistematizadas por meio de protocolo de observação que viabilizou extrações quantitativas e qualitativas, analisadas com base na Análise de Conteúdo. O estudo foi organizado em eixos teóricos que abordam sociedade e cultura, globalização e tecnologia, e consumo e comportamento, fundamentando-se principalmente nas teorias de Bauman (2001, 2008 e 2011), Castells (1999) e Giddens (1991). Os resultados indicaram que houve uma intensificação das dinâmicas capitalistas no programa, refletindo e influenciando o cotidiano social e os processos de subjetivação dos indivíduos dos tempos históricos em que se situam. Concluiu-se que o programa não apenas reflete as dinâmicas sociais, contribuindo para o entendimento da cultura e sociedade em um determinado contexto, mas também as influências, promovendo valores, naturalizando o consumo e fomentando práticas sociais associadas ao capitalismo. O trabalho desenvolvido demonstra a relevância deste tipo de abordagem em pesquisas futuras, as quais podem contemplar edições subsequentes ou outros programas que seguem o mesmo formato.

Palavras-chave: cultura; sociedade; comportamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, 70ª ed. Lisboa: Presses Universitaires de France. 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN

1 Universidade La Salle. E-mail: luana.silva@unilasalle.edu.br.

L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 58 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 39-41 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

RETONDAR, Anderson Moebus. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo: Annablume; Campina Grande: EDUFCG, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6hCv_zSLl2YC&pg=PA9&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=1#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 maio 2024.

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA REDE LASALLE, PORTO ALEGRE, RS? GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS DORES E FUNDAÇÃO PÃO DOS POBRES

Davi Krupp Graebin[1]

Resumo
O trabalho, ainda em fase inicial, insere-se no campo de estudos em memória social e no da arquitetura, relacionando os temas de arquitetura escolar e patrimônio cultural. Os objetos da pesquisa são o antigo Ginásio do Colégio La Salle Dores, fundado em 1908 e a Escola La Salle Pão dos Pobres, sediados em Porto Alegre. Esta última nasceu em 1895 como Obra Pia Pão dos Pobres de Santo Antônio, abrigando famílias desamparadas. Em 1916, passou aos cuidados dos Irmãos Lassalistas que implantaram o Orfanotrófio Santo Antônio, o qual abrigava meninos órfãos que recebiam ensino profissionalizante (tipografia, mecânica e marcenaria). Foi criado, como anexo, o colégio Dom João Becker, que atendia meninos pobres do lugar. Tanto o Ginásio do Colégio La Salle Dores (listado como imóvel em área especial de interesse sociocultural), como o prédio da Escola Pão dos Pobres (tombado em 2004, pelo município de Porto Alegre) foram concebido pelo arquiteto alemão Joseph Lutzenberger. Assim, o objetivo do trabalho é o de analisar os aspectos arquitetônicos dos dois edifícios, relacionando-os com o patrimônio cultural educativo lassalista no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Unilasalle; PPG em Memória Social e Bens Culturais, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Museu Histórico la Salle.

REFERÊNCIAS

BICCA, Brinae (org.). **Programa Monumenta:** Porto Alegre. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_ProgramaMonumentaPortoAlegre_m.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

ERMEI, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educative: os edifícios ára a escola primária pública no Rio Grande do sul** (1907-1928). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS, 2017. Disponível em

1 Universidade La Salle. E-mail: davi.graebin@gmail.com.

https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7337/2/TES_TATIANE_DE_FREITAS_ERMEL_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

NUNES, Joana. **Revitalização do antigo casarão do Ginásio das Dores**. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/80417/000902803.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 mar. 2024.

PRO CULTURA. **Restauro e Reutilização do Centro cultural La Salle**. LIC. Parecer aprovado. Disponível em https://www.procultura.rs.gov.br/projeto_parecer_cec.php?cod_projeto=15059. Acesso em: 30 mar. 2024.

USO DO SISTEMA TESTE ALLIUM CEPA COMO BIOINDICADOR DE TOXICIDADE DO HERBICIDA GLIFOSATO COM SAL DE POTÁSSIO

Andressa de Almeida Severo[1]
Ana Letícia Hilário Garcia[2]
Malu Borges Siqueira [3]
Ingrid Nilson [4]
Fernanda Rabaioli da Silva[5]

Resumo
O sistema teste com Allium cepa é uma ferramenta importante na avaliação de poluição ambiental e de contaminação por substâncias químicas em ecossistemas aquáticos. A toxicidade pode ser detectada pela inibição do crescimento das raízes e pelos efeitos adversos nos cromossomos das células da planta. Bioensaios com vegetais são testes eficazes para monitorar a toxicidade de poluentes ambientais como por exemplo, a contaminação por herbicidas. O glifosato é um importante herbicida utilizado na produção agrícola devido à sua alta capacidade de translocação na planta. Ele é um ácido, mas é aplicado nas lavouras na forma de sal (sal de isopropilamina, amônio, potássio). A toxicidade dos herbicidas à base de glifosato ainda é discutida na comunidade científica. Assim, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a toxicidade ambiental do herbicida glifosato com sal de potássio, utilizando como bioindicador o organismo da espécie Allium cepa. Para o teste, foram utilizadas as concentrações respectivas de 0.001 mg.L-1; 0.1 mg.L-1; 0.5 mg.L-1; 1 mg.L-1; 20 mg.L-1 do herbicida, bem como grupo controle negativo (água mineral) e grupo controle positivo (solução de sulfato de cobre). Estão sendo analisadas alterações no índice germinativo, índice mitótico, indução de alterações cromossômicas e formação de micronúcleos, que constituem os endpoints para avaliar danos causados por contaminantes. Com os resultados, espera-se avaliar a toxicidade do herbicida à base de glifosato contendo sal de potássio na espécie Allium cepa.

Palavras-chave: herbicida; toxicidade; contaminação ambiental; Allium cepa.

1 Universidade La Salle. E-mail: andressa.202312068@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle.
3 Universidade La Salle.
4 Universidade La Salle.
5 Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Monografia GO1 Glifosato da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. 2003a. Disponível em: www.anvisa.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2024.

AZEVEDO, F.A.; CHASIN, A.A., (coord.). **Bases toxicológicas da ecotoxicologia**. Local: São Carlos, SP Editor: Rima Data: 2003.

BAÍA, Maike. **Qualidade fisiológica de sementes de allium cepa expostas a mix de contaminantes em concentrações ambientais relevantes**. Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em : https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1812. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRITO RODRIGUES, L. de *et al*. Avaliação ecotoxicológica do glifosato herbicidas à base de plantas: efeitos em diferentes organismos. **Meio Ambiente. Toxicol. Química**, v. 36, 1755e1763, 2017.
Disponível em: https://doi.org/10.1002/etc.3580. Acesso em 20 ago. 2023.

DALLEGRAVE, E. **Toxicologia Clínica:** Aspectos Teórico-Práticos. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 44 – 61.

EISENIA FETIDA (SAVIGNY, 1826). **Museu Virtual da Biodiversidade**, 2023. Disponível em: https://www.museubiodiversidade.uevora.pt/elenco-de-especies/biodiversidade-actual/animais/anelideos-animais/eisenia-fetida/. Acesso em 20 ago. 2023

GRANT, W. F. Chromosome Aberration Assays in Allium. **Mutation Research**, Orlando, v. 99, n. 3, p. 273 -29, Sep. 1982.

KRUGER, Rosangela. **Análise da toxicidade e da genotoxicidade de agrotóxicos utilizados na agricultura utilizando bioensaios com Allium cepa**, Universidade Feevale, 2009. Disponível em:
https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/29080.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.>

LU, T. *et al*. Compreendendo a influência do glifosato na estrutura e função da comunidade microbiana de água doce em um microcosmo. **Meio Ambiente. Poluição**., v. 260, p. 114012, 2020. Disponivel em:
https://doi.org/10.1016/j.envpol.2020.114012. Acesso em 10 set. 2023

MARTINI, G., Pedrinho J., A. F. F.; DURIGAN, J. C.. Eficácia do herbicida glifosato potássico submetido à chuva simulada após a aplicação. **Bragantia**, v. 62, n. 1, p. 39–45, 2003. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/brag/a/jZTpdp3nwNdsCyFJcQnpbbK/#. Acesso em 12 nov. 2023.

MARTINS, Luciano Pazinato. **Avaliação da qualidade ambiental do Arroio Demétrio através de critérios físico-químicos, microbiológicos e toxicológicos**. 2018.

MEIRELES, Luis. **Entenda o que é o glifosato, o agrotóxico mais vendido do mundo**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho, 2019. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=node/987. Acesso em 15 nov. 2023.

MORAES, J. S. et al. Capacidade do tecido do peixe-zebra (Danio rerio) de ativar transportadores ABCC após exposição ao glifosato ou sua formulação **Roundup Transorb® Chemosphere**, v. 248, p. 125959, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chemosfera.2020.125959. Acesso em 25 nov. 2023.

SÁNCHEZ, Jessica A. A., VARELA, Antonio S., CORCINI, Carine D., SILVA, Janaina C. da. Effects of Roundup formulations on biochemical biomarkers and male sperm quality of the livebearing Jenynsia multidentata, **Chemosphere**, v. 177, 2017. Disponivel em: https://doi.org/10.1016/j.chemosphere.2017.02.147. Acesso em: 30 mar. 2024.

SOUZA, Vinicius Castro e LORENZI, Harri. Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. **Nova Odessa:** Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002668199. Acesso em 26 nov. 2023.

TARTAS, Everton F. **Investigação da ecotoxicidade e da genotoxicidade do herbicida 2,4-d e do óleo mineral (adjuvante) em modelo animal e vegetal**, 2021. Disponível em: https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2020/article/view/2235. Acesso em 12 out. 2023.

VICENTE, Dorival. **Sementes Fiscalizadas**. Informações técnicas sobre o herbicida glifosato, [s.d.]. Disponível em: http://www.sementesfiscalizadas.com.br/artigos/8/informacoes-tecnicas-sobre-o-herbicida-glifosato. Acesso em 22 nov. 2023.

YOUNES, M.; GALAL-GORCHEV, H. Food Chemisty. **Toxicology**., Philadelphia, v.38, p. 587, Dec. 2000.

ZAMBRONE, F. A. D. **SINTOX:** Sistema de Informação Toxicológica. Rio de janeiro: Fiocruz, 2002, p.2-43. Disponível em: http://www.fiocruz.br.cict.oque.estrut.dect/sintox.kitbrasil.html. Acesso em 2 nov. 2023..

ESTUDO DO EFEITO DE TOXICIDADE EM ALLIUM CEPA EXPOSTA AO HERBICIDA GLIFOSATO COM SAL DE ISOPROPILAMINA

Matheus Souza da Rosa[1]
Ana Letícia Hilário Garcia[2]
Malu Borges Siqueira[3]
Ingrid Nilson[4]

Resumo
O ensaio com Allium cepa é um sistema teste eficiente para a avaliação genotóxica ambiental, devido a espécie ter número reduzido de cromossomos (2n=16), o ensaio ter baixo custo em laboratório e os resultados obtidos ter correlação com sistemas usando animais. A toxicidade pode ser observada devido à inibição do crescimento das raízes e pelos efeitos na mitose e nos cromossomos. Poluentes ambientais como os agrotóxicos podem atingir organismos não alvo, podem persistir no ambiente e se acumular ao longo das cadeias alimentares, alcançando concentrações altas e tóxicas. O glifosato sal de isopropilamina de N - (fosfonometil) glicina é um dos herbicidas mais utilizados em sistemas de cultivo de produtos agrícolas geneticamente modificados, especialmente para a cultura da soja. Assim, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a toxicidade ambiental do herbicida glifosato com sal de isopropilamina, utilizando como bioindicador o organismo da espécie Allium cepa. Para o teste, foram utilizadas as concentrações respectivas de 0.001 mg.L-1; 0.1 mg.L-1; 0.5 mg.L-1; 1 mg.L-1; 20 mg.L-1 do herbicida, bem como grupo controle negativo (água mineral) e grupo controle positivo (solução de sulfato de cobre). Estão sendo analisadas alterações nos índices germinativo e mitótico e a formação de micronúcleos e de outras alterações cromossômicas. Com os resultados, espera-se avaliar a toxicidade do herbicida à base de glifosato contendo sal de isopropilamina na espécie Allium cepa.

Palavras-chave: sal de isopropilamina; toxicidade; contaminação ambiental; Allium cepa.

1 Universidade La Salle. E-mail: matheussouzadarosa1@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: ana.garcia@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: malusiqueiraborges@gmail.com.
4 Universidade La Salle. E-mail: ingrid.bio90@gmail.com.

REFERÊNCIAS

ANVISA. 2003a. **Monografia GO1 Glifosato da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Disponível em: www.anvisa.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2024.

AZEVEDO, F.A.; CHASIN, A. A. (coord.). **Bases toxicológicas da ecotoxicologia**. Local: São Carlos, SP Editor: Rima Data: 2003.

BAÍA, Maike. **Qualidade fisiológica de sementes de allium cepa expostas a mix de contaminantes em concentrações ambientais relevantes**. Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em : https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1812. Acesso em 20 ago. 2023.

BRITO RODRIGUES, L. de *et al*. Avaliação ecotoxicológica do glifosato herbicidas à base de plantas: efeitos em diferentes organismos. **Meio Ambiente. Toxicol. Química**. v. 36, 1755e1763, 2017.

DALLEGRAVE, E. **Toxicologia clínica:** aspectos teórico-práticos. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 44 – 61.

EISENIA FETIDA (SAVIGNY, 1826). **Museu Virtual da Biodiversidade**, 2023. Disponível em: https://www.museubiodiversidade.uevora.pt/elenco-de-especies/biodiversidade-actual/animais/anelideos-animais/eisenia-fetida/. Acesso em 20 ago. 2023.

GRANT, W. F. Chromosome Aberration Assays in Allium. **Mutation Research**, Orlando, v. 99, n.3, p. 273 -29, Sep. 1982.

KRUGER, Rosangela. **Análise da toxicidade e da genotoxicidade de agrotóxicos utilizados na agricultura utilizando bioensaios com Allium cepa**, Universidade Feevale, 2009. Disponível em: https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/29080.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

LU, T, XU *et al*. Compreendendo a influência do glifosato na estrutura e função da comunidade microbiana de água doce em um microcosmo. **Meio Ambiente. Poluição**., v. 260, p. 114012, 2020. Disponivel em: https://doi.org/10.1016/j.envpol.2020.114012. Acesso em 10 set. 2023

MARTINI, G., Pedrinho J., A. F. F.; DURIGAN, J. C.. Eficácia do herbicida glifosato potássico submetido à chuva simulada após a aplicação. **Bragantia**, v. 62, n. 1, p. 39–45, 2003. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/brag/a/jZTpdp3nwNdsCyFJcQnpbbK/#. Acesso em 12 nov. 2023.

MARTINS, Luciano Pazinato. **Avaliação da qualidade ambiental do Arroio Demétrio através de critérios físico-químicos, microbiológicos e toxicológicos**. 2018.

MEIRELES, Luis. **Entenda o que é o glifosato, o agrotóxico mais vendido do mundo**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho, 2019. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=node/987. Acesso em 15 nov. 2023.

MORAES, JS *et al*. Capacidade do tecido do peixe-zebra (Danio rerio) de ativar transportadores ABCC após exposição ao glifosato ou sua formulação. **Roundup Transorb® Chemosphere**, 248: 125959, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chemosfera.2020.125959. Acesso em 25 nov. 2023.

SÁNCHEZ, Jessica A. A., VARELA, Antonio S., CORCINI, Carine D., SILVA, Janaina C. da. Effects of Roundup formulations on biochemical biomarkers and male sperm quality of the livebearing Jenynsia multidentata, **Chemosphere**, v. 177, 2017. Disponivel em: https://doi.org/10.1016/j.chemosphere.2017.02.147. Acesso em: 30 mar. 2024.

SOUZA, Vinicius Castro e LORENZI, Harri. **Botânica Sistemática:** guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. Nova Odessa: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002668199. Acesso em 26 nov. 2023.

TARTAS, Everton F. *Investigação da ecotoxicidade e da genotoxicidade do herbicida 2,4-d e do óleo mineral (adjuvante) em modelo animal e vegetal, 2021*. Disponível em: https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2020/article/view/2235. Acesso em 12 out. 2023.

VICENTE, Dorival. **Sementes Fiscalizadas**. Informações técnicas sobre o herbicida glifosato, [s.d.]. Disponível em: http://www.sementesfiscalizadas.com.br/artigos/8/informacoes-tecnicas-sobre-o-herbicida-glifosato. Acesso em 22 nov. 2023.

YOUNES, M.; GALAL-GORCHEV, H. Food Chemisty. **Toxicology**., Philadelphia, v.38, p. 587, Dec. 2000.

ZAMBRONE, F. A. D. **SINTOX:** Sistema de Informação Toxicológica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p.2-43. Disponível em: http://www.fiocruz.br.cict.oque.estrut.dect/sintox.kitbrasil.html. Acesso em 2 nov. 2023.

O EFEITO DA EXPOSIÇÃO DO CLONAZEPAM EM DAPHNIA MAGNA: UMA ABORDAGEM IN SILICO E IN VIVO

Victória Pereira Antunes Garzlaff[1]
Luana Werner Dutra[2]
Juliana da Silva [3]

Resumo
Contaminantes emergentes são compostos químicos como produtos farmacêuticos e plastificantes, não monitorados ambientalmente, que poluem ar, água e solo através de águas residuais. A presença frequente de produtos farmacêuticos em águas e solo tem preocupado cientistas e agências reguladoras. O Clonazepam é um ansiolítico da classe dos benzodiazepínicos, com efeitos sedativos, relaxantes e anticonvulsivantes que atua no sistema nervoso central. O estudo avaliará os efeitos da exposição ao Clonazepam usando ensaios in silico e testes agudos e subcrônicos com o microcrustáceo Daphnia magna. A análise in silico gerou uma rede de interação fármaco-proteínas no Cytoscape para identificar biomoléculas envolvidas na resposta ao fármaco em Daphnia. A partir disso, agrupamentos proteicos, proteínas e bioprocessos mais significativos foram avaliados usando os plugins Mcode, ClueGo e Centiscape, respectivamente. Ainda, os ensaios agudo e subcrônico serão realizados estimando a concentração efetiva que afeta 50% (CE 50%) dos organismos. Serão utilizados 60 neonatos com 2 a 24 horas de idade, distribuídos em 4 réplicas de três concentrações (50 µg/L, 300 µg/L e 600 µg/L) mais o controle negativo. Os organismos serão expostos a Clonazepam em béqueres de 50 mL por 48 e 96 horas. Resultados preliminares mostram uma rede com 22 nós (proteínas e Clonazepam) e 117 conectores. Observou-se atividade do receptor GABAA (canal iônico ativado por neurotransmissores) acoplado à proteína G, com a proteína Gabbr1 destacada como hub/gargalo. Espera-se obter resultados sobre a toxicidade do Clonazepam, observando o efeito agudo e subcrônico em microcrustáceos de água doce.

Palavras-chave: clonazepam; letalidade; Daphnia magna; toxicidade; biologia de sistemas.

1 Universidade La Salle. E-mail: victoria.antunes0208@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: luana.202313827@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: juliana.silva@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12713:** Ecotoxicologia aquática – Toxicidade aguda: Método de ensaio com Daphnia spp (Crustacea, Cladocera). Rio de Janeiro, v. 4. ed., 2016.

CARVALHO, Corleone Ana Carla. **A presença de fármacos e cafeína em água superficial e destinada ao consumo humano**. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-27012021-150527/publico/CarvalhoACC_DR_O.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

EVANGELISTA, Patricia Alexandre. **Ocorrência e toxicidade de antidepressivos residual em amostras do Rio Piracicaba (SP)**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021. Disponivel em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/64/64135/tde-28092022-164610/pt-br.php. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, A. P. Environmental Investigation of Psychiatric Pharmaceuticals: Guandu River, Rio De Janeiro State, Southeast Brazil. **Journal of Chemical Health Risks**, v. 4, n. 3, p. 25- 32, 2014. Disponivel em: https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/5638/2/2022%20-%20Tha%C3%ADs%20Paes%20Ferreira.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COMPARATIVA DA ATUAÇÃO DE RETINÓIDES CONTROLADOS E DE COMERCIAIS COMO MEIO PALIATIVO DA ACNE VULGAR GRAUS 2 E 3 EM PELES ADOLESCENTES E ADULTAS

Valentina Batista Néves[1]

Isabelle Kurz[2]

Rafaela Granã Ribeiro[3]

Resumo

Esta revisão da literatura de caráter comparativo-explicativo apresenta como objetividade fulcral analisar de que maneira atuam os dermocosméticos comerciais à base de ácido retinóico em comparação com os controlados no que tange à eficácia e aplicabilidade no tratamento da acne vulgar graus 2 e 3 em peles adolescentes e adultas. Para atingir tal objetivo utilizou-se de dois referenciais metodológicos: a pesquisa bibliográfica, embasada na consulta de artigos científicos, e a pesquisa exploratória qualitativa, em que direcionou-se duas entrevistas constituídas das mesmas perguntas a dois dermatologistas especializados em acne e estética facial, o Dr. Pedro Antônio Marques da Cunha Júnior do CRM 30674 e a Dra. Ana Laura Andrade Bueno do CRM 39778, a fim de recolher o relato de tais profissionais e fundamentar o projeto. A partir da análise construída, evidenciou-se que os dermocosméticos controlados compostos por derivados da vitamina A, os retinóides, como o Vitacid®, o Epiduo® e o Roacutan®, tratam da acne e também do fotoenvelhecimento de maneira mais eficaz e pontual, uma vez que, ao contrário de cosméticos convencionais de livre utilização, fomentam os processos de renovação celular, bem como, penetram nas camadas cutâneas mais profundas, equilibrando a produção de ácidos graxos, de sebo, de colágeno e de elastina, minimizando inflamações e prevenindo possíveis cicatrizes decorrentes delas.

Palavras-chave: acne vulgar; ácido retinóico; terapia retinóide.

REFERÊNCIAS

FEITOSA, Alyane Osorio Reis Meneses. O ácido retinóico tópico no tratamento da acne vulgar: uma revisão. **Revista da FAESF**, v. 2.3, 2018. Disponível em: https://www.faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/57/53. Acesso em: 16 ago. 2024

1 Colégio La Salle Niterói. E-mail: valentina.neves@soulasalle.com.br.
2 Colégio La Salle Niterói. E-mail: isabelle.kurz@soulasalle.com.br.
3 Colégio La Salle Niterói. E-mail: rafaela.grana@soulasalle.com.br.

AUGUSTO, Bruna do Carmo Melo. **Uso de retinóides no tratamento da acne vulgar**. 2022. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/4212/1/MONOGRAFIA_UsoRetinoidesTratamento.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

MARQUES, Glenda de Souza. **Revisão integrativa sobre os problemas envolvidos no uso da isotretinoína oral no tratamento da acne**. 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/7523/4/TCC_GlendaMarques.pdf. Acesso em: 16 ago. 24.

ALTO ÍNDICE GLICÊMICO E CARGA GLICÊMICA ALIADO AO PÓS TREINO DE ATLETAS DE FISICULTURISMO

Nicolas Emanuel Soares Correia[1]

Resumo
A nutrição esportiva é muito relevante no fisiculturismo, pois a dieta é fundamental em todas as fases da modalidade. A escolha estratégica de alimentos com alto índice glicêmico (IG) e carga glicêmica (CG) adequada no pós-treino é fundamental para a recuperação e o crescimento muscular em atletas de fisiculturismo. A experiência prática combinada com fundamentos científicos sólidos proporciona uma base eficaz para a implementação dessas estratégias nutricionais. Este trabalho de conclusão de curso tem como seu objetivo principal realizar uma revisão narrativa da bibliografia sobre o impacto do índice glicêmico e da carga glicêmica dos alimentos no período pós-treino de atletas de fisiculturismo. O estudo busca informar os pontos positivos do uso correto do alto índice glicêmico e da carga glicêmica como estratégias nutricionais para atletas de fisiculturismo. A revisão procura identificar como esses alimentos podem e devem ser usados, de forma nutricionalmente adequada, pelos atletas após o treino de musculação.

Palavras-chave: sports nutrition; glycemic index; glycemic load, bodybuilding, foods; glucose.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. **A nutrição antes dos nutricionistas:** textos médicos sobre nutrição infantil publicados em Porto Alegre na primeira metade do século XX. TCC, UFRGS, Faculdade de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, 2019. Disponível em https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204290. Acesso em: 30 mar. 2024.

AUGUSTIN, L.S. et al. Glycemic index in chronic disease: a review. **Eur J Clin Nutr**. v.56, n.11, p.1049 – 1071, 2002.

BIOLO, G.; FLEMING, R. Y.; WOLFE, R. R. Physiologic hyperinsulinemia stimulates protein synthesis and enhances transport of selected amino acids in human skeletal muscle. **The Journal of Clinical Investigation**, v. 99, n. 2, p. 970-976, 1997.

BJORCK I, Liljeberg H, Ostman E. Low glycaemic-index foods. **Br J Nutr**., v. 83, suppl 1, p. S149-55, 2000.

1 Universidade La Salle. E-mail: nicolas.202010366@unilasalle.edu.br.

BURKE, L.M. et al. Carbohydrates for training and competition. **Journal of Sports Sciences**, v. 29, p. 17-27, May 2011.

BRAND-MILLER, J.C. et al. **A nova revolução da glicose**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2003.

BRAZ, N. I. A Insulina e o Cérebro: da função à disfunção. 2015. **Artigo de Revisão, Faculdade de Medicina da Universidade de Coim**bra. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/43586564.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BROUNS, F, et al Glycemic index methodology. **Nutrition research reviews**, v, 18, n, 1, p. 145-171, 2005.

CARVALHO, Gisele Queiroz; e ALFENAS Rita de Cássia Gonçalves. Índice glicêmico: uma abordagem crítica acerca de sua utilização na prevenção e no tratamento de fatores de risco cardiovasculares. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 5, p. 577–587, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000500010. Acesso em: 30 mar. 2024.

CHAPPELL, A. J.; e SIMPER, T. N. Nutritional peak week and competition day strategies of competitive natural bodybuilders. **Sports**, v. 6, n. 4, 1-14, out. 2018.

CYRINO, E.S.; MAESTA, N.; BURINI, R.C. Aumento de força e massa muscular em atletas de culturismo suplementados com proteína. **Revista Treinamento Desportivo**, v. 5, p. 9-18, 2000.

FIGUEIREDO, F. M.; NAREZI, N. O. As alterações físicas entre duas atletas de fisiculturismo em fases distintas de preparação para II Campeonato de Fisiculturismo em Campo Grande – MS. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 4, n. 23, p.466-73, 2010.

FOSTER-POWELL K, Holt SHA, Brand-Miller JC. International table of glycemic index and glycemic load values. **Am J Clin Nutr**. v.76, p. 5-56, 2002.

GIBIM, K. C. R. et al. Síndromes de alteração de percepção em atletas fisiculturistas. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 1, p. 12–19, 2017.

IRAKI, FITSCHEN, ESPINAR, HELMS. **Nutrition Recommendations for Bodybuilders in the Off-Season:** A Narrative Review, 2019.

IVY, J. L. Glycogen resynthesis after exercise: effect of carbohydrate intake. **International Journal of Sports Medicine**, v. 19, n. S2, p. S142-S145, 1998.

HELMS, E. R.; ARAGON, A. A.; FITSCHEN, P. J. Evidence-based recommendations for natural bodybuilding contest preparation: nutrition and supplementation. **Journal of the International Society of Sports Nutrition**, v.11, n.20, 1-20, maio. 2014.

HOMER, CRUZ, HELMS. Peak Week Carbohydrate Manipulation Practices in Physique Athletes: a narrative review. **Sports Med Open**., v. 13; 10, n. 1, 2024.

KIM JK, KIM YJ, FILMORE JJ, CHEN Y, MOORE I, LEE J, et al. Prevention of fat-induced insulin resistance by salicylate. **J Clin Invest**. v. 108, p. 437-46, 2001.

LEIGHTON, J R. **Musculação:** aptidão física, desenvolvimento corporal e condicionamento físico. Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

MALLMANN, L. B.; ALVES, F. D. Avaliação do consumo alimentar de fisiculturistas em período fora de competição. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 12, n. 70, p.204-212, 2018.

MARQUES, L. E; BRANDÃO, M. R. F. Volume de treinamento, percepção subjetiva do esforço e estados de humor durante um macrociclo de treinamento. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 63-78, 2010.

MITCHELL, L. et al. Do bodybuilders use evidence-based nutrition strategies to manipulate physique?. **Sports**, v. 5, n. 76, 1-13, set. 2017.

MORAES, W. M. A. M. et al. Carbohydrate Loading Practice in Bodybuilders: Effects on Muscle Thickness, Photo Silhouette Scores, Mood States and Gastrointestinal Symptoms. **Journal of Sports Science and Medicine**, v. 18, n. 4, 772-779, dez. 2019.

NELSON, D. L.; COX, M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. São Paulo: Artmed, 2011.

NOZAWA, S.; ODA, H.; AKIYAMA, R. UEDA, K. et al. Decreased Gene Expressions of Insulin Signal Molecules in Canine Hyperadrenocorticism. **Journal of Veterinary Medical Science**, v. 76, n. 8, p. 1177–1182, 2014.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta paul. enferm**. v. 20, n. 2, p.v-vi, 2007.

SCHWARZENEGGER, A. **Enciclopédia de fisiculturismo e musculação**. [S.l.]: Artmed Editora, 2001.

SILVA FMM, V. D.F. Índice glicêmico e carga glicêmica no manejo do diabetes melito. **Revista HCPA**, v. 26, p. 73-81, 2006.

SUTHERLAND, C.; O'BRIEN, R.M.; GRANNER, D.K. New connections in the regulation of PEPCK gene expression by insulin**. Philosophical transactions of the Royal Society of London**, v. 351, p. 191-9, 1996.

PAULI, J.R.; CINTRA, D.E., SOUZA, C.T., ROPELLE, E.R.. Novos mecanismos pelos quais o exercício físico melhora a resistência à insulina no músculo esquelético. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabolismo**, v. 53/4, 2009.

TOLEDO, Juliane Alvarez de; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura. **Bol. Acad. Paul. Psicol**., São Paulo , v. 37, n. 92, p. 139-156, jan. 2017.

O IMPACTO DO 2,4-D SOBRE A MORTALIDADE E COMPORTAMENTO DE DAPHNIA MAGNA: UM ESTUDO DE TOXICIDADE

Luana Werner Dutra[1]
Juliana da Silva[2]
Ana Leticia Hilario Garcia[3]
Daiana Dalberto[4]
Victoria Pereira Antunes Garzlaff[5]

Resumo
O 2,4-D (ácido 2,4-diclorofenoxiacético) foi um dos primeiros herbicidas sintéticos de auxina a ser amplamente e frequentemente usado para o controle de ervas daninhas e perenes. Foi desenvolvido na Segunda Guerra Mundial como um dos muitos chamados herbicidas fenoxi, com o objetivo de aumentar o rendimento das colheitas de uma nação em guerra e continua sendo amplamente utilizado na agricultura. O microcrustáceo Daphnia magna é frequentemente usado como um organismo indicador para avaliar a toxicidade de herbicidas. Estamos realizando uma análise de toxicidade do 2,4-D em Daphnia magna e os efeitos podem ser tanto agudos (48 hs) quanto subcrônicos (96 hs). A toxicidade aguda ocorre quando o organismo é exposto a concentrações elevadas do herbicida por um curto período (48h). Nesses casos, o microcrustáceo pode experimentar alta mortalidade, comportamentos alterados, como redução na atividade de natação, e efeitos adversos no crescimento e desenvolvimento. A concentração efetiva que afeta 50% da população (CE50) é uma métrica comum utilizada para avaliar a toxicidade aguda, e estudos indicam que o 2,4-D pode apresentar um CE50, refletindo uma toxicidade relativamente alta. Em relação à toxicidade subcrônica, que se refere aos efeitos de exposições prolongadas ou repetidas, o 2,4-D pode ter impactos significativos sobre Daphnia magna. Exposições contínuas ao herbicida podem levar a alterações no crescimento e desenvolvimento, como redução no tamanho e na taxa de reprodução. Além disso, a capacidade reprodutiva pode ser comprometida. A exposição prolongada também pode causar o acúmulo de 2,4-D no organismo, agravando os efeitos tóxicos ao longo do tempo.

Palavras-chave: 2,4-D; toxicidade; Daphnia magna; herbicidas.

1 Universidade La Salle. E-mail: luanawdutraa16@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: juliana.silva@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: ana.garcia@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: daiana.dalberto@unilsalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: victoria.antunes0208@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

2,4-D FUNCIONA COMO HERBICIDA RECEBIDO. Aceito: 6 de novembro de 2013 Este artigo foi aceito para publicação e passou por revisão completa por pares, mas não passou pelo processo de edição, composição tipográfica. **Mengla**, v. 2, 2013.

LI, K. et al. Toxicidade de desenvolvimento do ácido 2,4-diclorofenoxiacético em embriões de peixe-zebra. **Chemosphere**, v. 171, p. 40–48, 2017.

MARTINS, RX et al. Exposição ao herbicida 2,4-D induz hepatotoxicidade em larvas de peixe-zebra. Bioquímica e fisiologia comparativas. **Toxicologia e farmacologia:** CBP, v. 248, n. 109110, p. 109110, 2021.

RAMBORGER, BP et al. Parâmetros toxicológicos de resíduos aquosos após uso de Plectranthus neochilus para fitorremediação de 2,4-D. **Chemosphere**, v. 270, n. 128638, p. 128638, 2021.

SILVA, LCM et al. Toxicidade aguda e crônica de formulações de 2,4-D e fipronil (individualmente e em mistura) ao cladócero neotropical Ceriodaphnia silvestrii. **Ecotoxicology (Londres, Inglaterra)**, v. 29, n. 9, p. 1462–1475, 2020.

OCORRÊNCIA DE DIOCTOPHYMA RENALE EM CÃES RESGATADOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, RS

Ana carolina Vingat[1]
Manuela Correa Barbosa[2]
Eduarda Barros Lesina Coimbra[3]
Desirèe de Moura Tavares[4]
Maitê Neuhaus Wasem[5]

Resumo
Dioctophyma renale, conhecido como "verme gigante do rim", é um parasita nematódeo que infecta principalmente os rins de mamíferos, como cães, gatos e, ocasionalmente, humanos. Seu ciclo evolutivo é indireto, com o cão como hospedeiro definitivo e anelídeos, crustáceos e alguns peixes como hospedeiros intermediários. O parasita se instala no rim direito do hospedeiro definitivo, permitindo que seus ovos sejam eliminados pela urina. No ambiente aquático, os ovos necessitam de um período de incubação até serem ingeridos pelos hospedeiros intermediários, tornando-se infectantes. Animais de rua, vivendo em condições precárias, são mais suscetíveis devido ao ambiente favorável à disseminação do parasita. Este estudo relata a ocorrência de Dioctophyma renale em cães de um abrigo de animais resgatados, de uma área de alagamento no bairro Arquipélago. Como parte do manejo sanitário, foram realizados exames de ultrassonografia abdominal e, em casos suspeitos da verminose, exames de urina para detecção de ovos. Dos 84 cães avaliados entre maio e junho de 2024, 14 apresentaram imagens compatíveis com a infecção, e 13 tiveram ovos confirmados na urina. Apenas dois cães mostraram sinais clínicos, como hematúria ou disúria. Todos os animais diagnosticados foram encaminhados para tratamento cirúrgico, com remoção do rim afetado ou do parasita livre na cavidade abdominal. O estudo conclui que a infecção por Dioctophyma renale é comum em cães da região das ilhas, associada às condições socioeconômicas e ambientais desfavoráveis.

Palavras-chave: verminose; caninos; zoonoses.

1 Universidade La Salle. E-mail: anavingat@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: manuelacbarbosaa@gmail.com.
3 Universidade La Salle. E-mail: eduardacoimbra66@gmail.com.
4 Universidade La Salle. E-mail: desiree.mourat@gmail.com.
5 Universidade La Salle. E-mail: maitewasem@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

COTTAR, B.H.; DITTRICH, G.;FERREIRA, A. *et al*. Achados ultrassonográficos de cães parasitados por Dioctophyma renale: Estudo retrospectivo. **Veterinária e Zootecnia**, v. 19, 2012.

SILVEIRA, C. S. et al. Dioctophyma renale em 28 cães: aspectos clinicopatológicos e ultrassonográficos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 35, 2015.

FERRAZ, L.C.C.B. Sobre os Nematóides. São Paulo. 2005 (on-line). Disponível em: www.ciargui.usp.br/~sbr/nemata.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

DISSEMINAÇÃO DA CINOMOSE EM ABRIGOS EMERGENCIAIS NO MUNICÍPIO DE TAQUARI, RS

Jocemar Maciel Filho[1]
Lauren Kruse Kratina[2]
Ciana Girardello Rosset[3]
Luiza Gonzaga do Carmo[4]
Leticia Vestena de Souza[5]
Pamela Victoria Demarque[6]

Resumo
As enchentes no Rio Grande do Sul (RS) foram causadas por fortes chuvas com extravasamento de rios e lagos que afetaram 95% dos municípios do estado. Como uma das consequências deste desastre ambiental, milhares de animais foram resgatados e encaminhados a abrigos. Com esse cenário, houve uma maior disseminação de doenças infecciosas como a Cinomose. Este trabalho tem como objetivo relatar quatro casos de Cinomose em cães provenientes de abrigos emergenciais que foram atendidos na Clínica Veterinária Rocha Saúde Animal, na cidade de Taquari, RS. Esses cães apresentaram os sinais clínicos de êmese, diarreia, febre, secreções nasais e oculares, convulsões, espasmos e contrações musculares involuntárias. Foram diagnosticados para a doença através dos sinais clínicos compatíveis para a doença e pelo teste rápido – Snap test (Alere®), que detecta o antígeno viral a partir de amostras de secreções oculares e nasais. Como a cinomose é uma doença infectocontagiosa evidenciou-se o risco de infecção de cães contactantes, já que, devido a situação emergencial, eram abrigados em grande quantidade, tornando difícil o isolamento de animais suspeitos. No período de julho a agosto de 2024, foram realizados então o tratamento dos pacientes, instauradas medidas preventivas, com o intuito de evitar novas infecções nos abrigos, sempre sob orientação de médicos veterinários. Este relato evidencia a necessidade de discussão sobre medidas preventivas e de controle de doenças infecciosas em abrigos de animais, pois, devido aos câmbios climáticos, tais catástrofes poderão ser cada vez mais recorrentes.

Palavras-chave: cinomose; enchente; abrigos de animais; Vale do Taquari.

1 Universidade La Salle. E-mail: jocemar.vet@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: Laurenkkratina@gmail.com.
3 Universidade La Salle. E-mail: Cianarosset@gmail.com.
4 Universidade La Salle. E-mail: luizagonza@gmail.com.
5 Universidade La Salle. E-mail: vestenaleticia@gmail.com.
6 Universidade La Salle. E-mail: pamelavictoria@gmail.com.

REFERÊNCIAS

TAQUARI. Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/3/?dados-do-municipio.html. Acesso em: 30 mar. 2024.

PRÁTICA EXTENSIONISTA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DA PERSONALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thainá Sanhudo de Oliveira[1]
Jéssica Trindade de Castilho[2]
Caísle Galhardo dos Santos[3]
Taís Sagini Rodrigues[4]
Luan Paris Feijó[5]

Resumo
A personalidade permite prever o comportamento dos indivíduos e a avaliação desse construto é uma ferramenta importante para psicólogos. A disciplina de Medidas de Avaliação Psicológica visou, através da prática extensionista, o contato com a prática da avaliação, que incluiu a administração de recursos, métodos e técnicas, e a elaboração de um relatório psicológico. A participante é uma mulher adulta, com ensino superior incompleto, que foi atravessada pelo desastre ambiental das enchentes no mês de maio. Os procedimentos incluíram uma entrevista semiestruturada e a Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), que mede fatores relacionados ao padrão comportamental no pensar, agir e sentir. O primeiro contato foi feito por rede social, confirmando a atividade com a voluntária, que foi selecionada por conveniência. Três discentes aplicaram os instrumentos em uma sala ampla, com iluminação confortável e pouco ruído. Houve revezamento entre duas alunas nas etapas do processo avaliativo, e a correção foi automatizada pelo site. Os resultados mostraram percentis muito altos em passividade, abertura a ideias e busca por novidades, e muito baixos em pró-sociabilidade e empenho. Notaram-se discrepâncias entre a entrevista e os resultados do teste em três das facetas citadas. Como sugestões na atividade, seriam indicadas a terapia para mudança comportamental e aumento da motivação, ferramentas que podem auxiliar na vida profissional da avaliada. A aproximação dos discentes a essa prática oferece um preparo fundamental para sua atuação. Para futuros trabalhos, seria útil incluir a escuta de pessoas próximas aos voluntários para melhor compreensão da dinâmica da personalidade.

Palavras-chave: personalidade; avaliação psicológica; estudo de caso.

1 Universidade La Salle. E-mail: thaina.oliveira3110@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: jessica.202010679@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: caisle.202122636@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: tais.202210927@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: luan.feijo@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

HUTZ, C. S*. et. al*, (org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

NUNES, C. H. S. S.; HUTZ, C. S.; Nunes, M. F. O. **Bateria Fatorial de Personalidade - BFP:** manual técnico. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2013.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

COMBATE AOS ESTIGMAS DA PSICOLOGIA

Vicente Lemos Trilha[1]
Luis Henrique Pedroso Pinheiro[2]
Fábio Cherubini Fischer[3]
Yasmin Saibro Da Silva[4]

Resumo
Introdução: o uso de jogos educativos, conhecido como game learning, tem se mostrado uma abordagem inovadora. Este trabalho explora como essas ferramentas podem contribuir para a diminuição dos estigmas associados à saúde mental, oferecendo uma maneira envolvente e eficiente de educação sobre temas psicológicos. Objetivo: o objetivo principal é avaliar como os jogos educativos podem ajudar a reduzir os estigmas relacionados à psicologia. Para isso, a pesquisa se propõe a: (1) analisar de que forma os jogos podem expandir o conhecimento sobre o tratamento em consultório; (2) verificar a eficácia dos jogos em engajar diferentes públicos com temas psicológicos; e (3) investigar como a natureza interativa dos jogos pode alterar percepções e atitudes em relação à saúde mental. Metodologia: a abordagem da pesquisa é mista. Inicialmente, será realizada uma revisão da literatura para avaliar a eficácia de jogos educativos focados em psicologia. Posteriormente, questionários serão aplicados e grupos focais serão conduzidos com participantes que utilizaram esses jogos, visando medir seu impacto. A análise dos dados será feita tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, com base nos critérios da psicologia e da educação. Resultados e conclusões: os resultados iniciais indicam que jogos educativos têm um impacto positivo na compreensão do tratamento e na redução dos estigmas associados. A interatividade dos jogos facilita o engajamento e promove uma visão real do processo. Os achados sugerem que, com a continuidade do desenvolvimento e aplicação desses jogos, é possível avançar na aceitação e conscientização sobre questões psicológicas, abrindo caminhos para futuras pesquisas.

Palavras-chave: estigmas; combate; game learning; interatividade.

1 Colégio La Salle. E-mail: vicentetrilha100@gmail.com.
2 Colégio La Salle. E-mail: luis.h.pinheiro@soulasalle.com.br.
3 Colégio La Salle. E-mail: fabio.fischer@soulasalle.com.br.
4 Colégio La Salle. E-mail: yasmin.saibro@soulasalle.com.br.

REFERÊNCIAS

ADDIS, Michael E.; MAZO, Rachael M. Men, masculinity, and help-seeking: a review of the literature. **American Psychological Association**, v. 9, n. 4, p. 223-235, 2010.

BECK, Judith S. **Cognitive therapy:** basics and beyond. New York: Guilford Press, 2011.

BROWN, Brené. **Dare to lead:** brave work. tough conversations. whole hearts. New York: Random House, 2018.

BUGESTE, Marinho; MATOS, Junior; FILHO, Salles; MADRIDFINCK. **Pedagogia do movimento:** universo lúdico e psicomotricidade. 2. ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

EAGLEMAN, David. **Incognito:** the secret lives of the brain. New York: Pantheon Books, 2011.

FRANKL, Viktor E. **Man's search for meaning**. Boston: Beacon Press, 2006.

JESUS, Ana Caroline Cunha; RODRIGUES, Brenda Mikaela Mendes Costa; MARTINS, Jacirema Pompeu. Jogos pedagógicos: ferramentas didáticas no processo de alfabetização na educação infantil: um artigo bibliográfico. **Anais do 3° Simpósio de TCC, das Faculdades FINOM e Tecsoma**. 2020; p. 1156-1173. Acesso em: 03 jun. 2024.

JUNG, Carl G. **Memories, dreams, reflections**. New York: Pantheon Books, 1963.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1994.

MANNIX, David. The importance of therapist gender in psychotherapy: a review. **Psychotherapy Research**, v. 18, n. 5, p. 514-526, 2008.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1986.

SOLOMON, Andrew. **The noonday demon:** an atlas of depression. New York: Scribner, 2001.

THOMPSON, E. H.; BOTTAM, J. Men's help-seeking for emotional support: a review of the literature. **American Journal of Men's Health**, v. 4, n. 2, p. 105-115, 2010.

VIAL, Claude; APRUD, Fabien. **A construção do conhecimento:** a teoria da aprendizagem em contexto. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

VIAL, Claude; APRUD, Fabien. **Didática e formação de professores:** uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

WESSELY, Simon. The role of mental health in health. **The Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 3, p. 186-188, 2016.

ZIMBARDO, Philip G.; CRAWFORD, John. **The psychology of health and illness**. New York: Pearson, 2017. 1.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Roger Lopes da Veiga[1]
Alessandra de Souza Pacheco[2]
Lais Braga Rohdt[3]

Resumo
Introdução: A infância e adolescência são fases nas quais torna-se fundamental identificar fatores de risco e proteção que têm sido associados a condições adversas, tais como as enchentes ocorridas no RS. Objetivo: Relatar as repercussões da situação de calamidade na saúde mental de crianças e adolescentes. Especificamente, buscou-se compreender os sentimentos e percepções de estudantes afetados direta e indiretamente por desastres climáticos. Metodologia: Trata-se de um estudo transversal, exploratório e descritivo. Participaram dessa investigação três turmas com total de 49 alunos, com idades entre 12 e 13 anos, cursando o ensino fundamental, de duas escolas públicas da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Foram realizados grupos focais, cujos resultados foram gravados e transcritos, submetidos à análise de conteúdo qualitativa de Bardin. Resultados e Conclusões: Os resultados preliminares foram organizados em categorias acerca das repercussões da enchente na saúde mental dos estudantes. Os participantes apresentaram sentimentos ambivalentes acerca das cheias. Os alunos que não foram atingidos diretamente, mas cujas famílias ofereceram abrigo em suas casas, sentiram dificuldades com as mudanças pela ocupação dos espaços, mas relataram compreender tanto a necessidade de empatia como de repensar as políticas públicas para a população. Os estudantes afetados descreveram sentimentos que variaram de tristeza, medo, raiva, terror, ansiedade, desespero por perder a casa, mas de satisfação com o retorno ao lar e à escola. Compreender fatores que impactam a saúde mental na infância e adolescência pode contribuir para o planejamento de futuras intervenções nessa fase do ciclo vital, incluindo o cenário de emergências e desastres.

Palavras-chave: infância; adolescência; enchentes; saúde mental; psicologia.

1 Universidade La Salle. E-mail: roger.200520040@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: alessandra.202010335@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: Lais.202211375@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

HIERONIMI, Annika et al. A Germany-wide survey of caregiving professionals on climate change and mental health of children and adolescents: factors influencing their relevance rating of extreme weather event-associated mental health impairments. **BMC Public Health**, v. 24, n. 120, 2024.

HIERONIMI, Annika et al. Mental Health in adolescents after experiencing a flood in Bavaria Germany - A qualitative interview study. **Frontiers in Public Health**, v. 11, p. 1210072, 2023.

HIERONIMI, Annika et al. A Qualitative Study to Explain the Factors Influencing Mental Health after a Flooding. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 20, n. 1, p. 134, 2023.

OLIVEIRA, Dafne Rosane. **Crianças em situações de riscos e desastres:** Atenção Psicossocial, Saúde Mental e Direitos Humanos. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo; 2018.

ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS PSICOTERAPÊUTICAS EM CONTEXTO DE CALAMIDADE CLIMÁTICA: UM ESTUDO BASEADO NAS EXPERIÊNCIAS DE ESTAGIÁRIOS DO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE LA SALLE CANOAS

Lucas Almeida Pies[1]
Renan da Costa Ferreira[2]
Bruna Rodrigues Cardoso[3]
Marcelino Diego Martins Dorneles[4]
Rachel Alamino Binotti[5]

Resumo
O presente trabalho compreende as experiências vivenciadas pelos estagiários do Serviço-escola de Psicologia da Universidade La Salle Canoas frente às consequências da situação climática ocorrida no mês de maio de 2024, em especial na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul. Objetiva-se realizar uma análise crítica do manejo empregado nas práticas de cuidado adotadas durante o período de calamidade, bem como o papel da Psicologia diante do sofrimento coletivo e individual experienciado durante a tragédia climática. Inicialmente, estruturou-se uma revisão de literatura para fornecer uma base teórica e contextualizar a discussão. O ensaio teórico-crítico caracteriza a metodologia adotada, visto que permite explorar um tema sem a pretensão de esgotá-lo. Este tipo de estudo se caracteriza pela sua abordagem reflexiva e interpretativa, bem como pela relação qualitativa dos autores com o objeto de análise. Entende-se que a elaboração do sujeito se dá de forma não-linear, subjetiva e anacrônica. Sendo assim, a dimensão do sofrimento precisa de espaço para ser compartilhada. Compreende-se que os sofrimentos decorrentes da catástrofe climática geram um impacto no campo da relação singular entre indivíduos e psicoterapeutas. As emergências advindas da situação climática introduzem novas demandas ao processo terapêutico, exigindo dos terapeutas um manejo que seja sensível e adequado ao contexto de crise. Esses cenários impõem desafios únicos ao terapeuta, que deve reconsiderar as abordagens tradicionais de cuidado em face das complexidades das emergências climáticas, especialmente quando ele próprio também pode ser afetado.

Palavras-chave: calamidades climáticas; serviço-escola de psicologia; experiências; psicoterapia; cuidado.

1 Universidade La Salle. E-mail: lucas.202020087@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: renan.200910331@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: bruna.201810803@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: marcelino.201910619@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: rachel.201810195@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. *In*: ADORNO, W.T. **Notas de literatura I**. São Paulo, Editora 34, 2003. p. 15-45.

BIRMAN, Joel. **Sujeito na contemporaneidade:** espaço, dor e desalento na atualidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e **Pesquisas sobre Desastres**. Gestão de risco e de desastres: contribuições da psicologia. Curso à distância. Florianópolis: CEDEP, 2010.

CARRETEIRO, I. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

COUTO, Melissa. **Apoio psicossocial em situação de emergências e desastres**, Porto Alegre, 2019

MOLINA, R. A psicologia das emergências e desastres e compromisso social: a experiência latino-americana. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (ed.), **Psicologia de emergências e desastres na América Latina:** promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 87-94.

EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL NA CULTURA DO TABACO SECO: UMA AVALIAÇÃO ATRAVÉS DO TESTE DE MICRONÚCLEOS EM MUCOSA ORAL

Luana Werner Dutra[1]
Juliana da Silva[2]
Ana Leticia Garcia Hilario[3]
Daiana Dalberto[4]
Ana Carolina Alves de Oliveira[5]

Resumo
O cultivo do tabaco no Sul do Brasil é socioeconomicamente relevante, demandando grande quantidade de mão de obra. No entanto, o trabalho expõe os fumicultores a agentes prejudiciais, como pesticidas e nitrosaminas, que podem afetar a saúde. Este estudo avaliou os efeitos genotóxicos desses agentes na mucosa oral dos trabalhadores durante a classificação do tabaco seco, utilizando o teste de micronúcleos. Foram analisadas amostras de 40 indivíduos, divididos em grupos expostos (20) e controles (20), coletadas entre janeiro e março de 2023 nas cidades de Santa Cruz do Sul e Sobradinho (RS). Células da mucosa oral foram coletadas e analisadas quanto a células binucleadas (BN), micronúcleos (MN) e brotos nucleares (BUD). Até o momento, os resultados mostram um aumento significativo de MN nas mulheres expostas, indicando fragmentos cromossômicos originados de quebras de DNA. Para BUD, tanto em mulheres quanto em homens, os dados sugerem instabilidade genética e erros na segregação cromossômica. Comparando todos os expostos com todos os controles, houve diferenças significativas em BN, MN e BUD, sugerindo falhas na citocinese, danos ao DNA e instabilidade cromossômica, respectivamente. Esses resultados indicam que os componentes do tabaco seco podem estar contribuindo para danos ao DNA dos trabalhadores expostos.

Palavras-chave: mucosa oral; tabaco seco; exposição ocupacional; genotoxicidade.

1 Universidade La Salle. E-mail: luanawdutraa16@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: juliana.silva@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: ana.garcia@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: daiana.dalberto@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETTO D. *et al*. Caracterização da Fumicultura no Município de Pelotas-RS. **Rev Bras Agrocien**., v. 6, p. 171-5, 2000.

Ahmed W, and Lingner J. Impact of oxidative stress on telomere biology. **Differentiation**, v. 99, p. 21-7, 2018.

ALI, T. *et al*. Pesticide genotoxicity in cotton picking women in Pakistan evaluated using comet assay. **Drug Chem Toxicol**., v. 41, p. 213-20, 2018

ALKAM T.; NABESHIMA T. Molecular mechanisms for nicotine intoxication. **Neurochem Int**., v. 125, p. 117-26, 2019.

ALVES J. S. *et al*. Impact of nicotine-induced green tobacco sickness on DNA damage and the relation with symptoms and alterations of redox status in tobacco farmers. **Ecotoxicol Environ Saf**., v. 206, p. 111397, 2020.

ANGERER J.; EWERS U.; WILHELM M. Human biomonitoring: State of the art. **Int J Hyg Environ Health**., v. 210, p. 201-28, 2007.

ARABI M. Nicotinic infertility: assessing DNA and plasma membrane integrity of human spermatozoa. **Andrologia**, v. 36, p. 305-10, 2004.

ARGENTIN G.; CICCHETTI R. Genotoxic and antiapoptotic effect of nicotine on human gingival fibroblasts. **Toxicol Sci**., v. 79, p. 75-81, 2004.

Azqueta A. et al. Application of the comet assay in human biomonitoring: An hCOMET perspective. **Mutat Res/Rev Mutat Res**., v. 783, p. 108288, 2020.

BARNES RP.; FOUQUEREL E.; OPRESKO PL. The impact of oxidative DNA damage and stress on telomere homeostasis. **Mech Ageing Dev**., v. 177, p. 37-45, 2019.

Barr J. *et al*. Adaikkappan Periyakaruppan and Govindarajan T. Ramesh Nicotine induces oxidative stress and activates nuclear transcription factor kappa B in rat mesencephalic cells. **Mol Cel Biochem**., v. 297, p. 93-99, 2007.

BHISEY, R. A. *et al.* Biological monitoring of bidi industry. workers occupationally exposed to tobacco. **Toxicol Lett**., v. 108, p. 259-65, 2018.

BOLOGNESI C.; HOLLAND N. The use of the lymphocyte cytokinesis-block micronucleus assay for monitoring pesticide-exposed populations. **Mutat Res**., v. 770, p. 183-203, 2016.

A DEFINIÇÃO DE NATUREZA POR CRIANÇAS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE SEU SIGNIFICADO

Isadora Casal Dalla Lasta[1]
Eduarda Luiza Freitas Oliveira[2]
Enzo Tiecher Ferrite[3]
Thainá Sanhudo de Oliveira[4]
Gabriela Azevedo Marta[5]
Maria Eduarda Zambelli[6]

Resumo
A Conexão com a Natureza (CN) pode ser considerada um construto caracterizado por vínculo afetivo com o ambiente natural. Essa ligação deve ser estimulada desde a infância e pode se relacionar com comportamentos de proteção ambiental. Neste estudo, objetivou-se descrever como as crianças definem o conceito de natureza. Os procedimentos éticos adotados foram a entrega dos Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE/TALES) para a autorização dos alunos em responder esta pesquisa. Participaram do estudo 44 estudantes, com idades entre 09 e 11 anos (29 meninos e 15 meninas), matriculados no 4º ano de uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Canoas/RS. Para compreender sua construção de natureza, solicitou-se que respondessem à pergunta: o que é natureza para você? em um desenho livre, uma entrevista semi-estruturada sobre o desenho e a escrita de palavras-chave que representassem o conceito de natureza. Com delineamento qualitativo de pesquisa, os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin, buscando agrupar os dados em categorias temáticas, verificar a frequência de aparição das mesmas. Como resultado, as categorias que caracterizam a natureza para estes participantes foram Elementos naturais, Emoções positivas, Comportamentos e Elementos Inanimados. Pode-se constatar que o conceito de natureza está relacionado a uma construção idealizada e convencional, embora tenha sido possível identificar emoções positivas e comportamentos de cuidado em relação ao meio ambiente. Com a pesquisa, entende-se que as crianças tem repertório para conectar-se e compreender seu lugar junto a natureza como agente de cuidado.

Palavras-chave: conexão com a natureza; análise de conteúdo; compreensão de natureza.

1 Universidade La Salle. E-mail: isadora.201910255@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: eduarda.202312864@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: enzo.202211204@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: thaina.202212866@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: gabriela.202210486@unilasalle.edu.br.
6 Universidade La Salle. E-mail: maria.202313201@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ELALI, G. A. O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. **Estudos De Psicologia** (Natal), v. 8, n. 2, p. 309–319, 2003. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200013.

DUTRA, G. K. M.; HIGUCHI, M. I. G. Environmental perceptions of children who live in degraded spaces in the Amazon. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, e00871, 2018. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0097r1vu18L3AO.

HIGUCHI, M. I. G.; CALEGARE, M. G. A. Percepções dos comunitários sobre a floresta amazônica, áreas verdes e manejo florestal. *In*. HIGUCHI, M.I.G.; FREITAS, C.C.; HIGUCHI, N. (ed.). **Morar e Viver em Unidades de Conservação do Amazonas:** considerações socioambientais para os planos de manejo. Manaus: Edição dos Autores, 2013. p. 213-232.

AUTISMO E A ENCHENTE DO RS: LUTOS SOBREPOSTOS

Viviane Cristina de Mattos Battistello[1]

Resumo
O presente trabalho objetivou refletir sobre os processos de lutos sobrepostos, a partir de questões levantadas na observação de estágio do curso de Psicologia, constituído em um estudo de caso de uma família que vivencia o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os impactos da perda da casa e seus pertences pela enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. A família identificada é participante do projeto social Água Azul, que oferta atividades aquáticas para pessoas com TEA e suporte multidisciplinar para as famílias dos participantes, por uma equipe técnica composta por psicóloga, psicopedagoga, pedagoga, fonoaudióloga, professores de educação física, estagiários e voluntários de iniciação científica. A metodologia teve como base a investigação epistemológica dos conceitos: luto e catástrofe, a luz do pensamento psicanalítico de Freud e Ferenczi. Os resultados apontaram que a desautorização social do luto é um fator de vulnerabilidade ao trauma a ser superado. Ademais, a partir da experiência do estágio em Psicologia, evidenciou-se que o luto sobreposto tornou-se realidade para muitas famílias assoladas pela enchente de maio de 2024 no RS, que já conviviam com os desafios frente ao diagnóstico de TEA. Conclui-se que tais experiências, vivenciadas por essas famílias, forçam uma transformação representando uma súbita mudança de rumo diante dos confrontos enfrentados, a superação dos estados de negação de transitoriedade, colocando-as em busca de novas formas de valorizar e investir no bem-viver.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista (TEA); luto; inclusão social.

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Fifth Edition. DSM-5-TR. Washington: American Psychiatric Publishing, 2022.

CDC- Centro de Controle e Prevenção de Doenças, GA, 2023. Disponível em: https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html. Acesso em: 20 abr. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: viviane.201111463@unilasalle.edu.br.

FERENCZI, S. Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade.1924 *In*: OBRAS COMPLETAS - Psicanálise III. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FREUD, S. Luto e Melancolia. *In*: FREUD, S. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1917). 2011.

HERZOG, Regina; C MARA, Leonardo. Ferenczi e a catástrofe: ruptura dos limites. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 62-77, dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912021000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, K.P.H; RABÊLO, F.C. A escrita da história e do luto nas catástrofes coletivas. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 11, n. 3supl, p. 28-44, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072020000400003. Acesso em: 13 jun. 2024.

RETRATOS DO AUTISMO NO BRASIL, 2023-Um estudo Genial Care e Tismoo.me sobre pessoas autistas e famílias no Brasil. Genial Care e Tismoo.me. Disponível em: https://genialcare.com.br/materiais-ricos/retratos-do-autismo-brasil-2023/. Acesso em: 25 jun. 2024.

SPROVIERI, M.H.S.; ASSUMPÇÃO Jr; FRANCISCO B.. Dinâmica familiar de crianças autistas. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria** [online], v. 59, n. 2, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0004-282X2001000200016. Acesso em: 13 jun. 2024.

ESTUDANTES E PROFISSIONAIS UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CONHECIMENTOS EM PSICOPATOLOGIA DESCRITIVA

Anghelis Silveira dos Santos[1]

Resumo

Introdução: A psicopatologia descritiva é responsável pela descrição, definição e classificação dos sinais, da estrutura dos sintomas e das síndromes mentais. Dados podem facilitar a identificação de gaps nos projetos político pedagógicos das universidades, nos cursos superiores de psicologia. Objetivo: comparar conhecimentos de estudantes e profissionais da psicologia. Método: Os dados foram coletados por meio de um formulário online, composto por Questionário sociodemográfico e de Conhecimentos em Psicopatologia Descritiva e analisados através do programa SPSS versão 25. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unilasalle. Resultados: Participaram 100 pessoas, sendo apenas 15% profissionais da psicologia. 91,9% tiveram disciplinas relacionadas à psicopatologia descritiva durante a graduação e a maioria teve apenas duas com esse enfoque (36,4%). 93% utilizaram manuais diagnósticos como a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5-TR) ao longo de sua formação. Discussão: Uma possível explicação para inseguranças recai na dificuldade de diferenciar sinais e sintomas, uma vez que a maioria desses pacientes apresenta comorbidades até 50% equivalentes entre diferentes diagnósticos. Identificaram-se falhas importantes na literatura em relação ao modelo de diagnóstico categórico atual, como comorbidades diagnósticas, cobertura inadequada, heterogeneidade e incapacidade de retratar a especificidade dos transtornos. Estudos indicam que modelos dimensionais de diagnóstico podem ajudar a diminuí-las, fornecendo melhores orientações para a prática clínica e gerando um grau de confiabilidade razoável e bom embasamento científico. Conclusão: O presente estudo evidencia que existem certas lacunas no conhecimento para diferenciação dos sinais e sintomas de psicopatologias.

Palavras-chave: psicologia; psicopatologia descritiva; transtornos mentais; ansiedade; depressão.

1 Universidade La Salle. E-mail: anghelis.202010584@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. *et al*. Associação Entre Sintomas Depressivos, Ansiosos e Criatividade em Crianças: Um Estudo Exploratório Brasileiro. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 13, n. 1, p.22-40, 2021.

CHENIAUX, E. Psicopatologia descritiva: existe uma linguagem comum? **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 27, n. 2, p. 157–162, 2005.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Dados eletrônicos. Artmed, 2008.

FERNANDES, C.S.; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V.R. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, p. e200027, 2020.

GOMES, A.A.A.D.; BENEVIDES, L.S. **As contribuições do modelo de classificação dimensional dos Transtornos de personalidade do DSM V:** uma revisão da literatura. Monografia (Graduação em Medicina) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, 2019.

Marin, A.H. *et al*. Delineamentos de Pesquisa em Psicologia Clínica: Classificação e Aplicabilidade. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 41. p. e221647, 2021.

RIBEIRO, S.L.; LUZIO, C.A. As diretrizes curriculares e a formação do psicólogo para a saúde mental. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 2, p. 202-220, 2008.

MUDANÇA NA INTENÇÃO DE COMPRA COMO CONSEQUÊNCIA DE MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS OCASIONADAS PELAS ENCHENTES NO RS

Fernanda Veadrigo Irber[1]
Rosangela Maria Borges do Prado Listkoski[2]
Camile Rosa de Souza[3]
Grayce de Castro Couri[4]
Maria de Lourdes Borges[5]

Resumo
ncia de memórias traumáticas ocasionadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, entre abril e maio de 2024. A imprevisibilidade da ocorrência do desastre e o perigo iminente, seja este físico ou emocional, provoca a sensação de vulnerabilidade, sofrimento e estresse. O trauma pode tomar conta da vivência de quem foi atingido, sendo um marco da memória coletiva da comunidade impactada pelo desastre. Em uma sociedade na qual o discurso do consumo é o protagonista das relações, torna-se importante entender o modo como esse discurso influencia cada pessoa, olhando para suas relações nos mais diversos sentidos e considerando suas percepções no cenário pós-desastre. Por meio da metodologia de pesquisa qualitativa, que se encontra em andamento, estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas atingidas direta ou indiretamente pela tragédia climática no RS. Até o presente momento, foram realizadas cinco entrevistas. Os dados foram analisados conforme a Análise Temática pela abordagem "Reflexive". Resultados parciais indicam que a mudança na perspectiva de vida pode levar à mudança na intenção de compra. A modificação na intenção de compra também foi percebida como decorrente da prioridade em adquirir bens materiais considerados essenciais devido às perdas. Entretanto, nem todos os atingidos relataram que sua perspectiva de vida ou intenção de compra mudou, aspectos como resiliência e baixo nível de consumo antes da enchente foram salientados nesses casos. Destaca-se a evidência de sintomas de ecoansiedade nos entrevistados.

Palavras-chave: enchente; emergências e desastres; Rio Grande do Sul; intenção de compra; memórias traumáticas.

1 Universidade La Salle. E-mail: fernanda.202210714@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: rosangela.202121360@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: camile.202121515@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: grayce.202210223@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

BRAUN, V.; CLARKE, V.. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2006-06991-002. Acesso em: 05 ago. 2024.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo:** comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBUGRAS, Samantha S.; WERLANG, Bianca S. G.; PARANHOS, Mariana E. Intervenção em crise. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 4, n. 1, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872008000100008&script=sci_arttext. Acesso em 15 ago. 2024

GUATTAR, F, ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes; 1986.

MARTINS, José C. de O. *et al*. Sobre ter e ser a partir das coisas: reflexões sobre consumo, subjetividade e satisfação no tempo livre. **Rev. Mal-estar e Subjetividade**, v. 13, n.3-4, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000200007. Acesso em: 01 ago. 2024.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. Psicologia nas Emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 2, n. 35, p. 557-571, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/jKSKSLjXRPsRyKdcN35NVZr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, Marcela A. de L.; SOL, Núncio A. A.; MODENA, Celina M. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. **Saúde Debate**, v. 44, n. especial 2., p. 262-271, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNYv4Mw6gvDHBBsvT7vrhMQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 15 ago. 2024.

SOUZA, Luciana K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005. Acesso em 05 ago. 2024.

HEURÍSTICAS E SUA INFLUÊNCIA NA VISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM ALUNOS DA UNIVERSIDADE LASALLE

Abmael Nadson Cunha da Costa[1]
Ana Paula Alves Barbosa[2]
Kenny Milany Lima da Luz[3]

Resumo
As heurísticas são atalhos cognitivos que simplificam o processo de tomada de decisão, mas, por vezes, resultam em tendências preconceituosas sustentadas pelo senso comum. Neste experimento, analisamos a influência das heurísticas de representatividade e disponibilidade para entender como as pessoas tomam decisões e fazem julgamentos relacionados ao sistema de ensino básico e às oportunidades futuras proporcionadas aos alunos de escolas públicas e privadas. A partir da literatura existente e de uma pesquisa com alunos da Universidade La Salle, foram definidos, respectivamente, um conjunto de profissões associadas à classe baixa e outro de profissões elitistas. Os dados foram adquiridos por meio de questionários no Google Forms, onde utilizamos dois vídeos, um de escola pública e outro de escola privada, para investigar se apenas a nomeação da rede de ensino, independentemente do conteúdo do vídeo, geraria respostas desiguais. Todos os alunos de graduação da Universidade La Salle estavam aptos a participar da pesquisa, a qual contou com 100 participantes, divididos igualmente em quatro grupos. De fato, as profissões elitistas foram mais associadas às escolas da rede privada, mesmo quando os participantes foram expostos a um vídeo representando uma escola pública (apresentada como particular). No entanto, esse percentual diminui ao analisarmos os dados dos participantes que estudaram integralmente na rede pública. Este experimento representa nossa primeira experiência com pesquisa científica na graduação, além de estabelecer uma base para um campo de estudo que abrange heurísticas e a visão da sociedade sobre a educação básica brasileira.

Palavras-chave: psicologia social; classismo; heurística de representatividade; heurística de disponibilidade; educação básica.

1 Universidade La Salle. E-mail: abmael.202313148@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: ana.202313149@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: kenny.202312885@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SEGUNDO, D. S. de. **Examinando disparidades na sentença:** vieses e categorização grupal por motivações ideológicas e de preconceito. Repositorio.ufc.br, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40154. Acesso em: 26 ago. 2024.

ANGELONI, M. T. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 17–22, abr. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/3RVhpdpmmsgkwCxtCC6sXkt/?lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2024.

CIARELLI, G.; ÁVILA, M. A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 3, p. 541–562, jun. 2009.

GAZZANIGA, M.; HEATHERTON, T.; HALPERN, D. **Ciência Psicológica**. [s.l.] Artmed, 2017.

KUKLINSKI, J. H.; QUIRK, P. J. **Reconsidering the Rational Public:** Cognition, Heuristics, and Mass Opinion. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/elements-of-reason/reconsidering-the-rational-public-cognition-heuristics-and-mass-opinion/6FE2552D7ED91D14B2F2F95002B4D32F. Acesso em: 26 ago. 2024.

SUXBERGER, R. Z. J. **Nem solução nem decisão:** heurísticas e vieses cognitivos = No solution nor decision: heuristics and cognition biases. bdjur.stj.jus.br, v. 14, 2022. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/167476. Acesso em: 26 ago. 2024.

TONETTO, L. M.; KALIL, L. L.; MELO, W. V.; SCHNEIDER, D. D. G.; STEIN, L. M. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 23, n. 2, p. 181–189, jun. 2006.

VIS, B. Heuristics and Political Elites' Judgment and Decision-Making. **Political Studies Review**, v. 17, n. 1, p. 41–52, fev. 2018.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO LUTO POR ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Mariana Assumpção Machado[1]

Resumo
A presença de animais de estimação nos lares contemporâneos tem observado um crescimento expressivo, e esta interação tem sido relacionada a diversos benefícios diretos e indiretos à saúde humana. A relação entre os tutores e seus animais é frequentemente comparada a uma relação filial ou a um vínculo familiar próximo. Consequentemente, sentimentos de luto são esperados após o falecimento desses animais. O objetivo deste estudo foi analisar as diferentes formas de avaliação do luto pela morte de um animal de estimação utilizadas até o momento, bem como as técnicas e instrumentos disponíveis. Para isso, foi utilizado o método da revisão integrativa da literatura, onde os passos propostos por Mendes et al. (2008) foram seguidos. A busca na literatura resultou em nove artigos, demonstrando que esta ainda é uma área relativamente inexplorada. A análise evidenciou a escassez de instrumentos desenvolvidos especificamente para a avaliação deste tipo de luto, com uma única escala encontrada com este propósito. A qualidade deste instrumento e a importância da adaptação do mesmo para o contexto brasileiro foram discutidas. Ao final, foram sugeridas questões complementares que, quando utilizadas em conjunto com a escala encontrada, proporcionam uma avaliação mais abrangente do luto pela morte de animais de estimação.

Palavras-chave: luto; pets; avaliação; psicologia; animais de estimação; escala.

REFERÊNCIAS

Cleary, M. et al. (2021). Grieving the loss of a pet: A qualitative systematic review. **Death Studies**, v. 46, n. 9, p. 2167–2178, 2021.

GLOBAL TRENDS IN THE PET POPULATION. (2022, janeiro 28**). Health for Animals**. Disponível em: https://healthforanimals.org/reports/pet-care-report/global-trends-in-the-pet-population. Acesso em: 20 mar. 2024.

HUNT, M.; PADILLA, Y. (2006). Development of the Pet Bereavement Questionnaire. **Anthrozoös**, v. 19, n. 4, p. 308–324, 2006.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: machado.marianaa@hotmail.com.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto** - Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2021.

PARK, R. M.; ROYAL, K. D.; GRUEN, M. E. A Literature Review: Pet Bereavement and Coping Mechanisms. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 26, n. 3, 285–299, 2021.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA SAÚDE: O PAPEL DAS IES EM SEU COMPROMISSO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alessandra de Souza Pacheco [1]

Caroline Ferreira Machado [2]

Resumo

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) foi instituído pelas portarias n° 421 e n 422 em março de 2010, criado pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, com a proposta de integrar ensino-serviço-comunidade, tendo como centro as Instituições de Ensino Superior(IES) e as Secretarias de Saúde estaduais, distritais e municipais. O programa visa contribuir com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), o desenvolvimento dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde(SUS) e o aprimoramento das práticas do corpo docente e discente das IES com a comunidade. Participam do projeto os alunos das IES, profissionais da direção científica da instituição de saúde, professores coordenadores de eixos temáticos, professores tutores acadêmicos e preceptores do serviço de saúde de onde são realizadas as ações. Alinhado com a pauta de Equidade da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) O PET-Saúde Equidade trabalha a valorização das trabalhadoras de saúde levando em consideração o recorte social de gênero, etnia, raça, sexualidade, identidade de gênero e deficiências. Os professores e alunos que participam do projeto formam uma equipe multiprofissional, isto é, diversos cursos da área da saúde e das ciências sociais, levando em conta o conceito de saúde para além do modelo biomédico. Dentro das atividades que o projeto realiza, estão presentes grupos focais, capacitações para a comunidade, cursos destinados aos profissionais de saúde, palestras sobre temas pertinentes às trabalhadoras e a sensibilização de temas emergentes em saúde pelos conteúdos informativos nas redes sociais.

Palavras-chave: PET-saúde; equidade; comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **Educação pelo Trabalho para a Saúde**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pet-saude. Acesso em: 22 ago. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: alessandra.202010335@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: caroline.201910430@unilasalle.edu.br.

BRASIL. Ministério da saúde. **Sobre a 11ª edição do PET-Saúde**. Disponível em: https://petsaude.org.br/sobre/sobre-a-11-edicao-do-pet-saude. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da saúde. **Oficina nacional do PET-saúde equidade**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/eventos/oficina-nacional-do-pet-saude-equidade. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOBRE AS RECORDAÇÕES LEVADAS PELA INUNDAÇÃO: OS IMPACTOS DA ENCHENTE NA MEMÓRIA AFETIVA

Camile Rosa de Souza[1]
Grayce de Castro Couri[2]
Fernanda Veadrigo Irber[3]
Rosangela Maria Borges do Prado Listkoski[4]

Resumo
Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas que causaram alagamentos na maior parte do estado, inundando e devastando 478 das 497 cidades. Diante dessa catástrofe, este estudo, que se encontra em desenvolvimento, tem como objetivo analisar como as perdas materiais provocadas pela enchente impactaram na memória afetiva de atingidos pela inundação. As memórias afetivas formam o arquivo biográfico da vida emotiva de cada indivíduo, que se difere por gravar não apenas fatos e objetos, mas as emoções relacionadas a eles. Durante a enchente, diversos artefatos que simbolizavam recordações repletas de emotividade foram destruídos. A abordagem metodológica utilizada para esse trabalho foi qualitativa, utilizando-se de dados primários de 3 entrevistas realizadas com pessoas atingidas pela enchente, e dados secundários publicados em sites de notícias (11 relatos). Os dados foram analisados de acordo com a análise temática: (a) perda de objetos memoriais e (b) impacto emocional. As análises indicaram sofrimento emocional relacionado com a perda de objetos pessoais, como fotografias, artigos religiosos entre outros. Esse sofrimento evidencia a relevância e o impacto das perdas de elementos memoriais, que estão relacionados com a história de vida desses indivíduos. Os resultados parciais apontaram que as perdas provocadas pela enchente impactaram na memória afetiva de pessoas atingidas, destruindo objetos que simbolizavam a trajetória de vida de cada um.

Palavras-chave: enchente; Rio Grande do Sul; objetos; memória afetiva;.

1 Universidade La Salle. E-mail: camilecruz999@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: grayce.202210223@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: fernanda.202210714@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: rosangela.202121360@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, B. V. N. de O.; COSTA, R. X. da. Memória Afetiva na era da Fotografia. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 21., 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2019. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0821-1.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

NERY, Olivia Silva. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 10, n. 17, jul./dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318285965_Objeto_memoria_e_afeto_uma_reflexao. Acesso em: 06 ago. 2024.

SOUZA, L. K. DE. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt. Acesso em: 06 ago. 2024.

PERCEPÇÃO TECNOLÓGICA ACERCA DA INSERÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Maria Eduarda Comassetto[1]

Resumo
A interseção entre a Psicologia e a tecnologia pode gerar avanços promissores, mas é crucial manter prudência em relação a esses desdobramentos. O número de pessoas com diagnósticos psicológicos continua a crescer, e no Brasil, devido às desigualdades sociais, há frequentemente uma falta de recursos e profissionais nas áreas que mais necessitam de avaliação e suporte adequados. Este artigo examina a Inteligência Artificial (IA) e a Avaliação Psicológica (AP). O objetivo principal é explorar os desafios e as vantagens da integração da IA no processo de AP no Brasil. Para isso, foi conduzida uma entrevista estruturada com três sistemas de IA. Os dados obtidos foram analisados e organizados em novas categorias temáticas. Os achados destacaram vantagens significativas, como a telepsicologia, o acesso facilitado a áreas remotas, o uso de ferramentas para monitoramento de humor, a aplicação de realidade virtual, e o emprego de técnicas avançadas para mapear e entender a atividade cerebral. Por outro lado, as limitações identificadas incluem a privacidade dos dados, o risco de violações, a dificuldade em proporcionar uma compreensão empática, e questões relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio para que o processo seja benéfico e seguro para o paciente, levando em consideração seu bem-estar físico, mental e cibernético.

Palavras-chave: tecnologia; psicologia; desafios; vantagens.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 11/2018**. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º11/2012. Brasília, DF; Conselho Federal de Psicologia, 2018.

EYSENCK, Michael W.; EYSENCK, Christine. **Inteligência artificial x humanos:** o que a ciência cognitiva nos ensina ao colocar frente a frente a mente humana e a IA. Artmed Editora, 2023.

1 Universidade La Salle. E-mail: mariaeduardacomassetto@gmail.com.

FEIJÓ, Luan Paris; SILVA, Nathália Bohn; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Experiência e formação profissional de psicoterapeutas psicanalíticos na utilização das tecnologias de informação e comunicação. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 38, p. 249-261, 2018.

FRANCO, Víthor Rosa. Aprendizado de Máquina e Psicometria: Inovações Analíticas na Avaliação Psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 20, n. 3, p. a-c, 2021.

JIMÉNEZ, F.; González, K. Reflexiones en torno a las TIC's y el Psicodiagnóstico en Habilidades y Competencias Parentales. **Revista Sul-Americana de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 63-82, 2021.

LI, Han *et al*. Systematic review and meta-analysis of AI-based conversational agents for promoting mental health and well-being. **NPJ Digital Medicine**, v. 6, n. 1, p. 236, 2023.

LUXTON, David D. An introduction to artificial intelligence in behavioral and mental health care. In: Artificial intelligence in behavioral and mental health care. **Academic Press**, p. 1-26. 2016.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26, p. 149-158, 1991.

MARASCA, Aline Riboli et al. Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200085, 2020.

MCCORD, Carly et al. A consolidated model for telepsychology practice. **Journal of Clinical Psychology**, v. 76, n. 6, p. 1060-1082, 2020.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

MOREIRA, Marco A.; ROSA, Paulo R. S. **Pesquisa em Ensino:** Métodos Qualitativos e Quantitativos. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/~moreira/Subsidios11.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

MUNIZ, Monalisa. Ética na avaliação psicológica: velhas questões, novas reflexões. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 38, p. 133-146, 2018.

OBERMEYER, Ziad et al. Dissecting racial bias in an algorithm used to manage the health of populations. **Science**, v. 366, n. 6464, p. 447-453, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/Organização Mundial de Saúde – **OPAS/OMS**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/9-6-2023-saude-mental-deve-estar-no-topo-da-agenda-politica-pos-covid-19-diz-relatorio-da. Acesso em 24 mar. 2024.

PASQUILI, Luiz. Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. In: Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. 1999. p. 306-306.

PRIMI, Ricardo. Avaliação psicológica no século XXI: De onde viemos e para onde vamos. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 38, p. 87-97, 2018.

REIPS, Ulf-Dietrich *et al*. **Methodological challenges in the use of the Internet for scientific research:** Ten solutions and recommendations. Studia Psychologica, 2015.

RICHENS, Jonathan G.; LEE, Ciarán M.; JOHRI, Saurabh. Improving the accuracy of medical diagnosis with causal machine learning. **Nature communications**, v. 11, n. 1, p. 3923, 2020.

ROSENFIELD, Natalia Stewart. **Gaining Computational Insight into Psychological Data:** Applications of Machine Learning with Eating Disorders and Autism Spectrum Disorder. 2020.

ROY, Arunima et al. A machine learning approach predicts future risk to suicidal ideation from social media data. **NPJ digital medicine**, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2020.

SHATTE, Adrian BR; HUTCHINSON, Delyse M.; TEAGUE, Samantha J. Machine learning in mental health: a scoping review of methods and applications. **Psychological medicine**, v. 49, n. 9, p. 1426-1448, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Outros números do Informe Rural ETENE: ANO, v. 3, p. 25, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, 2004.

VICARI, Rosa Maria. Influências das Tecnologias da Inteligência Artificial no ensino. **Estudos Avançados**, v. 35, p. 73-84, 2021.

WARRIER, Uma; WARRIER, Aparna; KHANDELWAL, Komal. Ethical considerations in the use of artificial intelligence in mental health. **The Egyptian Journal of Neurology, Psychiatry and Neurosurgery**, v. 59, n. 1, p. 139, 2023.

ZANIN, Daniela Sacramento et al. Desafios da Avaliação Psicológica no Brasil: Nova Realidade, Velhas Questões. **Avaliação Psicológica**, v. 21, n. 4, p. 407-417, 2022.

ZHOU, Sijia; ZHAO, Jingping; ZHANG, Lulu. Application of artificial intelligence on psychological interventions and diagnosis: an overview. **Frontiers in Psychiatry**, v. 13, p. 811665, 2022.

ZHOU, Xinyu et al. Comparative efficacy and acceptability of psychotherapies for depression in children and adolescents: A systematic review and network meta?analysis. **World psychiatry**, v. 19, n. 2, p. 225-236, 2020..

UMA ANÁLISE HUMANISTA SOBRE O BULLYING NA ATUALIDADE. PERSPECTIVAS E OLHARES ATRAVÉS DA CONCEPÇÃO DO TEATRO INVISÍVEL E A TRÍADE ROGERIANA

Alana da Fonseca Jorge[1]

Marcia dos Santos Francisco Lara[2]

Resumo

Este ensaio, tem por objetivo desvelar as questões recorrentes ao bullying em sala de aula, buscando sanar a pergunta que permeia este ensaio: Como podemos trabalhar as questões de bullying relacionando a terapia humanista em sala de aula? Tais ações ocorrerão tendo como embasamento teórico o conceituado psicólogo Carl Rogers, onde iremos abordar a tríade rogeriana bem como os estudos epistemológicos da psicologia no cenário humanista. Iremos trabalhar com a técnica do teatro do oprimido ou teatro do invisível, onde iremos ter a participação de adolescentes que não estão vinculados a universidade. Esta técnica nos permitirá embasar nosso estudo abordando o bullying de forma que todos não percebam tal encenação, e permitirá que a partir desta, consigamos permear o assunto em epígrafe. Cabe ainda observar a responsabilidade objetiva dos pais pela prática ilícitas cometidas pelos filhos menores de 18 anos, responsabilidade esta, que adentram o campo do dano moral, causando prejuízo financeiro à família, não podendo aqueles se eximir dos encargos financeiros suportados por sentença condenatória afastando-se das consequências punitivas.

Palavras-chave: bullying; humanismo; teatro do oprimido.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CARVALHO, Ana Maria Q. Brant. **Um estudo teórico de compreensão empática nas obras de Carl Rogers**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - PUC-SP, São Paulo, 1980. Disponível em: https://apacporgbr.wordpress.com/diversos/artigos/um-estudo-teorico-do-conceito-de-compreensao-empatica-nas-obras-de-carl-r-rogers/. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: alana.201310865@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: marcia.200360077@unilasalle.edu.br.

ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ADOLESCÊNCIA

Mariana Carvalho Almeida[1]

Resumo
Esta pesquisa tem como objetivo mapear a produção acadêmica publicada entre 2020 e 2024 em periódicos de alta qualidade, classificados como Qualis A1 até A4, que abordam questões relacionadas à educação, proteção e apoio a adolescentes LGBTQIA+ no contexto do Ensino Médio brasileiro. A pesquisa será realizada por meio de uma busca sistemática na base de dados da CAPES, utilizando termos-chave como "LGBTQIA+", "ensino médio", "proteção", "apoio" e "educação inclusiva". Com essa pesquisa pretendemos dar um panorama das publicações sobre o tema, verificando como os papers refletem a necessidade de preocupação com a inclusão e a proteção de adolescentes LGBTQIA+ nas escolas. Nossa pesquisa irá concentrar-se em três áreas principais: (1) políticas educacionais e práticas inclusivas, (2) relatos de discriminação e violência, e (3) programas de apoio e formação de professores. Focaremos nossa análise na ênfase sobre a necessidade de capacitação docente para lidar com a diversidade sexual e de gênero, a implementação de políticas públicas voltadas à proteção contra a violência e o bullying, e a importância do apoio psicológico e pedagógico dentro do ambiente escolar. Além disso, procuraremos identificar como as pesquisas identificam os principais desafios na aplicação prática de políticas de inclusão e no combate às desigualdades que afetam estudantes LGBTQIA+. Este mapeamento irá contribuir para a compreensão das tendências acadêmicas e das principais discussões em torno da educação inclusiva e da proteção de adolescentes LGBTQIA+ no ensino médio brasileiro, apontando para uma compreensão dos meios de implementação efetiva dessas políticas e práticas nas escolas.

Palavras-chave: LGBTQIA+; ensino médio; proteção; apoio; educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2018**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 103, p. 51-52, 2018.

1 Universidade La Salle. E-mail: 0028.mariana.almeida@unilasalle.edu.br.

CARVALHO, Maria Inês Barbosa. Educação, gênero e diversidade sexual no Brasil: Políticas e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e227324, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698227324. Acesso em: 4 set. 2024.

COSTA, Luiz Mello. Inclusão escolar de adolescentes LGBTQIA+: Avanços e desafios no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, n. 162, p. 174-195, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/es.2022.162. Acesso em: 4 set. 2024.

FURLANI, João Marcos; OLIVEIRA, Juliana Santos de. Políticas públicas para inclusão de jovens LGBTQIA+ no ensino médio: uma análise das práticas educativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, e270020, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270020. Acesso em: 4 set. 2024.

LOPES, Paulo Victor. Violência e discriminação contra estudantes LGBTQIA+ no ensino médio brasileiro: uma análise das percepções dos alunos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, n. 181, p. 304-327, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053146812. Acesso em: 4 set. 2024.

MENDONÇA, Letícia Alves. Apoio psicossocial para adolescentes LGBTQIA+ no ambiente escolar: desafios e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 26, p. e230422, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-353920210422. Acesso em: 4 set. 2024.

RIBEIRO, Carla Cristina; SILVA, Eduardo. Formação de professores para a diversidade sexual e de gênero no ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 345-366, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-623611234. Acesso em: 4 set. 2024.

SILVA, Ricardo; BRANCO, Rodrigo. O impacto do bullying homofóbico na trajetória escolar de adolescentes LGBTQIA+: um estudo qualitativo. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 123-141, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2237-805021400. Acesso em: 4 set. 2024.

ANÁLISE DE DADOS METEOROLÓGICOS NO RIO GRANDE DO SUL UTILIZANDO A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO PYTHON

Patrícia Oliveira Caselani[1]

Resumo
A escolha do tema se deu em face das consequências causadas pela enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul em maio de 2024, deixando cerca de 423,4 mil desalojados, e mediante os crescentes desafios climáticos enfrentados pelo estado. A escolha do tema deste trabalho de iniciação científica foi motivada pelas consequências da enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul em maio de 2024, que deixou cerca de 423,4 mil desalojados. O estudo propõe a aplicação de métodos computacionais para a análise de dados meteorológicos no estado, utilizando a linguagem de programação Python. A pesquisa se concentrará na coleta, tratamento e análise de dados climáticos históricos, visando identificar padrões e tendências no aumento dos níveis de chuva ao longo dos anos, que culminaram nos eventos extremos de 2024. Além disso, serão desenvolvidas ferramentas de visualização, como gráficos, para auxiliar na interpretação dos dados e na compreensão das variações climáticas associadas à enchente. O objetivo é oferecer uma contribuição para o entendimento das mudanças nos padrões de precipitação na região, proporcionando uma base para estudos futuros e para ações locais.

Palavras-chave: análise de dados; meteorologia; Python; Rio Grande do Sul; previsão climática; padrões climáticos.

REFERÊNCIAS

MCKINNEY, W. **Python for Data Analysis:** Data Wrangling with Pandas, NumPy, and IPython. O'Reilly Media, 2017.

VANDERPLAS, J. **Python Data Science Handbook:** Essential Tools for Working with Data. O'Reilly Media, 2016.

WILKS, D. S. **Statistical Methods in the Atmospheric Sciences** (3rd ed.). Academic Press, 2011.

1 Universidade La Salle. E-mail: patynhagospel@gmail.com.

CULTURA DATA DRIVEN: A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DADOS PARA A TOMADA DE DECISÕES

Pâmela Luiza dos Santos Quadros [1]

Resumo
A cultura Data Driven está redefinindo a tomada de decisões nas organizações, por meio da integração dos dados nos processos decisórios, uma vez que a análise de dados requer técnicas de coleta, limpeza e interpretação, bem como compreender os processos dos quais eles se originam para manter uma análise fiel ao uso. Ao promover a importância de dados e garantir que eles estejam acessíveis e utilizáveis, as organizações podem se adaptar melhor às mudanças e oportunidades. Nesse sentido, o estudo apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2017), tendo como objetivo geral explorar como a comunicação entre equipes de dados e áreas de negócios influencia a eficácia das análises e decisões. Como objetivos específicos, emergem: discutir o papel do profissional de dados como facilitador do processo decisório; evidenciar as práticas estatísticas para análise de dados; e verificar o potencial do storytelling na maximização do valor dos dados. Resultados preliminares indicam que a eficácia das decisões é fortemente influenciada pela clareza na comunicação dos insights obtidos e pela capacidade de aplicar técnicas analíticas avançadas (PIERSON, 2019; BARBIERI, 2020). A qualidade dos dados e o storytelling são essenciais na tradução de dados brutos em informações acionáveis. Destarte, a maturidade analítica das instituições financeiras está atrelada à sua capacidade de adotar uma cultura de dados em seus processos, desde os operacionais até os mais estratégicos das organizações (BARBIERI, 2020). Propõe-se, para a continuidade deste estudo, explorar novas tecnologias para a melhoria da visualização dos dados (Dataviz) na aplicação do storytelling.

Palavras-chave: data driven; análise de dados; big data; storytelling.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Carlos. **Governança de Dados:** Práticas, conceitos e novos caminhos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

PIERSON, Lilian. **Data science: para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

1 MBA Descomplica. E-mail: pamela.quadros@unilasalle.edu.br.

IMPLEMENTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE UM APLICATIVO PARA ANÁLISE QUÍMICA DE AMOSTRAS DE ERVA-MATE

Geovanna Cristine Corrêa Ribeiro[1]

Resumo
Este trabalho foi desenvolvido no contexto do projeto de pesquisa "O mundo do trabalho no contexto da cibercultura: formação, trajetórias e práticas profissionais", e de seu desdobramento em torno do conceito de cultura na era digital, a partir do campo da memória social. Neste contexto, o projeto é estabelecido em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura, responsável pelo projeto de pesquisa sobre a análise de plantas, que apresentou a demanda de um aplicativo para auxílio de produtores rurais. Assim, o objetivo geral é o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis a fim de facilitar o processo de coleta de dados que possam contribuir no controle e análise dos níveis de elementos químicos em amostras de erva-mate. Para a implementação, o índice químico indicado pelo usuário, estando em percentual ou em miligramas, é submetido a uma série de regras pré-definidas no ambiente de desenvolvimento que trabalham em conjunto para retornar o nível de indicação de presença química como sendo “Adequado”, “Moderado” ou “Excessivo”. Evidencia-se o fato de o aplicativo, já finalizado e oficialmente lançado em setembro durante a Expointer, ser distribuído em breve para as plataformas dos dispositivos móveis, a partir da parceria com o estado do RS. Acrescenta-se a isso, a influência positiva e a praticidade com que o aplicativo propicia a maneira como os produtores rurais realizam essa análise remotamente.

Palavras-chave: aplicativo; erva-Mate; produtores rurais; tecnologia móvel.

REFERÊNCIAS

DIAGNÓSTICOS DA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202308/24171157-livro-erva-mate-ebook.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: geovanna.202010137@unilasalle.edu.br.

CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS: UM PROGRAMA DE APOIO À APAE

Mariana Moretto Blume[1]

Resumo
Este trabalho, atualmente em fase inicial, propõe o desenvolvimento de um sistema digital de prontuário médico destinado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma entidade sem fins lucrativos fundada em 1954, desempenha um papel fundamental no apoio a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atuando nas áreas de educação, saúde e assistência social. Com uma ampla rede de unidades espalhadas pelo Brasil, a APAE promove a inclusão, o desenvolvimento integral dos atendidos e oferece suporte às suas famílias, além de defender seus direitos e melhorar sua qualidade de vida. O objetivo do projeto é criar uma plataforma que permita aos profissionais da instituição — como psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, fisioterapeutas entre outros — acessar e gerenciar de maneira centralizada as informações dos pacientes. O sistema visa aprimorar o monitoramento das condições dos pacientes, aumentar a segurança das informações médicas e reduzir a ocorrência de erros nos diagnósticos e na medicação. A expectativa é que, ao longo do desenvolvimento e da implementação do sistema, este contribua significativamente para a eficiência e precisão no atendimento dos pacientes, promovendo uma abordagem mais coordenada e segura. A adoção bem-sucedida do sistema digital tem o potencial de transformar a gestão dos dados dos pacientes, resultando em melhorias notáveis na qualidade dos serviços prestados pela APAE.

Palavras-chave: aplicativo móvel; gestão do conhecimento; APAE.

REFERÊNCIAS

APAE. Página inicial Disponível em: https://apaebrasil.org.br/. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: mariana.blume0578@unilasalle.edu.br.

SISTEMA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA CONTROLADO POR UMA ESP32 E MONITORADO EM TEMPO REAL POR APLICATIVO

Bruna Oliveira dos Santos[1]

Resumo
Esta pesquisa apresenta um sistema de monitoramento de temperatura e umidade do ar e faz parte de um trabalho de conclusão de curso. O projeto utiliza um microcontrolador ESP32, um sensor DHT11 e o Firebase como plataforma de banco de dados em tempo real. O ESP32 coleta dados do sensor DHT11, que mede temperatura e umidade, e exibe essas informações em um display LCD 16x2 para consulta local. Os dados são enviados em tempo real para o Firebase, garantindo acesso atualizado e remoto. Além disso, um aplicativo será desenvolvido para se conectar ao Firebase e exibir essas informações de maneira intuitiva, permitindo aos usuários acompanhar as condições ambientais facilmente. O projeto visa fornecer uma solução acessível e atualizada para monitoramento de ambientes, com aplicações práticas como o controle de sistemas de refrigeramento em supermercados, assegurando o armazenamento adequado dos alimentos. Assim, demonstra a integração eficaz entre hardware e software, alinhada com os objetivos da Engenharia da Computação.

Palavras-chave: Arduino; IOT; temperatura; firebase; Esp32.

REFERÊNCIAS

MAKER HERO. **Bluetooth Low Energy com ESP32 e DHT11**. Disponível em: https://www.makerhero.com/blog/bluetooth-low-energy-com-esp32-e-dht11/. Acesso em: 27 jul. 2024.

MAKER HERO. **Mostrando a temperatura no LCD 16×2 com o sensor DHT11**. Disponível em: https://www.makerhero.com/blog/mostrando-informacoes-de-temperatura-no-lcd-16x2-com-o-sensor-dht11/. Acesso em: 28 jul. 2024.

MAKER HERO. **Sensor de Umidade e Temperatura DHT11**. Disponível em: https://www.makerhero.com/produto/sensor-de-umidade-e-temperatura-dht11/. Acesso em: 28 jul. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: bruna.santos0138@unilasalle.edu.br.

MIT APP INVENTOR. **Site da Plataforma Mit App Inventor**. Disponível em: https://appinventor.mit.edu/. Acesso em: 27 jul. 2024.

URTO CIRCUITO. **Conhecendo o Esp32**. Disponível em: https://www.curtocircuito.com.br/blog/Categoria%20IoT/conhec endo-esp32. Acesso em: 27 jul. 2024.

WIKIPEDIA. **Arduino IDE**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arduino_IDE/. Acesso em: 27 jul. 2024.

WIKIPEDIA. **Esp32**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/ESP32. Acesso em: 28 jul. 2024.

MICROMORPH: INTEGRADOR PARA DADOS HETEROGÊNEOS

Renan Mathias Gomes da Rosa[1]

Resumo
A integração de dados heterogêneos entre ambientes é uma ocorrência comum entre sistemas web modernos, geralmente exigindo a necessidade de construir middlewares para realizar a integração entre esses distintos sistemas. Ao decorrer deste artigo será construído o micro serviço Micromorph que poderá ser utilizado como substituto para essas integrações específicas. Esse serviço, será projetado de forma schemaless, permitindo a inserção de qualquer payload, o gerenciamento de dados utiliza metadados, os quais podem ser inseridos pelo cliente ou gerados pela aplicação durante a execução. O Micromorph disponibiliza diferentes métodos de integração, incluindo upload manual, integração via https e mensagens assíncronas e visando facilitar a utilização será desenvolvido uma documentação compreensível e a aplicação será disponibilizada como imagem docker. Os testes realizados se baseiam em diferentes possibilidades de arquitetura, com o objetivo de demonstrar a utilidade e elasticidade do serviço. O artigo a seguir apresentará a implementação desse serviço, como utilizar e futuras melhorias que poderiam ser realizadas ao processo.

Palavras-chave: middleware; micro-serviço; Banco de dados não relacional; Metadados.

REFERÊNCIAS

AWS, **O que é um middleware ?** 2023. Disponível em: https://aws.amazon.com/pt/what-is/middleware/l. Acesso em: 14 Apr. 2024.

BILAL, Ahmad. **What is API Pagination?** 2021. Disponível em: https://rapidapi.com/guides/api-pagination. Acesso em: 20 maio. 2024

COIMBRA, Vinícius. **Comparando:** Elasticsearch vs MongoDB, 2018. Disponível em: https://medium.com/data-hackers/comparando-elasticsearch-vs-mongodb-4b5932c613d9. Acesso em: 15 Apr. 2024.

CONCEIÇÃO, Marcus. **Bancos de Dados Relacionais vs Não Relacionais:** Qual o melhor afinal? Dio 2023. Disponível em: https://www.dio.me/articles/bancos-de-dados-relacionais-vs-nao-relacionais-qual-o-melhor-afinal. Acesso em: 24 nov. 2023.

1 Universidade La Salle. E-mail: renanmathias99@gmail.com.br.

DOCKER, documentation, **Docker Overview**, 2024. Disponível em: https://docs.docker.com/get-started/overview/. Acesso em: 15 apr. 2024.

JSON SCHEMA. **documentation, Introduction to JSON Schema**, 2024. Disponível em: https://json-schema.org/learn/getting-started-step-by-step. Acesso em: 10 Jun. 2024

SOUZA, Emmanuel Neri De Souza. **Um comparativo de arquitetura de software de micro serviços em relação às arquiteturas monolíticas em ambiente corporativo**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento de Tecnologia) - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, Curitiba 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6090473#. Acesso em: 16 out. 2023.

VOLLE, Adam. **metadata**, 2024 Disponível em: https://www.britannica.com/technology/metadata. Acesso em: 29 Apr. 2024..

EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE EMOÇÕES E APRENDIZADO: UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE UMA FEIRA DE CIÊNCIAS

Tainá Aparecida Haubert[1]
Gabriele Trindade Pereira[2]
Giovanna Oliveira da Silva[3]
Letícia Corrêa Vaz[4]

Resumo
Introdução: As emoções podem ser classificadas em negativas e positivas e se apresentam através de manifestações internas ou externas, que podem envolver aspectos psicológicos, fisiológicos e comportamentais e ainda, podem influenciar diversos campos da vida, como o aprendizado, por exemplo. Objetivo: Nesse sentido, a presente ação de extensão teve como objetivo mostrar o quanto as emoções podem influenciar o processo de aprendizado. Relato: A atividade foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Ensino de Fisiologia da Universidade Federal do Pampa e ocorreu durante uma feira de ciências de uma escola pública de Uruguaiana -RS. Para a ação, foram desenvolvidos cards contendo ilustrações e nomes de várias emoções, para a execução da atividade, o participante escolhia de forma aleatória um card e deveria relatar um momento dentro da escola em que sentiu aquela emoção, e após isso, um segundo participante deveria acertar qual emoção estava sendo relatada. Resultados e Conclusões: Em situações relatadas, como provas difíceis, apresentações de trabalhos e a recepção de notas baixas, foram associadas a emoções negativas, tais como ansiedade, tristeza, vergonha e irritação. Já as emoções positivas, como alegre, animado, amigável e orgulhoso foram vinculadas a situações como receber uma boa nota, percepções de aprender o conteúdo ou resoluções de questões consideradas difíceis. Diante do exposto, fica evidente trabalhar o assunto de emoções e como elas se relacionam com o aprendizado dentro da escola, com o objetivo de promover um ambiente acolhedor e empático para os estudantes da educação básica.

Palavras-chave: neurofisiologia das emoções; ensino-aprendizagem; fisiologia na escola.

1 Universidade La Salle. E-mail: tainahaubert1997@gmail.com.
2 Universidade Federal do Pampa. E-mail: gabrielepereira.aluno@unipampa.edu.br.
3 Universidade Federal do Pampa. E-mail: giovannaoliveira.aluno@unipampa.edu.br.
4 Universidade Federal do Pampa. E-mail: leticiavaz.aluno@unipampa.edu.br.

REFERÊNCIAS

AHN, Y. H.; CHOI, J. Incivility experiences in clinical practicum education among nursing students. **Nurse Education Today**, [s. l.], v. 73, n. August 2018, p. 48–53, 2019.

ANGGITA, F.; SUWARTONO, T. Students' presentation anxiety in the academic speaking course. **Universitas Muhammadiyah Purwokerto**, [s. l.], n. July, p. 1–12, 2020.

CARVALHO SOUZA, J. *et al*. A influência das emoções no aprendizado de escolares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s. l.], v. 101, n. 258, p. 22, 2020.

ESPERIDIAO-ANTONIO, V. *et al*. Neurobiology of the emotions. **Revista De Psiquiatria Clinica**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 55–65, 2008.

FONSECA, V. da. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Psicopedagogia**, [s. l.], v. 33, n. 102, p. 365–384, 2016.

HANDS, C.; LIMNIOU, M. Diversity of Strategies for Motivation in Learning (DSML)—A New Measure for Measuring Student Academic Motivation. **Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 13, n. 4, 2023.

KHALEDI, A. *et al*. Comparison of gamification and role-playing education on nursing students' cardiopulmonary resuscitation self-efficacy. **BMC Medical Education**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 1–6, 2024.

MANSUR, V. *et al*. From academic publication to science dissemination. **Cadernos de Saude Publica**, [s. l.], v. 37, n. 7, p. 1–3, 2021.

SALAZAR-LÓPEZ, E. et al. The mental and subjective skin: Emotion, empathy, feelings and thermography. **Consciousness and Cognition**, [s. l.], v. 34, p. 149–162, 2015.
TYNG, C. M. et al. The influences of emotion on learning and memory. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 8, n. AUG, 2017.

WATSON, D.; CLARK, L. A.; TELLEGEN, A. Development and validation of brief measures of positive and negative affect: the PANAS scales. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 54, n. 6, p. 1063–1070, 1988.

YUSEFZADEH, H.; IRANAGH, J. A.; NABILOU, B. The effect of study preparation on test anxiety and performance: a quasi-experimental study. **Advances in Medical Education and Practice**, [s. l.], v. 10, p. 245–251, 2019.

MAPEAMENTO DE TÉCNICAS E METODOLOGIAS DE GESTÃO DE PROJETOS APLICADAS EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Julia Ribeiro Pereira[1]

Resumo
A personalidade permite prever o comportamento dos indivíduos e a avaliação desse construto é uma ferramenta importante para psicólogos. A disciplina de Medidas de Avaliação Psicológica visou, através da prática extensionista, o contato com a prática da avaliação, que incluiu a administração de recursos, métodos e técnicas, e a elaboração de um relatório psicológico. A participante é uma mulher adulta, com ensino superior incompleto, que foi atravessada pelo desastre ambiental das enchentes no mês de maio. Os procedimentos incluíram uma entrevista semiestruturada e a Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), que mede fatores relacionados ao padrão comportamental no pensar, agir e sentir. O primeiro contato foi feito por rede social, confirmando a atividade com a voluntária, que foi selecionada por conveniência. Três discentes aplicaram os instrumentos em uma sala ampla, com iluminação confortável e pouco ruído. Houve revezamento entre duas alunas nas etapas do processo avaliativo, e a correção foi automatizada pelo site. Os resultados mostraram percentis muito altos em passividade, abertura a ideias e busca por novidades, e muito baixos em pró-sociabilidade e empenho. Notaram-se discrepâncias entre a entrevista e os resultados do teste em três das facetas citadas. Como sugestões na atividade, seriam indicadas a terapia para mudança comportamental e aumento da motivação, ferramentas que podem auxiliar na vida profissional da avaliada. A aproximação dos discentes a essa prática oferece um preparo fundamental para sua atuação. Para futuros trabalhos, seria útil incluir a escuta de pessoas próximas aos voluntários para melhor compreensão da dinâmica da personalidade.

Palavras-chave: metodologias de gestão; projetos de TI; gestão de projetos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

1 Universidade La Salle. E-mail: umanaribeiro@gmail.com.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.
BUENO, J. M. Produção científica em gestão de projetos: um balanço crítico sobre pesquisas na área. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 12, n. 1, 2011.

JUNQUEIRA, M. A. D. R.; PASSADOR, C. S. O impacto do escritório de gestão de projetos na pesquisa científica. **Revista de administração pública**, v. 53, n. 6, p. 1179–1188, 2019.

OLIVEIRA, R. L. F.; PEDRON, C. D. Métodos ágeis: uma revisão sistemática sobre benefícios e limitações / agile methods: a systematic review of benefits and limitations. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 4520–4535, 2021..

SENSOR DE MONITORAMENTO DE PRESENÇA DE ÁGUA PARA BARRAGENS COM SISTEMA DE ALTEAMENTO À MONTANTE

Luiz Fernando Guilhão Galbarino[1]
Andressa Fagundes Medina[2]
Bernardo Costa Franco[3]

Resumo
Toda vez que uma barragem se rompe muitas vidas, espécies e lugares são destruídos, levados por lama e água. O desastre em Mariana (MG) registrou 19 óbitos, o ocorrido em Brumadinho (MG) deixou mais de 300 vítimas, com mais de 250 mortos e uma área atingida de aproximadamente 290 hectares, além de construções próximas como casas, pousadas, estradas e comunidades. O cenário da devastação se repetiu em 2024 no Rio Grande do Sul atingindo proporções ainda maiores em todo o estado, desabrigando mais de 600 mil pessoas e registrando 182 óbitos concentrados em Canoas, Roca Sales e Cruzeiro do Sul. Esta pesquisa visa a possibilidade de previsão e alerta antecipado de desastres em diques através de monitoramento ultrassônico, programação e envio de dados através de tecnologia IoT. A finalidade reside no monitoramento da presença de água abaixo das barragens de minérios ou diques com sistema de alteamento à montante, possibilitando registro e análise de níveis de percolação que comprometem as estruturas, com a intenção de evitar o desabamento e, também, a detecção de pipping, fenômeno de rompimento do solo internamente à barragem, onde a água exerce ação erosiva intensa. As etapas da metodologia foram: levantamento de dados estruturais sobre barragens, desenvolvimento de dispositivo eletrônico microcontrolado, com módulo GSM e programação para leitura de sensor transdutor ultrassônico e envio de aviso via SMS. Os resultados permitiram identificar alterações nas diferentes densidades do solo devido à quantidade de água infiltrada e rigidez dielétrica através de diferentes tempos de leitura do eco ultrassônico.

Palavras-chave: barragens de minério; inundações; sensores ultrassônicos; percolação.

1 Universidade La Salle. E-mail: luiz.202210536@unilasalle.edu.br.
2 Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. E-mail: andfagmedina@hotmail.com.
3 Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. E-mail: bernardo.costa.franco@gmail.com.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Proposição de Resolução em segurança de barragens- barragens construídas ou alteadas pelo método de montante e outras providências**. Brasília, 2019.

AZEVEDO, Ana Lúcia. Especialistas questionam alto volume de água na barragem em Brumadinho. **O Globo**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/especialistas-questionam-alto-volume-de-agua-nabarragem-em-brumadinho-23422412. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL, Agência. Número de mortes no desastre de Brumadinho sobe para 134. **Veja Abril**. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/veja.abril.com.br/brasil/numero-de-mortos-no-desastre-de-brumadinho-sobe-para-134/amp/. Acesso em: 20 jun. 2020.

ELER, Guilherme. O que é e para que serve uma barragem de rejeitos de mineração. **Super Interessante**. Disponível em: https://super.abril.com.br/sociedade/o-que-e-e-para-que-serve-uma-barragem-derejeitos-de-mineracao/. Acesso em: 2 fev. 2020.

EQUIPE ONB. O que é barragem de rejeitos?. **Organics news Brasil**. Disponível em: https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/o-que-e-barragem-derejeitos/. Acesso em: 2 fev. 2020.

FLOP, FILIPE. Sensor de Distância Ultrassônico HC-SR04. **Filipe Flop**. Disponível em: https://www.filipeflop.com/produto/sensor-de-distancia-ultrassonico-hc-sr04/. Acesso em: 21 de jun. 2020.

FOGAÇA, Jeniffer. Flotação – um processo de separação de misturas. **Mundoeducação**. Disponível em: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/quimica/flotacaoum-processo-separacao-misturas.htm. Acesso em: 2 fev. 2019.

MACHADO, William Gladstone de Freitas. **Monitoramento de barragens de contenção de rejeitos de mineração**. 2007. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2007.

MAIA, Victor. Tragédia de Brumadinho: por que a barragem rompeu?. **Máquina de Aprovação**. Disponível em: https://maquinadeaprovacao.com.br/engenharia/tragedia-de-brumadinho-por-que-a-barragem-rompeu/. Acesso em: 14 de fev. 2020.

MELO, Luísa. Entenda o que é a liquefação, fenômeno que pode levar barragens ao colapso. **G1 Minas Gerais**. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/mg/minas-giras/noticia/2019/02/07/entenda-o-que-e-a-liquefaçãofenomeno-que-pode-levar-barragens-ao-colapso.ghtml. Acesso em: 21 fev. 2020.

METRO BH. Brumadinho: Fotos feitas antes e depois da lama. **Metro Jornal**. Disponível em: https://www.metrojornal.com.br/metroamp/foco/2019/01/31/brumadinho-antes-e-depois-fotos.html. Acesso em: 20 jun. 2020.

MORAIS, D. et al. Ondas Ultrassônicas: teoria e aplicações industriais em ensaios não-destrutivos. **Revista Brasileira de Física Tecnológica Aplicada**, v. 4, n.1, p.16-33. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbfta/article/download/5073/4559. Acesso em: 25 jun. 2020.

NORMA REGULAMENTADORA. **NR 6:** Equipamento de Proteção Individual – EPI. Brasília, 2018.

NORMA REGULAMENTADORA. **NR10:** Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Brasília, 2016.

PENNA, Damasco. Instrumentação geotécnica – Tipos de piezômetros. **Damasco Penna**. Disponível em: https://www.damascopenna.com.br/piezometros/. Acesso em: 29 de abr. 2020.

RAFAEL, Herbert Miguel Angel Maturano. **Análise do potencial de liquefação de uma barragem de rejeito**. 2012. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

REUTERS. Tudo indica que barragem se rompeu por liquefação, diz autoridade de Minas Gerais. **G1 Minas Gerais**. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/01/tudo-indica-que-barragem-se-rompeu-por-liquefacao-diz-autoridade-de-minas-gerais.ghtml. Acesso em: 20 jun. 2020.

USINAINFO. Compatíveis com Arduino. **UsinaInfo:** eletrônica & robótica. Disponível em: https://www.usinainfo.com.br/arduino-74. Acesso em: 21 jun. 2020.

G1 RS. **Sobe para 182 número de vítimas após enchente no RS; 29 pessoas seguem desaparecidas**. Rio Grande do Sul, 02 de julho de 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/07/02/enchentes-no-rs-total-de-mortos-e-desaparecidos.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

IMPLEMENTAÇÃO DE FUNCIONALIDADES PARA O SITE HUB PRÓ-RECICLAGEM

Stephany da Rosa Brazeiro[1]

Resumo
O trabalho tem como objetivo implementar novas funcionalidades para o site HUB Pró-Reciclagem, visando promover a conscientização ambiental e a sustentabilidade. Dentre as funcionalidades desenvolvidas, destaca-se a calculadora de reciclagem, que permite ao usuário inserir um produto e determinar seu impacto ambiental ao ser reciclado. Além disso, foi criada uma seção de quiz sobre pegada ambiental que ao final exibe um feedback específico baseado no que foi respondido. A implementação dessas funcionalidades envolveu uma pesquisa detalhada sobre produtos recicláveis, o desenvolvimento de protótipos utilizando a plataforma Figma e a criação de um quiz com base em práticas sustentáveis. As funcionalidades desenvolvidas visam promover a educação ambiental e incentivar boas práticas sustentáveis.

Palavras-chave: reciclagem; sustentabilidade; HUB pró-reciclagem; calculadora da reciclagem; pegada ambiental; educação ambiental.

REFERÊNCIAS

CICLO SUSTENTÁVEL DA GARRAFA PET. **Alp Ambietal**, 2014. Disponível em: http://alpambiental.com.br/ciclo-sustentavel-da-garrafa-pet/. Acesso em: 30 mar. 2024.

PORQUE O VIDRO É A MELHOR OPÇÃO PARA RECICLAR. **É Puro**, É Vidro. Disponível em: https://abividro.org.br/wp-content/uploads/2021/08/E-book_Porque-o-vidro-e-a-melhor-opcao-para-reciclar-1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

CONHEÇA OS BENEFÍCIOS DA COLETA SELETIVA. **WWF**, 2008. Disponível em: https://www.wwf.org.br/?14001/. Acesso em: 30 mar. 2024.

IMPACTOS AMBIENTAIS DO ALUMÍNIO E SUAS PROPRIEDADES. **eCycle**. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/aluminio/. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: stephanybrazeiro@gmail.com.

VANTAGENS AMBIENTAIS DO PAPEL RECICLADO. **Antalis Brasil**. Disponível em: https://www.antalis.com.br/business/inicio/meio-ambiente/o-seu-guia-do-meio-ambiente/papeis-reciclados.html. Acesso em: 30 mar. 2024.

CICLO DE VIDA DA LATINHA. **AMDA**, 2018. Disponível em: https://amda.org.br/ciclo-de-vida/2765-ciclo-de-vida-da-latinha-de-aluminio/. Acesso em: 30 mar. 2024.

RECICLA. JÁ OUVIU FALAR DA PEGADA HÍDRICA?. Disponível em: https://recicla.pt/ideias-sustentaveis/ja-ouviu-falar-da-pegada-hidrica/. Acesso em: 30 mar. 2024.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha de Atitude Sustentável:** Gestão Socioambiental. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/cartilha_atitude_sustentavel_gestaosocioambiental.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BORGES, Maria de Lourdes**. Pílulas de formação pró ambiental em prol da casa comum**. 2023. Universidade LaSalle.

ECYCLE. Consumo consciente de energia. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/consumo-consciente-de-energia/. Acesso em: 30 mar. 2024.

CONDOMÍNIO SUSTENTÁVEL. **Pegada ecológica:** entenda o que é e como diminuir a sua. Disponível em: https://condominiosustentavel.eco.br/interna/blog/pegada-ecologica-entenda-o-que-e-e-como-diminuir-a-sua. Acesso em: 30 mar. 2024.

CONTABILIDADE NA AVALIAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS

Zyramad Arianna Arbeláez Gedler[1]

Resumo
Este estudo tem como principal objetivo avaliar as práticas tradicionais e inovadoras de análise contábil e suas ferramentas para aperfeiçoar os processos de gestão de riscos financeiros. A pesquisa busca explorar a eficácia das métricas contábeis tradicionais na previsão e gestão dos riscos financeiros em comparação com práticas inovadoras e analíticas. Para tanto, a investigação se propõe a analisar o impacto das estratégias de gerenciamento de riscos na gestão financeira e na tomada de decisões empresariais. A relevância deste estudo reside na crescente complexidade do ambiente financeiro, que demanda ferramentas mais precisas para a identificação e mitigação dos riscos. Assim, este estudo também se provoca a refletir sobre pontos fortes e limitações das abordagens convencionais, além de destacar as vantagens proporcionadas por técnicas contemporâneas como big data, inteligência artificial (IA) e analytics avançado. Com base em uma revisão bibliográfica abrangente e estudos de caso práticos, espera-se fornecer uma visão clara sobre quais práticas são mais eficazes em diferentes contextos empresariais. Os resultados da pesquisa apresentam que utilizando ferramentas contábeis como balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa, as empresas podem identificar e prever riscos financeiros que poderiam comprometer sua saúde financeira e sustentabilidade. Essas práticas permitem uma análise detalhada da posição financeira, desempenho operacional e fluxos de caixa, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas e a implementação de medidas preventivas contra potenciais ameaças econômicas.

Palavras-chave: contabilidade; riscos financeiros; finanças.

REFERÊNCIAS

BOUTEILLE S.; COOGAN-PUSHNER D.T.. **The Handbook of Credit Risk Management:** Originating, Assessing, and Managing Credit Exposures, 2nd ed., 2019.

FERREIRA, J.,; ALMEIDA, M.. **Gestão Financeira:** Teorias e Práticas Contemporâneas. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

1 Universidade La Salle. E-mail: zyramad.202111727@unilasalle.edu.br.

FRASER L.M.; ORMISTON A.L.. **Understanding Financial Statements**. 11th ed. Pearson, 2016.

MERTON, R.C.. A Functional Perspective of Financial Intermediation. **Financial Management**, v. 24, n. 2, p 23-41, 1995

OLIVEIRA, A.; SANTOS, L. P. Resiliência Financeira em Tempos de Crise: Um Estudo Empírico nas Empresas Brasileiras Listadas na B3. **Revista Brasileira de Finanças Corporativas**, v. 15, n. 3, p. 75-90, 2020.

SANTOS, A.; OLIVEIRA, L. Indicadores Contábeis: Ferramentas essenciais na gestão do risco financeiro corporativo. **Journal of Financial Analysis**, v. 12, n. 1, p. 23-35, 2019.

A REVITIMIZAÇÃO NO DEPOIMENTO SEM DANO EM CRIMES DE VIOLÊNCIA SEXUAL SOB O PRISMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Pedro Dessbesell Jorge[1]

Resumo
O presente artigo aborda o tema da revitimização de vítimas de violência sexual durante o procedimento de depoimento sem dano, especificamente pela não observância de suas técnicas de aplicação, com foco na jurisprudência do STJ. O depoimento sem dano visa reduzir os impactos negativos do depoimento convencional do processo judicial sobre a vítima, especialmente crianças e adolescentes. No entanto, questiona-se se essa metodologia pode, em determinadas circunstâncias, resultar em uma nova forma de revitimização. O objetivo geral deste estudo é analisar como o Superior Tribunal de Justiça tem tratado a questão da revitimização no depoimento sem dano. Especificamente, busca-se identificar padrões jurisprudenciais que evidenciem o tratamento dado a esse tema, além de verificar a existência de possíveis lacunas ou contradições nas decisões. A metodologia empregada consiste em uma análise jurisprudencial qualitativa, utilizando-se da pesquisa em acórdãos e decisões do STJ disponíveis em seu site oficial, relacionados a crimes de violência sexual e depoimento sem dano. A pesquisa segue o modelo de revisão bibliográfica e documental, com enfoque interpretativo dos dados coletados. Tendo em vista que a pesquisa se encontra em fase inicial, ainda não foi possível obter resultados e conclusões.

Palavras-chave: depoimento sem dano; depoimento especial; revitimização; crimes sexuais.

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito & Justiça**, v. 35, n. 1, jan./jun. 2009.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.

BRITO, L. M. T.; Parente, D. C. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, 2012.

1 Centro Universitário Ritter dos Reis. E-mail: pedrojorge100000@gmail.com.

CEZAR, José. **Depoimento sem dano**. Uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre. 2007.

CORREIA, Amanda Baraúna. A responsabilidade civil dos pais nos casos de hiperexposição infantil em plataformas digitais no Brasil: uma análise a partir do princípio da vulnerabilidade. **Revista Conversas Civilísticas**, Salvador, v. 3, n. 1, jan./jun. 2023.

FERREIRA, Mariana da Silva. Violência sexual e revitimização. **Revista de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, ano I; v. II, jul. 2023.

JÚNIOR, Breno; CEZAR, José. Cartilha. Depoimento sem dano. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2009.

JURISDIÇÃO. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal.

JURISDIÇÃO. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LIMA, Rafaela. **Revitimização de crianças e adolescentes em contexto de abuso sexual**. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente. Brasília. 2022.

MINAYO, Maria.**Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SANTOS. Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES. Itamar Batista (coord.). **Depoimento sem medo (?):** culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. 2. ed. São Paulo: Childhood Brasil (Instituto WCF Brasil), 2009.

SANTOS, Cristiane Andreotti. **O enfrentamento da revitimização de crianças vítimas de violência sexual:** o caso de inquirição judicial de crianças. Mestrado em psicologia social. São Paulo. 2010.

SANTOS, Marcelina Ferreira dos. **Reflexões sobre a práxis do Assistente Social no Depoimento Especial**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Miracema do Tocantins, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) Humana e os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA, Joelma Lucia da. **Depoimento judicial da criança e do adolescente:** a busca pela proteção integral através do depoimento especial. Ituverava. 2017.

SILVA, Josiane. O processo de revitimização de crianças que vivenciam a violência sexual. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 15 – n. 47, jan./jun. 2016.

STEIN, L.; PERGHER, G.; e FEIX, L. **Desafios da oitiva de crianças e adolescentes:** Técnica de entrevista investigativa. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Childhood Brasil. 2009.

VILA, Juliana Caroline; ROSA, Marcos Paulo; STEFANELLO, Sthéfany. Depoimento Especial. **Anuário pesquisa e extensão unoesc são miguel do oeste**, São Miguel do Oeste. 2021.

DIREITO A IDENTIDADE NÃO-BINÁRIA NOS DOCUMENTOS

Taliyah Fagundes Sciola[1]

Resumo
Se teve por objetivo analisar o direito à retificação dos documentos para pessoas não binárias. Com o lançamento do Provimento 16/2022 da Corregedoria Geral de Justiça, foi permitida a alteração do prenome e gênero no registro de pessoas não-binárias diretamente nos cartórios, sem a necessidade de autorização judicial, apenas os documentos exigidos pelo Provimento 73/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, da mesma forma que pessoas trans de gênero binárias. Se pergunta, porém, como foi recebido tal provimento pelos cartórios e tribunais, se pessoas não-binárias têm acessado com sucesso seus direitos a retificação dos documentos ou se existem melhorias a serem feitas no atendimento de tais casos. Para responder esta questão, primeiro se comparou normas brasileiras que garantem os direitos de pessoas não-binárias com a legislação de outros países sobre o mesmo assunto. Também, a nível nacional, foram observadas jurisprudências do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul posteriores ao Provimento 16/2022, de abril de 2022, em que figuram pessoas não-binárias postulando a retificação de seus documentos. As jurisprudências analisadas indicaram que, mesmo com certa resistência, essa norma ainda sim se encontra sendo aplicada. Não apenas isso, mas sua aplicação se expandiu para além de seu texto original, criando entendimento que permite a retificação do gênero nos documentos para “Não-binário” pela via judicial sem óbices ou necessidade de prévia tentativa em cartório. Os resultados da pesquisa indicam um avanço em direção a igualdade e para longe da descriminação com base no gênero.

Palavras-chave: direito; registro civil; não-binariedade; gênero; identidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Diego Carneiro; DA CUNHA, Leandro Reinaldo. **A opinião consultiva 24/71 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus reflexos no combate à discriminação contra pessoas trans nas relações de trabalho**. Disponível em: https://www.academia.edu/57519436/A_OPINI%C3%83O_CONSULTIVA_24_17_DA_CORTE_INTERAMERICANA_DE_DIREITOS_HUMANOS_E_SEUS_REFLEXOS_NO_COMBATE_%C3%80_DISCRIMINA%C3%87%C3%83O_CONTRA_PESSOA

1 Universidade La Salle. E-mail: b.sciola@hotmail.com.

S_TRANS_NAS_RELA%C3%87%C3%95ES_DE_TRABALHOauto=citations&from=cover_page. Acessado em: 19 nov. 2023.

AGENCE FRANCE-PRESSES, Austrália: Justiça reconhece existência de um terceiro sexo. **Terra**. 2 abr. 2014. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/oceania/australia-justica-reconhece-existencia-de-um-terceiro-sexo,896c1ad74c125410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html. Acessado em: 19 nov. 2023.

Agence France-Presses. Argentina concede certidão de nascimento sem menção de sexo. **Globo**. 5 nov. 2018, Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/05/argentina-concede-certidao-de-nascimento-sem-mencao-de-sexo.ghtml. Acessado em: 19 nov. 2023.

ALBAN, Carlos Eduardo Oliveira; SCHIAVON, Amanda de Almeida; VANIN, Aline Aver; et al. Reconhecimento civil da pessoa intersexo. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, Núm.18, set.dez., 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45537. Acessado em: 19 nov. 2023.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma:** Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Capítulo 7, Produção da cisgeneridade como inteligibilidade legal. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Tribunal de Justiça do RS (Oitava Câmara Cível). Apelação Cível. **Processo número 50404757920228210001**. 21 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do RS (Sétima Câmara Cível). Conflito de competência. **Processo número 51048678020228217000**. 6 ago. 2022.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Alemanha permite registro de bebês com gênero indeterminado. **Globo**. 1 nov. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/alemanha-permite-registro-de-bebes-com-genero-indeterminado.html. Acessado em: 19 nov. 2023.

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. **Princípios de Yogyakarta**. 2006.

CLARKE, Jessica. Sex Assigned at Birth. **122 Columbia Law Review 1821** (2022). v. 122, n. 7, 2022. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4032865#. Acessado em: 19 nov. 2023.

GIUSTI, Iran. Conferência Nacional de Saúde aprova fim de cirurgia em bebês intersexo. **Terra**, 10 jul. 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/conferencia-nacional-de-saude-aprova-fim-de-cirurgia-em-bebes-intersexo,dda5e5907f9daa37df4dc34e3f60f418j9dq22rw.html#:~:text=A%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20cirurgias%20de,artigo%20publicado%20em%20seu%20site. Acesso em: 19 nov. 2023.

GONÇALVES, Marllon Caceres, GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: Conceitos e determinações em contexto social. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano, v. 14, e.25, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. 2. ed, Brasília, 2012.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

LIMA, Helen Taner de. Não-binariedade: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. **Revista seara filosófica**, n. 21, p. 170-184, 2020.

NEVES, Úrsula. Transexualidade não é mais considerada um transtorno mental. **Pebmed**, 29 jan. 2022. Disponível em: https://pebmed.com.br/transexualidade-nao-e-mais-considerada-um-transtorno-mental/#:~:text=29%2F01%2F2022-,A%20transexualidade%20efetivamente%20deixou%20de%20ser%20considerada%20uma%20doen%C3%A7a%20pela,transtorno%20mental%20por%2028%20anos. Acesso em: 19 nov. 2023.

RISTOCK, Janice, ZOCCOLE, Art, PASSANTE, Lisa. **Aboriginal Two-Spirit and LGBTQ Migration, Mobility and Health Research Project:** Winnipeg Final Report, 2010.

ROSCOE, Will. The Zuni Man-Woman. **Novo México:** University of New Mexico Press, 1991.

ROXIE, Marilyn. Genderqueer History. **Genderqueer and Non-binary Identities**. 4 dez. 2011. Disponível em: https://genderqueerid.com/gqhistory. Acesso em: 19 nov. 2023.

VIVERITO, CV. **Nonbinary Gender Identities:** A Diverse Global History, Out & Equal. Disponível em: https://outandequal.org/nonbinary-gender-identities-a-diverse-global-history/. Acessado em: 19 nov. 2023.

PROJETO GANHA-GANHA MAIS SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Felipe antonio Wallauer[1]

Juliana Dadalt[2]

Samuel Oliveira[3]

Resumo

Este projeto visa, um cuidado maior com o meio ambiente, propõe um estudo maior sobre regulamentação de materiais de construções civis, exemplo o cimento que é usado e os danos que ele causa no meio ambiente, além de não ter nenhum tipo de reparação a natureza, ele por sua vez não é regulamentado, para que este prejuízo, possa ser diminuído com reparos no nosso planeta. Cita ideias que outros lugares do mundo usaram como solução, bem como a proposta que foi usada em Portland, Estados Unidos: A organização sem fins lucrativos Depave tem trabalhado em Portland desde 2008 para remover concreto e asfalto das ruas. Voluntários já conseguiram “descascar” cerca de 33 mil metros quadrados de asfalto na cidade, o que equivale a quatro campos e meio de futebol. Essa iniciativa permite que a água da chuva seja absorvida pela terra, evitando inundações, além de criar mais áreas verdes e sombra para os moradores. Com estas soluções, podemos minimizar a possibilidade de tragédias, como foram as enchentes que ocorreram neste ano de 2024 no RS, nunca mais voltem a ocorrer.

Palavras-chave: meio ambiente; enchente; regulamentação.

REFERÊNCIAS

MAURY, Maria Beatriz; BLUMENSCHEIN, Raquel Naves. Produção de cimento: Impactos à saúde e ao meio ambiente. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-96, jan./jun. 2012. Acesso em: 26 ago. 2024.

SCHUCH, Mara Ione Sarturi. **Arborização urbana:** uma contribuição à qualidade de vida com uso de geotecnologias. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geomática) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Acesso em: 26 ago. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: felipe_wallauer@hotmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: julianadadalt42@gmail.com.
3 Universidade La Salle. E-mail: samueloliveirai306@gmail.com.

BARANIUK, Chris. Cidades verdes: os lugares que estão tirando concreto das ruas para que plantas cresçam de novo. **BBC News Brasil**, 19 mar. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmmq8r13e47o. Acesso em: 26 ago. 2024.

RENWICK, D. Como essa cidade planeja recuperar a perda da maioria de suas árvores. **National Geographic Brasil**, 22 ago. 2020. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com. Acesso em: 26 ago. 2024.

DEUTSCHE WELLE. Por que cidades precisam mais do que nunca de árvores. **G1 Natureza**, 22 ago. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/22/por-que-cidades-precisam-mais-do-que-nunca-de-arvores.ghtml. Acesso em: 26 ago. 2024.

A FENOMENOLOGIA E O DIREITO: A JURIDICIDADE DA MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL EM CONFLITOS TRABALHISTAS DECORRENTES DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Antônio Luiz de Moraes[1]

Resumo
Este artigo propõe uma abordagem fenomenológica do Direito, fundamentando-se nas reflexões de Aquiles Côrtes Guimarães sobre a ideia de juridicidade. O autor sugere que a juridicidade não deve ser vista apenas como a conformidade de um fato com as normas legais que o regem, mas sim como um conceito mais amplo e profundo, relacionado à intencionalidade valorativa da consciência humana. Nem tudo o que é legal é, de fato, jurídico; entretanto, tudo o que é verdadeiramente jurídico encontra sua legitimação na ideia de juridicidade, que se origina na esfera do mundo da vida. A juridicidade, portanto, antecede os fatos e se apresenta como um valor essencial à justiça. O artigo analisa a aplicação desse conceito na mediação pré-processual de questões trabalhistas decorrentes de eventos climáticos extremos, tomando como exemplo a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Através dessa análise, busca-se demonstrar como a mediação pré-processual pode ser um meio eficaz de promover a justiça, com a almejada celeridade e economia de recursos.

Palavras-chave: personalidade; avaliação psicológica; estudo de caso.

REFERÊNCIAS

COUTO, Marcia de M.M.I. do. Porque re-ler o Direito à luz da Fenomenologia I. **Cadernos da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região:** fenomenologia e direito, v. 4, n. 2, mar.2012

FONTES, André R. C. Consciência transcendental e a intencionalidade da consciência na Fenomenologia do Direito. **Cadernos da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região:** fenomenologia e direito, v. 7, n. 2, mar. 2015.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Cinco Lições de Filosofia do Direito**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

1 Universidade La Salle. E-mail: antonio.202412275@unilasalle.edu.br.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Lições de fenomenologia jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Relevância da Fenomenologia Jurídica na hermenêutica contemporânea. **Cadernos da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região:** fenomenologia e direito, v. 8, n. 1, set. 2015.

HUSSERL, Edmund. **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**. Tradução: Urbano Zilles. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.

A URGÊNCIA DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO ACADÊMICO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS ANTIRRACISTAS À LUZ DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

EXPERIÊNCIA

João Marcelo de Souza Melo Rodrigues[1]
Alessandra de Souza Pacheco[2]
Anatieli Silveira Aires[3]

Resumo
Os tensionamentos do Movimento Negro e as legislações antidiscriminatórias de caráter afirmativo (ações afirmativas) como a Lei nº 12.711/2012 e a Lei n° 12.990/2014, possibilitaram o aumento da população negra dentro das Instituições de Ensino Superior do Brasil. No entanto, observa-se que as práticas de epistemicídio e de racismo acadêmico ainda são recorrentes nos ambientes de ensino, refletindo a dinâmica do racismo estrutural presente na sociedade e nas suas instituições. Portanto, o objetivo central da presente pesquisa é propor medidas de enfrentamento ao racismo acadêmico à luz do Direito Antidiscriminatório. Para tanto, adota-se a abordagem qualitativa, a partir de fontes bibliográficas. Os resultados preliminares indicam que apesar do fortalecimento das legislações antidiscriminatórias, a sociedade brasileira e suas instituições ainda carecem de uma educação antirracista, fazendo persistir o apagamento de docentes e discentes negros/as nas instituições de ensino.

Palavras-chave: antirracismo; direito antidiscriminatório; epistemicídio; racismo acadêmico; racismo institucional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Antônio Machado. **O Direito Constitucional às Cotas Raciais:** a contribuição de Joaquim Nabuco. 2. ed. Porto Alegre: Buqui, 2019. 128p.

ALMEIDA, Lúcio Antônio Machado. **Racismo Acadêmico no Brasil:** desafios para um direito antidiscriminatório. 1. ed. Porto Alegre: Clube dos Escritores, 2022. v. 100. 274p.

1 Universidade La Salle. E-mail: joao.202213734@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: alessandra.202010335@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: anatieli.202111429@unilasalle.edu.br.

ALMEIDA, Lúcio Antônio Machado. **Racismo Institucional:** o papel das instituições no combate ao racismo. 1. ed. Porto Alegre: Clube dos Autores, 2022. v. 100. 274p.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n° 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001465832. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

STF. Supremo Tribunal Federal. **ADPF: 186**. DF, Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Data de Julgamento: 26/04/2012. Data de Publicação: DJe Public 20/10/2014.

PEREGUM – INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA; PROJETO SETA - SISTEMA DE EDUCAÇÃO POR UMA TRANSFORMAÇÃO ANTIRRACISTA; IPEC – INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA. **Percepções sobre o Racismo no Brasil**. 2023. Disponível em: https://percepcaosobreracismo.org.br/#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%20Percep%C3%A7%C3%B5es%20do,mas%20ainda%20em%20patamares%20menores. Acesso em: 26 ago. 2024.

COLISÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: PROTEÇÃO DA IMAGEM DOS INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS EM DESASTRES CLIMÁTICOS NO RIO GRANDE DO SUL VS. LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

Damaris Euzébio Monteiro Ferreira Tolfo[1]
Cristiane Feldmann Dutra[2]

Resumo
Este estudo visa analisar a colisão de princípios constitucionais entre o direito de imagem e o direito à informação, considerando notadamente o evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, ambos expressos na Carta Constitucional de 1988. A situação de extrema vulnerabilidade para muitos indivíduos deu-se em consequência do evento climático, o qual teve ampla cobertura midiática e exposição pública das vítimas em diversos meios de comunicação. O direito de imagem, garantido pela Constituição no artigo 5°, assegura que o uso da imagem de uma pessoa deve ser feito com seu consentimento. No entanto, a necessidade de informar o público sobre os fatos, e sobre crises, pode entrar em conflito com esse direito. Logo, o objetivo principal é avaliar como o sistema jurídico brasileiro lida com o equilíbrio entre a proteção do direito de imagem, que pode ser desafiado em situações extremas, e a necessidade de informar o público durante crises, onde existe a necessidade de divulgação de informações de interesse público e premente, como aconteceu no ano corrente, identificando possíveis melhorias nas normas e práticas existentes para garantir uma proteção mais adequada e respeitosa dos direitos das vítimas. Serão abordados meios para solucionar o conflito entre tais princípios constitucionais, de modo que se mantenha a comunicação, contudo sem ofensa ao direito de imagem de pessoas afetadas por eventos climáticos. A metodologia utilizada envolve uma análise detalhada da legislação aplicável, complementada por uma revisão bibliográfica sobre direitos fundamentais e contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: direito de imagem; direito à informação; vulnerabilidade; garantias fundamentais; exposição pública.

1 Universidade La Salle. E-mail: damariss.emf@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: cristiane.dutra@cesuca.edu.br.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS,** n. 17, 1999.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais, balanceamento e racionalidade. **Ratio juris**, v. 16, n. 2, p. 131-40, 2003. Disponível em: https://juspodivmdigital.com.br/cdn/pdf/JMA0051-Degustacao.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no estado constitucional democrático. **Revista de direito administrativo**, v. 217, p. 55-66, 1999. Disponível em: https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47413. Acesso em: 30 mar. 2024.

AMORIM, Letícia Balsamão. A distinção entre regras e princípios segundo Robert Alexy. **Revista de informação legislativa**, v. 42, n. 165, 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/165/ril_v42_n165_p123.pdf?=%3Futm_source%3Dblog%26utm_campaign%3Dprojeto%2Bblog%26utm_medium%3DPower+BI+Arte%3A+Explorando+a+Criatividade+Visual+no+Power+BI. Acesso em: 30 mar. 2024.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais:** a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BRASIL. CF. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 jun. 2024, BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

CANCELIER, Mikhail Vieira de Lorenzi. O Direito à Privacidade hoje: perspectiva histórica e o cenário brasileiro. **Sequência** (Florianópolis), p. 213-239, 2017.

CARVALHO, Gisele Primo; PEDRINI, Tainá Fernanda. Direito à privacidade na lei geral de proteção de dados pessoais. **Revista da ESMESC**, v. 26, n. 32, p. 363-382, 2019.

DE TEFFÉ, Chiara Spadaccini. Considerações sobre a proteção do direito à imagem na internet. **Revista de Informação Legislativa**, v. 54, n. 213, p. 173-198, 2017.

EBERLIN, Fernando. **Direitos da Criança na Sociedade da Informação**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/direitos-da-crianca-na-sociedade-da-informacao/1196996340. Acesso em: 15 jun. 2024.

GUIMARÃES, Rafael. **A Enchente de 41**. Porto Alegre: Libretos, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: DUDH. Adotada em 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 30 mar. 2024.

PEREIRA, Tânia da Silva; MELO, Carolina de Campos. Infância e juventude: os direitos fundamentais e os princípios constitucionais consolidados na Constituição de 1988. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, p. 252-271, 2003. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_252.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVEIRA, André Luiz Lopes da. Chuvas e vazões da grande enchente de 1941 em Porto Alegre/RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2020.

ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO 35/2007: A UM CAMINHO PARA A DESJUDICIALIZAÇÃO DAS SUCESSÕES NO BRASIL?

Israel Lima Santos[1]

Resumo
A recente alteração na Resolução nº 35/2007, implementada pelo Provimento nº 140 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visa promover a desjudicialização das sucessões no Brasil. Essa mudança permite que inventários, partilhas, separações e divórcios sejam realizados por via administrativa, mesmo em casos que envolvam menores ou incapazes. Este trabalho tem como objetivo analisar se as novas disposições contribuem efetivamente para a desjudicialização, avaliando seu impacto na prática jurídica, identificando desafios na implementação dessas normas e explorando as consequências para a eficiência, acessibilidade e segurança jurídica no âmbito do Direito das Sucessões. A pesquisa adota o método indutivo conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, permitindo uma análise crítica das implicações das alterações na Resolução nº 35/2007. Os resultados preliminares indicam que, embora a alteração represente um avanço significativo na desjudicialização, persistem desafios, a garantia da segurança jurídica dos procedimentos. A continuidade das pesquisas deverá concentrar-se na aplicação prática dessas mudanças e na proposição de soluções para os obstáculos identificados, visando garantir que a desjudicialização ocorra de maneira eficaz e justa.

Palavras-chave: desjudicialização; direito das sucessões; alteração resolução nº 35/2007 do CNJ; segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** Direito das Sucessões. v. 6. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024.

CIEGLINSKI, T. CNJ autoriza inventário e partilha extrajudicial mesmo com menores de idade - **Portal CNJ**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/cnj-autoriza-divorcio-inventario-e-partilha-extrajudicial-mesmo-com-menores-de-idade/. Acesso em: 25 ago. 2024.

CNJ. **Resolução 35/2007**. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/179. Acesso em: 25 ago. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: israel.202310099@unilasalle.edu.br.

A INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES B2B

Gabrielle Marrie Viana[1]

Resumo

A presente pesquisa investiga a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (CDC) nas relações Business to Business (B2B). Considerando que o CDC foi criado com o propósito de proteger o consumidor final, parte vulnerável na relação de consumo, a questão que se impõe é: até que ponto se aplicaria o CDC em negociações entre empresas onde não há a assimetria? Objetivo: O objetivo geral é analisar o porquê da inaplicabilidade do CDC nas relações B2B, contextualizando os princípios que fundamentam o CDC e comparando-os com as características das transações entre empresas, onde ambas as partes possuem maior poder de negociação e conhecimento técnico. Assim, a pesquisa visa identificar lacunas legais e sugerir normativas mais adequadas para essas relações simétricas. Metodologia: A metodologia empregada é qualitativa, com revisão bibliográfica abrangendo doutrinas e artigos jurídicos que discutem os limites do CDC. Além disso, também é realizada análise de jurisprudência em decisões que abordam conflitos B2B, com ênfase nos critérios adotados pelos tribunais ao afastarem a aplicação do CDC. Resultados e Conclusões: Os resultados iniciais indicam que o CDC, ao ser projetado para proteger consumidores finais, tornase inadequado em relações B2B que são empresariais, nas quais ambas as partes possuem expertise equivalente. Conclui-se que há a necessidade de normativas específicas para regular essas relações para além das já previstas no Código Civil e legislação esparsa, considerando sua complexidade, peculiaridades e a autonomia das partes envolvidas.

Palavras-chave: inaplicabilidade do código de defesa do consumidor; relações B2B; direito do consumidor; transações comerciais entre empresas; proteção ao consumidor; jurisprudência B2B; normativas específicas; segurança jurídica; contratos empresariais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Direito do Consumidor**. 2023.

BRAGA NETTO, Felipe. **Manual de direito do consumidor:** à luz da jurisprudência do STJ. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: gabrielle.202121029@unilasalle.edu.br.

MARQUES, Claudia Lima *et al*. **Direito do consumidor aplicado**: garantias de consumo. 2023.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de direito do consumidor.** 7. ed. rev., atual. 2018

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 11. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

PASQUALOTTO, Adalberto de Souza *et al*. **O Direito do Consumidor no mundo em transformação**. 2020.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor**. 2024.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O LIMITE ENTRE INOVAÇÃO E HUMANIZAÇÃO E SOBRETUDO COMO ELA IMPACTA JURIDICAMENTE OS ADVOGADOS MAIS LEIGOS

Evellyn Rodrigues[1]

Resumo
A personalidade permite prever o comportamento dos indivíduos e a avaliação A inteligência artificial está impactando o mundo juridicamente, principalmente, no que concerne aos desafios e possibilidades no campo jurídico, tendo em vista que ela transformou a forma como praticamos e interpretamos o direito, essa nova forma de enxergarmos o campo jurídico e atuar com a Inteligência Artificial nos trouxe facilidades e praticidades que facilitam o cotidiano jurídico, como os Chatbots, mas também desafios, principalmente no que se refere aos advogados mais leigos que não tem facilidade com a tecnologia. O presente trabalho tem como objetivo analisar e aprofundar sobre os impactos da Inteligência artificial juridicamente, sobretudo, da forma como indivíduos mais leigos encaram esta nova tecnologia no ramo profissional, tendo em vista a importância do equilíbrio entre inovação e humanização.

Palavras-chave: inteligência artificial; direito digital; desafios; campo jurídico; inovação; advocacia; leigos; tecnologia.

REFERÊNCIAS

COSTA JR., Hélio Lemes. **Tempos digitais:** ensinando e aprendendo com tecnologia. Porto Velho- RO: Editora Edufro – Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2012.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital:** transformação digital: desafios para o direito. Editora Forense, 2021.

VIGLIAR, José Marcelo M. **Inteligência Artificial:** Aspectos Jurídicos. Grupo Almedina, 2023.

1 Universidade La Salle. E-mail: evellyn.202210045@unilasalle.edu.br.

ACESSO À JUSTIÇA, PODER E PROCESSO PENAL: UMA AUTOETNOGRAFIA DO GRUPO DE PESQUISA

Lucas Allebrandt Peres[1]
João Marcelo de Souza Melo Rodrigues[2]
Pedro Ramos Lima[3]
Eraldo Martins Filho[4]
Evellyn Gehlen Ebertz Rodrigues[5]
Israel Lima Santos[6]

Resumo
O trabalho consiste em relatos autoetnográficos dos alunos integrantes do grupo de pesquisa com a temática “Acesso à Justiça, Poder e Processo Penal”, abordando uma breve descrição e reflexão crítica sobre os temas dos trabalhos já apresentados em cada encontro quinzenal no semestre 2024/1. O grupo de pesquisa tem como objetivo geral realizar leituras e discussões sobre diversos temas relacionados ao Processo Penal e ao Poder Punitivo, abrangendo desde aspectos introdutórios até textos complexos, e analisando como essas discussões contribuem para uma formação crítica e transdisciplinar. Os objetivos específicos do grupo de pesquisa incluem: 1) Produzir fichamentos detalhados dos textos estudados; 2) Apresentar seminários sobre os temas discutidos; 3) Participar de eventos acadêmicos relevantes; 4) Publicar artigos científicos resultantes das discussões e pesquisas do grupo. A metodologia do grupo se concentra no estudo crítico do sistema penal, conectando-o com o direito e outras áreas do conhecimento, como história, sociologia, antropologia e filosofia. O grupo se reúne quinzenalmente para discutir textos selecionados sobre Processo Penal e Poder Punitivo. Durante essas reuniões, os membros apresentam seminários e discutem suas perspectivas sobre as leituras. O resultado do trabalho decorre das experiências dos estudantes com relação aos encontros realizados, bem como aos textos já abordados, com seus apontamentos críticos, reflexões, dificuldades e evoluções perante o grupo de pesquisa. Ressalta-se que os resultados ainda são parciais, visto que o grupo de estudo continua em andamento.

Palavras-chave: acesso à justiça; poder punitivo; processo penal.

1 Universidade La Salle. E-mail: lucas.202120730@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: joao.202213734@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: pedro.lima@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: eraldo.202010245@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: evellyn.202210045@unilasalle.edu.br.
6 Universidade La Salle. E-mail: israel.202310099@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A Força do Direito. *In*: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

CAMUS, A. **Reflexões sobre a Guilhotina**. São Paulo: Editora Record, 2022. Tradução de Valerie Rumjanek.

FOUCAULT, M. O Corpo dos Condenados. *In*: FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 9-34

OST, F. E no Fim? *In*: OST, F. **Contar a lei:** as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2004.

RIBEIRO, Douglas Cunha Hassan; RIBEIRO, Diógenes Vicente Hassan. “Guerra às drogas” e os meios de comunicação simbolicamente generalizados: a improbabilidade do poder na aceitação de políticas contra as drogas. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 11, n. 1, 2023.

RIBEIRO, D. V. H. Uma ponte entre Zaffaroni, Ferrajoli e Ost - Construção do modelo de juiz democrático contemporâneo (e constitucional) na sociedade hipercomplexa. **Revista da AJURIS**, v. 14, n. 134, pp. 163-184. jun. 2014..

O FENÔMENO DAS CHACINAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

João Marcelo de Souza Melo Rodrigues[1]

Resumo
As chacinas brasileiras são caracterizadas por serem execuções letais com múltiplas vítimas em um curto período de tempo. Tratam-se de eventos trágicos de extrema violência e que são amplamente divulgados nos principais meios de comunicação do país. Estudos sociológicos apontam que as chacinas ocorrem em contextos de: 1) de disputas de facções criminosas, 2) práticas de represálias associadas a operações policiais, 3) rebeliões em presídios e 4) conflitos em campos (terra e trabalho). Antes verificado o caráter seletivo em suas vítimas, a fase atual da pesquisa tem como principal objetivo compreender a (a)tipicidade das chacinas na dogmática penal brasileira, investigando como o direito penal pátrio responde (ou não) a essas ocorrências, identificando possíveis lacunas na legislação penal e sua aplicação. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir da revisão bibliográfica, com base em fontes primárias, como dados bibliográficos e estatísticos, e fontes secundárias, como notícias dos principais meios de comunicação brasileiros. Os resultados preliminares indicam que a chacina é um conceito sociológico e com seletividade em suas vítimas. Desse modo, um dos marcos teóricos para a compreensão desse fenômeno é a Teoria da Seletividade Penal (Adorno, 1994; Adorno, 1995). Por fim, não sendo devidamente recepcionado pelo direito penal brasileiro, identifica-se uma deficiência no tratamento jurídico desses crimes. Registra-se, também, que a escassa produção científica sobre o tema, sobretudo na perspectiva jurídica, dificulta a adequada resposta penal a esses delitos.

Palavras-chave: chacinas; direito penal; sociologia da violência; teoria da seletividade penal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, v. 43, p. 45-63, 1995.

ADORNO, S. Violência, controle social e cidadania: Dilemas na administração da justiça criminal no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 41, p. 101-127, 1994.

1 Universidade La Salle. E-mail: joao.202213734@unilasalle.edu.br.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
NEPOMUCENO, E. **O Massacre:** Eldorado do Carajás - uma história de impunidade. Rio de Janeiro, Record, 2019.

SILVA, U. V. da; SANTOS, J. L. dos; RAMOS, P. C**. Chacinas e a politização das mortes no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SINHORETTO, J.; MARQUES, D. Chacinas no Brasil: 2016-2018. **Revista Reconexão Periferias**, São Paulo, abr., 2019. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/04/revistafinalvaleste.pdf. Acesso em 26 dez. 2024.

SINHORETTO, J. Juventude, controle do crime e racismo institucional. **Jovens adultos imputáveis:** direito penal e resposta judicial, p. 59, 2022.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. Editora Companhia das Letras, 1999.

DESPROPORCIONALIDADES DAS LIMINARES NA SUSPENSÃO DE REDES SOCIAIS NO ÂMBITO DA AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)

Israel Lima Santos[1]

Resumo
Este trabalho analisa a suspensão das contas na rede social por meio de liminares, no pleito eleitoral de 2024, na Zona Eleitoral de São Paulo. A investigação é embasada na Constituição Federal, especialmente no Art. 5°, inciso LIV, que assegura o devido processo legal, e no Art. 300, § 3°, do Código de Processo Civil, que trata da irreversibilidade das decisões judiciais. Além disso, o estudo aborda a possibilidade de censura prévia decorrente dessas suspensões liminares. Utilizando o método indutivo e a metodologia de revisão bibliográfica, a pesquisa revisa literatura jurídica e casos práticos para compreender as implicações legais e constitucionais da suspensão de contas em redes sociais durante o período eleitoral. O objetivo é identificar possíveis desproporcionalidades no âmbito do direito eleitoral, equilibrando a necessidade de controlar informações potencialmente danosas com a proteção dos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e o devido processo legal. Ao examinar a interação entre medidas judiciais emergenciais e garantias constitucionais, o trabalho busca evidenciar se as liminares concedidas nesse contexto podem levar a efeitos irreversíveis ou configurar censura prévia, questionando a adequação e a proporcionalidade das normas vigentes no cenário eleitoral brasileiro. Assim, pretende-se contribuir para o debate sobre a justiça eleitoral e a regulação das redes sociais.

Palavras-chave: eleições; suspensão de contas em redes sociais; liminar; Constituição Federal; devido processo legal.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão**. São Paulo: Grupo Almedina, 2018.

GOMES, José J. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024.

FORENSE, Equipe. **Constituição Federal Comentada**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.

1 Universidade La Salle. E-mail: israel.202310099@unilasalle.edu.br.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

PLURALISMO JURÍDICO E DEMOCRACIA DO COMUM: ALTERNATIVA DO SUL GLOBAL À COSMOVISÃO EUROCÊNTRICA E O COLAPSO CLIMÁTICO

Humberto Oliveira Correa da Silva[1]

Resumo
Este estudo pretende examinar os efeitos da exploração colonial na América Latina e como essas marcas influenciam a relação entre homem e natureza na modernidade. Analisa também como o Norte Global, baseado em uma ideologia que não reconhece a natureza como parte integrante da sociedade, a classifica como um objeto de exploração, contribuindo para o colapso climático devido às ações do homem branco. Possui como contraste a cosmovisão europeia e centralista, que coloca o homem no centro, a América Latina, especialmente a região andina, se destaca ao reconhecer a natureza como parte integrante do sistema de vida regional. O objetivo é oferecer uma contribuição inovadora ao desafiar a visão eurocêntrica tradicional que trata a natureza como um objeto de exploração, propondo um modelo jurídico que reconhece a natureza como sujeito de direitos e promove práticas participativas, alinhando-se com as cosmovisões indígenas e andinas para uma abordagem mais integrada e democrática. A metodologia é interdisciplinar e crítica com foco no pluralismo jurídico, novos sujeitos, direitos da natureza e democracia do comum, através do método de revisão bibliográfica de livros e artigos, além da análise de documentos primários como constituições e leis específicas. Este estudo, apesar de estar em fase inicial, já aponta para a necessidade de avançar no reconhecimento da natureza como sujeito de direitos na região andina, utilizando métodos participativos e alinhados com a realidade social da região. Assim se destaca o pluralismo jurídico por possibilitar a coexistência de múltiplos agentes, promovendo avanços para uma democracia do comum.

Palavras-chave: pluralismo-jurídico; novo-constitucionalismo; direitos-da-natureza; descolonialismo; novos-sujeitos-de-direito.

REFERÊNCIAS

PULEO, A. H. Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista. Em: LADRERO, Vatentín (org.). **Claves del ecologismo social**. Madrid: Libres enacción, 2009. p. 169–173.

QUIJUANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Em: **Cuestiones y Horizontes:** De la Dependencia Histórico-Estructural a la

1 Universidade La Salle. E-mail: 01bertoocs@gmail.com.

Colonialidad/Descolonialidad del Poder. Bueno Aires: CLACSO, 2014. p. 285–327. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

REIS, R. R. A América Latina e os direitos humanos. **Contemporânea**, Brasília, v. 2, p. 101–115, 2011.

ROSSI, A. S.; KOZICKI, K. A Colonialidade do Direito: Constitucionalismo e Direitos Humanos como Categorias Modernas em Desconstrução. **Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1–22, 2020.

SILVA, H. O. C. da; VARGAS, T. M.; WOLKMER, A. C. Pluralismo Jurídico e Pós Colonialismo: análise do marco temporal como instrumento de colonialidade no Brasil. *In*: STELZER, Joana; GARCIA, Silvio Marques; WENEZENOIVIEZ, Thais Janaina (org.). **Direitos humanos e efetividade:** fundamentação e processos participativos I. Florianópolis: CONPEDI, 2024. v. 7, p. 158–175.

WOLKMER, A. carlos; WOLKMER, M. de F. S. **Horizontes contemporâneos do direito na América Latina:** Pluralismo, Buen Vivir, Bens Comuns e Princípios do “Comum”. UNESC. Criciúma, 2020.

WOLKMER, A. C.; WOLKMER, M. de F. S. **Horizontes contemporâneos do direito na América Latina**. 2. ed. Criciúma: Ediunesc, 2024. 2024.v. 23ed. Disponível em: https://www.unesc.net/portal/ capa/index/300/5886/. Acesso em: 8 jun. 2024.

LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 14.181/2021 NO PROCON CANOAS, COMO FERRAMENTA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E REINSERÇÃO DO CONSUMIDOR NO MERCADO DE CONSUMO

Leonardo de Azevedo Barbosa[1]

Resumo
Este estudo empírico investiga a aplicabilidade da Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021) no Procon Canoas, destacando seu papel como ferramenta de resolução de conflitos e reinserção dos consumidores no mercado de consumo. A legislação fortaleceu os direitos dos consumidores, promovendo a reabilitação financeira e enfatizando a boa-fé objetiva e o direito à informação. O Núcleo de Apoio ao Superendividamento (NAS) do Procon Canoas exemplifica o compromisso com o suporte direto aos indivíduos em vulnerabilidade econômica, oferecendo soluções alternativas para dificuldades financeiras significativas. A análise aponta para o potencial da lei em auxiliar consumidores, mas também destaca desafios operacionais e a necessidade de educação jurídica contínua para aumentar sua eficácia. Ampliar as iniciativas do NAS é essencial para alcançar mais consumidores e promover uma cultura de consumo responsável e sustentável.

Palavras-chave: Código de defesa do consumidor; superendividamento; Procon; mínimo existencial; mediação.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, Miriam Batista. **Cejusc Maringá:** A Experiência Da Autocomposição Na Gestão Eficiente De Conflitos Judicializados. Editora Uniedusul, 2019.

BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 10. ed. Editora Revista dos Tribunais, 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.181/2021, de 1 de julho de 2021**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Centro Universitário Ritter dos Reis. E-mail: leonardoazevedobarbosa@hotmail.com.

BRASIL. **Lei n. 8.078/1990, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

CANOAS. **Decreto nº 212, de 25 de junho de 2021**. Institui o Programa Canoas Cidade do Cuidado como o Sistema Integrado de Prevenção às Violências e Acesso a Direitos no âmbito da Administração Pública do Município de Canoas, cria o Comitê Integrado de Prevenção. Diário Oficial Município de Canoas, Canoas, Rio Grande do Sul, 2021.

CARTILHA SOBRE o Tratamento do Superendividamento do Consumidor. Editora: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

FILOMENO, José Geraldo B. **Tutela Administrativa do Consumidor**: Atuação dos Procon's, Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Grupo GEN, 2014.

GONÇALVES, Benedito; SABINO, Camile. **Superendividamento dos Consumidores:** Aspectos Materiais e Processuais. Editora Foco, 2024.

LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Karen Rick Danielevicz. **Superendividamento Aplicado:** Aspectos Doutrinários e Experiência no Poder Judiciário. Editora: GZ, 2011.

MARQUES, Claudia Lima. **Consumo como igualdade e inclusão social:** a necessidade de uma lei especial para prevenir e tratar o “superendividamento” dos consumidores pessoas físicas. Revista Jurídica da Presidência, 2016.

MARQUES, Maria Manuel Leitão. **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

QUINTELA, Ana Carolina de Oliveira. **A Mediação Como Processo Autocompositivo Sob A Ótica Do Direito Fundamental Ao Processo Justo:** Releitura Crítica Quanto À Natureza E Ao mbito De Juridicidade Da Mediação Extrajudicial Conforme Regulada Pelo Código De Processo Civil E Pela Lei Nº 13.140/2015. Artigo Científico: Programa de Pós Graduação em Direito. PUCRS, 2020.

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DE EVENTOS CLIMÁTICOS: PREVENÇÃO E A EFETIVIDADE DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE EVACUAÇÃO EM NOSOCÔMIOS

Fernanda Fagundes de Moraes[1]

Resumo
A frequência dos fenômenos climáticos extremos tem aumentado de maneira alarmante em nosso mundo, e as causas subjacentes são múltiplas, com o aquecimento global representando a principal delas. Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi severamente atingido por um evento climático devastador: chuvas intensas provocaram cheias dos rios, resultando no transbordamento das águas e no inundamento das cidades. Esse cenário forçou a evacuação de inúmeros residentes, com bairros inteiros sendo abandonados. Em particular, os bairros Mathias Velho e Rio Branco, localizados no município de Canoas/RS, foram completamente esvaziados, incluindo a evacuação de hospitais e Unidades de Pronto Atendimento situados nessas áreas. Infelizmente, a demora na determinação de evacuação destes centros de saúde fez com que muitos pacientes entrassem em contato com a água contaminada da enchente, colocando-os em risco de agravamento da condição que estavam e até mesmo de morte. Neste contexto, o estudo visa analisar a responsabilidade do Estado em garantir a evacuação adequada de cidadãos durante uma calamidade, bem como seu possível dever de indenizar caso, por omissão, um indivíduo que não tenha sido evacuado a tempo tenha falecido ou sofrido ferimentos. De forma específica, o presente estudo objetiva a análise do processo de evacuação dos nosocômios da cidade de Canoas/RS nas áreas que foram atingidas pela enchente.

Palavras-chave: Flood; objective and subjective responsibility of the State; nosocomiums.

REFERÊNCIAS

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências. Disponível em:

1 Universidade La Salle. E-mail: fernanda.202010063@unilasalle.edu.br.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

ATIVISMO JUDICIAL NA "DESCRIMINALIZAÇÃO" DA MACONHA?

Elvio Dutra Adolfo Júnior[1]

Julia de Souza dos Santos[2]

Resumo

Introdução: A pesquisa busca analisar a decisão do STF no julgamento do RE n° 635.659 que versa sobre a (in)constitucionalidade do art. 28 da Lei n° 11.343/2006 (Lei de Drogas). Eis a questão central: houve ativismo judicial por parte do STF ao entender que não comete infração penal aquele que portar, para consumo pessoal, a substância cannabis sativa (maconha)? Objetivo: Verificar se houve invasão de competência do STF no Legislativo ao formar maioria para descriminalizar o porte da maconha para uso pessoal e fixar a quantia de 40 gramas ou 6 plantas-fêmeas, diferenciando usuários de traficantes. Objetiva-se analisar se os argumentos aduzidos nos votos dos ministros, com as respectivas pesquisas abarcadas ao leading case através da sistemática do amicus curiae, seriam suficientes para legitimar a decisão final. Metodologia: revisão bibliográfica, análise do processo, de jurisprudência e legislação (inclusive direito comparado). Resultados e Conclusões: No Brasil, há uma restrição no debate sobre consumo de drogas, dificultando a mudança de paradigma da necessidade de uma resposta penal para um caso de saúde pública, reforçado pela política antidrogas. Mediante a Lei n° 11.343/2006, buscou-se mitigar a política de repressão ao consumo de drogas por meio do art. 28 da referida norma, suprimindo as penas restritivas de liberdade. Contudo, a ausência de requisitos práticos para enquadramento de usuário gerou insegurança jurídica e uma crise social através do preconceito institucional. Logo, conclui-se necessária a intervenção do STF através da sistemática do controle de constitucionalidade, podendo fomentar um possível ativismo judicial por usurpação de competência.

Palavras-chave: personalidade; avaliação psicológica; estudo de caso.

REFERÊNCIAS

ABJ. **Critérios objetivos para porte e tráfico de drogas**. 2018.

AVALIAÇÃO do Impacto de Critérios Objetivos na Distinção Entre Posse para Uso e Posse para Tráfico: Um estudo Jurimétrico. Associação Brasileira de Jurimetria, 2019.

1 Universidade La Salle. E-mail: elvio.202213740@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: julia.202213815@unilasalle.edu.br.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Suffragium** - Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Fortaleza, v.5., n.8, p.1-177, jan/dez, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatórios Analíticos**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 635659 RG/SP** – São Paulo. Repercussão geral no Recurso Extraordinário. Constitucional. Direito Penal. Constituição do art. 28 da Lei 11.343/2006. Violação do art. 5°, inciso X, da Constituição Federal. Repercussão geral reconhecida. Relator: Min. Gilmar Mendes, 2024.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade:** as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HELLMAN, Arthur D. **Judicial Activism:** The Good, the Bad, and the Ugly. Pittsburgh University School of Law, Mississippi, 2002.

MELLO FILHO, José Celso de. **Discurso proferido na posse dos Ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso na Presidência e Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: STF, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024.

PEREIRA, Gabriel. Judges as equilibrists: Explaining judicial activism in Latin America. **Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas of Argentina (CONICET) and Human Rights**, Argentina, v. 20, n. 2, p. 696-732, Abril, 2022.

SERRANO, Pablo Jiménez; MARTINEZ, Regina Célia; FRANCISCO, Taeli Gómez. Activismo judicial e inseguridad jurídica: la falta de legitimidad de los órganos jurisdiccionales. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 25, n. 136, p. 340-363, Maio/Ago., 2023.

ADAPTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO ÀS NOVAS REALIDADES CLIMÁTICAS EXTREMAS: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

João Pedro Fabris Valdez[1]

Jéssica Trindade de Castilho[2]

Resumo

Na sociedade atual, as questões ambientais têm ganhado cada vez mais destaque. Nesse cenário, esse aumento de atenção se dá principalmente pelas frequentes catástrofes climáticas que têm sido cada vez mais frequentes em virtude dos anos de negligência que as atitudes humanas têm pela preservação do meio ambiente. A respeito disso, vale elencar a enchente ocorrida no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Nesse prisma, levando em consideração o ocorrido, muito se movimentou no mercado econômico estadual e nacional, principalmente no aspecto de seguros e a ocorrência de sinistros. Nessa conjuntura, há estudos que definem o custo da reconstrução estadual em mais de R$100 bilhões, fato que demonstra a necessidade de uma parceria público-privada entre estado e seguradoras para a reestruturação do estado. No tocante à delimitação do tema, além das questões que se pode retirar dos diversos estudos presentes na internet, se fará o uso de entrevistas realizadas com ex-presidentes de duas grandes seguradoras presentes no estado. Nesse contexto, o objetivo é demonstrar o que muda no cenário de seguros nacional com a frequência cada vez maior de eventos climáticos extremos extremamente danosos à população. Por fim, com a realização das entrevistas mencionadas e a apresentação de propostas pertinentes da CNSEG (Confederação Nacional das Seguradoras), além de projetos de lei e estudos, será possível demonstrar como essas catástrofes afetam e afetarão o mercado securitário no Brasil. Dessa forma, haverá o embasamento científico necessário para a realização deste trabalho.

Palavras-chave: enchentes, catástrofes, mercado financeiro, impacto econômico, meio ambiente e eventos climáticos, contratos de seguro, seguradoras.

REFERÊNCIAS

CNN. RS calcula em R$ 200 bilhões custo de reconstrução após enchentes, dizem fontes: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/economia/rs-calcula-em-r-200-bilhoes-custo-de-reconstrucao-apos-enchentes-dizem-fontes/#:~:text=O%252520estado%252520do%252520Rio%252520Grande,governa

1 Universidade La Salle. E-mail: fabrisjoao@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: thais.202213781@unilasalle.edu.br.

dor%252520no%252520in%C3%ADcio%252520do%252520m%C3%AAs. Acesso em: 30 mar. 2024.

FREITAS, C. M. DE .; XIMENES, E. F.. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1601–1616, jun. 2012.:

A PUBLICIDADE DO “JOGO DO TIGRINHO” E A (IN)APLICABILIDADE DAS PROTEÇÕES ESTABELECIDAS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EXPERIÊNCIA

Gabryela Peixoto de Souza[1]

Resumo

Introdução: O jogo “Tigrinho”, fenômeno recente, atrai milhares de pessoas, expandindo-se rapidamente em razão de forte publicidade. Porém, existiria algum tipo de publicidade enganosa ou abusiva na divulgação do jogo “Tigrinho”? Este jogo fere algum dos direitos dos consumidores? Estas são as principais questões que permeiam este trabalho, que busca analisar a legalidade tanto do jogo “Tigrinho” como da sua publicidade. Objetivo: O objetivo deste estudo é identificar se a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) é aplicável ao “Fortune Tiger”, jogo de aposta online conhecido no Brasil como “Tigrinho”, por meio da análise da sua legalidade na visão da Lei nº 14.790/2023. Especificamente, analisa-se se a divulgação do “Fortune Tiger” implica em publicidade enganosa ou abusiva devido à forma de exposição do funcionamento do jogo de aposta online e quais as possíveis consequências a partir da legislação consumerista. Metodologia: Revisão bibliográfica, análise de legislação e jurisprudência. Análise das principais reclamações do jogo “Fortune Tiger” e da plataforma de apostas. Resultados e Conclusões: Os resultados apontam para uma possível aplicação da Lei nº 14.790/2023 do jogo online e, consequentemente, o cabimento da proteção consumerista. A publicidade pode ser tanto enganosa quanto abusiva, sendo que pode ensejar, inclusive, o ressarcimento ou indenização de consumidores lesados. A situação se agrava quando os jogadores são consumidores hipervulneráveis, que demandam proteção especial.

Palavras-chave: jogos de aposta online; cassino online; legalidade; regulamentação; direito do consumidor; publicidade enganosa; publicidade abusiva.

REFERÊNCIAS

FILHO, Sergio C. **Programa de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GOSSON JÚNIOR, Alberto. **Direito dos contratos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

1 Universidade La Salle. E-mail: gabryela.202021064@unilasalle.edu.br. .

MARQUES, Claudia L. **Direito do Consumidor**: 30 anos de CDC. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

ROSENVALD, Nelson. **As Funções da Responsabilidade Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2024.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim A. **Manual de Direito do Consumidor**: v. único. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Maria Antônia Flores Neissinger[1]

Resumo
A privatização do sistema socioeducativo brasileiro é um tema atual e pouco explorado que busca analisar a transferência da gestão das medidas socioeducativas para o setor privado. O objetivo geral da pesquisa é analisar propostas de privatização do sistema socioeducativo, enquanto os objetivos específicos incluem conhecer a legislação e a realidade do sistema socioeducativo, examinar experiências anteriores de privatização no setor prisional e socioeducativo e, investigar se essa medida se mostra positiva. A privatização visa reorganizar as finanças públicas, transferindo responsabilidades estatais para a iniciativa privada. No entanto, isso pode resultar em uma gestão mais voltada para interesses econômicos do que para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. No contexto atual, a privatização do sistema socioeducativo, que começou a ser discutida em 2022 e implementada em algumas unidades de CASAs em Minas Gerais em 2023, ainda carece de uma avaliação clara de seus impactos. A discussão pública sobre o tema é limitada, com a maioria das análises sendo de caráter jornalístico. Portanto, uma pesquisa científica detalhada sobre o modelo privatizado do sistema socioeducativo é crucial para entender seus efeitos e contribuir para o debate nacional sobre suas implicações sociais e jurídicas.

Palavras-chave: privatização; sistema socioeducativo; legislação.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Clara. ‘Retrocesso, superlotação e desassistência’: especialistas se opõem a plano de Tarcísio de privatizar a Fundação Casa. **Rede Brasil Atual**. 29 de fev. de 2024. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/retrocesso-superlotacao-e-desassistencia-especialistas-se-opoem-a-plano-de-tarcisio-de-privatizar-a-fundacao-casa/. Acesso em: 30 mar. 2024.

BARRETO, Eduardo. Gestão Privada de sistema socioeducativo de MG na mira do governo Lula. **Metrópoles**. 29 de out. de 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/gestao-privada-de-sistema-socioeducativo-de-mg-na-mira-do-governo-lula. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: mariafneissinger@gmail.com.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

CABRAL, Sandro**. Sobre a participação privada na gestão e operação de prisões no Brasil:** Uma análise à luz da nova economia institucional. 2007, Disponível em: https://www.scielo.br/j/osoc/a/stJKyYywwkZm4qfGCySDSgM/?lang=pt#. Acesso em: 30 mar. 2024.

AASPSI BRASIL | SP: Parceria Público-Privada na Fundação Casa é alvo de críticas em audiência pública. **SITSESP**. 5 de mar. de 2024. Disponível em: https://www.sitsesp.org.br/novo/aaspsi-brasil-sp-parceria-publico-privada-na-fundacao-casa-e-alvo-de-criticas-em-audiencia-publica/. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Conteúdo da Lei nº 8.069/1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOVERNO E SOCIEDADE debatem aperfeiçoamento das políticas para o sistema socioeducativo. **AgênciaGov**. 31 de jan. de 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/201cencontro-nacional-sinase-pra-valer201d-reune-governo-e-sociedade-para-aperfeicoamento-das-politicas-voltadas-ao-sistema-socioeducativo. Acesso em: 30 mar. 2024.

REPÚDIO à privatização do sistema socioeducativo de MG ganha força e entidades lançam carta. **Brasil de Fato**. 1 de dez. de 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/12/01/repudio-a-privatizacao-do-sistema-socioeducativo-de-mg-ganha-forca-e-entidades-lancam-carta. Acesso em: 30 mar. 2024.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO(SINASE). 2006 - Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 1ª edição-ano 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

TRADE DRESS: OS DESAFIOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NÃO REGISTRADA

Bruna Dias Burigo[1]

Resumo
Diante do valor e da personalidade das marcas, é essencial que sua proteção não se estenda apenas à registrabilidade, mas também a todo conjunto-imagem do negócio. Entretanto, o que se observa no Brasil é a falta de proteção adequada aos elementos secundários, muito utilizados e pouco valorizados pela legislação. Assim, para sanar essas lacunas, é de suma importância a discussão quanto ao instituto do trade dress, como uma unidade de diferenciação e realce entre um produto, uma empresa e a imagem que os ambos possuem perante o mercado. Neste sentido, por meio de uma revisão bibliográfica em artigos, livros, leis e jurisprudências brasileiras e estrangeiras, objetiva-se investigar como o judiciário brasileiro supre a falta de legislação adequada para o trade dress, bem como demonstrar sua essencialidade para o país, que está em pleno desenvolvimento industrial. Concluindo-se, portanto, que o Brasil carece de embasamento legal para o tema, utilizando-se apenas da contenção à concorrência desleal como alternativa. Todavia, é crucial que o instituto do trade dress passe a ser protegido apropriadamente, de forma a preservar a criatividade dos empresários, bem como seus investimentos na consolidação de sua marca. De forma semelhante, do ponto de vista jurídico, legislações específicas proporcionariam decisões mais justas e homogêneas em todo território nacional, evitando surpresas na resolução de lides e contribuindo para a confiabilidade do judiciário. Por fim, persistindo as lacunas, permanecerá um risco significativo da concorrência desleal e, sobretudo, da falta de confiança dos consumidores.

Palavras-chave: trade dress; conjunto-imagem; significação secundária; propriedade intelectual; marca; concorrência desleal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Otávio. **Direito Autoral:** Conceitos Essenciais. Editora Manole, 2009.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Acordo TRIPS**. 23 jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasomc/brasil-e-a-omc/acordo-trips#:~:text=O%20Acordo%20sobre%20Aspectos%20dos,circuitos%20integrados%20e%20informação%20confidencial. Acesso em: 24 jun. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: bruna.202010354@unilasalle.edu.br.

DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. **Propriedade intelectual**. Grupo A, 2018.

ESTABILE, Isabella; MAGALHÃES, Nicole. Uma abordagem jurídica envolvendo cuidados na criação de embalagens: o papel do Trade Dress. **Migalhas**, 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/401955/uma-abordagem-juridica-envolvendo-cuidados-na-criacao-de-embalagens. Acesso em: 10 jun. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Supreme Court. **Taco Cabana v. Two Pesos. nº 91-971**, p. 25, 26 jun. 1992. Acesso em: 11 jun. 2024.

FILHO, Fernando Luiz F. **Gestão da inovação:** teoria e prática para implantação. Grupo GEN, 2013.

FRANÇOLIN, Andrea Pittham; FORTES, Thaís Gonçalves; GARCIA, Talita Sabatini. O trade dress e o posicionamento do STJ. **Migalhas**, 2019. Disponível em https://www.migalhas.com.br/depeso/303795/o-trade-dress-e-o-posicionamento-do-stj. Acesso em: 10 jun. 2024.

GONTIJO, Cícero. **As transformações do sistema de patentes, da convenção de Paris ao acordo TRIPS**. Gneisenaustr, 2005.

LIMA, Monique. As 10 marcas mais valiosas do mundo em 2023. **Forbes**. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2023/. Acesso em: 01 maio. 2024.

MARTINELLI, Larissa Carla. Trade Dress: a proteção ao conjunto de imagem no ordenamento jurídico brasileiro. **Argamassa:** Revista das engenharias, arquitetura e urbanismo, geografia, gestão, decisões e memórias, v. 1, nº 001, p. 67-82, 2018.

MILAN, Gabriel Sperandio et al. A formação da lealdade à marca de um refrigerante. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 20, n. 1, p. 148-174, 2021.

MINADA, Luciana Yumi H. O instituto do trade dress no Brasil – a eficácia da repressão à concorrência desleal enquanto mecanismo de proteção. **Revista Eletrônica do IBPI**, 2015.

NETTO, José Carlos C. **Direito autoral no Brasil**. SRV Editora LTDA, 2023.

SCHMIDT, Ingrid Jensen. Quais dos incisos do artigo 124 da keu nº 9279/96 estariam abertos ao princípio do Telle Quelle. **PIDCC:** Revista em propriedade intelectual direito contemporâneo, n. 8, p. 473-501, 2014.

SCHMIDT, Lélio D. **A distintividade das marcas:** secondary meaning, vulgarização e teoria da distância. SRV Editora LTDA.

TEAM, Wex Definitions. Lanham Act. **Legal Information Institute of Cornell Law School**. Junho de 2023. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/wex/lanham_act. Acesso em: 30 jun. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION, The WTO Agreements. **Agreements on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights as Amended by the 2005 Protocol Amending the TRIPS Agreement**. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/trips_e.htm#art15. Acesso em: 24 jun. 2024.

XAVIER, Vinicius de Almeida. As possibilidades de proteção ao trade dress. **Direito & Justiça**, v. 41, n. 2, p. 248-263, 2015. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13642. Acesso em: 25 mar. 2024.

APOSENTADORIA PARA TRANSEXUAIS: DESAFIOS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Júlia Cardoso Mayer[1]

Anna Carolina Da Silva Guilloux[2]

Resumo

Introdução: Os transexuais sofrem dificuldades ao objetivar a garantia dos seus direitos perante a sociedade, incluindo o direito de aposentadoria de acordo com o gênero em que se identificam. Mesmo que haja decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 4.275 reconhecendo o direito, o Instituto Nacional Da Previdência Social (INSS) obsta este direito, sendo a resistência infundada. Objetivo: Demonstrar que, embora não exista uma previsão legal específica de regras para aposentadoria de pessoas transexuais e transgêneras, existem avanços na legislação e na jurisprudência brasileira que visam protegê-las das diversas formas de violência nos âmbitos da vida, inclusive ao postular seus direitos perante o INSS, pois o direito previdenciário deve buscar garantir a proteção social aos segurados, servindo como um instrumento positivo (inclusivo) e não de exclusão. Metodologia: Revisão bibliográfica, análise legislativa e jurisprudencial. Resultados e Conclusões: Apesar dos avanços proporcionados pela Constituição Federal e pela decisão do STF na ADIN nº 4.275, o ambiente regulatório e a prática do INSS ainda não garantem uma proteção efetiva. A proteção previdenciária deve considerar a diversidade e adotar medidas de compensação para evitar injustiças na concessão de aposentadorias. Além disso, a falta de uma regulamentação clara e específica pode perpetuar a insegurança jurídica e a desigualdade, exigindo que o sistema previdenciário se adapte para ser verdadeiramente inclusivo. A legislação previdenciária deve evoluir para diminuir as barreiras enfrentadas por pessoas transexuais, garantindo que o direito à aposentadoria seja exercido de maneira justa e sem discriminação.

Palavras-chave: aposentadoria; INSS; transexuais.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Fernando. **Aposentadoria da Pessoa Transexual** - Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade nos Casos de Mudança de Sexo Capa comum 29 agosto 2019.

1 Universidade La Salle. E-mail: juliamayer2605@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: anna.202411592@unilasalle.edu.br.

BOMFIM, Rainer. **Aposentadoria de Pessoas Trans:** uma proposta queer de proteção do período de transição de gênero. 2024.

PENCOTTI, Heloísa Helena Silva. **Previdência Social e Seguridade para transexuais e travestis**. 2023.

O DIREITO SUCESSÓRIO E A HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE APORTES TEÓRICOS, LEGISLATIVOS E JURISPRUDENCIAIS

Lucas Allebrandt Peres[1]

Bruna de Souza Rodrigues[2]

Resumo

Introdução: O avanço tecnológico tem introduzido novos tipos de ativos, como contas de redes sociais, criptomoedas e arquivos digitais, que têm impacto no direito sucessório brasileiro. Esses ativos digitais, muitas vezes protegidos por senhas e termos de uso específicos, desafiam a legislação atual, que não cobre completamente sua transmissão após a morte. A falta de regulamentação específica para esses bens digitais cria incertezas sobre como devem ser transferidos para os herdeiros, exigindo uma atualização das normas sucessórias existentes e uma reavaliação do Código Civil para incluir essas novas realidades. Objetivo: Este artigo analisa a herança digital no Brasil, identificando os desafios legais associados à transmissão desses ativos após a morte e a necessidade de um marco regulatório específico. Metodologia: A pesquisa inclui uma revisão da literatura teórica e legislativa sobre a herança digital, análise das lacunas na legislação atual e comparação com regulamentações internacionais. Também examina o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) sobre a herança digital. Resultados e Conclusões: A legislação brasileira atual não aborda adequadamente a herança digital, resultando em incertezas sobre a transmissão desses ativos. Projetos de lei e a experiência internacional, como na Alemanha e Itália, destacam a importância de um marco regulatório claro. A atualização do Código Civil para incluir normas sobre herança digital é essencial para garantir segurança jurídica, equilibrando a proteção da privacidade com a necessidade de uma transferência segura e justa dos bens digitais.

Palavras-chave: herança digital; direito sucessório; ativos digitais; LGPD.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA, Jaime Gustavo Gonçalves. **Luto digital:** plataformas para a gestão da herança digital. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

1 Universidade La Salle. E-mail: lucas.202120730@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: bruna.202212313@unilasalle.edu.br.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. Sucessão de bens digitais: quem tem medo do novo. **Revista Síntese Direito de Família**, v. 20, n. 113, p. 1-23, 2019.

BARRETO, Alesandro Gonçalves; NETO, José Anchiêta Nery. Herança digital. **Revista Eletrônica Direito & TI**, v. 1, n. 5, p. 10-10, 2016.

MENDES, Laura Schertel; FRITZ, Karina. Case report: Corte alemã reconhece a transmissibilidade da herança digital. **Direito UNIFACS–Debate Virtual-Qualis A2 em Direito**, n. 225, 2019.

MOTA, Ana Catarina de Marinheiro. **Sucessão de bens digitais:** a admissibilidade da herança digital. 2022.

SILVA, J. F. **Herança digital:** a importância desta temática para os alunos dos cursos da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. 2014. 83 p.

TARTUCE, Flávio. Herança digital e sucessão legítima: primeiras reflexões. **Centro de Investigação de Direito Privado**, ano, v. 5, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 21 abr. 2024.

CONTRATO DE NAMORO COMO INSTRUMENTO DE DESCARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL

Lucas Allebrandt Peres[1]

Resumo
Introdução: O artigo investiga os contratos de namoro como uma inovação no direito de família brasileiro, surgindo em resposta às novas configurações familiares e à necessidade de maior autonomia nas relações afetivas. Objetivo: Analisar a validade e a eficácia dos contratos de namoro, destacando como esses instrumentos podem ser usados para evitar os efeitos jurídicos da união estável, preservando a autonomia das partes envolvidas. Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem doutrinária, examinando as principais obras e opiniões de especialistas em direito de família e contratos. Além disso, considera-se a interpretação jurisprudencial como um complemento, ilustrando como esses contratos são aplicados na prática jurídica. Resultados e Conclusão: A análise revela que, embora os contratos de namoro possam formalizar a intenção das partes de evitar a união estável, sua eficácia depende da conformidade com os princípios da autonomia privada e boa-fé. A simples existência do contrato não afasta automaticamente o reconhecimento de uma união estável pelos tribunais, especialmente se os elementos fáticos da relação indicarem essa configuração. Assim, a eficácia dos contratos de namoro está ligada à clareza na sua elaboração e à transparência das intenções expressas. A pesquisa conclui que, enquanto esses contratos são ferramentas valiosas para proteger interesses pessoais e patrimoniais, devem ser elaborados com cautela, levando em conta as limitações e os riscos impostos pela interpretação jurídica vigente no Brasil.

Palavras-chave: contrato de namoro; direito de família; descaracterização de união estável.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos de Direito Civil**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

1 Universidade La Salle. E-mail: thaina.oliveira3110@gmail.com.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 6:** Direito de Família. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SILVEIRA, Diego Oliveira da. **Namoro e União Estável:** Como Diferenciar Essas Relações?. Porto Alegre: IBDFAM, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil:** Volume Único. 9. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. Contratos Afetivos: O Temor do Amor. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord). **Família entre o Público e o Privado**. Belo Horizonte: Magister, 2012.
.

DIREITOS SUCESSÓRIOS DO FILHO CONCEBIDO APÓS A MORTE DO GENITOR

Bruna Luisa Huppes Konzen[1]

Resumo
Baseia-se a presente pesquisa no problema chave: o filho concebido por fertilização in vitro post mortem possui direitos sucessórios relativos ao espólio do genitor? Assim sendo, através de revisão bibliográfica, pesquisa jurisprudencial e legislativa, será possível buscar o atual entendimento acerca dos direitos sucessórios do filho concebido nestes termos. Salienta-se que, até meados de 2017, no cenário jurídico nacional, previa-se a saisine, conforme artigos 1.784 e 1.798 do Código Civil, fato que limitava o espólio aos herdeiros legítimos e testamentários concebidos e nascidos na abertura da sucessão. Com a promulgação da Resolução n.º 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina, surgiu a possibilidade da concepção in vitro após a morte, o que estimulou a legislação a adaptar-se, vez que ainda não há entendimento consolidado acerca dos direitos sucessórios do embrião concebido por este método. Neste ínterim, originam-se duas vertentes doutrinárias. A primeira disserta que o embrião fecundado não deverá ter direitos sucessórios, sob o argumento de que não se enquadra nos parâmetros estabelecidos no Código Civil. Em contrapartida, a segunda vertente pondera que este deve possuir direitos sucessórios, vez que, implantado no útero, se equipara ao nascituro. Segundo o entendimento doutrinário, para garantir a segurança jurídica até que haja regulamentação expressa acerca do assunto retro, recomenda-se que a implantação uterina ocorra no prazo de dois anos, à luz do § 4.º do art. 1.800 do CCB. Embora trate-se de um debate de cunho legal e social, ainda não há posicionamento uniforme, o que mostra evidente necessidade de debates sobre o tema.

Palavras-chave: fertilização; in vitro; post mortem; genitor; direitos; sucessórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 30 mar. 2024.

CFJ. https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/526. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: brunakonzenn@gmail.com.

G1. Disponível: https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2021/06/09/fertilizacao-apos-morte-de-um-dos-conjuges-so-pode-ser-feita-com-autorizacao-expressa-decide-stj.ghtml. Acesso em: 30 mar. 2024.

JUSBRASIL. https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-sucessao-do-filho-oriundo-de-fertilizacao-in-vitro-homologa-post-mortem/931552819. Acesso em: 30 mar. 2024.

JUSBRASIL. https://www.jusbrasil.com.br/artigos/concepcao-in-vitro-post-mortem-e-o-direito-sucessorio/678461985. Acesso em: 30 mar. 2024.

A (I)LEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DE DADOS DE GEOLOCALIZAÇÃO DOS CELULARES COMO MEIO DE PROVA EM AÇÕES TRABALHISTAS

Moises Bandeira D Elly[1]

Resumo
Introdução: A evolução tecnológica e a crescente adoção de dispositivos móveis no ambiente laboral têm introduzido novos desafios e oportunidades para o monitoramento da jornada de trabalho. A geolocalização por meio de celulares emerge como uma ferramenta potencial para a comprovação de horas extras, levantando questões jurídicas relevantes no cenário do Direito Trabalhista. Objetivo: analisar a viabilidade e a legalidade da utilização de dados de geolocalização dos celulares como meio de prova em ações trabalhistas. Busca-se contextualizar o uso dessa tecnologia no contexto jurídico, identificar os principais desafios éticos, legais e morais, e avaliar o impacto prático nas relações de trabalho no Brasil. Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem exploratória, jurisprudencial e bibliográfica, com análise de casos reais e da jurisprudência dos tribunais do trabalho. Serão examinados documentos legais, decisões judiciais e estudos acadêmicos relevantes ao uso de tecnologias de monitoramento no Direito Trabalhista. Resultados e Conclusões: Os resultados indicam que, embora a geolocalização possa fornecer dados precisos para a comprovação de horas extras, sua admissibilidade como prova enfrenta desafios éticos e legais, especialmente no que diz respeito à privacidade dos trabalhadores. Conclui-se que, para que essa prática seja implementada de maneira justa e eficaz, é necessária a elaboração de regulamentações claras que assegurem o equilíbrio entre os direitos dos trabalhadores e as necessidades de controle dos empregadores. Pesquisas futuras podem explorar a implementação de políticas que maximizem a transparência e a proteção dos dados pessoais no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: geolocalização; direito do trabalho; direito à intimidade e à vida privada; jornada de trabalho; provas digitais; ônus da prova; processo do trabalho; eficácia diagonal dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: moisesdelly@gmail.com.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **AIRR nº 614-59.2017.5.06.0020**. Agravante: JBS S.A.. Agravado: ADONIAS LUIZ DA SILVA. Relator: José Roberto Freire Pimenta. Brasília, DF, 21 de março de 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.tst.jus.br/#1125fbe6218d7f4637225b09067674b2. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Informativo nº 184 (12 a 24 set. 2018)**. 24 set. 2018. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/144933. Acesso em: 24 jul. 2024.

CALVET, Otávio Torres. **Prova testemunhal x provas digitais:** um novo rumo para a Justiça do Trabalho. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-abr-27/trabalho-contemporaneo-prova-testemunhal-digital-rumo-justica-trabalho. Acesso em: 23 jul. 2024.

COELHO, Daniel Oliveira. **Uso de dados de geolocalização como prova da jornada de trabalho ante os direitos à intimidade e à vida privada**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2023.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DENTE, Clóvis André. **A inversão do ônus da prova no processo trabalhista brasileiro**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, 2012.

DUDA, Maria Fernanda de Araújo. **Sociedade e estado em rede:** o diálogo necessário entre as provas digitais e os direitos fundamentais na justiça do trabalho no Brasil. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

LOPES, João Batista. **A prova no direito processual civil**. 2. ed. ver. atual. amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Prova.** São Paulo: RT, 2009.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. Único. 10ª ed. rev. amp. atual. Editora JusPodivm, 2018.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Karla Lima. 1ª ed. Jandira, SP: Principis, 2021.

PEREIRA, Leone. **Princípios do direito processual do trabalho**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Pedro Paulo Teixeira Manus e Suely Gitelman (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/383/edicao-1/principios-do-direito-processual-do-trabalho. Acesso em: 11 jul. 2024.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA JURÍDICO: ÉTICA, REGULAÇÃO E IMPACTOS SOCIAIS

Leonardo Linck Soares de Souza[1]

Resumo
Na quarta Revolução Industrial, o cenário jurídico tem testemunhado uma crescente integração de tecnologias, com destaque para tecnologias com Inteligência Artificial (IA). Sistemas que utilizam IA, que prometem revolucionar a prática jurídica, estão sendo progressivamente adotados. Este artigo busca compreender as implicações éticas, regulatórias e sociais do uso da IA no sistema jurídico. O objetivo deste estudo é analisar os desafios e oportunidades que a IA apresenta para o direito e para a sociedade, bem como compreender as propostas regulatórias adotadas no Brasil, comparando-as com as de outros países. A metodologia utilizada baseia-se na análise de doutrinas e na comparação de legislações de todo o mundo. Conclui-se que, embora a IA traga avanços significativos para a sociedade, particularmente na eficiência e precisão dos processos jurídicos, é essencial que sua implementação seja acompanhada por uma estrutura regulatória consolidada.

Palavras-chave: inteligência artificial; direito; ética; regulação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina de. **Inteligência Artificial, Ética e Direito:** Guia Prático para Entender o Novo Mundo. [S.l.]: SRV Editora LTDA, 2022

BARBOSA, Mafalda Miranda. **Inteligência artificial, e-persons e direito:** desafios e perspectivas. 2017

BARCAROLLO, Felipe. **Inteligência Artificial:** Aspectos Ético-Jurídicos. São Paulo: Grupo Almedina, 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Projeto Victor avança em pesquisa e desenvolvimento para identificação dos temas de repercussão geral**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1. Acesso em: 27 jun. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: leonardo.202010569@unilasalle.edu.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 494.601/RS**. Sacrifício de animais em rituais religiosos de matriz africana, DJe 19.11.2019. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/ sjur414970/false. Acesso em: 27 jun. 2024.

DIVINO, S. B. S.; MAGALHÃES, R. A. Propriedade intelectual e direito autoral de produção autônoma da inteligência artificial. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 167–192, 2020. DOI: 10.18759/rdgf.v21i1.1537. Disponível em: https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1537. Acesso em: 27 jun. 2024.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto et al. Considerações Iniciais Sobre Inteligência Artificial, Ética e Autonomia Pessoal. **Revista de Ciências Jurídicas**, v.23, n.4. p. 1-17. Fortaleza: Pensar. 2018

DUARTE, Luciana Gaspar Melquiades; TAKAKURA, Flávio Iassuo. Inteligência artificial no direito: dilemas e contribuições. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v. 8, n. 1, p. 01 – 23, 2022.

ERNESTO, Leandro Miranda; PINTO, Henrique Alves. Inteligência artificial aplicada ao Direito: por uma questão de ética. **Revista de Processo:** RePro, São Paulo, v. 47, n. 327, p. 431-449. 2022.

FEFERBAUM, Marina; SILVA, Alexandre Pacheco da; COELHO, Alexandre Z.; *et al.* **Ética, Governança e Inteligência Artificial**. São Paulo: Grupo Almedina, 2023

FELIPE, Bruno Farage da Costa; PERROTA, Raquel Pinto Coelho. Inteligência artificial no direito – uma realidade a ser desbravada. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 4, n. 1, p. 01 – 16. Salvador: 2018.

FIGUEIREDO, Antônio Macena**. Ética:** origens e distinção da moral. Saúde, Ética & Justiça. Brasília: 2008.

GARCIA, A. C. B. Ética e Inteligência Artificial. **Computação Brasil**, [S. l.], n. 43, p. 14–22, 2020. DOI: 10.5753/compbr.2020.43.1791. Disponível em: https://journalssol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/1791. Acesso em: 28 jun. 2024.

MAGALHÃES, Regina; VENDRAMINI, Annelise. **Os impactos da quarta revolução industrial**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: 2018.

MAIA FILHO, M. S.; JUNQUILHO, T. A. Projeto Victor: perspectivas de aplicação da inteligência artificial ao direito. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [S.

l.], v. 19, n. 3, p. 218–237, 2018. DOI: 10.18759/rdgf.v19i3.1587. Disponível em: https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1587. Acesso em: 26 jun. 2024.

MARTÍN PINO ESTRADA, M. Inteligência Artificial e Direito. **Revista Eletrônica Direito & TI**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 4, 2015. Disponível em: https://direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/38. Acesso em: 27 jun. 2024.

MORAIS, F. S. de. O uso da inteligência artificial na repercussão geral: desafios teóricos e éticos. **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 100, 2022. DOI: 10.11117/rdp.v18i100.6001. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6001. Acesso em: 27 jun. 2024.

ROCHA, Leonel Severo; TACCA, Adriano. Inteligência artificial: reflexos no sistema do direito. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 38, n. 2, 2018.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 101, p. 37–50, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.004. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185024. Acesso em: 27 jun. 2024.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; LARA, Fernanda Corrêa. Quarta revolução industrial, inteligência artificial e a proteção do homem no direito brasileiro. **Revista Meritum**. v.15, n.4, p.300-311. DOI: https://doi.org/10.46560/meritum.v15i4.8223. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8223. Acesso em: 27 jun. 2024.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: OS REFLEXOS DAS OBRIGAÇÕES DO ESTATUTO DE ROMA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA, SOB UMA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO, SUBMISSO E SOBERANIA

Sidemar Dias Galhardo[1]

Resumo
O presente artigo trata acerca da implementação do Estatuto de Roma no direito interno brasileiro, analisando os reflexos das normas obrigacionais às quais o Brasil se comprometeu a cumprir perante o Tribunal Penal Internacional (TPI). Estes reflexos serão analisados sob os aspectos de integração da norma internacional ao direito brasileiro, em uma perspectiva entre a soberania do Estado e sua aparente submissão perante o TPI. Dada a sua relevância no contexto global atual, tendo em vista os conflitos armados e os possíveis atentados contra a dignidade humana daí decorrentes, o TPI representaria uma força de dissuasão e repressão contra os crimes de maior gravidade, que afetam toda a comunidade internacional. No entanto, dado o princípio da subsidiariedade que o norteia, seus Estados partes (incluindo o Brasil) devem harmonizar seu direito interno com as normas do Estatuto de Roma. Neste sentido, o objetivo desse estudo é compreender a evolução histórica do processo de criação de uma corte criminal internacional, até a assinatura e ratificação do Estatuto de Roma pelo Brasil, verificando os reflexos das normas obrigacionais da jurisdição do TPI perante o direito interno brasileiro. Este artigo visa explorar como as obrigações do Estatuto de Roma influenciam a legislação brasileira, analisando o equilíbrio entre a submissão às normas internacionais e a autonomia do ordenamento jurídico nacional. Além disso, também visa contribuir para a discussão acerca da necessária harmonização das legislações internas com as normas de Direito Internacional, a fim de que se torne objetiva a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como a consolidação de uma justiça penal universal.

Palavras-chave: direito internacional; direito internacional penal; direito constitucional; direitos humanos; estatuto de roma; tribunal penal internacional.

REFERÊNCIAS

BORGES, Danilo Marques. **Tribunal Penal Internacional e Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade

1 Universidade La Salle. E-mail: sidemar.201710553@unilasalle.edu.br.

Católica de Goiás, Goiânia, 2014, pág. 20. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1540116. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Artigo 109, §5º. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956**. Define e pune o crime de genocídio.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – **Incidente de Deslocamento de Competência:** 15DF 2017/0240784-9, Data de Julgamento: 10/08/2022, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 16/08/2022. Relator: Min. João Otávio de Noronha.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 5935**. A interpretação do alcance das cláusulas pétreas deve encontrar equilíbrio entre a preservação do núcleo identitário constitucional e o regime democrático; Relator: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-137 DIVULG 02-06-2020 PUBLIC 03-06-2020.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2007.

DONNEDIEU DE VABRES, Henry Felix Auguste. **Le procès de Nuremberg**. Cours de doctorat professé à la Faculté de Droit de Paris. Paris: Domat Montchrestien, 1947.

LEÃO, Nilton Rogério Pinto. **Nuremberg: um tribunal de exceção?** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10759674. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, Pablo Rodrigo Alflen. **A implementação do Estatuto de Roma no âmbito interno brasileiro ante as recentes movimentações no Tribunal Penal Internacional**; Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/download/841/848. Acesso em: 27 jun. 2024.

A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE: DISPARIDADES NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO CIVIL E FISCAL

Francieli da Rosa[1]

Resumo
Este trabalho busca analisar a aplicação da presunção da boa-fé do terceiro adquirente de bens no processo de execução. Em específico sobre as disparidades do tema quando comparado o posicionamento jurisprudencial aplicado ao processo de execução civil e ao processo de execução fiscal. A problemática advém quando o instituto da boa-fé não é aplicado ao terceiro adquirente de bens no processo de execução fiscal, sendo considerada — conforme o artigo 185 do CTN, com modificação de lei complementar n. 118/2005 —, a presunção de fraude e de absoluta má-fé do terceiro adquirente de bens, respaldado no fundamento da inscrição do devedor em dívida ativa, logo invalidando a aquisição do bem ainda que não houvesse registro de penhora. Não obstante, tal posicionamento vai em desacordo ao enunciado da súmula 375, editada pelo STJ, na qual versa que nas execuções civis a presunção da boa-fé do terceiro adquirente de bens é reconhecida e cabe ao exequente comprovar a má-fé. Ou seja, o adquirente que desconhece da existência de penhora sobre o bem adquirido, considerando que não tenha averbação na matrícula do imóvel, presume-se a boa-fé. Por conseguinte, a metodologia utilizada neste estudo analisa os fundamentos para tal divergência com intuito de demonstrar a importância de ressalvar o terceiro adquirente de boa-fé, uma vez que resultam em uma instabilidade na segurança jurídica e até mesmo uma violação ao direito do contraditório.

Palavras-chave: fraude; execução; presunção; boa-fé; má-fé; adquirente.

REFERÊNCIAS

ASSIS. Araken. **Manual de Execução**. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

ASSIS. **Cumulação de ações**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. 50 p.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 17. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015. 111 p.

1 Universidade La Salle. E-mail: francieli.202010357@unilasalle.edu.br.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A execução civil:** conceito, espécies e temas fundamentais - o cumprimento de sentença. 4. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2019. 253 p.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil:** volume IV. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2019.36 p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Contratos e Atos Unilaterais. V. 3. 20 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. 25 p.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Lei de Execução Fiscal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2009. 11 p.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil:** Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 38 p.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil:** Volume Único. 10. ed. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2018. 866 p.

NOLASCO, Rita Dias; GARCIA, Victor Menezes. **Execução fiscal à luz da jurisprudência:** Lei 6.830/1980 comentado artigo por artigo: de acordo com o novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. 690-694 pp.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo:** introdução ao processo civil. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. 909 p

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2.429/SP,** Quarta Turma, Brasília, DF, 19 de junho de 1990. Diário da Justiça, Brasília, DF, 6 ago. 1990. Disponível em https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=RECURSO+ESPECIAL+N+2.429%2FSP&b=DTXT&p=true&tp=T. Acesso em: 3 maio. 2024

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n º 1.141.990 - PR (2009?0099809-0),** Brasília (DF), 10 de novembro de 2010, Rel. Min. Luiz Fux. Disponível em https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1020233&nreg=200900998090&dt=20101119&formato=HTML#. Acesso em: 04 maio. 2024.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Agravo n º 0002468-31.2013.404.0000**, Primeira Turma, Relator Jorge Antonio Maurique, Julgado em: 04.09.2013. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/jurisprudencia/sumulas_tru4/20027201020231-9.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5172&ano=1966&ato=d1dcXRE1UMZRVTadb. Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 12 maio. 2024..

AS LICITUDES E ILICITUDES DOS MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS

Eduarda Nascimento[1]

Resumo
Este trabalho, diante do método dedutivo, disserta sobre os conceitos de busca e apreensão, mais especificamente da busca domiciliar, assim como suas relações dentro do processo penal e suas características cautelares. Destacando, além disso, que na prática existem abusos e violações de direitos processuais e fundamentais. Ademais, há exposição dos principais princípios a serem observados e a elucidação dos debates doutrinários e jurisprudenciais quanto ao cumprimento dos mandados de busca e apreensão realizados nos casos do crime de tráfico de drogas, diante da Lei de Abuso de Autoridade, nº 13.869/2019, dos julgamentos do Recurso Extraordinário (RE) n° 603.616/RO, do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) nº 83.501 e do RHC 168.319/2022. Isto como meio de compreender os mecanismos de limitação aos meios de ação dos agentes estatais encarregados da garantia da segurança pública. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, auxilia a chegar nos resultados pretendidos, como demonstrar o debate doutrinário e jurisprudencial quanto ao tema abordado. Contudo, ainda é possível que existam novos posicionamentos sobre o tema, devido sua relevância.

Palavras-chave: busca e apreensão; tráfico de drogas; lei de abuso de autoridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Agência. **STF descriminaliza porte de maconha para uso pessoal**. Brasília. 25 de junho de 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-06/stf-descriminaliza-porte-de-maconha-para-uso-pessoal#:~:text=Por%20maioria%20de%20votos%2C%20o,ainda%20n%C3%A3o%20foi%20oficialmente%20divulgado. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: castagnolieduarda@gmail.com.

BRASIL. **Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Lei de Drogas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. **Lei no 13.869, de 5 de setembro de 2019**. Lei do abuso de autoridade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

CARVALHO, João Daniel Jacobina Brandão de. **Limites constitucionais ao compartilhamento da prova penal**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional). – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022.

DUARTE, Evandro Piza; MEDEIROS, Felipe Rocha de; SIQUEIRA, Flaviane Montalvão. **As hipóteses de busca e apreensão sem mandado nos casos de tráfico de drogas (Crimes permanentes):** O sistema constitucional americano de garantias contra as buscas não razoáveis e Recurso Extraordinário (RE) 603.316 julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Quaestio Iuris. Vol. 13, no 044, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://rlbea.unb,br/jspui/handle/10482/41551. Acesso em: 24 jun. 2024.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MELLO, Celso de. **Mandado de busca genérico contraria presunção de inocência**. 2018. Consulto Jurídico. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-fev-21/mandado-busca-generico-viola-presuncaoinocencia-celso. Acesso em: 02 jun. 2024.

PACELLI DE OLIVEIRO, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro, Editora Atlas S.A. 2013.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Súmula no 591**. É permitida a "prova emprestada" no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa. Diário da Justiça: seção 1, julgado em 13 de setembro de 2017. Publicado em 18 de setembro de 2017. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=%28sumula%20adj1%20%27591%27%29.sub. Acesso em: 23 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário (RE) 603.616/RO**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Julgado em 05 de novembro de 2015. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10924027. Acesso em: 02 jun. 2024.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA APLICAÇÃO AOS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO

Fernanda Fagundes de Moraes[1]

Resumo
A Lei nº 13.964/2019, popularmente conhecida como “Pacote Anticrime”, trouxe diversas mudanças ao Código Penal e de Processo Penal, dentre elas, o instituto do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). O legislador estabeleceu determinados requisitos para que o investigado seja beneficiário de tal acordo, dentre os quais, que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça. Conforme um estudo feito pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023, os crimes aos quais mais se oferece este benefício estão previstos no Código de Trânsito Brasileiro e no Estatuto do Desarmamento, somando 42,39% dos acordos estudados. Todavia, os crimes mais comuns descritos em ambas as legislações, a saber embriaguez ao volante, posse e porte de arma de fogo, sejam elas com numeração suprimida ou não, são doutrinariamente considerados como sendo crimes dolosos de perigo abstrato e violência presumida. Desta forma, o presente estudo visa analisar a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal aos crimes de perigo abstrato e violência presumida, mais especificamente, aos crimes previstos no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, art. 12, 14 e 16, §1º, I, do Estatuto do Desarmamento. Igualmente, objetiva-se analisar os impactos da oferta e rejeição da benesse aos investigados considerando os objetivos do ANPP.

Palavras-chave: non-prosecution agreement; abstract danger and presumed violence; drunk driving; possession and carrying of firearms.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Max Rodrigo Siqueira. Acordo de não persecução penal: alterações no processo penal empreendidas pela lei n° 13.964/2019 e implementação de uma justiça penal colaborativa em Goiás. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado de Goiás**, Goiânia, ano XXIII, n. 40, p. 55-83, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.mpgo.mp.br/revista/pdfs_40/3-Max.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal:** parte geral. v.1. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. E-book.

1 Universidade La Salle. E-mail: fernanda.202010063@unilasalle.edu.br.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Crime de Perigo Abstrato**. 2013. Disponível em: http://www.elciopinheirodecastro.com.br/documentos/artigos/02_02_2013.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Fortalecendo vias para as alternativas penais:** um levantamento nacional da aplicação do Acordo de não Persecução Penal no Brasil. 2023. Brasília, DF: CNJ, 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/lancamento-levantamento-anpp-1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERRASSOLI, Bárbara Mostachio. ANPP em crime culposo com resultado violento: é cabível?. **Migalhas**. 2021. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/348986/anpp-em-crime-culposo-com-resultado-violento-e-cabivel. Acesso em: 20 abr. 2024.

LAI, Sauvei. Primeiras impressões sobre o acordo de não persecução penal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 75. Jan./Mar. 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1606558/Sauvei_Lai.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL E QUAIS OS INSTRUMENTOS PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE TRIUNFO/RS

Milena Lisboa Barreto[1]

Resumo
A preservação do patrimônio cultural muitas vezes requer investimentos significativos em conservação, restauração e educação patrimonial. Apesar da existência de leis de incentivo fiscal em algumas jurisdições. Os instrumentos legais destinados à proteção do patrimônio cultural muitas vezes são baseados em legislações antigas ou tradicionais, que podem não estar alinhadas com os desafios contemporâneos ou com novas abordagens de conservação e com os fatores climáticos. É crucial que as políticas de proteção ao patrimônio sejam flexíveis e adaptáveis às novas realidades e necessidades da cidade e atentas a desastres ambientais, como o que atingiu o Estado em maio deste ano. A resistência a atualizações legislativas ou a adoção de novas práticas de gestão patrimonial pode limitar a eficácia dos instrumentos legais existentes. Através do presente trabalho, analisamos os instrumentos legais como meio de proteção ao patrimônio cultural na cidade de Triunfo/RS, nas esferas Federal, Estadual e Municipal e a necessidade de se pensar em novos meios de proteção a esses patrimônios frente as crises climáticas que vem assolando nosso Estado.

Palavras-chave: crise climática; patrimônio cultural; instrumento legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União:

1 Universidade La Salle. E-mail: milena.201110523@unilasalle.edu.br.

Seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 152, p. 1, 08 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil [...]. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 124, p. 1, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil [...]. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 124, p. 1, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 116, p. 24056, 06 dez. 1937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 140, p. 6793, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 116, p. 24056, 06 dez. 1937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 140, p. 6793, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 188, Edição Extra, p. 109, 29 dez. 2009. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12187-29-dezembro-2009-599441-norma-pl.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. rev., atual, e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 182, p. 7-11, 20 set. 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 19. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO. **Inventário do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico de Triunfo**. 2022?. Disponível em https://www.triunfo.rs.gov.br/pagina/view/49. Acesso em: 11 jul. 2024.

TRIUNFO. **Decreto n. 3.044, de 14 de dezember de 2022**. Triunfo, RS: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/triunfo/decreto/2022/305/3044/decreto-n-3044-2022-homologa-o-inventario-do-patrimonio-historico-artistico-cultural-e-paisagistico-do-municipio-de-triunfo-rs?q=%203.044. Acesso em: 11 jul. 2024.

TRIUNFO. **Lei n. 2.382, de 22 de dezembro de 2009**. Triunfo, RS: Câmara Municipal, 2009. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/triunfo/lei-ordinaria/2009/239/2382/lei-ordinaria-n-2382-2009-institui-a-protecao-ao-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-do-municipio-de-triunfo-e-da-outras-providencias?q=2.382. Acesso em: 11 jul. 2024.

TRIUNFO. **Lei n. 2.382, de 22 de dezembro de 2009**. Triunfo, RS: Câmara Municipal, 2009. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/triunfo/lei-ordinaria/2009/239/2382/lei-ordinaria-n-2382-2009-institui-a-protecao-ao-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-do-municipio-de-triunfo-e-da-outras-providencias?q=2.382. Acesso em: 11 jul. 2024.

TRIUNFO. **Lei n. 3.130, de 23 de junho de 2022**. Institui o Inventário e cria o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico do Município de Triunfo, e dá Outras Providências. Triunfo, RS: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/triunfo/lei-ordinaria/2022/313/3130/lei-ordinaria-n-3130-2022-institui-o-inventario-e-cria-o-fundo-municipal-do-patrimonio-historico-artistico-cultural-e-paisagistico-do-municipio-de-triunfo-e-da-outras-providencias?q=3.130. Acesso em: 11 jul. 2024.

TRIUNFO. **Lei n. 3.130, de 23 de junho de 2022**. Institui o Inventário e cria o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico do Município de Triunfo, e dá Outras Providências. Triunfo, RS: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/triunfo/lei-ordinaria/2022/313/3130/lei-ordinaria-n-3130-2022-institui-o-inventario-e-cria-o-fundo-municipal-do-patrimonio-historico-artistico-cultural-e-paisagistico-do-municipio-de-triunfo-e-da-outras-providencias?q=3.130. Acesso em: 11 jul. 2024.

UNESCO. World Heritage Convention. **Policy document on climate action for world heritage**. Paris, FR: UNESCO, 2023. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/climatechange/. Acesso em: 11 jul. 2024.

PREENSÃO MANUAL MÁXIMA DURANTE O PROCESSO DE PERDA DE PESO EM ATLETAS DE JUDÔ EM ATK

Paulo Ricardo Rodrigues de Rodrigues[1]

Tainá Aparecida Haubert[2]

Resumo

O judô, esporte olímpico disputado em sete categorias de peso, demanda dos atletas habilidades físicas extensivas, sendo essas capacidades cruciais em diferentes fases do combate, onde a preensão manual desempenha um papel central, representando aproximadamente metade das interações durante a luta. Para competir em categorias de peso inferiores, muitos atletas recorrem à perda significativa de peso, utilizando métodos extremos. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar se há mudança significativa na força de preensão manual máxima associada à perda de peso em judocas. Este estudo prospectivo de coorte foi realizado com 10 atletas de judô, monitorando a força de preensão manual e a perda de peso em três momentos: 15 dias antes do campeonato, no dia da pesagem e antes da competição. Os resultados indicaram que a perda de peso não afetou significativamente a força de preensão manual máxima dos atletas, embora tenha tido uma tendência de queda na força do lado direito entre a pesagem e a competição. Conclui-se que, embora a perda de peso não tenha afetado imediatamente a força de preensão manual dos atletas em um curto espaço de tempo, o impacto durante lutas reais, que exigem repetidas e prolongadas ações de preensão, pode ser diferente. Portanto, a prática de rápida perda de peso para ganhar vantagem competitiva deve ser cuidadosamente avaliada, considerando os diversos efeitos adversos que podem comprometer tanto o desempenho esportivo quanto a saúde dos atletas.

Palavras-chave: preensão manual; perda de peso; judô.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN, B. L. et al. Factors related to rapid weight loss practices among international-style wrestlers. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Hargestown, v. 36, p. 249-252, 2004.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Redução de peso em lutadores. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 5, p. 77-80, 1999.

1 Universidade La Salle. E-mail: paulo.202010529@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: taina.201920385@unilasalle.edu.br.

ARTIOLI, G. G.; FRANCHINI, E.; LANCHA JUNIOR, A. H. Perda rápida de peso em esportes de combate de domínio: revisão e recomendações aplicadas. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 8, p. 92-101, 2006.

ARTIOLI, Guilherme Giannini et al. Magnitude e métodos de perda rápida de peso em judocas de elite. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 3, p. 307-315, 2007.

ARTIOLI, Guilherme Giannini et al. Prevalence, Magnitude, and Methods of Rapid Weight Loss among Judo Competitors. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 42, n. 3, p. 436-442, 2010.

ARTIOLI, Guilherme G. et al. Rapid Weight Loss Followed by Recovery Time Does Not Affect Judo-Related Performance. **Journal of Sports Sciences**, v. 28, n. 1, p. 21-32, 2010.

ARTIOLI, Guilherme Giannini et al. Tempo de Recuperação Entre a Pesagem E O Início Das Lutas Em Competições de Judô Do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 3, p. 371-376, 2011.

BONITCH-GÓNGORA, J. G. et al. The effect of lactate concentration on the handgrip strength during judo bouts. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 26, n. 7, p. 1863-1871, jul. 2012. doi: 10.1519/JSC.0b013e318238ebac. PMID: 21986690.

CALMET, Michel; MIARKA, Bianca; FRANCHINI, Emerson. Modeling of Grasps in Judo Contests. **International Journal of Performance Analysis in Sport**, v. 10, n. 3, p. 229-240, 2010.

CLARYS, Peter et al. Influence of weight reduction on physical performance capacity in judokas. **Journal of Combat Sports and Martial Arts**, v. 1, n. 2, p. 71-76, 2010.

COUFALOVA, Klara et al. Changes in body composition, anthropometric indicators and maximal strength due to weight reduction in judo. **Arco**, v. 10, 2014.

FILAIRE, E. et al. Food Restriction, Performance, Psychological State and Lipid Values in Judo Athletes. **International Journal of Sports Medicine**, v. 22, n. 6, p. 454-459, 2001.

FOGELHOLM, G. M. et al. Gradual and Rapid Weight Loss: Effects on Nutrition and Performance in Male Athletes. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 25, n. 3, p. 371-377, 1993.

FOGELHOLM, M. Effects of Bodyweight Reduction on Sports Performance. **Sports Medicine**, v. 18, n. 4, p. 249-267, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.2165/00007256-199418040-00004. Acesso em: 4 jul. 2024.

FRANCHINI, Emerson et al. Judo Combat: Time-Motion Analysis and Physiology. **International Journal of Performance Analysis in Sport**, v. 13, n. 3, p. 624-641, 2013.

FRANCHINI, Emerson et al. Physiological Profiles of Elite Judo Athletes. **Sports Medicine**, v. 41, n. 2, p. 147-166, 2012.

KURAKAKE, S. et al. Changes in Physical Characteristics, Hematological Parameters and Nutrients and Food Intake during Weight Reduction in Judoists. **Environmental Health and Preventive Medicine**, v. 3, p. 152-157, 1998.

HORSWILL, C. A. et al. Weight Loss, Dietary Carbohydrate Modifications, and High Intensity, Physical Performance. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 22, n. 4, p. 470-476, 1990.

LORENÇO-LIMA, L. de; HIRABARA, S. M. Efeitos da perda rápida de peso em atletas de combate. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 35, n. 1, p. 245-260, 2013.

MCMURRAY, R. G.; PROCTOR, C. R.; WILSON, W. L. Effect of Caloric Deficit and Dietary Manipulation on Aerobic and Anaerobic Exercise. **International Journal of Sports Medicine**, v. 12, n. 2, p. 167-172, 1991.

MORALES, Jose et al. Effects of Rapid Weight Loss on Balance and Reaction Time in Elite Judo Athletes. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, v. 13, n. 10, p. 1371-1377, 2018.

PAZ, G. A. et al. Preenção manual entre membro dominante e não dominante em atletas de alto rendimento de judô. **Revista Mineira de Educação Física**, v. 22, n. 2, p. 31-43, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/revminef/article/view/10063. Acesso em: 4 jul. 2024.

POSIÇÃO OFICIAL: Redução de peso em lutadores. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 5, n. 2, p. 77-80, 1999.

COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE APRENDIZADO ENTRE JOGOS EDUCACIONAIS DIGITAL E FÍSICO APLICADO EM GRADUANDOS NA ÁREA DA SAÚDE

Tainá Aparecida Haubert[1]
Patrick da Silveira Gonçalves[2]
Liciane Fernandes Medeiros[3]

Resumo
Introdução: Nos cursos na área da saúde, as disciplinas básicas são frequentemente consideradas difíceis pelos estudantes e com isso é relevante que novas metodologias sejam implementadas para um melhor processo de ensino-aprendizagem. Dentre as diversas metodologias ativas existentes, os jogos educacionais podem ser valiosos para complementar as aulas tradicionais, pois podem promover autonomia, entretenimento e interação com os pares, e assim gerar uma aprendizagem efetiva. Objetivo: Avaliar o nível e percepção do aprendizado dos alunos após um jogo educacional digital ou físico como oficinas de estudo em período pré-avaliativo na disciplina de Morfologia Humana. Metodologia: Trata-se de um estudo experimental de abordagem qualitativa/quantitativa. Após assinatura de TCLE, os alunos irão responder questionários sociodemográfico, semi-estruturado de escala Likert e teste de aprendizado. Serão alocados em dois grupos: jogos educativos físico ou digital. A intervenção consiste na aplicação de jogos educacionais digital e físico como oficina para revisão pré-prova na disciplina de morfologia humana. Ao final da atividade, será aplicado questionário de percepção do aprendizado e teste de aprendizado com questões objetivas. Os dados serão computados em média ou frequência de acordo com a variável analisada. Para os dados referentes ao número de erros e acertos, será utilizado teste t para comparação entre grupos, considerando significância $p<0,05$. Resultados Esperados: Espera-se que os resultados possam ampliar conhecimento frente aos jogos educativos, comparando jogos físicos com jogos digitais. Assim, propor estudos futuros para melhorias no processo de ensino-aprendizagem para o ensino superior com metodologias ativas.

Palavras-chave: ensino superior; jogos educacionais; metodologias ativas.

1 Universidade La Salle. E-mail: tainahaubert1997@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: patrick.goncalves@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: liciane.medeiros@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

MICHAEL, Joel. **What makes physiology hard for students to learn**? Results of a faculty survey. Advances in Physiology Education. 2007.

CHAVES, A. D. et al. **Synaptic board:** an educational game to help the synaptic physiology teaching-learning process. Advances in Physiology Education. 2020.

LUCHI, K. C. G.; MONTREZOR, L. H.; MARCONDES, F. K. **Effect of an educational game on university students' learning about action potentials**. Advances in Physiology Education. 2017.

PREVENÇÃO DE DEPRESSÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rafaela Silveira de Jesus[1]

Resumo

A saúde mental dos idosos, se tornou nos últimos anos, uma preocupação crescente no Brasil e em todo o mundo. A depressão apresenta um alto índice entre os idosos e ainda é subdiagnosticada. Além disso, a institucionalização é considerada um fator de risco para o aumento da depressão. identificar fatores de risco para a depressão em idosos institucionalizados; conhecer como identificar depressão em idosos e descrever fatores de prevenção de depressão em idosos institucionalizados. revisão da literatura. Foram selecionados artigos dos últimos 5 anos (2019-2024), disponíveis na íntegra e no idioma português e inglês. Após análise dos artigos, foram selecionados dezesseis para o desenvolvimento da pesquisa. inúmeros são os fatores de risco encontrados que aumentam os índices de depressão nos idosos como, perda de vínculos afetivos, institucionalização, idade avançada e doenças psiquiátricas. A identificação de depressão no idoso ainda é dificultosa, sendo a escala de depressão geriátrica a ferramenta mais citada para uso dos profissionais de saúde. Inúmeros são os fatores que contribuem para a prevenção de depressão no idoso institucionalizado como manter boas relações familiares, sociais, estimular as atividades de vida diárias, atividades recreativas e mentais, o bom acolhimento na instituição, humanização, boa infraestrutura e principalmente, a identificação precoce de quadros depressivos. A pesquisa realizada revelou insights importantes sobre os fatores de risco, identificação e prevenção da depressão nessa população específica, destacando a complexidade e a importância de abordagens preventivas eficazes além de atividades que possam manter o idoso ativo fisicamente e mentalmente.

Palavras-chave: elderly; depression; institutionalized.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. *et al.* Rastreamento de depressão em idosos residentes em instituições de longa permanência. **Nursing** (Ed. bras., Impr.), 2021. Disponível em: https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1626. Acesso em: 19 jun. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: rafaela.202010360@unilasalle.edu.br.

CARVALHO, Poliana Fialho de *et al*. Sintomas depressivos e fatores associados em idosos institucionalizados da região metropolitana de Belo Horizonte. Geriatr., Gerontol, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2509-84962021000400252&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2024.

DA SILVA SANTOS, D. P. *et al*. A depressão do idoso institucionalizado. **Brazilian Journal of Development**, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34204. Acesso em: 10 jun. 2024.

FIDELIS, J. A.; OLIVEIRA, L. P. de. Envelhecimento: as ações de enfermagem aos idosos com depressão. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12027. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONSÊCA, W.; FRANCO, C. Depressão em idosos institucionalizados: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, 2019. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/9081. Acesso em: 01 jul. 2024.

KURATA, V. M.; CARREIRA, L. Influência da institucionalização no desenvolvimento de depressão em idosos: uma revisão integrativa. **Ciênc. cuid. saúde**, 2019. Disponivel em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/42392. Acesso em: 20 jun. 2024.

MATOS, D. DA S.; ROCHA, C. B. **Assistência de enfermagem a pacientes idosos com sinais de depressão em residência terapêutica**. Centro Universitário Unifametro, Fortaleza, 2023. Disponível em: http://repositorio.fametro.com.br/jspui/handle/123456789/1575. Acesso em: 19 jun. 2014.

NÓBREGA, I. DE S.; MEDEIROS, T. P. G.; MARCOLINO, E. DE C. Avaliação da depressão e da qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Rev. Enferm**., 2020. Disponível em: https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/879. Acesso em: 01 jul. 2024.

OLIVEIRA, ASS; MENDES, ALR; BRITO , SFL de; et al. Depressão em idosos institucionalizados. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18620. Acesso em: 8 jul. 2024.

OLIVEIRA, L. DE.; GONÇALVES, J. R. Depressão em idosos institucionalizados: uma revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, 2020. Disponível em: http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/110. Acesso em: 20 jun. 2024.

QUEIRÓS, L. R. M.; FIGUEIREDO, B. Q. DE.; OLIVEIRA, R. C. Análise do alto índice de depressão em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32943. Acesso em: 23 jun. 2024.

RIBEIRO DOS SANTOS, I.; SILVA VASCONCELOS, J.; SOARES CONCEIÇÃO, A. F. Depressão em idosos: Uma discussão sobre abandono familiar de idosos em instituições de longa permanência. **Revista Formadores**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2023. DOI: 10.25194/rf.v16i3.1669. Disponível em: https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1669. Acesso em: 8 jul. 2024.

SANTIAGO, V. DOS R.; TAVARES, D. M. DOS S.; MOLINA, N. P. F. M. Fatores associados ao indicativo de depressão em idosos institucionalizados. **Revista Científica de Enfermagem**, 2022. Disponível em: https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/708. Acesso em: 15 jun. 2024.

SCHERRER JÚNIOR, G. *et al*. Atividades de vida diária, sintomas depressivos e qualidade de vida de idosos. **Acta Paul Enferm**., 2022. Disponivel em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002022000100344&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2024.

Silva, V. P. de O. *et al*. Escala de depressão geriátrica como instrumento assistencial do enfermeiro no rastreio de sintomas depressivos em idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-188. Acesso em: 19 mar. 2024.

SOUSA, P. H. S. F.; PRIMO, A. E.; FERNANDES, A. Enfermagem na prevenção da depressão no idoso. **Brazilian Journal of Development**, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17024. Acesso em: 8 jun. 2024.

DESVENDANDO A SEPSE: INSTRUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PRECOCE E A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Débora Luizi de Jesus Barcelos[1]

Resumo
Introdução: com elevados índices de mortalidade no país, a sepse é uma condição desafiadora para os profissionais de saúde, não havendo uma forma de diagnóstico preciso, sua evolução é rápida e exige não só conhecimento por parte desses profissionais, mas também políticas públicas em saúde, sendo o enfermeiro indispensável na identificação, monitoramento, prevenção e gerenciamento do paciente séptico. Objetivo: expor dados epidemiológicos e fatores de morbimortalidade, identificar gatilhos da sepse no ambiente hospitalar e identificar instrumentos que auxiliam o enfermeiro na identificação precoce da sepse. Método: revisão de literatura que utilizou 28 artigos, nas bases de dados: Google Acadêmico; BVS; SCIELO; ILAS; PUBMED; RESEARCH; GOV; OPAS; IBGE. Desenvolvimento: a região Sul do país se destaca pela elevada incidência de sepse. Entre os principais desafios estão a infraestrutura limitada das UTIs, a subnotificação de casos e a inconsistência na aplicação de protocolos de tratamento. As manifestações clínicas incluem febre ou hipotermia, taquicardia, taquipnéia e alterações no nível de consciência, com diagnóstico baseado em critérios de escalas como SIRS; SOFA; NEWS; MEWS e a utilização de indicadores de disfunção orgânica como Robô Laura e protocolos de combate a sepse. O tratamento eficaz requer ação imediata com terapia adequada. Além disso, é crucial considerar fatores sociais e culturais que influenciam o acesso ao cuidado de saúde e a prevenção de complicações. Considerações Finais: a conscientização e o desenvolvimento contínuo de protocolos são fundamentais para preparar futuros profissionais de saúde, capacitando-os a enfrentar eficazmente os desafios impostos por essa condição grave.

Palavras-chave: sepse; enfermagem; saúde pública.

REFERÊNCIAS

ABREU DE AZEVEDO, D.; URIAS, G.; LUIZ DE OLIVEIRA, L. A Revisão De Literatura Como Metódo De Pesquisa Na Geografia: Uma Scoping Review. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 109, p. 65–88, 2023. DOI: 10.54446/bpg.v109i1.2955. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2955. Acesso em: 28 abr. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: dehlzi11@outlook.com.

ALMEIDA, N. R. C. DE . et al. Analysis of trends in sepsis mortality in Brazil and by regions from 2010 to 2019. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 12, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/Hg5rSwQ9dJLBp3Z9KQfd74G/?lang=pt. Acesso em: 23 maio. 2024.

ALVES, PIO. Valcides José; OLIVEIRA MOTA, Márcio De. Fatores que interferem na tomada de decisão do time de resposta rápida (TRR) frente a eventos de choque séptico: revisão integrativa. *In*: PIO ALVES, Valcides José; OLIVEIRA MOTA, Márcio De. **Tecnologias em saúde e de informação nas práticas de gestão em saúde**. Campina Grande: Amplla, 2023. p. 310-325. ISBN 978-65-5381-136-2. Disponível em: https://ampllaeditora.com.br/books/2023/08/TecnologiaemSaude.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

ALVIM, S. L. A. et al. Conhecimento da equipe de enfermagem em relação aos sinais e sintomas da sepse. **Enferm. foco** (Brasília), p. 133–138, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1104393. Acesso em: 11 jun. 2024.

ARAUJO, J. V. G. et al. SEPSE e choque séptico - uso de novos biomarcadores e inteligência artificial para diagnóstico precoce, bem como perspectivas atuais de tratamento com uso de imunomoduladores / SEPSIS and septic shock - use of new biomarkers and artificial intelligence for early diagnosis, as well as current perspectives of treatment with the use of immunomodulators. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 52609–59621, 20 jul. 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/50483. Acesso em: 25 jun 2024.

ASBEQUE, A. C. F. et al. **A importância da prevenção e reconhecimento precoce da sepse para a equipe de Enfermagem com auxílio de protocolos**. Enfermagem: contextualizando a educação em saúde, [S. l.]: Editora Científica Digital, 2022.

BEZERRA VILHENA, M. H. **Comparação entre os escores de triagem para diagnóstico de sepse na uti:** um estudo analítico de acurácia. 2022. 32 p. Trabalho de conclusão de curso — Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.udf.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4177/3/MARIA%20HELOISA%20BEZERRA%20VILHEN.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

BEZERRA, N. K. dos S. et al. Early identification and initial treatment of sepsis by emergency nurses. **Rev Enferm UFPI**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.26694/reufpi.v11i1.2809. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/2809. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRANCO, M. J. C. et al. The role of the nurse in caring for the critical patient with sepsis. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 73, n. 4, p. 7, e20190031, Epub 17-Jun-2020. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0031. Disponível em http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000400304&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 maio. 2024.

CAETANO, P. D. T.; NASCIMENTO DO, N. J. O; PEREIRA, R. Índice de sepse em uti no brasil e a importância da educação permanente com os profissionais de enfermagem e comunidade sobre sinais e sintomas de sepse. **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 69–75, dez. 2023. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/rbraf/article/view/2630. Acesso em: 23 abr. 2024.

CEBRIANO, G. C. y M. et al. The nurse as the protagonist of the early identification of Sepsis: Care in the management and evolution of the disease. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e56010212922, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12922. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12922. Acesso em: 8 jul. 2024.

CÉSAR OLIVEIRA, S. et al. The Nurse Approach Towards the Detection of Antecedent Signs and Symptoms of Sepsis in Patients at a Nursing Ward / O Enfermeiro na Detecção dos Sinais e Sintomas que Antecedem Sepse em Pacientes na Enfermaria. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 11, n. 5, p. 1307–1311, 2019. DOI: 10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1307-1311. Disponível em: https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/7551. Acesso em: 24 maio. 2024.

COELHO, I. M. W. da S. Métodos sistemáticos de revisão de literatura científica: apontamentos para o desenvolvimento e publicação de pesquisas educacionais. **Educitec** - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 9, n. jan./dez., p. e216523, 2023. DOI: 10.31417/educitec.v9.2165. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2165. Acesso em: 28 abr. 2024.

CRUZ, D. A. et al . Clinical profile and predictors of in-hospital mortality in critically ill adults with sepsis: an integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e18011931905, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31905. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31905. Acesso em: 1 jun. 2024.

DA SILVA, D. B. G. et al. ASPECTOS CLÍNICOS DOS PACIENTES COM SEPSE: ETIOLOGIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 07, p. 9753–9766, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N7-124. Disponível

em:https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1041. Acesso em: 22 jun. 2024.

DANTAS, B. S. F.; FIGUEIREDO , M. B. G. de A. A incidência de sepse nos hospitais, seus níveis de morbidade e mortalidade e fatores que viabilizam sua manifestação. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 760–773, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n5p760-773. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/649. Acesso em: 11 jun. 2024.

ELLWANGER FREIRE, G. H. et al. Perfil Epidemiológico e Tendências Temporais das Internações por Sepse no Brasil: Um Estudo de 2019 a 2023. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 1809–1819, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p1809-1819. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1720. Acesso em: 15 abr. 2024.

EVANS, Laura. et al. Campanha de sobrevivência à sepse: diretrizes internacionais para o manejo da sepse e choque séptico 2021. **Critical Care Medicine**, v. 49, n. 11, p. 1-72, 2021. DOI: https://doi.org/10.1097/C CM.0000000000005337. Disponível em: https://www.sccm.org/sccm/media/PDFs/Surviving-Sepsis-Campaign-2021-Portuguese-Translation.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

FERREIRA, E. G. C. et al. Conhecimento de enfermeiros de um serviço de emergência sobre sepse. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 3, p. 210-217, 21 dez. 2020. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2953/909. Acesso em: 25 jun 2024.

FERREIRA JUNIOR, A. R. et al. Sistematização da assistência de enfermagem a pacientes adultos com diagnóstico de sepse. **Revista Baiana Saúde Pública**, v. 44, n. 2, p. 218–239, 2020. DOI: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2020.v44.n2.a2825 Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2825/2921. Acesso em: 11 jun. 2024.

GODOI, G. G. de; SILVA, M. V. A. da; SILVEIRA, G. C. O papel da enfermagem na detecção precoce da sepse. **Anais do 19° Encontro de Iniciação Científica (ENIC) das Faculdades Integradas de Jaú**, Jaú, Brasil, v. 19, p. 2, 2022. Disponível em: https://portal.fundacaojau.edu.br:4433/journal/index.php/enic/article/view/44. Acesso em: 18 abr. 2024.

GONÇALVES, L. S. et al. Implementation of an Artificial Intelligence Algorithm for sepsis detection. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 73, n. 3, p. 5, e2018042, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0421. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/DB8459YKwtVth4YX8vqxTJp/?lang=en. Acesso em: 11 jun. 2024.

GONÇALVES, A. et al. Conhecimento da equipe de enfermagem sobre diretrizes para o manejo da sepse. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 17-24, 2023. Disponível em: https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/1479. Acesso em: 23 abr. 2024.

GOV. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. 12 jul. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao. Acesso em: 12 jul. 2024.

HENRIQUE, D. de M. et al. Protocolos gerenciados por enfermeiros para identificação precoce da sepse: revisão de escopo. **Revista Enfermagem UERJ**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e66263, 2023. DOI: 10.12957/reuerj.2023.66263. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/66263. Acesso em: 23 maio. 2024.

IBGE. **A vida sem saneamento** – Para quem falta e onde mora essa população?. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/a-vida-sem-saneamento-para-quem-falta-e-onde-mora-essa-populacao/. Acesso em: 12 jul. 2024.

IDALGO GC et al. Perfil epidemiológico da sepse nas unidades de saúde do abc paulista, entre os anos de 2018 e 2020. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**. v. 25, n. 1, 2021 Jan;25:101178. DOI: 10.1016/j.bjid.2020.101178. Epub 2021 Mar 6. PMCID: PMC7936829. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867020303056?via%3Dihub. Acesso em: 23 maio. 2024.

ILAS. **Sepse** 3.0. 23 abr. 2024. Disponível em: https://ilas.org.br/sepse-3-0/. Acesso em: 23 abr. 2024.

ILAS. **Relatório nacional 2023**. 6 fev. 2024a. Disponível em: https://ilas.org.br/relatorio-nacional-2023/. Acesso em: 28 abr. 2024.

JÚNIOR, J. G. S. DE L. et al. Características epidemiológicas da sepse nas unidades de saúde pública no Brasil entre os anos de 2018 e 2021: impacto da pandemia de COVID-19. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases:** an official publication of the Brazilian Society of Infectious Diseases, v. 26, n. 1, p. 102090, 1 jan. 2022. ISSN 1413-8670. DOI: https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.102090. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867021005596. Acesso em: 15 de abril de 2024.

LEITE DE PAULA, L. C.; DISESSA, C. P. Conhecimento dos enfermeiros sobre sirs, sofa e qsofa em uma unidade de terapia intensiva adulto. **Revista Ensaios Pioneiros**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2023. DOI: 10.24933/rep.v7i2.340. Disponível em: https://ensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/340. Acesso em: 23 maio. 2024.

LINS, A. N. S. et al. Epidemiological profile of sepsis hospitalizations in Brazil between 2017 and 2021. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e592111134048, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.34048. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34048. Acesso em: 22 jun. 2024.

LOBO, S. M. et al.. Mortalidade por sepse no Brasil em um cenário real: projeto UTIs Brasileiras. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 31, n. 1, p. 1–4, jan. 2019. DOI: https://doi.org/10.5935/0103-507X.20190008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/XD867yzfcJGNpnMKhQg8wyb/#. Acesso em: 22 jun. 2024.

MARTEL, T. et al. Prehospital Antibiotics Improve Morbidity and Mortality of Emergency Medical Service Patients with Sepsis. **HCA Healthcare Journal of Medicine**, v. 1, n. 3, artigo 10, p. 169-177, 1 jul. 2020. DOI: https://doi.org/10.36518/2689-0216.1063. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10324699/. Acesso em: 22 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Escore para alerta precoce**. 12 mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/saude/escore-para-alerta-precoce-1/escore-para-alerta-precoce. Acesso em: 12 jul. 2024.

MORENO DE CAMARGO, D. et al. Incidência de internações e mortalidade por sepse em um hospital do Rio Grande do Sul - Brasil. **Revista Contexto & Saúde**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. e13488, 2022. DOI: 10.21527/2176-7114.2022.46.13488. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/13488. Acesso em: 9 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Boletim de imunização**, v.46, edição especial sobre o brasil, maio 2024. Boletim de Imunização, v. 46, n. 1, p. 1-14, 2024. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/59793. Acesso em: 12 jul. 2024.

PEREIRA, M. D. de F. et al. Análise da mortalidade por Sepse no Brasil. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5457, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.2-368. Disponível em:

https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5457. Acesso em: 9 jun. 2024.

PIRES, H. F. de M. et al. Sepse em unidade de terapia intensiva em um hospital público: estudo da prevalência, critérios diagnósticos, fatores de risco e mortalidade / Sepsis in an intensive care unit in a public hospital: study of prevalence, diagnostic criteria, risk and mortality factors. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 53755–53773, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-862. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14240. Acesso em: 28 mai. 2024.

PINTO, C. da S. P. .; SANTOS, M. V. dos; SIMOR, A. Control factors and progression of sepsis in the Intensive Care Unit: a literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e38101421750, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21750. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21750. Acesso em: 1 jun. 2024.

REIS H. V. et al. Choque séptico: diagnóstico e uso de norepinefrina e vasopressina. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, p. e6986, 25 mar. 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6986. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAMAI, P. S. S. M.; WALLYSSON. S. DA C. A. atuação da enfermagem mediante a prevenção e detecção precoce de sepse na unidade de terapia intensiva: uma revisão. **Journal of Education Science and Health**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 1–14, 2021. DOI: 10.52832/jesh.v1i4.42. Disponível em: https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/42. Acesso em: 18 abr. 2024.

SANTOS, M. R. DOS. et al. Mortes por sepse: causas básicas do óbito após investigação em 60 municípios do Brasil em 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. 1-14, p. e190012. supl.3, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-549720190012.. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Cgzjb3tpGSZjspvqJphZG7C/#. Acesso em: 18 abr. 2024.

SCHERER, J. DE S. et al. “Beyond technology: Can artificial intelligence support clinical decisions in the prediction of sepsis?.” **Revista brasileira de enfermagem**, v. 75, n. 5, p. e20210586. 9 May. 2022, doi:10.1590/0034-7167-2021-0586. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35584427/. Acesso em: 24 maio. 2024.

SEIBT, E. T.; KUCHLER, J. C.; ZONTA, F. DO N. S. Incidência e características da sepse em uma unidade de terapia intensiva de um hospital misto do Paraná. **Rev. Saúde Pública Paraná (Online)**, v. 2, n. 2, p. 97–106, nov. 2019. DOI: 10.32811/25954482-2019v2n2p97. Disponível em:

http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/279/101. Acesso em: 24 maio. 2024.

SILVA, L. R. **Explorando os mecanismos da Sepse através da análise proteômica de vesículas extracelulares isoladas do plasma de pacientes**. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestranda em Biologia Celular e Molecular) — Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Oswaldo Cruz. RJ, Brasil., Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, R. DE C. S.; SILVA, L. R. DA; SILVA, A. B. Perfil epidemiológico de internações por sepse na Paraíba no período de 2016 a 2019. **Revista Baiana Saúde Pública**, v. 45, n. 2, p. 131–143, 2021. DOI: 10.22278/2318-2660.2021.v45.n2.a3431. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3431. Acesso em: 15 de abril. 2024.

SOUSA, Alldren Silva de. et al. Escores de alerta precoce em pacientes com suspeita ou diagnóstico de sepse: uma revisão integrativa [Early warning scores in patients with suspected or diagnosed sepsis: an integrative review] [Puntuaciones de alerta temprana en pacientes con sospecha o diagnóstico de sepsis: una revisión integradora]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. e67662, 2022. DOI: 10.12957/reuerj.2022.67662. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/67662. Acesso em: 23 maio. 2024.

TEIXEIRA, C.; ROSA, R. G.; FRIEDMAN, G. Sepse após a alta da UTI: um problema de saúde pública. **Clinical and Biomedical Research**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 75–83, 2021. DOI: https://doi.org/10.22491/2357-9730.107497. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/107497. Acesso em: 23 maio. 2024

VALE, A. H. F. **Efeito da riboflavina na disfunção orgânica e na mortalidade por sepse grave e choque séptico:** estudo experimental. 2020. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17144/tde-05102020-105305/publico/ALINEHALFELDFERNANDESVALEco.pdf. Acesso em: 25 jun 2024

WESTPHAL, G. A. et al. Características e desfechos de pacientes com sepse adquirida na comunidade e no hospital. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 31, n. 1, p. 71–78, jan. 2019. DOI: 10.5935/0103-507X.20190013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/DMwbCZckQ5J3jft88cLgp7c/?lang=pt#. Acesso em: 25 jun. 2024.

BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO MUSCULAR INSPIRATÓRIO EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Jeniffer Xavier da Costa[1]

Lucas Stuker Dal Ago[2]

Resumo

O treinamento muscular inspiratório (TMI) é um recurso terapêutico que tem como objetivo fortalecer os músculos inspiratórios especialmente o diafragma e os músculos intercostais, através de equipamentos que oferecem diferentes graus de resistência inspiratória, além disso, existem exercícios específicos que podem ser realizados para fortalecer os músculos respiratórios. A insuficiência cardíaca (IC) é uma condição em que o coração não consegue bombear sangue suficiente para atender às necessidades do corpo, tendo como sintomas: dispneia, fadiga, edema em membros inferiores, aumento da frequência cardíaca e tosse persistente. OBJETIVO: analisar a efetividade do uso do TMI em paciente com IC. MÉTODO: trata-se de uma revisão narrativa que utilizou as seguintes bases de dados para a pesquisa: SciELO; pubMED; PEDro e google acadêmico. RESULTADO: foram selecionados no total 6 artigos, onde 2 estudos eram sobre o TMI aplicado de forma isolada, um sobre TMI associado à eletroestimulação, um sobre o TMI associado ao treino aeróbico, um sobre o treinamento muscular inspiratório + treino aeróbico + treino resistido e um sobre o TMI associado com a reabilitação cardíaca de alta intensidade. CONCLUSÃO: O treinamento muscular inspiratório traz benefícios para os pacientes com insuficiência cardíaca, tanto de forma isolada, quanto em conjunto de outros tipos de técnicas associadas, melhorando a capacidade funcional, qualidade de vida, dispneia, fadiga, volume sistólico, e na força inspiratória.

Palavras-chave: treinamento muscular inspiratório; insuficiência cardíaca.

REFERÊNCIAS

ABBASI-GHAHRAMANLOO, Abbas et al. Comparison of SF-36 and WHOQoL-BREF in measuring quality of life in patients with type 2 diabetes. **International journal of general medicine**, p. 497-506, 2020.

1 Universidade La Salle. E-mail: jenifferpzolm@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: lucastuker40@gmail.com.

AZAMBUJA, Aline de Cássia Meine; DE OLIVEIRA, Luma Zanatta; SBRUZZI, Graciele. Treinamento muscular inspiratório em pacientes com insuficiência cardíaca: o que há de novo? Revisão sistemática e metanálise. **Fisioterapia**, v. 100, n. 12, pág. 2099-2109, 2020.

CAPRIOTTI, Theresa; MICARI, Morgan. Chronic heart failure treatment with the left ventricular assist device. **Home healthcare now**, v. 37, n. 4, p. 190-197, 2019.

CHEN, Jennifer; ARONOWITZ, Paul. Congestive Heart Failure. **The Medical Clinics of North America**, v. 106, n. 3, p. 447-458, 2022.

DA CUNHA, Fernanda Maria Rodrigues et al. Eficácia do treinamento muscular inspiratório pré-operatório utilizando o Threshold IMT em pacientes submetidos à cirurgia esofágica: um ensaio clínico randomizado. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 9, n. 3, p. 361-368, 2019.

HOSSEIN POUR, Amir Hossein et al. The effect of inspiratory muscle training on fatigue and dyspnea in patients with heart failure: A randomized, controlled trial. **Japan Journal of Nursing Scienc**e, v. 17, n. 2, p. e12290, 2020.

KULARATNA, Sanjeewa et al. Mapping the Minnesota living with heart failure questionnaire (MLHFQ) to EQ-5D-5L in patients with heart failure. **Health and Quality of Life Outcomes**, v. 18, p. 1-12, 2020.

LAOUTARIS, Ioannis D. et al. Combined aerobic/resistance/inspiratory muscle training as the 'optimum'exercise programme for patients with chronic heart failure: ARISTOS-HF randomized clinical trial. **European Journal of Preventive Cardiology**, v. 28, n. 15, p. 1626-1635, 2021.

LOPES, Roberta Pereira Pinheiro; GÓES, Islânny Lopes; DA SILVA, Karla Camila Correia. Treinamento muscular inspiratório no desmame ventilatório utilizando o dispositivo power breathe. **Revista Foco**, v. 16, n. 9, p. e2987-e2987, 2023.

MOLLOY, Cal D. et al. Exercise?based cardiac rehabilitation for adults with heart failure–2023 Cochrane systematic review and meta?analysis. **European Journal of Heart Failure**, v. 25, n. 12, p. 2263-2273, 2023.

PALAU, Patrícia et al. Treinamento muscular inspiratório e estimulação elétrica funcional para tratamento de insuficiência cardíaca com fração de ejeção preservada: o ensaio TRAINING-HF. **Revista Española de Cardiologia** (Edição em Inglês), v. 4, p. 288-297, 2019.

PIOTROWSKA, Monika et al. Application of Inspiratory muscle training to improve physical tolerance in older patients with ischemic heart failure. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 23, p. 12441, 2021.

REES, Oliver L.; WHEEN, Peter; ANDERSON, Lisa J. Updates in heart failure. **Clinical Medicine**, v. 23, n. 5, p. 432, 2023.

SADEK, Zahra et al. A randomized controlled trial of high-intensity interval training and inspiratory muscle training for chronic heart failure patients with inspiratory muscle weakness. **Chronic Illness**, v. 18, n. 1, p. 140-154, 2022.

SANTOS-DE-ARAÚJO, Aldair Darlan et al. Efeitos do treinamento muscular inspiratório na capacidade de exercício, força muscular inspiratória e qualidade de vida em indivíduos com insuficiência cardíaca: uma revisão sistemática. **ASSOBRAFIR Ciência**, v. 13, p. 0-0, 2022.

TANRIVERDI, Aylin et al. Effects of high intensity interval-based inspiratory muscle training in patients with heart failure: A single-blind randomized controlled trial. **Heart & Lung**, v. 62, p. 1-8, 2023.

REABILITAÇÃO PULMONAR EM PACIENTES ADULTOS COM SEQUELAS PÓS-COVID-19: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Julliani Oliveira Ruckert[1]

Julia Ananievas[2]

Fabrício Farias da Fontoura[3]

Resumo

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo vírus SARS-CoV-2. Na maioria dos casos, a Covid-19 se manifesta de forma mais leve, onde o paciente pode se tratar em domicílio, sem necessidade de hospitalização. E nos casos graves, há necessidade de internação nas enfermarias ou na Unidade de Terapia Intensiva. Alguns pacientes que foram infectados pelo Sars-cov-2 desenvolvem a síndrome pós-covid, essa síndrome causa diversas alterações e sintomas a longo prazo, como fadiga, fraqueza muscular, dispneia, dor e desconforto, ansiedade/depressão e dificuldade de concentração. O tratamento adequado para os pacientes com sequelas de Covid-19 deve estar dentro de um programa individualizado e multidisciplinar. A reabilitação pulmonar atua na melhora da capacidade física, aumenta a força dos músculos respiratórios e diminui os sintomas respiratórios, consequentemente melhorando a qualidade de vida dos pacientes. OBJETIVO: Descrever as principais intervenções fisioterapêuticas descritas na literatura científica sobre reabilitação pulmonar em pacientes adultos com sequelas após a Covid-19. MÉTODO: Esta pesquisa trata-se de uma revisão narrativa da literatura, tendo como base de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico. RESULTADOS: Foram incluídos 5 artigos para realizar a revisão narrativa da literatura.: os trabalhos demonstraram redução nos sintomas como dispneia e fadiga, com melhora na qualidade de vida e a capacidade de exercício dos pacientes. CONCLUSÃO: Após a revisão da literatura foi possível observar que a reabilitação pulmonar para sequelas pós-covid-19 sendo realizada utilizando o treinamento muscular inspiratório isolado, ou treinamento muscular inspiratório em conjunto com outros recursos para sequelas pós-covid-19 foi benéfica para os pacientes.

Palavras-chave: reabilitação pulmonar; fisioterapia; Covid-19; síndrome pós-Covid-19.

1 Universidade La Salle. E-mail: julliani.202010255@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: juliaananievas@gmail.com.
3 Universidade La Salle. E-mail: fabricio.fontoura@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

ANAYA, J.-M. et al. Post-COVID syndrome. A case series and comprehensive review. **Autoimmunity Reviews**, v. 20, n. 11, p. 102947, nov. 2021.

CUCINOTTA D, Vanelli M. WHO Declares COVID-19 a Pandemic. **Acta Biomed**., v. 91, n. 1, p. 157-160, 2020.

DEL CORRAL, T. et al. Home-based respiratory muscle training on quality of life and exercise tolerance in long-term post-COVID-19: Randomized controlled trial. **Annals of Physical and Rehabilitation Medicine**, v. 66, n. 1, p. 101709, fev. 2023.

GALLASCH, Cristiane Helena et al. Prevenção Relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de COVID-19. **Revista Enfermagem Uerj**. v. 28, p. e49596, 2020.

LIMA, C. M. A. O. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiologia Brasileira,** v. 53, n. 2, p. V-VI, 2020.

NAGY, E. *et al*. Influence of Manual Diaphragm Release Technique Combined with Inspiratory Muscle Training on Selected Persistent Symptoms in Men with Post-Covid-19 Syndrome: A Randomized Controlled Trial. **Journal of Rehabilitation Medicine**, p. jrm00330, 19 set. 2022.

PALAU, P. *et al*. Effect of a home-based inspiratory muscle training programme on functional capacity in postdischarged patients with long COVID: the InsCOVID trial. **BMJ Open Respiratory Research**, v. 9, n. 1, p. e001439, dez. 2022.

RAMALHO NETO, J. M. *et al*. Nursing diagnosis/outcomes and interventions for critically ill patients affected by COVID-19 and sepsis. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, 2020.

RIBEIRO, K. et al. Efeitos de um programa de reabilitação pulmonar em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). **Revista Biociências**, v. 11, 2005.

SANTANA A. V, FONTANA A. D. PITTA F. Pulmonary rehabilitation after COVID-19. **J Bras Pneumol**, v. 47, n. 1, e202110034, 2021.

TAMER *et al*. Effect of home-based pulmonary rehabilitation on exercise capacity in post COVID-19 patients: a randomized controlled trail. **Journal of Neuroengineering and Rehabilitation**, v. 21, n. 1, 25 mar. 2024.

TEIXEIRA, F, A, *et al*. A evolução da Covid-19 e incidência nos óbitos da população idosa: defesa do isolamento horizontal. **Revista Brasileira de Administração Científica,** v. 11, n. 3, p. 167-182, 2020.

ZHOU, P. *et al*. Surto de pneumonia associado a um novo coronavírus de provável origem em morcego. **Natureza**, v. 579, n. 7798, p. 270-273, 2020.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA STARTUP ROSARAMBO

Maria Eduarda Carvalho da Rosa[1]

Eduarda Rambo Grilo[2]

Resumo

O presente trabalho apresenta o planejamento estratégico da start-up RosaRambo, uma empresa de fisioterapia dermatofuncional e estética desenvolvida na disciplina de Gestão, empreendedorismo, inovação e tecnologia em saúde. A missão da empresa é "Find the best version of who you want to be, in Brazil". Este estudo tem com objetivo desenvolver planejamento estratégico para atingir o público-alvo e posicionar a RosaRambo como líder no mercado de fisioterapia Dermatofuncional e estética para estrangeiros no Rio Grande do Sul, incluindo a análise do ambiente, identificação do público-alvo, planejamento financeiro e definição de estratégias de marketing e diferenciação. Dados demográficos e de mercado foram coletados para entender o perfil do consumidor e a concorrência. Estratégias de marketing foram desenvolvidas com base no modelo dos 4Ps. O estudo utilizou a análise SWOT para identificar as características da empresa, revelando que a localização estratégica e a baixa concorrência são excelentes oportunidades de inserção. Entretanto, inexperiência e poucos recursos financeiros foram identificados como fraquezas. O mix de serviços oferecerá tratamentos estéticos injetáveis, corporais e faciais, com descontos e planos fidelidade. A comunicação com o público será feita através de redes sociais, com foco em conteúdo educativo e parcerias com influenciadores, inteiramente no idioma inglês. O planejamento estratégico visa explorar o fato de que o Estado é a terceira maior porta de entrada para turistas internacionais no Brasil em 2023, destacando-se pela especificidade, transparência, empatia e autenticidade. O sucesso do plano depende da execução eficaz das estratégias, que visam proporcionar resultados satisfatórios e felicidade aos clientes.

Palavras-chave: start-up; fisioterapia dermatofuncional; estética; planejamento estratégico; marketing; redes sociais; inglês; Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL se consolida como potência global no ramo da beleza. Disponível: https://www.dino.com.br/releases/brasil-se-consolida-como-potencia-global-no-ramo-da-beleza-dino890288481131. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: maria.202110800@unilasalle.edu.br. .
2 Universidade La Salle. E-mail: eduarda.202110284@unilasalle.edu.br.

EUAX. **Matriz SWOT (FOFA):** o que é, como fazer e exemplo para se inspirar. Disponível em: https://www.euax.com.br/2020/03/matriz-swot/ Acesso em: 30 mar. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **RS é a terceira maior porta de entrada para turistas internacionais no Brasil em 2023**. Disponível em: https://setur.rs.gov.br/rs-e-a-terceira-maior-porta-de-entrada-para-turistas-internacionais-no-brasil-em-2023. Acesso em: 30 mar. 2024.

IMPACTO DA MOBILIDADE ACADÊMICA NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA

Lucas da Silva Severo[1]

Paulo Fossatti [2]

Resumo

Este texto analisa a relação entre a mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de competências em estudantes de Fisioterapia de uma universidade comunitária no sul do Brasil. O objetivo da análise é identificar as competências adquiridas durante a mobilidade acadêmica. A metodologia envolve uma revisão bibliográfica em plataformas como Scielo, CAPES e Google Acadêmico, concentrando-se em artigos qualitativos e estudos de caso publicados nos últimos três anos. Os resultados destacam competências como o aprendizado de idiomas, a autonomia, o exercício da cidadania, o conhecimento cultural e as preferências de destinos. Conclui-se que a mobilidade acadêmica é uma experiência enriquecedora, oferecendo perspectivas únicas e contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos estudantes. Esses resultados ressaltam a importância dos programas de mobilidade acadêmica para o desenvolvimento de múltiplas competências na vida pessoal-profissional.

Palavras-chave: mobilidade acadêmica; Brasil; fisioterapia; competências.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Pablo; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. A internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Regional de Blumenau. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 5, p. e019038, 2019.

STIEVEN, Ariane Sabina; FRIESTINO, Jane Kelly Oliveira; SOUZA, Jeane Barros; FONSÊCA, Graciela Soares; SILVA FILHO, Cláudio Claudino; MAESTRI, Eleine. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 36, p. 1-13, 2022.

ZASSO, Silvana María Bellé; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Mobilidade acadêmica entre Brasil e Uruguai: relato de uma experiência promissora de pasantías. **ENFOQUES Revista educativa**, v. 4, n. 4, p. 1-18, 2021. Disponível em: http://ojs.cfe.edu.uy/index.php/enfoques/article/view/1068. Acesso em: 21 jun. 2022.

1 Universidade La Salle. E-mail: lucas.202110402@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: paulo.fopssatti@unilasalle.edu.br.

AGROPECUÁRIA E O AQUECIMENTO GLOBAL: SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS

Isadora Antunes Orestes[1]

Resumo
Apresentação do tema O tema do presente projeto é referente a "Agropecuário no Aquecimento Global", sendo o Aquecimento Global um problema ambiental originado por inúmeros processos poluentes iniciados há séculos atrás, principalmente por ações antrópicas, trazendo consigo, problemas graves relacionados ao "Efeito Estufa" e as "Mudanças Climáticas". Este, procura defender as atividades agropecuárias, trazendo métodos mais sustentáveis para dentro desta área, buscando conciliar produção e meio ambiente. Basicamente, o aquecimento global, nada mais é, do que o aumento da temperatura terrestre causado pelo acúmulo de gases poluentes na atmosfera (camada de ar que envolve a Terra). A atmosfera terrestre protege a vida na Terra por absorver a radiação ultravioleta do sol, aquecendo a superfície por meio da retenção de calor e reduzindo os extremos de temperatura da Terra entre o dia e a noite. Fato esse, que está sendo gradualmente interrompido pela poluição que é causada pela grande concentração de gases de efeito estufa, que acabam provocando alterações nas trocas de calor, estendendo-se por um longo período de tempo na atmosfer.

Palavras-chave: agropecuária e o aquecimento global: soluções sustentáveis e econômicas; agropecuária; aquecimento global.

REFERÊNCIAS

CURIOSIDADES DT. Aquecimento Global: O que é e quais suas causas e consequências. **Diário de Taubaté e Região**. 2019. 1 p. Disponível em: https://www.diariodetaubateregiao.com.br/dt/aquecimento-global-o-que-ee-quais-suas-causas-e-consequencias/. Acesso em: 13 out. 2020.

SOUZA, Rafaela. Atmosfera Terrestre. Mundo educação. 1 p. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/atmosferaterrestre.htm#:~:text=A%20atmosfera%20terrestre%20possibilita%20o,o%20dia%20e%20a%20noite. Acesso em: 14 out. 2020.

1 Universidade La Salle. E-mail: isaorestes@gmail.com.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. Efeito Estufa e Aquecimento Global. **Manual Química**. 1 p. Disponível em: https://www.manualdaquimica.com/quimica-ambiental/efeito-estufaaquecimento-global.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Atmosfera, fluxos de carbono e fertilização por CO2. **Transcrições de notas Estud. av**., v. 4, n. 9, ago 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/jNbF8gZjK8MDMhL6PhjqNFC/?lang=pt. Acesso em: 15 out. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ecocâmara: Lixo e Aquecimento Global. **Câmara dos Deputados**. 2007. 1 p. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-eambiental/ecocamara/oecocamara/notic. Acesso em: 30 mar. 2024.

A UTILIZAÇÃO DE FILTROS DE ÁGUA SUSTENTÁVEIS E DE FÁCIL ACESSO PARA O USO DOMÉSTICO

Nicoli Xavier de Borba[1]
Mariana Andriotti de Souza Machado[2]
Luiza Kroef Santana[3]

Resumo
Este trabalho teve como objetivo criar um modelo de filtro de água caseiro cujo público alvo foram moradores de regiões rurais do Rio Grande do Sul, para que, por meio desse, possam reutilizar a água da chuva, tornando-a potável e evitando desperdícios. Além disso, visou-se explorar um método de utilizar a celulose da erva-mate, vegetação nativa do Brasil, comum na região Sul, para fazer o carvão ativo, importante no processo de remover impurezas, odores e o cloro da água, além poder reaproveitar tal planta, sendo um meio biossustentável. Desse modo, cooperativas familiares podem se juntar na fabricação de tal material e em seguida levarem a ideia para a implementação em suas próprias residências como uma forma econômica e mais ecológica para o meio ambiente.

Palavras-chave: carvão ativo; sustentabilidade; tratamento de água.

REFERÊNCIAS

UCKER, Maicon Dinael; UCKER, Catia Liane; CANTONEIRO, Renato de Gouveia; RATMANN, Cristiane Raubach. **Utilização de erva-mate como precursor para produção de carvão ativado**. Universidade Federal de Pelotas Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/11170/UTILIZAÇÃO%20DE%20ERVA-MATE%20COMO%20PRECUSOR%20PARA%20PRODUÇÃO%20DE%20CARVÃO%20ATIVADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 ago. 2024.

FERREIRA, Isabel Cristina; HOLZ, Juliana Pelisoli; GRANGÉ, Felipe Fernandes de Oliveira. **Obtenção de carvão ativado a partir do resíduo de erva-mate (Ilex paraguariensis)**: economia e meio ambiente. PUCRS. Disponível em: http://www.abes-

1 Colégio La Salle Niterói. E-mail: nicoli.borba@soulasalle.com.br.
2 Colégio La Salle Niterói. E-mail: mariana.andriotti@soulasalle.com.br.
3 Colégio La Salle Niterói. E-mail: luiza.kroeff@soulasalle.com.br.

rs.uni5.net/centraldeeventos/_arqTrabalhos/trab_20160905184305000000946.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

ARAUJO, Laíne Furlanetto; GUIOTOKU, Marcela. Produção de carvão ativado a partir de resíduo de erva-mate. **EMBRAPA FLORESTAS**. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27541/1/2010-Marcela-EQRS1.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

TRANSFORMANDO SUSTENTABILIDADE EM INOVAÇÃO: O PAPEL DOS PRODUTOS RECICLÁVEIS NA FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ROBÓTICOS

Maryah Tayana Silveira da Silva[1]
Manoela Andrade Soares das Neves[2]
Emanuelle de Carvalho leite[3]

Resumo
Foi analisado que a bateria de lítio é um dos componentes utilizados na robótica mais prejudiciais para o meio ambiente, pois sua mineração exige grande quantidade de água e gasto de energia. O objetivo deste trabalho foi analisar estratégias que viabilizassem a produção sustentável e reciclável de materiais para a robótica, para sua aplicação em educação em escolas de baixa renda. Para melhor compreensão do assunto foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, no qual foram analisados artigos, reportagens, vídeos e projetos. Os resultados atuais dessa pesquisa demonstram que é sim viável a produção de elementos da robótica a partir de materiais recicláveis e renováveis.

Palavras-chave: sustentabilidade; robótica; lítio.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Leandro. **Meus Projetos de Robótica Sustentável!** Disponível em: https://professorleandrobravo.com/projetos-de-robotica-sustentavel-educacional/. Acesso em: 22 ago. 2024.

PEREIRA, Raphael José *et al*. Protótipo didático automatizado de ventilação pulmonar exibe uma simulação de variações de pressão intratorácica durante a função diafragmática. **Rev. Med.** (São Paulo, Impr.), p. e-196086, 2022.

VERA, María L. et al. Environmental impact of direct lithium extraction from brines. **Nature Reviews Earth & Environment**, v. 4, n. 3, p. 149-165, 2023.

1 Colégio La Salle Niterói. E-mail: maryah.silva@soulasalle.com.br.
2 Colégio La Salle Niterói. E-mail: manoela.neves@soulasalle.com.br.
3 Colégio La Salle Niterói. E-mail: emanuelle.leite@soulasalle.com.br.

OLHAR DOCENTE E DISCENTE: AS DIVERSAS PERSPECTIVAS SOBRE O JOGO GAIA

Pedro Guastelli Fadini[1]

Jordana Andrielly Ferreira de Moura[2]

Resumo

No século XXI, denota-se um espaço educacional complexo e tensionado por narrativas plurais. Contemplando um olhar docente e discente em novas possibilidades de aprendizagem, explorando as tecnologias, haja vista estes estudantes estarem familiarizados com estes artefatos ademais a necessidade de pensar em métodos educacionais que despertem o interesse do educando em aprender (Carneiro, 2019). Assim, quais as perspectivas docente e discente sobre o jogo GAIA para a aprendizagem? O desígnio é, através da exploração piloto no jogo GAIA, realizado por um acadêmico em história e uma estudante do ensino médio (ambos bolsistas de iniciação científica) trazerem diferentes perspectivas sobre aprendizagem, por meio do jogo. O trabalho é vinculado à pesquisa “Convivências e Rede(s): Configuração de ecossistemas de aprendizagem”, desenvolvida pelo COTEDIC UNILASALLE/CNPq, da Universidade La Salle. O jogo GAIA é construído na tese de Carneiro (2023) explorando o conceito de ludicidade e de interdisciplinaridade. A metodologia utilizada foi um estudo de caso através do jogo, enquanto piloto do projeto. Com base nos resultados obtidos, na perspectiva docente foi apontada a interrelação entre diferentes áreas do conhecimento (História, Geografia, Filosofia, etc.), atreladas aos aspectos tecnológicos e de jogos eletrônicos. No olhar discente, o jogo estimula o olhar crítico e permite que o jogador construa seu conhecimento a partir de suas próprias descobertas durante a prática. Conclui–se que todos estes elementos são lugar de destaque em ambientes acadêmicos e escolares (Carneiro; Backes, 2023), outrossim potencializam engajamento e o interesse tanto do docente em lecionar quanto do discente em aprender.

Palavras-chave: educação; ludicidade; jogos; engajamento.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Eduardo Lorini. **Jogos eletrônicos como artefatos para a construção de conceitos científicos em Geografia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 198 f. 2019. Disponível em: https://svr-

1 Universidade La Salle. E-mail: pedroguastellifadini@outlook.com.
2 E.E.E.M. Profª Margot T. N. Giacomazzi. E-mail: jordanaadrielly07@gmail.com.

net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1148/1/elcarneiro.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARNEIRO, Eduardo Lorini. Projeto Gaia: um jogo para a formação de professores de ciências humanas. *In*: FALA PROFESSOR (A), 10., 2023. Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza: AGB, 2023.

CARNEIRO, Eduardo Lorini.; BACKES, Luciana. Game studies e as abordagens baseadas em jogos no contexto educacional. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e11773, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.11773. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11773. Acesso em: 25 ago. 2024..

A EDUCAÇÃO EM DIÁLOGO COM A CULTURA: LITERATURA, MÚSICA E IDENTIDADE

Maria Eduarda Oliveira de Oliveira[1]

Resumo
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trouxe avanços para o sistema educacional brasileiro, estabelecendo os Parâmetros Curriculares Nacionais, que destacam a leitura como essencial para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Contudo, a realidade educacional enfrenta grandes desafios, como a falta de infraestrutura nas escolas e a escassez de livros, o que dificulta a inserção de uma leitura crítica no cotidiano escolar. A educação é vista como um direito fundamental para o desenvolvimento intelectual dos jovens. No entanto, dados apresentados por Laurentino Gomes (2019) revelam uma profunda desigualdade racial, com índices de analfabetismo e anos de estudo consideravelmente inferiores entre a população negra em comparação à branca. Esses problemas refletem a incapacidade histórica do país em garantir os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, resultando em uma sociedade marcada por desigualdades sociais em locais específicos, como as periferias urbanas. A música e a literatura, especialmente obras do grupo Racionais MC's e o livro "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus, são importantes ferramentas de denúncia social na luta contra a discriminação racial. A Lei nº 10.639/2003, que inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira, é fundamental na valorização dessas identidades para uma educação que respeite a diversidade cultural. A inclusão de obras literárias que dialoguem com a vivência dos estudantes, associadas a elementos culturais como a música, pode tornar a educação mais significativa e promover uma consciência crítica.

Palavras-chave: direitos; racionais MCs; quarto de despejo.

REFERÊNCIAS

GOMES, L. **Escravidão**. Globo Livros, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de jan de 2003**. História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=Nos%20estabelecimentos%20de%20ensino%20fundamental,Hist%C3%B3ria%20e%20Cultura%20Afro%2DBrasileira. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: duda28oliveira@gmail.com.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**. Porto Algre: Ática, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

MC's, R. **Sobrivivendo no Inferno**. São Paulo, Brasil. 1997.

A COR DA TERNURA: UM MERGULHO NO LETRAMENTO RACIAL

Ana Maria Carvalho Lameira[1]

Resumo
A Cor da Ternura é uma escrita literária marcante sobre o letramento racial, de Geni Guimarães, publicada originalmente em 1989 pela Editora FTD. Este livro apresenta uma coletânea de contos que exploram a vida, a identidade e as experiências de mulheres negras no Brasil, com sensibilidade e profundidade que destacam a importância da representatividade e da voz feminina negra na literatura. A autora expõe a crueldade e a injustiça de experiências, ao mesmo tempo em que celebra a resistência e a resiliência de suas personagens. O objetivo deste trabalho é evidenciar marcas do letramento racial no livro A cor da ternura, de Geni Guimarães. Entende-se que a expressão letramento racial vai ao encontro do que a Lei 10.639/03 preconiza para fortalecimento dos estudos étnico raciais conforme exigência da BNCC – Base Nacional Comum Curricular. A metodologia é qualitativa de estudo bibliográfico, uma vez que realizará estudo de crítica literária, tendo como base teórica estudos de Sonia Rosa no livro Literatura infantil afro centrada e letramento racial (Jandaíra, 2022). Com este estudo pretende-se realizar uma mostra de literatura brasileira voltada à reflexão sobre a realidade do racismo e da desigualdade de gênero. Através de suas histórias, Geni Guimarães oferece uma perspectiva valiosa e necessária, contribuindo para a construção de uma literatura mais inclusiva e representativa.

Palavras-chave: letramento racial; literatura afro-brasileira; Geni Guimarães; representatividade negra; racismo e desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

GUIMARÃES, Geni. **A Cor da Ternura**. Editora FTD, 1989.

ROSA, Sonia. **Literatura Infantil Afrocentrada e Letramento Racial**. Jandaíra, 2022.

1 Universidade La Salle. E-mail: ana.202213286@unilasalle.edu.br.

ENTRE SÓCRATES E LÓRI: O AMOR COMO A ETERNA BUSCA DA APRENDIZAGEM

Lais Garcia Vianna de Albuquerque[1]

Resumo
O artigo descreve, por meio de passagens da obra de Clarice Lispector, o desenvolvimento de uma teoria socrática de que o Amor é o movimento que nos impulsiona em direção a uma sabedoria em constante desenvolvimento. Este trabalho propõe um diálogo entre O Banquete (2021) de Platão e o livro Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres (2020) de Clarice Lispector como forma de repensar o que seria o Amor e como vivenciá-lo ou apreendê-lo. Essa discussão parte de uma grande alegoria por meio da qual se propõe refletir sobre diversos aspectos da vida humana contemporânea e suas respectivas inquietações. O objetivo é exemplificar um possível repensar o Amor por meio da obra literária Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres, de Clarice Lispector e a teoria socrática, contida no diálogo de Platão O Banquete. E, a partir disso, pretende-se produzir reflexões e possibilidades de repensar atitudes sob forma de questionamentos da vida contemporânea. A metodologia é qualitativa e bibliográfica. O artigo, por meio de um itinerário de leitura da obra de Clarice Lispector, vai desenvolvendo a teoria socrática de que o Amor é o movimento que nos impulsiona em direção a uma sabedoria em constante desenvolvimento.

Palavras-chave: amor; busca; aprendizagem.

REFERÊNCIAS

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

NOGUERA, Renato. **Por que amamos:** o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

PLATÃO. **O Banquete.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2021. ed. bilíngue grego-português; tradução e notas: Irley F. Franco e Jaa Torrano.

1 Universidade La Salle. E-mail: lais.202120190@unilasalle.edu.br.

LOLITA AND THE COLLECTOR: A CASE STUDY ON THE CRUCIALITY OF MEDIA LITERACY IN ABUSE-CENTRED STORIES LED BY UNRELIABLE NARRATO

Rodrigo dos Santos Martini[1]

Resumo
A literatura é uma importante ferramenta de autorreflexão e pensamento. Sendo assim, é fundamental avaliar como os livros abordam temas sensíveis e, principalmente, como esses temas são apresentados na narrativa, pois podem gerar resultados negativos nos consumidores dessa mídia. Essas histórias podem tanto reforçar normas culturais quanto desafiá-las e, consequentemente, ser prejudiciais para quem as lê. Através desta pesquisa, o papel da alfabetização midiática, a estrutura da história e os contextos sociais serão analisados por meio de análise qualitativa, mergulhando nas ramificações sociais de narrativas centradas no abusador, na formação de roteiros sociais e na evolução de certas obras de arte e suas ideias, como forma de entender melhor como moldamos e somos moldados pela mídia que nos rodeia.

Palavras-chave: escrita; alfabetização midiática; representação feminina; O Colecionador; Lolita.

REFERÊNCIAS

ANGELOU, Maya. In: PLIMPTON, George (ed.). **Writers at Work:** The Paris Review Interviews. 1. ed. [S. l.]: Penguin Books, 1992. 299 p. v. 9.

BENEDICT, Helen. **Virgin or Vamp:** How the Press Covers Sex Crimes. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1992.

BOOTH, Wayne C. **The Rhetoric of Fiction**. 2. ed. USA: The University of Chicago Press, 1983.

BROOKS-HAY, Oona. Sex attack victims usually know attacker, says new study. In: ADAMS, Lucy. Sex attack victims usually know attacker, says new study. **BBC**, [S. l.], 28th of February 2018. Available at: https://www.bbc.com/news/uk-scotland-43128350. Lats Accessed: 18th of June 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: martini.rodrigo@ymail.com.

COBAIN, Kurt. **Incesticide**. 1992. CD Leaflet. FOWLES, John. The Collector. 1. ed. USA: Guide Inside, 2012.

GLAZER, Jonathan. Jonathan Glazer on his Holocaust film The Zone of Interest: 'This is not about the past, it's about now'. *In:* O'HAGAN, Sean. **The Guardian**, [S. l.], 10th of December 2023. Available at: https://www.theguardian.com/film/2023/dec/10/jonathan-glazer-the-zone-ofinterest-auschwitz-under-the-skin-interview. Last Accessed: 30th of June 2024.

GOLD, Herbert. Vladimir Nabokov, The Art of Fiction No. 40. **The Paris Review**, [s. l.], v. 41, 1967. Available at: https://www.theparisreview.org/interviews/4310/the-art-of-fiction-no-40-vladimir-nabokov. Last accessed: 4th of May 2024.

HEMINGWAY, Ernest. *In*: THE PARIS REVIEW (London) (ed.). **Writers at Work:** The Paris Review Interviews. 1. ed. [S. l.]: Secker & Warberg, 1963. v. 2. Available at: https://archive.org/details/bwb_KS-051-097/mode/2up. Last Accessed: 22nd of May 2024.

JOHNSON, Brittany. What Trauma Porn Is, and Why It Hurts Black People**. The Mighty**, [S. l.], 19th of February 2024. Available at: https://themighty.com/topic/mental-health/trauma-porn/. Last Accessed: 25th of May 2024.

LITTLETON, Heather L. Unacknowledged rape: the sexual assault survivors who hide their trauma – even from themselves. *In*: THOMPSON, Rachel. **The Guardian**, [S. l], 26th of August 2021. Available at: https://www.theguardian.com/society/2021/aug/26/unacknowledged-thesexual-assault-survivors-who-hide-their-trauma-even-from-themselves. Last Accessed: 23rd of June 2024.

MASLEJ, Marta M.; OATLEY, Keith; MAR, Raymond A. Creating Fictional Characters: The Role of Experience, Personality, and Social Processes. **American Psychological Association**, [s. l.], v. 11, ed. 4, p. 487-499, 2017.

MASTERS, N. Tatiana; CASEY, Erin; WELLS, Elizabeth A.; MORRISON, Daiane M. Sexual scripts among young heterosexually active men and women: Continuity and change. **National Institute of Health**, [s. l.], p. 409-420, 2013.

MEDIA LITERACY NOW. **The Current State of Media & Children**. Media Literacy Now, [S. l.], (n.d.a.). Available at: https://medialiteracynow.org/challenge/what-is-media-literacy/. Last Accessed: 26th of June 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Campanha 18M:** Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Gov.br, [S. l.], 17th of May 2023. Available at: https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoessexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023. Last Accessed: 27th of June 2024.

NABOKOV, Vladimir. **Lolita**. 1. ed. USA: Weidenfeld and Nicolson, 1955.

NICOCELI, Artur. Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022. **G1**, [S. l.], 7th of March 2024. Available at: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-feminicidios-em2023.ghtml. Last Accessed: 27 June 2024.

NABOKOV, Vladimir. **Lolita**. 1. ed. USA: Weidenfeld and Nicolson, 1955.

NICOCELI, Artur. Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022. **G1**, [S. l.], 7th of March 2024. Available at: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-feminicidios-em2023.ghtml. Last Accessed: 27 jun. 24.

"RESGATE DE MEMÓRIAS"

Thais Prado Rodrigues[1]
Hellen da Silva Cunha [2]

Resumo
Registrar e compartilhar histórias de vida é uma forma de ressaltar o papel crucial da memória na construção da identidade cultural e social. Ao recordar e narrar essas memórias é uma forma de resistência contra o esquecimento, permitindo que as experiências vividas sejam transmitidas para as novas gerações (Bosi, 1994). Esta pesquisa empírica e qualitativa teve como objetivo resgatar, preservar e valorizar as memórias de um grupo de idosos, que residem em um lar, na cidade de Canoas-RS. Após algumas visitas, os idosos foram convidados a compartilhar suas histórias, escrevendo textos autorais que compuseram o livro “Resgate de Memórias”. São narradas histórias de cinco idosos, valorizando e perpetuando suas memórias coletivas e individuais e nelas reconhecendo um poderoso recurso para a construção de identidade e cultura. Intitulado “Resgate de Memórias”, a obra pode ser analisada como uma iniciativa que se alinha ao conceito de memória social proposto por Bosi (1994). Todos compartilharam suas vivências e experiências com muita animação, pois, afinal, queriam ser ouvidos. Ao entrevistar, registrar e divulgar as histórias de vida dos indivíduos, contribui-se para a preservação do patrimônio imaterial de uma comunidade. Foi um projeto de grande proveito, onde saberes e conhecimentos foram aprimorados e foi disponibilizado o que temos de mais valioso, nosso tempo. Assim, a memória deixa de ser vista apenas como um conjunto de lembranças e passa a ser um elemento vital para a compreensão e continuidade da história social.

Palavras-chave: resgate de memórias, Ecléa Bosi, memória social, patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979. Resenha. Disponpível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/resenhas/memoria/velhos.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: thaispradorodrigues24@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: hellen.202213455@unilasalle.edu.br.

UNIASSELVI. **A preservação da memória dos idosos**. Disponível em: https://1drv.ms/b/c/5239af0abca06ff5/EW-LUT1lizxBpMlyO2oXHKcBxZ9SM-loWeIvwPyDNYUahw?e=OJFr3v. Acesso em: 30 mar. 2024.

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Lavínia Friedrich Cezar[1]

Resumo
Ao abordar a educação inclusiva, observa-se os desafios e o despreparo enfrentados pelos professores, além da escassez de recursos adequados (Pletsch, 2009). Alunos com necessidades atípicas apresentam uma extensa variedade de requisitos específicos que demandam uma atenção diferenciada. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão impõe uma mudança no sistema educacional tradicional, rompendo com lógica da organização dos sistemas escolares, marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista e reducionista. Essa mudança passa por uma reflexão sobre a formação dos professores. O objetivo deste trabalho de iniciação científica júnior é investigar a formação de professores de matemática para a educação inclusiva no ensino médio, especificamente no contexto do transtorno do espectro autista (TEA). Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, buscando sistematizar as pesquisas no campo da Educação Matemática que abordam o tema. Como banco de dados foi utilizado o portal da Capes de teses e dissertações, bem como anais de eventos consagrados na área. Ao analisar os dados percebe-se que embora se tenha um número significativo de pesquisas abordando o tema em nível de mestrado, esse tema ainda aparece muito pouco nos eventos que atingem os professores da educação básica. Para uma próxima etapa, sugere-se uma maior divulgação dessas pesquisas aos professores, proporcionando momentos de formação continuada.

Palavras-chave: inclusão; TEA; formação de professores; matemática.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, p. 143–156, 2009. Disponível em https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/#. Acesso em 25 jul. 2024.

1 Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: 6079.lavinia.cezar@unilasalle.edu.br.

COMO SERÁ A APRENDIZAGEM NO FUTURO? O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS NAS INTERAÇÕES DE SALA DE AULA

Samira Cristina Pereira Peruzzo[1]

Resumo

O avanço da sociedade perpassa, de forma direta, a interação com as tecnologias. Nessa perspectiva, o futuro da aprendizagem tende a ser caracterizado por um equilíbrio (CASTELLS, 2002)entre inovação tecnológica e a necessidade de preservar a interação humana, com um foco crescente na preparação dos estudantes para um mundo digital em constante transformação (PARREIRA; LEHMANN; OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, o presente estudo, enquanto pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2017), tem como objetivo geral discutir sobre como as tecnologias digitais emergentes irão transformar o processo de aprendizagem no futuro, focando em suas implicações para a personalização do ensino, a acessibilidade ao conhecimento, e o impacto nas interações entre professores e estudantes em sala de aula. Como objetivos específicos, propõe: analisar diferentes tecnologias digitais no contexto educacional contemporâneo; refletir sobre o papel do docente e do estudante no contexto cibercultural; refletir sobre como a Inteligência Artificial, Realidade Virtual e Realidade Aumentada e outras tecnologias podem contribuir para a aprendizagem significativa. O uso efetivo e cada vez mais frequente de tecnologias na educação aponta para um cenário de mudanças profundas nas dinâmicas de aprendizagem e nas interações entre professores e alunos (FAVA, 2018). Resultados preliminares sugerem que a tecnologia está promovendo uma transformação significativa no processo de aprendizagem, tornando-o mais acessível, interativo e personalizado. No entanto, a implementação dessas tecnologias demanda ainda um caminho longo e requer cuidado especial com a equidade de acesso, a formação dos professores, e o desenvolvimento de uma pedagogia que integre a tecnologia de forma eficaz e sustentável.

Palavras-chave: tecnologias digitais; aprendizagem significativa; ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

1 Universidade La Salle. E-mail: samira.202411118@unilasalle.edu.br.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial:** a era do indivíduo versátil. Porto Alegre: Penso, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

PARREIRA, Artur; LEHMANN, Lúcia; OLIVEIRA, Mariana. O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores. **Ensaio:** avaliação e políticas públicas em educação, v. 29, p. 975-999, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/nM9Rk8swvtDvwWNrKCZtjGn/?lang=pt. Acesso em: 04 set. 2024.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DE MEMÓRIA E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO

Mariane Torrel Mattei[1]

Rafaela Ferreira Sarmento[2]

Resumo

A memória e a aprendizagem são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo. Ambas influenciam a obtenção, o armazenamento e a aplicação de conhecimentos ao longo da vida. Este trabalho tem como objetivo explorar a interação entre essas funções e, por meio do estudo de teorias clássicas de aprendizagem, criar um novo método de aprendizagem. A pesquisa investiga como os fatores cognitivos e contextuais influenciam a forma como adquirimos e retemos informações, com foco em legitimar o novo método de ensino baseado na formação de memória. Metodologicamente, foram realizados estudos práticos e bibliográficos para analisar a eficácia das estratégias propostas no novo método. Os resultados indicaram que a interação dos procedimentos utilizados pode melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes. Em conclusão, ressalta-se a importância de atualizar os métodos utilizados na atualidade, trazendo sempre a inovação para a educação.

Palavras-chave: aprendizagem; educação; memória; neurociência; teorias cognitivas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BENETTI, Fernando *et al*. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. **Revista USP**, São Paulo , n. 98, p. 9-16, jun. jul. ago. 2013. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/12058/2/Memoria_Tipos_e_mecanismos_Achados_recentes.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GUIMARÃES. **Memória:** o que é, que tipos existem e como compensar dificuldades. Disponível em: https://crpg.pt/memoria-o-que-e-que-tipos-existem-e-como-compensar-dificuldades/. Acesso em: 10 jul. 2024.

1 Colégio La Salle. E-mail: mariane.mattei27@gmail.com.
2 Colégio La Salle. E-mail: rafaela.sarmento@soulasalle.com.br.

FARIA, Nicole *et. al*. Memória. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVkQM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2024.

GRANCHI, Giulia. Recordar é viver? **VivaBem uol**, 29 jul. 2021. Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/como-funciona-a-memoria-como-melhorar-a-memoria-e-como-criamos-lembrancas/. Acesso em: 25 jul. 2024.

LOMBROSO, Paul *et. al*. Aprendizado e memória. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, n. 3, p. 207-210, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/kFQxYnRjVMs7fG5cffRHCjv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 jul. 2024.

MEMÓRIA: como guardamos informações? **Bayer**, 19 abr. 2019. Disponível em: https://www.bayer.com.br/pt/blog/memoria-como-guardamos-informacoes. Acesso em: 23 jul. 2024.

MEMÓRIA | Nerdologia. **Youtube**, 19 jul. 2014. 1 vídeo (5 min 25 s). Publicado pelo canal Nerdologia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bj-7axay48w. Acesso em: 26 jul. 2024.

MEMÓRIA: o que é, que tipos existem e como compensar dificuldades. **crpg**. Disponível em: https://crpg.pt/memoria-o-que-e-que-tipos-existem-e-como-compensar-dificuldades/. Acesso em: 25 jul. 2024.

MEU DIÁRIO DA PEDAGOGIA. **Resumo:** Teorias da Aprendizagem. Disponível em: https://meudiariodapedagogia.wordpress.com/2020/12/11/resumo-teorias-da-aprendizagem/. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORO, Luci Ane. **Teorias da Aprendizagem**. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Notas de aula. Faculdade da Indústria/IEL: São José dos Pinhais, 2019.

NOVA ESCOLA. Inatismo, empirismo e construtivismo: grandes ideias que influenciaram o mundo da educação. Nova Escola. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/41/inatismo-empirismo-e-construtivismo-tres-ideias-sobre-a-aprendizagem. Acesso em: 10 jul. 2024.

NOVA ESCOLA. O sujeito epistêmico de Piaget – O desenvolvimento da inteligência. **Nova Escola**. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1922/o-sujeito-epistemico-de-piaget. Acesso em: 10 jul. 2024.

POMPÉIA, Sabine. et. al. Um paradigma para diferenciar o uso de memória implícita e explícita. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v. 19, n. 1, p. 83-90, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/9GjwFSzqFXxs8gMRXGZddHz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 jul. 2024.

The Mystery of Memory, Documentary. **Youtube** 26 out. 2011. 1 vídeo (29 min 10 s). Publicado pelo canal Nobel Prize. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4sWnkBf5V7s. Acesso em: 23 jul. 2024..

O IMPACTO DAS CRISES NAS CRIANÇAS: EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO EM UM ABRIGO DURANTE UMA ENCHENTE

Luara Wiethoelter Lemos[1]

Resumo
Este artigo explora o impacto de crises em crianças, com base na experiência prática vivida em um abrigo da Universidade La Salle durante uma enchente no Brasil. As crianças, que haviam perdido tudo e enfrentado situações de resgate traumáticas, necessitavam de cuidados físicos e psicológicos contínuos. A equipe do abrigo implementou diversas estratégias de acolhimento, como a criação de uma brinquedoteca, exibição de filmes animados, e presença de personagens, visando oferecer um ambiente seguro e acolhedor. O artigo discute a importância do suporte emocional em situações de crise, enfatizando a necessidade de intervenções integradas que promovam a resiliência infantil e facilitem a recuperação emocional. A análise é fundamentada em teorias e práticas de cuidado infantil em contextos de emergência, destacando a relevância de uma abordagem centrada na criança.

Palavras-chave: crianças em crise; acolhimento; suporte emocional; resiliência; enchente; abrigo; intervenção psicológica.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. Violência, saúde e desenvolvimento: uma perspectiva histórica e contemporânea. *In*: MINAYO, M. C. S. (ed**.). Violência sob o olhar da saúde:** um panorama das produções científicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 19-37.

SOUZA, M. T.; MINAYO, M. C. S. Crianças em situação de rua e resiliência: uma abordagem crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 505-514, 2005.

ROSA, E. M.; ARNOLD, C. Crianças e adolescentes em situações de desastre: aspectos psicológicos e psicossociais. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 1, p. 181-196, 2014.

CARVALHO, M. I. C.; ALMEIDA, R. M. M. Intervenções em situações de emergência e desastre: Um estudo de caso sobre crianças vítimas de enchentes. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 15, n. 1, p. 23-30, 2010.

1 Universidade La Salle. E-mail: luara.202212624@unilasalle.edu.br.

JOGOS DE RPG: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nicolas Maciel Furquim Marques[1]

Resumo
A crescente busca por metodologias ativas na Educação Básica tem levado à exploração de diferentes artefatos e estratégias para promover a aprendizagem dos estudantes. Diante disso, nossa pesquisa parte do seguinte problema: os jogos de RPG podem ser utilizados como ferramenta pedagógica na Educação Básica? Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo identificar possibilidades para o uso dos jogos de RPG como artefato pedagógico na Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com revisão sistemática de literatura. A busca, no Portal de Periódicos da Capes utilizando os descritores "RPG" e "Educação Básica", focou em artigos publicados em Língua Portuguesa nos últimos cinco anos. A análise dos dados, na perspectiva da abordagem hermenêutica, permitiu a interpretação dos dados da busca realizada. Os resultados mostram que os jogos de RPG podem ser utilizados no campo da educação para estimular a leitura, a criatividade, a interpretação de textos, bem como para a discussão de temas desafiadores, como sexualidade e meio ambiente. Constatamos que, além de promover o engajamento dos estudantes, esses jogos contribuem também para o desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o pensamento crítico, a resolução de problemas e o uso ético e responsável das tecnologias digitais. Ao mesmo tempo, identificamos a necessidade de aprofundar os estudos da temática, especialmente no contexto das escolas brasileiras, no sentido de identificar os desafios para a integração do RPG no processo de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: RPG; educação básica; desenvolvimento de competências; protagonismo estudantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

DOS SANTOS, F. M. A. O uso das tecnologias digitais na formação inicial de professores de língua portuguesa: Uma proposta com o RPG Boss. **Fólio** - Revista de Letras, [S. l.], v. 12, n. 1, 2020. DOI: 10.22481/folio.v12i1.6615. Disponível em:

1 Escola Estadual de Ensino Médio João XXIII. E-mail: nicolasmarques1969@gmail.com.

https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6615. Acesso em: 08 ago. 2024.

FLÁVIO VELOSO SANTOS, K. R.; SANTOS VIEIRA, F. M. Jogos de Leitura: possibilidades para promoção do engajamento na leitura. **Signum:** Estudos da Linguagem, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 132–148, 2021. DOI: 10.5433/2237-4876.2020v23n3p132. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/40641. Acesso em: 25 ago. 2024.

HERMANN, N. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

LIMA, S. O.; SILVA ZAMARIAM, F. Literatura em Jogo: o RPG como alternativa metodológica no ensino da leitura literária. **Signum:** Estudos da Linguagem, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 31–49, 2020. DOI: 10.5433/2237-4876.2020v23n1p31. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/40746. Acesso em: 24 ago. 2024.

LIRA, F. D.; SMANIA-MARQUES, R. Mais um nada comum dia na escola: Um jogo educacional complexo no estilo RPG de aventura para tratar o tema sexualidade. **Investigações em Ensino de Ciências**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 290–312, 2021. DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2021v26n2p290. Disponível em: https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2487. Acesso em: 01 ago. 2023.

SAILER, M.; HENSE, J. U.; MAYR, S. K.; MANDL, H. How gamification motivates: An experimental study of the effects of specific game design elements on psychological need satisfaction. **Computers in Human Behavior**, v. 69, p. 371-380, 2017.

O ENSINO DE CIÊNCIAS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO SUL DO BRASIL: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO ENSINO DE CIÊNCIAS POR INVESTIGAÇÃO

Sheyla Souza Dare[1]

Resumo
O ensino de Ciências fornece oportunidades para que o aluno possa desenvolver um raciocínio crítico. A abordagem do ensino por investigação surge como uma metodologia capaz de ampliar o conhecimento científico, envolvendo os estudantes na construção ativa do aprendizado. A Base Nacional Comum Curricular visa assegurar uma formação científica abrangente aos alunos, capacitando-os para compreender e intervir no mundo natural, social e tecnológico de forma crítica e ética. Assim, este trabalho objetiva analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia dos Institutos Federais da região Sul do Brasil, especificamente os componentes curriculares voltados ao ensino de Ciências Naturais, a fim de compreender se o ensino de Ciências por investigação é contemplado e como é incorporado nos currículos ofertados. O estudo foi realizado a partir de pesquisa qualitativa, utilizando a análise documental para examinar as ementas, objetivos, carga horária das disciplinas, número de disciplinas ofertadas, referencial teórico adotado e a forma como o processo investigativo é contemplado nos currículos. O ensino de Ciências por investigação aparece através de alguns elementos, como a relação teoria e prática, análise de livros didáticos e documental, alfabetização científica, educação ambiental, relações entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano e elaboração de projetos. Fica evidente que a disciplina de Ciências Naturais precisa formar professores comprometidos em ensinar Ciências e dominar os conceitos pedagógicos relacionados a esse ensino. As atividades investigativas têm o potencial de despertar nos alunos habilidades conceituais, atitudinais e procedimentais, permitindo que eles aprendam Ciências de forma integrada, evitando uma abordagem fragmentada ou engessada.

Palavras-chave: ensino de ciências; investigação; pedagogia.

REFERÊNCIAS

ALQUINI, Yedo. **Métodos e Atividades para o Ensino de Ciências**. Curitiba: CRV, 2013. 84 p.

1 Instituto Federal de Alvorada. E-mail: sheyladare@gmail.com.

ANTUNES, Celso. **Um método para o ensino fundamental:** o projeto. 8. ed. Petrópolis: Vozes. 2001. 48 p.

BIZZO, Nelio; GOUW, Ana Maria Santos. **Fundamentos teóricos do ensino de ciências de base experimental**. Curitiba: Appris Editora, 2021. 195 p.

BIZZO, Nelio. **Ciências:** fácil ou difícil? 2. ed. São Paulo: Ática, p. 17, 2009. 144 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. 600 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

CARVALHO, Andreia Marcelina Silva; MONTEIRO, Bruno Andrade Pinto. A educação ambiental crítica na pedagogia: o caso de uma faculdade do sul de Minas. **REMEA** - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, 33(3), 230–248. 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5936/4168. Acesso em: 11 abr. 2024.

COSTA, Renata Ferreira. **Alfabetização Científica e o Ensino de Ciências no Cotidiano Escolar:** Reflexões Sobre um Projeto de Ciências no Município de Magé-RJ. Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2019. 48 p. Disponível em: RFCosta.pdf (ufrj.br). Acesso em: 30 mar. 2024.

DRIVER, Rosalind et al. Construindo conhecimento científico na sala de aula. **Revista Química Nova na Escola**, n. 9, p. 31-40, 1999. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc09/aluno.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

FARIAS, Danielle Cristine Camelo; NETO, José Batista. A relação teoria-prática na formação inicial docente: concepções de estudantes e egressos de um curso de licenciatura. **Revista da ANFOPE:** Formação em Movimento, v.4, i.1, n.8, p. 531-558, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/formov/article/view/461. Acesso em: 31 mar. 2024.

GABINI, Wanderlei Sebastião; FURUTA, Célia Regina Auler Pereira. O ensino de ciências e a formação do pedagogo: desafios e propostas. **Ciências em Foco**, v. 11, n. 2, p. 2-13, 2018. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9798. Acesso em: 11 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE CAMPUS PELOTAS**. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Pelotas. 2023. 123 p. Disponível em: https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/299. Acesso em 04 jul. 2024.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima, et al. Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51. 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 03 mar. 2024.

LACERDA, Divaniella de Oliveira; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Experimentação: análise de conteúdo dos livros didáticos de Biologia do Ensino Médio (publicados no período de 2003 a 2013). **Experiências em Ensino de Ciências**, v.12, n. 8, 2017. p. 163-183. Disponível em: https://fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/702. Acesso em: 02 mar. 2024.

MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio; TOSTES, Luiza Fraga; MELLO, André da Silva. Educação infantil e formação docente: análise das ementas e bibliografias de disciplinas dos cursos de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 705-720, jul./set. de 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mov/a/mXp5yd4ymXZfPfSB6hQMg7d/. Acesso em: 03 mar. 2024.

PAIVA, Adriana Borges; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; HILLESHEIM, Mara Cristina Piolla. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33. 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/40. Acesso em: 03 mar. 2024.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. *In*: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (org.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17. Disponível em: http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_4_projetos/conteudo/unidade_1/Eixo1-Texto18.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Migual Ángel Gómez. **A aprendizagem e o ensino de Ciências**. Trad. Naila Freitas. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.

REIS, Edelfrancla Gomes dos; CATONIO, Rafaella. A interdisciplinaridade no ensino de ciências: entre saberes e práticas. *In:* COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, v. 17, n. 5, set. 2023, **Anais** [...].

Disponível em: https://coloquioeducon.com/org_trabalhos/adm/exportar_trabalho_pdf.php?id_trabalho=335. Acesso em: 30 mar. 2024.

RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas. **Tessituras da racionalidade pedagógica na docência universitária:** narrativas de professores formadores. 2016. 259 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. Disponível em: https://www.uece.br/ppge/wp-content/uploads/sites/29/2019/06/Tese_CICERA-SINEIDE-DANTAS-RODRIGUES.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

SAN'TANA, Débora de Mello Gonçalves; MOLINARI, Sonia Lucy.; MIRANDA-NETO, Marcilio Hubner. O papel dos Centros e Museus de Ciências na Alfabetização Científica. **Arq. Apadec**, v. 9, n. 36, set/dez. 2007. p. 9-13. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/RE/RE_2_Rosa_Carine_Pedroso.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

SASSERON, Lúcia Helena. Alfabetização científica, ensino por investigação e argumentação: relações entre ciências da natureza e escola. **Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte. v. 17, p. 49-67, 2015.

SASSERON, Lúcia Helena; MACHADO, Vitor Fabricio. **Alfabetização científica na prática:** inovando a forma de ensinar física. 1 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

SILVA, Mirleide Andrade; COSTA, Edivaldo da Silva; COSTA, Aline Alves. Conhecimento científico e senso comum: uma abordagem teórica. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 7., 2013, São Cristovão. **Anais** [...]. São Cristóvão, SE, 19 a 21 de setembro de 2013. Anais [...]. ISSN: 1982-3657. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9718/96/95.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

TELES, Laurita Istéfani da Silva; COSTA, Sueli do Rocio do Nascimento; PORTELA, Caroline Dorada Pereira. Explorando as Fases da Lua: uma alternativa viável de alfabetização científica. *In*: PORTELA, Caroline Dorada Pereira (org). **Ensino por investigação:** possibilidades e reflexões no PIBID Física/IFPR. Curitiba: Editora IFPR, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e ensino superior:** projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, p. 25. 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8014599/mod_resource/content/1/Veiga%2C%20Ilma%20Passos_%20Projeto%20Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico%20Continuidade%20ou%20Transgress%C3%A3o%20para%20acertar_.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

ZANON, Dulcimeire Ap Volante; FREITAS, Denise de. A aula de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental: ações que favorecem a sua aprendizagem. **Ciência e Cognição**, v. 10, p. 93 - 103, mar. 2007. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2268836. Acesso em: 11 abr. 2024.

ZANOTTO, Maria Angélica C. **A importância da elaboração de objetivos educacionais no Ensino Superior - Parte II:** redação de objetivos e expressão da intencionalidade educativa. Apostila. Secretaria Geral de Educação a Distância, UFSCar, São Carlos, São Paulo. 2018.

INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA: SUAS CAUSAS E MOTIVOS

Kevin Dorneles Carvalho[1]

Ana Maria C. Lameira[2]

Resumo

Este artigo aborda os desafios éticos enfrentados pela juventude contemporânea, com ênfase na intimidação sistemática, também conhecida como bullying, dentro do ambiente escolar. O foco recai sobre os estudantes do Ensino Fundamental e Médio, explorando dinâmicas sociais excludentes. O principal objetivo é entender as causas e os motivos subjacentes ao bullying, a fim de desenvolver novas abordagens metodológicas para combater esse tipo de discriminação. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma metodologia qualitativa baseada em uma revisão de literatura que abrangeu 15 artigos – 14 em português e 1 em inglês. Com o propósito de identificar os fatores que levam jovens do Ensino Fundamental e Médio a praticar bullying, os resultados preliminares destacam a violência institucional simbólica, a baixa autoestima, a limitada consciência de si mesmos e a influência de estereótipos culturais como principais desencadeadores desse fenômeno. Além disso, o artigo também aborda o cyberbullying, discutindo suas diferentes formas de manifestação e os impactos sociais que esse problema acarreta para as novas gerações. Apesar do foco estar centrado na compreensão e no desenvolvimento de estratégias para lidar com a intimidação sistemática, a história e o significado da palavra "bullying" também são debatidos. Espera-se que, por meio dessas pesquisas, seja possível formular estratégias educativas que promovam um ambiente escolar mais inclusivo e seguro. Para tanto, as instituições de ensino precisam valorizar a diversidade, fortalecer o respeito mútuo e criar uma convivência harmoniosa que favoreça o desenvolvimento integral dos jovens.

Palavras-chave: bullying; ensino fundamental; gestão escolar; inclusão social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D.C.; ZUIN, A. Á. S.. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicol. Sol**. Porto Alegre, v. 20, n. 1. Jan-Abr., 2008. Acesso em: 26 set. 2023.

BOTTÓS, A. M. et al. Experiência do professor na identificação do bullying na escola. **Revista Ciência Plural**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 16–29, 2021. DOI:

1 Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Puente. E-mail: kevindc1312@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: ana.202213286@unilasalle.edu.br.

10.21680/2446-7286.2021v7n3ID21911. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/21911. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRANDT, A. G.; PADILHA, P. S. da S. Bullying: legislação, políticas de prevenção e intervenção no contexto escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 855–882, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n2a2021-56877. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/56877. Acesso em: 16 ago. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. REVISÃO DA LITERATURA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista de Educação do Vale do Arinos** - RELVA, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017. DOI: 10.30681/relva.v3i2.1738. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738. Acesso em: 15 out. 2023.

CARLONI, P.; SILVA, T. D.B.; SILVA, M R. Os professores e o combate à violência na escola: bullying e responsabilidade. **Olhares:** Revista do Departamento de Educação da Unifesp, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 191–212, 2021. DOI: 10.34024/olhares.2021.v9.11443. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11443. Acesso em: 22 set. 2023.

FERREIRA, Emerson Benedito; NEVES, Fernando Frachone. O Problema do Bullying no Brasil. **Nucleus**, v.14, n. 1, abr. 2017. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/268033957.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Lívia Rebeca Gramajo. A ineficácia da punibilidade do cyberbullying no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 308-319, 2020. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1819/1509. Acesso em: 18 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PeNSE:** Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados. Acesso em: 12 jul. 2023.

LOPES NETO, A.A. Bullying- comportamento agressivo entre os estudantes. **Jornal de Pediatra**. Rio de janeiro.v. 81, (5 supl). p. 164-172, nov. 2005.

OECD 2019. TALIS 2018. **Brazil Results Volume I:** Teachers and School Leaders as Lifelong Learners. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

OECD 2020. TALIS 2018. **Results (Volume II):** Teachers and School Leaders as Valued Professionals, Paris, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1787/19cf08df-en. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, Ludimila Oliveira. Bullying nas escolas. **Direito & Realidade**, v. 6, n. 5, 2018. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/article/view/1279. Acesso em: 13 set. 2023.

WENDT, Guilherme Welter; CAMPOS, Débora Martins de; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 41-52, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2023.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida et al. Associação entre bullying escolar e o país de origem: um estudo transcultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vCntXp4Ws4Cw4dJqmdCpXRg/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Agnes Nimue de Oliveira[1]

Moana Meinhardt[2]

Resumo

A presente pesquisa de abordagem qualitativa aborda o processo de curricularização da extensão no ensino de graduação, que prevê que 10% da carga horária dos cursos seja destinada às atividades extensionistas, conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018). O estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições das atividades práticas extensionistas para a formação dos estudantes universitários. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão de literatura, junto à Plataforma Scielo, na qual foi realizada a busca por artigos que tratem do tema, publicados no período de 2019 até 2023. Foram localizados 13 artigos a partir do uso dos descritores: extensão universitária e curricularização da extensão, 7 artigos analisados apresentam relatos detalhados dos acadêmicos sobre suas práticas extensionistas e 6 artigos encontrados tratam de maneira ampla as contribuições significativas que foram construídas durante o projeto desenvolvido. Após análise, foi possível perceber que a curricularização da extensão está sendo organizada de diversas formas. Isso inclui a inserção dos estudantes em projetos sociais desenvolvidos pela universidade em sua comunidade e a realização de ações extensionistas vinculadas a componentes curriculares específicos. Nas experiências relatadas nos artigos identificou-se como contribuições para a formação dos estudantes, a oportunidade de vivenciar na prática o conteúdo teórico estudado, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes que sentiram-se desafiados a buscar a resolução dos problemas encontrados a partir da escuta ativa da comunidade e da compreensão da realidade na qual se inseriram, bem como a reflexão crítica sobre a experiência vivenciada e os resultados alcançados.

Palavras-chave: extensão universitária; práticas sociais; ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: dadacastro2009@hotmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: moana.meinhardt@unilasalle.edu.br.

VITALINO DE ALMEIDA, Sinara Monica; VAZ BARBOSA, Larissa Marcelle. Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação. **Revista brasileira de educação médica**, v. 43, 1 Supl. 1, p. 672 – 680, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/. Acesso em: 10 jul. 2024.

COSTA, Priscila et al. Ações de extensão universitária para translação do conhecimento sobre desenvolvimento infantil em creches: relato de experiência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jxdPHtGhD5CtSQ3SxnKpfct/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

NUNES, Emanuelle Caires Dias Araújo et al. A música como instrumento de cuidado transpessoal – percepções de indivíduos hospitalizados assistidos na extensão universitária. **Esc Anna Nery**, v. 24, n. 2, e20190165, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/5YJgv9xkynpbD9CsVvLCCpp/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTANA, Regis Rodrigues et al. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021.

SULAIMAN, Samia Nascimento; MOURA, Rodolfo Baesso; NOGUEIRA, Fernando Rocha. Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/MvYSJ7LtTqGXhjd9rN7kRpJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

MENDES, Edson Luiz; MINGHELLI, Marcelo; DE MARI, Cezar Luiz. A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação:** RDBCI, Campinas, SP, v.21, e023004, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdbci/a/j8GjgMShcKMZHtJCnKcYfwK/. Acesso em: 10 jul. 2024.

LOPES, Priscila; CARBINATTO, Michele Viviene. Princípios da pedagogia freiriana na extensão universitária em Ginástica para Todos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SQXKr3vVQsmWc3Z5PqKZZ4p/. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Michelle Regina Alves dos et al. Letramento digital e participação docente no Ensino Básico: uma discussão sobre relações com a extensão universitária. **Ciência e Educação**, v. 29, e23028, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/34q9McTCXKJ5WdfdGcLGkQj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

TERRA, Maria Fernanda; LIMA, Danielle Bivanco. Competências na formação em saúde a partir da assistência às mulheres em situação de violência na extensão universitária. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 33, e33068, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/6F9DhGdzZ9gqZ4P8Vh8G9Tp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, Roberta Pereira de Paula; CRUZ, Giseli Barreto da. (Dis)posições para a formação docente em um curso de pedagogia: contribuições da extensão universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e251676, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/ZTYZT5tSTgFNt4gz8Xdsf8h/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul 2024.

MONZELI, Gustavo Artur et al. Terapia ocupacional social, gêneros e sexualidades dissidentes: experiências a partir da extensão universitária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 31, e3390, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/9dWyzS5MjDpBpjcLHRqgsGb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petroli et al. Outros modos de ensinar: a experiência de criar comunidade e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão. **Interface** (Botucatu), v. 27, e230159, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/r57gDYFgyJXVzkkSyWRDJCg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

LUCAS, Angela Christina et al. Curricularização da extensão: A experiência do curso de Administração pública da faculdade de ciências aplicadas da UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**: FGV EAESP, v. 28, e88038, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cgpc/a/8KSd5DNk3Mg7SHSrcRGcGyD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

ATIVIDADES LÚDICAS EM ABRIGOS DURANTE AS ENCHENTES: VIVÊNCIAS COM OS PROGRAMAS PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR (PIM) E CRIANÇA FELIZ

Danielle Chrystine Fontes dos Santos[1]

Resumo
O Rio Grande do Sul enfrentou eventos climáticos extremos em 2024, que afetaram drasticamente comunidades vulneráveis, destacando a necessidade de intervenções nos cuidados à primeira infância. Nesse contexto, os programas "Primeira Infância Melhor" (PIM) e "Criança Feliz" desempenharam um papel substancial na contínua aprendizagem e apoio às famílias severamente afetadas e alocadas em abrigos temporários na cidade de Esteio- RS. O objetivo do trabalho consiste em apresentar as vivências da autora durante a proposição de atividades lúdicas às crianças das famílias vítimas das enchentes a partir dos Programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, de forma abrangente, visam o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. O relato parte das atividades realizadas nas escolas municipais utilizadas como abrigos temporários, trazendo um novo olhar para o ambiente educacional. O projeto que incentivou as crianças a expressarem suas emoções em resposta aos recentes acontecimentos vividos. As sessões de contação de histórias foram seguidas por atividades mediadas, como desenho e brincadeiras ao livre. Os resultados obtidos demonstram que as intervenções contribuíram para a promoção do bem-estar emocional das crianças e reforçando os vínculos familiares. Sendo evidente que a combinação entre a contação de histórias e atividades lúdicas direcionadas, desvela-se como subterfugio concludente para mitigar traumas infantis em situações de crise. Este sugere a importância de contínua expansão dessas práticas em contextos semelhantes, destacando também o papel do ambiente escolar, que deve ser promovido como espaço facilitador do desenvolvimento (Dias; Correia; Marcelino, p. 21), visando o retorno das crianças às atividades educativas.

Palavras-chave: lúdico; primeira infância melhor; criança feliz; educação.

REFERÊNCIAS

DIAS, Isabel Simões; CORREIA, Sónia; MARCELINO, Patrícia. Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. **Revista Eletrônica de Educação (REVEDUC)**, v. 7, n. 3, p. 9-24. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br. Acesso em: 20 ago. 2024.

RUILLIER, Jérôme. **Aqui é a Minha Casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

1 Universidade La Salle. E-mail: anichrystinefs@gmail.com.

NASCIMENTO, Rosana de Oliveira. **A ferramenta PDDE Interativo como indicador de caminhos:** relato de experiência em uma escola da rede municipal de São Paulo. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18799. Acesso em: 13 ago. 2024.

SAUT, A. S. E. **A Tartaruguinha Que Perdeu o Casco**. 2o ed. [s.l.] ViaVida, 2021.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Natasha Rubin Bodratti Brizola[1]

Erick Machado Traugott [2]

Resumo

Com os eventos climáticos que assolaram o Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, a temática da sustentabilidade ambiental mostrou-se urgente pauta em todas as esferas. Dessa forma, a educação não pode furtar-se dessa importante discussão. A partir desse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como a temática da sustentabilidade ambiental tem sido desenvolvida na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em escolas públicas municipais de Canoas, RS. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário anônimo (Google forms) (Gil, 2008), que arrecadou 43 respostas e a análise deu-se pela Técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). As categorias de análise previamente estipuladas foram: a) Possibilidades com o uso da temática da sustentabilidade ambiental na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; b) Limites com o uso da temática da sustentabilidade ambiental na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O universo da pesquisa foram docentes da rede municipal de ensino de Canoas, RS. Com relação ao nível de atuação, a maioria (58,1%) atua na Educação Infantil e 41,9% no Ensino Fundamental. Os professores compreendem a importância da sustentabilidade, têm utilizado o tema principalmente em projetos e, como limitação, veem que é necessário maior investimento na formação continuada e conscientização da comunidade escolar. Podemos concluir que, se queremos formar cidadãos capazes de cuidar da nossa Casa Comum, precisamos começar já na Educação Infantil a trabalhar essas questões.

Palavras-chave: sustentabilidade ambiental; educação básica; aprendizagem significativa; formação continuada docente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018;

1 Universidade La Salle. E-mail: natasha.bodratti@gmail.com.
2 E.E.E.M. Prof. Margot. E-mail: 2060.erick.traugott@unilasalle.edu.br.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

PAPA FRANCISCO. **Laudato Si**. Carta Encíclica. Vaticano, 2015.

O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Giovana Lopes dos Santos[1]

Victória de Bem Muller[2]

Resumo

O trabalho tematiza a influência da infraestrutura educacional na qualidade da educação e no processo de alfabetização de crianças com deficiência. Atualmente, muitas escolas não atendem aos requisitos mínimos, prejudicando o desenvolvimento educacional. Um ambiente de aprendizagem adequado é um dos pontos principais para habilidades de leitura e escrita, enquanto a falta de recursos pode desmotivar os alunos. A pesquisa tem como objetivo geral investigar como a infraestrutura escolar afeta a alfabetização de crianças com deficiência. O relatório utilizou uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica para embasar o estudo. Os resultados mostram que a alfabetização é uma fase crucial no desenvolvimento infantil, e a infraestrutura educacional pode impactar positivamente ou negativamente o aprendizado, um ambiente escolar propício à socialização é fundamental. As condições econômicas e localização das escolas também devem ser levadas em conta quando tratamos da qualidade da educação, onde escolas em áreas privilegiadas acabam tendo, por muitas vezes, uma melhor infraestrutura. Escolas com infraestruturas adequadas alfabetizam crianças com deficiência de forma mais eficaz. Além disso, os professores frequentemente precisam improvisar devido à falta de recursos, comprometendo o ensino, mostrando então como a formação docente e a adaptação do ambiente são pontos fulcrais. Por fim, nota-se que são necessários investimentos para garantir um ambiente educacional de qualidade, seja na própria infraestrutura ou na capacitação docente.

Palavras-chave: infraestrutura escolar; educação; alfabetização; ensino.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. L. A Escola Pública e o dilema da falta de acessibilidade: as barreiras arquitetônicas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira - CERP. *In*: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 11., 2015, Vitória da Conquista, Bahia. **Anais** [...]. Vitória da Conquista, Bahia, 2015. p. 2445-2459, v.1.

1 Universidade La Salle. E-mail: giovana03lsantos@gmail.com.
2 Universidade La Salle. E-mail: victoria.202312801@unilasalle.edu.br.

BELTRAME, M.B.; MOURA, G.R.S. Edificações Escolares: Infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar. **Travessias**, Cascavel, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3378. Acesso em: 25 jun.. 2024.

BRUNO, M. M. G., DO NASCIMENTO, R. A. L. Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/84848. Acesso em 25 de jun. de 2024.

CAPOMACCIO, S. Brasil é o terceiro pior entre 42 países, segundo relatório da OCDE sobre educação. **Jornal da USP**, São Paulo, 26 de set. 2023. Rádio USP. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasil-e-o-terceiro-pior-entre-42-paises/. Acesso em: 25 de jun. 2024

DE BARROS, R.P; MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 525)

DE QUEIROZ, S.L. **O impacto da Infraestrutura Escolar no Desempenho Educacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão Escolar) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, p. 1-18. 2014.

FERREIRA, A.C.C. **A importância da Infraestrutura na Escola Pública:** visão geral da importância estrutural no ambiente pedagógico. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 1-16. 2021.

FRANCO, M.A.S. Caminhos históricos da Pedagogia. In: FRANCO, M.A.S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

HALLAHAN, D.; KAUFFMAN, J. **Exceptional children**. Introdution to special education. 6. ed. Boston: Allyn Bacon, 1994

LACERDA, G. Alfabetização científica e formação profissional. **Educação & Sociedade**. [S.l]. n. 60, p. 91-108. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/6VdjnDyMgyBdQqn7Xd8zJdh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 jun. 2024.

PIMENTEL, S. C.; SANTOS, A. J. P. Cotidiano escolar, inclusão e formação docente. In: SOUZA, R. de C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. (org.) **Formação de professores e cultura inclusiva**. São Cristovão: Editora UFS, 2014.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB A ÓTICA DAS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CANOAS/RS

Isadora Casal Dalla Lasta[1]
Eduarda Luiza Freitas Oliveira[2]
Enzo Tiecher Ferrite[3]
Thainá Sanhudo de Oliveira[4]
Gabriela Azevedo Marta[5]
Maria Eduarda Zambelli[6]

Resumo
Desde a infância, crianças estão aptas a perceberem o contexto no qual estão inseridas e os fenômenos sofridos por este meio, sejam eles positivos ou negativos, como é o caso das mudanças climáticas, definidas como transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. Objetivou-se neste estudo descrever a percepção das crianças acerca das mudanças climáticas, através de um grupo focal, com a pergunta disparadora “O que são mudanças climáticas?”. Além disso, a continuação foi disponibilizado material gráfico para que construíssem um desenho que representasse este fenômeno, assim como uma entrevista semi-estruturada para apurar o conteúdo. Foram adotados os procedimentos éticos e obteve-se a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A coleta de dados foi realizada em agosto de 2024 e participaram deste estudo 25 alunos com idades entre 09 e 11 anos, sendo 14 meninos e 11 meninas, matriculados no 4º ano de uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Canoas/RS. Na análise dos dados, utilizou-se a metodologia qualitativa e a Análise de Conteúdo de Bardin. Os critérios de inclusão englobaram estudantes que se encontravam matriculados no 4º ano e que se voluntariaram para participar da discussão. Como resultado, percebeu-se que a compreensão dos alunos está relacionada com as abruptas alterações de temperatura e clima, além disso, destacou-se a percepção da ação do homem como principal agente de alterações climáticas e desastres naturais. Sentimentos de medo e ansiedade com as enchentes estiveram presentes, o que pode indicar que as crianças compreenderam esta possível relação.

Palavras-chave: mudanças climáticas; grupo focal; percepção infantil.

1 Universidade La Salle. E-mail: isadora.201910255@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: eduarda.202312864@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: enzo.202211204@unilasalle.edu.br.
4 Universidade La Salle. E-mail: thaina.202212866@unilasalle.edu.br.
5 Universidade La Salle. E-mail: gabriela.202210486@unilasalle.edu.br.
6 Universidade La Salle. E-mail: maria.202313201@unilasalle.edu.br.

REFERÊNCIAS

FARIAS, A. C. **O olhar infantil:** como crianças de duas escolas natalenses percebem as mudanças climáticas globais. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Psicologia), UFRN, 2017.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BÓGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde E Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44–57, 2004. https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006.

VAN LANGE, P. A. M.; HUCKELBA, A. L. Psychological distance: How to make climate change less abstract and closer to the self. **Current opinion in psychology**, v. 42, p. 49–53, 2021. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.03.011.

WILSON, E. Biophilia. Harvard University Press. 1984.

INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM PANTERA NEGRA

Caroline Mineiro[1]

Resumo
O presente estudo tem por objetivo analisar como o uso da cultura como ferramenta de ensino para conceitos de Relações Internacionais pode enriquecer significativamente a compreensão dos alunos sobre questões globais, promovendo uma abordagem mais holística e contextualizada. A Metodologia a ser utilizada será a bibliográfica, com fontes renomadas das internacionais e de outras áreas para dar o aporte necessário da multidisciplinaridade que este estudo busca promover. No âmbito das relações Internacionais podemos verificar nomes como Samuel Huntington, Norbert Elias, Thales Castro, além de outros pesquisadores do campo, também será utilizado o conceito de cultura fornecido pela UNESCO. Já no campo da educação, é possível perceber a contribuição de Paulo Freire e Bell Hooks. Todo estudo será baseado na análise dos filmes do Pantera Negra e a inserção internacional do Estado Nação de Wakanda no sistema internacional, além da comparação com situações reais. Até o presente momento de estudo a hipótese se mostra favorável a análise comparativa de conceitos das relações internacionais podendo ser aplicadas a um universo cinematográfico criado e inserido no sistema internacional, além de fontes que validam a ideia de que a arte, nesse caso cinema, se compatível ao público alvo, pode incitar o pensamento crítico acerca de determinados assuntos, propondo assim a ideia de um ensino para além das métricas tradicionais.

Palavras-chave: cultura; relações internacionais; teorias clássicas; ensino; multidisciplinariedade; pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ELIAS, Norbert. **Estabelecidos e Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

1 Universidade La Salle. E-mail: carol.severo2425@hotmail.com.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

HOOKS, Bell. **Ensinar a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

COOGLER, Ryan (dir.). **Pantera Negra**. Burbank: Marvel Studios; Walt Disney Studios Motion Pictures, 2018. 1 recurso online (134 min), son., color. Disney+.

COOGLER, Ryan (dir.). **Pantera Negra**: Wakanda Para Sempre. Burbank: Marvel Studios; Walt Disney Studios Motion Pictures, 2022. 1 recurso online (aproximadamente 150 min), son., color. Disney+.

OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO NO CONTEXTO DO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES E IMPLICAÇÕES LEGAIS

Luiza Rolim Braun[1]

Resumo
O Direito Internacional Humanitário (DIH) visa regular a conduta dos conflitos armados, protegendo aqueles que não participam diretamente nas hostilidades e limitando os meios e métodos de guerra. No contexto do conflito Israel-Palestina, sua aplicação enfrenta desafios únicos devido à complexidade histórica, política e religiosa da região. Este estudo tem como objetivo geral analisar as violações do DIH neste cenário, bem como suas implicações legais, considerando as principais convenções e tratados internacionais. O objetivo é identificar as principais violações cometidas por ambas as partes no conflito; avaliar a eficácia das medidas internacionais de monitoramento e responsabilização; e discutir as limitações e potencialidades do DIH na promoção da paz e justiça na região. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, baseada na análise documental de tratados internacionais, resoluções da ONU, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e estudos de casos específicos. Além disso, utiliza-se a revisão bibliográfica de literatura especializada em Direito Internacional e Relações Internacionais para fundamentar teoricamente a discussão. Os resultados preliminares indicam que, apesar da existência de um quadro jurídico robusto, a aplicação do DIH no conflito Israel-Palestina é marcada por violações sistemáticas e impunidade generalizada, o que compromete a eficácia das normas humanitárias. Os resultados preliminares resumem que há uma necessidade urgente de fortalecer os mecanismos internacionais de responsabilização e promover um diálogo mais inclusivo e multilateral para a resolução do conflito, buscando novas concepções do DIH para garantir a sua aplicação efetiva em contextos de conflitos assimétricos.

Palavras-chave: direito internacional humanitário; relações internacionais; direitos humanos; Convenção de Genebra; direito internacional publico.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, M. *et al*. A criação do estado de israel e o impacto na região da Palestina: a negativa aos direitos humanos e a violação ao direito internacional humanitário.

1 Universidade La Salle. E-mail: luizaa.rolim@gmail.com.

Disponível em: http://repositorio.unirn.edu.br/jspui/bitstream/123456789/444/1/2021-SABRINA%20LOUIZE%20F%c3%89LIX-A%20CRIA%c3%87%c3%83O%20DO%20ESTADO%20DE%20ISRAEL%20E%20O%20IMPACTO%20NA%20REGI%c3%83O%20DA%20PALESTINA....pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

GORGA, Eduardo Freitas. A intervenção do direito internacional humanitário nos conflitos armados praticados por israel, ocorridos na Faixa de Gaza. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivoe Cidadania**, n. 7, p.543-556, out/2019. Disponível em: https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1573/1424. Acesso em: 26 ago. 2024.

ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA ERA CONTEMPORÂNEA

Isadora Gross Fortes[1]

Resumo
Este artigo examina e compara as perspectivas de Amartya Sen, Seyla Benhabib e Avner de Shalit sobre os conceitos de globalização, sentido de lugar e, especialmente, identidade. A obra "Identidade e Violência" de Sen desafia a visão monolítica da identidade, argumentando que as pessoas possuem identidades plurais e que a imposição de identidades únicas pode levar à violência. Em "The Claims of Culture", Benhabib explora as tensões entre universalismo e particularismo na globalização, destacando como culturas e identidades são negociadas em um mundo cada vez mais interconectado. De Shalit, em "The Functioning of Having a Sense of Place," foca no impacto da globalização sobre o sentido de pertencimento em contextos urbanos, especialmente entre imigrantes, sugerindo que o sentido de lugar é crucial para o bem-estar e a identidade individual. Através deste comparativo, buscarei entender como esses fenômenos afetam na construção de identidade, e como moldamos ela nos dias atuais, em meio às forças globais e locais, e as dificuldades enfrentadas ao tentar preservar a diversidade cultural e o sentido de pertencimento em um mundo globalizado.

Palavras-chave: globalização; identidade; sentido de lugar; Amartya Sem; Seyla Benhabib; Avner de Shalit.

REFERÊNCIAS

BENHABIB, Seyla. **The claims of culture:** equality and diversity in the global era. New Jersey: Princeton University Press, 2002

OCIDENTAL. In: OXFORD Languages and Google. Disponível em: https://www.google.com/search?q=ocidental+significado&rlz=1C1GCEA_enBR1064BR1065&oq=ocidental+s&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqBggAEEUYOzIGCAAQRRg7MgYIARBFGDkyBggCEEUYOTIGCAMQRRg5MgYIBBBFGDzSAQgxNzE1ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 05 ago. 2023.

1 Universidade La Salle. E-mail: isadora.fortes10@gmail.com.

ORIENTAL. In: OXFORD Languages and Google. Disponível em: https://www.google.com/search?q=oriental+significado&rlz=1C1GCEA_enBR1064BR1065&ei=vMLOZNrYJK3c1sQPkOCe6AQ&oq=oriental+si&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiC29yaWVudGFsIHNpKgIIADIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgcQABiABBgKMgYQABgWGB4yBhAAGBYYHjIGEAAYFhgeMgYQABgWGB5IuBxQ0ApY3BRwA3gBkAEBmAGhAgABphKgAQUwLjUuNrgBA8gBAPgBAcICChAAGEcY1gQYsAPCAgoQABiKBRiwAxhDwgIOEAAY5AIY1gQYsAPYAQHCAhAQLhiKBRjIAxiwAxhD2AECwgITEC4YigUY1AIYyAMYsAMYQ9gBAsICBxAAGIoFGEPCAgoQLhiKBRjUAhhDwgIREC4YgAQYsQMYgwEYxwEY0QPCAgsQABiABBixAxiDAcICCxAuGIAEGLEDGIMBwgIHEC4YigUYQ8ICCBAAGIAEGLEDwgIIEC4YgAQYsQPCAg0QLhiKBRixAxjUAhhDwgIKEAAYigUYsQMYQ8ICHBAuGIoFGLEDGNQCGEMYlwUY3AQY3gQY4ATYAQPCAgsQLhiABBjHARivAcICCBAuGNQCGIAE4gMEGAAgQYgGAZAGEboGBggBEAEYCboGBggCEAEYCLoGBggDEAEYFA&sclient=gws-wiz-serp. Acesso em: 05 ago. 2023.

SAID, EDWARD. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia da Letras, 2003.

SEN, Amartya. **Identidade e Violência**. São Paulo: Iluminuras : Itaú Cultural, 2015.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NACIONALISMO: FORMADOR DE ESTADOS OU CATALISADOR DE GUERRAS?

Pedro Henrique Atiense Alves[1]

Resumo
O presente trabalho está inserido em um projeto de pesquisa mais amplo, disposto a analisar o papel do nacionalismo nas Relações Internacionais. A presente investigação analisa o conteúdo de Relações Internacionais e Nacionalismo produzido a partir de meados da década de 1980. A metodologia empregada é a revisão qualitativa de literatura de uma gama de textos pré-selecionados. A pesquisa se justifica dada a proeminência que o nacionalismo adquiriu ao longo do século XXI para o campo das Relações Internacionais. Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo mapear como o conceito de nacionalismo foi utilizado em pesquisas empíricas no campo das RI contemporâneas. Conforme a literatura analisada, existem duas correntes principais tentando definir qual seria o grande papel do Nacionalismo nas Relações Internacionais. Para muitos autores, o Nacionalismo é primordial para a formação, e/ou consolidação, dos Estados. No entanto, existe uma outra gama de autores que vê o Nacionalismo como um catalisador de guerras e conflitos. Desse modo, a pesquisa conclui que os movimentos por independência nos países que faziam parte da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram um ponto importante para mudar a compreensão a respeito do papel do nacionalismo para as Relações Internacionais. Afinal, de início, era quase um consenso que o nacionalismo era somente um catalizador de guerras. No entanto, conforme os desdobramentos do pós-Guerra Fria no leste europeu, uma nova corrente que contesta essa visão dominante, e diz que o nacionalismo é responsável por formar, e/ou unificar, Estados também ganhou destaque na literatura especializada.

Palavras-chave: relações internacionais; nacionalismo; formação de estados; guerras.

REFERÊNCIAS

POSEN, Barry. Nationalism, the Mass Army, and Military Power. **International Security**, v. 18, n. 2, p. 80-124, 1993.

EVERA, Stephen Van. Hypothesis on Nationalism and War. **International Security**, v. 18, n. 4, p. 5-39, 1994.

1 Universidade La Salle. E-mail: pedrohatiense@gmail.com.

MEYER, John et al. World Society and the Nation-State. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 1, p. 144-181, 1997.

SMITH, Rogers M. Citizenship and the politics of people-building. **Citizenship Studies**, v. 5, n. 1, p. 73-96, 2001.

O MODELO HÚNGARO DE FAMÍLIA E DE NAÇÃO E A REDE CONSERVADORA ANTI-GÊNERO DO GOVERNO DE VIKTOR ORBÁN (2010-2024)

Giovana Tarquinio Demarco[1]

Resumo
Desde 2010, quando assumiu o poder na Hungria, Viktor Orbán tem criado um projeto político etnonacionalista e pró-natalista, assentado na retórica de defesa da família tradicional como unidade básica da nação e institucionalizado em uma política familiar robusta. O caso húngaro é paradigmático porque Orbán, a partir da retórica de um modelo húngaro consolidado e eficiente, se posiciona discursivamente como ator líder em âmbito europeu e internacional no tratamento de questões articuladas por ele como centrais, como a crise demográfica e migratória. O objetivo geral deste trabalho é investigar a relação entre a construção interna desse projeto político e a iniciativa de Orbán de se posicionar estrategicamente dentro de uma rede internacional de conservadorismo anti-gênero. Essa rede é compreendida nos termos da abordagem metodológica relacional da Análise de Rede, na qual os constrangimentos e oportunidades políticas de um ator envolvido em uma rede são medidos pelos padrões de interação com os demais atores. Essa metodologia é combinada com uma análise qualitativa do contexto interno do projeto político de Orbán, devido à preocupação teórica compartilhada por acadêmicas feministas sobre a natureza ao mesmo tempo transnacional e situada contextualmente dos movimentos anti-gênero. Os resultados parciais indicam que os principais atores domésticos anti-gênero estão vinculados ao governo de Orbán e fortemente capilarizados na estrutura estatal. As principais estratégias de interação internacional são a realização de eventos internacionais para promoção da família tradicional, o financiamento de Organizações Não Governamentais que abraçam a agenda anti-gênero e a associação com personalidades conhecidas da direita radical.

Palavras-chave: conservadorismo anti-gênero; natalismo; Viktor Orbán; análise de rede; direita radical; Hungria; estudos de gênero.

REFERÊNCIAS

ANTHIA, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. **Woman-Nation-State**. New York: St. Martin's Press, 1989.

1 Universidade La Salle. E-mail: giogio.demarco@gmail.com.

BIEBER, Florian. **Nações e Nacionalismos:** uma História Global do Sentimento Nacional, dos Extremismos e do Conflito. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine. Heteroactivism. **Lambda Nordica**, v. 25, 2020, p. 72-80. Disponível em: https://doi.org/10.34041/ln.v25.616. Acesso em: 24 ago. 2024.

BUZÓGANY, Aron; VARGA, Mihai. The ideational foundations of the illiberal backlash in Central and Eastern Europe: The case of Hungary. **Online:** Review of International Political Economy, v. 25, nº 6, 30 jan. 2019, p. 811-828. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09692290.2018.1543718. Acesso em: 27 jul. 2024.

CAINI, Manuela. Social Network Analysis. In: DELLA PORTA, Donatella. **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CONRADO FILHO; Santos, Luís. Potencialidades e limitações da metodologia de análise de rede: um modelo teórico voltado para as Ciências Sociais. **Comunicação e Sociedade [Online]**, v. 33, 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/cs/332. Acesso em: 22 ago. 2024.

DATTO, Neil. Tip of the Iceberg: Religious Extremist Funders against Human Rights for Sexuality and Reproductive Health in Europe (2009-2018). **Brussels:** European Parliamentary Forum for Sexual and Reproductive Rights, 2021.

FODOR, Eva. **The Gender Regime of Anti-Liberal Hungary**. Springer International Publishing, 2022.

HUNGARY. **Ministry of Justice**. The Fundamental Law of Hungary, 2021. Disponível em: https://www.parlament.hu/documents/125505/138409/Fundamental+law/73811993-c377-428d-9808-ee03d6fb8178. Acesso em: 28 jul. 2024.

HUNGARY: Prime Minister Viktor Orbán announced a seven-point family protection action plan. **European Large Families Confederation** [Online], 11 fev. 2019. Disponível em: https://www.elfac.org/hungary-prime-minister-viktor-orban-announced-a-seven-point-family-protection-action-plan/. Acesso em: 25 ago. 2024.

INGLOT, Tomasz; SZIKRA, Dorottya; RAT, Cristina. **Mothers, families or children? family policy in Poland, Hungary, and Romania (1945-2020)**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2022.

LARUELLE, Marlene. Illiberalism: a conceptual introduction. **East European Politics**, v. 38, n. 2, 03 mar. 2022, p. 303-327. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21599165.2022.2037079. Acesso em: 27 jul. 2024.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

PAP, András. Constitutional Identity? The Hungarian Model of Illiberal Democracy. In: Fish, Steven; Gill, Graeme; Petrovic, Milenko (org.). **A Quarter Century of Post-Communism Assessed**. Charm: Springer International Publishing, 2017, p. 161-186.

PATTERNOTE, David; KUHAR, Roman. Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. **Lisbon:** Politics and Governance, v. 6, nº. 3, 14 sep. 2018, p. 6-19. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/1557. Acesso em: 24 ago. 2024.

RASMUSSEN, Claire. Fertile Ground: The Biopolitics of Natalist Populism. **Vancouver:** An International Journal for Critical Geographies (ACME), v. 22, nº. 3, 25. jul. 2023, p. 1069-1092. Disponível em: http://id.erudit.org/iderudit/1102113ar. Acesso em: 24 ago. 2024.

SHAMEEM; Naureen. Rights at Risk. **Toronto:** Association for Women's Rights in Development (AWID), 2017.

O ESTUDO DO NACIONALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA COERÊNCIA METODOLÓGICA

Isabela Knauth Casanova[1]

Resumo
O nacionalismo assume crescente proeminência no estudo das relações internacionais: é central para o entendimento da disciplina, já que se estrutura como basilar para a composição dos fenômenos do campo. Contudo, observa-se uma ausência na literatura da área de discussões sobre como investigar metodologicamente o nacionalismo. Esta se revela de duas maneiras: (1) a ausência completa de discussões metodológicas nos textos que abordam o nacionalismo; (2) uma menção breve à técnica utilizada na pesquisa, sem abordar a racionalidade por trás do uso desta. Assim, esta pesquisa tem como objetivo mapear e identificar quais metodologias têm sido utilizadas no estudo do nacionalismo nas Relações Internacionais, identificando o ferramental metodológico mais profícuo para o estudo do nacionalismo na área. A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo a análise de um conjunto de textos base e derivados sobre o tema e buscando localizar as ausências metodológicas e o motivo destas. Compreendendo o nacionalismo como uma identidade que é construída socialmente, fluída, múltipla e relacional, sua própria ontologia impõe uma dificuldade metodológica: como acessar sua subjetividade e multiplicidade? Sendo socialmente construído o seu estudo deve basear-se na análise deste processo de construção social, isto é, das interações sociais materializadas discursivamente. Portanto, conclui-se que a melhor coerência metodológica para a análise do nacionalismo nas relações internacionais é encontrada nas abordagens pós-positivistas, que permitem acessar este fenômeno em sua totalidade, considerando as características mencionadas anteriormente e as suas implicações para os fenômenos políticos internacionais.

Palavras-chave: relações internacionais; nacionalismo; metodologia.

REFERÊNCIAS

ALKER, Hayward. **Redescoveries and Reformulations:** Humanistic Methodologies for International Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BLOOM, William. **Personal Identity, National Identity and International Relations. Cambridge:** Cambridge University Press, 1990.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: knauth.isabela@gmail.com.

CALHOUN, Craig. **Social Theory and the Politics of Identity**. Cambridge: Blackwell, 1994.

CHATTERJEE, Partha. **Nationalist thought and the colonial world:** a derivative discourse?. Londres: Zed Books, 1986.

DUNN, Kevin. **Imagining the Congo:** The Identity of International Relations. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

DUNN, Kevin; NEUMANN, Iver. Discourse Analysis. *In*: GUILLAUME, Xavier; BILGIN, Pinar (ed.). **Routledge Handbook of International Political Sociology**. Nova Iorque: Routledge, 2016. pp. 262-271

ERIKSEN, Thomas. NEUMANN, Iver. International Relations as a Cultural System: an Agenda for Research. **Conflict and Cooperation**, v. 28, n. 3, 1993, pp.233-264.

GOFF, Patricia; DUNN, Kevin. **Identity and Global Politics:** Empirical and Theoretical Elaborations. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

HOPF, Ted. **Social Construction of International Politics:** Identities and Foreign Policies: Moscow - 1955 - 1999. Londres: Cornell University Press, 2002.

LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR theory** (ed.). Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

MILLIKEN, Jennifer. The study of Discourse in International Relations: A Critique Research and Methods. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, 1999.

CARGO COMMANDER: GAMIFICAÇÃO PARA O APRENDIZADO DE MODAIS E INCOTERMS EM COMÉRCIO EXTERIOR

Thiago Henrique Dzjobginski Girotto[1]

Resumo
O projeto "Cargo Commander" foi criado para desenvolver um jogo de tabuleiro educativo que ensina Incoterms e modais de transporte, temas fundamentais na disciplina de Comércio Exterior. Partiu-se de uma pesquisa teórica sobre gamificação e sua aplicação na educação. (FORTUNA, Volnei e REBELO, Thamya Rocha). Para aprimorar o aprendizado do conteúdo em questão, foi realizado o acompanhamento e observação em uma turma de Comércio Exterior, que faz parte da matriz curricular do curso de Administração e também recebe alunos de Relações Internacionais. O tema escolhido para o jogo foi o de Incoterms, termo usado para definir direitos e obrigações entre exportador e importador, estabelecendo regras neutras sobre entrega de mercadorias, pagamento de frete e contratação de seguro. O "Cargo Commander" é um jogo de tabuleiro voltado para estudantes de Comércio Exterior e áreas afins e tem como objetivo simular situações reais de operações internacionais, onde os jogadores precisam tomar decisões estratégicas baseadas nos Incoterms e modais de transporte disponíveis. Os jogadores de Cargo Commander atuam como comandantes de carga, planejando e executando operações internacionais. Eles aplicam Incoterms, estratégias e consideram custos e prazos ao escolher modais e rotas. Através da competição e decisões, os alunos aprendem conceitos complexos de forma interativa. Após a finalização do jogo, testes foram realizados com alunos da disciplina para avaliar sua eficácia em aprendizado e engajamento. Os participantes consideraram "Cargo Commander" uma ferramenta relevante de gamificação no ensino de Comércio Exterior, facilitando a compreensão de conceitos complexos e promovendo um aprendizado divertido e significativo.

Palavras-chave: simulações; jogos didáticos; recursos lúdicos; comércio exterior; relações internacionais.

REFERÊNCIAS

FORTUNA, Volnei. A relação teoria e prática na educação em Freire. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056/746. Acesso em: 15 jun. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: thiagogirotto76@gmail.com.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy:** Understanding the International Economic Order. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOLBE JUNIOR, Armando et al. Uso do jogo Banco Imobiliário no ensino de contabilidade no ensino superior: estudo de caso. In: FARIAS FILHO, José Rodrigues de et al. (org.). **Rede de Educação, Práticas Inovadoras, Lúdicas e Inclusivas:** Contribuições para o Ensino de Graduação. Curitiba: ARMANDO, 2023. p. 55-72.

MONTEIRO, Jorge. Incoterms 2010 Em Especial o Termo CIF. **Revista do Direito Público**, n. 6, 2010.

PILTZ, Burghard. INCOTERMS 2020. **Revista da Escola Kopaonika de Direito Natural**, v. 9, n. 9, 2020.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Projeto Pedagógico Relações Internacionais Bacharelado**. Canoas: Universidade La Salle, 2010.

REBELO, Thamya Rocha. O uso de simulações no curso de Relações Internacionais da Belas Artes. **Revista de Belas Artes**, n. 27, 2018. Disponível em: https://www.belasartes.br/wp-content/uploads/2023/05/uso-de-simulacoes-relacoes-internacionais.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral; FERREIRA, Karine Araújo. Logística e Transporte: Uma Discussão Sobre os Modais de Transporte e o Panorama Brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba – PR. **Anais** [...]. Curitiba – PR: ENEGEP, 2002. Disponível em: https://www.tecspace.com.br/paginas/aula/mdt/artigo01-MDL.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

WINCKLER, Natália Carrão; MOLINARI, Gisele Trindade. Competição, colaboração, cooperação e coopetição: revendo os conceitos em estratégias interorganizacionais. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/admpg/article/view/13960. Acesso em: 24 abr. 2024.

O CONSUMO DE ALIMENTOS, COSMÉTICOS E PRODUTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS POR BRASILEIROS: "ONDA HALLYU" COMO ESTRATÉGIA SUL-COREANA DE POLÍTICA EXTERNA E SOFT POWER

Yasmin Roos de Oliveira[1]

Resumo
A Coreia do Sul agora vê sua cultura difundir-se globalmente, após períodos turbulentos. O governo investiu no mercado cultural nos anos 90, dando origem à denominada "Onda Hallyu", a qual abrange entretenimento, culinária e cuidados pessoais. O estilo de vida coreano se globaliza, com produtos e moda destacando-se globalmente, gerando a motivação para esta pesquisa em andamento. O estudo é descritivo e qualitativo, analisando a influência da Hallyu, especialmente no Brasil, visando organizar dados para futuras pesquisas. Utilizando método qualitativo, além de pesquisas documental e bibliográfica, será aplicado um questionário com questões abertas entre consumidores de produtos coreanos. Como resultados esperados, além de aprofundar a discussão sobre a hipótese proposta, pretende-se visibilizar aspectos pouco discutidos quanto à influência da onda coreana em diferentes aspectos culturais do Brasil, especialmente na cultura do consumo de produtos coreanos, bem como sistematizar e cruzar dados esparsos que permitam auxiliar futuros pesquisadores interessados nesta temática.

Palavras-chave: memória social; cultura; Coreia do Sul; Onda Hallyu.

REFERÊNCIAS

NYE, Joseph S., Jr. 2005. **Soft Power:** The Means to Success in World Politics.

MATHIAS, Letícia Batista. Política Externa Sul-Coreana - O Hallyu enquanto política de Estado estratégica de Soft Power. **Relações Exteriores** 30/05/2023. Disponível em https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-sul-coreana-o-hallyu-enquanto-politica-de-estado-estrategica-de-soft-power/. Acesso em: 19 abr. 2024.

BARBOSA, Maria Clara.O K-pop como ferramenta de soft power e de inserção internacional da Coreia do Sul 26/06/2021. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI - O K-POP COMO FERRAMENTA DE SOFT POWER E DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA COREIA DO SUL, 8., 2021, Coréia do Sul. Anais [...]. Coréia do Sul, 2021.

1 Universidade La Salle. E-mail: yasmimroos@gmail.com.

MULTISTAKEHOLDER DIPLOMACY: DEFINIÇÃO E ANÁLISE NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Lauren Giordani Grohs[1]

Resumo
Atualmente no sistema internacional há novas formas de pensar e analisar a diplomacia, principalmente pela interação e cooperação entre os atores estarem mais complexas. É nesse contexto que a Multistakeholder Diplomacy se torna um importante conceito e instrumento para construção de um novo sistema diplomático, pois a partir dessa ferramenta é possível analisar a diplomacia nas relações internacionais através da governança global. A presente pesquisa tem como objetivo compreender o que é essa nova ferramenta, como ela pode ser inserida no contexto das relações internacionais e analisar os seus possíveis impactos diplomáticos. Para esse estudo foram analisadas as pesquisas de Ian Johnstone, Arun Sukumar e Joel Trachtman que definiram a Multistakeholder Diplomacy como um mecanismo de diplomacia multilateral no qual contribui para a integração de quaisquer atores não governamentais visando a governança transnacional. Ademais, foram analisados fóruns de discussão e organizações que utilizaram dessa ferramenta para debates e discussões, como a United Nations Open-Ended Working Group (OEWG) que ocorreu em 2019 e o Paris Call for Trust and Security in Cyberspace que demonstrou a necessidade de se debater esse tópico de forma plural. Várias análises estão presentes no debate sobre a Multistakeholder Diplomacy como uma ferramenta no sistema internacional. No entanto, um dos principais objetivos desta pesquisa é entender os impactos deste instrumento para os diferentes atores no cenário internacional e analisar os desafios e formas de construção de regimes que considerem e acomodem os interesses de cada ator envolvido.

Palavras-chave: cyber-segurança; diplomacia; relações internacionais.

REFERÊNCIAS

JOHNSTONE, Ian; SUKUMAR, Arun; TRACHTMAN, Joel. Building an International Cybersecurity Regime: Multistakeholder Diplomacy. **Elgar International Law and Technology**, 2023.

CIGLICAAND, Kaja; HERING, John. A multi-stakeholder foundation for peace in cyberspace. **Journal of cyber policy**, v. 6, n. 3, p. 360–374, 2021.

1 Universidade La Salle. E-mail: lauren.grohs2610@gmail.com.

IDENTIDADE E EXCLUSÃO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE DONALD TRUMP NA ELEIÇÃO DE 2016

Laura Brusso Rossi[1]

Resumo
A campanha presidencial de Donald Trump de 2016 teve como temas centrais o retorno ao crescimento social e econômico, por meio de medidas protecionistas, conservadoras e anti-migratórias. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar os pronunciamentos eleitorais de Donald Trump, durante 2016, com o intuito de compreender as estruturas legais de poder nos discursos com relação aos imigrantes, excluindo-os de determinado projeto de identidade nacional pela restrição de acesso à cidadania. Especificamente, busca-se entender os conceitos e dinâmicas envolvidas, considerando-se as narrativas de exclusão ao acesso à cidadania como estratégias de transformação e construção de um projeto de identidade estadunidense. Para tanto, o trabalho adota uma metodologia de Análise Crítica de Discurso, a partir da abordagem da Escola de Viena, com enfoque histórico-discursivo conforme elaborado por Ruth Wodak. Os resultados indicam que os discursos de Trump agruparam imigrantes e os posicionaram como representações de ameaças existenciais ao Estado, responsabilizando-os por dilemas sociais e econômicos. Essa narrativa aproximou o candidato da classe média composta de “americanos esquecidos” brancos, que se sentiam ameaçados e marginalizados. Então, as exclamações por políticas protecionistas e conservadoras alinharam o discurso político aos apelos do determinado grupo, ao mesmo tempo em que se opôs às elites e ao establishment político. Logo, com base em ideais de nacionalismo étnico e de estratégias voltadas a políticas de medo, articulou-se o conteúdo de estruturas legais de poder em torno da cidadania, de modo a fomentar a construção de um projeto de identidade estadunidense específico a ser protegido.

Palavras-chave: imigrantes; Estados Unidos; nacionalismo; identidade nacional; Donald Trump.

REFERÊNCIAS

ADAMSON, Fiona. Constructing the diaspora: diaspora identity politics and transnational social movements. **Politics from afar:** Transnational diasporas and networks, p. 25-42, 2012.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lahrossi2@gmail.com.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUSTERMUEHL, Frank. The normalization of exclusion through a Revival of whiteness in Donald Trump's 2016 election campaign discourse. **Social semiotics**, v. 30, n. 4, p. 528-546, 2020.

BERENSKOETTER, Felix. Identity in international relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, 2010. Disponível em: https://oxfordre.com/internationalstudies/display/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-218#acrefore-9780190846626-e-218-bibliography-0001. Acesso em: 06 abr. 2024.

BIEGON, Rubrick. A populist grand strategy? Trump and the framing of American decline. **International Relations**, v. 33, n. 4, p. 517-539, 2019.

BRUBAKER, William Rogers. **Ethnicity without groups**. 1ª Ed. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

BRUBAKER, William Rogers. **Citizenship and Nationhood in France and Germany**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

CAMPBELL, David. **Writing security:** United States foreign policy and the politics of identity. Minnesota: University of Minnesota Press, 1992.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

HOLLAND, Jack; FERMOR, Ben. The discursive hegemony of Trump's Jacksonian populism: Race, class, and gender in constructions and contestations of US national identity, 2016–2018. **Politics**, v. 41, n. 1, p. 64-79, 2021.

KULIG, Teresa C. et al. "Bad hombres" at the Southern US border? White nationalism and the perceived dangerousness of immigrants. **Journal of Criminology**, v. 54, n. 3, p. 283-304, 2021.

LÖFFLMANN, Georg. 'Enemies of the people': Donald Trump and the security imaginary of America First. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 24, n. 3, p. 543-560, 2022.

MACHIN, David; MAYR, Andrea. **How to do critical discourse analysis:** A multimodal introduction. 2. ed. London: Sage, 2023.

MARX, Anthony W. **Making race and nation:** A comparison of South Africa, the United States, and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

OGDEN, Chris. Diaspora meets IR's constructivism: An appraisal. **Politics**, v. 28, n. 1, p. 1-10, 2008.

REICHER, Stephen; HASLAM, S. Alexander. The politics of hope: Donald Trump as an entrepreneur of identity. In: FITZDULL, Mari (ed.). **Why irrational politics appeals:** Understanding the allure of Trump. California: ABC-CLIO, p. 25-40, 2017.

RESTAD, Hilde Eliassen. What makes America great? Donald Trump, national identity, and US foreign policy. In: HILL, Matthew Alan, HURST, Steven (ed.). **The Trump Presidency**. London: Routledge, 2022. p. 19-34.

SAGAS, Ernesto; ROMAN, Ediberto. Build the wall and wreck the system: Immigration policy in the Trump administration. **Texas Hispanic Journal of Law and Policy**, v. 26, n. 1, p. 21-56, 2020.

SCHENK, Caress. The migrant other: Exclusion without nationalism?. **Nationalities Papers**, v. 49, n. 3, p. 397-408, 2021.

SMITH, Anthony D. **National identity**. London: Penguin Books, 1991.

SNYDER, Jack L. **From voting to violence:** Democratization and nationalist conflict. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

STOLCKE, Verena. The 'Nature' of Nationality. In: BADER, Veit. **Citizenship and Exclusion**. 1 Ed. London: Macmillan Press LTD, 1997. p. 61-80.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. **International security**, v. 20, n. 1, p. 71-81, 1995.

WODAK, Ruth; DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin.**The discursive construction of national identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear:** What Right-Wing Populist Discourses Mean. London: Sage, 2015.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender and Nation**. London: Sage, 1997.

YUVAL-DAVIS, Nira. **The politics of belonging**: Intersectional contestations. 1ª Ed. London: Sage, 2011.

YUVAL-DAVIS, Nira; WEMYSS, Georgie; CASSIDY, Kathryn. Everyday bordering, belonging and the reorientation of British immigration legislation. **Sociology**, v. 52, n. 2, p. 228-244, 2017.

IMIGRAÇÃO, TRABALHO SEXUAL E DIREITOS CIVIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE CATHARINE MACKINNON SOBRE IMIGRANTES VENEZUELANAS NO BRASIL

Alana Mendes de Moura[1]

Resumo
O trabalho justifica-se pela crescente onda migratória de mulheres venezuelanas para o Brasil desde 2017, muitas das quais acabam recorrendo ao trabalho sexual como meio de sobrevivência. Essa situação é agravada pela vulnerabilidade extrema dessas mulheres, que enfrentam estigmas e marginalização tanto ao deixarem seu país quanto ao chegarem ao Brasil. Considerando que essas imigrantes são frequentemente invisibilizadas pela sociedade e desprovidas de direitos básicos, o debate proposto busca discutir a intersecção entre imigração, trabalho sexual e direitos humanos, à luz da teoria feminista radical de Catharine MacKinnon. O objetivo é analisar como o trabalho sexual se torna uma identidade imposta a essas mulheres e como essa imposição reflete e perpetua a exploração e opressão. A metodologia envolve uma revisão bibliográfica das principais obras de MacKinnon, como “Prostitution and Civil Rights” e “Pornography as Trafficking”. A análise crítica busca compreender a relação entre a vulnerabilidade social e a prática do trabalho sexual, abordando questões de direitos civis e humanos sob a ótica da teoria feminista. Os resultados parciais indicam que o trabalho sexual, não é uma escolha voluntária, e sim uma consequência direta das condições socioeconômicas enfrentadas por essas mulheres, e que o reconhecimento de sua identidade e de seus direitos continua sendo negligenciado tanto pelo Estado quanto pela sociedade. O trabalho sugere a necessidade de políticas públicas mais eficazes que garantam a proteção dos direitos humanos dessas imigrantes utilizando de viéses feministas, assim como um debate mais profundo sobre o trabalho sexual imposto como única forma de sobrevivência.

Palavras-chave: imigração; trabalho sexual; feminismo; direitos humanos.

REFERÊNCIAS

MACKINNON, Catharine A. **Toward a Feminist Theory of the State**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

1 Universidade La Salle. E-mail: lanamendesdemoura@gmail.com.

MACKINNON, Catharine A. Prostitution and civil rights. **Michigan Journal of Gender & Law**, v. 1, n. 1, p. 13-31, 1993.

Catharine A. **MacKinnon, Pornography as Trafficking**, 26 Mich. J. Int'l L. 993 (2005).

O CASO PINOCHET: UMA ANÁLISE DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CHILE CONVOLUCIONAIS

Bianca Fernandes Dutra[1]

Resumo
Este artigo busca investigar o impacto da jurisdição internacional na normatização doméstica do Chile para prevenção de novas violações de direitos humanos por líderes autoritários, utilizando o caso chileno pós-Pinochet como estudo de caso, visando compreender em que medida tais normas contribuíram para fortalecer os mecanismos legais de responsabilização do Estado por violações de direitos humanos e prevenir uma nova insurgência de líderes com características semelhantes às de Pinochet. A metodologia utilizada foi uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente do impacto das normas internacionais na legislação e na prática dos direitos humanos no Chile pós-Pinochet. Foram utilizados métodos de pesquisa como teses e dissertações, literatura e artigos. Conclui-se que o caso Pinochet teve um impacto significativo na legislação e na interpretação dos direitos humanos no Chile. A partir da reforma constitucional de 1989, que reconheceu a obrigação do Estado de respeitar os tratados internacionais de direitos humanos, houve uma mudança crucial na hierarquia desses tratados dentro do ordenamento jurídico chileno. A decisão de conferir aos tratados internacionais um status supralegal fortaleceu o compromisso do país com os padrões internacionais de direitos humanos, promovendo assim o estado de direito e a proteção dos direitos fundamentais. Essa evolução não apenas alinhou o Chile aos princípios universais de direitos humanos, mas também facilitou a implementação de normas que promovem a justiça e a igualdade dentro da sociedade chilena.

Palavras-chave: jurisdição internacional; normatização doméstica; direitos humanos; Chile; Pinochet.

REFERÊNCIAS

BANDO Nº 36 DE LA JUNTA MILITAR DE GOBIERNO. **Os Bandos emitidos pela Junta Militar de Gobierno podem ser acessados em:** Archivo Chile – Documentación de Historia Político Social y Movimiento Popular contemporáneo de Chile y América Latina. © CEME (Centro de Estudios Miguel Enríquez). Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/html/ dic_militar_doc_junta.html. Acesso em: 01 maio. 2024.

1 Universidade La Salle. E-mail: bianca.201920208@unilasalle.edu.br.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras internacionais para o enfrentamento da tortura e maus-tratos:** série tratados internacionais de direitos humanos. Brasília: CNJ, [2016].

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Organización de los Estados Americanos**. 1985.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. 2006.

DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, capítulo 10: O mais longo dos dias.

DECRETO LEY N° 128 DE LA JUNTA MILITAR DE GOBIERNO.**Os Decreto Ley promulgados pela Junta Militar de Gobierno podem ser acessados em:** República de Chile. Congreso Nacional. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile – BCN. Buscador de Leyes. Disponível em: http://www.leychile.cl/Consulta. Acesso em: 12 maio. 2024.

DEL POZO, José. **Rebeldes, reformistas y revolucionarios**. Santiago de Chile: EDICIONES DOCUMENTAS. 1992.

EL PROGRAMA BASICO DE GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR. **Candidatura presidencial de Salvador Allende**, editado em 1970. Disponível em: http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7738.html. Acesso em: 24 maio. 2024.

FASANO, Renata Rossini**. A competência repressiva universal no direito internacional penal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FORTUNA, Yara Dias. **Sob os olhos:** fotografia, memória e representação social na trilogia de Isabel Allende. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

HANS, Monica. Providing for uniformity in the exercise of universal jurisdiction: can either the Princeton Principles on Universal Jurisdiction or an International Criminal Court accomplish this goal?. **The Transnational Lawyer**, v. 15, p. 357-403, 2002.

INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. REED. **elaborada por la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación**. [Santiago] : La Corporación, 1996.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MELLER, Patricio. **Un siglo de economía política chilena (1890-1990)**. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998.

MUÑOZ, Heraldo. A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Resenha de: MOURA, Lyyse Moraes. A sombra do ditador: memórias políticas do chile sob Pinochet. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 14, p. 85-88, out./dez. 2013.

ROJAS, Claudio Nash**. Derecho Internacional de Los Derechos Humanos en Chile** – Recepción y aplicación en el ámbito interno. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2012.

ROTH-ARRIAZA, Naomi. The Pinochet effect and the spanish contribution to universal jurisdiction. *In*: KALECK, Wolfgang, RATNER, Michael, SINGELNSTEIN, Tobias e WEISS, Peter (org.). **International prosecution of human right crimes**. Nova York: Springer, p. 113-124, 2007.

SILVA, Lays C. A LOS HOMBRES TAMBIÉN A VECES LO MATAN LOS HOMBRES": AS MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA SOBRE A DITADURA MILITAR CHILENA NO INFORME RETTIG (1991). **Revista Ars Historica**, n. 22, p. 102-120, jul./dez. 2021. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ars. Acesso em: 06 jun. 2024.

SIMÕES, S. S. O golpe de Estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 195–213, 2000. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8585. Acesso em: 17 jun. 2024.

VILLAGRÁN, Fernando. Cuando el verdugo vistió de paisano. In: DÉLANO, Manuel; VERA, Richard; AGUILERA, Silvia (dirección y edición). **Represión en dictadura: el papel de los civiles**. Santiago de Chile: LOM, 2005. p. 17.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010..

ANÁLISE DAS DEFORMAÇÕES DE LIGANTE ASFÁLTICO CONVENCIONAL E MODIFICADO EM FUNÇÃO DA TEMPERATURA DE SERVIÇO A PARTIR DOS ENSAIOS DE PG E MSCR

Gabriel Luís de Cesaro[1]

Resumo
O desempenho de um pavimento está condicionado às características gerais e de seus componentes. Essas características dependem do tipo de material utilizado (solo, agregados, ligantes), da dosagem da mistura, das condições de compactação, do processo construtivo, do tráfego, dos fatores climáticos e da natureza dos polímeros adicionados na mistura asfáltica. Tendo em vista que no Brasil 95% dos pavimentos asfálticos são flexíveis e com recorrente degradação prematura, é fundamental que estudos avaliem as propriedades dos materiais empregados a fim de retardar esse processo, proporcionando um aumento na vida útil dos pavimentos, reduzindo gastos com manutenções corretivas e garantindo segurança e conforto ao usuário. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o desempenho dos ligantes asfálticos CAP 50/70 e AMP 60/85, por meio dos ensaios de grau de desempenho máximo (PG) e deformação sob tensões múltiplas (MSCR) com parâmetros de compliância não-recuperável (JnR), utilizando o Reômetro Compacto Modular. Como resultado, observou-se que a adição de polímero no ligante asfáltico melhora significativamente a capacidade de recuperação elástica em todos os ciclos de carregamento analisados, mostrando um melhor desempenho do ligante modificado quando comparado ao convencional. Além disso, pode-se classificar o ligante AMP 60/85 apto na categoria Extremely Heavy, sendo este composto pelas piores combinações de tráfego e velocidade previstas pela AASHTO M 332-20.

Palavras-chave: deformações; ligantes asfálticos; PG; MSCR; JnR.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF STATE HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. **AASHTO T315**: Determining the Rheological Properties of Asphalt Binder Using a Dynamic Shear Rheometer (DSR), 2012.

AMERICAN ASSOCIATION OF STATE HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. **AASHTO M332-20:** Performance-Graded Asphalt Binder Using Multiple Stress Creep Recovery (MSCR) Test, 2020.

1 Universidade La Salle. E-mail: thaina.oliveira3110@gmail.com.

BERNUCCI, L. B. *et al*. **Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2022.

DA SILVA, L. S. *et al*. Polímeros como modificadores asfálticos. **Transportes**, v.10, n.1, p. 84-106, maio, 2002.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES. **DNIT 423/2024:** Pavimentação – Ligante asfáltico – Fluência e recuperação de ligante asfáltico determinados sob tensões múltiplas (MSCR) – Método de ensaio. Rio de Janeiro, 2020.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES. **DNIT 448/2024:** Pavimentação – Ligante asfáltico – Determinação das propriedades reológicas de ligantes asfálticos usando reômetro de cisalhamento dinâmico – Método de ensaio. Rio de Janeiro, 2024.

VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA, SEMIRRÍGIDA E FLEXÍVEL

Nathaly Soares Freiry[1]
Felipe Diemer Kronbauer[2]
Greycy Fagundes Kazanowski[3]

Resumo
Apesar da importância do modal rodoviário para a economia brasileira, a falta de investimentos em infraestrutura tem gerado um cenário crítico, caracterizado pela deterioração das vias, aumento dos riscos aos usuários e elevação dos custos operacionais. Neste contexto, a escolha do tipo de pavimento adequado torna-se fundamental para garantir a durabilidade e a eficiência das rodovias. Diante desse cenário, este trabalho propõe uma análise comparativa da viabilidade econômico-financeira de diferentes tipos de pavimento, utilizando como referência o trecho da ERS-118 no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada por meio de um estudo de caso, comparou os custos de construção dos pavimentos rígido, flexível e semirrígido, considerando os dados técnicos e as especificidades da obra. Os resultados da análise demonstraram que o pavimento rígido apresenta o custo de implantação mais elevado, sendo de R$425,71 o metro quadrado, seguido pelo semirrígido de R$327,67 e, por fim, pelo flexível de R$267,78. No entanto, ao considerar a relação custo-benefício, o pavimento semirrígido surge como a opção mais viável, demandando menor manutenção e apresentando um excelente custo-benefício ao longo de sua vida útil. Pôde-se concluir que a análise comparativa realizada neste estudo demonstra a importância de considerar os aspectos técnicos, econômicos e sociais na escolha do tipo de pavimento para as obras rodoviárias. A adoção de soluções mais eficientes e sustentáveis contribui para a otimização dos recursos públicos e a melhoria da qualidade da infraestrutura viária brasileira.

Palavras-chave: pavimento; infraestrutura; análise; custo; rodovias.

REFERÊNCIAS

CAVALET, Victor; LUVIZÃO, Gislaine; NIENOV, Fabiano; ZAMPIERI, Lucas. **Análise comparativa do custo-benefício entre pavimentos flexíveis em concreto asfáltico e pavimentos rígidos em concreto de cimento Portland**

1 Universidade La Salle. E-mail: nathaly.201920156@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: felipe.201820218@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: greycy.201910541@unilasall.edu.br.

aplicado em rodovia de alto tráfego. Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2019. 12 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil).
CNT. Confederação Nacional dos Transportes. Pesquisa CNT de Rodovias 2023. Brasília, p. 236, 2019. Disponível em: https://cnt.org.br/pesquisas. Acesso em: 27 março 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos. Subsecretaria da Administração. Central de Licitações. **Edital CR 003/17**. Porto Alegre: DAER, 14 fev. 2017a. v. 1, pt. 1-4. Disponível em: http://www.celic.rs.gov.br/index.php?menu=editaldetalhe&id=10408&link=Y29kdD0mY29kbT0mY29kcz0mb3Jncz0mZHRhaT0mZHRhZj0mcGVzcT0mcHJvY2Vzc289Jm9iamV0bz0xMTgmb3JkPQ. Acesso em: 24 de maio. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos. Subsecretaria da Administração. Central de Licitações. **Edital nº 0112/2021**. Porto Alegre: DAER, 19 out. 2021. Disponível em: https://www.compras.rs.gov.br/editais/0112_2021/278271. Acesso em: 24 de maio. 2024.

TUTIKIAN, Bernardo F. *et al.* Análise de trafegabilidade da rodovia segundo as manifestações patológicas nas placas de concreto: estudo de caso. **Estudos Tecnológicos em Engenharia**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/estudos_tecnologicos/article/view/ete.2015.111.02/5080. Acesso em: 21 jun. 2024..

ANÁLISE DO EFEITO DO TEMPO E MÉTODO DE MISTURA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO

Greycy Fagundes Kazanowski[1]
Felipe Diemer Kronbauer[2]
Nathaly Soares Freiry[3]

Resumo
O desenvolvimento contínuo das argamassas de revestimento é fundamental para atender as diferentes demandas do mercado e das obras, principalmente quanto a sua qualidade e desempenho nas novas construções. Neste contexto, o objetivo deste estudo é avaliar distintos métodos e tempos de mistura na produção de argamassas de revestimento. Para isso, realizou-se ensaios laboratoriais, tanto no estado fresco (densidade, teor de ar incorporado, índice de consistência e retenção de água) quanto no estado endurecido (aderência à tração, resistência à tração na flexão e resistência à compressão axial). A pesquisa demonstrou que o misturador tipo betoneira no tempo de 360 segundos obteve os melhores resultados dos ensaios, dando ênfase na aderência final do revestimento como o fator mais importante diante os itens classificatórios da norma de argamassas de revestimento. Além disso, o ensaio de ar incorporado demonstrou ser o agente mais dominante para uma melhor aderência. Pode-se concluir que o tempo e o tipo de mistura exercem um papel crucial na qualidade e no desempenho das argamassas de revestimento, necessitando exercer procedimentos adequados para garantir a conformidade de execução e minimizar futuros problemas patológicos nas edificações.

Palavras-chave: argamassas; misturas; ensaios laboratoriais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7215:2019:** Cimento Portland – Determinação da resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2019.

1 Universidade La Salle. E-mail: greycy.201910541@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: felipe.201820218@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: nathaly.201920156@unilasalle.edu.br.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13528:2019:** – Revestimentos de paredes de argamassas inorgânicas – Determinação da resistência de aderência à tração – Parte 1: Requisitos Gerais. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13528:2019:** Revestimentos de paredes de argamassas inorgânicas – Determinação da resistência de aderência à tração – Parte 2: Aderência ao substrato. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13276:2016:** Argamassas para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação do índice de consistência. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13277:2005:** Argamassas para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da retenção de água. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13278:2005:** Argamassas para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da densidade de massa e do teor de ar incorporado. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13279:2005:** Argamassas para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13281:2023:** Argamassas inorgânicas – Requisitos e métodos de ensaios – Parte 1: argamassas para revestimento de tetos e paredes. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16541:2016:** Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Preparo da mistura para a realização de ensaios. Rio de Janeiro. 2016.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DO GERENCIAMENTO DA TERRAPLANAGEM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Felipe Diemer Kronbauer[1]
Nathaly Soares Freiry[2]
Greycy Fagundes Kazanowski [3]

Resumo
A terraplenagem é uma etapa fundamental em qualquer projeto de construção, seja para estradas ou edifícios. Esse processo meticuloso transforma um terreno bruto e irregular em uma superfície nivelada, pronta para receber as futuras estruturas. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é avaliar o impacto do planejamento e do gerenciamento na execução da terraplanagem em um edifício real, enfatizando a sua importância de previsão na etapa de projeto. Para isso, a construção de um empreendimento de alto padrão foi analisado na cidade de Porto Alegre, sendo um estudo de caso a partir de uma infraestrutura de 3200 m². Os resultados da pesquisa demonstram que foi necessário realizar uma escavação e um reaterro, gerando um volume total de 1757 m³, com material excedente em razão do erro de execução na obra, apesar do terreno irregular e sem drenagem ou escoamento. O caso analisado demonstra que investimentos iniciais em um planejamento robusto podem resultar em economias significativas a longo prazo, tanto em termos financeiros quanto de tempo. A comunicação eficaz entre as equipes envolvidas e o monitoramento contínuo das atividades são fatores críticos para identificar e corrigir desvios rapidamente, evitando repercussões negativas no cronograma e na qualidade da obra.

Palavras-chave: planejamento; gestão de projetos; execução; terraplanagem.

REFERÊNCIAS

GEHBAUER, F. *et al*. **Planejamento e gestão de obras**. CEFET-PR, 2002.

JUNIOR, Almir *et al*. **Método para implementação de planejamento de curto prazo:** estudo de caso na construção civil. Enegep, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Curso técnico em edificações: MEC Nica dos solos**. Escola Estadual de Educação Profissional, EEEP.

1 Universidade La Salle. E-mail: felipe.201820218@unilasalle.edu.br.
2 Universidade La Salle. E-mail: nathaly.201920156@unilasalle.edu.br.
3 Universidade La Salle. E-mail: greycy.201910541@unilasalle.edu.br.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DO GERENCIAMENTO DA TERRAPLANAGEM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Gabriela Martins da Silva[1]

Resumo
Com o crescente acesso à internet e às redes sociais, aumentaram também os casos de pornografia de vingança, um grave problema que expõe a intimidade das pessoas de forma não consensual. Este artigo aborda o fenômeno sob a perspectiva da cibersegurança, concentrando-se no contexto brasileiro. O estudo investiga como estratégias eficazes de cibersegurança podem prevenir e mitigar os impactos dessa prática, enfatizando a importância da autenticação robusta, monitoramento proativo e educação digital. Além disso, discute-se a conscientização das vítimas e a implementação de políticas de segurança cibernética como medidas essenciais para enfrentar esse problema. O trabalho se apoia em legislações como a Lei Carolina Dieckmann e a LGPD, que buscam proteger os direitos digitais e a privacidade das pessoas. A pesquisa também apresenta uma cartilha educativa como uma ferramenta prática para orientar vítimas e potenciais alvos da pornografia de vingança, visando fortalecer a proteção no ciberespaço e promover um ambiente online mais seguro e ético. Com o objetivo de avaliar a relevância, eficácia e utilidade da cartilha criada, distribuímos um questionário entre um público diversificado, explorando diversos elementos como as características dos participantes, a clareza e a compreensibilidade do conteúdo apresentado na cartilha, e a eficácia das orientações fornecidas. Como resultado, obtivemos um feedback positivo sobre o conteúdo oferecido, e reforçamos as descobertas da pesquisa, que indicam que a maioria das vítimas desse tipo de crime são mulheres.

Palavras-chave: pornografia de vingança; cibersegurança; privacidade digital; cartilha educativa.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Midlej. **(Não) Manda Nudes:** A violência contra as meninas e mulheres na internet e os mecanismos de enfrentamento pelas vítimas da “pornografia de vingança” no ordenamento jurídico brasileiro. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero, Mulheres e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie

1 Universidade La Salle. E-mail: gabriela.201910526@unilasalle.edu.br.

wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8994410#. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL**. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **O Marco Civil da Internet**. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. 2012**. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/LEIN12.737DE30DENOVEMBRODE2012.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/Lei13709.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CRAESMEYER, Bruno Ramos. **Caiu na Net:** Violação de intimidade e regime de vigilância distribuída. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5007359#. Acesso em: 4 nov. 2023.

FERREIRA, Luís Filipe Fernandes. **A Dignidade da Pessoa Humana Ante o Crime de Pornografia de Vingança (Revenge Porn)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito da Sociedade da Informação) - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9819246#. Acesso em: 4 Nov. 2023.

FRANÇA, Leandro Ayres. **Projeto Vazou:** pesquisa sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas no Brasil. Pesquisa Sobre o Vazamento Não Consentido de Imagens Íntimas no Brasil. 2018. Elaborada pelo Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas. Disponível em: https://www.crimlab.com/projetovazou/resultado.pdf. Acesso em: 7 maio. 2024.

MONTEIRO, Eduardo Pinheiro. **A Violência Contra as Mulheres no Ambiente Digital**. 2019. Dissertação (Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, Vitória, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7909371#. Acesso em: 4 nov. 2023.

MORAIS, Kenedy. **O impacto psicológico da vingança pornográfica em suas vítimas:** Como a divulgação de imagens íntimas sem consentimento pode afetar a saúde mental das pessoas? 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-impacto-psicologico-da-vinganca-pornografica-em-suas-vitimas-como-a-divulgacao-de-imagens-intimas-sem-consentimento-pode-afetar-a-saude-mental-das-pessoas/1831783190. Acesso em: 5 jun. 2024.

MOTA, Bruna Germana Nunes. **Pornografia de Vingança em Redes Sociais:** Perspectivas de Jovens Vitimadas e as Práticas Educativas Digitais. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2359040#. Acesso em: 2 nov. 2023.

Nonconsensual Porn: A Common Offense. Cyber Civil Rights. 2017. Disponível em: https://cybercivilrights.org/2017-natl-ncp-research-results/. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAFERNET BRASIL. **#INDICADORESHELPLINE**: 2007/2020. 2024. Disponível em: https://helpline.org.br/indicadores/pt/. Acesso em: 7 maio. 2024.

90% dos lares brasileiros já tem acesso à internet no Brasil, aponta pesquisa. Gov.br. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-internet-no-brasil-aponta-pesquisa. Acesso em: 20 nov. 2023..

Cronograma do Evento

Segunda-feira 07/10/2024

19:00 | Abertura: Impactos dos eventos climáticos extremos na sociedade: desafios e soluções
Objetivo: Discutir os impactos dos eventos climáticos extremos na sociedade, identificando desafios e propondo soluções para mitigar seus efeitos e construir resiliência
Local: Palco Principal

Terça-feira 08/10/2024

08:00 | Primeiros socorros psicológicos: teoria e prática simulada
Objetivo: Proporcionar aos estudantes de Psicologia e Enfermagem a oportunidade de vivenciar situações desafiadoras, aprimorando suas competências na identificação de necessidades psicossociais, no estabelecimento de vínculo com pessoas em sofrimento e na oferta de suporte emocional adequado.
Local: Palco Principal

14:00 | Laboratórios abertos
Objetivo: Proporcionar aos alunos de ensino médio experiências práticas e imersivas nos laboratórios, com o intuito de apresentar as possibilidades de carreira e de descobrir paixões e talentos.
Local: Palco Principal

14:00 | Júri simulado
Objetivo: Oportunizar a análise e a reflexão sobre um caso de julgamento polêmico e concreto, integrando alunos do Ensino Médio com os alunos da Graduação e, eventualmente, da pós-graduação.
Local: Multicultural

14:00 | Como se faz ciência: da produção à publicação científica
Objetivo: Discutir o processo de divulgação científica, os modos de divulgação e as revistas científicas no Brasil.
Local: 4° Andar da Biblioteca

19:00 | Como se preparar para o inesperado? Dicas essenciais para abrir e manter seu próprio negócio
Objetivo: Proporcionar aos estudantes de graduação uma visão prática e estratégica sobre como iniciar e gerenciar um negócio próprio, abordando desafios inesperados e como superá-los.
Local: Palco Principal

19:30 | Intercorrências em procedimentos estéticos: uma visão interdisciplinar da saúde
Objetivo: Promover uma compreensão interdisciplinar das intercorrências em procedimentos estéticos, reunindo profissionais de diferentes áreas da saúde para discutir, identificar e compartilhar conhecimentos e práticas que visem à prevenção, manejo e resolução de complicações.
Local: Salão de Atos

19:30 | Vakinha e os bastidores da maior campanha solidária do RS
Objetivo: Apresentar os bastidores da maior campanha solidária do Rio Grande do Sul, promovida pela Vakinha, revelando os desafios, estratégias e impacto social dessa iniciativa, em prol da mobilização e engajamento para novas ações sociais.
Local: Multicultural

19:30 | Olimpíadas Jurídicas
Objetivo: Integrar e promover o desenvolvimento acadêmico dos alunos do curso de Direito da Universidade La Salle, oportunizando uma série de provas jurídicas, avaliando tanto seus conhecimentos teóricos quanto práticos.
Local: 4° Andar da Biblioteca

19:30 | Hemoterapia em medicina veterinária: desafios e soluções
Objetivo: Promover a integração e o desenvolvimento acadêmico dos alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade La Salle, oportunizando o contato com temas atuais e relacionados à Saúde Animal, considerando o bem-estar da relação tutor e animal.
Local: Shared Business

19:30 | Alergia em felinos
Objetivo: Promover a integração e o desenvolvimento acadêmico dos alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade La Salle, oportunizando o contato com temas atuais e relacionados à Saúde Animal, considerando o bem-estar da relação tutor e animal.
Local: Shared Business

19:30 | Simpósio - Impacto dos Poluentes Ambientais na Saúde Humana
Objetivo: Discutir os efeitos dos poluentes ambientais na saúde humana, focando nos mecanismos biológicos subjacentes à toxicidade de diferentes poluentes, bem como nas estratégias de mitigação e políticas públicas que visam reduzir a exposição e proteger a saúde das populações.
Local: Auditório Bordô

Oficina de encadernação: criando um diário de memórias
Local: Hall da Biblioteca

19:30 | VII Encontros de práticas pedagógicas da Educação Básica
Objetivo: Discutir os efeitos dos poluentes ambientais na saúde humana, focando nos mecanismos biológicos subjacentes à toxicidade de diferentes poluentes, bem como nas estratégias de mitigação e políticas públicas que visam reduzir a exposição e proteger a saúde das populações.
Local: Prédio 15 – 8º andar

14:00 – 22:00 | X Consórcio Doutoral
Objetivo: Fomentar o desenvolvimento de projetos de tese de doutorado, aprimorando a metodologia de pesquisa e promovendo o debate acadêmico sobre a pertinência e relevância dos temas abordados.
Local: Prédio 15 – 7º andar

Quarta-feira 25/10/2024

08:00 | Laboratórios abertos
Objetivo: Proporcionar aos alunos de ensino médio experiências práticas e imersivas nos laboratórios, com o intuito de apresentar as possibilidades de carreira e de descobrir paixões e talentos.
Local: Palco Principal

08:00 | Feira de profissões
Objetivo: Proporcionar aos estudantes do ensino médio um espaço de contato direto com diferentes áreas profissionais e acadêmicas, despertando o interesse por futuras carreiras e auxiliando na construção de seus projetos de vida.
Local: Multicultural

15:00 | Emergências humanitárias e violência baseada em gênero: potencialidades e fragilidades das Políticas Públicas
Objetivo: Promover um espaço de diálogo e reflexão crítica sobre a intersecção entre emergências humanitárias e violência de gênero, com foco na acolhida e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade na Grande Porto Alegre.
Local: 4º andar da Biblioteca

19:30 | Que cidade queremos? Discussões sobre tecnologia, urbanismo, sustentabilidade e gestão
Objetivo: Promover um debate interdisciplinar sobre o futuro das cidades, explorando as relações entre tecnologia, urbanismo, sustentabilidade e gestão
Local: Palco Principal

19:30 | Direito dos animais no Século XXI
Objetivo: Discutir o tema Direito dos Animais, envolvendo ex-alunos do Curso de Direito e convidados do Curso de Veterinária, oferecendo uma visão interdisciplinar e atualizada sobre a temática
Local: Salão de Atos

19:30 | Novas fronteiras na saúde: explorando medicações inovadoras para o tratamento da obesidade
Objetivo: Promover a atualização e o aprofundamento dos conhecimentos sobre medicações inovadoras no tratamento da obesidade, visando a capacitar os participantes para a aplicação de abordagens integradas e eficazes no manejo da obesidade em diferentes contextos clínicos.
Local: Multicultural

19:30 | Eleições norte-americanas
Objetivo: Discutir sobre o sistema eleitoral norte-americano, as justificativas do sistema de delegados, e os cenários para a atual eleição de 2024.
Local: 4º andar da Biblioteca

18:30 | EDUCCOMP: Hackathon de educação e tecnologia
Objetivo: Promover a integração entre os alunos dos cursos de licenciatura e de TI, incentivando o desenvolvimento de habilidades didáticas e tecnológicas por meio da criação e aplicação de microaulas que envolvam inteligência artificial (IA) com agente de apoio ao ensino e à aprendizagem.
Local: Shared Business

19:30 | Oficina de Ilustração: Usos básicos de luz e sombra, e noções de profundidade
Objetivo: Ensinar técnicas práticas para criar a sensação de profundidade em desenhos bidimensionais, utilizando variações de luz e sombra, perspectiva e sobreposição.
Local: Hall da Biblioteca

19:30 | Premiação Destaque e Menção Honrosa da Sapiens 2023 + Lançamento do Anuário de Pesquisa 2023
Objetivo: Reconhecer a qualidade da produção científica e da pesquisa desenvolvida na Sapiens 2023, por meio da premiação dos trabalhos de destaque e menção honrosa, além de lançar o Anuário de Pesquisa como um registro e difusor do conhecimento gerado na instituição.
Local: Poliestportivo

14:00 – 22:00 | Fórum de Pós-graduação Stricto Sensu
Objetivo: Promover a disseminação e o debate de pesquisas de Mestrado e Doutorado, por meio da apresentação de trabalhos e interação com banca avaliadora.
Local: Prédio 15 – 7º andar

14:00 – 22:00 | X Consórcio Doutoral
Objetivo: Fomentar o desenvolvimento de projetos de tese de doutorado, aprimorando a metodologia de pesquisa e promovendo o debate acadêmico sobre a pertinência e relevância dos temas abordados.
Local: Prédio 15 – 7º andar

19:30 | III Mostra de Extensão
Objetivo: Promover a visibilidade e a troca de experiências sobre práticas extensionistas desenvolvidas na universidade e na comunidade, incentivando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
Local: Poliestportivo

19:30 | Mostra de Iniciação científica
Objetivo: A Mostra de Iniciação Científica destina-se à apresentação de trabalhos por estudantes e egressos do ensino médio, da graduação, da pós-graduação lato sensu relativos à pesquisas concluídas ou com resultados parciais. Os trabalhos são apresentados por meio da exposição de pôsteres e/ou comunicação oral, sendo avaliados por banca uma banca avaliadora.
Local: Poliestportivo

Quinta-feira 10/10/2024

08:00 | Laboratórios Abertos
Objetivo: Proporcionar aos alunos de ensino médio experiências práticas e imersivas nos laboratórios, com o intuito de apresentar as possibilidades de carreira e de descobrir paixões e talentos.
Local: Laboratórios

8:00 | Feira das Profissões
Objetivo: Proporcionar aos estudantes do ensino médio um espaço de contato direto com diferentes áreas profissionais e acadêmicas, despertando o interesse por futuras carreiras e auxiliando na construção de seus projetos de vida. clara e impactante.
Local: Multicultural

19:30 | Podcast 'Problema Nosso' Ao Vivo
Objetivo: Promover um debate aprofundado sobre temas relevantes da área da Psicologia, explorando suas nuances e aplicações práticas por meio de uma conversa descontraída e informativa no formato de podcast ao vivo.
Local: Palco Principal

19:30 | Direito, desastres ambientais e mudanças climáticas
Objetivo: Apresentar e discutir, com base em pesquisas e estudos acadêmicos, os desafios jurídicos e as implicações legais relacionados às mudanças climáticas e tragédias ambientais, buscando fomentar a reflexão sobre a importância do Direito na prevenção e reparação de danos socioambientais.
Local: Salão de Atos

19:30 | Arena Business: aula aberta da Pós-graduação
Objetivo: Promover a integração de alunos da graduação com a pós-graduação lato sensu com uma aula aberta com professores da pós sobre Gestão Estratégica.
Local: Multicultural

19:30 | O Impacto das mudanças climáticas no (res)surgimento de doenças infecciosas
Objetivo: Analisar a relação entre as mudanças climáticas e o (res)surgimento de doenças infecciosas, discutindo os mecanismos de influência, os desafios para a saúde pública e as estratégias de prevenção e controle.
4° Andar da Biblioteca

19:30 | Oficina de origami básico
Objetivo: Estimular a criatividade e a experimentação dos alunos por meio das técnicas de origami, incentivando-os a criar suas próprias formas e estruturas originais utilizando as técnicas aprendidas.
Local: Hall da Biblioteca

19:30 | A Pedagogia de emergência e a perspectiva histórica das instituições educativas em tempos de crise
Objetivo: Resgatar a importância das instituições educativas em situações de crise ao longo da história e como a Pedagogia de emergência pode contribuir para a superação desses momentos difíceis.
Local: Auditório Bordô

19:30 | Mostra de Iniciação científica
Objetivo: A Mostra de Iniciação Científica destina-se à apresentação de trabalhos por estudantes e egressos do ensino médio, da graduação, da pós-graduação lato sensu relativos à pesquisas concluídas ou com resultados parciais. Os trabalhos são apresentados por meio da exposição de pôsteres e/ou comunicação oral, sendo avaliados por banca uma banca avaliadora.
Local: Poliesportivo

19:30 | III Mostra de Extensão
Objetivo: Promover a visibilidade e a troca de experiências sobre práticas extensionistas desenvolvidas na universidade e na comunidade, incentivando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
Local: Poliesportivo

14:00 - 22:00 | Fórum de Pós-graduação Stricto Sensu
Objetivo: Promover a disseminação e o debate de pesquisas de Mestrado e Doutorado, por meio da apresentação de trabalhos e interação com banca avaliadora.
Local: Prédio 15 – 7º andar

14:00 - 22:00 | X Consórcio Doutoral
Objetivo: Fomentar o desenvolvimento de projetos de tese de doutorado, aprimorando a metodologia de pesquisa e promovendo o debate acadêmico sobre a pertinência e relevância dos temas abordados.
Local: Prédio 15 – 7º andar

Relização